

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA  
DOUTORADO EM CIÊNCIAS

UNIVERSIDAD NACIONAL DE COLOMBIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
DOUTORADO EM GEOGRAFIA

DORIVAL BONFÁ NETO

**Território, modo de vida e pesca artesanal marítima: análise comparada  
entre Bahía Solano, no Pacífico Colombiano, e Maxaranguape, no Atlântico  
Brasileiro**

São Paulo

2023

DORIVAL BONFÁ NETO

**Território, modo de vida e pesca artesanal marítima: análise comparada entre Bahía Solano, no Pacífico Colombiano, e Maxaranguape, no Atlântico Brasileiro**

**Versão corrigida**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina, da Universidade de São Paulo, e ao Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidad Nacional de Colômbia, para, através de um **convênio de dupla titulação entre essas instituições**, obter o grau de **Doutor em Ciências e Doutor em Geografia**.

Área de Concentração: Geografia; Interdisciplinar; Integração da América Latina.

Orientadores: Prof. Dr. Júlio César Suzuki (Universidade de São Paulo)

Prof. Dr. Luis Carlos Jimenez Reyes (Universidad Nacional de Colombia).

São Paulo

2023

DORIVAL BONFÁ NETO

**Territorio, modo de vida y pesca artesanal marítima: análisis comparativo entre Bahía Solano, en el Pacífico Colombiano, y Maxaranguape, en el Atlántico Brasileño**

**Versión corregida**

Tesis presentada al Programa de Posgrado en Integración de América Latina, de la Universidad de São Paulo, y al Programa de Posgrado en Geografía de la Universidad Nacional de Colombia, con el fin de, **mediante un convenio de doble titulación** entre estas instituciones, obtener el título de **Doctor en Ciencias y Doctor en Geografía**.

Área de Concentración: Geografía; Interdisciplinar; Integración de América Latina.

Tutores: Prof. Dr. Júlio César Suzuki (Universidad de São Paulo)

Prof. Dr. Luis Carlos Jiménez Reyes (Universidad Nacional de Colombia).

São Paulo

2023

**Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.**

Catálogo na Publicação Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

B713t Bonfá Neto, Dorival.  
Território, modo de vida e pesca artesanal  
marítima: análise comparada entre Bahía Solano, no  
Pacífico Colombiano, e Maxaranguape, no Atlântico  
Brasileiro / Dorival Bonfá Neto; orientador Júlio  
Suzuki - São Paulo, 2023.  
424 f.

Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação  
Interunidades em Integração da América Latina. Área de  
concentração: Integração da América Latina.

1. Conflitos socioambientais. 2. Pescadores  
artesanais. 3. Povos e comunidades tradicionais. 4.  
Territorialidade. 5. Território. I. Suzuki, Júlio,  
orient. II. Título.



Universidade de São Paulo – Prolam USP  
Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina



ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE  
Termo de Ciência e Concordância da orientador(a)

Nome do(a) aluno(a): Dorival Bonfá Neto

Data da defesa: 26 de junho de 2023.

Nome da orientador: Prof. Dr. Júlio César Suzuki

Nos termos da legislação vigente, declaro ESTAR CIENTE do conteúdo deste EXEMPLAR CORRIGIDO elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me plenamente favorável ao seu encaminhamento e publicação no Portal Digital de Teses da USP.

São Paulo, 27 de setembro de 2023.

Assinatura do(a) orientador(a)

## FOLHA DE AVALIAÇÃO

BONFÁ NETO, Dorival. **Território, modo de vida e pesca artesanal marítima: análise comparada entre Bahía Solano, no Pacífico Colombiano, e Maxaranguape, no Atlântico Brasileiro.** Tese (Doutorado em Ciências e Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, e Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidad Nacional de Colombia. São Paulo, 2023.

**Aprovado em:** 26/06/2023

### **Banca examinadora:**

Prof. Dr. André Roberto Martin (Presidente, FFLCH/USP): APROVADO

Prof. Dr. Marcelo José Lopes de Souza (UFRJ - Externo): APROVADO

Profa. Dra. Kátia Souza Rangel (UNIFAP - Externo): APROVADO

Profa. Dra. Cátia Antonia da Silva (UERJ - Externo): APROVADO

Prof. Dr. Juan Manuel Díaz Merlano (UNAL - Externo): APROVADO

## AGRADECIMENTOS

Agradeço nesse breve espaço somente aos que ajudaram diretamente na pesquisa e neste trabalho, aos camaradas e companheiros(as) da vida e à família, demonstro sempre minha gratidão.

Aos inúmeros pescadores e pescadoras, que com tanta atenção e serenidade, contribuíram com inúmeros e maravilhosos diálogos para que essa tese existisse.

Ao meu orientador, mestre e amigo Júlio César Suzuki, por muito que fez e faz, sem ele eu não chegaria até aqui.

Ao meu outro orientador, Luis Carlos Gimenez Reyes, sobretudo pelas mediações e inserções na Colômbia.

À CAPES, pelo financiamento, essencial para essa pesquisa.

À Yussely Aguilar Acevedo (advogada e ativista em Bahía Solano), a sua Mãe Emma Acevedo e a toda família Aguilar Acevedo, pela acolhida em Bahía Solano, auxílio, confiança e amizade que desenvolvemos.

À Lucas Gabriel V. P. Silva, Cecilia V. Pinheiro, Isadora N. Barreto, Mário T. C. Cruz, Jully K. Santos, Eduarda Martins e a toda equipe da APC Cabo de São Roque, pela amizade, acolhida em Maxaranguape e pela troca imensa de alegrias, aprendizagens e colaboração para esse trabalho.

À Universidade de São Paulo, especialmente ao PROLAM, programa que tão bem acolhe tantas mentes plurais e que sonham com uma América Latina mais justa e livre.

À Universidad Nacional de Colômbia (UNAL), por terem me aberto as portas para a dupla titulação.

À tantos professores que contribuíram de alguma forma com este trabalho, como Kátia Rangel (UNIFAP), Sylvia Cayubi Novaes (USP), Sueli Furlan (USP), Josinaldo Reis (IFPA), Adrian Ribaric (NUPAUP), Antonio Diegues (NUPAUP), Nohra Leon (UNAL) e outros.

À Pós-graduação em Geografia da UPTC, que me acolheu - onde pude realizar um estágio doutoral - e que me abriram as portas para ditar algumas aulas e fazer outras atividades no tempo que estive na Colômbia (em 2022). Aos professores desse programa: Wladimir Mejía, Nohora Carvajal e outros.

Aos amigos colombianos Santiago Gomes e Valentina Bonilla, por tantas recomendações e ajuda com o trabalho e com algumas revisões. E aos amigos brasileiros, Tito Livio Maule Filho, pelas dicas, incentivos e inúmeras conversas sobre a pesquisa e sobre a Ciência Geográfica, e a João Paulo Lacorte Benvenuti pela ajuda com a cartografia.

**“En la América Latina no hay soluciones, hay búsquedas”**

(José “Pepe” Mujica, *El Pepe: una vida suprema*, 2018).

**“La historia es nuestra y la hacen los pueblos”**

(Salvador Allende, *Discurso de resistência*, 1973).

**“A cabeça pensa onde os pés pisam”**

(Frei Betto)



## RESUMO

**BONFÁ NETO, Dorival. Território, modo de vida e pesca artesanal marítima: análise comparada entre Bahía Solano, no Pacífico Colombiano, e Maxaranguape, no Atlântico Brasileiro. Tese (Doutorado em Ciências e Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, e Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidad Nacional de Colombia. São Paulo, 2023.**

A pesca artesanal aparece na América Latina como uma prática ancestral presente no modo de vida das mais variadas sociedades, desde antes da chegada dos europeus. A presença dessa prática entre os indígenas foi um elemento que substanciou a dispersão da pesca por alguns povos e comunidades tradicionais na América Latina. Com isso, estabeleceram-se múltiplas comunidades tradicionais em que a pesca artesanal constituía importante elemento para a reprodução do modo de vida, e que as práticas produtivas, os saberes e conhecimentos tradicionais asseguravam formas de conservação ambiental. Porém, com o advento da modernidade, sobretudo após meados do século XX, o modo de vida tradicional, bem como os territórios tradicionais começam a passar por transformações. Em virtude disso, as comunidades de pescadores artesanais do Brasil e da Colômbia têm passado pela chegada de novas territorialidades disruptivas e conflitos socioambientais e territoriais que modificam os seus modos de vida tradicionais e impactam na pesca artesanal, atividade de suma importância para a soberania e segurança alimentar e a reprodução cultural dessas comunidades. Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa é compreender a reprodução da pesca artesanal dentro dos significados culturais, dilemas e conflitos que a envolvem no Brasil e na Colômbia, a partir do histórico de mudanças territoriais que alteram os modos de vida tradicionais, devido aos conflitos socioambientais, pelo território e seus recursos, nas comunidades pesqueiras de Maxaranguape, (Rio Grande do Norte, Brasil) e Bahía Solano (Chocó, Colômbia), aproximadamente nos últimos 50 anos. Para isso, se adotou um enfoque qualitativo, com uma abordagem latino-americana e interdisciplinar, partindo sobretudo da Geografia e da Antropologia na tentativa de construir uma Ecologia Política. Os métodos utilizados foram o estudo comparativo e o materialismo histórico-dialético. Quanto às técnicas ou instrumentos de pesquisa, foram: Trabalho de campo com observação participante; Entrevistas com roteiros semi-estruturados; Relato Etnográfico em diário de campo; Fotodocumentação; e Cartografia social participativa. Na última etapa foi feita uma sistematização e análise dos dados secundários e dos resultados obtidos nos trabalhos de campo, para efetivar a comparação e a discussão das temáticas centrais: pesca artesanal, modo de vida e território. Se concluiu que a pesca é uma atividade que vai muito além de prática produtiva, pois produz territorialidades e define a identidade, sendo inerente ao modo de vida tradicional em Maxaranguape e em Bahía Solano. De modo que, as territorialidades disruptivas evocam os conflitos territoriais, sobretudo aquelas relacionadas ao turismo, a pesca industrial e ao narcotráfico, colocando o modo de vida tradicional em ameaça.

**Palavras-chave:** Conflitos socioambientais. Pescadores artesanais. Povos e comunidades tradicionais. Territorialidade. Território.

## RESUMEN

**BONFÁ NETO, Dorival. Territorio, modo de vida y pesca marítima artesanal: análisis comparativo entre Bahía Solano, en el Pacífico Colombiano, y Maxaranguape, en el Atlántico Brasileño. Tesis (Doctorado en Ciencias y Doctorado en Geografía). Programa de Posgrado en Integración de la América Latina, Universidad de São Paulo, y Programa de Posgrado en Geografía, Universidad Nacional de Colombia. São Paulo, 2023.**

La pesca artesanal aparece en América Latina como una práctica ancestral presente en el modo de vida de las más variadas sociedades, desde antes de la llegada de los europeos. La presencia de esta práctica entre los indígenas fue un elemento que sustanció la dispersión de la pesca por parte de algunos pueblos y comunidades tradicionales en América Latina. Como resultado, se establecieron múltiples comunidades tradicionales en las que la pesca artesanal fue un elemento importante para la reproducción del modo de vida, y donde las prácticas productivas y los conocimientos tradicionales aseguraron formas de conservación ambiental. Sin embargo, con la llegada de la modernidad, especialmente a partir de mediados del siglo XX, el modo de vida tradicional, así como los territorios tradicionales, comenzaron a sufrir transformaciones. Como resultado, las comunidades de pescadores artesanales de Brasil y Colombia han experimentado la llegada de nuevas territorialidades disruptivas y conflictos socioambientales y territoriales que modifican sus modos de vida tradicionales e impactan la pesca artesanal, actividad de suma importancia para la soberanía y seguridad alimentaria y la reproducción cultural de estas comunidades. En este sentido, el objetivo general de la investigación es comprender la reproducción de la pesca artesanal dentro de los significados culturales, dilemas y conflictos que la involucran en Brasil y Colombia, a partir de la historia de los cambios territoriales que alteran los modos de vida tradicionales, debido a conflictos socioambientales por el territorio y sus recursos, en las comunidades pesqueras de Maxaranguape, (Rio Grande do Norte, Brasil) y Bahía Solano (Chocó, Colombia), aproximadamente en los últimos 50 años. Se utilizó un enfoque cualitativo, con una abordaje latinoamericana e interdisciplinaria, partiendo principalmente de la Geografía y la Antropología en un intento de construir una Ecología Política. Los métodos utilizados fueron el estudio comparativo y el materialismo histórico-dialéctico. En cuanto a las técnicas o instrumentos de investigación fueron: Trabajo de campo con observación participante; Entrevistas con guiones semiestructurados; Informe etnográfico en diario de campo; Fotodocumentación; y cartografía social participativa. En la última etapa se realizó una sistematización y análisis de los datos secundarios y los resultados obtenidos en el trabajo de campo, con el fin de realizar la comparación y discusión de los temas centrales: pesca artesanal, modo de vida y territorio. Se concluyó que la pesca es una actividad que va mucho más allá de una práctica productiva, ya que produce territorialidades y define identidad, siendo inherente al modo de vida tradicional en Maxaranguape y en Bahía Solano. Así, las territorialidades disruptivas evocan conflictos territoriales, especialmente los relacionados con el turismo, la pesca industrial y el narcotráfico, poniendo en amenaza el modo de vida tradicional.

**Palabras clave:** Conflictos socioambientales. Pescadores artesanales. Pueblos y comunidades tradicionales. Territorialidad. Territorio.

## ABSTRACT

**BONFÁ NETO, Dorival. Territory, way of life and artisanal maritime fishing: comparative analysis between Bahía Solano, in the Colombian Pacific, and Maxaranguape, in the Brazilian Atlantic. Thesis (Phd in Science and Phd in Geography). Postgraduate Program in Latin American Integration, University of São Paulo, and Postgraduate Program in Geography, National University of Colombia. São Paulo, 2023.**

Artisanal fishing occurs in Latin America as an ancestral practice present in the way of life of a myriad of societies, since before the arrival of Europeans. The presence of this practice among the indigenous people was an element that supported the dispersion of fishing by some peoples and traditional communities in Latin America. As a result, multiple traditional communities were established in which artisanal fishing was an important element for the reproduction of their way of life, and where productive practices and traditional knowledge ensured forms of environmental conservation. However, with the advent of modernity, especially after the mid-twentieth century, their traditional way of life, as well as their traditional territories, began to undergo transformations. As a result, artisanal fishing communities in Brazil and Colombia have experienced the arrival of new disruptive territorialities and socio-environmental and territorial conflicts that modify their traditional ways of life and impact artisanal fishing, an activity of paramount importance for their sovereignty, food security as well as to the cultural reproduction of these communities. In this sense, the general objective of this research is to understand the reproduction of artisanal fishing within the cultural meanings, dilemmas and conflicts that encompasses it in Brazil and Colombia, based on the history of the territorial changes that alter traditional ways of life, due to socio-environmental conflicts spanning roughly on the last 50 years over their territory and resources, in the fishing communities of Maxaranguape, (Rio Grande do Norte, Brazil) and Bahía Solano (Chocó, Colombia). This analysis used a qualitative method, with a Latin American and interdisciplinary approach, starting mainly from Geography and Anthropology in an attempt to build a Political Ecology. The methods used were comparative study and historical-dialectical materialism. As for the research techniques or instruments, they were: Fieldwork with participant observation; Interviews with semi-structured scripts; Ethnographic report in a field diary; Photo documentation; and participatory social cartography. In the last stage, a systematization and analysis of the secondary data and the results obtained in the field work was carried out, in order to realize the comparison and the discussion of the central themes: artisanal fishing, way of life and territory. We have concluded that fishing is an activity that goes far beyond a productive practice as it produces territorialities and defines identity, being inherent to the traditional way of life in Maxaranguape and in Bahía Solano. Thus, disruptive territorialities evoke territorial conflicts, especially those related to tourism, industrial fishing and drug trafficking, putting their traditional way of life under threat.

**Keywords:** Ancestral people. Artisanal fishermen. Socio-environmental conflicts. Territoriality. Territory.

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Entrevista com o pescador Arnovio Lozano.....	45
Fotografia 2 - Entrevista com o pescador Bibi.....	45
Fotografia 3 - Entrevista com a pescadora Maria Lúcia.....	45
Fotografia 4 - Pescador Rebelo com o buche da merluza.....	170
Fotografia 5 - Lancha maior, utilizada para pescarias mais longas.....	172
Fotografia 6 - Canoas em um rancho.....	173
Fotografia 7 - Jovens aprendizes na oficina de barcos.....	173
Fotografia 8 - Lancha em El Huína.....	174
Fotografia 9 - Chocoano transportando banana em canoa.....	174
Fotografia 10 - Mutirão em Jurubirá.....	182
Fotografia 11 - Mutirão em Jurubirá (2).....	182
Fotografia 12 - Crianças carregando pescados.....	186
Fotografia 13 - Bahía Solano apoia a pesca esportiva.....	186
Fotografia 14 - Embarcações: encontro de temporalidades.....	193
Fotografia 15 - Pescador e família em seu lar.....	194
Fotografia 16 - O pescador solitário.....	198
Fotografia 17 - Pescador Julio.....	199
Fotografia 18 - Linha de mão.....	199
Fotografia 19 - Arpão artesanal indígena.....	199
Fotografia 20 - Pescadores jogando a tarrafa.....	200
Fotografia 21 - <i>Zotea</i> em frente a habitação.....	205
Fotografia 22 - <i>Zotea</i> em quintal.....	205
Fotografia 23 - Cultivo em El Huína.....	206
Fotografia 24 - Viveiro de animais.....	206
Fotografia 25 - Pilão.....	212
Fotografia 26 - Pichação de grupo armado (1).....	215
Fotografia 27 - Pichação de grupo armado (2).....	215
Fotografia 28 - Pichação de grupo armado (3).....	216
Fotografia 29 - Pichação de grupo armado (4).....	216
Fotografia 30 - Criança ajudando na cozinha.....	227
Fotografia 31 - “ <i>Bahía Solano es territorio Yamaha</i> ”.....	230
Fotografia 32 - “ <i>Nuquí es territorio Yamaha</i> ”.....	230
Fotografia 33 - Oficina no colégio.....	234
Fotografia 34 - La Orilla e Rio Jella vistos da Ponte Chambacú.....	238

Fotografia 35 - Instituições do circuito da pesca.....	238
Fotografia 36 - Habitação de Dona Cecília.....	240
Fotografia 37 - Habitações em Chambacú.....	240
Fotografia 38 - Jovens pescando de linha em “La esso”.....	241
Fotografia 39 - “La esso”.....	242
Fotografia 40 - Falésias em Caraúbas.....	258
Fotografia 41 - Pessoas pescando nas <i>beachrocks</i> .....	258
Fotografia 42 - Subindo a jangada.....	263
Fotografia 43 - Jangada maior.....	264
Fotografia 44 - Jangadas com vela.....	264
Fotografia 45 - Barcos utilizados em pescarias de maior volume.....	264
Fotografia 46 - Jangada atracada.....	265
Fotografia 47 - Jangadas atracadas.....	265
Fotografia 48 – Pescador arrumando a rede em um rancho.....	305
Fotografia 49 - Linhas de pesca.....	305
Fotografia 50 - Linha de pesca com isca.....	305
Fotografia 51 - Covas para lagostas.....	306
Fotografia 52 - Dona Gerinalda.....	306
Fotografia 53 - Pescador arrumando rede.....	306
Fotografia 54 - Armadilhas para polvos.....	307
Fotografia 55 - Pomares e hortas em quintal.....	317
Fotografia 56 - Casa de farinha de Chico de Crente.....	325
Fotografia 57 - Interior da casa de farinha.....	325
Fotografia 58 - Homem torrando a farinha.....	326
Fotografia 59 - Oficina com os pescadores.....	364
Fotografia 60 - Oficina com os pescadores (2) .....	364
Fotografia 61 - Ranchos com jangada.....	369
Fotografia 62 - Rancho “bar molhado”.....	369
Fotografia 63 - Ranchos de pesca em Caraúbas.....	370
Fotografia 64 - Interior de um rancho.....	370

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização de Bahía Solano.....	24
Mapa 2 - Localização de Maxaranguape.....	26
Mapa 3 - Impactos das mudanças climáticas na captura de pescados.....	106
Mapa 4 - Pescadores artesanais no Brasil.....	117
Mapa 5 - Ordenamento territorial do Pacífico Norte Chocoano.....	122
Mapa 6 - Territórios coletivos titulados no Chocó.....	156
Mapa 7 - Principais cidades do Pacífico Colombiano.....	160
Mapa 8 - Pacífico Colombiano.....	162
Mapa 9 - “Zonas de Pesca en Bahía Solano”.....	233
Mapa 10 - “Zonas pesqueras de Bahía Solano”.....	234
Mapa 11 - “Bahía Solano: la pesca nos identifica”.....	235
Mapa 12 - Domínios morfoclimáticos no Rio Grande do Norte.....	254
Mapa 13 - Regiões naturais no Rio Grande do Norte.....	256
Mapa 14 - Território pesqueiro de Maxaranguape (versão artesanal).....	365
Mapa 15 - Território pesqueiro de Maxaranguape (versão digital).....	366

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Parâmetros de comparação.....	40
Quadro 2 - Principais peixes, crustáceos e moluscos encontrados em Maxaranguape.....	266
Quadro 3 - Principais resultados da análise comparativa.....	386

## **LISTA DE SIGLAS**

**APC** - Associação de Proteção e Conservação Ambiental Cabo de São Roque (Brasil)

**AUNAP** - Autoridad Nacional de Acuicultura y Pesca (Colômbia)

**CPP** - Conselho Pastoral dos Pescadores (Brasil)

**FAO** - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Brasil)

**IBAMA** - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente

**IDEMA** - Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (Brasil)

**INSS** - Instituto Nacional de Seguridade Social (Brasil)

**MPP** - Movimento dos Pescadores e Pescadoras artesanais (Brasil)

**ODS** - Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

**ONG** - Organização Não Governamental

**ONU** - Organizações das Nações Unidas

**PNPCT** - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Brasil)

**PROLAM** - Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (USP, Brasil)

**PRONAF** - Programa Nacional de Agricultura Familiar (Brasil)

**RGP** - Registro de Pescador Profissional (Brasil)

**RN** - Rio Grande do Norte (Brasil)

**UAC** - Unidades Ambientales Costeras (Colômbia)

**UNAL** - Universidad Nacional de Colombia

**USP** - Universidade de São Paulo

**ZEE** - Zona Econômica Exclusiva

**ZEMP** - Zona Especial de Manejo Pesqueiro (Colômbia)

**ZEPA** - Zona Exclusiva de Pesca Artesanal (Colômbia)

## SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO/PRÓLOGO</b> .....	17
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	20
<b>1 PESCA ARTESANAL NA AMÉRICA LATINA: DOS DILEMAS INTERPRETATIVOS AOS CONFLITOS TERRITORIAIS</b>	
1.1 Dilemas interpretativos da pesca artesanal.....	60
1.2 Crise ambiental e interdisciplinaridade.....	74
1.3 Povos, comunidades tradicionais e ambiente na América Latina: em busca da integração latino-americana no discurso descolonial e na Ecologia Política.....	79
1.4 A pesca no mundo: uma visão geral.....	89
1.4.1 Trabalho pesqueiro e desigualdade de gênero.....	93
1.4.2 Alimentação, segurança e soberania alimentar.....	97
1.4.3 Recursos pesqueiros e sustentabilidade.....	102
1.4.4 Comércio internacional, pesca ilegal e soberania territorial: geopolítica da pesca.....	107
1.5 A pesca na América Latina.....	110
1.5.1 Ordenamento territorial pesqueiro: entre possibilidades, necessidades e recomendações.....	112
1.5.2 Institucionalidade da pesca no Brasil e na Colômbia.....	116
1.6 Formação territorial e (re)existência dos povos e comunidades tradicionais: contribuições do Brasil e da Colômbia.....	126
1.6.1 Formação do território tradicional pesqueiro no Litoral Potiguar.....	136
1.6.2 Formação do território tradicional afrocolombiano no Pacífico Chocoano.....	149
<b>2 BAHÍA SOLANO: CULTURA AFROCOLOMBIANA, MODO DE VIDA, TERRITÓRIO E PESCA ARTESANAL</b>	
2.1 O Pacífico Afrocolombiano e o Chocó: geografia e pesca artesanal.....	159
2.1.1 O Pacífico Afrocolombiano: geografia regional.....	159
2.1.2 A pesca artesanal em Bahía Solano.....	167
2.2 Modo de vida tradicional afrocolombiano.....	175
2.2.1 Afrocolombianidade, apropriação social do ambiente e etnosaberes.....	175
2.2.2 O papel dos conhecimentos tradicionais e das técnicas.....	194
2.2.3 Mudanças, tensões e (re)invenções no modo de vida tradicional.....	203
2.2.4 O papel feminino: pescadoras e <i>piangueras</i> .....	219



2.3 Territorialidades tradicionais afrocolombianas.....	228
2.3.1 Cartografia social participativa desvelando as territorialidades tradicionais.....	231
2.3.2 O território pesqueiro afrocolombiano.....	237
2.3.3 Conflitos territoriais.....	243

### **3 MAXARANGUAPE: CULTURA PESQUEIRA, MODO DE VIDA, TERRITÓRIO E PESCA ARTESANAL**

3.1 O Litoral Potiguar: geografia e pesca artesanal.....	253
3.1.1 O Litoral Potiguar: geografia regional.....	253
3.1.2 A pesca artesanal em Maxaranguape.....	260
3.2 Modo de vida tradicional pesqueiro.....	273
3.2.1 Os pescadores artesanais de jangada: formação social, cultura ancestral e saberes tradicionais.....	273
3.2.2 Saberes tradicionais e técnicas no modo de vida.....	298
3.2.3 Rupturas e permanências no modo de vida tradicional.....	311
3.2.4 O papel feminino: pescadoras e marisqueiras.....	347
3.2.5 A Covid-19: impactos no modo de vida pesqueiro.....	357
3.3 Territorialidades tradicionais pesqueiras.....	359
3.3.1 Cartografia social participativa desvelando as territorialidades pesqueiras.....	367
3.3.2 O território pesqueiro.....	370
3.3.3 Conflitos territoriais.....	370

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>382</b>
----------------------------------	------------

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>393</b>
-------------------------	------------

<b>ANEXO A - Roteiros de entrevista semiestruturada e listas de entrevistados.....</b>	<b>412</b>
--	------------

<b>ANEXO B - Diários de campo.....</b>	<b>417</b>
--	------------

<b>ANEXO C - Certificados de realização das oficinas em Bahía Solano e em Maxaranguape..</b>	<b>422</b>
--	------------

<b>ANEXO D - Ata de defesa de tese.....</b>	<b>424</b>
---	------------

## PRÓLOGO

**A investigação e a emoção:** irei começar com um relato mais pessoal e contando uma breve história dessa tese, que desenvolvo desde março de 2019, quando entrei no mestrado no PROLAM/USP, ou melhor, desde 2018, quando comecei a estudar para ingressar no programa, ou se volto um pouco mais, em meados de 2016, quando iniciei os estudos na temática, com os caiçaras de Santos, para o meu TCC de Geografia na USP (outono de 2017).

Desde a infância quando via os pescadores no mar de Santos, do Guarujá, com meus avós, com meus pais, já refletia de onde eles vêm, como eles conhecem tanto o mar, os peixes. Nos últimos anos de escola tomei gosto pelas matérias de humanas, sendo então aprovado em Geografia na USP, em São Paulo, iniciando o curso em 2013. Mudei do interior paulista, da minha cidade natal, a provinciana, caipira e conservadora Taquaritinga. No segundo ano de graduação (2014), comecei a trabalhar com educação, em um museu, e me tornei professor na rede pública estadual no ano seguinte (2015). Entre tantas idas e vindas e vontades de mudanças de curso, decidi, em fins de 2015, permanecer e seguir na Geografia, estudando povos e comunidades tradicionais. Decidi também que, seria professor. Me aproximei do meu mestre intelectual e hoje grande amigo Júlio César Suzuki para fazer o trabalho final de graduação com uma das últimas comunidades caiçaras de Santos-SP, a Ilha Diana (BONFÁ NETO, 2017). A partir disso, com grande incentivo de Júlio, segui na pós-graduação. Então, fui aprovado no PROLAM, e para conhecer um pouco mais a Colômbia fiz a minha primeira viagem para lá, onde realizei um mês de trabalho voluntário com educação ambiental para crianças e adolescentes em Popayan (Cauca), em janeiro de 2019. Isso se encaixou na minha perspectiva de encontrar o que investigo com meu trabalho, de professor na educação básica. Voltei um ano depois à Colômbia (janeiro de 2020), para o trabalho de campo em Bahía Solano, onde fui recebido com muito amor e carinho pela família Aguilar, o que vai e foi muito além da pesquisa. Em julho de 2022, quando voltei pela segunda vez já conhecia um pouco o território, já era grande amigo de Yussely e tido como mais um membro da família. Todas essas relações de afeto, amor e carinho são impossíveis de serem escritas em um trabalho acadêmico, tampouco devem ser reduzidas a pesquisa, mas são de onde provém a maior parte dos aprendizados.

Essa tese foi cruzada pela pandemia COVID-19, que acredito ter influenciado sobretudo o trabalho de campo em Maxaranguape (janeiro de 2021), pois em Bahía Solano (janeiro de 2020 a pandemia ainda não havia “começado” na Colômbia nem no Brasil). No entanto, a pandemia não nos impossibilitou de fazer o campo no Brasil, com as devidas precauções, apenas tivemos que adiá-lo seus meses. Também acredito que esse contexto de

crise tenha influenciado nos testemunhos e nos resultados da pesquisa.

O campo em Maxaranguape começou muito antes dessa pesquisa, com minha amizade com Lucas Gabriel V. P. Silva, desde 2015, por isso acompanhei toda a luta e a criação da APC Cabo de São Roque, de modo que eu já havia estado em Maxaranguape outras vezes antes de fazer o trabalho de campo para essa pesquisa, em janeiro de 2021.

Além dos trabalhos de campo, houve sempre uma tentativa de um olhar amplo sobre os territórios em que visitei, fosse nas férias ou por algum outro tipo de atividade, sempre foi um prazer e uma vontade conhecer lugares novos, novas culturas, provar novos sabores e conhecer novos saberes, sobretudo no Brasil, meu país, onde conheço um pouco de 23 de seus 27 estados e um pouco do “Brasil profundo”, dos sertões. Nunca fui à Europa, mas desde 2017 pude conhecer, entre viagens mais curtas e mochilões, sete países sul-americanos. Durante as três estadias que tive na Colômbia busquei conhecer outros territórios (San Andrés, Cauca, Chocó, Pacífico, Médio Magdalena, Eje Cafetero, Oriente Antioqueño etc). Em todos esses momentos sempre busquei um olhar sensível às questões socioambientais e aos povos e comunidades tradicionais.

Em relação ao momento do intercâmbio na Universidad Nacional (de fevereiro até outubro de 2022, minha terceira estadia na Colômbia), foi um processo muito suado e difícil, sobretudo com relação aos problemas burocráticos enfrentados. Nesse sentido, nós do PROLAM vimos tentando e insistindo nessa integração e buscando abrir o leque de possibilidades, sempre aberto aos diálogos, parcerias e a discussões de ideias.

Considero que concluir essa pesquisa, ainda que tenha aberto indagações para outras reflexões ainda irresolutas por enquanto, foi uma superação, que me deixou inúmeros aprendizados – muito além dos teóricos – para essa trajetória acadêmica, profissional e científica que venho construindo. Nesse sentido, reforço a minha postura e defesa: uma Geografia crítica voltada para o cultural, para o interdisciplinar, servindo para análise de um problema e uma realidade concreta (que também é o propósito do marxismo, segundo V. I. Lenin), com propostas que possam embasar políticas públicas, e uma tentativa de construir uma Ecologia Política, fundada em epistemologias latino-americanas.

Nessa trajetória, pude notar que na academia há disputas de narrativas, como “quem fala o quê” e “quem acredita e segue o que é falado”. Na Colômbia, a Geografia me pareceu mais instrumentalizada, com uma busca por objetividade e surgimento de novos conceitos, termos técnicos e novas sub-áreas. Vejo a Ciência Geográfica cada vez mais técnica, com modelos, modelagens, números, sistemas etc., que muitas vezes tira a sua “essência”, de

conhecer os territórios, estar próxima aos sujeitos, sentir e viver as paisagens e os territórios, ouvir as histórias e geografias passadas e contadas, de ser uma “ciência dos lugares” (LA BLACHE, 2009, 2019).

Lembro-me quando a antropóloga e professora Sylvia Caiuby Novaes me disse que devemos escrever para o “outro” ler e compreender, independente de quem é esse outro. Devemos facilitar e simplificar a escrita, democratizar o conhecimento construído, e sim, colocar nossas impressões pessoais. Escrevo esse trabalho para que os mesmos sujeitos locais sobre o qual escrevo sobre possam ler, compreender e utilizar este documento, como registro, memória e legitimação na luta por direitos, sobretudo os territoriais.

Em quase cinco anos de pós-graduação (desde março de 2019) vi pouquíssimos trabalhos com um caráter etnográfico - e prático - mais denso como esse. Por quais motivos? Minhas hipóteses são que prevalecem algumas ideias equivocadas: a primeira é de que todo território, toda comunidade e todo povo já teria sido estudado dispensando novos estudos; penso também que isso é mais uma afirmação da invisibilidade desses povos e comunidades tradicionais na academia hoje, que se baseia cada vez mais em trabalhos de revisões e análises teóricas (o que, a meu ver foi intensificado e até condicionado pela pandemia).

Essa tese é também um chamado para outros trabalhos mais práticos, que mantenham viva essa etnografia, instrumento de pesquisa que estamos propondo também para a Geografia, para construir geografias pelo contato com o povo, uma geografia que tenha carinho e sensibilidade, além do desejo de que sirva para melhorar e visibilizar os sujeitos e as questões estudadas.

Dessa forma, defendemos uma Geografia mais próxima dos sujeitos sociais, com mais trabalhos de campo e imersões nos territórios, com conversas, vivência do pesquisador e aproximação com os atores e sujeitos dos territórios investigados, por uma Geografia da vivência, das saudades, da sensibilidade, dos afetos, e, como dizia Milton Santos, “das razões e emoções”. Por último, manifesto minha vontade de seguir me articulando com outros pesquisadores, ONGs, Universidades, instituições de ensino etc.

**Dorival Bonfá Neto,  
São Paulo, maio de 2023.**

## INTRODUÇÃO

Nas zonas litorâneas de todo o mundo vivem sociedades que com o tempo e a partir de seu cotidiano desenvolveram uma relação íntima com o mar, em que este se fez presente em suas culturas e cosmovisões, estabelecendo significados para suas práticas, usos e representações. Entre essas práticas, aparece a pesca, que é também uma das formas mais primitivas da alimentação humana, ao lado da caça e da coleta, pois os primeiros agrupamentos de seres humanos já pescavam. Os primeiros assentamentos humanos, formados antes da revolução agrícola, foram aldeias de pescadores que se estabeleceram em áreas próximas de rios e mares ricos em frutos do mar e árvores aquáticas. Essas aldeias apareceram no litoral das Ilhas Indonésias há aproximadamente 45 mil anos (HARARI, 2017).

Com isso, a pesca aparece como um elemento determinante para a formação de agrupamentos humanos desde a pré-história, e atualmente, ainda existem em todas as partes do mundo sociedades que praticam a pesca (DIEGUES, 2004). Isso é resultado de processos estabelecidos por meio de vínculos estreitos entre as sociedades e seus respectivos ambientes, culminando em diferentes adaptações das sociedades para realizar a atividade com inúmeras técnicas de manejo distintas e adaptadas a cada ambiente e a cada lugar (DÍAZ; CARO, 2016). Assim, torna-se possível afirmar que a diversidade existente entre as comunidades tradicionais e seus modos de vida se define a partir de sensíveis e expressivos vínculos estabelecidos entre essas sociedades e seus territórios, como resultado de múltiplas determinações (SUZUKI, 2013).

A diversidade entre povos e comunidades foi um elemento determinante para que se desenvolvessem diferentes culturas que se constituíram através de uma relação íntima com o ambiente e com temporalidades definidas pelos ciclos da natureza, fator que é determinante das sociedades tradicionais (DIEGUES; ARRUDA, 2001; DIEGUES, 2008; SUZUKI, 2013, 2017; WOORTMANN, 2007).

Compreendemos a cultura como um conjunto de valores éticos, simbólicos e comportamentais que moldam sociedades, cujos membros partilham crenças, usos, costumes e ideias (HARARI, 2017), um padrão de significados transmitidos historicamente, um sistema de concepções expressas em formas simbólicas pelas quais os homens desenvolvem suas atividades em relação à vida (GEERTZ, 2008). Ou seja, cultura como hábitos e valores de um grupo, como uma realidade múltipla e que está em constante mudança (CLAVAL, 2022).

Partimos do pressuposto de que não há efetivamente culturas superiores e inferiores no sentido de uma escala evolutiva, pois toda cultura tem o seu valor próprio e único, todas elas

proporcionam a seus membros um sentido de ser e de estar no mundo. Como demonstra o antropólogo Mércio Pereira Gomes (2019), a cultura é, num sentido metafísico, uma mediação, uma lente pela qual o ser humano forma noções sobre si e sobre o mundo que ele age. Já num sentido empírico, cultura é aquilo que o ser humano faz consciente ou inconscientemente, como produzir os meios de subsistência, pensar, relacionar-se etc: “[...] o modo próprio de ser do homem em coletividade, [...] constituindo um sistema mais ou menos coerente de pensar, agir, fazer, relacionar-se, posicionar-se perante o Absoluto, e, enfim, reproduzir-se” (GOMES, 2019, p.36). Seguindo essa perspectiva, a História corresponde às transformações e alterações irrefreáveis que ocorrem constantemente com as culturas (BENJAMIN, 1987a).

Portanto, temos a relação entre o discurso, pensamento e prática, sendo o concreto que conforma a cultura e que possui como principal meio de reprodução a transmissão de “significados culturais” e de práticas que são transmitidas por gerações, transformadas e ressignificadas. Acreditamos na dinamicidade da cultura, que incorpora elementos e ressignifica práticas sociais em um processo de construção que se retroalimenta, sendo algo dinâmico e não estático (GOMES, 2019).

O principal meio cultural de reprodução é a transmissão de significados culturais não só de geração a geração, mas no espaço de uma mesma geração, no cotidiano. Isso se dá por meio da linguagem e do comportamento ensinado, emulado, e aprendido pelos novos membros da coletividade. Ao transmitir os significados que a caracteriza, a cultura ao mesmo tempo se mantém. No processo de transmissão, que se dá no tempo, ela pode criar novos significados e, portanto, mudar. A cultura tem meios e instituições de autopreservação e conservação que lhe permitem funcionar com estabilidade – e, por conseguinte, dar confiança aos indivíduos que a vivenciam. São meios de conservação a língua [...]; os modos de educação, formais e informais [...]; as maneiras de sociabilidade; as instituições como casamento e família; os rituais de solidariedade social e muitos mais. (GOMES, 2019, p.40).

Para o epistemólogo Enrique Leff (2015), os significados culturais também são meios para legitimar os direitos humanos através da reivindicação e reapropriação dos valores culturais, sobretudo de grupos sociais como povos e comunidades tradicionais. Dessa forma, podemos localizar a pesca como uma prática que contém esses “significados culturais” emersos, pois na atividade pesqueira está imbuída maneiras de sociabilidade, rituais de solidariedade, saberes-fazeres, técnicas de manejo, formas de trabalho, alimentação, crenças etc., que se configuram como significados culturais e determinam modos de vida.

No bojo destes elementos materiais e simbólicos, a pesca artesanal consolida-se na América Latina como uma prática ancestral presente no modo de vida das mais variadas sociedades, desde antes mesmo da chegada dos europeus (DÍAZ; CARO, 2016; DIEGUES, 1983, 2004). A presença dessa prática entre os povos indígenas foi um elemento que substanciou a dispersão da pesca artesanal por algumas populações miscigenadas na América

Latina, que foram se estabelecendo a partir dos fluxos migratórios de europeus e africanos para a América, após o século XVI. Por isso, a prática da atividade pesqueira começa a sofrer processos socioculturais de hibridização (CANCLINI, 2015), em que estruturas e práticas que existiam separadamente se combinam e geram novas estruturas e uma diversidade de práticas na atividade pesqueira, que persiste até os dias de hoje nas misturas entre o artesanal e o industrial, entre o tradicional e o moderno.

Atualmente, a pesca artesanal é representada majoritariamente por populações empobrecidas, camponeses, pescadores e outros trabalhadores do mar, que se encontram em vulnerabilidade, junto com os seus modos de vida associados, dependendo completamente das condições que afetam os sistemas socioecológicos. Nesse âmbito, a atividade pesqueira vai muito além de sua importância econômica e cultural, se configurando como um elemento determinante para a soberania e segurança alimentar de milhares de comunidades de pescadores (VIEIRA; GRANADOS; DÍAZ, 2016; FAO, 2020a; BRUZZONE, 2021; CARRIZO, 2021).

Na Colômbia, país que - como o Brasil - possui um grande sincretismo étnico racial mais recente em sua base, a pesca artesanal foi uma atividade praticada pelos indígenas, que ocuparam o território colombiano desde aproximadamente 8.000 a.C. (MELO, 2017). Posteriormente, a pesca adquiriu grande importância quando começou a ser praticada por comunidades litorâneas e ribeirinhas, cuja atividade era (e ainda é) uma importante prática econômica, o principal meio de sustento e a principal fonte de proteína animal. Hoje, na Colômbia, a pesca artesanal se conforma também como uma atividade comercial praticada pelos setores mais pobres e como fonte de empregos, sobretudo para os baixos estratos econômicos, sendo uma importante fonte de segurança alimentar (FIGUEROA, 2021; MORENO, 2018), principalmente para os habitantes do Litoral Pacífico (DÍAZ; CARO, 2016).

Brasil e Colômbia, mesmo que historicamente dominados por elites brancas, possuem populações majoritariamente miscigenadas e com culturas híbridas (CANCLINI, 2015), que se constituíram historicamente através de violências diretas, indiretas e simbólicas, que ainda perpetuam-se como uma marca da formação territorial, deixando inúmeras cicatrizes, entre as quais estão um imenso racismo estrutural, uma visão estereotipada das comunidades e povos tradicionais, marcada por um racismo ambiental, um cenário socioeconômico desigual (em todas as escalas, nacional, regional e local), além da violência e do narcotráfico, que são problemas recorrentes e que **apareceram neste estudo comparativo**.

Em ambos países, a pesca artesanal é resultado de técnicas adaptativas de sociedades ancestrais, com heranças indígenas, africanas e europeias, bem como é fonte de sobrevivência

para muitas das comunidades que vivem em uma condição de extrema dependência dos recursos pesqueiros. Essas comunidades sofrem com ações externas como o avanço de megaprojetos de desenvolvimento e extrativismos que contaminam os corpos d'água e causam desterritorializações, provocando um desequilíbrio biológico e impactando negativamente a atividade pesqueira, além da concorrência com a pesca industrial, que é a maior responsável pela sobrepesca e redução dos pescados (DÍAZ; CARO, 2016; FAO, 2020a).

Portanto, no contexto colombiano, as comunidades que praticam a pesca artesanal também passam por conflitos e disputas pelo território semelhantes aos que ocorrem no Brasil, tendo a interferência de agentes como o Estado e o capital privado, principalmente nas comunidades afrocolombianas do Pacífico (ESCOBAR, 2015; FIGUEROA, 2021; PÉREZ-RINCÓN, 2016). A pesca praticada pelas comunidades negras do Pacífico Norte Colombiano, assim como aquela praticada pelos pescadores artesanais de centenas de comunidades no Nordeste Brasileiro, é artesanal, de pequena escala, com pouco desenvolvimento tecnológico, baixo desenvolvimento das forças produtivas e investimento reduzido (DIEGUES, 1995, 2004).

Uma distinção fundamental entre as comunidades tradicionais pesqueiras do Pacífico Colombiano em relação as do Atlântico Brasileiro é que aquelas apresentam a dimensão étnica, pois são **afrocolombianos**, um tipo étnico, mas que também demanda uma cultura plural e muito heterogênea (FIGUEROA, 2021). Já no caso brasileiro, os pescadores artesanais do Litoral Nordestino, chamados também de **jangadeiros** (CASCUDO, 2002; DIEGUES; ARRUDA, 2001; SILVA, L., 2020), que faz alusão ao tipo de embarcação, a jangada, eles representam uma cultura, um modo de vida em que não há uma etnicidade tão bem definida, como no caso dos afrocolombianos, ainda que se constitua como povo tradicional, miscigenado e híbrido, cuja herança africana é marcante.

Dessa forma, aqui será realizado uma análise comparativa entre os **afrocolombianos** de Bahía Solano (Chocó, Colômbia) e os **pescadores artesanais** de Maxaranguape (Rio Grande do Norte, Brasil). Ambos lugares de estudo (terrenos) são ocupados por populações tradicionais em que a pesca é uma das principais atividades, portanto, são territórios tradicionais pesqueiros.

Esses fatores demonstram a complexidade da atividade da pesca artesanal e a sua relevância para compreender a relação entre cultura, sociedade, economia e natureza, e a importância da atividade para os países como Brasil e Colômbia, para a garantia da reprodução do modo de vida das comunidades tradicionais de pescadores artesanais, para a segurança e soberania alimentar, visto que cada grupo humano praticante da pesca possui adaptações particulares ao lugar, por meio das práticas e conhecimentos ancestrais que asseguram a



conservação ambiental, ou etnoconservação (DIEGUES, 2008, 2019).

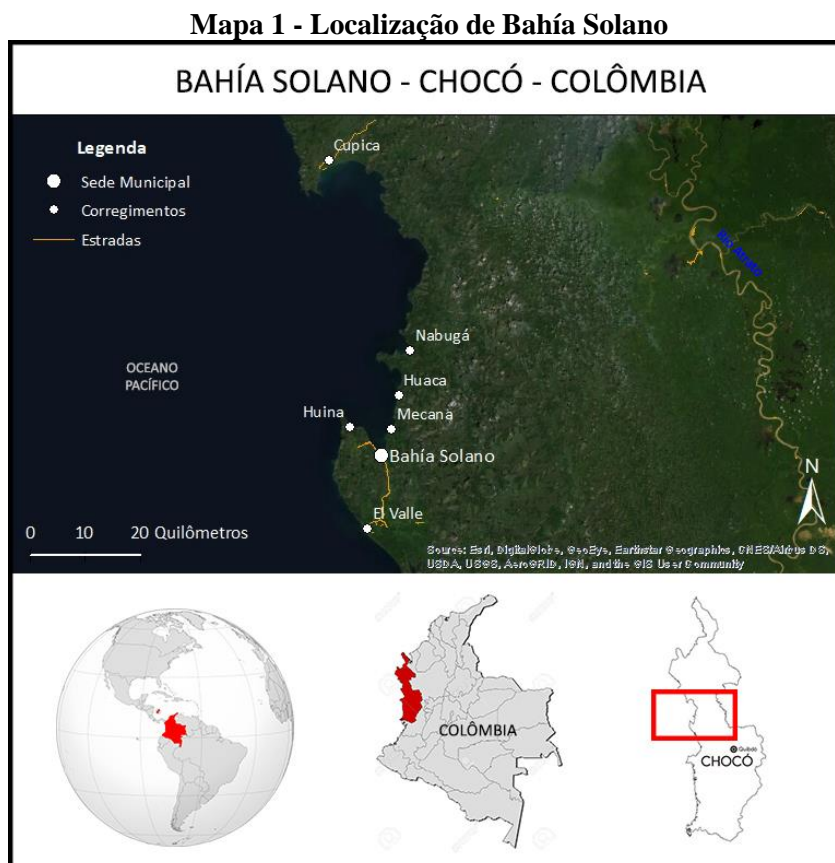
Em cada território que a pesca artesanal se manifesta, ela guarda características específicas de um processo social, histórico e cultural, por meio das heranças de experiências, das criações e recriações, das respostas aos desafios, das objetivações, da ação dos sujeitos sobre seus meios e desses sobre aqueles. Assim, cada comunidade pesqueira possui sua própria dinâmica, em relação às territorialidades, aos tipos e artes de pesca e aos conflitos enfrentados. Aqui, será feito um **estudo comparativo acerca da pesca artesanal** em sua relação com o modo de vida tradicional e com as territorialidades pesqueiras.

## Áreas de estudo

### Bahía Solano (Chocó, Colômbia)



O município de Bahía Solano se localiza ao norte do departamento de Chocó, entre a Serra (*Serranía*) de Baudó e o Oceano Pacífico (**Mapa 1**). Com área de 976 km<sup>2</sup>, faz limites com a baía de Cupica (ao Norte), onde inicia o município de Juradó, e com a enseada do Parque Nacional Natural Útria (ao Sul) (BAHÍA SOLANO, 2016). Sua população é de aproximadamente 9.500 habitantes (DEFENSORIA DEL PUEBLO, 2016).



O município é formado pela sede municipal “José Celestino Mutis”<sup>1</sup> (chamada de *Ciudad Mutis*, popularmente de Bahía ou Bahía Solano) e por seis *corregimientos* (no Brasil são distritos), além de outras praias e veredas menores e de quatro *resguardos indígenas* (Boro Boro, Poza Mansa, el Brazo e Villa Nueva Juna), sendo que dois estão reconhecidos e outros dois ainda não (*resguardos indígenas* são as terras indígenas na Colômbia).

El Municipio de Bahía Solano, se encuentra conformado por la Cabecera Municipal (Ciudad Mutis), seis Corregimientos, (Nabugá, Huína, Huaca, Cupíca, El Valle y Mecana), dos resguardos Indígenas reconocidos o formalizados y dos que aún no lo están (Boroboro, Poza Mansa, el Brazo y Villa Nueva Juna), un extenso territorio colectivo de Comunidades Negras (traslapados con los Corregimientos), el Parque Natural Nacional Utría y 6 Reservas Naturales de la Sociedad Civil que también conforman áreas de manejo especial. El 87% de la Población residente en Bahía Solano se auto reconoce como Negro, Mulato, Afrocolombiano o Afrodescendiente; el 9% como Indígena y el 4% Mestizo y otros. (BAHÍA SOLANO, 2016, p.16).

O acesso à Bahía Solano dá-se através em avião desde Medellín, ou de Quibdó, com saídas diárias, ou de barco, desde Buenaventura. Há transporte marítimo em alguns dias da semana para outras cidades do Pacífico Chocoano (Nuquí e Juradó). *Ciudad Mutis* é onde se encontra o aeroporto e as principais instituições comerciais e de serviços, bem como a sede das principais organizações e associações de pescadores.

A sede municipal conta com uma escola (para os anos primários), um colégio (para os anos finais) com ênfase no que chamam de *Bachiller en Ciencias del Mar*, tendo algumas disciplinas alternativas e que possuem uma relação maior com o lugar, enfocadas no estudo do mar e sua relação com a sociedade), e uma Universidade (*Universidad Tecnológica del Chocó* “Diego Luis Cordoba”). A religião de maior adesão é o catolicismo (na sede municipal há somente uma igreja católica), as religiões evangélicas estão em expansão, por isso, pode-se encontrar muitas igrejas destas nos bairros e *corregimientos*.

Entre as principais atividades econômicas e presentes no modo de vida, estão a extração madeireira, a pesca artesanal, a agricultura de subsistência, pequenos comércios e o turismo (pesca esportiva, ecoturismo, caminhadas pela selva, passeios de lancha pelo mar e aos *corregimientos* e degustação de pratos típicos). A maioria dos turistas opta por ficar em El Valle, de onde partem passeios para o Parque Nacional Natural Utría (PNN Utría), em lanchas, também para Nuquí e para outras localidades. El Valle tem uma presença mais densa do turismo, composta por agências, hotéis, pousadas, hostéis, bares e restaurantes. Os outros *corregimientos*, como Huína, Mecana e Cupica possuem menos equipamentos turísticos.

---

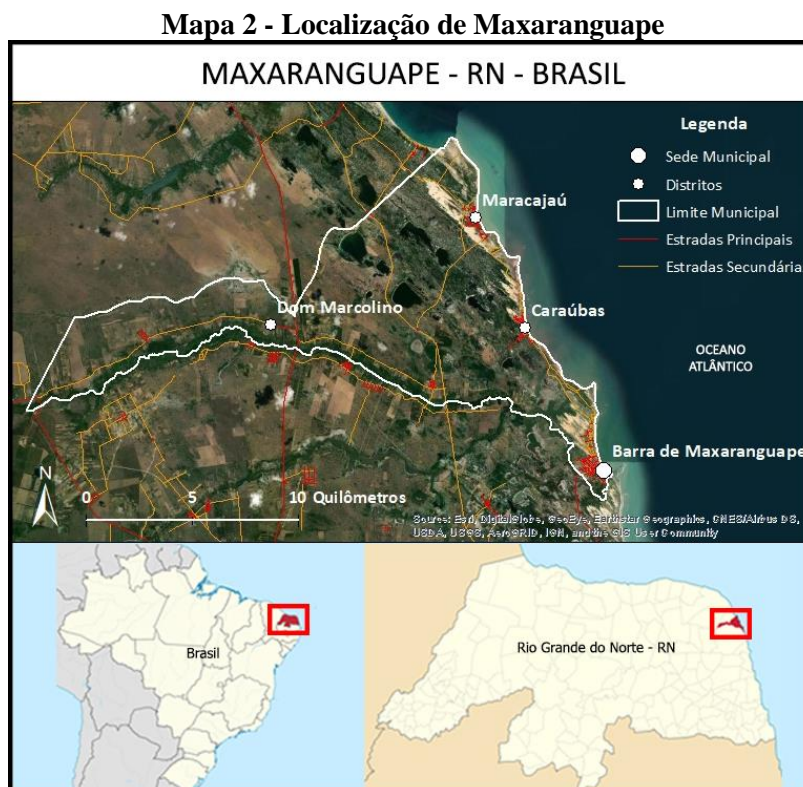
<sup>1</sup> Em espanhol, a sede é chamada de *cabecera municipal*. José Celestino Mutis Cádiz foi o organizador de uma expedição botânica na Nova Granada em 1783, que durou 33 anos e foi responsável por um acúmulo do conhecimento geobotânico da Colômbia, organizando um herbário com 15.000 plantas, 600.000 lâminas e incontáveis escritos (VEGA; CORDOBA, 1984).

*Ciudad Mutis* conta com suficiente número de hotéis, restaurantes, mercados e bares, havendo também a presença de guias turísticos que oferecem atividades como trilhas a cachoeiras e mergulhos (com *snorkel* ou com cilindro), além de idas ao PNN Utría.

Os principais modais utilizados para o transporte na cidade e entre alguns *corregimientos* são a motocicleta, as bicicletas e os chamados “*carritos*”, além das lanchas a motor, utilizadas também para o transporte a outros municípios. O sistema viário municipal é restrito a uma única via não toda pavimentada que conecta *Ciudad Mutis* com El Valle (**Mapa 1**). Essa inexistência de estradas às vezes é percebida por alguns moradores como um empecilho para o “desenvolvimento”.

### Maxaranguape (Rio Grande do Norte, Brasil)

Maxaranguape é o município do Brasil mais próximo da África (excluindo-se Fernando de Noronha), especificamente, onde se localiza a “Árvore do Amor” e o Farol do Cabo de São Roque. O município possui uma área de 132 km<sup>2</sup>, cuja sede está a 54 km da capital Natal (**Mapa 2**). A população de Maxaranguape é de 10.255 habitantes, com densidade demográfica de 77,61 hab./km<sup>2</sup>, e IDH de 0,608 (médio) (IBGE, 2023a, 2023b). Os seus limites municipais são com Ceará-Mirim (sul), Taipu (sudoeste), Pureza (oeste), Rio do Fogo (norte) e Oceano Atlântico (leste).



Elaboração própria.

A divisão administrativa consiste em uma sede urbana, Barra de Maxaranguape (área mais urbanizada e onde estão as principais instituições, como a prefeitura, a maioria dos colégios e os estabelecimentos comerciais), e três distritos, sendo estes: Caraúbas (onde há um menor número de estabelecimentos comerciais e unidades institucionais, sendo que seu nome provém de uma planta que era abundante no local da comunidade), Maracajaú (onde estão concentrados os equipamentos de turismo, como parques e hotéis) e Dom Marcolino (localizado no interior, onde há uma presença mais forte da agricultura familiar). O município também possui alguns assentamentos de pequenos produtores rurais, sendo eles: São José, Soledade, Novo Horizonte, Nova Vida, Santa Ana e Rosa Luxemburgo.

No município, tanto na sede municipal, quanto nos dois distritos litorâneos, a pesca configura-se como uma das atividades principais ao lado dos serviços (sobretudo aqueles relacionados com a prefeitura), da agricultura (em menor grau, praticada por meio de pequenos cultivos próximos à cidade e nos assentamentos) e do turismo, feito por empresas grandes e inexistente o turismo de base comunitária.

Maxaranguape possui um sistema rodoviário que os conecta com a capital Natal, tendo como principal via a rodovia BR-101, que passa por todo o litoral do RN (e do Brasil também). O mar não é utilizado como uma via de transporte, a navegação que existe ou é para o turismo (visitar os recifes) ou para a pesca. No município, existem escolas e colégios para todas as idades da educação básica, não havendo universidades (as mais próximas estão a 30 minutos de carro ou ônibus, em Natal). A religião de maior expressividade é o catolicismo, existem três igrejas católicas, que tecem uma centralidade nas três principais aglomerações (Maxaranguape, Caraúbas e Maracajaú), mas se observa uma expansão das igrejas evangélicas.

Boa parte da costa do município está localizada na **Área de Proteção Ambiental Recifes de Corais (APARC)**. Os principais focos turísticos são as lagoas (sobretudo para os moradores locais ou da região), as praias e os “Parrachos de Maracajaú”, um recife de coral localizado a sete quilômetros da costa onde são feitos mergulhos recreativos (com *snorkel* ou com cilindro), partindo de Maracajaú e sendo um dos principais atrativos turísticos do Rio Grande do Norte. Esse turismo é feito sobretudo por grandes lanchas, escunas e catamarãs pertencente às empresas.

O distrito de Maracajaú concentra a maior parte desses equipamentos turísticos, como restaurantes, hotéis e pousadas. Na sede municipal também é possível encontrar equipamentos para o turismo, embora de menor tamanho. Já Caraúbas não possui grandes estabelecimentos turísticos, sendo ocupada mais pelos locais, além de algumas casas de veranistas.

## Problema

Não só na América Latina, mas em todo Sul Global, forças políticas e econômicas apresentam uma ameaça para a pesca artesanal, provocando conflitos territoriais e socioambientais que tornam as zonas de pesca territórios de disputa, em que múltiplos atores e interesses se chocam. Por exemplo, a competição entre pesca industrial e artesanal, que se trata de uma competição injusta e desequilibrada, se inserindo em uma crise ecológica complexa (DIEGUES, 2004; MACIEL *et al*, 2021), referida como “crise da pesca” (CAMARGO, 2014).

Para a FAO (2020a), os fatores que mais causam impactos na pesca artesanal e em comunidades pesqueiras em todo o mundo são: **a)** competição crescente por recursos marinhos com a pesca industrial e com a aquicultura; **b)** diferentes segmentos de pesca operando na mesma área e pescando os mesmos estoques; **c)** medidas de preservação ambiental que limitam o acesso dos pescadores aos recursos; **d)** expansão do turismo; **e)** exploração de formas de energia e construção de infraestrutura para isso; e **f)** transporte marítimo.

Em uma análise da evolução da atividade pesqueira na Argentina em busca de compreender os atuais conflitos, um grupo de pesquisadores aponta para algumas características do setor, que se configurou majoritariamente como extrativista. Essas características, atribuídas à Argentina em particular, podem ser expandidas para a América Latina em geral, são elas:

a) la consolidación de grandes grupos empresariales nacionales/extranjeros que controlan verticalmente todo el circuito productivo, desde la extracción a la producción y la comercialización; b) un constante aumento del esfuerzo pesquero sobre las especies más valoradas; c) un acentuado perfil exportador; d) una creciente externalización de los impactos producidos hacia el sistema natural (sobrepesca, deterioro de los fondos marinos y contaminación) y hacia el sistema social (creciente precarización laboral, elevada concentración económica y deterioro en los espacios portuarios). (MACIEL *et al*, 2021, p.14).

Max Agüero (1992) traz um panorama histórico da pesca artesanal na América Latina, citando a falta de registros da atividade antes da chegada dos europeus, bem como o uso da prática como subsistência até a década de 1940, fazendo uma análise do atual estado da pesca artesanal em determinados países. O autor indica um estancamento da pesca artesanal, que acaba sendo negligenciada pelas políticas públicas.

Como aspectos semelhantes entre as comunidades pesqueiras litorâneas dos países latino-americanos estudados por Agüero (1992) e Turriago (2001) estão: **a)** falta de serviços públicos de saúde e segurança social; **b)** aumento paulatino da escolaridade dos pescadores; **c)** importante fonte de emprego nas zonas rurais costeiras; **d)** pesca artesanal associada a alguma outra atividade como a principal atividade local; **e)** reclamação quanto à diminuição dos

estoques de peixes; **f**) pouca relevância na economia nacional; **g**) baixo nível tecnológico (dos meios de produção) e econômico; **h**) diversidade cultural e social nas comunidades pesqueiras; **i**) desarticulação social e econômica dos pescadores artesanais; **j**) forte dependência dos comerciantes; **k**) acesso ou inexistente a fontes de capital e crédito, por parte dos pescadores; e **l**) grande contribuição para a segurança alimentar.

Delaporte, Hellebrandt e Allison (2014) problematizam a situação da segurança alimentar na pesca artesanal, tratando a atividade como um sistema alimentar e questionando a falta de estudos na área. Os autores fazem uma análise das práticas de governança da pesca artesanal (sobretudo em organizações da sociedade civil, como cooperativas e ONGs), analisando nove iniciativas em países latino-americanos (Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, México e Peru). Como resultado, notou-se, na maioria das iniciativas analisadas, a ausência de elementos e políticas públicas regionais, nacionais ou locais de segurança alimentar e nutricional relacionadas com a pesca artesanal.

Bonfá Neto e Suzuki (2019) identificaram as características dos principais conflitos envolvendo a pesca artesanal na América Latina: **a**) por território, com a pesca industrial; **b**) com outras modalidades de pescadores (esportivos, clandestinos, de “fora” da comunidade); **c**) disputa de território com o turismo ou com grandes empreendimentos imobiliários ou industriais; **d**) com os megaprojetos, como sistemas de irrigação, barragens e hidrelétricas, que alteram a estrutura e dinâmica dos ecossistemas aquáticos, interrompendo rotas migratórias e levando ao desaparecimento de espécies e diminuição dos estoques pesqueiros; **e**) ausência de políticas públicas que ordenem a atividade pesqueira, alertando também para a falta de participação e representação política dos pescadores e para a ausência de diálogo do Estado com os mesmos; **f**) falta de políticas públicas para a pesca artesanal ou para um cenário em que estas não incorporam o saber e o fazer tradicional, superando o valor da tradicionalidade e de modos de vida não urbano-industriais. Evidenciando assim, um grande conflito entre a existência de políticas públicas que não condizem com as reais necessidades dos pescadores e da pesca artesanal; **g**) com as Unidades de Conservação, pois os órgãos ambientais proíbem determinadas atividades pesqueiras em determinados períodos do ano, restrições essas que - muitas vezes - são infundadas e baseadas em um modelo de áreas naturais protegidas imposto pelo Estado e que não abrange os modos de vida dos povos e comunidades tradicionais; e **h**) com oligarquias locais de agropecuaristas, que restringem o uso das águas pelas comunidades de pescadores.

Sendo assim, a prática pesqueira artesanal entrou em conflito com algumas

transformações ocorridas, sobretudo após o início do século XX, devido a eventos como: criação de áreas protegidas que expulsa as comunidades tradicionais que ali vivem (DIEGUES, 2008), concorrência com a pesca industrial (DIEGUES, 1995; DÍAZ; CARO, 2016; MORAN, 2011), expansão atividade portuária, industrial, de turismo em territórios tradicionais (DIEGUES, 1995; DÍAZ; CARO, 2016; PÉREZ-RINCÓN, 2016; WOORTMANN, 1992) e impactos das mudanças climáticas (MORAN, 2011; SUMALIA *et al*, 2011). Todos esses fatores se intensificaram após meados do século XX (BONFÁ NETO; SUZUKI, 2019), provocando mais espoliação territorial e desterritorialização para as populações tradicionais pesqueiras.

A formação de um território é um processo conflitivo em que muitas territorialidades disputam a apropriação e/ou dominação das condições materiais de reprodução do modo de vida, que também causa desterritorialização de grupos sociais, tanto material, quanto simbólico (HURTADO, PORTO GONÇALVES, 2022).

Consideramos, sob a ótica do materialismo histórico-dialético, a separação dos produtores e seus meios de produção, ou a “expropriação do povo do campo de sua base fundiária” como a primeira desterritorialização.

A dissociação entre trabalhador e “controle” (domínio e apropriação) dos meios de produção (da terra para cultivar à fábrica ou aos instrumentos para produzir) é a grande desterritorialização, imprescindível, de qualquer modo, à construção e reprodução do capitalismo. (HAESBAERT, 2021, p.175).

Em nossa concepção, desterritorialização está mais ligada, mas não exclusivamente, aos hibridismos culturais (CANCLINI, 2015), que erodem as relações entre as identidades culturais e seus territórios tradicionais. Compreendemos a desterritorialização como sempre vinculada a processos de (re)territorialização e aplicada a fenômenos de instabilidade ou fragilização territorial, sobretudo entre os grupos socialmente segregados ou excluídos, sendo impossibilitados de construir e/ou exercer um efetivo controle em seus territórios, como afirma Rogério Haesbaert (2021, p.315): “[...] a desterritorialização como exclusão, privação e/ou precarização do território enquanto ‘recurso’ ou ‘apropriação’ (material e simbólica) indispensável a nossa participação efetiva como membros de uma sociedade”.

Essas desterritorializações são causadas pelas frentes de expansão, que ocorrem por meio de construção de infraestrutura e são marcadas por uma lógica territorial que concebe áreas tradicionalmente ocupadas por populações tradicionais como vazios demográficos (PORTO GONÇALVES; QUENTAL, 2012). Muitos desses espaços são tidos como **fundos territoriais**<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Espaços que se valorizam e desvalorizam conforme são definidas e redefinidas as matrizes produtivas. O Estado cumpre o papel de guardar os fundos territoriais e garantir a integridade do território para esses momentos,

(MORAES, 1999, 2005) e são lugares que estão ocupados sob formas de apropriação que não são o direito formal, como a apropriação comunitária tradicional e o direito consuetudinário, que na maioria das vezes são territórios ocupados por populações há centenas e até milhares de anos, como é o caso de muitas comunidades de pescadores artesanais no Litoral (Atlântico) Brasileiro (BONFÁ NETO, 2017; BONFÁ NETO; SUZUKI, 2019; DIEGUES, 1983, 2004; WOORTMANN, 1992, 2007) e no Pacífico Colombiano (DÍAZ; CARO, 2016; ESCOBAR, 2005; 2015; FIGUEROA, 2021; MORENO, 2018).

Com a desterritorialização de comunidades pesqueiras, além da redução da pesca artesanal, pode ocorrer a transformação de comunidades tradicionais em periferias urbanas marginalizadas e excluídas e o abandono de modos de vida tradicionais e alternativos (DIEGUES, 1995, 2004). Isso coloca em ameaça as “temporalidades não hegemônicas” (SANTOS, 2013a), das quais são possuidoras as comunidades tradicionais (como os pescadores artesanais), que vivem tempos lentos, adaptados às infraestruturas do passado. Nesses territórios, as formas de economia não hegemônicas e as classes sociais subalternas - como os povos e comunidades tradicionais - encontram a sua sobrevivência. Isso evidencia como os territórios são constituídos a partir de diferentes escalas de tempos (CAPEL, 2016).

Portanto, nas expressões desses conflitos, nota-se uma transição caracterizada por Milton Santos (2013a, p.17), de um momento em que a “natureza harmônica” a qual “[...] cada grupo humano construía seu espaço de vida com as técnicas que inventava para tirar do seu pedaço de natureza os elementos indispensáveis à sua própria sobrevivência”, para uma “natureza hostil”, marcada pela ruptura, mecanização e (tentativa de) dominação da natureza pelo homem em que “[...] a natureza é agora unificada pela História, em benefício de firmas, Estados e classes hegemônicas” (SANTOS, 2013a, p.18). Essa passagem se faz de maneira mais presente nas comunidades tradicionais, afetando seus modos de vida e territórios.

Esses fatores expressam como a colonialidade implica, ainda hoje, em uma invisibilidade dos não europeus, ou não ocidentais, como os negros, os indígenas e os chamados povos e comunidades tradicionais, que mantêm um modo de vida em que a dependência da natureza e de seus ciclos é um elemento fundamental, como também é a apropriação do seu território. Com isso, a disputa dessas comunidades tradicionais passa a ser pelo território, fazendo com que este tome sentido para pensar as relações que abrangem as comunidades pesqueiras atualmente, pois o território deixa de ser pensado somente como a base física de

---

estimulando ou contendo fluxos, direcionando explorações e intensificando ou estagnando atividades. Isso demonstra como a lógica colonial revive na própria construção da América Latina, pois ocorre a necessidade de uma contínua acumulação primitiva, tendo como alvo as “novas” terras (MORAES, 1999).



poder do Estado e passa a ser visto como:

[...] o processo de apropriação e controle do espaço geográfico com seus recursos e suas gentes, revelando as tensas relações de poder que lhes são constitutivas. [...] como não há apropriação material que não seja ao mesmo tempo simbólica, o processo de apropriação da natureza é acompanhado, ao mesmo tempo, por uma tensa e intensa luta pelos sentidos a ela atribuídos. (PORTO GONÇALVES, 2012, p.34).

Nesse âmbito, os territórios pesqueiros também são colocados em disputa entre os pescadores e o Estado/Empresas, que muitas vezes acabam desterritorializando os povos e comunidades tradicionais, que são mais vulneráveis em sofrerem esses impactos negativos (HAESBAERT, 2021), que também destroem a biodiversidade e os recursos que são necessários para a reprodução do modo de vida daquelas comunidades.

A chegada dessa lógica urbano-industrial e neoliberal marca uma dimensão de distanciamento e aproximação dessas comunidades com a sociedade urbano-industrial, que faz com que alguns elementos e saberes de culturas tradicionais sejam ressignificados sob uma lógica mais urbana e da modernidade (SUZUKI, 2013, 2017).

Distanciamento porque não são possuem modos de vida iguais aos da sociedade urbano-industrial, já que vivem densamente a relação com a natureza, cujo tempo cíclico marca, em grande medida, a reprodução material e imaterial dos grupos; aproximação porque o mundo da sociedade urbano industrial se mantém como uma mediação significativa na vida dos moradores dos territórios tradicionais, pois influencia, cada vez mais, a maneira como os sujeitos se veem no mundo e veem o mundo, bem como se realizam como sujeitos, o que incorpora a definição de projetos, sonhos, anseios e receios. (SUZUKI, 2013, p.630-631).

A ideia de distanciamento e aproximação nega uma leitura dualista entre o moderno (das sociedades urbanas) e o tradicional (das sociedades rurais), pois “[...] o que temos, de forma geral, é a presença do moderno em níveis distintos, inserido em temporalidades históricas diversas [...]” (SUZUKI, 2017, p.8), e essas temporalidades são mediadoras dos modos de vida. Essa ideia coaduna com a afirmação de Milton Santos (2013a, p.116) de que o espaço se trata do acúmulo desigual de tempos: “[...] ele [o espaço] cristaliza os momentos anteriores e é o lugar de encontro entre o passado e o futuro, mediante as relações sociais do presente que nele se realizam”.

Muitas vezes, os pescadores artesanais, não tendo as condições necessárias para se adaptarem às imposições em sua realidade, de optarem por seus projetos de vida, por seus futuros, vão submetendo-se a prescrições alheias que os minimizam, os tornam invisíveis, pois as suas decisões já não são mais suas, são impostas de fora para dentro. Daí esses sujeitos têm de mudar o seu modo de vida para adaptarem-se à sociedade urbano-industrial e para se defenderem de prescrições externas que são impostas e baseadas em interesses dos processos de reprodução do capital, adaptando-se às temporalidades hegemônicas (SANTOS, 2013a). Isso

pode fazer com que muitas culturas sejam modificadas por influências externas, como as globais, a ponto de ficarem irreconhecíveis.

Portanto, temos a seguinte **pergunta-problema** como instrumento que guiou a investigação: Por que a pesca artesanal marítima, a partir de **novas dinâmicas socioambientais e novas territorialidades disruptivas** nos territórios tradicionais pesqueiros afrocolombiano (Bahía Solano) e brasileiro (Maxaranguape), sofre alterações em seus modos de vida, alterando práticas consuetudinárias de reprodução material e imaterial?

### **Justificativa**

O acúmulo milenar de conhecimentos sobre o mar resultou em um domínio nas artes da navegação e da pesca, que é transmitido por gerações e presente em diversas sociedades na América Latina e no mundo, tratando-se de conhecimentos constituídos “com e não contra a natureza” (LEFF, 2015; PORTO GONÇALVES, 2012). Estes conhecimentos podem e devem ser dialogados com o conhecimento científico em busca de uma superação da colonialidade do saber e do poder, que inferioriza o outro e desperdiça a experiência humana.

Nesta pesquisa, se demonstrou como a pesca pode ajudar a refletir sobre distintas relações entre sociedade e natureza, que envolvem a resistência de povos a partir da identidade e da reapropriação social da natureza, pois as dificuldades dos pescadores relacionam sociedade, território, lugar, espaço e tempo. Tentaremos estabelecer a compreensão dos fatores presentes em lugares específicos, por meio dos estudos de caso, pois é no lugar que se contrapõem à organização perversa da globalização, da aceleração do tempo, da destruição de culturas, e é no lugar que os tempos subalternos ainda resistem (SANTOS, 2013a).

O mundo da globalização doentia é contrariado no lugar. Desse modo, o lugar torna-se o mundo do veraz e da esperança; e o global, mediatizado por uma organização perversa, o lugar da falsidade e do engodo. [...] o que globaliza separa; é o local que permite a união. [...]. É pelo lugar que revemos o Mundo e ajustamos nossa interpretação, pois, nele, o recôndito, o permanente e o real triunfam, afinal, sobre o movimento, o passageiro, o imposto de fora. (SANTOS, 2013a, p.33).

Mércio Pereira Gomes (2019), ao valorizar as comunidades rurais e a resistência cultural, vai na mesma direção que Milton Santos ao afirmar que:

Destruir as culturas é o propósito da globalização, tal qual se exerce na atualidade. E o faz penetrando pela vida urbana e pela classe média. Talvez a última resistência cultural venha exatamente da vida rural [...] e daqueles que não estão totalmente inseridos nesse mundo de consumo – os pobres e os desvalidos (GOMES, 2019, p.176).

Em busca da compreensão das relações de dominação e subordinação em suas situações espaciais, foi realizado um exercício de repensar os fundamentos da matriz da

racionalidade eurocêntrica, por meio de uma perspectiva interdisciplinar, latino-americana e anti-colonial, buscando valorizar os saberes tradicionais e rompendo com a colonialidade do saber, que também é epistêmica, pois produz desencontros entre a experiência histórica e as perspectivas de conhecimento presentes na América Latina (QUIJANO, 2005). Essa perspectiva se faz rara em trabalhos sobre a pesca artesanal latino-americana, conforme foi possível identificar a partir de um levantamento bibliográfico sistemático (BONFÁ NETO; SUZUKI, 2019, p.111-112):

[...] constatou-se uma predominância de autores dos países do norte desenvolvido [...]. Por se tratar de trabalhos desenvolvidos no contexto latino-americano, notamos uma ausência do uso de epistemologias latino-americanas, como correntes teóricas sobre o descolonialismo, ou mesmo o uso de autores latino-americanos para o debate ambiental, que também se mostrou ausente (exceto de autores brasileiros). Em todos os artigos, as definições dos conceitos de pesca artesanal e pescadores artesanais demonstraram-se semelhantes, a maioria dos artigos apontou para uma drástica diminuição da pesca artesanal, ou seja, uma visão pessimista, porém realista, acerca da continuidade da atividade, que aparenta não poder competir com as atividades relacionadas à reprodução ampliada do capital. Em geral, os artigos tratam os pescadores como camponeses, pois aqueles também realizam uma atividade que possui características não capitalistas no processo de produção da mercadoria (pescado). [...] Uma dificuldade que se faz presente, nas pesquisas sobre a pesca artesanal na América Latina, é a falta de bases de dados que contenham informações precisas e organizadas sobre a atividade, como ressaltado por diversos autores.

Com referência nas situações espaciais presentes em nossas reflexões, desejamos que possa também servir como um documento que guarda narrativas e experiências de vidas, sendo um registro da resistência e da história de um lugar e de um povo, bem como um indicador de seus direitos e do valor da cultura e dos saberes e conhecimentos tradicionais para melhor discutirmos a realidade do território, da sociedade, do modo de vida e da identidade na América Latina, que é mais do que nunca um projeto histórico, aberto e heterogêneo, além de uma lealdade com a memória e com o passado.

Soma-se a isso a importância de realizar um estudo comparativo sobre a pesca artesanal marítima no Pacífico Norte Colombiano e no Atlântico Norte Brasileiro, visto que são raros estudos dentro da nossa temática, abordagem e nos lugares estudados, municípios de Bahía Solano e Maxaranguape. Esse fato contradiz com a grande importância que a atividade possui para a soberania e segurança alimentar e para a reprodução sociocultural dessas comunidades, como também por manter a conservação ambiental em seus territórios, sobretudo pelo seu modo de vida com práticas produtivas pouco predatórias, a qual a pesca artesanal está inserida. Além disso, as áreas de estudo também guardam aproximação étnica afrodescendente e são representativas da importância da pesca artesanal em seus países, pela manutenção de práticas consuetudinárias ainda presentes, o que não exclui as inovações verificadas na pesquisa.

## **Objetivos**

O **objetivo geral** da pesquisa é compreender a reprodução da pesca artesanal dentro dos significados culturais, dilemas e conflitos que a envolvem no Brasil e na Colômbia, a partir do histórico de mudanças territoriais que alteram os modos de vida tradicionais, devido a conflitos socioambientais, pelo território e seus recursos, nas comunidades pesqueiras de Maxaranguape, Rio Grande do Norte, e Bahía Solano, Chocó, aproximadamente nos últimos 50 anos.

### **São objetivos específicos:**

- a)** Analisar a relação do Estado e do território com a pesca artesanal na América Latina, quanto à formação dos territórios tradicionais pesqueiros e à luta que as comunidades de pescadores artesanais estão enfrentando, pelo direito ao território e à diferença, para garantir seus modos de vida e seus patrimônios ambiental e cultural. Isso será feito desde uma escala mais ampla, de políticas públicas pesqueiras nacionais, até a escala local, com as comunidades pesqueiras;
- b)** Identificar as territorialidades pesqueiras e as práticas tradicionais - produtivas e culturais - associadas ao modo de vida tradicional, bem como as transformações, processos e conflitos (territoriais e socioambientais) que causam rupturas e permanências nesse modo de vida, alterando as práticas produtivas, o papel feminino, o trabalho, as tradições culturais e outras relações sociais, apontando como esses fatores estão imbricados na relação das comunidades pesqueiras com o seu território e são essenciais à reprodução social, cultural e identitária dessas comunidades;
- c)** Caracterizar e comparar as técnicas de pesca, as embarcações, as espécies de pescados, o papel da lua, das marés, do tempo e do clima na pesca, a soberania comunitária no território e os conflitos socioambientais e territoriais.

## **Metodologia**

Será adotado um enfoque qualitativo, interdisciplinar (DIEGUES, 2001; LEFF, 2009a, 2009b, 2011; PORTO GONÇALVES; LEFF, 2015; MORAN, 2011; LIU *et al*, 2007), latino-americano, descolonial (ESCOBAR, 2005; 2015; LEFF, 2015; QUIJANO, 2005; PORTO GONÇALVES, 2002, 2012; SAQUET, 2019b), multiespacial (por meio de estudo comparativo e de uma análise multiescalar) e multitemporal, discutindo processos desde o estabelecimento das comunidades estudadas, em profundidade histórica, a qual se buscará atingir a partir da memória dos sujeitos e da revisão documental.

Em busca de convergir com esses referenciais teóricos, a metodologia e as técnicas adotadas possuem o sentido da promoção de um diálogo com as comunidades, objetivando uma conscientização acerca das possibilidades de desenvolvimento local, autônomo e comunitário, bem como da importância da permanência de práticas tradicionais. Buscaram-se métodos e técnicas de pesquisa que se inserem em uma perspectiva de pesquisa colaborativa e crítica, pois acreditamos que o limite da descolonização é fazer das próprias comunidades “antropólogos”, que sabiam suas condições e possibilidades futuras.

A presente pesquisa foi orientada por alguns princípios básicos da Geografia, como a localização, delimitação e correlação dos fenômenos naturais e culturais da superfície da terra (CASTRO, 2012; LA BLACHE, 2009). Dentro da Geografia, guiamo-nos por uma abordagem cultural (CLAVAL, 2022), que busca entender o papel da cultura no conjunto dos fenômenos geográficos, voltando-se para a compreensão dos imaginários, das questões simbólicas, das identidades, enfim, de como os sujeitos e grupos sociais vivem, observam, imaginam, concebem, percebem e tentam mudar o mundo.

Valorizando a nossa formação inicial, lançaremos mão do método geográfico, que, segundo o geógrafo, médico e político Josué de Castro, em seu magnífico estudo de natureza ecológica *Geografia da Fome* (2012, p.16), “[...] permite estudar o problema em sua realidade total, sem arrebentar-lhe as raízes que o ligam subterraneamente a inúmeras outras manifestações econômicas e sociais da vida dos povos”.

A questão do método é um dos problemas mais centrais das teorias sociais, pois toda aproximação às Ciências Sociais e Humanas demanda um esforço de clarificação metodológica. O método implica uma posição do pesquisador para que em sua relação com o objeto seja possível captar as suas múltiplas determinações, sendo uma concepção de mundo orientada para a construção da pesquisa, uma postura filosófica, política e ideológica (MORAES; COSTA, 1987). Assim, refere-se a um conjunto de proposições que são adotadas para o estudo de uma realidade, ou de seus aspectos, por isso, nenhum método é fixo nem eterno (SANTOS, 2013b).

Para Milton Santos (2013b, p.47), a escolha metodológica é também política e ideológica, sendo impossível um pesquisador de Ciências Humanas ser neutro: “[...] nossas hipóteses de trabalho, a exemplo de nossas conclusões, serão de uma maneira ou de outra marcadas pela nossa visão de mundo, quer na sociologia, na demografia, na história ou na geografia, quer na economia”.

Há uma diferença hierárquica entre o método e a técnica (ou instrumentos), em que este é mais amplo do que aquela, como demonstra Gomes (2019, p.55-56): “Aqui se subentende

que método implica o modo em que o objeto é compreendido. [...] Já técnica de pesquisa implica a noção de instrumento, seja material, seja conceitual, que ajuda no processo de um método”.

Sobre o sentido das técnicas de pesquisa, Moraes e Costa (1987, p.29) afirmam que elas “[...] são um patrimônio comum da ciência e estão em constante aprimoramento”.

José Paulo Netto (2011, p.25-26) completa sobre o sentido das técnicas e do método:

[...] os instrumentos e também as técnicas de pesquisa são os mais variados, desde a análise documental até as formas mais diversas de observação, recolha de dados, quantificação etc. Estes instrumentos e técnicas são os meios de que se vale o pesquisador para “apoderar-se da matéria”, mas não devem ser identificados com o método: instrumentos e técnicas similares podem servir (e de fato servem), em escala variada, a concepções metodológicas diferentes.

Nesse âmbito, foram utilizados como **métodos de pesquisa** o **estudo comparativo** e o **materialismo histórico-dialético**:

- **Estudo comparativo**, que foi feito entre as comunidades de pescadores, em Bahía Solano e em Maxaranguape. Partimos da ideia de que todo assunto só pode ser conhecido na relação de sua particularidade, que aqui será trabalhada em dialética com o universal e o singular (MORAES; COSTA, 1987). Comparações são caminhos úteis para cruzar os amplos territórios da linguagem, com seus devidos cuidados para não generalizar, pelo reconhecimento de seus diferentes contextos e suas especificidades. Nessa perspectiva, pretendemos contrastar contextos, verificar semelhanças e explicar diferenças.

Um fato fundamental para a execução do estudo comparativo, dentro de um contexto latino-americano, está presente na *Constituição Federal Brasileira* de 1988 que, em Parágrafo Único de seu Artigo 4º, destaca que: “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”.

A historiadora Maria Ligia Prado (2005) constata que são poucos os estudos brasileiros que buscam comparar o país com os demais países latino-americanos, indicando que a história de cada um desses países ocorre paralelamente com as demais, apontando alguns elementos em comum entre todos eles: “[...] a colonização ibérica, a independência política, a formação dos Estados nacionais, a preeminência inglesa e depois a norte-americana [...]” (PRADO, 2005, p.12). Acrescentamos a essa lista alguns elementos como: dizimação e genocídio das populações autóctones, presença de estados totalitários, ditaduras militares, governos populistas, oligarquias econômicas e políticas, concentração fundiária, grande disponibilidade de recursos naturais e miscigenação étnico-racial conflituosa.

Franco (2000) defende que a ideia da comparação em um estudo é um processo de

percepção das semelhanças e divergências, e de assumir ideias e valores em uma relação de mútuo conhecimento. A autora (FRANCO, 2000, p.222) ainda recomenda que não devemos transpor modelos e nem padrões de um país para outro: “[...] não perder a especificidade local do fenômeno e tratá-lo dentro das complexas relações sociais que o constituem”. Ou seja, deve-se levar em conta o contexto do fenômeno nos territórios comparados, e examiná-los dentro de seus valores e de relações socioculturais.

Delwin Goodrick (2014) vai na mesma direção ao afirmar que o estudo comparativo possibilita a análise das semelhanças, diferenças e padrões de dois ou mais casos que compartilham um enfoque ou uma meta comum. Para isso, deve-se fazer uma descrição minuciosa dos elementos presentes nesse enfoque e em cada um dos casos estudados, sempre com os mesmos referenciais e parâmetros, buscando compreender profundamente cada um dos casos para estabelecer as bases dos marcos analíticos utilizadas. Para o autor, os estudos comparativos possuem como pontos principais:

1. Los estudios de caso comparativos pueden utilizarse para responder preguntas sobre la atribución y la contribución causal cuando no es factible o deseable crear un grupo de comparación o un grupo de control.
2. Los estudios de caso comparativos suelen emplear métodos tanto cualitativos como cuantitativos.
3. Los estudios de caso comparativos son particularmente útiles para comprender y explicar la influencia del contexto en el éxito de una intervención y la mejor manera de adaptar la intervención a un contexto específico a fin de lograr los resultados deseados. (GOODRICK, 2014, p.1).

Dessa forma, há uma necessidade de o método comparativo não apenas comparar as causas do fenômeno estudado, mas também pesquisar essas causas. O geógrafo Milton Santos (2013b) afirma que a comparação - um dos principais instrumentos da Geografia - deve identificar claramente os processos e as características fundamentais comuns às situações particulares comparadas.

Dentro da Antropologia, o estudo comparativo também teve e tem grande importância, por exemplo, dentro das pesquisas de campo (BOAS, 2012; WOORTMANN, 2005). Franz Boas<sup>3</sup> (2010), já em princípios do século XX, ao criticar as comparações utilizadas pelo evolucionismo<sup>4</sup> para analisar a sociedade, exigia que as comparações deveriam ser feitas em um território bem definido e restrito, para desvendar os processos internos da cultura singular. Boas primou pelo uso do trabalho de campo, rompendo com a ideia evolucionista: para ele, ao comparar, deveria-se levar em conta a história e o contexto de cada cultura específica, bem

---

<sup>3</sup> Antropólogo de carreira, mas com formação em Geografia e em Física

<sup>4</sup> Corrente dominante na Antropologia até meados do século XX, que propunha a ideia de uma evolução geral, universal e uniforme das culturas e que as sociedades estavam divididas em níveis dentro dessa evolução. A comparação permitia identificar em qual nível determinada sociedade estava.

como ir muito além da catalogação, do registro e da simples comparação hierarquizada (BOAS, 2010).

A antropóloga Ellen Woortmann (2005), que se utilizou muito do método comparativo em seus trabalhos com povos e comunidades tradicionais no Brasil, defende que esse método exige preparação teórico-metodológica específica, como a definição de alguns fatores elementais: a construção do próprio modelo comparativo, das unidades de comparação (onde se dá o que é comparado), dos elementos abstratos a serem comparados e uma releitura densa da base histórica. Sendo uma preparação árdua e trabalhosa, que exige um intenso estudo sobre o tema (WOORTMANN, 2005).

Frank Esser e Rens Vliegthart (2017), afirmam que as pesquisas comparativas são um elemento importante para a compreensão da realidade complexa, pois tentam chegar a conclusões para além dos casos isolados e explicar as diferenças e semelhanças dos casos. Segundo os autores, os estudos comparativos podem proporcionar: **a)** aumento da compreensão da própria sociedade; **b)** aumento da nossa consciência sobre outros padrões socioculturais e de pensamento; **c)** elucidação dos etnocentrismos; e **d)** fornecimento de acesso a soluções alternativas para problemas semelhantes. Esser e Vliegthart (2017) ainda recomendam que, para explorar as vantagens científicas das pesquisas comparativas, é necessário: **a)** comparar os objetos com base em um quadro teórico comum, por meio de conceptualizações e métodos equivalentes que comparem fenômenos semelhantes; **b)** considerar as temporalidades das unidades comparadas, com o pressuposto de que as sociedades humanas estão em constante transformação; **c)** aceitar que a comparação pode ocorrer em diversas escalas, não só nacional; **d)** explicar o propósito da comparação no início da pesquisa; **e)** definir claramente as unidades de comparação de nível macro; e **f)** estabelecer classificações e tipologias com características principais, para construir um esquema de classificação.

Além disso, em relação à escala de análise do estudo comparativo, devemos levar em conta, como indica Liu *et al* (2007), muitos fatores que influenciam na dinâmica dos sistemas socioecológicos, como práticas governamentais e mercadológicas (de reprodução ampliada do capital) que causam decisões que afetam pessoas e ecossistemas, fazendo com que processos locais sejam moldados por uma escala maior (regional, nacional, global).

Outro apontamento para os estudos comparativos é o de que se deve tomar cuidado para não transplantar métodos analíticos e categorias eurocêntricas para a América Latina, e não assumir hierarquizações apoiadas em juízos de valor assumidos a priori (PRADO, 2005).


Destacamos que o método de estudo comparativo permitiu explicitar semelhanças e



diferenças, acertos e erros (nas políticas de manejo das comunidades e dos recursos), além de ampliar o campo de análise e a compreensão da realidade sob uma perspectiva multiescalar (nacional, regional e local). Frente a isso, é necessário ter em vista que as ciências ainda são positivistas e eurocêntricas, e que ao transpor teorias, métodos e ideias de pensadores é necessário ter muita cautela, e, além disso, nunca aceitar nada como natural e /ou normal. Deve-se buscar fugir das justaposições e das classificações e não estar em busca de generalizações. Os **parâmetros de comparação** estão demonstrados no **Quadro 1 (abaixo)** e serão analisados sob uma **perspectiva materialista, histórica e crítica**:

<b>Quadro 1 - Parâmetros de comparação</b>	
<b>Objetivo específico</b>	<b>Parâmetros</b>
A	Políticas públicas pesqueiras (existência)
A	Políticas públicas pesqueiras (acesso)
A	Reconhecimento da identidade tradicional
A	Reivindicação de mais direitos territoriais
A	Direitos territoriais
A	Presença de Unidade de Conservação
A	Organizações de base (existência)
A	Organizações de base (atuação)
A e B	ONG atuando
B	Conflitos socioambientais (existência)
B	Conflitos socioambientais (percepção)
B	Conflitos por recursos e territórios
B	Grupos armados ilegais/facções atuando
B	Mantém práticas tradicionais produtivas
B	Mantém práticas culturais tradicionais
B	Perderam práticas tradicionais produtivas
B	Abandono de manifestações culturais tradicionais
B	Turismo em expansão
B	Turismo de base comunitária
B e C	Transmissão de saberes tradicionais
B e C	Pescador conserva o território (Percepção)
B e C	Impactos das mudanças climática (Percepção)
B e C	Participação das mulheres na pesca
B e C	Mulheres reconhecidas como pescadoras
C	Redução de pescadores
C	Redução de pescados
C	Falta de pescadores
C	Redução nas técnicas de pesca
C	Restrição nos usos das técnicas
C	Pesca como atividade principal
A e C	Ordenamento ou planejamento territorial pesqueiro

- **Materialismo histórico-dialético** (MORAES; COSTA, 1987; PAULO NETTO, 2011), que propõe uma forma diferente de vincular o conhecimento e o real, vendo a realidade social como algo em constante transformação, produto de embates e de disputas por poder (ESCOBAR, 2015) e compreendendo que o objeto de estudo possui contradições, conflitos e temporalidades (GOMES, 2019). É a análise dessas contradições que permitirá atingir uma síntese propositiva e de superação do estado atual das coisas. Esse método esteve voltado para a cooperação e para o desenvolvimento territorial, dialógico e participativo, buscando valorizar a vida, a autonomia, a conservação da natureza, as identidades e os conhecimentos tradicionais e populares, em um movimento contrário à reprodução ampliada do capital, como propõe Saquet (2015, 2019a, 2019b).
- Como **técnicas de pesquisa**, foram utilizadas: **(a) trabalho de campo com observação participante** (CANDIDO, 2010; GEERTZ, 2008; GOMES, 2019; RESTREPO, 2018), também foram feitas entrevistas, com o uso de **roteiros semiestruturados**, gravadas e transcritas (**os roteiros estão nos anexos e as entrevistas transcritas estão disponíveis aqui: <http://gg.gg/entrevistas-RN-jan2021>; <http://gg.gg/entrevistas-Choco-jan-2020>**); **(b) relato etnográfico**, com observação e registro em diário de campo (**em anexo**), contendo as vivências, os sentimentos, as impressões subjetivas do pesquisador e os dados (CAIUBY NOVAES, 2014; GOMES, 2019; GEERTZ, 2008; RANGEL, 2011, 2017; RESTREPO, 2018); **(c) fotodocumentação**, o uso das fotografias como técnica de registro (ATTANÉ; LANGEWIESCHE, 2005; BENJAMIN, 1987b; BONFÁ NETO, 2022; CAIUBY NOVAES, 2021); e **(d) cartografia social participativa** (ACSERALD; COLI, 2008; BONFÁ NETO; SUZUKI, 2020, 2023; GORAYEB, 2014; PELEGRINA, 2019), realizada em oficinas.

- **Trabalho de campo e observação participante** 

A Etnografia brasileira vai mal. Faz-se necessário que ela tome imediatamente uma orientação prática baseada em normas severamente científicas. Nós não precisamos de teóricos, os teóricos virão a seu tempo. Nós precisamos de moços pesquisadores que vão à casa recolher com seriedade e de maneira completa o que esse povo guarda e rapidamente esquece, desnordeado pelo progresso invasor. (Mário de Andrade, **A situação etnográfica no Brasil**, Jornal Síntese, Belo Horizonte, v.1, 1936).

O trabalho de campo, para além de ser uma técnica de pesquisa, é um contato do pesquisador com a realidade, o que possibilita a sistematização das histórias de vida, sua transcrição, além de vivências e experiências que aproximam o pesquisador, os sujeitos sociais e o objeto da investigação. Dessa forma, nos trabalhos de campo buscamos estabelecer o máximo de redes de cooperação possíveis, estendendo assim a margem de ação e objetivando

sermos sujeitos conscientes e ativos em relação aos processos estudados, conforme propõe Saquet (2015, 2019b). Acreditamos que o conhecimento específico dos lugares traz maior possibilidade de ação, como alerta Milton Santos (2013a, p.110):

Tudo começa com o conhecimento do mundo e amplia-se com o conhecimento do lugar, tarefa conjunta que é hoje tanto mais possível porque cada lugar é o mundo. É daí que advém uma possibilidade de ação. Conhecendo os mecanismos do mundo, percebemos porque as intencionalidades estranhas vêm instalar-se em um dado lugar e nos armamos para sugerir o que fazer no interesse social.

Consideramos que a ida a campo já se tratou de uma observação participante, pois estar vivendo em outro lugar por dias, por meio de uma imersão total em uma cultura diferente, que se dá pela vivência em diversos aspectos, como a alimentação, o transporte e as relações sócio-espaciais, interpessoais e cotidianas. O trabalho de campo e a observação participante implicam o envolvimento em muitas das atividades estudadas, juntamente com uma vinculação e vivência no lugar e no território em busca de captar as lógicas e estratégias dos sujeitos sociais, nos permitindo ascender a uma sensibilidade cultural diferente e a construção de um conhecimento teórico e prático (RESTREPO, 2018).

A observação participante em trabalhos de campo foi sistematizada como método pelo antropólogo Bronislaw Malinowski (1884-1942), explanada em seu livro *Os Argonautas do Pacífico Ocidental* (1922), quando o autor percebe a extrema importância de observar o público da cultura estudada *in loco*, bem como participar de suas atividades e vivenciar sua cultura, na medida do possível. Malinowski pesquisou com pescadores e compreendeu que a pesca não era uma prática de um estágio civilizatório anterior à agricultura e à sedentarização (DIEGUES, 2004). Essa explanação sobre o método da observação participante se tornou um padrão nos estudos antropológicos e em algumas pesquisas de campo.

Foram realizadas entrevistas com roteiros semiestruturados com pescadores e pescadoras (**Fotografias 1, 2 e 3**), representantes de órgãos relacionados com a atividade pesqueira, professores, moradores, lideranças, ativistas locais e jovens, com o objetivo e uma tentativa de recuperar a memória do território, as transformações do modo de vida e as esperanças futuras, em uma perspectiva que visa registrar as narrativas contra-hegemônicas, dando voz e lugar à mulher e ao homem simples, ao povo e aqueles que constroem e carregam a sociedade “nas costas”, diferentemente das narrativas hegemônicas que historicamente foram construídas pelos detentores de poder.

As entrevistas tinham como objetivos: **a)** desvendar questões históricas e culturais e acerca da pesca artesanal e da história das comunidades, de como se caracterizava o modo de vida do pescador e dos moradores e suas transformações; **b)** compreender a importância da

pesca e do território para a reprodução sócio-espacial e econômica das comunidades atualmente, identificando as territorialidades pesqueiras; e c) refletir acerca da reprodução material e imaterial da vida desses sujeitos, bem como todos os vínculos que podem ser e que foram tecidos a partir desses processos, sobretudo entre modo de vida, território e identidade.

Os testemunhos foram gravados em áudio e transcritos conforme propõe Maria Isaura Pereira de Queiroz (1991). Cada sujeito foi reconhecido como um caso específico, porém a sua história de vida foi tratada como um caso representativo da comunidade, que foi confrontado com os fatos documentados na história oficial para que assim fosse possível uma interpretação autêntica dos fatos históricos.

Por meio das entrevistas, pudemos captar as transformações no modo de vida, bem como acessar a memória da vida cotidiana, pelas histórias contadas (QUEIROZ, 1991; RESTREPO, 2018). Entrevistamos todos os grupos etários (jovens, adultos e idosos), em busca de desvelar diversas perspectivas e pontos de vistas geracionais. Além disso, optamos por manter os testemunhos originais, mantendo alguns “**regionalismos**” e variações das línguas, ainda que possam ser vistos como **equivocos gramaticais**, são elementos que caracterizam o “falar” das regiões e marcam as identidades.

A História oral foi utilizada em alguns casos com o intuito de dar voz à mulher e ao homem simples, ou seja, aos sujeitos que constroem os cotidianos e as sociedades e por séculos foram invisibilizados nas ciências. A História oral, gravada e transcrita se transforma em um documento textual legítimo, em um testemunho, e quando baseada principalmente na história de vida permite explorar e ilustrar, na trajetória de vida de um sujeito e/ou uma comunidade, os significados e as práticas culturais, revelando assim, dimensões coletivas e sociais que são relevantes para a pesquisa (QUEIROZ, 1991).

Pela memória, buscou-se fazer um resgate das territorialidades e tradições passadas. Cada entrevista foi adaptada ao entrevistado, surgindo sempre assuntos diferentes, e as entrevistas foram utilizadas para acessar alguns âmbitos da vida social:

- Acceso a las percepciones y valoraciones que los entrevistados poseen sobre situaciones, hechos y personajes, así como sus deseos, temores y aspiraciones.
- Conocimiento de acontecimientos del pasado o del presente de los cuales los entrevistados fueron testigos directos.
- Registro de la tradición oral de la cual son portadores los entrevistados. Esta tradición incluye tanto la historia local como la oralitura (cuentos, mitos, narrativas y leyendas populares).
- Descripción de saberes, artes y oficios desempeñados o conocidos por el entrevistado, así como de la urdimbre de relaciones sociales en las cuales se encuentra inscrito.
- Pesquisa del conocimiento y epistemología local expresados en la cosmovisión de los entrevistados. (RESTREPO, 2018, p.79).

Cabe ser ressaltado que os discursos não são realidades objetivas, portanto, não podemos voltar “objetivamente ao passado” por meio dos testemunhos. No entanto, mesmo que o passado seja muitas vezes idealizado, o que nos interessa é compreender como o passado é construído hoje, para pensar as questões e os dilemas colocados atualmente.

Também compreendemos, como defende Suzuki (2017), que há uma necessidade das sociedades tradicionais “se armarem” de memória, preservando sua identidade e suas culturas, por meio de levantamentos, cadastros, inventários, registros, reportagens etc. De modo que as gerações futuras tenham as referências das temporalidades e territorialidades únicas que não serão revividas, mas que podem – e devem – ser reinventadas e ressignificadas.

Houve também o acompanhamento denso do cotidiano e da pesca nos terrenos, constituído por observações das territorialidades da pesca artesanal, por meio de caminhadas e conversas informais. A fotodocumentação foi utilizada associada às entrevistas e à História oral, para adensar as informações, assim como as conversas informais, que também são uma fonte crucial para a pesquisa etnográfica.

[...] es en gran parte a través de estas charlas que los etnógrafos se adentran en la comprensión de la vida social. Aprender a conversar desprevenidamente con la gente, escuchando realmente lo que dicen, preguntando cuando es del caso y sabiendo guardar silencio es una valiosa destreza para el etnógrafo. (RESTREPO, 2018, p.77).

Esse processo foi realizado com o intuito de capturar as leituras distintas que os mais diversos sujeitos possuíam em relação ao modo de vida, ao cotidiano e as territorialidades. Durante a observação participante se tomou sempre os devidos cuidados para não esquecer que as diferenças culturais não implicam um tipo de hierarquia, como proposto pelo relativismo cultural<sup>5</sup> (GOMES, 2019). Além disso, no início de qualquer observação participante, o estranhamento do pesquisador por vivenciar um mundo novo é maior, por isso, optamos pelo registro contínuo e denso, em um diário de campo, como parte do relato etnográfico.

A pandemia COVID-19 atravessou essa tese, de modo que, em nosso estudo de caso, buscamos identificar os impactos desse fenômeno em Maxaranguape-RN, uma vez que o principal trabalho de campo e as entrevistas em Bahía Solano foram realizadas antes da pandemia, em janeiro de 2020. No entanto, quando retornamos para Bahía Solano (em julho e agosto de 2022) pudemos ter alguns diálogos com os sujeitos, e identificamos que, como no caso brasileiro, isso afetou os pescadores em dois aspectos: comercialização do pescado e isolamento social. Discutiremos os efeitos da pandemia em Maxaranguape no respectivo capítulo.

---

<sup>5</sup> Corrente antropológica iniciada por Franz Boas, propondo que as culturas não são um contínuo em direção a uma cultura universal, não se podendo falar em culturas superiores e inferiores.

**Fotografia 1 - Entrevista com o pescador Arnovio Lozano**



**Casa da família Aguilar, Bahía Solano, 18 jan. 2020. Foto: Yussely Aguilar.**

**Fotografia 2 - Entrevista com o pescador Bibi**



**Caraúbas, Maxaranguape, 6 jan. 2021. Foto: Jully K. S. Santos.**

**Fotografia 3 - Entrevista com a pescadora Maria Lúcia**



**Barra de Maxaranguape, 11 jan. 2021. Foto: Isadora N. R. Barreto.**

- **Trabalho de campo em Bahía Solano**

O primeiro trabalho de campo foi realizado entre os dias 14 e 31/01/2020, a estadia em Bahía Solano foi por 15 dias e em Nuquí (município vizinho de Bahía Solano), por três dias (um dia na sede municipal, um dia em Jurubirá e outro em Coquí). Foram realizadas 34 entrevistas (6 crianças/jovens, 18 adultos e 10 idosos), produzidas 515 fotografias, além da realização de cinco oficinas no colégio da sede municipal (*cabecera municipal*) de Bahía Solano, intituladas “*Bahía Solano se apropria de la pesca artesanal*”. As oficinas possibilitaram discussões com crianças e jovens da comunidade acerca do significado do ofício pesqueiro na cultura e na economia local, como mediação para capturar as distintas leituras que eles possuem em relação à pesca e ao mar. Para tanto, foram elaborados mapas sociais participativos, em que diversas informações não documentadas fossem relatadas, a partir da vivência e percepção dos sujeitos (BONFÁ NETO; SUZUKI, 2020, 2023).

O segundo trabalho de campo no Chocó foi realizado entre os dias 28/07/2022 e 13/08/2022, sendo 15 dias em Bahía Solano (com visita aos *corregimientos* de El Valle, Huína e Mecana) e dois dias em Cupica. Foram feitas nove entrevistas, produzidas 381 fotografias e 37 vídeos curtos. Também buscamos os sujeitos que havíamos entrevistado e tido algum tipo de contato e relação durante o primeiro trabalho de campo (janeiro de 2020), para os quais entregamos as entrevistas impressas e as fotografias em porta-retratos. O retorno ao campo e a devolução dos materiais foram essenciais para fortalecer a confiança e os vínculos afetivos com os sujeitos que estão inseridos, para além dessa pesquisa, na vida pessoal. Como diz Antonio Candido (2023, p.17): “[...] coisas que se incorporam ao modo de ver e de sentir”.

Nas estadias em Bahía Solano, fomos acolhidos pela líder, ativista e coordenadora da ONG Manglares Vivos, Yussely Aguilar Acevedo e pela sua família, sendo que todos forneceram uma grande ajuda com os contatos para as entrevistas, fato de extrema importância, sobretudo pelas articulações que pudemos estabelecer<sup>6</sup>, mas também pela vivência e pelos auxílios e recomendações. Isso vai em consonância com Restrepo (2018, p.59) ao afirmar que:

Para ser aceptado, puede ayudar que una persona de confianza para la gente introduzca al investigador en el lugar. Si tal persona da cuenta de los propósitos de la investigación y del talante del etnógrafo, esto suele contribuir a un ambiente propicio para ser aceptado. Ser familiar o amigo de tiempo atrás de esta persona, a menudo ayuda bastante a limar las desconfianzas iniciales que se tienen con los desconocidos.

---

<sup>6</sup> Com o colégio municipal, a *Autoridad Nacional de Acuicultura y Pesca* (AUNAP), a *Federación Nacional de Asociaciones Provinciales de Empresarios Detallistas de Pescados y Productos Congelados* (FEDEPESCA), a *Red de Frio* (cooperativa de armazenamento e comercialização do pescado) e com famílias de pescadores.

Durante muitas caminhadas, outros moradores faziam alerta para ter cuidado nos lugares de passagem, principalmente em outros *corregimientos*, praias e bairros mais afastados de *Ciudad Mutis*, como Chambacú e Barrío Nuevo. O principal ponto de atenção e de perigo que os moradores alertavam era a presença de grupos paramilitares, fato comprovado durante os trabalhos de campo, inclusive tendo algum tipo de contato por meio de “revistas” e “perguntas” que eram feitas por possíveis membros desses grupos. Todos esses eventos foram registrados no diário de campo.

- **Trabalho de campo em Maxaranguape**

O trabalho de campo foi realizado entre os dias 2 e 31/01/2021, com 71 entrevistas (13 crianças/jovens, 33 adultos e 25 idosos), 537 fotografias, além de uma colaboração com a Associação de Proteção e Conservação Ambiental Cabo de São Roque (APC)<sup>7</sup> e uma oficina com os pescadores de Caraúbas, no dia 16/01/2021. A oficina se deu após duas semanas de convivência e diálogos diários com os pescadores, sobretudo com os que estão próximo ao porto de Caraúbas. Esse momento foi essencial para o conhecimento desses sujeitos e o ganho de confiança. Como resultado foi confeccionado um Mapa Social Participativo do **Território pesqueiro de Maxaranguape**, nos **Mapas 14 e 15**. Isso ocorreu no contexto da pandemia do Corona Vírus, que nos limitou em realizar atividades mais diversas e coletivas (como uma oficina com mais pescadores e com os mais jovens), porém, como no período da pesquisa a situação no terreno estava estável não tivemos grandes impedimentos.

A nossa estadia foi na sede da APC em Caraúbas (Maxaranguape), pois possuímos uma amizade antiga com o fundador e presidente da ONG, o biólogo Lucas Gabriel Veríssimo Pinheiro da Silva. Esse contato nos serviu como mediação com os pescadores e moradores da cidade, pois a ONG vem desde a sua fundação (2016) realizando um trabalho de base com os moradores, sobretudo com os pescadores, a princípio voltado para a conscientização acerca da importância dos cuidados com as tartarugas marinhas<sup>8</sup>, mas que expandiu seu ramo de atuação,

---

<sup>7</sup> ONG fundada em 2016 que desenvolve projetos socioambientais no estado do RN. A sua principal atuação é na conservação das tartarugas marinhas, entre Ceará-Mirim e Maxaranguape. Essa região é um berçário de tartarugas marinhas, que principalmente entre os meses de dezembro a junho realizam as desovas. A APC surgiu após a identificação dessa área por Lucas Gabriel V. P. Silva, que preocupado com os impactos negativos existentes sobre os animais, fundou a ONG, que busca sempre expandir suas atividades e trabalhar junto com a comunidade em prol da conservação ambiental e da manutenção dos fatores socioculturais.

<sup>8</sup> As tartarugas marinhas são classificadas em sete espécies no mundo, cinco delas ocorrem na costa brasileira, são elas: *Caretta caretta* (tartaruga-cabeçuda), *Eretmochelys imbricata* (tartaruga-de-pente), *Lepidochelys olivacea* (tartaruga-oliva), *Chelonia mydas* (tartaruga-verde) e *Dermochelys coriácea* (tartaruga-de-couro). No Brasil, o RN abriga a maior área de nidificação da tartaruga-de-pente, espécie considerada criticamente ameaçada de extinção, segundo a União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN).




realizando outras atividades de educação ambiental, manejo de outros animais, participação e organização de eventos e desenvolvendo uma relação de confiança com a população local.

Além dessas atividades, realizávamos acompanhamento durante a puxada de rede, que acontecia principalmente no período da manhã (BONFÁ NETO, 2022), com o intuito de verificar se havia a captura de tartarugas acidentalmente pelo tresmalho. Durante esse momento, também auxiliávamos na realização da atividade, sendo comum ganharmos peixes dos pescadores que organizavam a atividade. Esses momentos foram essenciais para conhecer os pescadores e moradores de Maxaranguape, sobretudo os do distrito de Caraúbas.

Durante a nossa estadia também visitamos quase diariamente a sede municipal (Barra de Maxaranguape), onde se concentra a maioria dos pescadores, e algumas vezes o distrito de Maracajaú, onde se concentram os serviços relacionados ao turismo. Devido ao engajamento da APC na região, a ponto de eles terem mediação política estabelecida, redigimos um **Projeto de Lei (PL)** para a Patrimonialização da Pesca Artesanal como Elemento da Cultura Imaterial de Maxaranguape. Atualmente (maio de 2023), o projeto foi aprovado na Câmara municipal e aguarda o prefeito sancionar.

As observações, conversas e entrevistas foram realizadas principalmente nos locais de concentração de pescadores, como portos, ranchos e praças, bem como em suas residências. Além de entrevistar os pescadores, buscamos o contato e a entrevista com as pessoas mais antigas e com os mais jovens, para saber um pouco da memória histórica (na voz dos mais velhos) e das perspectivas para o futuro (com os testemunhos dos jovens). O trabalho de campo e observação participante contaram com um registro etnográfico sistemático.

- **Relato etnográfico** 

La etnografía es un oficio que, como el de los pescadores o artesanos, sólo se aprende desde la práctica misma. Leer buenas etnografías ayuda, pero nunca es suficiente. Apelar a los manuales puede ser de alguna utilidad, pero no sustituye la experiencia. (Eduardo Restrepo, *Etnografía: alcances, técnicas y éticas*, 2018, p.19).

A etnografia como método e técnica de pesquisa é proveniente da Antropologia, e será aqui utilizada como uma **técnica de relato etnográfico**, uma vez que ela vem sendo mobilizada sob diversos perfis semânticos, variando de acordo com o tempo e o contexto (GOMES, 2019; RESTREPO, 2018). Historicamente, a etnografia foi utilizada por viajantes, naturalistas e missionários, muito antes da legitimação do método etnográfico. Esses relatos serviram como subsídios a trabalhos antropológicos, geográficos e históricos futuros, pois consistiam em ilustrações, descrições e coleta de informações.

Dentro da Antropologia, a etnografia foi praticada pelos seus “pais fundadores”, como Franz Boas, junto com a análise comparativa, chamada “método histórico” (BOAS, 2010), Alfred Radcliffe-Brown e Bronislaw Malinowsky, ambos antropólogos funcionalistas<sup>9</sup>. No Brasil, a etnografia fora utilizada (muitas vezes de forma não legítima) por grandes pesquisadores das culturas e sociedades tradicionais e populares, que mostraram as realidades dos subalternos, das classes oprimidas e subjugadas, das comunidades tradicionais, rurais e periféricas urbanas, como Gonçalves Dias<sup>10</sup>, Curt Nimuendaju<sup>11</sup>, Euclides da Cunha (em suas passagens em Canudos e na Amazônia), Mário de Andrade (em suas viagens pelo país, essenciais para a construção de suas obras), Câmara Cascudo (pesquisando sobre o folclore), Gioconda Mussolini (em suas pesquisas com os pescadores artesanais), Antonio Candido (2010), em sua pesquisa sobre as transformações no modo de vida caipira e Darcy Ribeiro (em seus trabalhos com os indígenas e como educador).

Para compreender os fenômenos investigados foram necessários instrumentos antropológicos que vão além de um foco limitado nos embates políticos e econômicos para incorporar elementos culturais que nem sempre estão visíveis pela ótica de outras disciplinas, como defende Little (2006, p.92), ao afirmar que a etnografia “[...] explicita as bases latentes dos conflitos e da visibilidade a esses grupos marginalizados”. Este olhar etnográfico pode nos ajudar a identificar conflitos que ainda não se manifestaram no espaço público formal, pois os sujeitos envolvidos são politicamente marginalizados aos olhos do Estado, e muitas vezes também da sociedade (LITTLE, 2006).

A etnografia se coloca como uma reconstrução da experiência do pesquisador em campo, guiada pela sua disposição de compreender um universo empírico do outro, pois ao etnografar se evidencia a experiência da descoberta do pesquisador em campo (CAIUBY NOVAES, 2014).

O antropólogo Clifford Geertz (2008) enfatiza a descrição densa, contextualizada e minuciosa, buscando não generalizar os casos, mas sim dentro deles, o que se encaixa na pesquisa fundamentada em técnicas primárias. O autor defende a ideia de que os atos simbólicos possuem sentidos próprios do contexto social e da história, que são construídos por fatos que determinam outros múltiplos fatos, traçando encadeamentos ou teias. Para Geertz, a cultura

---

<sup>9</sup> Na Antropologia, o funcionalismo compreende que as práticas, os fenômenos sociais e os elementos culturais possuem funções estabelecidas nas sociedades, que sustentam a estrutura social.

<sup>10</sup> Mais sobre Gonçalves Dias e sua etnografia em: MARCOLIN, Neldson. **Gonçalves Dias, etnógrafo**. Pesquisa Fapesp, edição 179, jan. 2011. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/goncalves-dias-etnografo/>.

<sup>11</sup> Curt produziu o *Mapa Etno-histórico do Brasil* (1944). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=214278&view=detalhes>.

seria essa **teia de significados**, um sistema entrelaçado de signos interpretáveis, um contexto. Portanto, descrever a cultura é fazer uma interpretação pelo pensamento, é um ato de imaginação em que a etnografia possibilita a sua compreensão. De modo que, fazer etnografia,

[...] é como tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento moderado. (GEERTZ, 2008, p.7).

Utilizaremos a **descrição etnográfica como técnica de pesquisa** – associada ao trabalho de campo - necessária para interpretar um evento cultural, observando os detalhes dos eventos e como esses se entrelaçam com outras informações, com símbolos interligados, tentando “ler” o evento como se fosse um texto (GEERTZ, 2008). Esse uso relaciona-se com as duas principais categorias de análise utilizadas (território e modo de vida), fundamentais para a compreensão da produção e reprodução social, cultural, econômica e territorial que historicamente vem se constituindo (RANGEL, 2011, 2017).

Na busca pela compreensão do modo de vida e da cultura de um povo, deve-se compreender sua economia, incluindo o uso da terra, o trabalho e os fatores de produção (CANDIDO, 2010). Dessa forma, buscamos observar elementos como: o que produzem, onde produzem, as técnicas, a organização da produção, a distribuição dos bens, as trocas e as formas pelas quais os bens são consumidos. Os fatores de produção podem incluir o território, os instrumentos de trabalho, os conhecimentos e as técnicas, em que alguns desses elementos exigem um conhecimento do ambiente, que é partilhado entre todos por uma **pedagogia do compartilhamento de conhecimentos** e de uma sociabilidade (GOMES, 2019).

Para Eduardo Restrepo (2018), a etnografia descreve as práticas sociais de um povo desde a perspectiva do mesmo, por isso, para um estudo etnográfico interessa tanto as práticas (o que fazem), como os significados atribuídos a essas práticas. O relato etnográfico como técnica de escrita buscou observar o que eles fazem, como fazem e como atribuem significados a esses processos. Essa técnica nos auxiliou a observar as práticas, relações, intenções, interesses, estratégias e significados postos em jogo.


Buscamos uma “imersão no mundo dos outros”, assim, nos trabalhos de campo nos sentimos como um visitante em uma galeria de arte, que vai olhando e analisando as obras, obviamente com um olhar particular e muitas vezes subjetivo, também de um sujeito acadêmico, pesquisador, ocidental, urbano, branco, que não é camponês e nem pescador. Nesse sentido, tentamos anotar o discurso social, ou seja, transformar o acontecimento (efêmero, passado) em um relato passível de ser checado (GEERTZ, 2008), seguindo a indicação de Restrepo (2018, p.66): “[...] registrar cuidadosamente día a día todo lo que se ha observado, lo

que le han contado, las actividades en las que ha participado o lo que el etnógrafo ha pensado o se le há ocurrido referente al estudio adelantado”.

A pesquisa etnográfica se estruturou a partir dos seguintes direcionamentos: **a)** convívio com as atividades da vida cotidiana das comunidades: nas vendas e comércios, nas residências, na prática da pesca, nas atividades profissionais e comerciais, nas idas ao centro da cidade, em pontos de socialização etc; **b)** observação de alguns elementos: formas de armazenamento dos pescados, habitações, usos da energia elétrica, da internet, dos smartphones e celulares, da televisão, o manejo das áreas produtivas (além da pesca, por exemplo, a agricultura e hortas) e os momentos lúdicos; **c)** diálogo sobre a história do território e da pesca, e sobre o processo de ocupação, as perspectivas locais, as expectativas futuras e as transformações nos últimos 50 anos; **d)** sistematização contínua do trabalho, por meio de registro fotográfico, entrevistas e diário de campo, buscando construir um conhecimento cumulativo e denso dos territórios estudados.

Para Eduardo Restrepo (2018), o diário de campo possui três funções principais: registrar dados, possibilitar uma permanente e constante reflexão e construir uma agenda de trabalho na medida em que se vai avançando na pesquisa.

Realizamos um esforço para a sistematização instantânea dos dados identificados em campo, para que não esquecessem dados fundamentais, vínculos e capturas que muitas vezes só são possíveis na primeira olhada como um estranhamento do lugar e das vivências, porque depois tudo fica mais normalizado e às vezes não é possível de capturá-los. Pois com o tempo naturalizá-se este fato de estar imerso em uma cultura que não é a sua. Isso ocorre, porque nos primeiros momentos, que variam de dias até meses, o pesquisador passa por uma fase de desconforto emocional e por um estranhamento em relação ao que se vê ao seu redor e a si mesmo, o que é parte da vivência de campo.

- **Fotodocumentação: a arte da fotografia**<sup>12</sup> 

O que nós chamamos de arte fotográfica é ainda aquilo em que as palavras arte e ofício se confundem: uma arte aplicada e utilitária cuja finalidade é perpetuar o natural, quando muito pelos seus aspectos mais agradáveis e originais. (Mário de Andrade, *A arte photographica*, 1931).

As fotografias tiradas durante os trabalhos de campo possuem um caráter documental e mesmo que elas se revelem experimentais, tentamos sempre estar com o olhar de pesquisador

---

<sup>12</sup> Fizemos uma discussão mais densa sobre o uso da fotografia em trabalhos de campo em: BONFÁ NETO, D. The net-pulling; cooperation, collectivity and mutual help in images. **GIS - Revista de Antropologia**, v.7, 2022.

atento, buscando uma sensibilização do olhar, que se traduz em instantes de caráter etnográfico. Buscou-se registrar imagens que podem ser compreendidas como um retrato do que também é a Colômbia e o Brasil, por meio de paisagens, de práticas, do fazer cotidiano e de modos de vida, talvez pouco conhecidos, mesmo nesse primeiro quartel do século XXI.

Sylvia Caiuby Novaes (2014) aponta para a necessidade do uso de imagens fotográficas nas pesquisas etnográficas, não somente de entrevistas, para que seja expressada melhor a experiência, bem como capturados elementos intersubjetivos que as vezes não podem ser compreendidos ou demonstrados nos textos escritos.

Nessa perspectiva, trataremos a fotografia como um recurso de complemento à escrita na produção de dados, na restituição dos resultados e na interpretação desses, permitindo registrar elementos que não ficam claros nas conversas ou nas entrevistas e possibilitando a transformação de impressões em dados (ATTANÉ; LANGEWIESCHE, 2005).

A fotodocumentação foi realizada durante todo o trabalho de campo, pois estivemos com as “lentes e os olhos sempre atentos”. As fotografias foram tiradas de lentes simples e pouco sofisticadas<sup>13</sup>, porém tentamos captar aspectos relevantes da paisagem, mas também pequenos detalhes, momentos e formas que “falam e dizem muita coisa”. Por isso, fixamo-nos a uma observação atenta e a um olhar sensível, muitas vezes permitido pelo estranhamento, de uma relação entre aproximação e distanciamento.

Distância e proximidade são, como dissemos, ingredientes fundamentais da boa etnografia e igualmente da fotografia. Fotografar implica igualmente um tipo de conhecimento que não passa pela palavra, mas muito mais pela sensibilidade do olhar pela intuição, pela capacidade de estar no lugar certo na hora certa [...]. (CAIUBY NOVAES, 2021, p.6).

As séries fotográficas buscam reproduzir o que este trabalho tenta demonstrar: o povo, as paisagens, as situações de trabalho e a reprodução material e simbólica do modo de vida. Dessa maneira, buscamos fazer do registro visual parte da produção de dados, elaborados para dar conta do problema de investigação, como propõe Restrepo (2018). Foi possível demonstrar diferentes territorialidades (materiais e simbólicas) e os elementos constitutivos dos modos de vida e dos territórios, em seus aspectos mais relacionais e pluridimensionais (SAQUET, 2015).

A importância do uso das fotos também reside em capturar o modo de vida dos sujeitos que não possuem uma visibilidade, ou seja, popularmente não são reconhecidos como importantes ou famosos, como os políticos, os empresários etc., o que vai ao encontro da

---

<sup>13</sup> As fotos do primeiro trabalho de campo (Chocó, 2020) foram tiradas por uma câmera digital Nikon (de 2017, com 16 Mpx), e um celular Samsung (de 2018, com 10Mpx). As do segundo trabalho de campo (RN, 2021) foram tiradas por um celular LG (de 2020, com 16 Mpx) e com a mesma câmera da Nikon. As do terceiro trabalho de campo (Chocó, 2022) foram de um celular Xiaomi Redmi 11 (de 2022, com 50 Mpx).

proposição de Walter Benjamin (1987a, p.225) para “[...] escovar a história a contrapelo”, concebendo-a do ponto de vista dos vencidos em oposição a história do progresso, que ocultou a luta dos oprimidos e invisibilizados. Ou seja, as fotografias se inserem em uma perspectiva de contar a história desde baixo, desde o povo, desde aqueles que realmente constroem as sociedades e mantêm vivas as tradições e as culturas populares e tradicionais, e que por muitos anos foram invisibilizados pela forma de fazer e contar a história dos territórios, foram subordinados pelas elites, pelo colonialismo, pela colonialidade e pelo imperialismo. Outro elemento que se insere nessa perspectiva contra-hegemônica de técnica de pesquisa, também através das imagens, são os mapas sociais participativos.

- **Cartografia social participativa**<sup>14</sup> 

Historicamente, os mapas foram elaborados para facilitar e legitimar conquistas, sobretudo dos Estados nacionais sobre os territórios, definindo o Estado como a entidade territorial soberana (MARTIN, 1992), bem como para construir nacionalismos pós-coloniais (LACOSTE, 1976). Isso demonstra uma exclusão em relação às possibilidades de usos e apropriação da linguagem cartográfica por grupos subalternos, sobretudo no atual período de avanço neoliberal e das fronteiras de expansão do capital monopolista.

Dessa forma, nas representações dos mapas, em que estão contidas representações espaciais, estabelecem-se disputas de narrativas sobre o espaço que é representado, ou seja, as disputas cartográficas se articulam aos conflitos territoriais (ACSERALD; COLI, 2008).

Essas disputas, por sua vez, tendem a acirrar-se, mais ou menos explicitamente, quando as formas socioterritoriais estabilizadas sofrem alterações significativas – como é o caso das transformações sócio-espaciais associadas à liberalização das economias no final do século XX – ou quando a própria atividade mapeadora sofre os efeitos de mudanças técnicas que permitem expandir seu campo de ação e o universo de sujeitos nela envolvidos, como é o caso recente do advento das tecnologias digitais na produção cartográfica. A disseminação social dos mapas daí decorrente tem sido entendida como portadora de múltiplos efeitos, desde a multiplicação democratizante das formas de interpretar o mundo, até o acirramento dos mecanismos autoritários de controle [...] (ACSERALD; COLI, 2008, p.13).

Jacques Lévy (2008) faz uma crítica à forma como os mapas foram sendo construídos sobre uma lógica cartesiana e euclidiana, com precisão geodésica, sobretudo os mapas tradicionais, que foram eliminando as dimensões dos mitos e dos imaginários e valorizando usos técnicos como militares, de navegação, de planejamentos institucionais etc. No entanto,

---

<sup>14</sup> Discutimos o uso da Cartografia social participativa como metodologia de pesquisa territorial com comunidades tradicionais em: BONFÁ NETO; SUZUKI. Cartografía social participativa como metodología de investigación territorial: un estudio de caso en el Pacífico Afrocolombiano. **Perspectiva Geográfica**, v.28, n.1, p.1-22, 2023.

como demonstra Paul Claval (2022), os imaginários mostram que o espaço e o território não são somente economia e poder, mas também são emoções e representações simbólicas.

Em contraponto às elaborações e aos usos tradicionais dos mapas, a cartografia social participativa é uma mediação fundamental na identificação de referentes espaciais e na atribuição de significados, pois se refere à construção coletiva de informações geospaciais a partir de instrumentos técnicos de mediação, além de mapas mentais, dentre outras possibilidades, visando registrar relatos e representações do espaço, identificando o uso e a ocupação territorial para o processo de automapeamento, conforme assegura Marcos Aurélio Pelegrina (2020).

Nesse sentido, a cartografia social tem sido utilizada como um instrumento para interpretar as dinâmicas de territórios tradicionais, por exemplo, dentro das áreas da Antropologia e da Geografia (GORAYEB, 2014). Nesta, o uso cartográfico como base para o planejamento territorial ocorre desde a Geografia Clássica. O geógrafo Yves Lacoste (1976) critica esse uso ao afirmar que os mapas foram elaborados historicamente para legitimar conquistas territoriais e construir nacionalismos, sendo a cartografia clássica utilizada para promover um poder dominante (como o dos militares e dos grandes impérios), tendo em vista que os mapas são um dos recursos mais poderosos para representar o território e as territorialidades.

Para tentar romper com a função histórica dos mapas tradicionais, o objetivo da cartografia social participativa é identificar os vínculos socioambiental, econômico, cultural, simbólico e ancestral das comunidades com o território (ACSERALD; COLI, 2008; PELEGRINA, 2020). Por isso, a técnica tem sido utilizada como um instrumento de defesa dos direitos de comunidades e povos tradicionais, assegurando e protegendo suas territorialidades, seus patrimônios (cultural e natural), por meio de uma busca por fazer emergir a autoconsciência do grupo em suas territorializações.

A cartografia social participativa, praticada em oposição ao modelo hegemônico, como uma construção em que as relações de poderes foram transformadas a partir das visões dos sujeitos que estão inseridos nos territórios (ACSERALD; COLI, 2008), foi plenamente valorizada nas oficinas (em Bahía Solano e em Maxaranguape) de produção dos mapas, os quais foram elaborados em desenhos, como um meio para retratar as visões daqueles que vivem no território, de uma geografia des-re-territorializadora, como afirma Haesbaert (1997).

Os povos e comunidades tradicionais não podem ser compreendidos separadamente de seus territórios, pois suas identidades estão intimamente ligadas a estes, que se caracterizam

por serem ligados ao campo simbólico, ao pertencimento, à terra, à história, às práticas tradicionais, à ancestralidade e à arte (HAESBAERT, 1997). Portanto, a territorialidade das populações tradicionais é o que constrói seus territórios, pois estes abrigam todas as formas de reprodução da vida, em sua dimensão social, política, econômica e cultural (HAESBAERT, 2021; MORAES, 2005; SAQUET, 2015).

A cartografia e o mapeamento participativo, se forem integrados a um planejamento territorial mobilizando e associando os sujeitos à produção de conhecimento sobre o território (ACSERALD; COLI, 2008) têm o potencial de contribuir para um desenvolvimento territorial sustentável tal qual propõe Saquet (2019a), baseado nas singularidades sociais e naturais do território para que essas sejam compreendidas e transformadas de uma maneira solidária, participativa, cooperativa, popular, ecológica, crítica e reflexiva. Para Little (2015), se baseando em um protagonismo social e econômico dos grupos étnicos e nos pilares da soberania alimentar, autonomia cultural e segurança territorial, o mapeamento participativo pode incluir uma autonomia territorial e cultural, a soberania ambiental, um reconhecimento dos direitos desses povos sobre os seus conhecimentos e territórios tradicionais.

No entanto, Acserald e Coli (2008) atentam para alguns dilemas no uso do mapeamento participativo: **a)** podem “congelar” sistemas de fronteiras que são fluídas, como áreas de pesca e de cultivos agrícolas, em que existem fronteiras que são, muitas vezes, ambíguas; **b)** podem excluir os conceitos mapeadores das pessoas que não participaram do mapeamento, muitas vezes, as mulheres; **c)** o mapeamento participativo não necessariamente culmina em uma participação dos sujeitos nos processos de tomada de decisão e na formulação de políticas públicas, que em grande parte das vezes continua concentrado nas mãos de políticos, empresários e outros grupos de interesse. Acreditamos que durante as nossas oficinas e elaboração dos mapeamentos lidamos com os três dilemas indicados pelos autores.

Nos mapas sociais que produzimos como resultado das oficinas realizadas, buscamos representar, ao invés de informações técnicas, o território vivido e percebido pela comunidade, os lugares que possuem uma relevância para o cotidiano local, as experiências, as formas de trabalho e seus modos de existência coletiva, na tentativa de inserir tudo que fosse relevante para as comunidades estudadas.

Os lugares e os símbolos representados nos mapas não se privam de toda referência ao “real” e expressam muito mais do que a manifestação concreta dos pontos de pesca, de convívio, de comércio, de agricultura etc. Nesses territórios (espaços simbolicamente dominados e/ou apropriados), a significação extrapola os limites físicos e seus usos materiais,



se cria uma leitura simbólica (produtiva, econômica, sagrada, folclórica etc.) que emana uma apropriação específica e fortalece uma identidade coletiva, que também é uma **identidade territorial** (HAESBAERT, 1997).

Sendo assim, os elementos que foram cartografados nos mapas finais representam o produto das relações sócio-espaciais e das territorialidades construídas. Como pesquisadores, nosso papel foi o de colaborar para a materialização dessas relações sociais de uma forma que o mapa social final demonstrasse o entendimento dos sujeitos sobre seus territórios e a relação de suas culturas com este. Os mapas foram construídos com a participação efetiva das comunidades envolvidas com métodos participativos de diálogos e construção coletiva durante as oficinas realizadas.

- Em busca de seguir os elementos teóricos e metodológicos expostos, **o trabalho foi realizado em três etapas**, que não foram somente consecutivas ou lineares, mas sim cíclicas e em constante processo de revisão, mudanças e aprimoramentos:

- **1ª etapa:** Levantamento bibliográfico seguido de uma revisão e análise da literatura encontrada, sobretudo em português e em espanhol, consultando as principais bases virtuais de dados, como o *Google Scholar*, *Scielo* e *Scopus*, além do banco de teses da *CAPES*. Foram incluídos na pesquisa: livros, capítulos de livros, monografias, dissertações e teses, além de documentos relatórios de instituições públicas, privadas e ONGs. Nessa etapa, também houve o levantamento de dados sobre a pesca artesanal desde uma perspectiva multiescalar, do global até as regiões estudadas (Litoral Pacífico Colombiano e Litoral Nordeste Brasileiro).

- **2ª etapa:** Trabalhos de campo, com aplicação das técnicas de pesquisa. É importante dizer que os dois casos se revelaram como fundamentais pelas preocupações teóricas e metodológicas construídas na pesquisa. Além disso, algumas circunstâncias favoreceram esse processo: no caso de Bahía Solano, fui apresentado pelo Professor Dr. Luis Carlos Jiménez Reyes à líder social Yussely Aguilar, com a qual desenvolvi uma amizade e acordamos desenvolver a pesquisa no lugar. Quanto ao caso brasileiro, sou amigo de Lucas Gabriel, presidente e fundador da ONG APC Cabo de São Roque (Maxaranguape), a qual acompanho desde a sua criação (2016), como também pude colaborar em algumas ocasiões.

- **3ª etapa:** Após cumpridas as primeiras etapas, foi realizado um processo de sistematização, como resultado de uma separação dos materiais obtidos em campo e da bagagem teórica acumulada. O objetivo foi analisar e interpretar as informações derivadas dos trabalhos de campo e do estado do conhecimento, com fim na apresentação dos resultados.

Pelos dados coletados em campo, se realizou uma discussão sobre a importância social e cultural da pesca para a reprodução do modo de vida das comunidades, tendo sido contextualizada a especificidade que os processos históricos (inclusive aqueles de longa duração) e culturais possuem e que se manifestam no lugar, e os conflitos que se evocam nos territórios.

Ao comparar os estudos de caso, sem generalizá-los, buscou-se a demonstração das densidades do mundo natural e do mundo rural, bem como elas se envolvem e se relacionam de maneiras muito distintas, mas com elementos que lhes são comuns, como peculiaridades territoriais e mudanças específicas no modo de vida.

Dessa forma, alcançou-se a identificação, por exemplo, das relações de compadrio, de vizinhança, dos instrumentos de pesca, dos papéis das religiões, dos mitos e lendas, dos saberes, das festas etc. No sentido, sempre, de compreensão do modo de vida, das territorialidades e das mudanças que os atingem, por exemplo, como eles produzem e como atribuem significados ao que é produzido? (GEERTZ, 2008), compreendendo como a mudança da infraestrutura, das técnicas (SANTOS, 2013a) e da própria cultura, pelas hibridizações (CANCLINI, 2015), impacta a reprodução social na dinâmica material e imaterial desse modo de vida em sua reprodução territorial.

Assim, na busca pelo desvendamento das perspectivas, valores e universos simbólicos locais pelo uso conjunto de métodos e técnicas para alcançar os objetivos analíticos desta pesquisa, priorizamos métodos participativos, como estratégia de empoderamento de uma comunidade e desvelamento de suas perspectivas nas diversas instâncias de diálogos e disputas em que se inserem no território, pois acreditamos que as decisões devem ser tomadas por atores que tenham um conhecimento e uma vivência local dos problemas, dos recursos e dos conflitos. Além disso, como defende Escobar (2015), sempre há uma estreita conexão entre realidade social, marcos teóricos e o sentido da política e da esperança que surge de tal compreensão. Por isso, nossas esperanças - de que essa tese possa auxiliar no subsídio de políticas para os povos e comunidades tradicionais - e práticas políticas são em grande medida o resultado dos marcos teórico e metodológico mediante os quais analisamos o objeto de estudo.

Desse modo, essa **tese** apresenta a seguinte estrutura (além dessa **Introdução** e das **Considerações finais**):

- **Capítulo 1 “Pesca artesanal na América Latina: dos dilemas interpretativos aos conflitos territoriais”**: nele, discutimos a importância dos elementos teóricos para a realização desta pesquisa, que tentou se basear sobretudo na interdisciplinaridade e em autores que buscam

construir um pensamento social latino-americano anticolonial, não dissociando natureza e cultura e compreendendo as sociedades humanas como parte do ambiente, segundo propõe a Ecología Política (SOUZA, 2018, 2022). Se discutiu, sob uma perspectiva multiescalar (global, regional e local), um panorama geral da pesca artesanal, os principais assuntos que a envolvem como alimentação, segurança e soberania alimentar, trabalho e desigualdade de gênero, recursos pesqueiros, geopolítica da pesca e influência da Covid-19 na atividade pesqueira; foram analisadas algumas propostas para o ordenamento territorial pesqueiro na América Latina e a institucionalidade pesqueira no Brasil na Colômbia. Por fim, se buscou compreender a formação e a (re)existência dos povos e comunidades tradicionais, a partir de aportes teóricos e de realidades brasileira e colombiana, que nos auxiliaram na compreensão da formação territorial, com uma profundidade histórica (temporal e dos eventos) e multiescalar, partindo das regiões até os lugares de estudo na análise da formação dos territórios tradicionais pesqueiros no Litoral Potiguar, Brasil, e no Litoral Chocano, Colômbia.

- **Capítulo 2 “Bahía Solano: cultura afrocolombiana, modo de vida, território e pesca artesanal” e Capítulo 3 “Maxaranguape: cultura pesqueira, modo de vida, território e pesca artesanal”:** tratam-se dos estudos de caso colombiano e brasileiro, respectivamente, e estão divididos em três tópicos centrais: **no primeiro**, apresentamos a **geografia regional** e as características gerais da pesca nas áreas de estudo; **no segundo tópico**, buscamos iniciar pela compreensão de como era o modo de vida no passado, através de entrevistas e conversas para acessar o **“tempo dos antigos”** (CANDIDO, 2010), discutindo quais elementos foram se modificando e o porquê, com foco nas mudanças no modo de vida, que foram baseadas em processos de espoliação territorial e desterritorializações que causaram rupturas e permanências no modo de vida tradicional. Se compreende como fatores de permanência e ruptura (maior mudança), respectivamente, “[...] os que contribuem para a continuidade dos modos tradicionais de vida; e de transformação, os que representam a incorporação dos padrões modernos” (CANDIDO, 2023, p.255-256). De modo que, as transformações na pesca revelam e refletem essas mudanças - e aquelas na cultura como um todo - e vice versa; **no terceiro tópico**, identificamos e analisamos as **territorialidades sobrepostas**, algumas tradicionais e outras disruptivas. Chamamos de **territorialidades disruptivas** aquelas que afetam o modo de vida tradicional, que reduzem ou mercantilizam os pescados ou os pescadores, que causou espoliação territorial, o fim das manifestações culturais, de relações de solidariedade como cooperação e ajuda mútua e que causam os conflitos socioambientais e territoriais. As territorialidades disruptivas se sobrepõem às tradicionais e são disruptivas porque são

ambientalmente mais degradantes e tentam suprir o tradicional, a cultura, os etnosaberes e desterritorializam esses elementos de maneira violenta, simbólica e/ou material. O nosso objeto foi a pesca artesanal como prática produtiva e seus significados culturais, bem como nas territorialidades produzidas por essa atividade.

A grande extensão dessa tese deve-se ao fato de que nela estão dois estudos de caso e que **optamos por manter muitos testemunhos**, que mesmo contextualizados e discutidos, falam e contam histórias por si só. Construimos um grande acervo de testemunhos, com mais de 250 páginas de transcrição das entrevistas realizadas, as quais pretendemos utilizar para aprofundar temáticas e outras possíveis discussões, como o folclore, as tradições culturais, o ecofeminismo e o turismo. Também fizemos o uso de muitas imagens (cerca de 80), sobretudo de fotografias, utilizadas como técnica de registro. Muitos dos assuntos foram e/ou serão discutidos especificamente em artigos, como já fizemos desde o início dessa investigação, em março de 2019 (BONFÁ NETO, 2022; BONFÁ NETO; RANGEL, 2022; BONFÁ NETO; BARRETO; SILVA, 2023; BONFÁ NETO; SUZUKI, 2019, 2020, 2022, 2023).

# 1 PESCA ARTESANAL NA AMÉRICA LATINA: DOS DILEMAS INTERPRETATIVOS AOS CONFLITOS TERRITORIAIS

## 1.1 Dilemas interpretativos da pesca artesanal

A pesca é uma atividade milenar praticada desde muito antes da sedentarização humana e do desenvolvimento das atividades agrícolas, em que o contato ancestral e milenar dos grupos humanos com seus ambientes naturais proporcionou o desenvolvimento de técnicas de captura e o conhecimento dos ambientes aquáticos (rios, mares e lagos), bem como a criação de sistemas de manejo, em busca da satisfação das necessidades humanas.

Sendo uma prática produtiva e com significados culturais, a pesca possui extrema e crescente importância global para a segurança e soberania alimentar, nutrição e emprego de milhões de pessoas, conforme indica a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO, 2020a): em 2018, houve um máximo histórico de 179 milhões de toneladas de pescados, sendo que, desse total, 156 milhões de toneladas (87%) foram para o consumo humano, totalizando cerca de 20,5 quilogramas de consumo médio per capita/ano<sup>15</sup>. Esses dados representam uma mudança significativa no consumo do pescado, que vem ocorrendo desde a década de 1960, quando boa parte dos pescados era utilizada para fazer farinha e óleo de peixe, subprodutos do processamento dos pescados. Desde 1961 até 2017, o consumo global de pescados tem aumentado a uma taxa de 3,1% ao ano, quase o dobro da taxa de aumento populacional (1,6% ao ano) e maior que o aumento de consumo de outras fontes de proteínas animais (carne e leite, com uma elevação de 2,1% para o mesmo período). Um dos motivos desse acréscimo se refere à ampliação do consumo de pescados pelas classes médias dos países subdesenvolvidos (FAO, 2020a).

Aproximadamente 46% do total dessa produção são provenientes da aquicultura e 54% da pesca, sendo que metade desses 54% provém da pesca artesanal, que ocupa 90% do trabalho empregado nas pescarias, com 97% dos pescadores sendo de países subdesenvolvidos, vivendo em milhares de comunidades pesqueiras heterogêneas e experimentando altos níveis de pobreza e exclusão em relação à gestão dos recursos (FAO, 2020a). Portanto, a pesca artesanal é uma prática de extrema importância para a soberania alimentar e para o combate à fome no mundo, particularmente nos países subdesenvolvidos.

---

<sup>15</sup> O consumo é maior do que o indicado pelo relatório, pois a contribuição da pesca artesanal e de subsistência muitas vezes é sub-reportada, sobretudo para as pescarias continentais.

A pesca é uma atividade que possui uma grande dependência dos fatores ambientais e ecossistêmicos, que também são considerados fatores produtivos, ao lado dos objetos, instrumentos, conhecimentos, técnicas e da força de trabalho. Outro fator fundamental na pesca é que neste não existe propriedade formal das forças produtivas da natureza, que são a princípio propriedade coletiva apropriada por aquele que realizar o acesso (DIEGUES, 1983), o que em alguns casos podem causar conflitos por esses espaços de uso comum. Sendo assim, os fatores produtivos na pesca, em conjunto com as relações sociais de produção, se apresentam como formas de organização da produção, que tem uma grande dependência das condições naturais, que podem ser consideradas como as forças produtivas da natureza (processos físico-químicos que agem independente da ação humana).

Daí concluirmos que o homem não age sobre um objeto de trabalho estático, mas sobre um complexo biológico regido por leis e processos alheios à vontade humana, sobre os quais o homem pode interferir, introduzir novas forças até então exteriores ao meio ambiente considerado (cultivo artificial de ostras, por exemplo). (DIEGUES, 1983 p.7).

A atividade pesqueira tem diminuído a níveis globais por diversos motivos, como: expansão da pesca industrial e conseqüente escassez dos cardumes; desaparecimento de áreas alagadas (como os manguezais); expropriação dos territórios das comunidades pesqueiras em função do avanço de empreendimentos turísticos, petrolíferos, industriais etc.; mudanças climáticas que alteram a dinâmica dos oceanos, dos mares e dos rios; além de outros conflitos socioambientais e territoriais (BONFÁ NETO; SUZUKI, 2019).

Os impactos nos recursos marinhos têm efeitos devastadores, principalmente nos países do Sul Global, em que boa parte da população depende dos recursos dos mares e dos oceanos para a sua subsistência, como na América Latina, onde aproximadamente 285 milhões de pessoas vivem nas zonas costeiras (VIEIRA; GRANADOS; DÍAZ, 2016), e de certa forma sofrem com as conseqüências sociais, ambientais, culturais e econômicas causadas pela degradação ambiental dos oceanos e dos rios, que afeta entre tantas atividades, a pesca artesanal. Esses conflitos colocam a soberania e a segurança alimentar de milhares de pessoas em risco (MACIEL *et al*, 2021).

Existem distintas formas pelas quais a atividade pesqueira se organiza como trabalho. É importante ser ressaltado que todas as formas possuem uma existência histórica, porém cada uma é dominante em um determinado lugar e em um determinado período. Ao longo do tempo, as distintas formas coexistem, caracterizando a pesca artesanal como uma prática em que se manifesta a hibridização cultural<sup>16</sup> (CANCLINI, 2015), incorporando novos elementos

---

<sup>16</sup> Um conceito que nos será útil é **hibridização cultural**, do antropólogo Nestor Garcia Canclini (2015), que

constantemente e ressignificando a prática da pesca. As formas são as seguintes, segundo o antropólogo Antonio Carlos Diegues (1983, 1995, 2004):

- **Pesca de subsistência:** hoje é praticada somente entre algumas poucas comunidades indígenas e em alguns agrupamentos ribeirinhos em conjunto com outras atividades de subsistência como a caça, o extrativismo e a agricultura. A unidade de produção é familiar ou comunitária. O pouco excedente normalmente é utilizado em uma economia de troca.
- **Produção mercantil simples dos pequenos produtores litorâneos, os “pescadores-lavradores”:** ocorre tendo-se em vista o comércio, o valor de troca, o pescado é produzido principalmente para a venda, mas é utilizado também como subsistência. A atividade da pesca é restrita aos períodos de safra, a propriedade é familiar ou de vizinhança, as mulheres também fazem parte do processo, o excedente é comercializado e a agricultura aparece como recurso complementar.
- **Pequena produção mercantil pesqueira (ampliada), o “pescador artesanal”:** a pesca é a principal fonte de renda e a produção de bens é destinada à venda. A unidade de produção não se limita à família e nem à vizinhança, a diferença entre os proprietários dos meios de produção é mais nítida e verticalizada, havendo muitas vezes o dono da embarcação e os “pescadores”. A introdução de equipamentos mais sofisticados como redes de náilon (*nylon*), embarcações motorizadas, sondas e GPS.
- **Pesca empresarial capitalista:** os meios de produção são posse de uma empresa organizada verticalmente, a produção é fragmentada em etapas como captura, industrialização e comercialização. O principal objetivo é converter o total da produção em mercadoria. Os trabalhadores da empresa são remunerados por salário, a tripulação não tem nenhuma autonomia sobre o processo geral da pesca. São introduzidos equipamentos modernos como o sonar, o GPS e a ecossonda, e a técnica de pesca predominante é a pesca de arrasto (redes). A principal finalidade é a produção da mercadoria e a obtenção da mais-valia, do lucro.

A pesca realizada dentro dos moldes da **pequena produção mercantil**, em nossa análise, será chamada de pesca artesanal, pois as duas formas de pequena pesca (pescadores-lavradores e pescadores artesanais) objetivam em maior ou menor grau a venda do pescado, que pressupõe uma divisão social do trabalho que faz com que surjam funções mais especializadas. A apropriação da produção é pelo sistema de partilha e a forma de produção é

---

expressa fenômenos socioculturais em que há o encontro de práticas que se originam de muitas matrizes culturais e temporais nos grupos locais e regionais, que, não sendo receptores passivos, reconfiguram e transformam essas práticas segundo suas próprias condições culturais, econômicas, sociais e ambientais. Para Canclini (2015) entrar e sair na modernidade seria a tensão entre desterritorialização e reterritorialização: a perda da relação natural da cultura com os territórios e realocações territoriais das velhas e novas produções simbólicas.

baseada na mercadoria. Portanto, trata-se de um processo artesanal, em que existem relações não capitalistas no processo de produção, além da pesca artesanal conter significados culturais e estar atrelada as identidades, sobretudo dos povos e comunidades tradicionais.

Dentre as sociedades pesqueiras, há uma grande importância da mediação estabelecida pela natureza na reprodução material e simbólica de seus modos de vida, que ocorre de forma dinâmica e é socialmente construída a partir dos conhecimentos tradicionais, essenciais no modo de vida dessas sociedades. Para os pescadores artesanais, a natureza é tida não só como recurso, mas também como lugar de construção de símbolos, mitos, rituais e formas de manejo dos recursos naturais que auxilia a conservação da biodiversidade e a manutenção dos ciclos naturais (DIEGUES, 2019), conformando relações socioambientais. Os pescadores artesanais têm a pesca como principal atividade do seu modo de vida, podendo exercer outras atividades como o comércio, os serviços, a pequena agricultura, o extrativismo e o artesanato. Eles praticam a pequena pesca e a produção para a subsistência e para o comércio.

Em conversas e entrevistas com os pescadores artesanais fica claro como aqueles que têm preferência pela realização da atividade pesqueira em detrimento a outras formas de trabalho, isso ocorre devido a autonomia e a liberdade individual, que talvez seja o que mais marca como a pesca dilui o trabalho no lazer, na diversão e na sociabilidade, participando intensamente no modo de vida do pescador (DIEGUES, 1995). Além disso, segundo muitos relatos, a pesca é apontada como uma atividade mais lucrativa do que outras.

Cabe ser ressaltado que **o conceito de artesanal passa por mudanças constantemente**, ou seja, não há uma natureza permanente que o define. Por isso, a diferença entre pesca artesanal e industrial em alguns casos é muito tênue e indefinida mesmo em termos jurídicos, como é o caso do Brasil e da Colômbia, que não definem claramente as diferenças entre os tipos de pesca (que se mostra como uma diferença mais qualitativa do que quantitativa). As legislações de ambos os países classificam a pesca artesanal e a industrial dentro da modalidade de pesca comercial:

- **No Brasil**, a pesca é regulamentada pela Lei nº 11.959/2009, que em seu Artigo 4º considera como atividade pesqueira artesanal “[...] os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal” (BRASIL, 2009).

A Lei nº 11.959/2009, em seu Artigo 8º diferencia os tipos de pesca artesanal e industrial:

- a) **artesanal**: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou



mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte; **b) industrial:** quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial; (BRASIL, 2009).

- **Na Colômbia,** a pesca é regulamentada pelo Decreto nº 2.256/1991, que em seu Artigo 12º diferencia as modalidades:

**2.4.1. Artesanal:** la que realizan pescadores en forma individual u organizados en empresas, cooperativas u otras asociaciones, con su trabajo personal independiente, con aparejos propios de una actividad productiva de pequeña escala y mediante sistemas, artes y métodos menores de pesca. **2.4.2. Industrial:** que se caracteriza por el uso intensivo de embarcaciones de gran autonomía, con la ayuda de arte y métodos mayores de pesca que permiten operar en un amplio radio de acción y obtener grandes volúmenes de captura. (COLOMBIA, 1991).

De modo geral, a pesca industrial se diferencia da artesanal sobretudo pela mão de obra dos barcos industriais e por fornecer pescado às grandes empresas pesqueiras que se instalam ao longo da costa (DIEGUES, 1995). Na pesca artesanal,

[...] a tecnologia utilizada, assim como as técnicas de navegação, são rudimentares, envolvendo-se o próprio meio de vida no âmbito da pesca artesanal. O pescador artesanal procura sua autossuficiência no mundo exterior, adotando uma vida sem especialização do trabalho, embora venha incorporando novas tecnologias de navegação, como o GPS. Originalmente, os pescados serviam para consumo pessoal ou eram comercializados entre os membros da comunidade. O nível de renda obtido representava taxas baixas de desenvolvimento. (SILVA, A.F., 2010, p.58).

Nesse âmbito, consideramos o artesanal como tendo uma proximidade maior com os conhecimentos tradicionais, estando a pesca artesanal mais conformada pelos “significados culturais” (GOMES, 2019), em uma visão convergente com a concepção de Diegues (1995, p.108), que define a pesca artesanal como sendo:

[...] aquela em que os pescadores autônomos, sozinhos ou em parcerias, participam diretamente da captura, usando instrumentos relativamente simples. A remuneração é feita pelo sistema tradicional de divisão da produção em “partes”, sendo o produto destinado preponderantemente ao mercado. Da pesca eles retiram a maior parte de sua renda, ainda que sazonalmente possam exercer atividades complementares.

A pesca artesanal, segundo a geógrafa Cátia Antonia da Silva (2014), compõe o circuito inferior da economia da pesca, que envolve, além da captura do pescado, a maricultura, o beneficiamento, a venda por atacado e varejo, a produção e o conserto de redes e embarcações. Essa diversidade de atividades é abrangida nas legislações brasileira e colombiana. De modo que, a pesca artesanal engloba vários trabalhadores, fornecendo emprego e fonte de renda sobretudo em comunidades pobres.

Neste processo de compra e de manutenção de insumos criam-se diversos outros afazeres, que acabam trazendo ao circuito produtivo da pesca artesanal o envolvimento de outros profissionais que atuam na esfera dos insumos: o conserto de embarcações, o aluguel de ranchos, o comércio de gelo, o comércio de petrechos de pesca (rede, motor, combustível, remo, roupa de pescaria e colete). Deste modo,

muitos outros trabalhadores e pequenas empresas vivem da atividade da pesca artesanal (SILVA, C. 2014, p.33-34).

A partir da **nossa compreensão de pesca artesanal, como atrelada aos significados culturais e ao modo de vida tradicional**, nota-se que a técnica e a cultura são conceitos que permeiam a pesca artesanal, sobretudo pelo fato desse artesanal ser dinâmico, que se moderniza e passa por transformações, porém sempre tendo a mediação dos conhecimentos e saberes tradicionais e dos significados culturais. Além disso, boa parte dos pescadores industriais foi ou é também artesanal, se adaptando as diferentes técnicas que lhes são dadas como alternativas de vida.

Milton Santos (2013a) afirma que é pela técnica que construímos relações com o entorno e atualmente ela é conduzida pelos grandes atores da política e da economia, ou seja, é submetida a esses fatores e modela um “tempo hegemônico”. Esse tempo hegemônico se constrói em oposição ao tempo natural das comunidades tradicionais e dos pescadores artesanais, com uma dinâmica específica em cada comunidade.

Nessa perspectiva, a técnica se efetiva em relações concretas, definindo o modo e as relações de produção. Hoje alguns sistemas técnicos são mundiais e muitas das técnicas de pesca (artesanal e industrial) estão cada vez mais homogeneizadas em diversos lugares do mundo, sendo possível falar em uma técnica dominante que se superpõe sobre os outros sistemas técnicos precedentes (SANTOS, 2013a). Daí muitas vezes a pesca artesanal se aproximar da industrial pelas técnicas ou pelos apetrechos que são utilizados (por exemplo, GPS e sondas), diferenciando aquela desta, sobretudo pelos “significados culturais” (GOMES, 2019) e pelos conhecimentos mobilizados em cada modalidade.

Os significados culturais e as técnicas possuem um papel importante dentro da configuração dos saberes e conhecimentos tradicionais, sendo um dos principais elementos presentes na pesca artesanal e nas comunidades tradicionais em geral (DIEGUES, 2008; DIEGUES; ARRUDA, 2001; DÍAZ; CARO, 2016; SUZUKI, 2013, 2017). Compreendemos os **conhecimentos tradicionais** ou **saberes tradicionais** (aqui trataremos os conceitos como equivalentes), como sendo “[...] o conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural, transmitido oralmente, de geração em geração” (DIEGUES; ARRUDA, 2001, p.31).

Little (2015, p.170) pontua características essenciais desses conhecimentos: “[...] são organizados em sistemas holísticos (em vez de ser reducionistas); são construídos e controlados socialmente (onde não há patentes e *copyrights*); são transmitidos oralmente via especialistas tais como xamãs, curandeiros e herbalistas; e são dinâmicos”.

Os conhecimentos tradicionais, como também a pesca artesanal, estão vinculados com um conceito mais amplo, o de tradição, que seria “[...] tudo aquilo que uma coletividade reconhece como sendo essencial para sua identidade, e que vincula sua existência atual com seu passado” (GOMES, 2019, p.48), ou seja, são práticas arraigadas ao passado, com outras temporalidades e que constituem a cultura. José Carlos Mariátegui também traz essa perspectiva para o significado de tradição, como patrimônio e continuidade histórica, relacionados com o povo e com os trabalhadores (MARIÁTEGUI, 2005). Diegues (2004, p.87) relaciona a tradição com a pesca artesanal: “A questão da tradição está relacionada também ao cerne da própria pesca artesanal: o domínio do saber-fazer e do conhecer que forma o cerne da profissão”.

É a partir desses conhecimentos transmitidos pela oralidade, pela tradição e pela experiência cotidiana que o pescador adquire o saber fazer da pescaria. Além disso, boa parte dos sujeitos que viveram e vivem nas comunidades tradicionais possuem uma alfabetização recente ou até inexistente, o que faz da oralidade o principal meio de transmissão dos saberes (SUZUKI, 2013, 2017).

Os conhecimentos tradicionais são provenientes da mediação do homem com a natureza, moldando os sistemas de manejo dos recursos naturais que em geral são realizados de forma sustentável, pois oferecem espaços físicos e temporais para que os ecossistemas possam se recuperar, respeitando assim os ciclos naturais de cada espécie animal ou vegetal.

Atualmente, há um processo de revalorização e convergência dos conhecimentos tradicionais com a ciência, por exemplo, o surgimento do campo da Etnobiologia e outras etnociências, sendo os saberes e conhecimentos tradicionais por si só considerados ciência dentro de alguns estudos, como os etnocientíficos (LITTLE, 2015) e a Ecologia Política (LEFF, 2015), em um processo de hibridização do conhecimento científico clássico com os saberes tradicionais e populares.

Portanto, **a pesca artesanal se constitui como um conjunto de saberes tradicionais**, pois está relacionada diretamente com um conjunto de conhecimentos que são baseados em experiências e vivências de povos com o território (DIEGUES, 2004).

Os sujeitos estão inseridos em uma cultura e também em um lugar, e é neste em que se dá o enraizamento, a vida cotidiana e a identidade, elementos que constroem os conhecimentos tradicionais. Para o antropólogo Arturo Escobar (2005, p.75), “[...] o conhecimento local é um modo de consciência baseado no lugar, uma maneira lugar-específica de outorgar sentido ao mundo”. Embora a categoria lugar seja mais utilizada em perspectivas fenomenológicas, que não será a nossa, a utilizaremos para discutir os impactos de forças

globais, como o desenvolvimento, a modernização e as estratégias de conservação que atuam na produção dos lugares (SANTOS, 2013a) e na configuração de conflitos socioambientais.

Segundo Leff (2015) e Escobar (2015), os **conflitos socioambientais** são derivados da distribuição ecológica desigual e das distintas estratégias de apropriação dos elementos naturais e dos serviços ambientais, são conflitos que expressam as controvérsias derivadas de diversas ou opostas visões e significados de natureza. O antropólogo Paul Elliot Little (2006, p.91), define esses conflitos como “[...] um conjunto complexo de embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico”.

Empregamos os termos **socioambiental** e **ambiental** no mesmo sentido, ainda que socioambiental soe um pouco pleonástico. Isso porque, em nossa visão, e como demonstra o geógrafo Marcelo Lopes de Souza (2019, 2022), o ambiente também envolve o social, as questões que envolvem os grupos humanos e seus problemas, de modo que o prefixo “socio” se tornaria dispensável. No entanto, isso pode causar interpretações equivocadas, por isso utilizamos, em alguns casos, o **prefixo socio**. Também adotamos o termo **ambiente**, como “[...] o complexo conjunto formado pela interação de processos, dinâmicas, feições e ciclos geobiofísicos com as relações sociais” (SOUZA, 2022, p.3), e não **meio-ambiente**, usualmente utilizado para se referir apenas ao “ambiente natural”, considerando este um pleonismo e um termo influenciado pela grande imprensa e reproduzido nas ciências:

[...] empregam-se dois termos – “meio” e “ambiente” - cujos conteúdos, aliás, em larguíssima medida se superpõem, para exprimir apenas metade de uma ideia: o ambiente enquanto “natureza primeira” ou natureza não humana, isto é, os processos não antropogênicos. (SOUZA, 2019, p.17).

Nesse sentido, Arturo Escobar (2015) afirma que o **ambiente** é uma construção cultural e simbólica, e a maneira como essa construção é feita tem intensas implicações em seu uso e manejo.

O foco nos grupos sociais e em suas relações com a natureza emana o tema das práticas ambientais em conflito, tornando os conflitos socioambientais um elemento central da Ecologia Política (LITTLE, 2006; SOUZA, 2018, 2019). O campo vem sendo construído pela colaboração de muitas ideias que buscaram questionar e articular a racionalidade ambiental e econômica. No Sul Global, a Ecologia Política emerge de uma política da diferença enraizada nas condições ecológicas e culturais de seus povos (ESCOBAR, 2015), de suas estratégias de emancipação para descolonização do conhecimento, reinvenção de territórios e reapropriação social da natureza. Não se trata de um campo puramente científico, pois abrange conhecimentos

e saberes tradicionais e populares, e não é construído exclusivamente nas academias<sup>17</sup> (SOUZA, 2018).

Nessa perspectiva, Ecologia Política é o campo teórico e político que lida com os processos de transformação da natureza e seus discursos e usos resultantes - com um enfoque nas relações de poder e disputas - em que diferentes estratégias para o uso e apropriação da natureza se chocam (SOUZA, 2018, 2019). Trata-se do estudo dos conflitos de distribuição ecológica, ou seja, conflitos que envolvem o acesso e o controle dos recursos naturais, particularmente como fonte de subsistência; são situações que envolvem o poder de acordo com os conhecimentos e as práticas culturais que atribuem significados à natureza, em que discursos, comportamentos e ações incorporados no conceito de natureza são contestados.

Esses debates envolvem a defesa das condições naturais, dos valores culturais, da identidade e das práticas sócio-espaciais, produzindo um debate teórico e político acerca da categoria de território em que a tríade território-territorialidade-territorialização se eleva no núcleo da Ecologia Política (PORTO GONÇALVES, 2012; PORTO GONÇALVES; LEFF, 2015).

De modo que, para debater os conhecimentos locais, as transformações culturais e os sistemas socioecológicos em comunidades que se reproduzem em uma relação com e não contra a natureza, utilizaremos as categorias território (CAPEL, 2016; ESCOBAR, 2015; HAESBAERT, 1997, 2021, 2022; MARTIN, 1992; MORAES, 2005; PORTO GONÇALVES, 2002, 2012; SAQUET, 2015, 2019a) e modo de vida (CANDIDO, 2010; DIEGUES, 1983, 1995, 2004, 2008; LA BLACHE, 2005, 2019; RANGEL, 2011, 2017; SUZUKI, 2013, 2017), fundamentais para a pesquisa e interpretação do real e para subsidiar a construção descolonial de processos alternativos de desenvolvimento, que tenham como base a participação, a cooperação, a conservação ambiental e a valorização cultural.

A **categoria modo de vida** - difundida originalmente como “**gênero de vida**” (LA BLACHE, 2005) - ganha expressividade na Geografia Possibilista francesa, nos estudos de geógrafos como Paul Vidal de La Blache e Pierre Émile Levasseur, que tiraram o foco da análise geográfica da dimensão política e militar, direcionando-o à economia e à cultura, enfatizando

---

<sup>17</sup> Entre as principais abordagens teóricas e autores que deram aportes para a construção de uma Ecologia Política latino-americana podemos citar: José Carlos Mariátegui (para a descolonização dos povos originários), a Geografia da Fome (CASTRO, 2007), a Teoria Marxista da Dependência (Rui Mauro Marini, André Gunder Frank, Vânia Bambilra, Theotônio dos Santos e Pablo González Casanova), a Teologia da Libertação (que teve um papel fundamental na emancipação e na organização dos movimentos camponeses e rurais a partir da década de 1960, com as ideias de Clodovis e Leonardo Boff, Frei Betto, Frei Tito, Camilo Torres, entre outros), a Pedagogia da Autonomia, de Paulo Freire, com o papel da educação na politização das massas (FREIRE, 1967) e mais recentemente, o Pensamento Descolonial e a Colonialidade do Saber (Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Walter Mignolo, Arturo Escobar, Catherine Walsh, Edgardo Lander e Silvia Cusicanqui) (PORTO GONÇALVES, 2012).

o papel da sociedade em sua relação com o espaço (MORAES, 2015). “Assim, a grande questão se torna, de forma genérica, os vínculos entre o homem e o meio, a sociedade e a natureza, e não, de forma mais específica, entre o Estado e o espaço [...]” (HAESBAERT, 2009, p.1).

As relações do homem<sup>18</sup> com o meio passaram a ser pensadas sob a ótica dos gêneros de vida, o que constitui o conjunto de ações e características de um grupo social que estão ligadas e representadas pelas tradições e costumes, ou seja, pela cultura (LA BLACHE, 2005, 2019). Nesse âmbito, o conceito de gênero de vida se cria como uma mediação entre homem e meio, uma visão voltada para o ambiental, ideologicamente liberal e negligenciando a luta de classes, como demonstra Souza (2018, p.282):

[...] o conceito de “gênero de vida” atuava fazendo uma espécie de mediação: de um lado, havia as “possibilidades oferecidas pelo meio”; de outro, a modelagem exercida pelos grupos sociais e, no interior de cada grupo, pelos indivíduos. Esse conceito se situa próximo daquele - de matriz antropológica - de “cultura material”, mas é, ao mesmo tempo, bem mais estreito que a ideia geral de cultura: o “gênero de vida” se refere, especificamente, às técnicas e aos modos de adaptação de um grupo social a um “meio (natural)” específico. O conceito em tela se coaduna com uma visão de mundo liberal, uma vez que ele admite, malgrado certos condicionamentos exercidos pelo meio, uma dimensão de liberdade de escolha, no âmbito da própria sociedade, por parte de indivíduos e grupos, no que diz respeito à divisão do trabalho. Nos marcos da visão de mundo liberal-conservadora que controlava o perfil ideológico de quase todos os expoentes da Geografia francesa clássica, essa concepção de “gênero de vida” servia para escamotear a percepção das contradições, das fraturas e dos conflitos sociais, a começar pela luta de classes.

Para La Blache, os gêneros de vida se expressam na unidade espacial da região, propondo a ideia de que o homem possui uma ligação intrínseca com o ambiente, que impõe possibilidades, fato que molda sua socialização e define uma **região como uma área contínua que vinculava o natural (meio) e o cultural (homem)**. “As populações humanas tinham maneiras específicas de usar e ocupar as terras, com claro impacto nas paisagens. As áreas onde as pessoas compartilhavam o mesmo gênero de vida ofereciam formas análogas de uso da terra: apareciam como regiões homogêneas”. (CLAVAL, 2022, p.4).

Horácio Capel (2016, p.7) afirma que é com La Blache que a concepção regional adquire importância, relacionando também território e paisagem<sup>19</sup>: “Vidal de la Blache consideró la región como una porción de territorio singularizado por sus características físicas y humanas que tiene una cierta homogeneidad interna y que propicia un tipo de paisaje”.

Portanto, compreendemos o modo de vida tradicional em sua relação com: os saberes tradicionais (DIEGUES, 2004, 2008, 2019); a identidade construída frente a questões políticas (RANGEL, 2011) e de ameaça às culturas (LEFF, 2015), e que constitui o território tradicional

---

<sup>18</sup> Homem como categoria e não como termo.

<sup>19</sup> A categoria **paisagem** é chave sobretudo para a Geografia Cultural, para a Ecologia da Paisagem (inaugurada por Carl Troll, nos anos 1930), e para a “tradição geossistêmica” (SOUZA, 2018).

a partir da territorialidade (RANGEL, 2017), sendo essa identidade uma construção social cumulativa, com imaginários compartilhados (CLAVAL, 2022); o aproveitamento intensivo do meio (LA BLACHE, 2005); as relações de compadrio; o trabalho autônomo/família; a pequena produção; a pouca estratificação socioeconômica; o baixo desenvolvimento das forças produtivas; e as práticas de solidariedade coletiva, como a divisão da produção em partes, o mutirão<sup>20</sup> e as celebrações lúdico-religiosas (CANDIDO, 2010). Ou seja, o modo de vida é definido a partir das relações que determinada comunidade estabelece com o território em que vive (SUZUKI, 2013, 2017), podendo ser entendido como:

[...] a forma como os moradores percebem, vivem e concebem o espaço, mediados pelo conjunto de suas práticas cotidianas e por sua história, posição que ocupam na sociedade envolvente e forma específica que assegura a sua reprodução social, constituindo-se no modo pelo qual o grupo social manifesta sua vida. O modo de vida se realiza, então, a partir de dimensões materiais e imateriais, como formas de apropriação e reprodução das relações sociais em que se inserem os sujeitos, definindo práticas territoriais, com produção de territorialidades e territórios, relacionados, assim, à sociedade e à natureza. (SUZUKI, 2017, p.9).

Mesmo que as sociedades e comunidades tradicionais abandonem a prática pesqueira devido a desterritorializações e adotem outras atividades, elas podem continuar tendo essa mediação feita pela natureza e seus ciclos na reprodução material e simbólica de seus modos de vida.

A **categoria território** possibilita compreender as relações da sociedade com a natureza, explicitando as **relações de poder** que as atravessam e que se constitui no cerne da problemática ambiental atual. O poder, condição para o território, não é restrito à sua dimensão materialista, pois possui uma dimensão relacional, envolvendo vínculos sócio-espaciais<sup>21</sup> concretos e representações que os produzem e os veiculam (HAESBAERT, 2021).

Sob uma visão interdisciplinar socioambiental, o território se faz útil para análises geográficas e antropológicas com as comunidades tradicionais, como demonstra Capel (2016, p.16): “Se estima que geógrafos y antropólogos pueden colaborar con provecho en el estudio de dichos grupos sociales, privilegiando el territorio”.

Sobretudo entre os povos e comunidades tradicionais, o território tem o potencial de expressar a luta pela reapropriação social da natureza, pois esses grupos criam estratégias de reterritorializações e de resistências, se opondo às estruturas dominantes de poder (HURTADO;

---

<sup>20</sup> Esforço coletivo para solução de uma necessidade ou para alguma atividade. É chamado, em tupi, de *puxirum*, e em espanhol, de *minga*, *tequio* e *faena*.

<sup>21</sup> O conceito **sócio-espacial** é diferente de **socioespacial**, este, faz alusão ao espaço e aos seus atributos, seria o espaço social, ou seja, o espaço geográfico produzido pelas relações sociais. Já em sócio-espacial, os dois adjetivos “social” e “espacial” indicam níveis de realidade complementares, fazendo alusão ao espaço e as suas relações sociais em conjunto, uma realidade social total, as relações sociais e o espaço social (SOUZA, 2018).

PORTO GONÇALVES, 2022). Nesse âmbito, a tríade território/territorialidade/territorialização, se torna uma questão teórica e política fundamental, que também é o cerne da Ecologia Política (LEFF, 2015; PORTO GONÇALVES, 2012).

Na América Latina, a luta dos povos tradicionais por territórios configurou um novo desenho geopolítico contra o neoliberalismo, sobretudo após os anos 1990. Isso desencadeou processos de emancipação de povos tradicionais para a reapropriação de seus territórios ancestrais, muitas vezes pela legitimação (por parte do Estado) dos territórios ocupados por esses grupos. Com isso, as lutas territoriais se tornaram uma dimensão marcante da Ecologia Política latino-americana (PORTO GONÇALVES; LEFF, 2015), revelando os conflitos, colocando em pauta a questão dos direitos à diferença (ESCOBAR, 2015) e refletindo em políticas identitárias não essencialistas.

Os povos e comunidades tradicionais possuem várias formas de incorporar os referentes espaciais em seus mundos, devendo ter cautela na utilização dos conceitos para pensar essas sociedades: “A própria diferenciação de formas que adquirem as fronteiras em ter essas sociedades, ora mais nítidas e fechadas, ora muito mais abertas e flexíveis, atesta bem esta diversidade de papéis dos referentes espaciais na definição do grupo” (HAESBAERT, 2021, p.73).

O território, como categoria de análise, tem sido objeto de estudo da Geografia desde os anos 1960, além de ter sido construído no interior dessa disciplina desde fins do século XIX, sob a ideia mais clássica, de influência de Ratzel<sup>22</sup>, associada aos fundamentos materiais do Estado. No entanto, a realidade produz alguns territórios, que são multidimensionais (porque são econômicos, políticos, culturais, institucionais, ambientais etc.) e se definem antes de tudo com referência às relações sociais (ou seja, são relacionais), ao contexto histórico que está, e que estão em constante construção (territorialização) e desterritorialização, “[...] um processo concomitante de destruição e construção de territórios mesclando diferentes modalidades territoriais [...]” (HAESBAERT, 2021, p.32).

Haesbaert (2021) afirma que o território não é estático e não possui estabilidade no tempo, de modo que as territorialidades são fluídas. Portanto, a união de diversos tempos, ou temporalidades confirma o que Saquet (2019a) propõe: que os territórios, as territorialidades e as temporalidades são capazes de demonstrar relações, contradições, diversidades, conflitos e

---

<sup>22</sup> Ratzel cria a ideia de **espaço vital**, ainda utilizada pela grande mídia - sobretudo de matriz europeia - e até pela ciência, que faz referência a um direito quase natural de uma sociedade a um espaço e/ou uma “propriedade” (mais os recursos lá disponíveis), sem os quais não se daria um progresso social (MARTIN, 1992). Para Haesbaert (2009), essa ideia foi uma transposição de eventos que ocorriam no mundo animal, em uma visão organicista e determinista.



unidades que nos ajudam a orientar as pesquisas, os projetos e os planos a partir das necessidades e desejos dos sujeitos, grupos e classes sociais. Isso faz do território multidimensional (HAESBAERT, 2021; LITTLE, 2015; SAQUET, 2015), que une o passado e o presente, ou seja, manifesta diferentes temporalidades e territorialidades que precisam ser defendidas.

De acordo com Moraes (2005, p.59): “[...] a formação territorial articula uma dialética entre a construção material e a construção simbólica do espaço, que unifica num mesmo movimento processos econômicos, políticos e culturais”.

Nesse âmbito, entendemos o território a partir de uma perspectiva integradora, como um movimento e uma construção social, histórica e cultural, que está sempre vinculado ao processo de dominação e apropriação de espaços e grupos de pessoas, e que faz a intermediação entre a cultura, a natureza e o espaço (HAESBAERT, 2006; 2021; SAQUET, 2015, 2019a; MORAES, 2005). A apropriação coletiva do território sempre antecede historicamente a apropriação individual (MARTIN, 1992).

O território é sempre definido por um conjunto de relações históricas, sociais e ambientais complexas, sendo o resultado da articulação de processos sócio-espaciais que resultam em intervenções humanas e na criação de materialidades e de relações simbólicas, ou seja, o território é uma relação, um movimento. Portanto, **compreendemos o território como resultado de relações de dominação (política/econômica, em sentido mais funcional) e apropriação (social/cultural, em sentido mais simbólico).**

De acordo com Saquet (2015, p.45), concebemos o território como:

[...] produto das relações sociedade natureza e condição para a reprodução social; campo de poder que envolve edificações e relações sociais (econômicas-políticas-culturais-ambientais) historicamente determinadas. O território é resultado e determinante da reprodução da relação sociedade-natureza [...]. Os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social e por suas respectivas territorialidades cotidianas.

As sociedades, de acordo com suas ações, necessidades, culturas e possibilidades que permeiam a produção e reprodução de seus modos de vida, estabelecem determinadas relações com o território. Essas múltiplas relações quando tecidas deixam traços materiais e simbólicos, que são as territorialidades.

A territorialidade é um conceito utilizado para enfatizar questões de ordem simbólico-cultural, sendo a agregação identitária, imaterial e simbólica à ideia mais tradicional de território e que possui menção à especificidade do lugar, com suas particularidades (CAPEL, 2016; LITTLE, 2015; SAQUET, 2019a). Isso significa que além de uma dimensão material, o território também possui uma dimensão de ordem simbólica/cultural, sendo a base da vida e

onde as sociedades enraízam seus mitos.

Os homens, através de seus gestos, necessidades e aprendizagens produzem e renovam territorialidades, desigualdades, diferenças e identidades. Há uma sucessão de identidades que se cancelam e se desagregam, deixando traços-características materiais e imateriais no território. Identidades, desigualdades e diferenças coexistem. (SAQUET, 2015, p.114).

Dessa forma, a territorialidade é uma forma de agir inata aos grupos humanos, um sistema de relações materiais e simbólicas cuja expressão depende das condições históricas em que o grupo está inserido. Já o território, seria um produto direto das territorialidades, o resultado de um processo.

Para Paul Elliot Little (2015, p.128), a territorialidade possui várias expressões e condutas que produzem os territórios, por isso, cada processo de territorialização deve ser estudado na sua particularidade: “Cada pesquisador teria que analisar o contexto histórico em que está sucedendo, identificar as forças externas que estão invadindo seus territórios, e descrever a conduta territorial que provoca”.

Nas comunidades/sociedades rurais/tradicionais, as territorialidades cotidianas são as relações - ou interações territoriais transescalares - espaciais, culturais, psicológicas e econômicas entre os sujeitos (SAQUET, 2015). Por exemplo, a família organiza a casa de acordo com regras e tendências de seu grupo social, as relações de vizinhança irão influenciar a organização da casa e dos entornos, “[...] a *comunidade* exerce influência com vistas a uma *coesão* do grupo, perpetuando seu patrimônio cultural” (SAQUET, 2015, p.56).

A apropriação e a reprodução das relações sociais das comunidades e povos tradicionais se realizam a partir de dimensões materiais e imateriais que definem práticas no lugar e no território, que se constituem na realização do modo de vida, pois este aponta para a visão de mundo que os sujeitos possuem em determinado momento, e nas transformações que foram operadas na percepção, vivência e concepção do espaço existente em modos de vida anteriores (SUZUKI, 2013, 2017).

Portanto, território e modo de vida, como categorias de análise, tem o potencial de ajudar a compreender não somente como são a reprodução material e imaterial e como se constitui a apropriação social da natureza, mas também nos ajudam a compreender fatores como a identidade e o sentimento de pertencimento, o papel dos mitos, da tradição, dos conhecimentos tradicionais, as relações de vizinhança, trabalho e compadrio, a dinâmica do trabalho familiar e do trabalho em parcerias, os significados que os sujeitos atribuem a suas práticas, entre outros fatores.

Dessa forma, o estudo das comunidades tradicionais, na América Latina, se relaciona

ao debate ambiental, que engloba inúmeras temáticas como identidade, conflitos socioambientais e territoriais, uso, apropriação e manejo dos recursos naturais, memória, políticas públicas, governança, patrimônio cultural material e imaterial, entre outros. Frente a isso, para uma discussão que envolve temas complexos como os dessa investigação, é necessário adotar um **ferramental metodológico interdisciplinar**, que aqui será feito a partir de autores clássicos sobre a temática com **preferência para autores latino-americanos**, a fim de nos utilizarmos das **epistemologias críticas da América Latina**, como o **pensamento descolonial** e a **Ecologia Política**, para um debate em prol do desenvolvimento local que está em desencontro com a reprodução ampliada do capital e com a colonialidade do saber, do ser e do poder.

## 1.2 Crise ambiental e interdisciplinaridade

Diegues (2001), Liu *et al* (2007) e Moran (2011) convergem em afirmar que as questões ambientais estão em uma interface entre as Ciências Naturais e as Sociais e, por isso, necessitam de um tratamento que seja interdisciplinar e que demande a contribuição e a ação orgânica das diversas disciplinas, atingindo a interdisciplinaridade.

Segundo Liu *et al* (2007), as interações entre sistemas humanos e naturais demandam considerar não somente variáveis ecológicas (habitat, padrões de paisagem, biodiversidade etc.) ou humanas (processos socioeconômicos e culturais, redes sociais, níveis de governança etc.), mas também variáveis que conectam ambos (como o uso dos ecossistemas e a apropriação de recursos), integrando ferramentas das Ciências Sociais e Naturais (como os Sistemas de Informações Geográficas, para a coleta de dados, manejo, análise, modelação e integração) com os saberes e conhecimentos tradicionais (DIEGUES, 2001, 2019; LEFF, 2009a, 2009b).

As questões ambientais - tais como a perda da diversidade biológica, a poluição de rios e mares, a desertificação crescente, a destruição florestal etc. - emergem nas ciências no final da década de 1960 e início de 1970. Essas questões alcançam perspectiva global e surgem como temas em resposta à percepção que os acadêmicos foram adquirindo da crise ambiental, que pode ser considerada um sintoma de uma crise social e do saber, guiada pela racionalidade tecnológica e pelo livre mercado (LEFF, 2011).

Porto Gonçalves e Leff (2015) afirmam que essa crise, que é civilizatória, emergiu a partir da percepção dos problemas ambientais e questionou a divisão entre natureza e cultura presente na concepção de mundo ocidental e eurocêntrica, configurando uma racionalidade dominante, que dissolveu territórios e seus significados culturais. Os autores defendem que a

separação entre as Ciências Humanas e Naturais esteve relacionada com a separação das comunidades tradicionais e dos camponeses de seus territórios, que foram incorporados sob uma lógica mercadológica.

The search for basic essential unities of different ontological order became an epistemic obsession of modern science: in biology, with the cell or the molecule; in physics with the atom; with the individual in the social sciences. The belief in the scientific world that the mysteries of nature are revealed in mathematical language was to be reflected in the mundane world in the unitary logic of market values. (PORTO GONÇALVES; LEFF, 2015, p.67).

Nesse sentido, essa crise é socioambiental e civilizatória, o que exige não só uma alteração nos padrões científico-tecnológicos, como também uma mudança nos valores consumistas da sociedade moderna (DIEGUES, 2001; LEFF, 2009a, 2009b). Diegues (2001, p.22-23) pontua as principais características dessa crise:

- a) *Global*: atingindo todos os ecossistemas e a biosfera como um todo, gerando os problemas ambientais hoje tidos como globais [...].
- b) *Acelerada e Crescente*: [...] tendo seu início no começo da Revolução industrial e acelerando-se no pós-guerra. [...].
- c) *Irreversível*: muitos ecossistemas não suportam a carga de poluentes [...] degradando-se de forma irreversível. [...].
- d) *Ameaçadora*, pelas suas dimensões: a capacidade crescente de destruição do meio ambiente e da vida humana assume proporções nunca vistas. [...].
- e) *Reforçadora das desigualdades sociais e entre nações*: as multinacionais exportando lixo tóxico e químico, bem como indústrias poluentes para os países do Terceiro Mundo.
- f) *Causadora de impactos socioculturais de grandes proporções*: os que mais sofrem com a degradação ambiental são as camadas mais pobres das cidades [...] as populações rurais [...] os chamados “excluídos”, dos países desenvolvidos, geralmente migrantes e refugiados [...].

Como uma resposta a crise socioambiental e do saber, as questões ambientais emergem como desconhecidas, novas e relegadas, reivindicando um método interdisciplinar que seja capaz de reintegrar o conhecimento acerca da natureza em sua relação com as sociedades humanas para uma melhor compreensão da complexidade presente na realidade (LEFF, 2011). Esse movimento pode ser expresso no surgimento de algumas obras como *Teoria Geral de Sistemas* (anos 1950), *Primavera Silenciosa* (1962), *Estratégia do desperdício* (1965), *Da Gramatologia* (1967), *A Bomba Populacional* (1968), *O Homem Unidimensional* (1969), *A Arqueologia do Saber* (1969), *A Lei da Entropia e o Processo Econômico* (1971), *Os limites do crescimento* (1972), *O mito do desenvolvimento* (1974) e *Gaia: um novo olhar sobre a vida na terra* (1979). Além disso, a partir da década de 1960, também houve uma emergência de movimentos emancipatórios e questionadores, como os movimentos feministas, negros, estudantis e ambientalistas (PORTO GONÇALVES; LEFF, 2015).

Leff (2015) afirma que a crise ambiental e a fragmentação do conhecimento impediram uma análise dos processos socioecológicos e como consequência disso emergiram nas ciências

métodos interdisciplinares para os estudos socioambientais. Esse processo marcou uma mudança na concepção de natureza, que se tornou um campo de disputa política e apropriação social, em que esta não era mais algo a ser dominado, quantificado e transformado, mas sim algo a ser redefinido epistemologicamente a partir de uma visão ecológica e complexa em que teorias de sistemas, métodos interdisciplinares e o pensamento complexo convergem para uma reordenação e reintegração do conhecimento (MORIN, 2012).

Edgar Morin (2012) aponta as décadas de 1960 e 1970 como o início de um elo mais complexo entre as Ciências Sociais e Naturais, expresso no tratamento de temas sob um viés da complexidade, como por exemplo, a Teoria Geral dos Sistemas e a expansão de novas ciências como a Ecologia, a Cosmologia e as Ciências da Terra. Ao tratar desses sistemas, em que as partes e o todo produzem e se organizam entre si, essas ciências “[...] rompem com o velho dogma reducionista de explicação pelo elementar: elas tratam de sistemas complexos” (MORIN, 2012, p.27).

Josué de Castro, em um ensaio apresentado na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo (1972), chama a atenção para a questão dos problemas ambientais analisados de forma parcial, não levando em conta as estruturas econômicas, culturais e mentais dos diferentes grupos humanos nos diferentes espaços geográficos, sendo o ambiente tratado apenas como um conjunto de elementos materiais que configuram as paisagens.

Uma análise correta do meio deve abarcar o impacto total do homem e de sua cultura sobre os elementos restantes do contorno, e o impacto dos fatores ambientais sobre a vida do grupo humano considerado uma totalidade. [...] o meio abrange aspectos biológicos, fisiológicos, econômicos e culturais, todos combinados na mesma trama de uma dinâmica ecológica em transformação permanente. Esse conceito é mais amplo e mais objetivo que o resultante de uma concepção do meio como sistema de relações mútuas entre os seres vivos e o contorno natural, considerados ambos como fenômenos isolados (CASTRO, 2007 [1972], p.166).

Nessa perspectiva, Castro (2007) defende a ideia, até então pouco discutida, de que o ambiente compreende tanto fatores materiais como aqueles de ordem econômica, cultural e simbólica, portanto, para esses estudos, principalmente os científicos, seria necessária uma abordagem mais ampla. Além disso, é apontado que o principal fator responsável pela crise ambiental seria, mesmo que de maneira indireta, a expansão da economia capitalista e a desigualdade econômica, expressa nas mais diversas escalas (global, regional e local) e que, por essa lógica, o subdesenvolvimento seria uma consequência do desenvolvimento, e não a ausência do mesmo, como se pensado na época.

Nos anos 1970 e 1980, começam a surgir movimentos e instituições

ecológicas/ambientalistas, além dos primeiros Partidos Verdes (Inglaterra e Alemanha). Muitas dessas instituições adotaram o **preservacionismo: ideologia que dissocia a biodiversidade das populações tradicionais e nega o significado conservacionista que elas tiveram**, pela ideia de que qualquer intervenção ou interação humana com a natureza é prejudicial e deve ser evitada. Essa visão transpôs o modelo preservacionista do Parque de Yellowstone para os países subdesenvolvidos, embasando a criação das primeiras áreas protegidas<sup>23</sup> (DIEGUES, 2008). Por exemplo, a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), por muito tempo defenderam a ideia de unidades de conservação (como parques naturais) sem habitantes. Atualmente, essas instituições reconhecem o papel das populações tradicionais para a conservação ambiental, em uma postura mais **conservacionista** (DIEGUES, 2008). Adotando essa postura, nos países subdesenvolvidos, houve o surgimento do Movimento dos Seringueiros<sup>24</sup>, no Brasil, e o Movimento Chipko<sup>25</sup>, na Índia. Ambos associaram proteção da natureza aos modos de vida tradicionais (DIEGUES, 2001).

Em 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente reconhece que uma das maneiras de “solucionar” a problemática ambiental está na reformulação do conhecimento sob métodos e técnicas interdisciplinares (LEFF, 2011; PORTO GONÇALVES, 2012).

Sobre esse momento histórico para a questão ambiental global, Enrique Leff (2011, p.310) pontua que:

Paulatinamente passou-se da noção de ambiente que considera essencialmente os aspectos biológicos e físicos, a uma concepção mais ampla, que dá lugar às questões econômicas e socioculturais, reconhecendo que, se os aspectos biológicos e físicos constituem a base natural do ambiente humano, as dimensões socioculturais e econômicas definem as orientações conceituais, os instrumentos técnicos e os comportamentos práticos que permitem ao homem compreender e utilizar melhor os recursos da biosfera para a satisfação de suas necessidades.

Leff (2011) ainda afirma que, da ideia de uma educação ambiental com interdisciplinaridade e articulação das Ciências Sociais e Naturais, se avançou para uma

---

<sup>23</sup> A **criação de áreas protegidas** nos países subdesenvolvidos expulsou mais de 10 milhões de pessoas somente na segunda metade do século XX. No mundo, cerca de 12% da superfície é algum tipo de área protegida, uma superfície maior que a da África (DIEGUES, 2008).

<sup>24</sup> Movimento liderado por Chico Mendes (1944-1988), que eclode na Amazônia brasileira (estado do Acre) durante a década de 1980, visando a conservação dos recursos da floresta e a garantia da presença das populações tradicionais em seus territórios, conquistando a criação das Reservas Extrativistas, ou RESEX (PORTO GONÇALVES; LEFF, 2015).

<sup>25</sup> Movimento liderado por mulheres que floresce na Índia durante a década de 1970, como resultado de iniciativas de comunidades tradicionais que buscavam a conservação das florestas para garantir os seus meios de subsistência através do uso sustentável. Para Leff (2015), foi um dos principais movimentos ecofeministas provenientes do Sul Global, que transcendeu uma visão naturalista e socialista do problema de gênero e ambiental.

epistemologia ambiental mobilizada por um saber que se inscreve em relações de poder e pela reapropriação social da natureza.

Dessa maneira, o termo **interdisciplinaridade** deve transcender o campo da pesquisa e do ensino, sendo aqui entendido como: **toda colaboração entre os mais distintos campos do conhecimento e as diversas formas de saber, em especial os saberes e conhecimentos tradicionais**, desenvolvidos pelos mais diversos atores, como povos e comunidades tradicionais em suas relações mais próximas e íntimas com o ambiente.

Mesmo tendo eclodido e tomado forma na ciência moderna após as décadas de 1960 e 1970, e certos temas contemporâneos terem se demonstrado mais aptos ao seu exercício, Diegues (2001) defende que a interdisciplinaridade é um dos aspectos inerentes à própria ideia de ciência, presente desde a gênese da cultura ocidental. Como exemplos, o autor cita a *Biblioteca de Alexandria* (esforço por reagrupar artes, ciências, técnica e letras), as *Universidades Medievais* (ambição de integrar todo o saber humano), a *Enciclopédia* (criada pelos iluministas no século XVIII em busca da unificação do saber) e a *Universidade de Berlim* (sem separação entre ciência, artes e letras). Por outro lado, Diegues (2001) indica que as Ciências Sociais, principalmente Antropologia e Sociologia, ainda apresentam uma participação muito reduzida nos estudos ambientais, o que está expresso no conceito de **meio-ambiente**, ainda considerado como “natural”/“biológico” (SOUZA, 2019, 2022), como Josué de Castro (2007) havia criticado já nos anos 1970.

Os desafios contemporâneos relativos à interdisciplinaridade giram em torno da reflexão crítica sobre os fundamentos do conhecimento científico, que, movido por um pragmatismo funcionalista, “externaliza” o ambiente e desconhece o saber ambiental (LEFF, 2011). Com isso, a reflexão sobre uma prática interdisciplinar deve ser fundada em um saber ambiental que integre outras formas de saberes, outras maneiras de relação com a natureza e que rompa com um funcionalismo e o pragmatismo.

Nessa lógica, para se abordar a questão da interdisciplinaridade e orientar políticas ambientais é necessário seguir algumas recomendações (LEFF, 2011): **a)** avaliar as condições econômicas, políticas, institucionais e tecnológicas que são determinantes na conservação e no uso dos recursos naturais e os estilos de ocupação do território; **b)** avaliar o grau e as formas de participação comunitária na governança dos recursos; **c)** estudar os efeitos da problemática ambiental nas transformações metodológicas, principalmente nos conceitos relacionados à natureza e a outras formas de saberes.

De modo que, para atingir a interdisciplinaridade no campo ambiental, é necessário

que se esteja aberto a outras formas de conhecimentos, para além do científico/ocidental. Devemos sempre fazer o esforço da aplicação de todos os questionamentos possíveis à crise ambiental, e nunca a dissociar do modo de produção dominante (capitalista) que historicamente foi um dos responsáveis por subjugar e eliminar outras maneiras de conhecimento, culminando em uma mercantilização da natureza e em desastres naturais que dizimam os ecossistemas e as culturas das sociedades originárias e tradicionais, principalmente dos países subdesenvolvidos.

Portanto, é necessário um conceito interdisciplinar de ambiente que reflita toda a sua complexidade, o que também não se resumiria na simples dificuldade de construir propostas interdisciplinares, mas sim em uma ruptura epistemológica com as ciências tal qual as conhecemos, rumo à criação de um saber que possa dar conta das múltiplas determinações que têm emergido como consequência das transformações modernas. Buscamos a construção desse saber, acerca dos povos e comunidades tradicionais, a partir dos pensamentos descoloniais e da Ecologia Política.

### **1.3 Povos, comunidades tradicionais e ambiente na América Latina: em busca da integração latino-americana no discurso descolonial e na Ecologia Política**

Pensar a América Latina não é somente pensar em um objeto de estudo, é pensar muito além, como em um projeto de sociedade e de vida, de relação com a natureza e com os saberes, pois todos os povos latino-americanos têm em comum uma história colonial e violenta, e estão submetidos a uma colonialidade do saber e do poder (CASTRO-GOMÉZ, 2000; LANDER, 2000; PORTO GONÇALVES, 2012; QUIJANO, 2000, 2005), portanto, para compreender a sua história, é necessário uma *epísteme* latino-americana que busque descolonizar o saber, como propõe o pensamento descolonial.

O pensamento descolonial vê na teoria social dominante (eurocêntrica) uma subordinação da periferia pelo centro, em que o projeto de modernidade aparece como uma violência epistêmica (QUIJANO, 2000), de modo que há uma tentativa de construir um conhecimento situado, ou seja, construir um pensamento descolonizador no qual convivem muitas perspectivas de mundo, o pluriverso, “um mundo onde caibam muitos mundos” (HAESBAERT, 2022, p.12). Para romper com a colonialidade e violência epistêmica, faz-se necessário desnaturalizar as relações sócio-espaciais e ter em vista que é impossível dissociar a colonialidade, a modernidade (MIGNOLO, 2000; QUIJANO, 2000, 2005) e o capitalismo global (ESCOBAR, 1988, 2000; CASTRO-GOMÉZ, 2000; QUIJANO, 2000).

Para o geógrafo Rogério Haesbaert (2022), as principais características das abordagens



descoloniais se tratam da crítica ao pensamento universalista eurocêntrico e da luta contra as assimetrias binárias.

Descolonizar significa, em primeiro lugar, reconhecer nossa situacionalidade (espaço-temporalidade) e, conscientes da especificidade dessa posição, aprender a ler o espaço, a geografia, a partir de nossa própria perspectiva. Perspectiva que começa pela individualidade de nossos corpos, condensadores-síntese que possibilitam questionar as grandes dicotomias: corpo/matéria e espírito/ideia, universal e singular (ou geral e particular), racional e sensível (HAESBAERT, 2022, p.8).

As epistemologias descoloniais partem do princípio de que a descolonização não se deu apenas com as independências jurídicas, que mantiveram uma colonialidade do saber, do ser e do poder (CASTRO-GOMÉZ, 2000). Nessa perspectiva, há uma necessidade de reverter o viés epistemológico eurocêntrico e hegemônico, que se inicia com o colonialismo em 1492 e se mantém em relações de poder, do controle do conhecimento e da hierarquização dos saberes e das sociedades, fato que demonstra como “A produção histórica da América Latina começa com a destruição de todo um mundo histórico, provavelmente a maior destruição sociocultural e demográfica da história que chegou a nosso conhecimento” (QUIJANO, 2005, p.16).

Segundo Aníbal Quijano (2000, 2005), a invasão das Américas fez com que se desenvolvesse a noção de raça, para justificar a dominação colonial, e que persiste após as independências como estrutura de poder. O autor defende que houve dois processos fundamentais para a constituição desse padrão de poder: (a) a diferença dos colonizadores e colonizados era estabelecida pela ideia de raça, hierarquizando sociedades e criando padrões de poder; e, (b) articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho (escravidão, servidão, pequena produção mercantil, reciprocidade e salário) e dos recursos em torno do capital comercial e do mercado mundial. Esses fatores deram legitimidade às relações de dominação impostas pela invasão ibérica nas Américas.

As relações de poder se conformaram pela articulação de todas as formas de controle e exploração do capital em torno da relação capital salário e do mercado global, como a escravidão, a servidão, o trabalho assalariado, a pequena produção mercantil (como a pesca artesanal) etc. Esses elementos associaram a questão da raça com a divisão do trabalho, colocando o racismo e o capitalismo como tendo gênese no mesmo processo histórico que é o surgimento da modernidade, que construiu um sistema mundo moderno e colonial, fundado na assimetria entre Europa e outras regiões, como a América (PORTO GONÇALVES, QUENTAL, 2012). Por isso, a luta de classes e o materialismo histórico-dialético estão presentes nas epistemologias descoloniais e não podem ser deixados de lado.

A invasão ibérica nas Américas é o ato que funda a modernidade e a organização colonial do mundo, no século XVI, criando assim uma hierarquia entre culturas e as bases para

um racismo, em que a Europa se encontra no lugar de enunciação, dando origem ao sistema mundo moderno e colonial (MIGNOLO, 2000; QUIJANO, 2000, 2005). A partir desse processo, se construiu uma noção de universalidade que levou em conta somente a experiência particular de uma determinada história, a europeia/ocidental (LANDER, 2000),

O termo América Latina é utilizado para indicar um recorte espacial, que tem a sua origem em uma apropriação que intelectuais de origem hispânica nascidos na América criaram a partir de uma divisão entre Latinos e Anglo-Saxões dentro de um contexto de disputa pela hegemonia dentro da Europa, principalmente entre católicos (Latinos) e protestantes (Anglo-Saxões). Assim, o termo América Latina, para espanhóis e franceses representou um combate à expansão dos EUA e a preceitos imperialistas baseados na superioridade dos Latinos europeus e, para os Anglo-Saxões, representava um sentimento antiespanhol e antilatino.

[...] o conceito de América Latina surge associado com a noção de “latinidade”, uma forma encontrada pelos franceses de diferenciarem-se da Europa anglo-saxônica (Inglaterra) e demarcarem o interesse dos países europeus de origem latina sobre a América, ao mesmo tempo em que confrontavam a franca expansão dos Estados Unidos. (PORTO GONÇALVES; QUENTAL, 2012, p.10).

Dessa maneira, a ideia de América Latina surge como ferramenta para marcar uma continuidade com o modelo de civilização europeia, excluindo povos e culturas, que, no período colonial (e ainda hoje) estavam a margem do modelo de civilização e humanidade conformados pela colonialidade do poder, do saber e do ser.

No caso da América Latina a força da herança colonial-escravista e patriarcal do poder aparece profundamente impregnada em referências corporais, especialmente no que se refere à etnia/raça e ao gênero, com o histórico de subordinação e subalternização de povos originários, afrodescendentes e mulheres de múltiplas raças em todo o continente. (HAESBAERT, 2022, p.8).

Mesmo que o termo América Latina tenha sido historicamente construído em busca de perpetuar relações de poder, pode-se dizer que em todos os países latino-americanos há em comum uma longa história: a ocupação ancestral milenar com o desenvolvimento de muitas práticas tradicionais de manejo dos recursos naturais, de colonização, dizimação das populações autóctones, escravidão, latifúndio<sup>26</sup>, golpes políticos<sup>27</sup>, ausência de experiências democráticas e de governos populares.

---

<sup>26</sup> Atualmente o **latifúndio** se esconde atrás do termo **agronegócio**, que é uma modernização daquele, em que a posse da terra vai para empresas estrangeiras, passando a ser controlada por bancos e fundos de investimentos em um sistema que superexplora o trabalho, degrada o solo, acaba com a etnobioidiversidade das sementes criolas e com outras técnicas tradicionais de cultivo, envenena a população com agrotóxicos e produz alimento para exportação, como fazia o sistema *plantation*, do período colonial.

<sup>27</sup> Na segunda metade do século XX, os países latino-americanos sofreram golpes de Estado, orquestrados pelos EUA, que implantaram ditaduras militares: Guatemala e Paraguai (1954), Brasil (1964), República Dominicana (1965), Argentina (1966), Nicarágua (1967), Peru (1968), Bolívia (1971), Equador (1972), Chile e Uruguai (1973) e El Salvador (1979).

A partir desses processos, várias culturas se constituíram entre as distintas identidades e conjuntos de valores sociais previamente dominantes, havendo hibridizações culturais mais intensas (CANCLINI, 2015).

É o caso da América Latina, talvez o mais “híbrido” dos continentes, onde um dos melhores exemplos de “territorialidades híbridas” foi aquele modado no violento cenário colonial a partir da interpenetração de culturas indígenas, ibéricas, africanas, hindus (no Caribe e na Guiana) e ítalo-germânicas (especialmente no chamado Cone Sul). (HAESBAERT, 2021, p.231).

Como parte dessa complexidade sociobiocultural, na América Latina, concentram-se diversos recursos naturais, minerais (como ouro, prata, cobre, bauxita, estanho, níquel etc.) e energéticos (como petróleo, gás natural, urânio, energia hidrelétrica etc.). Estão na região os maiores mananciais de água potável do mundo (Alter do Chão e Amazônia), as duas maiores áreas continentais alagadas do planeta (Pantanal/*Chaco* e a planície do Rio Araguaia/Ilha do Bananal), a maior reserva de petróleo (Venezuela) e grandes reservas de outros recursos minerais e naturais, como o cobre no Chile (maior reserva mundial) e o ferro no Brasil (terceira maior reserva global).

Além disso, a região dispõe de 7% da população mundial, aproximadamente 45% da água doce da Terra, metade da biodiversidade mundial, sede de enormes depósitos de petróleo, gás e minerais estratégicos e de terras aptas para a produção de todo tipo de alimentos de origem vegetal ou animal e 80% das reservas de lítio (a grande maioria na Bolívia), mineral estratégico para a indústria eletrônica e afins (BORON, 2020). Porto Gonçalves (2012) afirma que a América Latina é a maior reserva genética do mundo, o que traz uma série de conflitos, pois os “administradores imperiais” não se mantêm indiferentes frente a essa realidade (BORON, 2020).

Assim, pensar em América Latina é ter como pressuposto que natureza e sociedade são indissociáveis, não podendo ser pensadas como separadas, como demonstra o pensamento descolonial contemporâneo (CASTRO-GOMÉZ, 2000; ESCOBAR; 2000, 2015; LANDER, 2000; MIGNOLO, 2000; PORTO GONÇALVES, 2012; QUIJANO, 2000, 2005) e a Ecologia Política (ESCOBAR, 2015; LEFF, 2015; PORTO GONÇALVES, 2002, 2012; SOUZA, 2018, 2019). Esse argumento ainda se reforça pela presença de inúmeras comunidades tradicionais em toda a América Latina, em uma diversidade que se deu devido a sensíveis e expressivos vínculos estabelecidos pelas sociedades com (e não contra) a natureza, possibilitando múltiplas determinações,

These regions contain a rich patrimony of biological diversity, of territories and landscapes interwoven with the different peoples that have inhabited them through history in the co-evolution of culture with nature. These peoples hold an enormous legacy of knowledge welded in their traditional practices for living sustainably within

their ecological conditions. Many of the principal crops that feed humanity were domesticated by Amerindian peoples. (PORTO GONÇALVES; LEFF, 2015, p.74).

As terras latino-americanas que um dia foram apropriações comunais das sociedades autóctones, hoje estão sobre leis criadas pelos governos que não levam em conta os saberes ancestrais e as necessidades das populações que lá habitam, ou seja, manteve-se a visão de colonizar, conquistar, para transformar em pasto, em monocultura ou simplesmente preservar (GOMÉZ POMPA; KAUS, 2000). É com a invasão dos colonizadores que os povos originários experimentam uma longa história de exploração, expropriação e desterritorialização.

Os territórios culturais da América Latina são derivados do legado de suas ricas e diversas etnias e culturas, como também de seus conhecimentos tradicionais que remontam as formas ancestrais de ocupação do continente e suas relações com a diversidade ambiental. Essas populações desenvolveram um rico repertório de conhecimentos que, em encontro com a diversidade biológica, constituiu o patrimônio histórico dos povos e comunidades tradicionais, construídos com, e não contra, a natureza (PORTO GONÇALVES, 2012). Por essa perspectiva, a biodiversidade é resultado do encontro entre território e cultura (ESCOBAR, 2015), tratando-se então de **etnobiodiversidade**, assegurada pela **etnoconservação** (DIEGUES, 2019).

Assim, para romper com as posturas dualistas que separam natureza e cultura, devemos começar interpretando os conhecimentos, e, em específico, os tradicionais, como manifestações culturais de um período e de uma sociedade, associadas com o ecossistema local e com a manutenção da biodiversidade, por meio da etnoconservação.

Utilizamos a etnoconservação (DIEGUES, 2008, 2019; LITTLE, 2015) como abordagem que nos ajuda na compreensão do conflito vivenciado pelas populações tradicionais que tiveram o seu território ou suas práticas expropriadas (ou em risco de expropriação) em função de diversos motivos, como políticas e práticas ambientais e conflitos com outros atores.

A etnoconservação propõe um modelo de conservação em que as populações tradicionais garantem a manutenção e a ampliação da biodiversidade local, conforme demonstra Little (2015, p.137):

[...] no plano de pequenos territórios como os dos povos indígenas, dos camponeses, dos ribeirinhos e outros grupos tradicionais, podemos dizer que a sustentabilidade está funcionando. Eles estão usando o meio ambiente de uma forma adequada e que tem uma durabilidade no tempo. Em geral, esses grupos usam modos extensivos de produção em vez de modos intensivos de produção, como é o caso de grandes monocultivos agrícolas que precisam de adubo, de químicos etc. São modos de utilização extensiva do ecossistema que permitem sua regeneração. São modos de adaptação fundamentados no uso de recursos renováveis em vez de recursos não renováveis que se esgotam após um só uso. Em muitos casos, essas experiências vigentes são uma revalorização de práticas tradicionais.

Diegues (2019) afirma que a etnoconservação enxerga os conhecimentos tradicionais

e populares como mantenedores de uma biodiversidade por meio do manejo do ambiente, ou seja, de um **etnomanejo** e uma **etnobiodiversidade**:

[...] pode-se falar numa etnobiodiversidade, isto é, a riqueza da natureza da qual participam os humanos, nomeando-a, classificando-a, domesticando-a, mas de nenhuma maneira selvagem e intocada. Pode-se concluir que a biodiversidade pertence tanto ao domínio do natural quanto do cultural, mas é a cultura enquanto conhecimento que permite às populações tradicionais entendê-la, representá-la mentalmente, manuseá-la, além de retirar espécies, colocar outras e enriquecendo assim a própria sociobiodiversidade ou etnobiodiversidade. (DIEGUES, 2019, p.120).

Gómes Pompa e Kaus (2000) indicam que quase todas as áreas do globo um dia já foram cultivadas e que, inclusive, muitos dos ecossistemas que hoje estão em pautas de conservação já foram habitados por populações humanas durante milênios, mesmo que pareçam intocados. Essas populações mantiveram e estimularam a biodiversidade, com base no **etnomanejo**, que tem sido negligenciado pelos governos na elaboração de legislações e de políticas públicas.

Atualmente, na América Latina, há o predomínio de um modelo de desenvolvimento agrário que se enquadra no processo de reprodução ampliada do capital, supervalorizando o repertório científico eurocêntrico e as técnicas ocidentais, e desconsiderando o conhecimento e as técnicas próprias das comunidades tradicionais indígenas e não indígenas (DIEGUES, 2019).

Com isso, as práticas de manejo dos recursos naturais - sejam elas agrícolas, como os terraceamentos<sup>28</sup> e a adubação verde<sup>29</sup>, extrativistas ou pesqueiras -, antes praticadas pelas comunidades e povos tradicionais, foram totalmente desprezadas em função de monoculturas agrícolas, do uso de químicos, da pesca industrial etc., práticas que promovem uma intensa exploração dos recursos (ANDREWS; LEWIS, 2017; LEFF, 2009; MORAN, 2011).

Como povos e comunidades tradicionais, entendemos, segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2007)<sup>30</sup>:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas, gerados e transmitidos pela tradição.

Os povos ou comunidades tradicionais são portadores dos conhecimentos tradicionais (DIEGUES, 2019), que podem ser referidos também como: conhecimento local (ESCOBAR, 2005), sabedoria popular, ciência popular e/ou indígena, sistemas socioecológicos (MORAN,

---

<sup>28</sup> Técnica agrícola voltada para o plantio e para a conservação do solo que controla a erosão, permitindo o cultivo.

<sup>29</sup> Técnica agrícola que promove a reciclagem do solo a partir do plantio de determinadas espécies vegetais, que fornecem nutrientes e fertilizam o solo, principalmente as *leguminosas*, *gramíneas*, *crucíferas* e os *cereais*.

<sup>30</sup> Instaurada com o Decreto nº 6.040/2007.

2011), sabedoria biocultural, ciências nativas ou conhecimento popular, e na literatura inglesa eles são chamados de tradicional, não ocidental ou conhecimentos tradicionais ecológicos (PORTO GONÇALVES, LEFF, 2015). De forma geral, esses conhecimentos práticos, reflexivos e experimentais representam um patrimônio cultural transmitido de geração em geração, assim relacionando cultura, território e identidade.

Para Haesbaert (2022), tratam-se de conhecimentos situados, que representam outras perspectivas e visões de mundo (o pluriverso), que são descolonizadores, pois nas brechas do sistema capitalista ainda existem (criando e afirmando outras formas de existência) culturas e espaços que não são “puros”, mas que preservam outras formas de organização sócio-espaciais que são externas a colonialidade. É o caso dos povos e comunidades tradicionais.

Sendo assim, para além dos danos ambientais causados pela “imposição” de modelos produtivos ocidentais (que desprezam esses conhecimentos tradicionais) e do chamado desenvolvimento (CASTRO, 2007), há uma desterritorialização (HAESBAERT, 2021), pois muitas culturas não ocidentais (indígenas e não indígenas, como os camponeses, pescadores e ribeirinhos) têm os seus modos de vida ameaçados frente a expansão dessas atividades predatórias ambiental e culturalmente<sup>31</sup> (DIEGUES, 2001; 2019; LEFF, 2009b).

Nunca se transformou o mundo com base nos conhecimentos ocidentais capitalistas como se faz hoje, principalmente com o ambiente e seus recursos, que são transformados em valor de troca, em um processo de mercantilização da natureza que culmina na expropriação sociocultural e na espoliação da terra, ou seja, em desterritorializações (LEFF, 2009b, 2011). Isso ocorre principalmente nos países subdesenvolvidos, mas com as populações subalternas em todos os continentes.

A razão disso é que somos permeados por uma visão ocidental do pensamento ambiental que negligencia a percepção e as experiências dos povos e comunidades tradicionais, que possuem ligações mais próximas com a terra, com o mar, com os rios etc., “Ela negligencia os que nos alimentam” (GOMÉZ POMPA; KAUS, 2000, p.126). Essa visão que negligencia os conhecimentos tradicionais é vista pela abordagem descolonial como um processo pelo qual a modernidade acompanha uma colonialidade em que está implícita a marginalização das culturas e dos conhecimentos não ocidentais (ESCOBAR, 2015; LEFF, 2015).

A aniquilação de saberes locais (ou conhecimentos tradicionais) funcionou como um dispositivo epistemológico do eurocentrismo na construção das teorias sociais, e que o

---

<sup>31</sup> Essa pesquisa se enquadra nesse contexto, em que conflitos territoriais com empreendimentos (industriais, portuários, turísticos, hidrelétricos etc.) colocam em ameaça os modos de vida tradicionais e a reprodução dos conhecimentos associados a eles.

desaparecimento da categoria lugar esteve vinculado à invisibilidade de modelos culturais alternativos. Por isso, para romper com um colonialismo epistémico faz-se necessário retomar outras formas de conhecimento mais locais e dos povos originários e tradicionais (ESCOBAR, 2000). Isso é corroborado com a afirmação de Anibal Quijano (2005, p.24):

Em outros termos, a colonialidade do poder implicava então, e ainda hoje no fundamental, a invisibilidade sociológica dos não-europeus, “índios”, “negros” e seus “mestiços”, ou seja, da esmagadora maioria da população da América e sobretudo da América Latina, com relação à produção de subjetividade, de memória histórica, de imaginário, de conhecimento “racional”. Logo, de identidade.

Leff (2009b, 2015) afirma que foi a chegada do capitalismo mercantil, por meio da colonização europeia, que marcou o início dessa destruição de práticas tradicionais de manejo e da apropriação dos recursos naturais, que eram extraídos das colônias e enviados às metrópoles. Esse processo, ainda totalmente em vigor, culminou na degradação de muitos sistemas culturais e ecológicos e no fim de muitas práticas tradicionais de manejo e uso dos recursos naturais (DIEGUES, 2019), que para Leff (2009b), associado com a dependência tecnológica, é a causa do subdesenvolvimento, como produto do desenvolvimento desequilibrado do mundo, onde os países subdesenvolvidos pagam o preço do esbanjamento incon siderado dos recursos naturais e da ruptura de seus sistemas socioecológicos. Essa ideia é defendida desde os anos 1970 por Josué de Castro (2007 [1972], p.167):

O subdesenvolvimento não é, como muitos pensam equivocadamente, insuficiência ou ausência de desenvolvimento. O subdesenvolvimento é um produto ou um subproduto do desenvolvimento, uma derivação inevitável da exploração econômica colonial ou neocolonial, que continua se exercendo sobre diversas regiões do planeta. [...] Os países subdesenvolvidos que lutam pela sobrevivência devem se preocupar com os problemas do meio e do desenvolvimento em escala mundial, para se defenderem das agressões que o seu próprio povo sofre há séculos por parte das metrópoles colonialistas, destruidoras da condição humana nas áreas subdesenvolvidas.

Arturo Escobar (1988), demonstra como o discurso desenvolvimentista produzido pelo pós-guerra construiu uma ideia de terceiro mundo como uma forma de exercer o controle sobre este. A ideia de desenvolvimento causa na América Latina uma colonização do saber por meio do discurso.

O embate em torno do desenvolvimento e subdesenvolvimento remete também ao conceito de desenvolvimento sustentável, surgido em fins dos anos 1980 para harmonizar a conservação (ou preservação) da natureza com as metas de desenvolvimento do sistema capitalista, por meio de ações e ideias para acumular valores biológicos, sociais e culturais para a biodiversidade, ou seja, para uma mercantilização da biodiversidade (RESTREPO, 2013). Esta aparece não só como uma diversidade de formas vivas, mas como reservas naturais (de habitat e de diversidade natural e cultural), valorizadas por sua riqueza genética, como recursos

para o ecoturismo e por sua função de coletar carbono (PORTO GONÇALVES; LEFF, 2015).

The environmental question has been captured by the logics of the market and its financial strategies, as well as by normal science, ignoring the power relations that cut across the *geopolitics of biodiversity and sustainable development* that extends, intensifies and complexifies previous processes of destructive appropriation of natural resources. The geopolitics of sustainable development is configured in the context of economic globalization. [...] The discourse of sustainable development is a strategy for the economic appropriation of nature that “denaturalizes” it through technology, inducing a process of *transgenesis* that invades and transmutes life, searching to normalize and to legitimize the merchandizing of nature. (PORTO GONÇALVES; LEFF, 2015, p.69).

Portanto, há uma diferença entre as abordagens de **desenvolvimento sustentável** e **sustentabilidade**: a primeira é marcada pela geopolítica dominante, pelo neoliberalismo e pela globalização econômica, já a segunda é marcada pela emancipação popular.

The strategies for the construction of sustainable societies are configured by theoretical struggles and the politicization of concepts. Concepts such as nature, biodiversity, territory, autonomy, identity, self-management, development and sustainability are redefining their meaning in the conflictive field of political ecology, where different strategies for the appropriation of nature are confronted. Thus, the concept of territory in the field of political ecology differentiates from anthropological concepts related to the cultural construction of space. Territoriality or territorialization are processes arising from the encounter of conflictive rationalities in the social construction of space; likewise, the discourse and the geopolitics of sustainable development is confronted by the concept of sustainability drawn from environmental rationality. (LEFF, 2015, p.41).

A sustentabilidade, integrada, então, a reapropriação da natureza na construção de novas racionalidades ambientais e na (re)existência (PORTO GONÇALVES, 2002), em oposição as estratégias capitalistas de apropriação da natureza. O conceito de (re)existência é utilizado em suas variações por autores como Porto Gonçalves, Arturo Escobar e Enrique Leff, que diferem no prefixo (**r-existência**, **re-existência** e **reexistência**, respectivamente) mas em definição convergem, pois pretendem ir além da **resistência**, colocada como um poder que tenta fazer oposição e resistência a imposições de um poder dominante, mas que envolvem processos de reinvenção do saber e do fazer, das identidades, por meio das memórias, inspirados na história, no passado e no presente e projetando suas formas de ser e estar no futuro (HURTADO; PORTO GONÇALVES, 2022).

En la dialéctica el RE también puede acoger lo nuevo, pues existe un vínculo complejo entre conservación e innovación, ya que toda transformación evolutiva es una victoria, tanto de la innovación como de la conservación. [...] El RE hace referencia entonces a la producción de alteridad; como repetición y complejidad reorganizadora, regeneradora, reproductora; como producción de otro ser y autoproducción de cualidad del sujeto, que opera en el circuito pasado, presente y futuro. (HURTADO; PORTO GONÇALVES, 2022, p.5).

Dessa forma, (re)existência é entendida como o poder de ressignificar e recomeçar, pois os grupos sociais subalternos em geral, e em particular os povos e comunidades



tradicionais, não apenas resistem frente a relações de poder desiguais e conflitivas, mas estão (ou deveriam estar) permanentemente se reorganizando, se reinventando por meio do passado, dos saberes e conhecimentos tradicionais, dos conflitos socioambientais, da ancestralidade, dos mitos, das lendas e do folclore<sup>32</sup>.

Essas estratégias de (re)existência não são aquelas da geopolítica do desenvolvimento sustentável, que estão inseridas em um projeto de colonização do conhecimento para dominação e submissão da natureza, evocando conflitos socioambientais. Nesse âmbito, o que está em jogo nos conflitos socioambientais é a redefinição das relações de poder, os caminhos alternativos para a sustentabilidade baseados na reapropriação social da natureza e dos territórios e a (re)existência das populações tradicionais e das identidades culturais (HURTADO; PORTO GONÇALVES, 2022; PORTO GONÇALVES, 2002).

Esse movimento dá-se por meio da construção de uma nova racionalidade ambiental que está pautada na desconstrução de algumas teorias eurocêntricas e na descolonização e hibridização do conhecimento, que implica uma politização do território, da identidade e da alteridade para a construção de uma sustentabilidade enraizada nos territórios culturais.

Dessa maneira, adotar uma **abordagem anticolonial** (como as descoloniais, a Ecologia Política e outras que são contra-hegemônicas e questionam as colonialidades) é um fortalecimento da ideia de que nas brechas do sistema capitalista moderno e colonial, ainda **(re)existem** (HURTADO; PORTO GONÇALVES, 2022), ou seja, resistem criando e afirmando outras formas de existência, multiversos, “um mundo onde caibam muitos mundos”, culturas, espaços e territórios que não são “puros”, apenas tradicionais, mas que são externos a colonialidade pois preservam outras formas de organização sócio-espacial e outros modos de vida, em muitas dimensões como a lúdica, a simbólica e a produtiva.

Por isso, as abordagens da Ecologia Política e dos pensamentos descoloniais são **revolucionárias** e seguem nutrindo sonhos: “A ficção poética e o sonho de mundos diferentes nutrem os governos e os revolucionários” (HAESBAERT, 1997, p.28).

Quanto ao **pensamento social latino-americano**, este é uma construção de acordo com as necessidades identificadas pelos sujeitos de cada época, mas também impostas pelo colonialismo, eurocentrismo e pelo imperialismo. Não podemos cair em um anacronismo de rejeitar algumas interpretações que por mais que tenham cometido equívocos (hoje temos indícios suficientes para evidenciar isso), foram essenciais para a construção de uma América

---

<sup>32</sup> **Folclore** é uma palavra de origem inglesa que quer dizer “**conhecimento popular**”, fazendo referência a mitos, ritos, crenças, ditados, festas e festivais que possuem uma importância desde um tempo passado. Esses elementos culturais são parte da identidade de um povo e representam formas de pensar, agir e ser (GOMES, 2019).

Latina e de um pensamento social crítico latino-americano tal qual conhecemos hoje. Por isso, buscamos sempre considerar os avanços e compreender as limitações das teorias e dos métodos. Frente a isso, acreditamos que o passado deve ser utilizado para formular um sentido histórico e perspectivas para um debate latino-americano autônomo, anticapitalista e contra-hegemônico.

Portanto, propomos que a melhor forma de descolonizar a América Latina seria a construção de saberes e conhecimentos híbridos, em que os conhecimentos/saberes tradicionais/populares (dos indígenas, dos povos tradicionais, das populações negras), juntamente com suas experiências históricas, sejam levados em conta. Enfim, devemos colocar em questão a versão europeia da modernidade, da racionalidade e do meio-ambiente, propondo a nossa própria racionalidade como alternativa ao estágio predatório do capitalismo global.

Muitas dessas experiências históricas estão nas **comunidades de pescadores artesanais**, como as que serão analisadas nesse trabalho, que são casos particulares, mas que representam problemas e dilemas mais amplos, como aqueles que estamos demonstrando até aqui. Por isso, faz-se necessário contextualizar a importância e algumas questões que abrangem a pesca artesanal, a partir de uma **perspectiva multiescalar, do global ao local**, para compreender e analisar as áreas desse estudo, Bahía Solano, no Pacífico Colombiano, e Maxaranguape, no Atlântico Brasileiro.

#### 1.4 A pesca no mundo: uma visão geral

A FAO estima que aproximadamente 59,5 milhões de pessoas estão engajadas na captura de pescados, sendo 39 milhões na pesca e 20,5 milhões na aquicultura<sup>33</sup>. A maioria da força de trabalho em ambas se concentra na Ásia (85%), seguido da África (9%), América (4%), Oceania (1%) e Europa (1%). A quantidade de trabalhadores engajados nas pescarias tem aumentado na África e na Ásia e diminuído na América e Europa, mas globalmente há um incremento da participação de proteína animal na dieta per capita global. Isso demonstra a crescente importância da pesca (e da aquicultura) para o ingresso econômico e para a segurança alimentar de milhões de pessoas ao redor do mundo (FAO, 2020a).

Quanto às embarcações, o principal meio de produção da pesca, estima-se que, aproximadamente 82% do total das embarcações no mundo sejam motorizadas<sup>34</sup>. A Ásia conta

---

<sup>33</sup> Embora a aquicultura não seja o nosso objeto, cabe pontuar que a atividade vem tendo um papel crescente como fonte de alimentação e a sua prática tem aumentado, sobretudo, no continente asiático e americano. Em termos de região, a Ásia conta com a maior produção aquícola global (89%), seguida da América do Sul. Quanto aos países, a China é o maior produtor global, seguida de Índia, Indonésia, Vietnã, Bangladesh, Egito, Noruega, Chile, Mianmar, Tailândia, Filipinas, Japão, Brasil (13°), Coreia e Equador. Há uma previsão de crescimento da atividade até 2030 de 48% na África e 33% na América Latina (FAO, 2020a).

<sup>34</sup> Esse número é questionável, pois muitas comunidades que vivem em territórios mais isolados utilizam barcos

com 67,6% das embarcações - a frota chinesa é a maior global, estima-se que seja de aproximadamente 17 mil barcos (LIMA; GARATTONI, 2020) -, seguida da África (20,3%), América (9,7%), Europa (2,1%) e Oceania (0,3%). Em todos os continentes, mais de 80% das embarcações possuem até 12 metros de comprimento total (ou LOA - *Lenght Overall* - termo utilizado para medir as embarcações) (FAO, 2020a).

Cerca de 90% do trabalho total na pescaria é de pescadores artesanais, que produzem metade do total global de captura (BANCO MUNDIAL, 2012) e 97% desses pescadores artesanais estão nos países subdesenvolvidos. Nesses países, a pesca artesanal produz mais de 50% da captura e entre 90 e 95% dos pescados são consumidos localmente em comunidades pesqueiras, garantindo a segurança e a soberania alimentar.

An estimated 97 percent of all these fishworkers live in developing countries, with many small-scale fishing communities experiencing high levels of poverty and being overlooked with regard both to resource management and from a broader social and economic development perspective. [...] The direct participation of small-scale fishers in fisheries management, through co-management arrangements, is key to providing access to marine living aquatic resources. (FAO, 2020a, p.133).

A pesca, sobretudo a artesanal, é uma das atividades citadas nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), lançados pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015. Nos ODS, o foco é a sustentabilidade social e ambiental, a igualdade de gênero e o crescimento compartilhado. Mesmo com possíveis críticas ao conceito de desenvolvimento sustentável, cabe ser ressaltado que o ODS 14 trata-se da “Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável” (ONU, 2015). Esse ODS traz alguns pontos citando a pesca como um todo e a pesca artesanal:

**14.4** Até 2020, efetivamente regular a coleta, e acabar com a sobrepesca, ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor tempo possível [...]

**14.6** Até 2020, proibir certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobrecapacidade e a sobrepesca, e eliminar os subsídios que contribuam para a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada, e abster-se de introduzir novos subsídios como estes, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da Organização Mundial do Comércio

**14.7** Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo. [...]

**14.b** Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados (ONU, 2015).

---

sem motor e a coleta de dados possui um déficit maior quanto a essas comunidades. A FAO (2020a) reconhece esse déficit.

O fato da pesca artesanal estar inserida nesses diversos pontos do ODS 14 (ONU, 2015) demonstra a crescente preocupação dos órgãos bilaterais quanto à importância da atividade, que se contrapõe à pesca industrial. Na contramão dessa crescente preocupação e importância da pesca, os oceanos vivem um processo de degradação em escala global, principalmente nas parcelas de uso comum, em que fatores como a contaminação, as mudanças climáticas e o desenvolvimento urbano nos litorais causam problemas como a perda de biodiversidade marinha, reduzindo os estoques pesqueiros.

A sobrepesca e a pesca ilegal, não relatada e não regulamentada (em inglês se usa a sigla *IUU - Illegal, Unreported e Unregulated*) são outros problemas globais, causados por técnicas de manejo e capturas insustentáveis e predatórias. Se estima que milhões de toneladas capturadas pela pesca artesanal são subnotificadas ou não reportadas, principalmente nas pescas continentais, em que essa taxa pode chegar a 70% (FAO, 2020a). Isso ocorre principalmente pelos barcos de pesca industrial de países como EUA, Japão<sup>35</sup>, Tailândia, China, Coreia do Sul, Portugal e Espanha (VIEIRA; GRANADOS; DÍAZ, 2016; BRUZZONE, 2021; SEASPIRACY, 2021).

A FAO (2020a) mostra que mesmo havendo alguns esforços de países para conter a sobrepesca e a redução dos estoques pesqueiros, as ações ainda são insuficientes. Em nível global, está havendo um aumento da captura insustentável de pescados e da aquicultura. Frente a isso, alguns países têm buscado, ainda de maneira ineficiente, adotar políticas e práticas mais sustentáveis para a realização da atividade pesqueira.

The 2020 edition of *The State of World Fisheries and Aquaculture* continues to demonstrate the significant and growing role of fisheries and aquaculture in providing food, nutrition and employment. [...] the report also demonstrates that the successes achieved in some countries and regions have not been sufficient to reverse the global trend of overfished stocks, indicating that in places where fisheries management is not in place, or is ineffective, the status of fish stocks is poor and deteriorating. (FAO, 2020a, p.VI).

A pesca industrial, na maioria das vezes, é a causadora da sobrepesca e da redução dos estoques de pescado, devido ao seu maior volume de captura e a utilizar técnicas que não são sustentáveis, como a pesca de arrasto, uma das principais causas de degradação global da fauna marinha (DIEGUES, 2004). O documentário investigativo *Seaspiracy* (2021) destaca a quantidade de plástico lançada nos oceanos pelos grandes barcos pesqueiros que são oriundos de apetrechos de pesca perdidos.

Em décadas recentes, o setor pesqueiro se tornou mais complexo e dinâmico,

---

<sup>35</sup> Há décadas o país pratica a pesca ilegal de baleia em grande escala (MESQUITA, 2019).

dirigindo-se para a indústria varejista, para a diversificação de espécies, terceirização do processamento, ligações de fornecimento entre os produtores etc. Isso, segundo a FAO (2020a) causou uma expansão do mercado global, no comércio e no consumo de produtos pesqueiros, além de um significativo desenvolvimento da qualidade e da segurança alimentar. Mas, segundo Diegues (2004), a crescente demanda dos produtos da pesca foi um dos fatores que alterou as chamadas pescas tradicionais, que foram incorporadas ao mercado, tendo como uma das consequências “[...] uma maior especialização numa só atividade e o abandono de outras” (DIEGUES, 2004, p.37), fato que também levou à sobrepesca.

Entre todas as modalidades de captura (pesca marinha, pesca continental, aquicultura marinha e aquicultura continental), a pesca marinha ainda é a que tem maior produção, seguida da aquicultura continental, da aquicultura marinha e da pesca continental. Todas essas modalidades vêm apresentando um incremento na produção desde a década de 1970, quando a FAO começa a coletar essas estatísticas.

A China é a líder global na produção, consumo e industrialização de pescados<sup>36</sup> (na aquicultura e pesca), com 35% do total global. Excluindo a China, temos a Ásia (34% da produção global), seguida da América (14%), Europa (10%), África (7%) e Oceania (1%). A produção global tem aumentado em todas as regiões, exceto na Europa (onde decresce desde a década de 1980) e na América, onde vem oscilando desde a década de 1990, sobretudo pela sobrepesca e pela variação na captura da Anchova (*Engraulis ringens*), muito capturada em países como Peru e Chile. Em relação à pesca, os sete maiores produtores correspondem a mais de 50% do total produzido, são eles: China (15%), Indonésia (8%), Peru (8%), Rússia (6%), EUA (6%), Vietnã e Índia (ambos com 4%) (FAO, 2020a).

Quanto às espécies mais capturadas, com base em 2018, temos a Anchova Peruana (*Engraulis ringens*) em primeiro lugar, com quase oito milhões de toneladas, seguida do *Alaska Pollock* ou Escamudo do Alasca (*Theragra chalcogramma*), com 3,4 milhões de toneladas e, em terceiro, o Bonito ou Atum-bonito (*Katsuwonus pelamis*), com 3,2 milhões de toneladas (FAO, 2020a).

Na Europa as principais áreas pesqueiras estão onde passa a Corrente do Golfo (Países Nórdicos, Reino Unido, Portugal e Espanha). Lá se destacam espécies como o bacalhau, o salmão e o arenque (DIEGUES, 2004).

Quanto ao local de captura, a marinha corresponde a 87,5% do total e a continental

---

<sup>36</sup> Mesquita (2020a) afirma que a China relata apenas uma pequena parte de suas capturas, omitindo a maior parte por ser ilegal e não regulamentada.

(rios, lagos, lagunas e represas) a 12,5%. A captura continental é essencial, principalmente para os países da África (o Lago Vitória é amplamente utilizado para a pesca, navegação e geração de energia elétrica), correspondendo a 25% do total global, bem como para as muitas comunidades ribeirinhas da Amazônia. Muitos países subdesenvolvidos têm apresentado uma redução nas capturas das águas continentais, mesmo que a pesca continental seja uma importante fonte alimentar para esses países, como Brasil, Vietnã e Tailândia. As capturas em águas continentais estão mais concentradas em alguns países do que as capturas marinhas, estas melhor distribuídas. Em 2018, 16 países produziram mais de 80% do total de capturas continentais, em comparação com 25 países para as capturas marinhas. (FAO, 2020a).

De modo geral, o estado atual da pesca no mundo é marcado por características como: demanda crescente por pescados, sobrepesca, colapso dos estoques pesqueiros, espécies marinhas ameaçadas de extinção, ineficiências econômicas, conflitos e disputas territoriais, competição pelos recursos e acesso às áreas de pesca, pesca ilegal, entre outros problemas que envolvem dilemas como conservação dos estoques *versus* lucro e produtividade. A pesca artesanal é marcada por um volume significativo de produção, com uma população pequena, mas em uma perspectiva de soberania e segurança alimentar.

Dessa forma, fica claro a grande abrangência e relevância da atividade pesqueira no mundo, sobretudo nos países subdesenvolvidos, dentro de diversas temáticas, cujo algumas trataremos a seguir, como: **Trabalho pesqueiro e desigualdade de gênero (item 1.4.1); Alimentação, segurança e soberania alimentar (item 1.4.2); Recursos pesqueiros e sustentabilidade (item 1.4.3); e Comércio internacional, pesca ilegal e soberania territorial (item 1.4.4).**

#### **1.4.1 Trabalho pesqueiro e desigualdade de gênero**

As mulheres são mais de 19% do total de pessoas engajadas e relacionadas com as atividades primárias da pesca e da aquicultura em todo o mundo. Se levarmos em conta as atividades secundárias (indústria) da pesca e aquicultura, elas compõem **aproximadamente metade da força de trabalho dispendida** (BANCO MUNDIAL, 2012; FAO, 2016). A América é o continente com a maior proporção de trabalho feminino na pesca, concentrando aproximadamente 30% do trabalho total (FAO, 2020a).

Os sistemas estatísticos não costumam identificar as contribuições femininas nas atividades de subsistência, produção familiar e pequeno comércio, pois raramente o comércio se dá em grandes escalas. Além disso, as mulheres que não realizam a captura do pescado

normalmente não são reconhecidas como pescadoras.

Women are mostly responsible for skilled and time-consuming onshore tasks, such as making and mending nets, processing and marketing catches, and providing services to the boats. In western Africa and Asia, as much as 60 percent of seafood is marketed by women, and in many parts of the world they also do a significant amount of shellfish gathering/clam gleaning – a fishery activity that is often under-recognized, or not recognized at all. Sectoral statistical systems (such as those for fisheries) commonly fail to capture these broader contributions to livelihoods, nor do they consider women’s engagement in fishery/shellfish harvesting activities (as the products are often not sold through a formal market system, may not be of high value, or may be used for home consumption). (FAO, 2016, p.1-2).

Portanto, na pesca e na aquicultura, há uma desigualdade na divisão sexual do trabalho, que é mais uma expressão da maneira desigual em que os trabalhos masculino e feminino são estruturados nas sociedades, criando uma hierarquia a qual atribui maior valorização ao trabalho masculino.

Enquanto os homens normalmente são responsáveis por realizar a captura, que é somente uma etapa da pesca, as mulheres realizam diversas etapas pré e pós captura, como arrumar e organizar o material de pesca, preparar o alimento para o companheiro que sai para pescar, limpar os pescados das partes indesejadas e organizar o produto para o preparo e para o comércio.

Tradicionalmente, as instituições responsáveis pela gestão da pesca e pela organização dos pescadores trabalham com homens e para os homens, pois as políticas se concentram somente no setor de captura, onde o predomínio é masculino, de modo que, os programas de desenvolvimento pesqueiros historicamente negligenciam as mulheres e seus papéis. Esta situação atualmente está em mudança, com maior participação feminina nos processos decisórios, de manejo pesqueiro e comercialização. Muitas mulheres ainda que não se dizem pescadoras sabem pescar, tendo aprendendo a atividade desde a infância. Esta falta de identificação das mulheres como pescadoras também é outro problema de gênero que atinge o universo da pesca (BONFÁ NETO; RANGEL, 2023).

Dentro do universo pesqueiro, as mulheres são invisibilizadas, pois se trata de um meio machista e patriarcal em que os homens são os considerados “chefes” familiares e os que realizam o trabalho de captura (visto como o mais importante), vendo as mulheres como auxiliares e com pouca importância para a atividade pesqueira. Esta falta de reconhecimento do papel feminino na pesca, bem como em outras atividades primárias (agricultura e extrativismo), aumenta a pobreza e enfraquece a soberania alimentar e a conservação ambiental. Esse fato demonstra como a cultura determina papéis sociais e suas relações com a natureza, construindo relações culturais de gênero que constroem uma relação de submissão do papel feminino.

Diversos estudos pelo mundo têm demonstrado que a participação feminina nos meios de subsistência é conectada com melhor qualidade de vida e com a soberania alimentar, havendo a necessidade do reconhecimento desse trabalho (ANDREWS; LEWIS, 2017; FAO, 2023). Nessa direção, Andrews, Smith e Morena (2019, p.13) afirmam que:

Las mujeres que experimentan las injusticias y luchan por la soberanía alimentaria están en sus cocinas, en el mercado, en el campo y en las ciudades, fortaleciendo una continua resistencia. Algunas están combatiendo el acaparamiento de tierras por parte de empresas estatales y mineras, a menudo en contextos de violencia e intimidación.

Um informe da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 2018, demonstrou que o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado corresponde a cerca de 9% do PIB global. Na Austrália, esse número chega a 41%. As mulheres realizam 76% desses trabalhos (PRASHAD, 2023).

Segundo a OXFAM (2020), as mulheres ocupam mais de 75% dos trabalhos não pagos no mundo, sendo que 42% delas são excluídas do mercado de trabalho, enquanto que, para os homens esse número é 6%. Anualmente, mais de 90.000 mulheres são vítimas de feminicídio. Dessa forma, as tarefas domésticas, do cuidado da casa, da família, o preparo da alimentação, a socialização e o cuidado dos filhos não são vistas como trabalho, não sendo remuneradas (ou sendo mal remuneradas) e desvalorizadas socialmente (TRICONTINENTAL, 2020a).

Na América Latina, as mulheres correspondem a 36% do trabalho nos sistemas agroalimentares, índice que vem aumentando, mas elas recebem em média 20% a menos do que os homens (FAO, 2023). Além disso, elas sofrem com maior insegurança alimentar, sendo as mais vulneráveis às crises socioambientais. Por exemplo, durante a pandemia COVID-19, as mulheres foram as mais afetadas como demonstrou a FAO (2023): tiveram um aumento da insegurança alimentar, que na América Latina atingiu uma taxa de 11,3% maior que a dos homens; e 22% das mulheres perderam o emprego, sendo que para os homens essa taxa foi de 2%; além do aumento da violência doméstica durante a pandemia.

As mulheres, que na pesca artesanal representam 50% da força de trabalho, também foram afetadas pela redução dos processamentos e da comercialização de pescados ocasionada pela pandemia (FAO, 2020c). Além disso, em muitos casos, as mulheres tiveram que lidar com maior violência doméstica e sobrecarga dos serviços não pagos (CAVALCANTI; WANDERLEY, 2020). Soma-se a isso o fato de que muitas são responsáveis pelo comércio dos pescados nos mercados e em todos os circuitos de comercialização, que são áreas de fácil contágio (FAO, 2020b), confirmando a maior vulnerabilidade das mulheres na divisão do trabalho fruto da desigualdade de gênero (OXFAM, 2020; TRICONTINENTAL, 2020a).

A FAO (2023) estima que promover a igualdade de gênero, o empoderamento



feminino e a igualdade salarial nos sistemas agroalimentares poderia aumentar o PIB global em até 1% e reduzir a insegurança alimentar em até 2%, o equivalente a 45 milhões de pessoas.

As identidades, as experiências e o acesso a uma alimentação adequada das mulheres são questões marcadas não só pelo gênero, mas também pela etnia, classe, localização geográfica, sexualidade, capacidades etc. Nesse sentido, Andrews, Smith e Morena (2019) pontuam os seguintes fatores que devem ser levados em conta para debates sobre a relação feminina com a natureza e com a alimentação: **a)** as mulheres possuem papel central nos sistemas alimentares, mas são as mais invisibilizadas e afetadas pela fome; **b)** é fundamental visibilizar o trabalho produtivo das mulheres; **c)** o sistema alimentar atual depende do modelo extrativista, que destroem os bens comuns, dos quais dependem as mulheres; **d)** a cultura patriarcal, desigual e violenta é defendida pelos estados modernos, sobretudo os neoliberais; **e)** a participação social e política feminina se expressa também na luta diária, em movimentos sociais e na alimentação de outras pessoas; e **f)** não podemos subestimar a ira e a resistência das mulheres para melhorar as relações socioambientais, frente a atual crise civilizatória.

Sob uma visão mais técnica e voltada para a pesca, a FAO (2016) pontua as seguintes oportunidades para abordar a igualdade de gênero e o empoderamento feminino: **a)** focar nas mudanças em curso nos meios de subsistência, na família e na comunidade; **b)** investigar as mudanças que ocorrem na cadeia de valor; **c)** analisar o que as mulheres podem fazer com os recursos que têm disponíveis; **d)** formular indicadores que embasem políticas de ação afirmativa para as mulheres pescadoras; **e)** coletar e disseminar estatísticas divididas por sexo; **f)** combinar os fatores de pobreza e de desigualdade de gênero para avaliar estratégias de intervenção; **g)** buscar oportunidades de mercados; **h)** prover mais incentivos e aumentar os investimentos no processamento dos pescados, função realizada majoritariamente por mulheres; e **i)** promover o dinamismo das mulheres, sobretudo em territórios rurais.

Em documento mais recente, a FAO (2023) aponta caminhos para reduzir a desigualdade de gênero, aumentando assim, a segurança alimentar e melhorando os sistemas agroalimentares: **a)** melhoria no acesso aos recursos de crédito e tecnologia; **b)** ampliação das políticas públicas de acesso à terra; **c)** aumento das políticas sociais, como ampliação creches e escolas integrais; **d)** incremento de políticas de igualdade salarial; e **e)** construção de garantias (e fiscalização) legais de proteção contra mulheres.

Tendo em vista o importante papel feminino no processo de produção alimentar (pesqueiro, extrativista e agrícola), as mulheres devem ter uma participação igual à dos homens nos processos decisórios bem como terem acesso aos recursos materiais, tecnológicos e

financeiros para que suas necessidades e aspirações sejam atendidas, além de educação formal e complementar para melhorar a eficiência, rentabilidade e sustentabilidade de suas atividades.

Por isso, a desigualdade de gênero na divisão social do trabalho nas pescarias é mais uma confirmação de que a exploração e a opressão não são somente em fatores econômicos, também são elementos culturais, sociais, políticos e morais, portanto, socioecológicos, que contribuem para uma lógica injusta para a mulher em sociedades patriarcais e classistas.

Além dessa desigualdade de gênero, a pesca é um dos trabalhos mais perigosos do mundo, com altas taxas de acidentes e fatalidades em muitos países, e a taxa de acidentes eleva constantemente (FAO, 2020a). De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (IOL, 1999), cerca de 24 mil trabalhadores da pesca são mortos por ano, sendo a maioria na África ocidental.

Nesse sentido, a proteção, a seguridade social e a expansão dos direitos trabalhistas são elementos essenciais para esses problemas de vulnerabilidade e acidentes de trabalho, porém, em muitos casos, os pescadores são deixados de lado nas políticas trabalhistas e de proteção social. Essas ações e necessidades trabalhistas são pontuadas pela ONU (2015) através do ODS 8 “Trabalho decente e crescimento econômico”. Além disso, a necessidade de uma maior visibilidade e igualdade de gênero nos processos de trabalho se relacionam com o ODS nº5 “Igualdade de gênero”.

#### **1.4.2 Alimentação, segurança e soberania alimentar**

A pesca e a aquicultura apresentam-se como formas de obtenção de alimentos que podem causar menos impactos no ambiente do que a agricultura e a pecuária. Em alguns lugares, a importância da pesca é crucial como fonte de proteína barata, como na Ásia, onde alimenta aproximadamente um bilhão de pessoas, e na África (FAO, 2020a).

Atualmente, o imperialismo econômico faz com que a produção, circulação e distribuição de alimentos sejam processos dirigidos ao interesse financeiro de uma minoria dominante. Nesse processo, a fome aparece como um produto do colonialismo que se apropria das riquezas naturais de maneira devastadora (MACIEL *et al*, 2021). O Brasil, por exemplo, em 2021, voltou ao mapa da fome da ONU com 28 milhões de famintos, ano em que o agronegócio obteve safras recordes (STEDILE, 2022). Por isso, quando se pensa em segurança ou soberania alimentar, é necessário compreender a complexidade da produção, circulação e distribuição de alimentos, que envolve fatores políticos, econômicos, sociais e culturais (CANDIDO, 2010; CASTRO, 2012).

Em relação a pesca artesanal, é necessário pensar nos conflitos que a afeta, pois a atividade contribui para a soberania alimentar de milhares de comunidades de pescadores, essencialmente em países subdesenvolvidos (FAO, 2020a). A imensa distância entre a produção de alimentos (superavitária) e as condições de má nutrição e fome de amplos setores sociais requer uma aproximação entre as políticas públicas e a noção de soberania alimentar.

A FAO (1996) e a ONU têm utilizado o conceito de segurança alimentar ao invés de soberania, mas acreditamos que este último é o mais apropriado para as comunidades tradicionais, de camponeses, agricultores familiares, pescadores, trabalhadores do mar e outros pequenos produtores, já que possui dimensões mais amplas que somente a alimentar. Segundo a FAO (1996), **segurança alimentar se refere à garantia de todas as dimensões que inibem a ocorrência da fome: disponibilidade e acesso permanente de alimentos, pleno consumo sob o ponto de vista nutricional e sustentabilidade em processos produtivos**. Ou seja, que todas as pessoas tenham quantidade suficiente de alimentos seguros e nutritivos para satisfazer as preferências alimentares e proporcionar uma vida saudável e ativa (FAO, 1996). Já o *Fórum Mundial Sobre Soberania Alimentar* (2001, p.4-5) define a soberania alimentar, sob uma perspectiva mais ampla, como sendo:

[...] la vía para erradicar el hambre y la malnutrición y garantizar la seguridad alimentaria duradera y sustentable para todos los pueblos. Entendemos por soberanía alimentaria el derecho de los pueblos a definir sus propias políticas y estrategias sustentables de producción, distribución y consumo de alimentos que garanticen el derecho a la alimentación para toda la población, con base en la pequeña y mediana producción, respetando sus propias culturas y la diversidad de los modos campesinos, pesqueros e indígenas de producción agropecuaria, de comercialización y de gestión de los espacios rurales, en los cuales la mujer desempeña un papel fundamental.

**A soberania alimentar é a proposta dos trabalhadores do campo e do mar, dos camponeses, pequenos agricultores, povos e comunidades tradicionais, que supera a ideia de segurança alimentar**, proposta pelos organismos multilaterais como a FAO (1996). Então, a soberania alimentar pode ser vista como um contraponto à monocultura, aos grandes sistemas de produção de alimentos voltados à exportação, ao extrativismo insustentável, à mercantilização da produção e da comercialização dos alimentos e a favor dos direitos dos povos, da diversidade cultural, da cooperação e das práticas tradicionais de manejo, realizadas pelos mais diversos povos e comunidades tradicionais e rurais. Em muitos discursos sobre a pesca, impera a ideia de segurança alimentar, pois assim exime-se da discussão social e política em torno da produção alimentar e da fome, encarando o problema apenas como uma questão técnica.

Atualmente, aproximadamente 87% do total de pescados são direcionados para o

consumo humano. Da parte não utilizada para o consumo humano, 80% é destinada para fazer farinha e óleo de peixe, e os 20% restantes são de peixes ornamentais, iscas, ração para animais, produtos farmacêuticos, entre outros<sup>37</sup>. Além disso, em 2017, o consumo de pescados contabilizou 7% do total de proteínas consumido per capita como fonte alimentar e 17% do total de proteína animal consumido para a alimentação (FAO, 2020a).

Segundo a FAO (2020a), a expansão do consumo tem ocorrido por fatores que vão além do aumento da produção, por exemplo, desenvolvimentos tecnológicos no processamento e no armazenamento, remessas de distribuição mais sofisticadas, aumento de renda que se relaciona com o aumento da demanda por produtos pesqueiros, redução dos desperdícios e do aumento na consciência dos benefícios para a saúde, provenientes do consumo da carne de peixe.

Entre os principais benefícios do consumo de pescado, são ressaltados os seguintes: redução da desnutrição e subnutrição, redução do consumo desregulado de calorias e supressão de deficiências de ferro, iodo, vitamina A e zinco. Para gestantes e crianças, o pescado contribui para o desenvolvimento cognitivo durante os estágios mais cruciais do crescimento infantil, sobretudo nos três primeiros anos de vida, além disso, também auxilia na saúde mental e na prevenção de doenças cardiovasculares e cerebrais (FAO, 2020a).

Globalmente, os peixes fornecem a mais de 3,3 bilhões de pessoas mais de 20% do total de ingestão média per capita de proteína animal, chegando a mais de 50% em países como Bangladesh, Camboja, Gana, Gâmbia, Indonésia, Serra Leoa, Sri Lanka e outros pequenos Estados insulares subdesenvolvidos. Além disso, existem países como o Japão, Islândia, Noruega e Coreias onde a população consome pescado na maioria das refeições (FAO, 2020a).

Cabe ser ressaltado que o valor nutricional do peixe depende muito da forma pela qual ele é processado e preparado, por exemplo, o aquecimento a altas temperaturas e fritar por imersão diminui a quantidade de nutrientes. De maneira geral, os pescados não são alimentos com alto nível de calorias ou gorduras e possuem alta concentração de proteína animal e ômega três.

Para a FAO (2020a), a urbanização também faz com que aumente o consumo de pescado, pois os habitantes urbanos em geral possuem mais renda para gastar em proteínas animais, além da infraestrutura para o armazenamento, distribuição e comércio dos pescados ser mais desenvolvida no meio urbano. Em contraponto, a urbanização tem sido apontada como um dos fenômenos que afeta negativamente a pesca artesanal (BONFÁ NETO; SUZUKI, 2019; DIEGUES, 2004).

---

<sup>37</sup> A América Latina é a região que mais produz farinha e óleo de pescado, com um grande destaque para o Chile.

Baixos níveis de renda, como os da África, contribuem para o baixo consumo de peixe, assim como desembarques, armazenamentos, processamentos e infraestrutura inadequados, além da falta de mercado e canais de distribuição. Esses elementos fazem com que a África tenha o menor índice de consumo médio de pescado anual per capita (9,9kg/ano), mesmo sendo um continente cercado por oceanos (FAO, 2020a).

Na América Latina, África e Ásia, há um aumento no número de supermercados e hipermercados em oposição à diminuição dos mercados tradicionais de peixes. Como resultado, a demanda por produtos pesqueiros preparados e comercializados por lojas de conveniência, por meio de serviços como os de varejo e *fast-food* está rapidamente aumentando, como também a preocupação das pessoas de classe média por terem uma alimentação mais saudável, que normalmente possui uma maior quantidade de peixes.

A aquicultura praticamente já se igualou com a pesca em relação a suprimento de alimentação, principalmente pelo seu grande aumento nos países asiáticos, fato que aumentou a segurança alimentar de muitas regiões em que a pesca não era possível, sobretudo de espécies como camarões, salmão, tilápia, bagre e carpas, resultando em um aumento no consumo desses peixes nos últimos anos (FAO, 2020a).

Mesmo com o aumento na disponibilidade de alimentos desde a década de 1960 (MACIEL *et al*, 2021), e do consumo de pescados desde 2015, o número de desnutridos ou malnutridos vem crescendo no mundo, sendo que a subnutrição atinge cerca de 11% da população global, estando a grande maioria na África e na Ásia (FAO, 2020a).

Esse problema é resultado de um colonialismo em que grandes corporações monopolizam a produção, circulação e consumo de alimentos, em uma perspectiva contra a ideia de soberania alimentar que mantém os países subdesenvolvidos na condição de agroexportadores, em que o controle dos recursos naturais fica na mão de corporações e da “mão invisível” do mercado. Mas, segundo a ONU (2015), a implementação de manejos e distribuição adequada dos pescados pode ajudar a atingir o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS 2), referente à redução da fome.

Acreditamos que a solução desse problema esteja mais em questões políticas (que envolvem imperialismo, colonialismo e extrativismo) do que em questões técnicas (como muitas vezes propõe a ONU e a FAO), pois “El hambre es un elemento nodal de los procesos de estructuración neocolonial que se fundamentan en la depredación de los bienes comunes y en la expropiación y explotación de las energías corporales (fisiológicas y nutricionales)” (MACIEL *et al*, 2021, p.17).

A politização do estudo da fome, bem como sua relação com as culturas, políticas e sociedades teve sua compreensão por Josué de Castro (2012). Para ele, por motivos simbólicos e materiais, cada prato de comida é também uma expressão da estrutura social, econômica e cultural do lugar em que está inserido.

Castro (2012) utiliza o conceito de **fome oculta** ou **fome endêmica** para se referir a carências, muitas vezes imperceptíveis, de nutrientes como proteínas, gorduras, sais minerais e vitaminas, necessários para o desenvolvimento e bom funcionamento do corpo humano. **Em outras palavras: se come, mas não se nutre.** Para Castro (2012), a única saída possível para resolver a fome e a insegurança alimentar seriam as mudanças concretas nas condições sanitárias e alimentares dos povos, além de mudanças nas estruturas econômicas e sociais de cada país, sobretudo os subdesenvolvidos.

Todas as tendências que impulsionam o crescimento do consumo de peixes a nível global são paralelas a muitas mudanças na maneira pela qual as pessoas escolhem, acessam, compram e preparam os produtos pesqueiros, processos que se inserem em uma disputa na qual de um lado estão os povos e pequenos produtores de alimentos e de outro as grandes corporações e monopólios globais ou nacionais. Por isso, muitos pescados são comercializados como produtos de luxo e exportados a preços exorbitantes. Na maioria das vezes, o pescador artesanal é o que menos ganha recursos financeiros nesse processo, podendo até ficar excluído de ter acesso a esses recursos, além de ser o mais afetado por mudanças nos preços ou por alterações socioambientais. Todos esses elementos, somados com o impacto aos ecossistemas pesqueiros, colocam em ameaça a soberania ambiental e alimentar das comunidades pesqueiras, sobretudo nos países do Sul Global.

Dessa maneira, algumas medidas paliativas que poderiam ser adotadas, variando a escala, são: **a)** redução ou isenção de impostos para os alimentos de cesta básica; **b)** ampliação de políticas públicas de auxílio financeiro aos pequenos agricultores, com expansão do acesso à créditos (medida mais liberal); **c)** extensão de programas de assistência social, como uma renda básica mínima, como a proposta por Eduardo Suplicy, e de alimentação, como refeições nas escolas; **d)** melhoria na governança e fomento de uma melhora no circuito da pesca, como incentivo e recursos à cooperativas e aos povos e comunidades tradicionais (pois estes garantem a biodiversidade e resguardam o território); **e)** incentivo aos mercados populares, feiras livres e a todo processo que vá em oposição ao agronegócio e a pesca industrial; e **f)** incremento de programas de incentivo ao trabalho feminino e ao circuito produtivo, visando romper a desigualdade de gênero no trabalho.

### 1.4.3 Recursos pesqueiros e sustentabilidade

Com base nos monitoramentos da FAO (2020a), que são feitos por recolhimento de dados de diversas ONGs, Estados nacionais e setores privados, estima-se que os recursos pesqueiros marinhos continuam diminuindo e que a pesca insustentável continua aumentando. No entanto, a FAO não tem uma definição exata do que é pesca insustentável.

Após a Segunda Guerra Mundial, os recursos pesqueiros foram sobre-explorados, pois não havia a ideia de finitude e como consequência, na década de 1980, iniciou-se o colapso global dos estoques pesqueiros (DIEGUES, 2004), ficando claro que estes não eram infinitos e clamando a necessidade de se pensar políticas para a conservação desses recursos. Nesse momento, percebeu-se que a biodiversidade apoia direta e indiretamente a segurança alimentar, a nutrição e os meios de subsistência que são essenciais para milhões de pessoas, e que a pesca era um dos sistemas alimentares que mais dependem da biodiversidade. Com isso, emerge a necessidade de reformular novos caminhos que respeitassem a conservação ambiental com os acordos ambientais e com a percepção global da crise ecológica, iniciando-se esforços para reverter essa situação, ainda sem muito sucesso.

A partir dos anos 1980, tem início uma mudança de paradigma em busca de uma redução dos impactos ambientais antrópicos nos oceanos, fazendo com que emergissem alguns relatórios, documentos e conferências sobre essa temática, quando a sobrepesca e a segurança alimentar começam a ser colocadas em pauta. Em 1987, é lançado o relatório *Nosso Futuro Comum*, seguido, em 1992, pela realização da *Primeira Conferência Internacional de Pesca Responsável*, em Cancún. Em 1995, a FAO lança o *Código de Conduta para Pescas Responsáveis* (FAO, 1995), aplicado conforme as leis do Direito Internacional e adotado por mais de 170 países (hoje são mais de 190).

Valencio e Mendonça (2008) buscaram discutir como o conhecimento e as práticas relacionadas à pesca artesanal são dissolvidas pelo Estado, em políticas públicas cujo alvo é a pesca industrial, a partir do processo de modernização brasileiro por meio de uma análise crítica dos principais acordos internacionais que envolveram a pesca artesanal, sendo eles:

- Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, em Montego Bay (Jamaica, 1982), ratificada por 168 países, que introduz os “direitos do mar”, afirmando a soberania dos Estados costeiros sobre seu **Mar Territorial** (12 milhas náuticas desde a praia), dando o direito desses Estados criarem uma **Zona Econômica Exclusiva (ZEE)**, e colocam os **Oceanos como um Patrimônio da Humanidade**. Além disso, a ONU criou a Autoridade Internacional de Fundos Marinhos (ISA, sigla em inglês), sendo que, para aplicar esse tratado,

Um novo regime jurídico para o oceano passou a regulamentar os direitos e

responsabilidades dos Estados Nacionais em matéria de ordenação e aproveitamento dos recursos pesqueiros dentro das suas respectivas zonas econômicas exclusivas (ZEE). A aplicação das jurisprudências nacionais constituiu um passo importante, mas não suficiente, para a ordenação de um desenvolvimento objetivando maior sustentabilidade da pesca. (VALENCIO; MENDONÇA, 2008, p.111).

- Conferência de Cancún (1992), que adotou o princípio da “pesca responsável”, objetivando um impacto mínimo aos ecossistemas.
- Posteriormente, numa nova conferência, a FAO formulou o *Código de Conduta para a Pesca Responsável* (FAO, 1995), que:

[...] atribui à pesca um importante valor do setor pesqueiro para a economia e sociedade global. Por ser o pescado uma importante fonte de alimentos e geração de renda (através do trabalho, comércio e lazer para as populações de todo o mundo), [...] fez-se necessária uma política de ordenamento e gestão do setor que levasse em conta princípios e normas internacionais [...] que respeitassem o ecossistema e a biodiversidade [...]. (VALENCIO; MENDONÇA, 2008, p.111).

O documento é um escopo que cobre todos os aspectos do setor pesqueiro, propondo práticas mais sustentáveis, reconhecendo os aspectos econômicos, culturais, sociais, nutricionais e ambientais presentes nos setores pesqueiro e aquícola, e que fornece aportes e estabelece critérios para as políticas governamentais em todos os continentes, servindo como um ponto de referência para os Estados nacionais (FAO, 1995). O *Código* também estabeleceu alguns princípios e metas para solucionar o problema da sobrepesca, negligenciado até aquele momento, pois a sua principal causa foi a pesca industrial e suas técnicas, sobretudo as de arrasto. Além disso, o documento chamou a atenção para a marginalização dos pescadores artesanais em todo o mundo, que eram os mais vulneráveis aos impactos nos recursos hídricos e aquáticos globais. Nesse âmbito, o documento era bem abrangente, pois recomendava que a pesca levasse em conta não apenas os critérios biológicos, mas também os sociais, ambientais e tecnológicos.

O relatório da FAO (2020a) marca os 25 anos da promulgação do *Código de Conduta para a Pesca Responsável* (FAO, 1995) e apresenta alguns dados referentes à situação dos recursos aquáticos no mundo, em que os dados relativos à situação dos recursos pesqueiros são um reflexo da contradição das sociedades do pós-guerra, que tentam conciliar o inconciliável: desenvolvimento econômico, sustentabilidade e segurança alimentar.

Segundo afirma Diegues (2004), inicialmente a FAO incentivou a pesca industrial, sobretudo nos anos 1960, mas já na década de 1980 ela passa a apoiar a artesanal e a atentar para os problemas causados pela pesca industrial de grande escala, passando a propor ações que viabilizem a continuidade da pesca artesanal, como maneira de garantir renda, emprego e segurança alimentar, sobretudo para os lugares e comunidades mais pobres. Por exemplo, o



*Código de Conduta para a Pesca responsável* (FAO, 1995) enfatiza o papel da pesca artesanal no desenvolvimento e manejo pesqueiro. Diegues (2005, p.2-3) traça alguns comentários positivos a respeito desse documento (FAO, 1995):

5. O Código afirma também que os objetivos do manejo pesqueiro são a manutenção da qualidade, da diversidade dos recursos pesqueiros em quantidade suficiente para atender às demandas das gerações presentes e futuras, no contexto da segurança alimentar, da erradicação da pobreza e do desenvolvimento sustentável.
6. O Código introduz pela primeira vez, de maneira formal, a necessidade de se levar em conta o conhecimento dos pescadores artesanais sobre os recursos pesqueiros, ao lado do conhecimento científico.
7. Há necessidade de se distinguir o conhecimento científico dos biólogos que é generalizador, aplicável, sobretudo ao estudo das espécies monoespecíficas e dos grandes ecossistemas, e o dos pescadores que é sempre particular, localizado e aplicável, sobretudo em nichos ecológicos específicos.
8. O Código enfatiza também a necessidade do uso de artes de pesca seletivas, o que é mais costumeiro entre os pescadores artesanais que entre os industriais. O exemplo disso é a utilização maciça das grandes redes de arrasto pela pesca industrial em oposição à variedade dos equipamentos de pesca utilizados pela pequena pesca. [...]
9. O Código recomenda que o processo de ordenamento da pesca seja transparente, a partir da consulta efetiva dos grupos envolvidos: pescadores industriais, artesanais, governo, organizações não governamentais. A experiência brasileira dos grupos permanentes do estudo - GPEs - não apresentou essa transparência, uma vez que ficou muito circunscrita aos cientistas. Por isso mesmo, havia muita contestação dos resultados desses estudos pelos pescadores. [...]
12. O Código relaciona, de forma correta, o manejo pesqueiro e o gerenciamento costeiro, colocando o primeiro como parte do segundo. Esse relacionamento é essencial hoje, sobretudo para a pesca artesanal realizada em estuários, baías e recifes, ecossistemas sujeitos diretamente à degradação ambiental pela expansão urbano-industrial.

Entre os comentários negativos e críticos feitos por Diegues (2005, p.3-4), destacamos:

10. O Código não leva em conta, de maneira adequada, o papel das organizações de pescadores no processo de ordenamento. [...]
11. Há necessidade de se redefinir o conceito de manejo pesqueiro entendido exclusivamente como um processo mono-disciplinar. Há necessidade de incorporar a dimensão social e cultural, pois o que administra são, sobretudo, os comportamentos humanos e a tecnologia, que escapam à simples dimensão biológica.
12. O Código relaciona, de forma correta, o manejo pesqueiro e o gerenciamento costeiro, colocando o primeiro como parte do segundo. Esse relacionamento é essencial hoje, sobretudo para a pesca artesanal realizada em estuários, baías e recifes, ecossistemas sujeitos diretamente à degradação ambiental pela expansão urbano-industrial. [...]
14. O Código também não menciona especificamente a relação entre o desenvolvimento do turismo e a pesca artesanal, essencial, sobretudo para os países do Terceiro Mundo. Esse é um tema importante hoje [...].

Atualmente, o *Código de Conduta para Pescarias Responsáveis* (FAO, 1995) existe em mais de 40 idiomas e muitas das políticas públicas dos países são compatíveis e foram baseadas no documento. Porém, mesmo que muitos Estados nacionais tenham firmado esses acordos, na prática ocorreu o oposto, como apontam Valencio e Mendonça (2008), pois o setor pesqueiro mundial se tornou um setor da indústria alimentícia, principalmente em países como Peru, Chile, Espanha e Japão, havendo expansão da pesca industrial predatória.

Como tentativa de resposta a expansão da pesca predatória, a aquicultura foi impulsionada em todo mundo e revalorizada frente à pesca, inclusive frente à pesca artesanal, que sofre uma desvalorização nas políticas públicas (VALENCIO; MENDONÇA, 2008). De modo que, a aquicultura tem surgido como uma alternativa à pesca, por ser apontada como mais “sustentável” do que a pesca industrial, sendo mais incentivada pelas políticas públicas do setor pesqueiro, como ocorre no Brasil (SILVA, C., 2015). A atividade é representada por muitos organismos bilaterais (FAO, ONU) e estados nacionais como uma das soluções para a alimentação mundial e para a sustentabilidade ambiental. Não concordamos com isso, pois a atividade se desenvolveu em diversas partes do mundo, ocasionando conflitos socioambientais e territoriais, sobretudo, entre aquicultura e a pesca artesanal.

Diegues (2004) afirma que cerca de 20% dos manguezais foram destruídos em função da expansão da carcinicultura (criação de camarão) na Tailândia e no Equador, onde doenças como a da “mancha branca” dizimaram as áreas de cultivo. Na Índia, essa expansão também levou a muitos conflitos com os pescadores artesanais. Além disso, os ambientes costeiros sofrem ameaça pelo despejo de restos de alimentos e rações para a criação que contém anabolizantes e nutrientes que podem causar eutrofização e redução do oxigênio dissolvido, matando os organismos vivos e causando o assoreamento do substrato (DIEGUES, 2004).

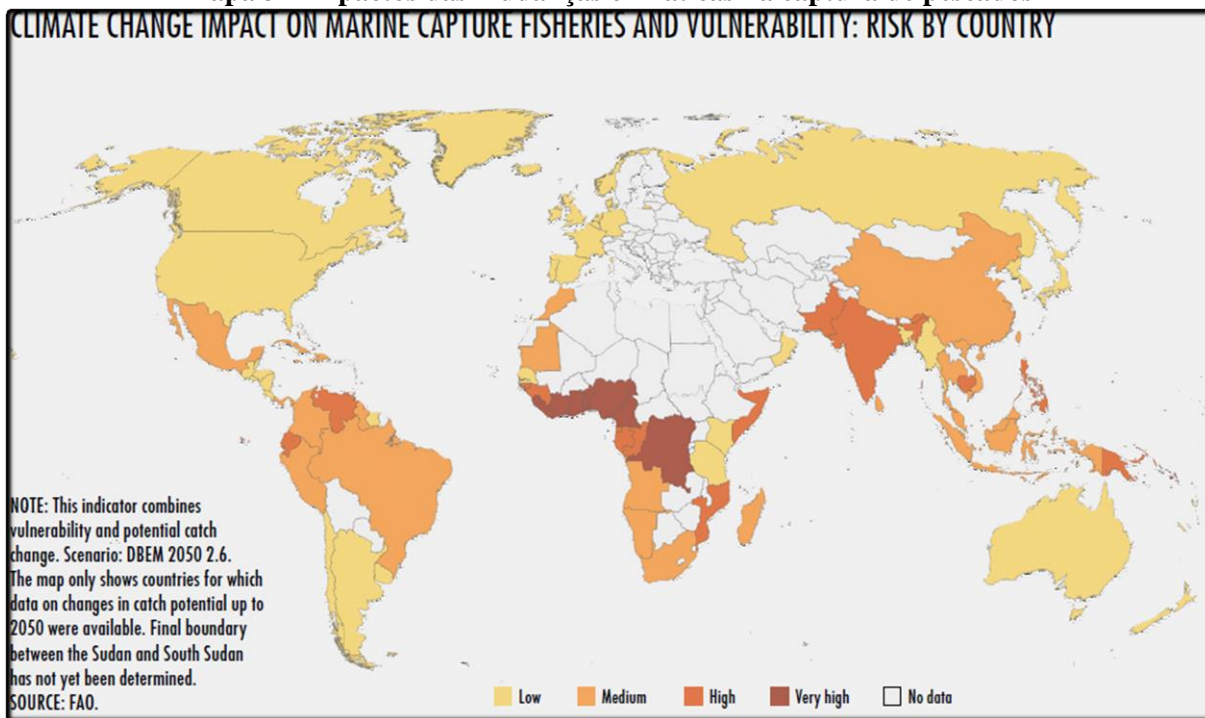
Mesmo com essas tentativas de mudança, em nível global, a pesca praticada de maneira insustentável tem aumentado, sobretudo entre as décadas de 1970 e 1980, momento de grande expansão dos barcos de pesca industrial. Em 1970, a proporção deste tipo de pesca era de 10%, sendo que, em 2017, esse número chegou a 34,2%. Este índice ainda é alto e não está melhorando, embora 78,7% dos peixes desembarcados legalmente provém de estoques biologicamente sustentáveis (FAO, 2020a).

As regiões com as mais altas percentagens de estoques pescados sob formas insustentáveis são o Mar Mediterrâneo e o Mar Vermelho (65,2%), seguido do sudeste do Pacífico (América do Sul), com 54,5%, e sudoeste do Atlântico (Brasil, Uruguai e Argentina) com 53,3%. As outras regiões do Pacífico, centro-leste, nordeste e sudoeste, tiveram as menores proporções de estoques pescados de formas insustentáveis (entre 13% e 22%) (FAO, 2020a).

Em relação às mudanças climáticas globais, elas irão afetar a captura marinha, principalmente nas regiões tropicais, onde estão os países mais pobres e subdesenvolvidos (Sudeste Asiático, África e América Latina). A previsão é que haverá um aumento da produtividade pesqueira nas altas latitudes e uma redução nas médias e baixas, afetando principalmente esses países. Esse impacto será consequência da elevação da temperatura e

acidificação da água dos oceanos, que irá afetar a produtividade e a distribuição dos estoques pesqueiros marinhos (SUMALIA *et al*, 2011). Na América Latina, o Haiti é o único país com alto risco de sofrer significantes impactos negativos provenientes das mudanças climáticas, como nota-se no **mapa abaixo** (FAO, 2020a).

**Mapa 3 - Impactos das mudanças climáticas na captura de pescados**



**Fonte: FAO (2020a, p.175).**

Diversos fatores irão impactar os ambientes aquáticos, como os marinhos, fluviais e lacustres, dos quais dependem os pescadores, sobretudo os artesanais. Sendo assim, é necessário levar em conta que os ecossistemas são ambientes dinâmicos e podem mudar devido às ações humanas (como expansão das atividades urbanas, poluição, turismo, introdução de novas espécies etc.) e das ações não antrópicas, mas que de certa forma também são resultado da interferência humana, como as mudanças climáticas, os furacões, crescimento desequilibrado ou redução desequilibrada das algas e dos corais. Por isso, é necessário sempre uma análise das condições ambientais e ecossistemas locais, de suas capacidades e fatores que causam desequilíbrios, impactos e conflitos socioambientais e nunca devemos separar as condições ambientais dos aspectos culturais, sociais e econômicos locais.

Acreditamos que os **recursos pesqueiros precisam ser tratados como bens comuns pertencentes à comunidade**, que não devem ser privatizados e que sua gestão e ordenamento necessitam ser públicos, em conjunto com os povos e com as comunidades. Dessa forma, não se trata de postular uma preocupação de soberania territorial abstrata ou puramente ambiental,

mas sim de compreender que a destruição dos ecossistemas costeiros e marítimos tem consequências na segurança e na soberania alimentar, sobretudo dos pescadores, pescadoras e trabalhadores do mar.

#### **1.4.4 Comércio internacional, pesca ilegal e soberania territorial: geopolítica da pesca**

Embora haja um aumento no comércio internacional de peixes (FAO, 2020a), o pescador artesanal e até os industriais são os que menos se beneficiam desse aumento, sendo alguns até afetados negativamente pela elevação da competitividade e variação dos preços.

O mercado de peixes está se tornando *commoditie*, sendo apropriado pelo capital financeiro e padronizado a nível global. Esse fenômeno se intensifica, podendo trazer algumas consequências para o pescador artesanal, como a dificuldade e a burocratização em realizar o seu pequeno comércio, além de o deixar mais dependente dos atravessadores e das grandes empresas comercializadoras de pescados (MACIEL *et al*, 2021). Em 2018, 67 milhões de toneladas de peixes foram comercializados internacionalmente, quantidade correspondente a 38% de todos os peixes capturados ou cultivados mundialmente. Entre os maiores exportadores globais estão a China, Noruega, Vietnã, Índia e Chile (FAO, 2020a).

Uma tendência atual são os selos de “pesca sustentável”, apoiados por ONGs de grande porte, especialmente na Europa e nos EUA, por exemplo, os selos MSC (*Marine Stewardship Council*), criado em 1995 pela gigante alimentícia Unilever, e o *Dolphin Safe Label*. Algumas reportagens demonstram a fraude que esses selos são, escondendo o que é feito no mar, ou seja, os pescados também são provenientes da pesca industrial predatória e insustentável (MCVEIGH, 2021; SEASPIRACY, 2021).

A pesca ilegal é uma das atividades contraventoras mais lucrativas do mundo, estima-se que cerca de 26 milhões de toneladas de peixes e outros recursos marinhos são capturados ilegalmente todos os anos para abastecer um mercado clandestino de até US\$ 23 bilhões. A pesca clandestina toma muitas formas e uma delas é a pescaria em áreas marinhas não autorizadas (CARRERE, 2021), fato que resulta tanto no saqueio dos bens comuns, como na deterioração da ictiofauna e na ameaça à segurança e à soberania territorial.

Em anos recentes, a pesca ilegal tem sido praticada por grandes navios pesqueiros em águas internacionais e na Zona Econômica Exclusiva (ZEE) de diversos países (ANSEDE, 2017). Os países subdesenvolvidos têm sido as maiores vítimas dessas invasões às ZEEs, como Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Peru, países do Sudeste Asiático e da África Ocidental (COLLYNS, 2020; FRANCE PRESSE, 2020; LIMA; GARATTONI, 2020;

MESQUITA, 2020a, 2020b; CARRERE, 2021; DW, 2021; EBRAHIMINIAN, 2021; GOÑI, 2021). Em relação à pesca em águas internacionais, muitas vezes praticada de maneira ilegal, não reportada ou não regulamentada, cinco países concentram 75% dessa produção: China, Taiwan, Coreia do Sul, Japão e Espanha (ANSEDE, 2017).

Segundo o Banco Mundial (2012), a FAO (2020a) e alguns veículos da mídia (LEITHEAD, 2011; HANDLEY; SINEAT, 2018; DOW, 2019; SEASPIRACY, 2021), muitas violações dos Direitos Humanos e trabalhistas são reportadas no setor pesqueiro e aquícola do mundo, sobretudo na pesca ilegal, não declarada e/ou não reportada, em que os trabalhadores imigrantes são os grupos mais vulneráveis. Diversos veículos de comunicação têm denunciado o uso de trabalho escravo, proveniente principalmente do Camboja, Laos e Mianmar, por barcos de pesca industrial tailandeses. Também são citados barcos de países como China, Coreia do Sul, Taiwan e Moldávia praticando pesca ilegal com possível trabalho escravo de africanos, indonésios, filipinos etc. (GIBBENS, 2019; LIMA; GARATTONI, 2020).

Somente na América do Sul, cerca de 550 barcos estrangeiros pescam na região de maneira ilegal, sendo 400 deles chineses e o restante de países como Taiwan, Coreia do Sul, Portugal e Espanha. Eles pescam camarão, lula, arraia, moluscos, lagostas, atum, polvo, tubarão, merluza etc., de maneira predatória e ilegal (LIMA; GARATTONI, 2020). Diversos veículos de comunicação têm atribuído a pesca ilegal exclusivamente aos navios Chineses, que são acusados de desligarem o *Automatic Identification System*<sup>38</sup> (AIS), para ficarem invisíveis e adentrar ilegalmente na ZEE dos países (COLLYNS, 2020; FRANCE PRESSE, 2020; LIMA; GARATTONI, 2020; MESQUITA, 2020a, 2020b; CARRERE, 2021; DW, 2021; GOÑI, 2021).

Nessa perspectiva, a pesca ilegal realizada por barcos chineses, principalmente na América do Sul, mas também em outras partes do mundo, tem sido motivo de atenção, que converteu a pesca em campo de intervenção do governo estadunidense sobre o continente, aparecendo como mais um elemento da “guerra híbrida” dos EUA contra a China para a disputa da hegemonia global (BORON, 2020; BRUZZONE, 2021).

A historiadora argentina Elsa Bruzzone (2021, p.25-26), analisando como essa invasão ocorre na Argentina, questiona o fato da imprensa ocidental apontar a China como a única nação em realizar a pesca ilegal: “Cabe preguntarse por qué no hablan de las flotas españolas, portuguesas, surcoreanas, japonesas, seguramente no faltarán las estadounidenses entre tantas otras [...] Son países aliados. China, no. Es el enemigo número uno para EE.UU.”.

Com isso, os EUA também conseguem transformar a pesca ilegal em um instrumento

---

<sup>38</sup> Sistema que mostra a localização e o nome do navio em tempo real.

de intervenção na América Latina, e em geral no Sul Global, se colocando como um líder para combater a ilegalidade pesqueira, estando “à disposição” dos países para auxiliá-los a combater esses eventos, bem como a organizá-los militar e estrategicamente para que isso não ocorra (BRUZZONE, 2021; EBRAHIMINIAN, 2021).

No início de 2021, a guarda costeira dos EUA expandiu suas parcerias com cerca de 10 outros países da América, visando combater a pesca ilegal (SHARE AMERICA, 2021). Além da Guarda Costeira dos EUA, também estão empenhados nesse esforço outras instituições estadunidenses, são elas: Escritório de Inteligência Naval, Administração Nacional Oceânica e Atmosférica e Departamento de Estado (EBRAHIMINIAN, 2021). Essas ações são um tipo de estratégia militar, um *modus operandi* dos EUA para assegurar o seu controle imperial sobre o continente americano, conforme demonstra o sociólogo argentino Atilio Boron (2020, p.129):

[...] as concepções estratégicas militares dos EUA desde os anos fundacionais da república sempre aderiram a tese da “grande ilha americana”, estendendo-se desde o Alasca até a Terra do Fogo. Essa concepção militar assume que a Segurança Nacional dos Estados Unidos depende da capacidade de Washington de evitar que poderes extracontinentais se consolidem em algum setor da ilha americana, ou que existam nela governos hostis aos – ou incompatíveis com – desígnios dos Estados Unidos.

Chile, Equador, Colômbia e Peru são exemplos de países que se reuniram para estabelecer medidas para desencorajar, combater e prevenir a pesca ilegal (FRANCE PRESSE, 2020; EBRAHIMINIAN, 2021). Também há a operação Cruzeiro do Sul, que visa expandir as relações dos EUA com Brasil, Guiana e Uruguai, inicialmente, por meio de uma visita da guarda costeira estadunidense nesses países (SHARE AMERICA, 2021; US EMBASSY, 2021). Para Bruzzone (2021, p.27), essas ações objetivam facilitar o controle imperialista e o acesso aos recursos naturais marinhos:

Las armas de destrucción masiva, el narcotráfico, las migraciones, el terrorismo, los desastres naturales, fueron los enemigos a combatir para EE.UU. Lo siguen siendo, pero a partir de diciembre de 2017 y sobre todo desde septiembre de 2020, también lo es la pesca ilegal, centrada en China. Cualquier pretexto es bueno para todo tipo de intervención, incluida la militar. Lo primordial es asegurar - tal como lo manifestaron el Pentágono en el año 2003; y los documentos del Departamento de Defensa, de Estado y de la CNA conformada por altos jefes militares y navales norteamericanos en los años sucesivos - el libre acceso y control de todos los recursos naturales, lo que exige el despliegue de las fuerzas militares estadounidenses por todo el mundo [...].

Portanto, a pesca ilegal acaba sendo um elemento que ameaça a soberania territorial e ambiental dos países que têm suas Zonas Econômicas Exclusivas (ZEEs) e seus mares territoriais invadidos, colocando também a segurança nacional em ameaça, causando danos socioambientais, afetando os ecossistemas costeiros e as comunidades que dependem deles para garantir a soberania alimentar. Se, por um lado, os países ocidentais liderados pelos EUA acusam unicamente a China de praticar a pesca ilegal e invadir a ZEE de diversos países, como

também ocorre (devido ao grande – e inegável - número de evidências na imprensa), por outro, os EUA têm realizado todos os tipos de esforços para atacar a China, pela chamada “guerra híbrida”, em que a pesca ilegal surge como mais um oportunismo do país imperialista para tentar evitar a continuidade do êxito da nação chinesa, na expansão imperialista armada estadunidense para defender a “grande ilha americana” (BORON, 2020).

A invasão feita na ZEE dos países subdesenvolvidos, que é indicada por diversos veículos de comunicação como responsabilidade da China, é, em realidade, uma expressão de um colonialismo desumanizado em que barcos de pesca industrial provenientes da Europa, Japão, China, Taiwan e EUA, extraem os recursos, de maneira ilegal, dos países subdesenvolvidos, afetando as populações locais e as deixando em condições socioambientais desfavoráveis, sendo também uma ameaça à segurança e soberania alimentar.

Segundo Diegues (2004, p.105), após os países desenvolvidos esgotarem os seus recursos pesqueiros, avançou-se a exploração aos países subdesenvolvidos, sendo esta ação mais uma expressão desse colonialismo extrativista: “O resultado da sobrepesca foi o esgotamento puro e simples desses recursos naturais renováveis nos mares contíguos dos países centrais e o deslocamento das frotas para as águas dos países ditos subdesenvolvidos”.

Carrizo (2021) defende que os Estados exerçam uma soberania plena sobre o território marítimo, garantindo uma soberania territorial com o pleno e efetivo controle da costa, que deve estabelecer as normas de uso e garantir a proteção dos recursos comuns, de maneira a conservar ambientalmente esse território, para que as comunidades de pescadores possam dele usufruir de maneira sustentável e que garanta a soberania alimentar, através de pescados a preços acessíveis e comercializados em pequena escala.

Dessa forma, fazem-se necessárias uma melhor coordenação e a criação de mecanismos mais efetivos para vigiar o risco a que os trabalhadores se expõem, desde o barco de pesca ao supermercado, passando pela fábrica e por outros lugares do circuito da pesca. O controle deve ser rígido nos pontos de desembarque e no mar territorial dos países.

### **1.5 A pesca na América Latina**

Na América Latina, de modo geral, há certa abundância de pescados, e um dos principais elementos que proporciona essa abundância, sobretudo nos países abrangidos pelo Oceano Pacífico (Chile, Peru, Equador e Colômbia), é a Corrente de Humboldt, que contribui com quase 20% da pesca de captura mundial, principalmente pelas realizadas no Chile e no Peru, que estão entre os países com maior volume global segundo a FAO (2020), estando o

Peru em segundo lugar e o Chile em décimo. A pesca, nesses dois países, destaca-se pela captura da Anchova, porém, em anos de ocorrência do El niño<sup>39</sup>, há uma redução dos estoques pesqueiros, afetando as capturas.

Apesar da grande diversidade de espécies e ecossistemas, na região os fluxos de produção e intercâmbio comercial estão dominados por poucos países: Peru, Chile, México, Argentina e Brasil, que, em conjunto e nessa ordem, capturam cerca de 90% do total regional, com produção total de 18 milhões de toneladas anuais. A pesca e a aquicultura foram uma importante contribuição ao bem-estar e à prosperidade dos habitantes de zonas costeiras sul-americanas, que por séculos encontraram nessa atividade seu sustento econômico e o acesso a um alimento alto em nutrientes. (JARROUD, 2015, online).

Jarroud (2015) afirma que, na América Latina, existem mais de dois milhões de pescadores artesanais. Para a FAO (2020a), esse número, incluindo pesca e aquicultura (artesanais e industriais), chega a 2,8 milhões de pessoas.

A América Latina é uma região exportadora de pescados, graças ao Chile e ao Peru. As exportações latino-americanas compreendem principalmente camarão, atum, salmão e farinha de peixe, provenientes principalmente do Equador, Chile e Peru (FAO, 2020a).

No Chile, houve um crescimento sustentado da receita de exportação devido à forte demanda global por salmonídeos<sup>40</sup> nas Américas, Europa e Ásia. Assim, a produção aquícola de Salmão do Atlântico (*Salmo salar*), Salmão Prateado (*Oncorhynchus kisutch*) e Truta Arco-íris (*Oncorhynchus mykiss*) apresentou um crescimento bilionário, perdendo apenas para a Noruega em produção global de aquicultura (FAO, 2020a).

No sudeste do Pacífico (oeste da América do Sul), em 2017, a extração pesqueira chegou a 7,2 milhões de toneladas, o equivalente a 10% do total de desembarques de pescado, sendo que as duas espécies mais capturadas foram a Anchova peruana (*Engraulis ringens*) e a Lula de Humboldt (*Dosidicus gigas*), espécies que são consideradas em situação sustentável. Já a sardinha sul-americana (*Sardinops sagax*), presente nessa região, ainda é majoritariamente pescada de maneira insustentável, estando em situação de sobrepesca com redução dos cardumes desde 2001 (FAO, 2020a).

No sudoeste do Atlântico, as capturas totais variaram entre 1,8 e 2,6 milhões de toneladas (após um período de aumento que terminou em meados da década de 1980), chegando a 1,8 milhões de toneladas em 2017, uma diminuição de 25% em relação a 2015. Entre as espécies mais importantes estão a Lula Argentina (*Illex argentinus*), representando de 10 a 40%

---

<sup>39</sup> Fenômeno oceânico e atmosférico caracterizado pelo aquecimento das águas superficiais nas porções central e leste do Oceano Pacífico que provoca a queda brutal da produtividade da pesca na costa do Peru e do Chile, devido à grande redução de fitoplânctons. Além disso, o El niño provoca grandes mudanças climáticas em escala global.

<sup>40</sup> Família de peixes que inclui os salmões e algumas trutas.



do total de captura da região. A Merluza (*Merluccius hubbsi*) é a segunda espécie mais importante, mas é pescada sob condições insustentáveis, embora com sinais de recuperação lenta (FAO, 2020a). O Brasil é o 13º país em produção de peixes de cativeiro e o 8º na captura de peixes de água doce (isso ocorre devido à taxa de captura no Rio Amazonas ser muito elevada devido à presença de muitas comunidades ribeirinhas).

Embora haja algumas características gerais para a pesca artesanal na América Latina, como já foram demonstrados alguns conflitos (na **Introdução** desse trabalho) e dados (esboçados acima), em cada país a pesca artesanal se manifesta de forma específica, pois há um papel da institucionalidade pesqueira, fazendo necessário compreender como essa se constitui, a partir dos estudos de caso brasileiro e colombiano.

### **1.5.1 Ordenamento territorial pesqueiro: entre possibilidades, necessidades e recomendações**

Frente aos conflitos, problemas e dilemas que foram apresentados, trataremos de expor algumas recomendações referentes ao manejo e à gestão da pesca para a América Latina, como também para o campo de pesquisas na área.

McConney, Medeiros e Serafini (2014) defendem a necessidade de se adotarem novas possibilidades para a gestão e pesquisa envolvendo a pesca artesanal em toda a América Latina, para isso apresentam a perspectiva do *ecosystem stewardship*. O conceito pode substituir a ideia de gestão ou manejo, trazendo a responsabilidade todos os sujeitos que utilizam determinado recurso, mesmo que esse recurso não possua donos (como é o caso dos recursos de uso comum), além de trazer a responsabilidade também pelo direito à vida de outras espécies e outras gerações e uma cogestão sobre os recursos:

O termo *stewardship* vem sendo utilizado em diferentes contextos do debate político e ético sobre direitos e responsabilidades nos processos de governança [...]. Sua utilização no âmbito da gestão dos recursos naturais ampliou o entendimento deste alguém (*steward*) como sendo cada um dos diferentes atores (*stakeholders*) com responsabilidade sobre o uso adequado dos recursos e que estariam “cuidando” de algo que não é de alguém especificamente, mas sim da sociedade como um todo. Também, incorporando princípios éticos sobre a vida no planeta, aproxima a responsabilidade não somente pelo uso adequado dos recursos para o homem, mas também pelo direito à vida das outras espécies e também das futuras gerações. O conceito foi inicialmente aplicado no meio rural (agricultura), o que gerou certa controvérsia, uma vez que afetaria a presunção de liberdade do proprietário da terra em utilizá-la da forma que julgar mais adequada. Por outro lado, no caso da pesca, geralmente os pescadores não são proprietários dos recursos pesqueiros nem do ambiente marinho, resultando em uma melhor adequação legal do conceito (a responsabilidade de cuidar da propriedade de outro). (MCCONNEY, MEDEIROS, SERAFINI, 2014, p.183).

McConney, Medeiros e Serafini (2014) também afirmam que a América Latina

compartilha características e desafios em comum, como a sobre-exploração dos recursos pesqueiros, os conflitos entre tipos de pescarias e dificuldades de infraestrutura (desembarque, processamento e comercialização). De modo que, esses autores fazem as seguintes recomendações: **a)** fortalecer os arranjos institucionais, promovendo a colaboração de todos os sujeitos; **b)** construir abordagens colaborativas de monitoramento, que adotem os saberes tradicionais dos pescadores; **c)** estimular as capacidades locais para a auto-regulação e auto-organização dos pescadores; e **d)** reconhecer a relevância de outros sujeitos nos problemas de pesquisa;

Quanto ao problema da existência de políticas públicas que não condizem com as reais necessidades dos pescadores e da pesca artesanal, acreditamos que uma maior participação política e uma atuação mais justa do Estado poderiam trazer mais garantias e direitos aos pescadores. Além disso, “[...] o setor pesqueiro necessita ser incorporado aos planos de desenvolvimento e ordenamento territorial do país e que os pescadores não devem ser olhados apenas como operadores econômicos” (BONFÁ NETO; SUZUKI, 2019, p.110).

Consideramos o **ordenamento territorial** como sendo um processo que racionaliza o uso do território em ações ordenadas com o intuito de uma melhor “repartição” dos usos dos espaços pelas pessoas e suas atividades, segundo os recursos disponíveis (VARGAS, 2012).

Ainda na perspectiva do ordenamento territorial, Rogério Haesbaert (2006) prioriza o combate às desigualdades e à exclusão sócio-espacial: **a)** reduzir as desigualdades e à exclusão socioeconômica da população, melhorando as condições materiais como também a acessibilidade a serviços básicos; **b)** democratizar e expandir a representatividade da população local nos espaços políticos, sobretudo aqueles de tomada de decisão; **c)** fomentar o comprometimento público com as iniciativas planejadas, resgatando e fortalecendo as "identidades territoriais" (povos e comunidades tradicionais); e **d)** trabalhar sempre com uma perspectiva multiescalar, "[...] colocam-se assim, no caso brasileiro, pelo menos quatro escalas básicas: a do município, a da meso-região, a dos Estados da federação e a da macro-região" (HAESBAERT, 2006, p.122).

Em relação à atuação do Estado, Delaporte, Hellenbrandt e Allison (2014) percebem, no caso da pesca artesanal, uma corrente influente que propõe a limitação nos usos e acessos dos recursos e a transferência de responsabilidade do Estado para a sociedade civil como fundamentos para gestão pesqueira sustentável. Nesse sentido, deve-se tomar esse cuidado, para não cair na armadilha neoliberal disfarçada de empoderamento e/ou autonomia da sociedade. Os autores defendem que é na articulação entre Estado e população que reside o maior potencial

de desenvolvimento de ações efetivas (DELAPORTE; HELLENBRANDT; ALLISON, 2014).

Carrizo (2021) defende a necessidade de decisões políticas estatais que exerçam soberania territorial sobre os recursos marinhos, garantindo assim soberania alimentar e ambiental.

La pesca debe ser una oportunidad que contribuya a vencer el hambre y ello sólo es posible si la decisión política de un gobierno ejerce plena soberanía sobre este derecho. Son innumerables los ejemplos que grafican y determinan que hay condiciones materiales para ejercer una práctica pesquera que redunde en beneficios alimentarios y, a la vez, sea un estimulador de los puertos, los astilleros y el trabajo. Ello traería una serie de beneficios directos al que se le deben aunar los beneficios indirectos y el correspondiente crecimiento de la acuicultura, la pesca familiar y las cooperativas que se vinculan con el sector. (CARRIZO, 2021, p.10).

A FAO clama a necessidade de replicar e adaptar localmente as políticas e os modelos de manejo voltados para o setor pesqueiro e que estão obtendo sucesso ao longo do mundo. Como solução para a sobrepesca e para a redução das pescarias insustentáveis, é proposta a implementação de sistemas e modelos de ordenamento e manejo pesqueiro adequados a cada ambiente. Além disso, a FAO (2020a) também faz algumas **recomendações de caminhos** que podem ser tomados para a gestão pesqueira e o **ordenamento territorial**: **a)** retomar um programa nacional de estatística pesqueira (ausente no Brasil desde 2015) para conhecer a capacidade produtiva e seus desafios; **b)** investir mais em pesquisa e tecnologias para tornar a pesca extrativista e a aquicultura mais sustentáveis, eficientes, competitivas, rentáveis e seguras; **c)** estabelecer políticas para conservação da biodiversidade; **d)** conscientizar a população da importância do pescado na economia, na saúde, na cultura e na vida; **e)** ampliar o acesso a mais recursos financeiros; **f)** qualificar e conscientizar os pescadores; e **g)** melhorar as pesquisas e as estatísticas referentes à pesca e aquicultura.

Como coloca Haesbaert (2006, 2021), a implementação das chamadas **políticas de ordenamento territorial** é uma clara consideração de algumas dimensões do território (que é **multidimensional**): seu caráter político, desde os macropoderes (Estado, instituições) até os poderes simbólicos; e seu caráter integrador, o Estado em seu papel redistributivo e os sujeitos e grupos sociais inseridos no ambiente.

Objetivando o desenvolvimento do setor pesqueiro e aquícola, a FAO (2020a) possui quatro focos principais: **a)** acabar com a sobrepesca; **b)** reduzir os subsídios prejudiciais; **c)** aumentar os subsídios econômicos para as pescarias sustentáveis, de pequena escala e subsistência (o conceito de pesca artesanal não é utilizado); e **d)** garantir aos pescadores de pequena escala o acesso aos recursos e mercados. O problema das propostas da FAO é que elas dependem de políticas públicas nacionais para serem efetivadas, pois possuem uma pequena

força política, servindo apenas como uma diretriz, além disso, elas atribuem muitos dos problemas a questões técnicas e operacionais, o que oculta o caráter político e geopolítico dessas discussões e ações.

Camargo (2014) pontua algumas necessidades na América Latina, a respeito da “crise da pesca”: **a)** deve-se ter um exame mais detalhado das forças políticas e econômicas que estão por trás dos dados e estatísticas que demonstram os problemas e os avanços da atividade pesqueira na região, buscando uma análise mais abrangente sobre o problema; **b)** ambientalistas defendem o consumo de pescado como algo mais ecológico, como também faz a FAO, porém é necessário ter em conta que o setor pesqueiro também tem sua própria política, moldada por violências, desigualdades e injustiças; e **c)** a pesca normalmente é vista como uma atividade econômica independente, que não precisa de investimentos ou modelos de manejo e gestão e autossuficiente, porém muitas comunidades de pescadores combinam a atividade pesqueira com agricultura, extrativismo e pequenos cultivos.

Valencio e Mendonça (2008) também sustentam alguns caminhos que podem ser tomados em relação à pesca artesanal: **a)** alfabetização dos pescadores; **b)** criação e fiscalização de um ambiente de corresponsabilidade com os pescadores em que sejam valorizados seus saberes tradicionais; e **c)** uso dos conhecimentos tradicionais como fonte de informações para estudos ecológicos e alterações ecossistêmicas.

Turriago (2001) constata as necessidades de: **a)** maior diversificação das atividades realizadas pelas comunidades de pescadores, para não sobre-explorar os estoques pesqueiros, de preferência as atividades que incorporem as mulheres; **b)** capacitação dos pescadores para além dos assuntos de pesca, mas também sociais e políticos; **c)** ação de profissionais da área social (antropólogos e outros) para ajudar a compreender as necessidades e desafios das comunidades; e **d)** maior divulgação dos programas estatais de créditos para pescadores e auxílio para a sua realização.

Para os autores Delaporte, Hellebrandt e Allison (2014) e McConney, Medeiros e Serafini (2014), não adianta debater os impactos de redução dos pescados e deixar de lado os problemas de saúde pública, da desnutrição e da marginalização dos pescadores nos processos políticos. Além disso, nas pesquisas sobre a pesca artesanal, é importante dar atenção a iniciativas locais e de menor escala, que tendem a ser efetivas na mobilização popular e na promoção de inclusão social, mas são difíceis de documentar e avaliar, em contraponto às ações de organizações internacionais, que recebem maior exposição midiática e o reconhecimento de atores influentes nas pesquisas e no ativismo.

Os bens comuns pesqueiros estão inseridos em uma lógica de mercantilização que considera os recursos íctios capazes de serem transformados em mercadorias e extraídos, para além dos limiares da sustentabilidade. Essa lógica deixa as comunidades, sobretudo as marítimas, excluídas dos benefícios econômicos e nutricionais, além de serem atingidas pelos impactos socioambientais e culturais. Frente a isso, a crise da pesca presente na América Latina possui múltiplas determinações, que devem ser levadas em conta entre os acadêmicos, fazedores de políticas, ativistas, movimentos sociais, organizações de pescadores e pescadoras, entre outros grupos e sujeitos que lidam com o setor pesqueiro e sua institucionalidade.

Como os recursos pesqueiros são um bem comum, pois ninguém se apropria diretamente dos mesmos, cabe ao Estado controlá-los, administrá-los e fomentá-los, pois legalmente também são considerados de utilização pública e social. Por isso, cabe também ao Estado produzir, gerar e administrar toda a informação, e com base nos dados, formular e implantar políticas públicas que garantam uma sustentabilidade dos ecossistemas aquáticos e um acesso justo aos seus recursos, que deve contar com a ampla participação das populações pesqueiras nos processos de tomada de decisão, sobretudo aquelas que concernem à institucionalidade da atividade e ao ordenamento territorial.

### **1.5.2 Institucionalidade da pesca no Brasil e na Colômbia**

A **pesca artesanal no Brasil** é uma atividade presente desde a pré-história, que se hibridiza durante o período colonial para atualmente assumir diversas formas (artesanal e industrial) em distintos ambientes (rios, lagos, represas, estuários e mares), garantindo a reprodução econômica, cultural e social, além da segurança e/ou soberania alimentar, em inúmeras comunidades, sobretudo nas tradicionais.

Segundo o Registro Geral do Pescador, existem, no Brasil, aproximadamente um milhão de pescadoras e pescadores artesanais<sup>41</sup>, distribuídos de acordo com o **Mapa 4**.

---

<sup>41</sup> Dado disponível em: <https://www.gov.br/dnocs/pt-br/assuntos/noticias/pescadores-artesanais-conheca-o-trabalho-desses-profissionais-que-vivem-da-pesca-e-mantem-uma-relacao-de-carinho-com-a-natureza#:~:text=Assim%20como%20Raimundo%20Nonato%2C%20de.milh%C3%A3o%20de%20pescadores%20artesanais%20credenciados>.

**Mapa 4 - Pescadores artesanais no Brasil**



**Fonte: Paula Paiva Paulo (2019), com dados do Ministério Público Federal. Adaptado.**

Durante o Brasil Colônia (1532-1822) e Império (1822-1889), a pesca - sobretudo a de baleia, realizada em embarcações maiores e de caráter comercial - passou a ser regulamentada por meio das primeiras normas e da cobrança do dízimo pela igreja católica, que acabou na República, de 1989 em diante. Essas ações objetivavam o controle do território por meio do controle dos territórios pesqueiros e das localidades dos pescadores (SILVA, C., 2015). Nesse contexto, a Marinha via na pesca e nos pescadores um apoio para o domínio, ocupação e proteção do Litoral Brasileiro (RESENDE, 2014).

No Brasil, as relações institucionais entre pesca e Estado se iniciam nas primeiras décadas do século XX. Com o advento da República, a atividade pesqueira foi constituindo-se com a influência de diversas ações do Estado, por meio de ações territoriais, em que as instituições representativas da pesca foram criadas norteadas pelos interesses do Estado, não dos pescadores artesanais. Entre os anos de 1919 e 1923, ocorre uma reordenação da atividade pesqueira no Brasil por meio da missão executada pela Marinha, no Cruzador Auxiliar José Bonifácio, em que foram criadas as Colônias de Pescadores com o objetivo de exercer o controle sobre os territórios de pesca (RESENDE, 2014).

Após a década de 1950, também como fruto das primeiras políticas de

desenvolvimento e concessão, por parte do Estado, de subsídios para o setor, as comunidades pesqueiras artesanais são colocadas em uma condição de vulnerabilidade ambiental devido à intensificação da pesca industrial e ao aumento das frotas de grandes barcos pesqueiros (DIAS NETO, 2010).

Nos anos 1960, foram introduzidos no processo de pesca artesanal o gelo, as redes de náilon e o motor para a embarcação, sendo que esses fatores aumentaram a dependência dos pescadores em relação ao mercado e aos comerciantes (DIEGUES, 1995). Além disso, a introdução de barcos motorizados aumentou a produtividade dos pescadores para satisfazer o aumento da demanda e a inserção do tempo de trabalho em uma lógica mercadológica.

Um instrumento que causou grande impacto no setor pesqueiro foi o Decreto-Lei nº 221/1967 (conhecido como **Código de Pesca**), criado com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico nacional, pela industrialização do setor pesqueiro e imbuído de todas as ideias e referenciais desenvolvimentistas dominantes no período: desenvolvimento econômico, formação de uma indústria nacional, substituição de importações e estímulo à concentração de capitais (SILVA, C., 2015).

Entre 1967 e 1973, mais de 100 milhões de dólares foram concedidos às indústrias de pesca (DIEGUES, 1983; OLIVEIRA; SILVA, 2012). Essas medidas adotadas pelo Estado foram incipientes e tiveram consequências como: **a)** esgotamento dos recursos pesqueiros; **b)** progressiva marginalização da pesca artesanal; e **c)** acelerado desenvolvimento da aquicultura e espaços aquáticos. Essa conjuntura se repete por cerca de três décadas, indo até o final dos anos de 1980 (AZEVEDO; PIERRI, 2014).

Diegues (2004) afirma que, na década de 1960, a pesca artesanal era responsável por mais de 80% das capturas, tendo sua participação reduzida em função da pesca industrial nos anos 1970 e 1980, e retomando uma participação mais elevada em fins dos anos 1990. Nesse momento, observou-se até uma “re-artesanalização” de algumas indústrias, como a de lagosta, sobretudo no Nordeste do Brasil.

O período após a promulgação da Constituição de 1988 foi o de maior acesso dos pescadores artesanais às políticas públicas. A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 8º garantiu a associação profissional ou sindical, e teve uma Carta Magna equiparando as colônias de pesca aos sindicatos de trabalhadores rurais. Duas importantes ações desse momento foram a extensão do seguro desemprego ao pescador artesanal, em 1991, e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996 (SILVA, C., 2014, 2015).

Esse momento também foi marcado pela gestão do Ibama, que visando controlar os

estoques pesqueiros, implementou uma série de instrumentos de regulação ambiental, seguindo um referencial global que se preocupava com a questão ambiental, ora preservacionista, ora conservacionista, impondo uma série de restrições e penalidades aos pescadores artesanais, sobretudo nas Unidades de Conservação (DIEGUES, 2008).

Somente em 2003 os direitos dos pescadores artesanais são equiparados aos dos pescadores profissionais, pois por meio do **Registro de Pescador Profissional (RGP)** era possível que o pescador artesanal usufruísse dos benefícios assegurados para a categoria. A Lei nº 10.779/2003, garantiu ao pescador artesanal o recebimento do **seguro defeso** (um salário mínimo durante o período de restrição à pesca de determinadas espécies, chamado de defeso) e o acesso a outros direitos previdenciários (principalmente a aposentadoria). Cabe ser ressaltado que o seguro defeso não é uma política de transferência de renda (redistributiva), mas sim uma **política ambiental** com foco em assegurar a reprodução das espécies e conservar a biodiversidade.

A Lei nº 11.959/2009 institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca (BRASIL, 2009), que regulamentou o conceito operacional e jurídico de pesca artesanal (SILVA, C., 2015). Esta política passa a ser o novo marco legal para a pesca no Brasil, substituindo o anterior (Decreto-Lei nº 221/1967), e visando compatibilizar crescimento econômico, redução da pobreza e cuidado com o ambiente, pela inserção de princípios, como a cogestão e participação social (AZEVEDO, PIERRI, 2014). A Lei nº 11.959/2009 também equiparou os direitos dos homens e das mulheres, considerando todas as atividades que abrangem a atividade pesqueira (ANTUNES NETO; SILVA; AMARAL, 2021). O termo “pescador artesanal profissional” passou a abranger todos que participam de quaisquer etapas da pesca, fato de grande relevância para o reconhecimento das mulheres como pescadoras e possibilidade, ainda que as vezes distante, de acessar os direitos básicos da categoria.

O reconhecimento legal possibilita à mulher, enquanto pescadora, uma maior autonomia e segurança pela efetivação dos seus direitos, haja visto o contexto histórico existente e as discriminações que persistem. Não somente as mulheres dedicadas à pesca em si são reconhecidas, mas todo o conjunto que se dedicam às atividades do setor produtivo artesanal passam a ser reconhecido: fazedoras de rede, de cestos, beneficiadoras de pescado, dentre outras. (ANTUNES NETO; SILVA; AMARAL, 2021, p.109).

A definição jurídica da pesca artesanal, colocada em vigência com a Lei nº 11.959/2009 foi importante por possibilitar o reconhecimento profissional dos pescadores artesanais e foi também uma maneira de afirmar políticas públicas de incentivo às atividades comunitárias não industriais, que eram negligenciadas e suprimidas durante os governos



anteriores. Com isso, a pesca artesanal também passa a ser considerada juridicamente como prática de economia familiar e o pescador no Brasil é considerado um assegurado especial, não tendo que pagar a previdência (INSS) nem imposto sobre sua produção como autônomo (OLIVEIRA; SILVA, 2012).

Em 2009, devido à necessidade das comunidades pesqueiras, em ter uma representação frente ao poder público e que pudesse aglutinar o país numa única voz, as ideias e crenças dos pescadores artesanais convergem para a criação de um novo movimento social, nacional e autônomo da categoria, o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP). Em 2012, o MPP lançou a Campanha Nacional pela Regularização dos Territórios das Comunidades Tradicionais Pesqueiras, que tem como objetivo principal a aprovação de uma Lei de Iniciativa Popular que reconheça a demarcação dos territórios para a pesca artesanal (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020), uma vez que esses estão constantemente sob conflitos e disputas territoriais.

A entrega da sugestão de lei aconteceu em novembro de 2019 durante audiência pública. O projeto será analisado pela comissão que tratará de formular a versão original do Projeto de Lei para iniciar a sua tramitação no congresso (SÉCULO DIÁRIO, 2019). Caso essa lei se efetive, será, sem dúvidas, a política pública mais relevante da história para os pescadores artesanais brasileiros. No entanto, até maio de 2023 não houve nenhum andamento.

Salvo os avanços conquistados, destacamos a dificuldade do pescador artesanal em acessar as principais políticas públicas, sobretudo aquelas que têm o objetivo de reduzir a pobreza mediante o aumento de renda aos pescadores artesanais e suas comunidades, em melhorias na cadeia produtiva da pesca. Todavia, a partir da ampla e diversa literatura sobre a pesca artesanal brasileira e da observação empírica da realidade do setor, fica claro como a legislação foi acabando com a autonomia dos pescadores, que controlavam todo o processo produtivo, até o comércio e a construção de seus meios de produção (barcos e artefatos para a pesca) e foram tendo essa autonomia expropriada pelos instrumentos estatais e pelas disputas com outros atores (principalmente os econômicos).

A **pesca artesanal na Colômbia** assume distintas formas (artesanal, industrial e subsistência) e em diversas porções territoriais distintas como as litorâneas (Pacífico, Caribe Insular, Caribe Continental) e as fluviais (Magdalena-Cauca, Orinoco e Amazônia), garantindo a segurança e a soberania alimentar, sobretudo nas regiões rurais e menos urbanizadas. Em cada uma das regiões podem aparecer apetrechos e artes semelhantes, porém em cada lugar elas são operadas sob técnicas peculiares.

Na Colômbia, ainda que a gestão e a produção de dados sobre a pesca tenham sido sempre competências do Ministério da Agricultura, as instituições que cuidam diretamente do setor mudaram seis vezes desde a década de 1960 (ROMERO MATOS, 2021).

[...] el antiguo Instituto Nacional de los Recursos Naturales Renovables y del Ambiente (INDERENA), responsable de la gestión de los recursos pesqueros entre 1968 y 1990, dio paso al Instituto Nacional de Pesca y Acuicultura (INPA) en 1990, el cual, a su vez, fue liquidado en 2003 y sus funciones fueron asumidas por el Instituto Colombiano de Desarrollo Rural (INCODER) hasta 2007, cuando estas fueron transferidas al Instituto Colombiano Agropecuario (ICA) por dos años; en 2009, el INCODER volvió a asumir las funciones pero, nuevamente, en 2012, le fueron sustraídas al crearse la Autoridad Nacional de Acuicultura y Pesca (AUNAP). (GUILLOT; DÍAZ, 2016, p.62).

Devido a inconstância das instituições de manejo pesqueiro, há uma grande dificuldade, a nível nacional, para obter, manejar e analisar os dados referentes a atividade pesqueira. Atualmente, a pesca na Colômbia é gerida pela *Autoridad Nacional de Acuicultura y Pesca* (AUNAP), que desde 2012 é a entidade do Ministério da Agricultura responsável pelo ordenamento e gestão do setor pesqueiro. Essa instituição se incumbem de fomentar melhorias técnicas e elaborar projetos para o pescador, visto como eixo central, ainda que não esteja totalmente instrumentalizada para defender a soberania e segurança alimentar das comunidades pesqueiras, se entregando a uma estrutura que possui grandes estímulos ao mercado externo (ROMERO MATOS, 2012).

Como demonstrado por autores como Guillot e Díaz (2016), Vieira, Granados e Díaz (2016) e Romero Matos (2012), o ordenamento territorial marinho-costeiro na Colômbia ainda é pouco coordenado, sem articulação alguma entre as instituições e feito por diferentes setores em que as decisões são tomadas do nível nacional para o nível local, além de haver pouca constância e duração das instituições responsáveis pela gestão e manejo da pesca.

Nos anos recentes a AUNAP tem realizado esforços e parcerias com ONGs, universidades e instituições privadas, para criar sistemas de dados sobre a pesca artesanal, bem como sistemas de manejo e ordenamento territorial pesqueiro.

Para facilitar o manejo e a gestão das zonas costeiras, todo o Litoral Colombiano (Pacífico e Caribenho) foi regionalizado em Unidades Ambientais Costeiras<sup>42</sup> (UAC) de acordo com seus atributos físicos, sociais e culturais.

El Decreto 1120 de 2013, expedido por el Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sostenible (MADS), reglamenta y delimita las UAC y define el Plan de Ordenación y Manejo Integrado de estas como el instrumento de planificación de superior jerarquía y determinante ambiental para la elaboración y adopción de los planes de ordenamiento territorial. La misión de formular los planes de ordenamiento y manejo de las UAC recae en las autoridades ambientales regionales, concretamente las

---

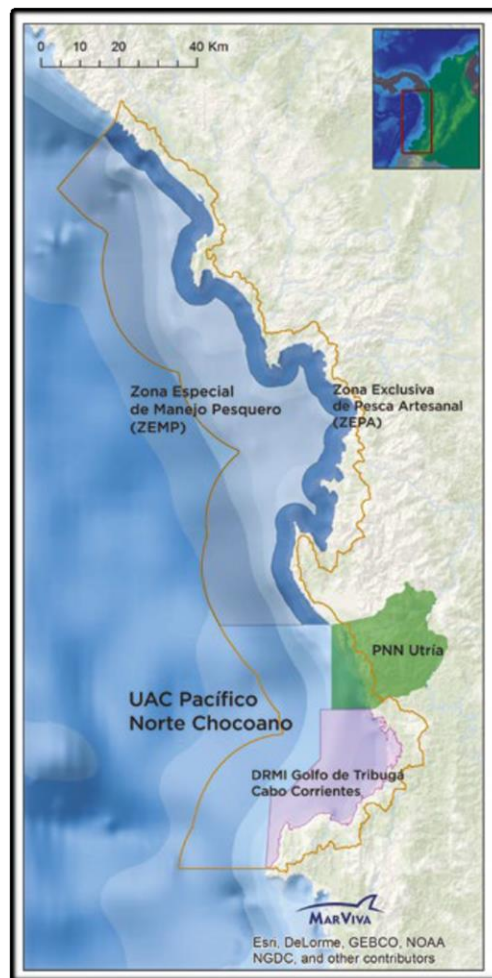
<sup>42</sup> As UAC são subdivisões dos espaços costeiros da Colômbia, de acordo com seus atributos biogeofísicos, socioculturais e políticos (VIEIRA; GRANADOS; DÍAZ, 2016).

Corporaciones Autónomas Regionales (CAR) con jurisdicción costera. (VIEIRA; GRANADOS; DÍAZ, 2016, p.48-49).

Em comum para todo o Pacífico estão as **Resoluções nº 695/2004**, que restringe o uso de técnicas para a captura de camarão, e **nº 1.856/2004**, que proíbe a pesca industrial dentro da primeira milha náutica, contada a partir da maré mais baixa (PUENTES; POLO; ROLDÁN; ZULUAGA, 2014).

A região do Pacífico Norte Chocoano se configura como uma UAC, que abrange a franja costeira dos municípios de Juradó, Bahía Solano e Nuquí, envolvendo importantes acidentes costeiros como *Cabo Marzo* e *Cabo Corrientes* e os golfos de Tribugá, Cupica e Bahía Humboldt (VIEIRA; GRANADOS; DÍAZ, 2016). Além disso, as costas dos municípios de Bahía Solano e Juradó contam com um ordenamento territorial (**Mapa 5**) que consiste na Zona Especial de Pesca Artesanal (ZEPA), na Zona Especial de Manejo Pesqueiro (ZEMP), contígua a ZEPA, e no Parque Nacional Natural Utría (PNN Utría).

**Mapa 5 - Ordenamento territorial do Pacífico Norte Chocoano**



Fonte: Vieira, Granados e Díaz (2016, p.52).

Devido as inúmeras evidências acumuladas acerca dos danos causados aos recursos pesqueiros e aos fundos marinhos pela pesca industrial de arrasto, além de práticas realizadas pelos pescadores que afetam os ecossistemas marinhos, como o uso de redes pequenas, somados à percepção das ameaças das mudanças climáticas, na Colômbia passou-se a discutir ações de ordenamento territorial e uso sustentável das costas e dos recursos marinhos, com um intuito de promover um manejo sustentável das pescarias (VIEIRA, 2016). Com o passar do tempo, os pescadores foram se dando em conta que para ganhar o mesmo teriam que gastar mais tempo e irem mais longe. Então, muitas associações se reuniram para propor possíveis soluções, percebendo que os barcos industriais estavam fazendo as capturas muito próximas à costa, e que os pescadores utilizavam diversas malhas e redes que pressionavam os recursos.

Em 1998, após anos de conflito dos pescadores artesanais com os armadores ou pescadores industriais, principalmente os de atum e de camarão, se iniciaram muitas reuniões mediadas principalmente pela *Fundación Natura*, mas que envolvia diversas associações de pescadores artesanais e de pesca industrial. Como fruto dessas reuniões, houve a formação do *Grupo Interinstitucional y Comunitario de Pesca Artesanal* (GICPA), que é constituído por diversas instituições que tem relação com a pesca artesanal. As razões fundamentais para a criação do grupo foram a evidência de diminuição dos recursos pesqueiros, o aumento do esforço pesqueiro e a existência de conflitos com os barcos industriais pelo acesso as zonas de pesca (VALENCIA, 2014). Desde sua criação, o GICPA passou a agrupar e articular muitos sujeitos sociais envolvidos com a pesca artesanal em uma assembleia anual e uma estratégia organizativa conformada por comitês temáticos (VIEIRA, 2016).

Em sua dissertação, Valencia (2014) analisa a atuação do GICPA, que teve um de seus maiores logros a criação das ZEPA (Zona Exclusiva de Pesca Artesanal) em 2013, sendo que, como resultado da dissertação, é constatado que o processo de estabelecimento e desenvolvimento do GICPA se enquadra no conceito de co-governança, em que “[...] los actores trabajan unidos por un bien común, [...] establece formas organizadas de interacción y porque ningún actor tiene el control total del proceso sino que las relaciones de poder se dan en el plano horizontal” (VALENCIA, 2014, p.29).

A estrutura organizativa do GICPA está disposta em três pilares: **a)** autoridades ambientais, pesqueiras, étnicas, municipais, de controle e vigilância; **b)** circuito pesqueiro com pescadores, comerciantes e processadoras; e **c)** entidades de apoio como ONGs, universidades e institutos de pesquisas (VIEIRA, 2016).

A prioridade do GICPA tem sido o ordenamento pesqueiro, através de planejamentos

sobre o uso e manejo do território pesqueiro. O número de membros sócios e aliados do GICPA tem aumentado, assim como o dos trabalhadores da pesca, constituíram-se como essa instância organizativa em torno do ordenamento e da gestão. Atualmente, o grupo trabalha em todo o Pacífico Norte Chocoano, nos municípios de Juradó, Bahía Solano, Nuquí, Pizarro e Litoral de San Juan (VIEIRA, 2016).

Com isso, os movimentos sociais de pescadores, as ONGs de apoio e as autoridades locais propuseram ao governo criar uma Zona Exclusiva de Pesca Artesanal (ZEPA), que após muita luta, outras ONGs se somaram aos movimentos sociais dos pescadores, como a Conservação Internacional Colômbia e a Mar Viva.

Muitos estudos e investigações dessas instituições puderam demonstrar que a criação da ZEPA era necessária, não só para a pesca artesanal em si, mas também para a soberania alimentar das comunidades, para a cultura afrocolombiana e para a continuidade de reprodução de muitas espécies. Por conseguinte, o estabelecimento da ZEPA foi uma resposta à percepção de que os recursos pesqueiros são finitos, estando sujeitos ao esgotamento, e, portanto, havendo a necessidade de um ordenamento territorial.

Em 2008, como uma resposta as reivindicações dos pescadores artesanais, o Instituto Colombiano Agropecuário (ICA), que na época geria a pesca em âmbito nacional, por meio da Resolução nº 2.650/2008 declarou de forma temporal e provisória uma Zona Exclusiva de Pesca Artesanal (ZEPA) que consistia em 2,5 milhas náuticas de largura desde a costa, onde eram proibidas as embarcações industriais e técnicas como a rede e o tresmalho (NEILA; DÍAZ, GONZÁLEZ; VELANDIA; MELO, 2016).

Em 2013, a *Autoridad Nacional de Acuicultura y Pesca* (AUNAP), mediante a **Resolução nº 899/2013** aprovou a criação da ZEPA de maneira definitiva, como uma maneira de ordenamento pesqueiro (VIEIRA, 2016). A ZEPA foi criada em uma área que abrange os municípios de Bahía Solano e Juradó, que busca converter-se em uma estratégia de conservação e proteção às pescarias artesanais na região, garantindo um ambiente sustentável e a segurança alimentar da sociedade local (VIEIRA; GRANADOS; DÍAZ, 2016).

A ZEPA consiste em: **a)** uma zona onde só pescadores artesanais podem realizar a captura; **b)** uma extensão que vai desde a fronteira com o Panamá ao Norte, até o Parque Nacional Natural Utría, ao Sul, sendo uma zona com aproximadamente 2,5 milhas (cerca de 4 km) de largura e 130 milhas de extensão norte-sul (aproximadamente 210 km); **c)** mudanças de alguns hábitos dos pescadores, como a substituição de malhas e arpões por anzóis e espinhéis, que são mais seletivos com o tamanho dos pescados; **d)** capturar peixes do tamanho adequado

para que se reproduzam de maneira adequada; e) que pescadores saibam quais peixes podem capturar de acordo com a temporada; e f) área onde fica restrita a pesca de atum com barcos de cerco com capacidade igual ou maior a oito toneladas.

A ZEPA se encontra em um processo de expansão para a área costeira do município de Nuquí, abrangido somente pela ZEMP. Esse processo já está em andamento e os Conselhos Comunitários, bem como as associações e federações de pescadores, estão pendentes de recursos do governo, por meio da AUNAP, para expandir a área da ZEPA. Os pescadores de Nuquí se posicionam a favor do estabelecimento da ZEPA no município. A ZEMP possui algumas diferenças em relação a ZEPA: menor restrição para com os barcos industriais, que podem pescar durante quatro meses no ano, além da uma área menor. Essa flexibilização do controle e do ordenamento pesqueiro da ZEMP ocorreu porque em Nuquí há uma área conhecida como “*El filo*”, onde estão muitos estoques pesqueiros de camarão, sendo uma área muito utilizada pela pesca industrial. Após a criação da ZEPA e da ZEMP, em 2013, houve um acordo do Conselho da *Corporación Autónoma Regional para el Desarrollo Sostenible del Chocó* (CODECHOCÓ) que criou o Distrito Regional de Manejo Integrado (DRMI) do Golfo de Tribugá, até Cabo Corrientes (VIEIRA, 2016), ordenando e restringindo alguns tipos de pesca em Nuquí.

El DRMI fue declarado por el Consejo Directivo de CODECHOCÓ, mediante el Acuerdo No. 011 del 18 de diciembre de 2014. Tiene una superficie total de 60.138,6 ha, que abarcan desde Cabo Corrientes hasta el límite meridional del PNN Utría, en inmediaciones del corregimiento de Jurubirá. (VIEIRA, 2016, p.19).

Com essas ações, conformou-se um mosaico de unidades de conservação na costa chocoana, consolidando um corredor de conservação, desde a fronteira com o Panamá até Cabo Corrientes, abrangendo os municípios de Juradó, Bahía Solano e Nuquí. O estabelecimento dessas unidades de conservação deu-se após uma intensa mobilização dos pescadores artesanais e sob embates políticos com outros setores de interesse, sobretudo o da pesca industrial.

Mesmo que a ZEPA não tenha encerrado por completo os conflitos (como discutiremos no **Capítulo 2**), ela deve ser vista como uma vitória dos pescadores e da conservação ambiental no Pacífico Colombiano. Todas essas formas de ordenamento territorial, como a ZEPA e a ZEMP, compartilham das seguintes características:

a) son áreas definidas geográficamente, con una delimitación clara y precisa; b) fueron designadas, lo que permite a los administrados conocer las medidas de regulación y administración consignados en los mediante los cuales fueron declaradas y en los producidos posteriormente que ponen en marcha los respectivos de planes de ordenamiento y manejo; c) deben ser reguladas, es decir, deben tener reglas de juego claras y concretas en relación con todos los aspectos incorporados en los planes de ordenamiento y manejo que fueron formulados participativamente; d) deben ser administradas y, cuando se superpongan espacialmente las competencias legales de

las diferentes instituciones públicas que allí confluyen, deben establecerse mecanismos de articulación y coordinación que hagan posible el cumplimiento de los objetivos que motivaron las respectivas declaratorias; e) tienen objetivos específicos, que contemplan tanto aspectos de conservación y manejo de ecosistemas y recursos como el aprovechamiento y uso sostenible de estos para el bienestar de los habitantes. (VIEIRA; GRANADOS; DÍAZ, 2016, p.54-55).

A ZEPA pode ser vista como um território normado, da norma, do controle. Como afirma Saquet, (2015), isso é uma demonstração de como as categorias de território e espaço geográfico estão juntas, sendo uma demonstração de como o Estado ordena e regula vários espaços por meio de sua soberania (também das relações internacionais, mas que não foi o caso). É contraditório, pois a ZEPA é gerida pelo Estado e não pelos Conselhos Comunitários ou federações, ainda que a implementação da Unidade de Conservação tenha sido uma demanda desses, resultado de uma luta social. Isso é um exemplo de como o Estado atua, em raras vezes, ao lado dos mais fracos, no caso os pescadores artesanais, em detrimento dos industriais (os que possuem maior poder político, derivado do poder econômico).

O estabelecimento da ZEPA tem demonstrado como a conservação das espécies e dos ecossistemas associados com um diálogo um pouco mais horizontal entre pescadores, autoridades governamentais, ONGs e pesquisadores são caminhos possíveis para a manutenção dos recursos ambientais e das práticas tradicionais e culturais.

Portanto, apresentamos algumas ações referentes a institucionalidade pesqueira de ambos países analisados (Brasil e Colômbia), procurando ressaltar as peculiaridades e as ações que se apresentam mais relevantes para os pescadores artesanais desses países. Um elemento relevante, no caso brasileiro, é a presença dos direitos previdenciários e do seguro-defeso. Já no caso colombiano, se destaca implementação de um ordenamento territorial pesqueiro com a Zona Exclusiva de Pesca Artesanal (ZEPA), que, mesmo restrita ao Pacífico Norte Colombiano, têm se apresentado um modelo exitoso para a soberania territorial dos pescadores.

## **1.6 Formação territorial e (re)existência dos povos e comunidades tradicionais: contribuições do Brasil e da Colômbia**

Na América Latina, a partir do processo de colonização, miscigenação e ocupação do território, baseados na expansão de fronteiras (MORAES, 1999), se originou uma imensa diversidade populacional e fundiária em um grande leque de grupos humanos que costumam ser agrupados por diversas categorias, como “populações”, “povos”, “sociedades”, “culturas” etc., combinadas com os adjetivos “tradicionais”, “rurais”, “autóctones”, “residentes”, “originários” etc. Porém cada um desses grupos é heterogêneo, e essas inúmeras classificações são sempre genéricas (LITTLE, 2002).

As populações tradicionais possuem na base de sua cultura uma miscigenação mais recente, sendo caracterizadas, sobretudo, por viverem em territórios onde a dependência do mundo natural, de seus ciclos e de seus produtos é fundamental para a produção e reprodução de seu modo de vida, assim como a manutenção e transmissão dos saberes e conhecimentos tradicionais (DIEGUES; ARRUDA, 2001; SUZUKI, 2013).

De maneira geral, as comunidades tradicionais possuem um modo de vida marcado pelas seguintes características, sintetizadas por Antonio Carlos Diegues (2008, p.89-90):

- a) dependência e simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis, a partir dos quais se constrói um modo de vida.
- b) conhecimento aprofundado da natureza e seus ciclos que reflete na elaboração de estratégias de uso e manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração pela oralidade;
- c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d) moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter se deslocado para os centros urbanos [...];
- e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;
- f) reduzida acumulação de capital;
- g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio [...].
- h) importância da simbologia, mitos e rituais associados à caça, à pesca e às atividades extrativistas;
- i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
- j) fraco poder político, que, em geral, reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
- l) autoidentificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras.

Os territórios ocupados pelos povos e comunidades tradicionais são derivados do legado de suas ricas e diversas culturas e de seus conhecimentos que remontam as formas ancestrais de ocupação do continente e suas relações com a diversidade ambiental (PORTO GONÇALVES; LEFF, 2015).

Isso se sustenta, inclusive, por meio de relações simbióticas, uma vez que essas populações desenvolveram diferentes formas de adaptação aos ambientes onde estão presentes, de forma que, sua diversidade se expressa por meio de profundos vínculos estabelecidos com o território (DIEGUES, 2008).

O entendimento de “território” em se tratando do ambiente ocupado pelas comunidades tradicionais, transborda a noção do termo decorrente da Geografia e da limitação física e política de uma nação, das fronteiras, como compreendido por André Martin (1992), sendo importante, para sua completa compreensão, realizar a convergência entre os aspectos geográficos, simbólicos e culturais (HAESBAERT, 2021; SAQUET, 2015). Dessa maneira, ao



se analisar o território de qualquer grupo é necessário considerar e avaliar o contexto específico em que o mesmo surgiu, foi defendido e/ou reafirmado, bem como a sua apropriação a partir do modo de vida.

Para Diegues (2008, p.89),

[...] culturas tradicionais são padrões de comportamento transmitidos socialmente, modelos mentais usados para perceber, relatar e interpretar o mundo, símbolos e significados socialmente compartilhados, além de seus produtos materiais, próprios do modo de produção mercantil.

Os povos e comunidades tradicionais não têm como objetivo de sua reprodução o acúmulo de bens e o lucro, mas sim a solidariedade e a sobrevivência, que depende da maneira a qual é realizada o manejo dos recursos naturais e, por isso, contribui para a sua conservação. Este acesso aos recursos naturais ocorre por meio do território, pois é onde se encontram os meios de vida, além de todas as relações sociais e simbólicas.

Nessa perspectiva, o território passa a ser um conceito e uma categoria de análise chave para que se compreenda a relação das sociedades tradicionais com a natureza. Por exemplo, o território para os pescadores é mais fluído do que para as populações terrestres, chamadas por Diegues (2008) de sociedades tradicionais camponesas. Porém, para todos os povos e comunidades tradicionais, o território é descontínuo e apresenta “vazios” (HAESBAERT, 2021), como as áreas de pesca e as terras em pousio, e é o locus das representações simbólicas e do imaginário.

Para as sociedades tradicionais de pescadores artesanais, o território é muito mais vasto que para os terrestres e sua “posse” é mais fluída. [...] Para as sociedades tradicionais camponesas, o território de dimensões mais definidas, apesar de a agricultura itinerante, por meio do pousio, demarcar amplas áreas de uso. (DIEGUES, 2008, p.85).

Essa descontinuidade do território leva órgãos governamentais a criarem áreas protegidas, ou a disponibilizarem o local para outros usos, como construção de indústrias, causando os conflitos existentes entre os povos tradicionais com o Estado e empresas (DIEGUES, 2008).

A relação das comunidades tradicionais com seu território ocorre através de vínculos particulares e expressivos com o ambiente, que também podem ser chamados de cosmografia, sendo, de acordo com Little (2002, p.254):

[...] os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele.

Haesbaert (2021) afirma que os povos e comunidades tradicionais possuem outra concepção de território, diferente daquela das sociedades capitalistas ocidentais:

Trata-se, pois, de duas relações muito distintas com a terra, enquanto nas comunidades tradicionais a terra-divindade era quase um “início e um fim” em si mesma, formando um corpus com o homem, nas sociedades estatais a terra se transforma gradativamente num simples mediador de relações sociais, onde muitas vezes o “fim” último, como na leitura hegeliana, caberá ao Estado. (HAESBAERT, 2021, p.136).

Portanto, para os povos e comunidades tradicionais, o território tem a função de fornecer os meios de subsistência, trabalho e produção, mas também os meios para a reprodução da materialidade e das simbologias presentes nas relações sociais, por exemplo, nas relações de camaradagem e parentesco, de ajuda mútua e nas relações produtivas, mediante um tempo cíclico, além de ser o *locus* das representações mentais e do imaginário mitológico e simbólico.

Para o antropólogo Paul Elliot Little (2015), os povos tradicionais são grupos territoriais, uma vez que eles constroem seus territórios a partir de instituições e práticas próprias. Dessa maneira, a noção de territorialidade é fundamental para compreender o modo de vida e a situação fundiária e ambiental desses povos, independente se é sob uma perspectiva geográfica mais clássica (ANDRADE, 1963; MARTIN, 1992; MORAES, 2005), antropológica (DIEGUES; ARRUDA, 2001; DIEGUES, 2008; LITTLE, 2002) ou híbrida (HAESBAERT, 2021; SAQUET, 2015; SUZUKI, 2013).

No Brasil, Little (2015, p.130) lista 25 grupos territoriais existentes, em que a grande maioria se enquadra também como comunidades tradicionais, que inclui também os “povos do mar”: “Os povos do mar e dos rios representam outro conjunto de grupos territoriais, entre os quais os caiçaras [...] são os mais conhecidos. Essa categoria também engloba os ribeirinhos, os varjeiros, os jangadeiros, os marisqueiros e os açorianos [...]”.

Por muito tempo, esses grupos não tiveram o reconhecimento da identidade como uma questão central, porém, com o avanço da urbanização, das fronteiras agrícolas, da especulação imobiliária, do turismo, das áreas petroquímicas e portuárias, dos parques e usinas energéticas, construção de rodovias, hidrelétricas, estradas, pontes e a criação de unidades de conservação ou obras de infraestrutura de maneira geral, passou a existir uma corrida pela identificação e reconhecimento da identidade desses povos. Ainda não há um registro exato sobre quais são e quantos esses povos e comunidades, pois são muitas e ainda estão se identificando e se reconhecendo, formando a sua identidade.

Para ser considerado um povo ou comunidade tradicional, além da autoidentificação, é necessário o reconhecimento pelos pares. Dentro do Conselho Nacional dos Povos e

Comunidades Tradicionais<sup>43</sup> (BRASIL, 2016), existem 28 categorias, mas na realidade, o número é maior. Muitos desses povos e comunidades atualmente se encontram em áreas urbanas, pois eles foram comprimidos para lá, no entanto, eles não deixam de serem um povo ou comunidade tradicional por esse motivo.

Em uma perspectiva histórica, o Brasil está apenas no início do reconhecimento desses grupos territoriais, que se inicia com a Constituição de 1988, em que são reconhecidos novos direitos sociais e ambientais e distintas modalidades territoriais foram formalizadas e fortalecidas, como fruto de diversas mobilizações e organizações políticas desses grupos (LITTLE, 2002).

A constituição federal (BRASIL, 1988) reconhece apenas os direitos territoriais dos quilombolas e dos indígenas<sup>44</sup>, ambas são as únicas categorias que tem seus territórios demarcados, ainda que muito reduzidos, pois para os demais povos e comunidades tradicionais o Estado brasileiro passou a estabelecer alguns marcos institucionais somente nos últimos 20 anos (nenhuma foi de demarcação territorial), sendo os principais:

- a) O Decreto Legislativo nº 2/1994 aprova o texto da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), criada durante a Eco-92 (BRASIL, 1994);
- b) A Lei nº 9.985/2000 institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação de Uso Sustentável (SINUC), que prevê a ocupação dos povos tradicionais (BRASIL, 2000);
- c) O Decreto nº 5.051/2004 promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e define a obrigatoriedade de consulta a qualquer assunto que afete os povos e comunidades tradicionais indígenas e não indígenas (BRASIL, 2004);
- d) O Decreto nº 6.040/2007 cria a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável para Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2007);
- e) Em 2010, são criados os Termos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS), regularizando o uso sustentável de áreas federais como várzeas, mangues, praias etc.;
- f) A Lei nº 13.123/2015 regulou o acesso ao patrimônio genético e a proteção e acesso aos conhecimentos tradicionais;
- g) O Decreto nº 8.750/2016 institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, reconhecendo 28 categorias.

---

<sup>43</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/orgaos-colegiados/conselho-nacional-de-povos-e-comunidades-tradicionais/conselho>.

<sup>44</sup> Segundo dados coletados pelo Conselho Indígena Missionário (Cimi), em 2023, existem 1296 terras indígenas no Brasil, sendo 401 já demarcadas, 306 em processo de demarcação, 65 que se enquadram em outras categorias e 530 sem nenhuma providência do Estado para iniciar a demarcação. Disponível em: <https://cimi.org.br/terras-indigenas/>.

Mesmo assim, muitos desses grupos vivem sob conflitos de vários tipos: fundiários, socioambientais, territoriais, econômicos, culturais e políticos, o qual muitos deles derivam da falta de reconhecimento oficial e demarcação de seus territórios, havendo inúmeras comunidades e povos tradicionais que ocupam o território tradicional de forma consuetudinária, mas, muitas vezes, não possuem a posse jurídica regulamentada.

Outro entrave trata-se dos povos tradicionais dedicados a extração de recursos pesqueiros, pois seus territórios abrangem os ambientes costeiro, marinho e fluvial, que não contam com uma legislação específica que regule o seu uso tradicional. Segundo Little (2002, p.258), tudo isso ocorre pois,

A existência de outros territórios no Estado-nação, sejam eles as autoproclamadas “nações” ou “nacionalidades”, ou territórios sociais como estamos analisando aqui, representa um desafio para a ideologia territorial do Estado, particularmente para sua noção de soberania. Esse ponto de vista representa uma das razões pelas quais o Estado brasileiro teve e tem dificuldade em reconhecer os territórios sociais dos povos tradicionais como parte da sua problemática fundiária.

Acreditamos, que não se trata somente de ameaçar a soberania territorial do Estado, como coloca Little (2002), mas também de projetos das classes dominantes, donos de terra, empresários etc. que o Estado tende a se posicionar ao lado. Sendo assim, para uma soberania territorial do Estado é necessário garantir o território de reprodução do modo de vida desses povos, uma vez que eles garantiram e garantem a conservação ambiental, que se efetiva em soberania ambiental, garantindo também a soberania alimentar e cultural e a sustentabilidade. Porém, os territórios ocupados pelas populações tradicionais muitas vezes são tidos pelo Estado como fundos territoriais, podendo ser utilizados como recurso em qualquer momento, pois são áreas com grande diversidade biológica, água, energia etc. (MORAES, 1999, 2005):

O papel do Estado é, portanto, o de viabilizador da conquista, de indutor do povoamento das terras, de dotador de equipamentos, de gestor na ocupação do solo. E, principalmente, de guardião dos fundos territoriais e garantidor da integridade do território [...] A ação governamental é pensada como geográfica por excelência (MORAES, 1999, p.45).

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2007) não deu a posse do território, na prática mudou pouca coisa, só foram reconhecidos como “comunidade tradicional”, mas não houve um mecanismo de demarcação de suas terras ou mesmo de patrimonialização de suas culturas, além disso, a legislação não estabelece procedimentos rígidos para que uma determinada comunidade seja considerada tradicional. Essa ausência coloca as comunidades de pescadores e camponeses em constante ameaça de espoliação territorial e de desterritorialização, logo de transformações em seus modos de vida, uma vez que este se reproduz no território, também a partir da identidade

(RANGEL, 2017).

No Brasil, após o golpe de 2016 e a chegada de Jair Messias Bolsonaro à presidência, em 2019, houve um intenso desmonte das políticas públicas e das instituições voltadas para a conservação ambiental, para o ordenamento territorial e o reconhecimento de direitos dos povos e comunidades tradicionais, o que inclui também o extermínio das culturas e dos povos indígenas e o ataque aos seus territórios (VILAÇA, 2020).

Com a entrada de Luis Inácio “Lula” da Silva na presidência (em janeiro de 2023), as expectativas são que hajam mudanças positivas nas políticas sociais, ambientais, culturais, científicas, de saúde pública, autônomas. Sobretudo nas questões ambientais, e dos povos e comunidades tradicionais, o presidente indica uma mudança positiva e mais sensível a essas questões sociais. Pela primeira vez, foi criado o Ministério dos Povos Originários, a cargo da liderança indígena Sônia Guajajara. Além disso, foram recriados os Ministérios da Pesca<sup>45</sup> e do Desenvolvimento Agrário<sup>46</sup>, que estão com discursos progressistas.

Nesse âmbito, espera-se que os povos e comunidades tradicionais indígenas e não indígenas no Brasil voltem a ter acesso às políticas públicas, bem como que passem a formular e construir conjuntamente outras novas. Para os pescadores artesanais, a disputa deve ser por demarcação de seus territórios como alguma unidade de conservação de uso tradicional, em que eles tenham a soberania territorial e possam seguir conservando o ambiente, que garante, entre tantas coisas a segurança alimentar.

Dentro da história do Brasil, baseada também na expansão das fronteiras econômicas, muitas vezes sobre territórios tradicionalmente ocupados (MORAES, 2005), faz com que os grupos sociais necessitem o defender frente a “invasões”, muitas vezes silenciosas ou silenciadas (LITTLE, 2015). Portanto, **tornar os povos tradicionais “invisíveis”, sem identidade, categoria etc. ajuda a tomar as suas terras, à espolia-las**, ainda que muitas vezes por meio da compra, como ocorreu historicamente e sempre por um valor irrisório.

Com isso, uma (re)existência desses povos ocorre a partir da construção de uma identidade política e como uma resposta aos fenômenos que ameaçam as territorialidades tradicionais (HURTADO; PORTO GONÇALVES, 2022; PORTO GONÇALVES; LEFF, 2015), por exemplo, no Brasil, ainda não existe uma lei que garanta o território pesqueiro –

---

<sup>45</sup> BRANDÃO, Marcelo. **André de Paula assume o Ministério da Pesca e Aquicultura**. Agência Brasil, 3 jan. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-01/andre-de-paula-assume-o-ministerio-da-pesca-e-aquicultura>.

<sup>46</sup> OLIVEIRA, Caroline. **Paulo Teixeira assume Desenvolvimento Agrário com papel estratégico no combate à fome**. Brasil de Fato, 3 jan. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/01/03/paulo-teixeira-assume-desenvolvimento-agrario-com-papel-estrategico-no-combate-a-fome>.

diferente da Colômbia, com o caso da Zona Exclusiva de Pesca Artesanal (ZEPA) – mas já existe uma mobilização política para isso, liderada pelos movimentos sociais e acadêmicos, como o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP)<sup>47</sup> e o Movimento dos Pescadores e Pescadoras artesanais (MPP)<sup>48</sup>. Esse processo de construção de uma identidade dos pescadores ainda está iniciando em torno desses sujeitos (muitos também são camponeses ou pequeno agricultores), como grande parte das comunidades tradicionais brasileiras, e de maneira mais geral, na América Latina.

**Na Colômbia**, toda a diversidade sociocultural foi “ignorada” ou até excluída, em uma tentativa de homogeneização do país e criação de uma identidade nacional, como demonstra Melo (2017). O país é o segundo país com a maior presença de negros da América do Sul, apenas atrás do Brasil. Boa parte dessa população se concentra no Pacífico e tiveram os seus direitos reconhecidos apenas na década de 1990. Nesse momento, houve uma realocação do negro em um novo imaginário cultural e político da nação que culminou em uma nova política de representação, sobretudo dos grupos negros e indígenas (RESTREPO, 2013). Alguns movimentos sociais contribuíram para capitalizar o espaço criado para os direitos dos povos negros, são exemplos: o PCN (*Proceso de las Comunidades Negras*), a *Mesa de Trabajo de las Organizaciones del Chocó*, o *Movimiento Social Afroamericano*, o *Movimiento Nacional Cimarrón*, a *Alianza Social Afrocolombiana*, o *Afro-Sur*, *Afro-Antioquia*, o *Concejo de Comunidad Negra de Cali* e a *Federación de Organizaciones de la Costa del Cauca*. Dessa forma, a identidade aparece como um produto histórico, como uma construção social, política e histórica, que no caso dos afrocolombianos do Pacífico foram fatores fundamentais para suas lutas e conquistas.

O ritmo das atividades políticas e acadêmicas sobre o Pacífico Colombiano se intensifica nos anos 1980, quando os capitalistas, planejadores, as corporações de desenvolvimento, os intelectuais, entre outras classes, começam a olhar para a região como uma “terra prometida”. Em muitos lugares também havia mobilizações para atividades culturais e organizativas, fomentadas, sobretudo, pela igreja católica progressista, pelas associações camponesas e por ativistas culturais. Com o intenso processo organizativo dos movimentos sociais, eles conquistam a formulação do Artigo Transitório nº55 (AT-55) da Constituição de 1991 e a subsequente Lei nº 70/1993, uma grande vitória que é fruto das lutas dos movimentos sociais e da emergência de uma identidade negra afrocolombiana como uma nova identidade

---

<sup>47</sup> Disponível em: <http://www.cppnacional.org.br/campanhas/campanha-pelo-territ%C3%B3rio-pesqueiro>.

<sup>48</sup> Disponível em: <http://peloterritoriopesqueiro.blogspot.com/>.

política, a das “comunidades negras”.

A Lei nº 70/1993 garantiu que diversas terras fossem declaradas território afrocolombiano, através de titulações de terras, tidas como baldias, às comunidades afrocolombianas e da criação de Conselhos Comunitários para gerir os territórios afrocolombianos (PNUD, 2012). O Artigo dois, Parágrafo quinto da *Ley n° 70/1993*, entende comunidades negras como:

[...] el conjunto de familias de ascendencia afrocolombiana que poseen una cultura propia, comparten una historia y tienen sus propias tradiciones y costumbres dentro de la relación campo-poblado, que revelan y conservan conciencia de identidad que las distinguen de otros grupos étnicos.

Essa emergência demonstra como as identidades são recursos de conhecimento para uma mudança social, sobretudo por grupos oprimidos (LEFF, 2015), sendo uma condição moderna que surge em relação ao indivíduo e que possui os seguintes pressupostos, segundo Escobar (2015): **a**) são uma articulação da diferença, produtos dos discursos e práticas que são histórias e se encontram dentro de um regime de poder; **b**) são construídas por muitos níveis de práticas diárias e possuem um caráter dinâmico; **c**) são dialógicas e relacionais, surgem da articulação da diferença em encontros com *outros*; e **d**) em situações políticas as identidades implicam em compromissos éticos por parte dos ativistas.

Nesse sentido, se compreende a **identidade** como um conjunto de relações sócio-espaciais e simbólicas que estruturam a forma **como os indivíduos se percebem e são percebidos dentro da coletividade**, é um conjunto de relações que dá um significado de si para o mundo, ou seja, é a forma como o indivíduo ou um grupo social se apresenta para o mundo.

Essas formas e significações são aportes para a construção do que Leff<sup>49</sup>(2015) chama de “políticas de diferença” que dão ênfase aos significados alternativos atribuídos a natureza e que configuram identidades, ideais, desejos e formas de existência que impulsionam a transformação da cultura e da natureza.

A construção política da identidade surge então como uma afirmação da identidade cultural que foi construída a partir do modo de vida que determina uma identidade coletiva (cultural e posteriormente política) que é estabelecida por meio de um sentimento de pertencimento para com o território (SAQUET, 2015). Dessa maneira, a construção de territorialidades representa uma ressignificação desses grupos sociais como estratégia para o seu reconhecimento jurídico (LEFF, 2015), que se constitui a partir da “construção da

---

<sup>49</sup> Suas construções teóricas se aproximam muito do pensamento complexo de Morin (2012).

diferença” (ESCOBAR, 2015). Essa diferença se fundamenta em aspectos ecológicos, culturais, étnicos e de gênero.

Para Leff (2015), esse processo está baseado em uma reconstrução do sentido de natureza em que as identidades estão sendo reinventadas e reafirmadas dentro do contexto atual de lutas com o intuito de defender, revalorizar e construir direitos coletivos e atribuir novos significados à natureza baseados em estratégias produtivas para a conservação e o uso sustentável de seus patrimônios naturais e culturais.

Identities are being configured through struggles for the affirmation of cultural beings that confront the domination/appropriation strategies promoted and imposed by economic globalization. These political actions are more than processes of resistance: they are movements for *re-existence* of peoples and nature. (LEFF, 2015, p.48).

As reivindicações no Pacífico podem ser vistas como lutas sobre as condições de produção e sua reestruturação sobre os modelos desiguais de distribuição ecológica, mas também são lutas por paradigmas culturalmente e produtivamente alternativos. As lutas por território têm um posicionamento sobre a conservação do lugar, do ambiente, da cultura e da memória. O processo de estabelecimento da Lei nº 70/1993 foi de fundamental importância para todas as comunidades tradicionais da costa do Pacífico e para o estabelecimento das gestões comunitárias dos territórios, por meio dos Conselhos Comunitários.

Para compreender esse processo é necessário esclarecer a diferença entre território e território-região: o território trata-se de uma apropriação efetiva do ecossistema, são os espaços utilizados para satisfazer as necessidades e para o desenvolvimento social e cultural e que incorporam o projeto de vida das comunidades afro; já o território-região aparece como resultado de uma construção política para a defesa dos territórios tradicionais e coletivos, que surge nos anos 1980 associada aos movimentos sociais (ESCOBAR, 2015).

Puede decirse así que el territorio-región articula el ‘proyecto de vida’ de las comunidades con el ‘proyecto político’ del movimiento social. En suma, la estrategia política del territorio-región es esencial para fortalecer territorios específicos en sus dimensiones culturales, económicas y ecológicas. Incluso podría decirse que el territorio-región es una categoría de manejo de los grupos étnicos, pero es más que eso. Es una categoría de relaciones interétnicas que apunta hacia la construcción de modelos de vida alternativa y de sociedad; implica un esfuerzo por explicar la diversidad biológica desde la perspectiva endógena de la lógica eco cultural del Pacífico. La demarcación de los territorios colectivos encaja en este marco. Las disposiciones gubernamentales violan este marco dividiendo la región del Pacífico en territorios colectivos, parques naturales, áreas de utilización y áreas de sacrificio donde los megaproyectos de desarrollo serán construidos. (ESCOBAR, 2015, p.182).

Esses conceitos emergem no Pacífico em fins da década de 1980, como uma consequência da luta, sobretudo dos afrocolombianos, para demarcação de seus territórios tradicionais. Enrique Leff (2015) afirma que essa emergência é baseada em uma reinvenção dos territórios e reapropriação da natureza, baseado em práticas culturais e ecológicas tradicionais,



na resignificação de suas identidades e na expressão da diferença.

É nesse ponto, e a partir dessas citações que se soma a ideia de territorialidade, ou seja, a inserção dos elementos simbólicos, culturais, identitários e cotidianos na complexificação das singularidades territoriais (HAESBAERT, 2021; SAQUET, 2015), expressas, nesse caso pelos recortes regionais de tais expressões.

Esses fatores demonstram como espaço geográfico e território andam juntos, pois este começa a ter um sentido e ser um conceito utilizado para uma luta social em busca de ações estatais que legitimavam a ocupação ancestral e as práticas tradicionais dos grupos negros do Pacífico. Por exemplo, o Estado cria vários espaços por meio da soberania e das relações internacionais (MARTIN, 1992; MORAES, 1999, 2005; SAQUET, 2015). Isso faz com que os territórios afrocolombianos só passem a ser reconhecidos a partir do momento em que o Estado (soberano) cria leis que legitimam o seu uso e posse pelos grupos negros (também pelas etnias indígenas), sendo a principal delas a Lei nº 70/1993.

Em nossa concepção, o território constitui a reprodução dos grupos sociais de forma indissociável, pois as relações sociais são espacialmente mediadas, ou seja, sócio-espaciais (SOUZA, 2018), e a territorialidade é inerente a condição humana (SAQUET, 2015). De modo que, o território está presente em todo processo histórico, e para compreender a situação das áreas de estudo, devemos compreender suas formações territoriais: “É imprescindível, portanto, que contextualizemos historicamente o ‘território’ com o qual estamos trabalhando” (HAESBAERT, 2021, p.78).

Como o território define-se com referência às relações e processos sócio-espaciais e ao contexto histórico que está inserido, sendo uma de suas características mais importantes a sua **historicidade** (HAESBAERT, 2021), discutiremos a formação territorial dos lugares de estudo sob uma perspectiva histórica, vista de forma mais restrita - mas multiescalar - as regiões de estudo (Nordeste do Brasil, estado do RN e Litoral Potiguar; e Pacífico Colombiano, departamento do Chocó e Litoral Pacífico Chocoano) com foco no contexto histórico-social pós-colonização e nos últimos 50 anos.

### **1.6.1 Formação do território tradicional pesqueiro no Litoral Potiguar**

O Brasil é um país subdesenvolvido, de dimensões continentais que possui grande heterogeneidade histórica, ambiental e cultural ao longo de seu território, com uma área de 8.514.877 km<sup>2</sup> e 203.062.512 habitantes (IBGE, 2023a), o idioma oficial é o português, no entanto, há mais de 160 línguas indígenas. Trata-se de um dos países mais desiguais do mundo,

em que 1% dos proprietários de terra controlam quase 50% da área rural e os estabelecimentos rurais com menos de 10 hectares são metade do total das propriedades rurais, porém abrangem 2% da área total (TRICONTINENTAL, 2020b). Outra marca do Brasil é a intensa desigualdade interna entre suas regiões, em que o Norte e Nordeste são vistos como “menos desenvolvidos”.

Historicamente, o Brasil foi agrupado em regiões, visando melhor compreender sua configuração. As regiões são produtos históricos, culturais e ambientais que se desenvolvem, sendo uma parte organizada de acordo com alguns critérios estabelecidos que a distingue das demais (OLIVEIRA, 1987). A primeira regionalização nacional oficial feita pelo IBGE data de 1945. Desde então, todas elas - tanto aquelas mais teóricas, como as **Regiões Geoeconômicas** (1967), de Pedro Pinchas Geiger, e dos **Quatro Brasis** (SANTOS; SILVEIRA, 2013), quanto as mais técnicas, como as do IBGE - consideram o Nordeste como uma região brasileira.

A palavra região vem do latim *regere*, que significa dirigir e comandar, sendo o termo difundido no Império Romano para a gestão e controle dos territórios imperiais, além de ter relação com *regio* (relativo ao rei e seu espaço político) e *reg* (raiz). Para o sociólogo Francisco de Oliveira (1987, p.27), a região,

[...] pode ser pensada praticamente sob qualquer ângulo das diferenciações econômicas, sociais, políticas, culturais, antropológicas, geográficas, históricas. A mais enraizada das tradições conceituais de região é, sem nenhuma dúvida, a geográfica no sentido amplo, que surge de uma síntese inclusive da formação sócio-econômica-histórica baseada num certo espaço característico.

A região Nordeste abrange nove estados e quatro (sub) regiões - Meio Norte, Sertão, Agreste e Zona da Mata - tendo cada uma delas suas particularidades culturais, sociais, históricas e ambientais (ANDRADE, 1963). Nessa divisão, o geógrafo Manuel Correia de Andrade (1963), ao descrever as diversificações regionais e as condições naturais, aglutina o Litoral Setentrional do Nordeste ao Sertão.

Historicamente, essa região foi excluída de alguns processos para o desenvolvimento do Brasil, como fruto de contradições postas pelas formas distintas e desiguais de reprodução do capital (SANTOS; SILVEIRA, 2013; OLIVEIRA, 1987). Esse processo ocorreu de uma maneira em que o desenvolvimento econômico brasileiro não foi concebido como uma ideia de integrar no sistema econômico nacional, as áreas marginais (Nordeste e Amazônia), característica do colonialismo que configurou o subdesenvolvimento nacional, com grandes discrepâncias regionais, como demonstra Josué de Castro (2012, p.271-272):

O Nordeste não está condenado irremediavelmente à pobreza e o seu povo à fome, por qualquer forma de determinismo inexorável, mas, porque no jogo das variáveis econômicas, a política colonial que se afrouxou mais no Sul ainda se mantém bem arrojada na região nordestina, simples produtora de matérias-primas e produtos de base. [...] Porque subdesenvolvimento é exatamente isso: é desnível econômico, é

disparidade entre os índices de produção, renda e consumo entre diferentes camadas sociais e diferentes regiões que compõem o espaço sociogeográfico de uma Nação.

Os geógrafos Milton Santos e Maria Laura Silveira (2013, p.271-272) definem, de modo generalizante, a região Nordeste como:

[...] uma área de povoamento antigo, onde a constituição do meio mecanizado se deu de forma pontual e pouco densa e onde a respectiva circulação de pessoas, produtos, informação, ordens e dinheiro era precária, tanto em razão do tipo e da natureza das atividades (sobretudo uma agricultura pouco intensiva) como em virtude da estrutura da propriedade. [...] Essa situação abre a perspectiva de importantes fraturas na história social, com mudanças brutais nos papéis econômicos e políticos de grupos e pessoas e também de lugares.

Alguns intérpretes do Nordeste já o dividiam entre Litoral (Zona da Mata) e Sertão (caatinga e semiárido) como Euclides da Cunha (2011), que, sob um viés determinista, contrapõe o sertanejo com o homem do litoral, este colocado mais “evoluído”, e o próprio Josué de Castro (2012), identificando oposições na formação ambiental e cultural dessas regiões, sendo o Sertão de clima semiárido, com menos desenvolvimento socioeconômico e intensa desigualdade, que faz da seca, um fenômeno não só climático, como também socioeconômico. Já a Zona da Mata seria a região mais desenvolvida, onde estão as capitais da maioria dos estados nordestinos, a maior concentração da técnica, da ciência e da informação (SANTOS; SILVEIRA, 2013).

O lugar de estudo de caso deste trabalho está no Litoral Oriental do Rio Grande do Norte (RN), uma transição (Agreste) entre a Zona da Mata e a Caatinga, ambiente já intensamente transformado, de domínio de floresta tropical a região de campos abertos, sobretudo pela ação colonizadora da monocultura canavieira, que esteve presente por mais de quatro séculos no litoral do Nordeste, degradando o ambiente, esgotando rapidamente a fertilidade do solo, travando as tentativas de cultivo de outras plantas alimentares e estruturando um regime agrário desigual: “[...] mais destrutiva do que esta ação direta da cana sobre o solo é a sua ação indireta, através do sistema de exploração da terra que a econômica açucareira impõe: exploração monocultora e latifundiária” (CASTRO, 2012, p.98).

A existência de grupos humanos no Rio Grande do Norte (RN) pode ser atestada em sítios arqueológicos que são datados entre 10.000 e 7.000 a.C. (CAVIGNAC; ALVEAL, 2019). Antes da invasão europeia, a costa do RN era habitada por indígenas potiguaras, que falavam uma língua do tronco linguístico tupi-guarani (MELLATI, 2007). Esse grupo indígena era formado por comunidades nômades que permaneciam nos lugares por um período máximo de aproximadamente quatro anos (CAVIGNAC; ALVEAL, 2019). Depois, eles saíam em busca de áreas próximas a recursos hídricos e a fontes de alimento, se fixando em aldeias próximas à

beira de rios ou as praias. Esses grupos também praticavam o cultivo de produtos como o milho, feijão, abóbora e a mandioca, fonte de farinha e bebidas (ARAÚJO JÚNIOR, 2019).

Os potiguaras possuíam uma relação estreita com o espaço litorâneo, com o mar e com a atividade pesqueira. A pesca era uma atividade essencial praticada por esses grupos, que produziam canoas, jangadas e outros materiais. O folclorista Câmara Cascudo (2002), demonstra como a atividade pesqueira era muito comum entre os indígenas e que muitas das técnicas utilizadas hoje são heranças desses povos. Por exemplo, duas embarcações<sup>50</sup> tradicionais já estavam presentes entre os indígenas do Brasil desde antes de 1500.

Durante o século XVI o português pode observar de perto a esquadra indígena. Possuía dois tipos gerais de embarcações: a canoa e a que foi denominada Jangada. A canoa era mais comum e usada como transporte de guerra e viagem ao longo das praias, de enseada em enseada sem muito avanço para mar alto. As variedades eram muitas, madeiro escavado de cascas, mas não se afastavam da forma comum específica. (CASCUDO, 2002, p.68).

Mesmo entre os potiguaras, eram as canoas que predominavam, sendo a jangada,

[...] de posse individual ou familiar e a canoa de grupos domésticos ou tribais. A jangada pertencia ao indígena pescador e a ubá ou igara aos guerreiros para a luta e ocasionalmente para as pescas. As jangadas estariam em menor número quando os portugueses chegaram ao Brasil no século XV. Pelo litoral estendiam as malocas tupis [...] com a posse coletiva das canoas, dos alimentos obtidos em conjunto [...]. (CASCUDO, 2002, p.131).

Os Potiguaras habitavam o litoral do Rio Grande do Norte e da Paraíba (ARAÚJO JÚNIOR, 2019). Durante o século XVI, este território foi palco dos primeiros contatos entre os indígenas e os europeus. Os portugueses foram os primeiros a chegarem, buscando riquezas e construindo edificações - como as casas de pedra, cujas mais conhecidas são em Caicó e Pium (CAVIGNAC; ALVEAL, 2019) - para marcar a sua ocupação, se protegerem dos ataques indígenas e exercerem o poder territorial através da colonização, cujo primeiro meio de legitimação foi o estabelecimento da Capitania do Rio Grande. Na região também estavam os franceses praticando a pirataria e o contrabando de madeira, sobretudo de pau-brasil (CAVIGNAC; ALVEAL, 2019).

A partir do estabelecimento da Capitania do Rio Grande, em 1534, fica evidente como a dominação espacial é um elemento fundador da sociedade brasileira, expressando a centralidade da geografia, como prática material, na vida social das formações coloniais em geral, e do Brasil, particularmente. Nesse sentido, como coloca Moraes (1999, 2005), a colonização aparece como um processo em que os atributos naturais do espaço são concebidos como recursos naturais e a população autóctone como empecilho, característica de todos países

---

<sup>50</sup> No Brasil existe uma dantesca diversidade em tipos, tamanhos e formas de embarcação (MESQUITA, 2021).

latino-americanos.

Durante todo o período colonial a região litorânea do Rio Grande do Norte (RN) foi considerada como um **sertão geográfico**, como um deserto populacional, uma região passível de ser ocupada e explorada (DIAS, 2015; ARAÚJO JÚNIOR, 2019). Utilizamos “**Sertão**” para nos referir ao **Sertão Nordestino** (um território condicionado por características socioambientais) e “**sertão**”, para nos referirmos a um **conceito**, uma construção sócio-espacial e histórica, os vazios demográficos e/ou terras “desocupadas” (MORAES, 2003, 2005).

O termo sertão, como referencia a ocupação de áreas "supostamente" vazias pode ser associado com a *frontier* estadunidense e com a **frente pioneira**, no caso brasileiro (MARTIN, 1992). Além disso, a ideia de sertão, usada na tradição portuguesa, é um contraponto ao litoral (assim, por exemplo, a Amazônia também era vista como um **sertão**), um termo utilizado pelos portugueses desde o século XII para fazer referência a lugares longínquos, despovoados, distantes ou de difícil acesso.

Para Moraes (2003, p.3), sertão é uma realidade simbólica, uma “ideologia geográfica”, os lugares tornam-se sertão a medida em que passam a serem objeto de futuras valorizações, assim, “[...] trata-se de uma valorização aplicável para novos lugares ou para novas ondas colonizadoras [...]. O sertão é sempre um espaço-alvo de projetos”.

Nesse âmbito, **sertão trata-se de um território prestes à ser dominado e ocupado, à medida que a colonização avançasse, de acordo com as levas de ocupação**. Para os colonizadores, a região se configurava como um vazio por ser desabitada de europeus colonizadores, pois havia uma ocupação ancestral dos indígenas, que eram ignorados como parte daquele território.

Com a descoberta do território ultramarino,

[...] o sentido de sertão modifica-se, passando a representar as áreas não colonizadas pelos portugueses. Quando se concretizou a colonização da América portuguesa, o sentido de sertão se reelaborou e incorporou ao sentido original a ideia de localidades não apenas longínquas, mas perigosas, sem controle administrativo, jurídico e religioso da Coroa, portanto, desconhecido e revestido, também, de elementos míticos. (DIAS, 2015, p.50).

Desde o início da colonização, corsários franceses, militares portugueses e holandeses se referiam a região dos atuais municípios de Maxaranguape, Rio do Fogo e Touros como “Baixios de São Roque”, que eram pedras e corais submersos no mar (tratam-se dos Parrachos), que foram constantemente representados nos mapas, indicando uma área de atenção, esse nome foi utilizado pelo navegador Américo Vesúcio durante uma expedição feita em 1501 para reconhecer a costa brasileira. Inclusive, diversos indícios apontam que as praias de Touros e a enseada de Pititinga funcionavam como portos coloniais, pois elas possuem grande

profundidade, capaz de receber as naus e as caravelas, diferentemente das praias do Cabo de São Roque, Rio do Fogo e Zumbi (ARAÚJO JÚNIOR, 2019).

Araújo Júnior (2019) destaca que os potiguaras realizavam intercâmbios por escambo com os franceses, e a região era rota de navios de corsários interessados sobretudo no Pau-brasil. Entretanto, há uma incompatibilidade de informações sobre os indígenas que ali habitavam, que podem ser vistas em relatos dos cronistas da época, pois esses foram contemporâneos dos conflitos entre portugueses e potiguaras, junto com seus aliados franceses, em que se disputava a “conquista” das Capitanias da Paraíba e Rio Grande, em fins do século XVI, visando o avanço territorial português sentido Pernambuco.

Sabe-se que, o território foi dividido em sesmarias<sup>51</sup>, cuja primeira leva de doação se inicia no século XVII:

[...] até 1614 uma faixa mais significativa do litoral havia sido doada em forma de sesmaria. Com a chegada dos holandeses, tais sesmeiros podem ter desistido de ocupar suas terras, fugiram ou até mesmo foram mortos, o que caracterizou, para a Coroa portuguesa, um abandono das terras, que passaram a ser doadas novamente pelas autoridades do Rio Grande a partir de 1654. [...] o caminho escolhido pelos sesmeiros entre os anos de 1598 e 1614 seguia todo o litoral da Capitania do Rio Grande, iniciando-se na fronteira com a Capitania da Paraíba e chegando ao limite com a Capitania do Siará Grande, que naquele período era a foz do rio Açu (DIAS, 2015, p.57).

A primeira ação efetiva de ocupação da Capitania do Rio Grande foi o envio dos capitães-mores pelo rei Felipe II, em 1597. Após essa ação de conquista e dominação, ocorrida entre 1597 e 1598, muitos indígenas foram aprisionados e utilizados como mão-de-obra escrava nas lavouras de cana-de-açúcar (CAVIGNAC; ALVEAL, 2019).

Em fins do século XVI os portugueses expulsam os franceses e fizeram acordos para pacificar os conflitos com os indígenas, intensificando o processo colonizador, através da construção da Fortaleza dos Reis Magos, em 1598, e da Fundação da cidade de Natal, em 1599. Concomitante a esse processo, foram doadas as primeiras sesmarias na Capitania do Rio Grande, concedidas entre 1598 e 1614 (DIAS, 2015), surgindo os primeiros sesmeiros nas imediações do Cabo de São Roque, chamado de “Baixios de São Roque”. Sobre esse momento, Araújo Júnior (2019, p.79) afirma que: “[...] percebemos o início das primeiras caminhadas e marchas pelos sertões da Capitania, e provavelmente, os primeiros colonos foram guiados por indígenas que tinham um vasto conhecimento [...]”.

Para esse momento, toma sentido o conceito de território empregado pelo geógrafo

---

<sup>51</sup> Segundo Antonio Candido (2023, p.82): “A sesmaria foi a maior fonte de propriedade no regime colonial, consistindo, como se sabe, na concessão de terra a quel requeresse legalmente, com a condição de lavrá-la dentro de seis meses”.

Antonio Carlos Robert Moraes (2005), como uma apropriação da ocupação e dos usos do solo a partir da fixação da população em assentamentos e da conformação de um aparato militar, jurídico e administrativo por parte dos colonizadores. A ocupação e exploração realizada pelos colonizadores europeus no Litoral Potiguar foi marcada, inicialmente, pelas guerras entre os próprios grupos indígenas e entre esses, portugueses, holandeses e franceses, incentivadas sobretudo pelos europeus, que se associavam a determinados grupos indígenas, os levando a guerras (STADEN, 2013).

A Capitania do Rio Grande foi ocupada pelos holandeses, de 1630 a 1654, havendo interrupção da colonização portuguesa. Durante esse momento, alguns chefes potiguares se aliaram a Holanda e se converteram ao protestantismo, enquanto outros permaneciam aliados aos portugueses e a Igreja Católica (LOPES, 2021). Posteriormente, a Capitania fica novamente baixo responsabilidade da Coroa portuguesa, quando súditos portugueses ou luso-brasileiros passam a adentrar no sertão da Capitania (DIAS, 2015).

No entanto, naquele momento, as sesmarias não foram ocupadas. Durante o século XVII, a cidade de Natal, chamada de “Cidade dos Reis” era o principal centro da Capitania do Rio Grande e a população se concentrava ao sul da cidade. Não existia nenhum indício de povoamento nos sertões do Cabo de São Roque, embora esse topônimo foi utilizado no século XVII por navegadores e cartógrafos como uma das principais referências para navegação no Litoral Potiguar. A região foi representada exaustivamente nos mapas do período, por ser uma “ponte” que ligava Salvador e Pernambuco ao norte do país (Ceará e Maranhão), como demonstra Araújo Júnior (2019) em uma detalhada pesquisa com cartografia histórica.

Daí a configuração da região do Cabo de São Roque como um sertão geográfico, um fundo territorial, um local a ser dominado e apropriado, nos termos indicados por Moraes (1999, 2003, 2005), como espaços à serem conquistados em busca do estabelecimento de novas formas de ocupação e exploração, sobretudo pela apropriação das riquezas entesouradas e da exploração dos recursos naturais, como se os indígenas, bem como outros pequenos agrupamentos presentes lá fossem “ninguém”.

[...] constituídos pelas áreas ainda não devastadas pelo colonizador, de conhecimento incerto e, muitas vezes, apenas genericamente assinaladas na cartografia da época. Trata-se dos “sertões”, das “fronteiras”, dos lugares ainda sob domínio da natureza ou dos “naturais”. Na ótica da colonização, são os estoques de espaços de apropriação futura, os lugares de realização da possibilidade de expansão da colônia. (MORAES, 2005, p.69).

A partir de 1633 os portugueses e os holandeses passam a criar gado e explorar sal na região de Ceará-Mirim e no Cabo de São Roque, fato que impulsionou a colonização no norte do estado do RN e acirrou os conflitos com os potiguares, que eram divididos e colocados em

rivalidade por portugueses e holandeses (LOPES, 2021). Em 1702 os Janduí foram levados para as cercanias do rio Ceará-Mirim e colocados em dois aldeamentos, Ceará-Mirim e Extremoz, todos nas margens dos rios e próximos ao mar.

Dessa forma, outra leva de ocupação na região veio com a expulsão dos franceses e holandeses e a retomada das doações de sesmarias pela coroa portuguesa, entre 1706 e 1719, quando os sesmeiros passam a ocupar a Capitania do Rio Grande, havendo um crescente fluxo migratório para a região (sobretudo para o norte da Capitania), esses sesmeiros estavam vinculados a atividades como pesca, criação de gado, atividade salineira e agricultura. As praias de Pititinga, Maracajaú e Maxaranguape fizeram parte da sesmaria “Sítio de Pititinga”, doada em 1713 para o Alferes Francisco da Costa Barbosa, que alegou serem as terras devolutas por não terem sido aproveitadas pelo antigo sesmeiro (ARAÚJO JÚNIOR, 2019).

Com o estabelecimento da colonização mais intensa, desde início do século XVIII, houve uma drástica redução no número dos indígenas potiguaras, sobretudo por doenças, pela escravidão e pela continuidade de algumas guerras. Muitos indígenas migraram para outras regiões vizinhas (Paraíba, Ceará e Maranhão), buscando abrigos em outras localidades, distante dos militares europeus no litoral, além disso, houve muitos aldeamentos em missões cristãs, tendo sofrido um genocídio também cultural. Paralelamente a isso, intensificou-se o desbravamento dos sertões em marchas pelos rios e pelos antigos caminhos indígenas.

Os indígenas, mesmo que indiretamente, através de suas resistências e guerras, tentavam frear a ocupação do colonizador, ambientalmente degradante, à qual aqueles se contrapunham de uma forma que “[...] o índio foi mais benéfico do que nocivo ao equilíbrio da região. Fazendo da floresta o seu reduto e defendendo-a com arcos e flechas, o índio moderou a expansão da monocultura e suas funestas consequências” (CASTRO, 2012, p.114). Nessa afirmação, feita em meados dos anos 1940, Josué de Castro demonstra o reconhecimento do papel das populações tradicionais para a manutenção da biodiversidade, ou seja, a etnobiodiversidade (DIEGUES, 2008, 2019).

No início do século XVIII se acentua o processo de ocupação dos vales dos rios e das praias dos sertões do Cabo de São Roque e do Porto de Touros, pelos sesmeiros e suas famílias, havendo uma articulação desses através de relações clientelares, que visavam a ocupação dos espaços, das terras “não povoadas” e o recebimento de sesmarias, que ocorre até o século XIX (ARAÚJO JÚNIOR, 2019).

Após 1755, quando uma lei estabeleceu liberdade aos indígenas, abolindo o poder dos missionários sobre os indígenas aldeados nas missões, inicia-se a elevação de vilas indígenas



no lugar das missões e passa a ser incentivado o casamento entre indígenas e brancos. A partir do estabelecimento dessas vilas, os indígenas passavam a serem considerados vassallos do rei, de uma forma em que na documentação colonial, os nomes étnicos desapareciam (CAVIGNAC; ALVEAL, 2019).

Após a colonização europeia com a exploração do pau-brasil, da mão de obra escrava indígena (posteriormente africana), com a instalação de engenhos de açúcar, estabelecimento das sesmarias e de atividades extrativistas, houve um “esvaziamento” do Litoral Potiguar, mais possivelmente uma escassez de fontes sobre a ocupação deste território no período, uma invisibilidade dos povos indígenas e de outros pequenos agrupamentos de pescadores-lavradores, a partir dos mapas e dos relatos dos cronistas, que os ignoravam (ARAÚJO JÚNIOR, 2019), reforçando a ideia de que a região era um sertão apto à ser “desbravado”, ocupado e colonizado (MORAES, 2003).

Isso confirma a ideia de Little (2002), de que no Brasil, as transformações territoriais são manifestações de expansão de fronteiras, realizadas de um modo a ignorar as populações autóctones, rurais, tradicionais e subalternas. Dessa forma, até o século XIX os indígenas do Litoral Potiguar “desapareceram”, ou melhor, foram reduzidos e miscigenados (CAVIGNAC; ALVEAL, 2019).

Historicamente, o Litoral Potiguar despertou um interesse de sesmeiros pela sua grande disponibilidade de pescados, que proporcionava capturas vantajosas. Nesse sentido, desde o período colonial a região é reconhecida pela fartura nas pescarias, que se configurava como uma das principais atividades da região, junto com o plantio de algodão e a extração salina (ARAÚJO JÚNIOR, 2019). Os povos indígenas já tinham a pesca como atividade essencial, produzindo canoas e outros instrumentos como flechas e anzóis, segundo demonstram alguns relatos de cronistas do período colonial (STADEN, 2013; RIBEIRO, 2015). Durante o período colonial, a atividade passa a se configurar como híbrida e miscigenada, realizada a partir do encontro de costumes indígenas, europeus e africanos, resultando no desenvolvimento de diferentes técnicas de manejo adaptadas às diversas características socioambientais. Além de processos contínuos e constantes de desterritorialização e reterritorialização com hibridismos culturais (CANCLINI, 2015; HAESBAERT, 2021).

Uma nova corrente de povoamento na região do Cabo de São Roque ocorre em meados do século XIX - quando esta fazia parte da Freguesia do Bom Jesus dos Navegantes do Porto de Touro - por quilombolas, ex-escravizados e migrantes vindos do Sertão e do Agreste fugindo das secas que assolava a região, como as de 1877, 1915 e 1932, que provocaram um êxodo do

para o Litoral Nordeste, como demonstra Josué de Castro (2012). Esse fenômeno deu origem a pequenos povoamentos e vilas de pescadores, bem como aumentou consideravelmente outras concentrações populacionais já existentes. Isso fez com que se configurasse, ao longo do Litoral Brasileiro, uma diversidade de povos e comunidades tradicionais de pescadores artesanais (DIEGUES, 1995; MUSSOLINI, 1953).

A fixação desses sujeitos, contudo, deu-se de maneira alheia as normas jurídicas estabelecidas para a posse de terra no Brasil, sobretudo após a **Lei de Terras** (BRASIL, 1850)<sup>52</sup>, que tornava ao acesso à terra possível somente mediante a compra, atribuindo a terra um valor econômico, valor este que era ausente na apropriação territorial dos inúmeros povos tradicionais que tratavam a terra sob um “uso comum”.

De modo que, as comunidades de pescadores artesanais – em geral, e em particular os de Maxaranguape e região – começam a se formar nesse processo de migração de sertanejos e desterritorialização, em que populações pobres (em alguns casos expropriadas) do Sertão passam a buscar terra (ou território) onde pudessem dispor dos recursos mínimos para a sobrevivência. Isso os configurava como **migrantes desterritorializados**, excluídos ou incluídos precariamente, nos termos de Haesbaert (2021). Mas nesse processo também houve uma (re)territorialização, uma construção do território tradicional pesqueiro:

Territorialização também pode ser vista, ainda hoje, para alguns grupos como agricultores pobres ou nações indígenas expropriadas, como a busca de terra agricultável ou que disponha dos recursos mínimos requeridos à sobrevivência do grupo.

Desterritorialização, se é possível utilizar a concepção de uma forma coerente, nunca “total” desvinculada dos processos de (re)territorialização, deve ser aplicada a fenômenos de efetiva instabilidade ou fragilização territorial, principalmente entre grupos mais excluídos e/ou profundamente segregados e como tal, de fato impossibilitados de construir e exercer efetivo domínio sobre seus territórios [...]. (HAESBAERT, 2021, p.247 e p.312).

Através de ações concretas desses sujeitos, se inicia a formação do território dos jangadeiros, grupos heterogêneos de agricultores e pescadores artesanais que habitaram e habitam o Litoral Nordeste a partir de usos, costumes e crenças híbridas e próprias as particularidades de cada lugar.

A partir de conversas e testemunhos, como também de análise bibliográfica, vimos evidenciando que essas comunidades tradicionais de pescadores artesanais de jangada, por isso também chamados de jangadeiros (CASCUDO, 2002; DIEGUES; ARRUDA, 2001; SILVA,

---

<sup>52</sup> Lei nº 601/1850 dispõe sobre as terras devolutas do Império e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica. Essa lei legitima um processo de apropriação da terra pela compra e venda, e não mais a concessão.

L., 2020), são um grupo territorial (LITTLE, 2015), uma população tradicional (DIEGUES, 2004, 2008), que tem uma formação híbrida (CANCLINI, 2015), a partir de desterritorializações e reterritorializações que são específicas de cada lugar e de cada território (HAESBAERT, 2021).

A chamada hibridização, vista enquanto processo de mão dupla, ou seja, tanto desterritorializador quanto reterritorializador, só pode ser efetivamente entendida, como já ressaltamos, quando contextualizada geográfica e historicamente. (HAESBAERT, 2021, p.232).

Sobre a etnicidade, eles são um grupo muito diverso e híbrido, com gênese na miscigenação entre indígenas, portugueses (e outros europeus), africanos e/ou afro-brasileiros. Nesse processo de formação da população tradicional pesqueira, também houve uma grande participação das populações que migravam do Sertão, os sertanejos, que também possuíam uma origem miscigenada (CUNHA, E. 2011; RIBEIRO, 2015).

A formação de Maxaranguape toma impulso a partir dessas migrações. Em 1832, o território já consistia em um uma vila de pescadores com uma capela à Nossa Senhora da Conceição, uma escola e algumas casas próximas as praias dos senhores de engenho de Ceará-Mirim. Com a seca de 1877, chegaram muitos sertanejos, buscando trabalho e atraídos pelo vale fértil (conhecido inicialmente como Boixurunguape, rio perene que desemboca no Atlântico) (IBGE, 2023b), que se apropriaram das terras comuns e se configuraram como pequenos agricultores e pescadores artesanais.

Ao longo do tempo, os pescadores foram perdendo as suas terras que foram sendo vendidas ou apropriadas por terceiros, e aos poucos a agricultura deixou de ser combinada com a atividade pesqueira em um movimento de espoliação do território tradicional. Entre os motivos que causaram a perda das terras de lavoura, que foram citados pelos moradores estão: mecanização da produção rural, venda de terras para os estrangeiros a preços irrisórios, terras que foram apossadas, falta de conhecimento para plantio, descaso dos mais jovens para com a agricultura, expansão da fronteira agrícola de monocultura etc. Isso ocorreu não só com Maxaranguape, mas como muitas comunidades de pescadores do Litoral Brasileiro (CASCUDO, 2002; DIEGUES; ARRUDA, 2001; MUSSOLINI, 1953; WOORTMANN, 2007).

Esse fato é comum na história da grande maioria dos povos tradicionais no Brasil, sendo um processo que ocorre de maneira lenta, uma “**violência lenta**”, que se insere nos processos de reprodução do capitalismo, através do colonialismo, e mais recentemente, do neoliberalismo. A ideia de violência lenta é definida pelo linguista Rob Nixon (2011, p.22, tradução nossa) como “[...] uma violência que ocorre gradualmente e fora da vista, a violência

da destruição atrasada que está dispersa no tempo e no espaço, uma violência debilitante que normalmente não é vista como violência”. Para Nixon (2011, p.23, tradução nossa), essa violência causa desastres que “[...] se movem lentamente e que estão há muito tempo em formação, desastres que são anônimos e que ninguém estremece, desastres que são friccionais e indiferentes às tecnologias impulsionadas pelos sentidos do nosso mundo da imagem”.

A violência lenta que ocorreu com a perda de território, muitas vezes pela venda, ocasionou uma drástica redução da prática agrícola, pois as terras apropriadas sob uso comum e utilizadas de maneira tradicional e sustentável através dos etnosaberes.

A desterritorialização referida marca a chegada de um capitalismo mais intenso. Por isso, os pescadores rejeitam algumas relações capitalistas (como o trabalho assalariado, o uso de celulares, do sistema financeiro, eles têm dificuldades para “capturar” os temas que são “da terra”, como a burocracia etc.), eles enxergam no mar (que não tem dono) a garantia da subsistência, da comida e do dinheiro.

Ellen Woortmann (1992, 2007) marca o início dessas mudanças sociais no modo de vida tradicional de algumas regiões do Litoral Potiguar<sup>53</sup>, como a de Maxaranguape, sobretudo após os anos 1950, quando as terras começam a serem cercadas, privatizadas e vendidas, e dá-se a expansão dos monocultivos e o fim das terras comuns ou “soltas”; nos anos 1960 há uma redução das casas de farinha e abandono na criação de animais, uma gradual substituição dos produtos autônomos pelos produtos de mercado; nos anos 1970 e 1980 há o auge da **coleta de cisco**<sup>54</sup>, os homens se inserem em outros serviços, como construção civil e de “caseiros” para os veranistas, que começam a comprar as casas em frente a praia e nos “melhores” lugares, e as mulheres como empregadas domésticas, vão perdendo também os saberes relativos à saúde, que são “transmitidos” da comunidade ao Estado (ou à iniciativa privada, quando há que pagar o serviço), e esses saberes passam a custar dinheiro. Nesse momento também há uma redução das práticas coletivas e de ajuda mútua, e a chegada da pesca industrial e de lagosta, com maior lógica mercantil. Nos anos 1960, 1970 e 1980 houve uma “corrida aos cartórios”, por parte das oligarquias e políticos locais para registarem as terras, processo que excluiu os pescadores, e os “proprietários” se apossaram de suas supostas propriedades (WOORTMANN, 1992). Todo esse processo descrito por Woortmann se manifestou em Maxaranguape e teve impactos

---

<sup>53</sup> Woortmann fez trabalhos de campo nos anos 1980 em Rio do Fogo e Touros, vizinhos de Maxaranguape, que antigamente constituíam o mesmo município.

<sup>54</sup> **Ciscos ou sargaços** (*Sargassum sp.*) envolvem uma variedade de algas marinhas comum em regiões tropicais. Eles crescem normalmente grudadas nas rochas e fincam suas raízes no fundo do mar, ou ficam flutuando na superfície. No Litoral Brasileiro existem diversas espécies de **sargaços** (ou ciscos), que “[...] designa uma variedade de algas, coletadas na beira da praia ou por mergulho no mar de dentro. Depois de secas, são vendidas a baixo preço para representantes da indústria de cosméticos” (WOORTMANN, 1992, p.8).

marcantes na pesca artesanal, reduzindo a atividade.

Essas mudanças são de média duração (menos de um século), porém elas se fazem para perpetuar as estruturas de longa duração, como a desigualdade e a condição de submissão dos povos e comunidades tradicionais. Muitas vezes, o valor pelo qual as terras foram vendidas era irrisório e não trouxe progressos sociais ou econômicos, tampouco melhorou as condições básicas de vida, como alimentação, abrigo, agasalho, acesso à saneamento básico e às tecnologias etc. Esses fatores são semelhantes e unem, em uma luta fundiária, todos os povos e comunidades tradicionais no Brasil.

Em Maxaranguape, **o povoamento mantém como base e unidade territorial, as chamadas vilas** (nas conversas ouvimos as pessoas usarem esse termo para se referirem aos principais núcleos de ocupação, que são a sede urbana, e os três distritos), que possuem características semelhantes ao que Antonio Candido (2010) chamou de **bairro**: a estrutura fundamental da sociabilidade, constituído pelo agrupamento de algumas ou várias famílias que estão pouco ou muito vinculadas pelo sentimento de pertencimento ao lugar, pela convivência cotidiana, em atividades lúdico-religiosas e por práticas de solidariedade, colaboração, reciprocidade e ajuda mútua. Em síntese: “[...] a porção de terra a que os moradores têm consciência de pertencer, formando uma certa unidade diferente das outras” (CANDIDO, 2023, p.87).

Entre as práticas de ajuda mútua estão o mutirão e a “puxada de rede”, técnica artesanal e tradicional de pesca (BONFÁ NETO, 2022). Para Marcos Saquet (2019b, p.45) a reciprocidade está relacionada com a solidariedade, cooperação, espontaneidade, confiança e autonomia decisória. Ele afirma que historicamente, “[...] a reciprocidade foi efetivada com conteúdo relativo à família, ao parentesco, como relações simétricas, de ajuda mútua e confiança [...]”. A colaboração também está contida na reciprocidade, sendo considerada como:

[...] *prática social preciosa*, dos sujeitos agindo *juntos*, ou seja, como *troca* por meio da qual os participantes têm *vantagens* por estarem *juntos*. [...] A colaboração significa ajuda mútua, conteúdo presente nos *genes dos animais sociais* que se reúnem a partir dos distintos interesses, com empatia entre si [...]. As pessoas se reúnem para colaborar e viver melhor (SAQUET, 2019b, p.46).

Nesse âmbito, esses elementos simbólicos resultam de práticas coletivas presentes nas comunidades tradicionais, mas que se encontram em constante ameaça de reduzirem-se devido ao abandono das práticas tradicionais em detrimento de outras atividades produtivas, que chegam por meio de territorialidades disruptivas, pela ausência de demarcação do território tradicional e de soberania territorial para as comunidades de pescadores artesanais.

### 1.6.2 Formação do território tradicional afrocolombiano no Pacífico Chocoano<sup>55</sup>

A Colômbia é um país de passado colonial espanhol, que atualmente possui o idioma castelhano como oficial e outras 65 línguas nativas, sendo popularmente classificada uma nação emergente. É um dos países mais biodiversos do mundo, com ambientes que vão do semiárido até floresta ombrófila densa (como a do Chocó). O país apresenta certa abundância de ecossistemas e de recursos minerais, por exemplo, com estoques de prata, ouro, safira, rubi, esmeraldas, diamantes, granada, quartzo, enxofre e petróleo (UMAÑA, 2014).

Essas características foram e ainda se constituem como marcas da formação territorial e cultural da Colômbia, que estão inseridas em um processo maior, o de colonização do continente americano, que se inicia com a espoliação e genocídio das populações autóctones, passando pela escravidão, pela intensa concentração fundiária, pela fome e pela violência institucional do Estado.

Quanto à extensão territorial e a população, a Colômbia possui uma área de 1.138.910 km<sup>2</sup> e uma população de 48.258.494 habitantes (DANE, 2020), sendo 26,6% população rural, das quais 45,6% vive abaixo da linha da pobreza, número que chega a 63,5% para as comunidades indígenas e afrocolombianas (TRICONTINENTAL, 2019).

O modelo econômico nacional é focado no agronegócio, na pecuária e no extrativismo, regido por mineradoras multinacionais. A Colômbia possui 81% das terras nas mãos de 1% da população, enquanto os outros 19% estão nas mãos dos 99%, sobretudo camponeses. As mulheres são as mais atingidas pelos processos de empobrecimento, sobretudo nas áreas rurais, que já concentram a pobreza extrema e é onde elas possuem apenas 26% dos títulos de propriedade e na prática não apresentam acesso à saúde e educação (TRICONTINENTAL, 2019; 2020a). Cerca de 68% dos colombianos possuem menos de um hectare para viver, em um país com expressivo território rural (MELLO, 2020).

Em relação à formação territorial colombiana, Jorge Orlando Melo (2017) afirma que os primeiros habitantes que chegaram na Colômbia eram populações de caçadores e coletores provenientes da Ásia, que foram ocupando a América do Sul pela costa do Pacífico e do Atlântico, entrando pelos vales fluviais e subindo as terras altas das cordilheiras, até chegarem na floresta Amazônica e migrarem em direção ao sul. Os primeiros registros materiais dessa ocupação datam entre 10.000 e 7.000 anos a.C., e indicam que a pesca teve uma importância essencial para a sobrevivência e permanência desses grupos no território:

Estas familias vivían de la caza, la pesca y la recolección de verduras y frutas. Eran

---

<sup>55</sup> Fizemos uma discussão mais completa sobre o tema em: BONFÁ NETO, D. O território-região afrocolombiano: história e formação social. **Campo-Território: revista de Geografia Agrária**, v.17, n.44, p.1–25, 2022.

pequenas comunidades, que se movían por las selvas en busca de alimentos y a veces establecían viviendas provisionales, cuando encontraban comida abundante al lado de ríos o lagunas. Usaban el fuego para cocer carnes y pescados y aprendieron a usar algunos tubérculos que debían procesarse o cocinarse, como la arracacha, la batata y la yuca. (MELO, 2017, p.19).

O Pacífico Colombiano, antes da chegada dos espanhóis, era habitado por diversas etnias indígenas, entre as quais estão os *Emberás*, os *Wounnan*, os *Kunas*, os *Awá* (UMAÑA, 2014), os *Epera-Sapidara*, os *Chamí* e os *Katío* (DÍAZ; CARO, 2016). Evidências arqueológicas sugerem as primeiras presenças humanas no Pacífico Colombiano entre 8.000 e 5.000 anos a.C. Nesse momento já houve uma apropriação ancestral do espaço marinho, pela tradição extrativista de recursos pesqueiros das comunidades que foram povoando o território (DÍAZ; CARO, 2016).

Bahía Solano foi povoada durante os primeiros fluxos migratórios para o continente americano, pois foi a “rota” que os povoadores utilizaram quando vinham da América Central, rumo à América do Sul. Prova disso são as tumbas ou *guacas* encontradas no extremo norte do município (há uma praia perto do *corregimiento* de Mecana que recebe o nome de *Guaca*). Segundo indícios arqueológicos, os primeiros povoadores chegaram na região por volta de 2.000 a.C. e por volta de 1.300 a.C. o apogeu do império Inca os levou a buscar saídas para ambos os oceanos (Atlântico e Pacífico), chegando no Pacífico Colombiano. Os povoadores desse território falavam o idioma *Quichua* (VEGA; CORDOBA, 1984, p.30):

Las observaciones geográficas y las similitudes culturales nos hacen pensar en que los primitivos pobladores del mar del sur y del mar del norte, tenían intercambio de algún tipo (religioso, comercial, político etc.). Un canal interoceánico primitivo que unía a Cupica con el Golfo de Urabá, con Dabeiba y Urrao en Antioquia. El centro de convergencia estaría muy próximo al actual municipio de Riosucio, sobre el río Atrato, algunos de los grupos no primitivos desaparecieron (los cueva, los careta etc.), pero otros se refugiaron en la selva más profunda y en las cabeceras de los ríos; 3 grupos nativos cholos convergen en este centro: los Kunas (de Acandí, norte-Chocoano), los Catíos (del Occidente Antioqueño) y los Baudoes o Caribes (del oeste Chocoano), a este último grupo pertenecen los que se dicen a sí mismos “emberá” y que tienen hoy su asentamiento al sur del río Jella o Mutis, en las cabeceras del río Valle, Cordillera [serranía] del Baudó.

A partir das múltiplas possibilidades encontradas por esses grupos para a reprodução de suas vidas e dispersão pelo território, foram se desenvolvendo maneiras de adaptação e permanência nos mais diversos ambientes, através do conhecimento de seus fatores naturais (fauna, flora, clima, solo, hidrografia e das interações entre estes). Ao longo de milênios, como fruto dessas diversas relações que os grupos humanos estabeleciam com o ambiente, foram acumulados conhecimentos sobre a natureza, relativos a arte de manejar vegetais e animais em prol da sobrevivência e da reprodução de seus modos de vida, o que, na maioria das vezes, impulsionava a manutenção da biodiversidade (UMAÑA, 2014).

A pesca configurou-se como uma atividade que também se fez presente nesses processos, como demonstra Melo (2017, p.25): “En los dos últimos milenios del periodo indígena avanzó también la producción textil. El fique, el pelo humano y otras fibras servían para hacer cuerdas y redes para la caza y la pesca”.

Toda essa diversidade, principalmente na agricultura, no extrativismo, na caça e na pesca, foi drasticamente reduzida a partir do século XVI com a invasão dos europeus, que dizimou cerca de 70% da população originária do atual território colombiano<sup>56</sup>, mas, sobretudo, a partir do século XVIII, quando as terras indígenas foram sendo reduzidas e convertidas em aldeias fechadas e rodeadas por extensas propriedades espanholas, nos chamados “resguardos”, havendo expressiva redução demográfica. Esse processo desterritorializador fez com que eles deixassem de experimentar novos e habituais cultivos e passassem a adotar uma agricultura mais europeizada, diminuindo drasticamente a variedade alimentícia. Um dos efeitos dessa mudança foi que as carnes ficaram limitadas aos mais ricos, aos pobres cabia farinhas, banana e pescados (MELO, 2017).

Arturo Escobar (2015) afirma que o Pacífico Colombiano se integra na economia mundial neste momento, quando os indígenas, posteriormente os negros, passam a serem escravizados e a exploração mineira se institui. A exploração de ouro das minas do Chocó se inicia em 1680, compensando o declínio de Popayan. Em fins do século XVII se estabeleceram os primeiros povoados na região do Rio Atrato (MELO, 2017). A formação das comunidades afrocolombianas no Chocó se caracterizou por um processo simultâneo de adaptação e resistência a escravidão em conjunto com a formação de grupos mineiros e quadrilhas (*cuadrillas*) criadas pelos donos de escravos como unidades de produção.

As “quadrilhas” foram ganhando autonomia e criaram condições para obter a liberdade dos afrocolombianos. Assim, nos interstícios das grandes minas apareciam as comunidades de negros livres dedicados a mineração tradicional, a partir de relações de parentesco. Esses grupos usaram os seus próprios recursos e outros aprendidos com os indígenas para a sua adaptação cultural e ecológica, sob condições de grande autonomia (ESCOBAR, 2015).

Desde antes do fim da escravidão as comunidades negras que se assentaram pela costa pacífica, muitas delas configurando os *palenques*, trouxeram consigo crenças e costumes herdados dos ancestrais africanos, que se hibridizaram com aqueles provenientes dos indígenas, que marcavam presença milenar na região. Após a abolição da escravidão na Colômbia, em

---

<sup>56</sup> Nesse período, a população das duas costas era aproximadamente 100.000 habitantes e a total do território colombiano era 1,2 milhão (MELO, 2017).



1851, o povoamento do Litoral Pacífico pelos afrocolombianos aumenta e as zonas anteriormente inabitadas começam a serem mais ocupadas (MELO, 2017). Nesse momento houve uma expansão do território ocupado por essas populações ao longo das praias e dos rios:

Luego de la abolición de la esclavitud, en 1851, se produjo la expansión territorial de los afrodescendientes por las tierras bajas, a lo largo de los ríos y las playas y en zonas de manglar, donde la oferta de recursos alimenticios o de tierras con potencial agrícola era mayor, a la vez que los indígenas se retiraban hacia las cabeceras y sus tributarios. (DÍAZ; CARO, 2016, p.30).

Todas essas comunidades que se assentavam forjaram uma relação estreita com o mar e com seus recursos, o que criou uma dependência desses fatores principalmente para a segurança alimentar. A partir da formação de aglomerações populacionais mais povoadas, vão surgindo cidades chocoanas, como Quibdó, Bahía Solano e Nuquí.

No início do século XIX, após as descobertas botânicas de José Mutis, abriram-se as “portas” para mais uma colonização do Pacífico. Com isso, chegam as indústrias à base de palma africana, bem como comerciantes estadunidenses e canadenses que se dirigiam para o sul e iam se deslocando à medida em que eles esgotaram os recursos locais (ESCOBAR, 2015).

Em 1903, devido a intervenções imperialistas dos EUA, o Panamá se emancipa da Colômbia e torna-se um país. Essa desintegração e territorial gerou um medo patriótico que evocou a necessidade de povoar o Chocó. De modo que, desde esse período, começou a se especular sobre a construção de uma estrada, depois uma ferrovia, e, por fim, um porto. Atualmente, a região segue sendo alvo para a construção de alguns projetos ou megaprojetos de desenvolvimento, como o *Puerto de Tribugá* (VIVAS, 2019).

Em fins do século XIX e início do século XX ocorre a separação do Panamá, que se torna um país e deixa de ser território colombiano, reconfigurando a geopolítica e a territorialidade em ambos os países. Historicamente, o Chocó se caracterizou por uma relação mais próxima ao Panamá, devido também à proximidade territorial. Com certo receio de perder o Chocó para o país vizinho, o governo colombiano cria a Colônia Agrícola de Bahía Solano (1935), com o objetivo de ocupar a região para garantir assim o seu controle. “El espacio económico de Panamá, tenía dominio casi absoluto sobre la costa Pacífica norte y el Páramo de Las Letras, los juradoseños, los de Cupica y Bahía Solano (Jella) entraban libremente a Panamá y los servicios usados eran panameños” (VEGA; CORDOBA, 1984, p.70).

Fontes orais afirmaram que até a década de 1960 o Chocó recebia produtos exclusivamente do Panamá, tendo uma rede mais intensa com esse país e sua cultura do que com a própria Colômbia. Como, por exemplo, a grande influência que possui gênero *típico* ou “Música Típica Panamenha”, proveniente do Panamá e que é um dos ritmos musicais mais

ouvido nos bares e nas ruas do Pacífico Chocoano.

As relações do Chocó com o Panamá sempre foram marcadas por uma proximidade, sobretudo por este ser um local estratégico na rede de mercado mundial (também pelo Canal, que foi um dos fatores pelo qual os EUA apoiaram a independência panamenha), muitos produtos chocoanos iam para lá para serem exportados.

Durante o século XX muitos colonizadores se dirigem para a região para realizar a extração madeireira, de látex (*caucho*), de sapoti ou *chicle* (*Sapota zapotilla*) etc. Devido à situação jurídica de *terras baldias* (que ainda não possuíam título de propriedade ou terras públicas não tituladas), permitia-se muitos tipos de ocupações e excessos por colombianos e estrangeiros (VEGA; CORDOBA, 1984). Posteriormente, esse território vai ser o palco de alguns conflitos e desencontros permeados por visões de que a região era vazia, inabitada, de selvagens, que necessitava desenvolver-se e civilizar-se.

Houve alguns percussores da modernização e do desenvolvimento no Pacífico, que construíram uma imagem da região como passível de ser colonizada e explorada, pois esta era ocupada por “selvagens”, por “gente indolente” e por outras diversas categorias que enquadravam todos os não brancos, que eram vistos como bárbaros (RESTREPO, 2013). São exemplos dessas modernizações desenvolvimentistas ações como: **a)** concessões territoriais nas selvas e nas minas a investidores estrangeiros e nacionais, uma privatização de territórios comuns; **b)** ações educacionais e alfabetizadoras das ordens católicas, sobretudo em meados do século XX, que prepararam o terreno para a modernização; **c)** planos de colonização, como portos fluviais e marítimos e aeroportos (ESCOBAR, 2015).

Em 1935, por meio do Decreto nº 925/1935, foi fundada a Colônia Agrícola “José Celestino Mutis”, atual Bahía Solano, que na época conhecida como *Jella*, o mesmo nome que leva um de seus principais rios, que divide o centro da sede municipal e o bairro Chambacú. A formação da colônia agrícola era parte de um projeto nacional de colonização que, com recursos estatais, disponibilizou-se uma área de 100 mil hectares para colonizarem, subsidiando dezenas de famílias. Popularmente, se diz que esta política de Estado para formar colônias agrícolas, visava a necessidade de ocupar o território chocoano (VEGA; CORDOBA, 1984).

Para o estabelecimento da colônia agrícola, a princípio chegaram 15 famílias, a maioria vinda de Viejo de Caldas, do Valle del Cauca, de Tolima e da Antioquia. Todas as famílias receberam uma porção de terra. Uma figura importante para essa colonização foi o padre missioneiro Francisco Onnetti, responsável pelas primeiras instalações católicas e por trazer a primeira professora para a região, como atestaram fontes orais. Após 1936, vieram para a

colônia agrícola imigrantes de outras nacionalidades como estadunidenses, franceses e italianos (VEGA; CORDOBA, 1984). Esta colonização agrícola camponesa influenciou na composição étnica de Bahía Solano.

Posteriormente, acontecem diversos episódios de lutas e conflitos agrários, em um período em que havia muita força a produção de *caucho* (látex), balata (matéria-prima para isoladores e materiais para cirurgia), madeira, *tagua* (marfim vegetal) e sapoti ou *chicle* (matéria-prima para gomas de mascar) (VEGA; CORDOBA, 1984). Por esse forte potencial agrícola, e pela presença de terras virgens e baldias, a região vivenciou historicamente alguns conflitos agrários.

Em 1945 o departamento do Chocó foi criado como o primeiro território negro a se tornar uma região administrativa, o que deu aos afrocolombianos uma esperança da construção de uma identidade territorial e um poder decisório autônomo. Porém, muitas oligarquias dentro do governo tentaram minar isso, argumentando que os negros não eram capazes de se autogovernarem (URRUTIA, 2015). Em 1961, extingue-se o sistema de colonização e o município de Bahía Solano é fundado em 8/11/1962, se desanexando de Nuquí<sup>57</sup>.

Até os anos 1950 a maioria das regiões do Pacífico tinham limites e fronteiras abertas, com um modelo de apropriação territorial viável. Após esse período, com a crescente colonização, o desenvolvimentismo, as mudanças tecnológicas na mineração (uso de bombas de grande potência), na pesca (uso de tresmalho) e na extração de madeira (motosserras a gasolina), além de grandes concessões de terra para companhias estrangeiras, o modo de vida choicano, as práticas culturais e a dinâmica ecológica passam a sofrer grandes transformações (ESCOBAR, 2015). Esse processo causou um êxodo dos afrocolombianos para as grandes cidades colombianas, em busca de oportunidades econômicas e sociais, mesmo que marginalizados nos territórios onde chegavam (URRUTIA, 2015).

A partir da década de 1980 a região foi colocada sob o discurso do desenvolvimento, como anteriormente já havia se passado com outras regiões da Colômbia e de toda a América Latina, em que eram impostos padrões de civilização e desenvolvimento produzidos nos países desenvolvidos e exportados para os outros países para manter um status quo de dependência. Esse desenvolvimento significou tirar aqueles que são do lugar para poder decidir sobre seu destino, um desenvolvimento vindo de fora, por algum agente externo e “civilizador”

---

<sup>57</sup> Por isso, ambos possuem uma dinâmica totalmente relacionada e uma história ancestral comum. Nuquí está localizado no Golfo de Tribuga, faz limite com o Parque Nacional Natural Útria, ao Norte, e com o município de Bajo Baudó, ao Sul. A sede municipal de Nuquí é menor em tamanho do que a de Bahía Solano, contudo, em área Nuquí é maior e possui aproximadamente 8.668 habitantes, menos de mil habitantes a menos que Bahía Solano (DEFENSORIA DEL PUEBLO, 2016).

(RESTREPO, 2013).

Nesse âmbito, o Pacífico Colombiano tem sido integrado na economia mundial desde os tempos coloniais pela escravidão, mineração de ouro e dizimação da população indígena, se configurando como uma área estratégica de interesses. São muitos os processos que marcam a apropriação do Pacífico pelo capital global, sendo que os mais recentes, a partir da segunda metade do século XX, foram a extração madeireira (início anos 1940), a pesca industrial (início na década de 1970), a mineração de ouro e prata (desde a colônia), a palma africana<sup>58</sup> (início nos anos 1960), a expansão da carcinocultura (início na década de 1980), o turismo, os cultivos de coca e as rotas comerciais de narcóticos, que se intensifica na década de 1990 (ESCOBAR, 2015).

Sobretudo após os anos 1980, o Pacífico é colocado sob esse dilema de ressignificar e de “gerir” as comunidades indígenas e afrocolombianas, em paralelo com a promoção do desenvolvimento atrelado a lógica do crescimento econômico, com a intensificação da extração dos recursos naturais e da urbanização. Esse movimento foi importante para a conformação de uma mudança na compreensão de biodiversidade, permeada por acadêmicos e ativistas da região em que esta não é somente um fato biológico, mas sim resultante de lógicas socioambientais e práticas culturais dos grupos étnicos (RESTREPO, 2013). Dessa maneira, passou-se para uma compreensão, mais vinda da base, dos ativistas, em que a biodiversidade é resultado da cultura mais o território, por isso, para a conservação da biodiversidade fazia-se necessário a manutenção do modo de vida e do território dos grupos étnicos. Essa visão permeou a criação de instrumentos, como a Lei nº 70/1993, que visaram garantir a permanência dos grupos étnicos no território.

Com a Constituição de 1991, a organização territorial do Pacífico Colombiano foi reconfigurada, pois se reconheceu a diversidade étnica e cultural da Colômbia e a obrigação do Estado em defender esses aspectos. Isso foi resultado de diversas lutas e mobilizações sociais<sup>59</sup> que reivindicavam que os grupos minoritários tivessem controle sobre seus territórios e seus recursos. O artigo sétimo da Constituição de 1991 afirma que a Colômbia é multicultural, indicando uma mudança no ponto de vista em relação às minorias étnicas e a cultura popular, em que a diversidade cultural passa a ser reconhecida oficialmente pelo Estado (MELO, 2017).

Na Colômbia, com a promulgação da Constituição de 1991, as lutas e reivindicações

---

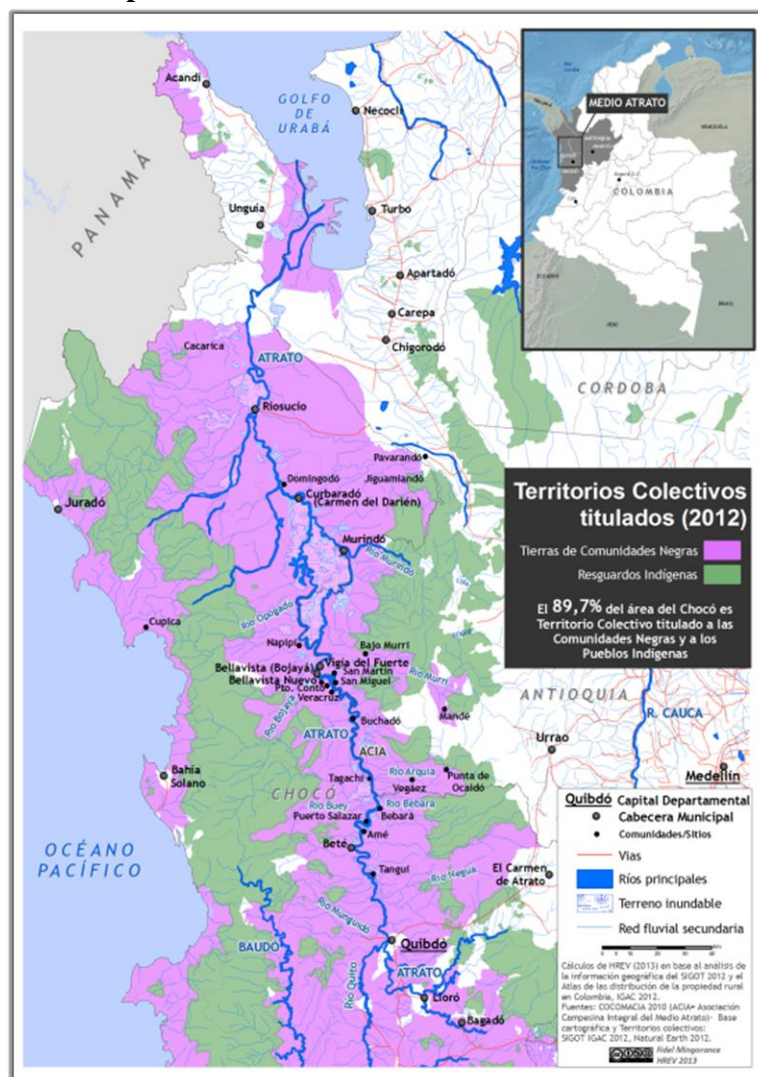
<sup>58</sup> *Elaeis guineenses*, popularmente chamado de Dendezeiro (no Brasil), com ela se faz o azeite de dendê.

<sup>59</sup> Dos movimentos negros e das Comunidades Eclesiais de Base, que por meio da teologia da libertação uniam os princípios cristãos e católicos com a práxis revolucionária marxista, visando a liberação e a autonomia das sociedades rurais e camponesas. Nesse momento, padres, lideranças, camponeses, afrocolombianos e outros foram perseguidos por paramilitares.

dos afrocolombianos ganham impulso, sobretudo a partir do Artigo Transitório nº55 (AT-55) que teve como desdobramento a elaboração da *Ley nº 70/1993*. Essa lei garantiu não só o direito do povo afrocolombiano permanecer em seu território, a partir de sua titulação coletiva, mas também criou condições para conservação ambiental, que está intimamente ligada com as experiências e com as práticas culturais e tradicionais desse povo.

Arturo Escobar (2015) demonstra alguns êxitos deste processo de **titulação coletiva do território afrocolombiano (Mapa 6)**: aumento dos resguardos indígenas em 324.288 hectares e para as comunidades negras foram titulados 2.359.204 hectares à mais de 22.000 famílias organizadas em 58 Conselhos Comunitários. Em 2003, os territórios afrocolombianos no Pacífico correspondiam a aproximadamente 4,8 milhões de hectares e a área titulada correspondia a 52% da região.

**Mapa 6 - Territórios coletivos titulados no Chocó**



Fonte: Bojaya Una Decada (2013). Disponível em: <https://bojayaunadecada.wordpress.com/mapas/>. Acesso em: 16 dez. 2022.

Sobre o processo de estabelecimento dos territórios afrocolombianos, José dos Santos, ativista e líder do movimento negro colombiano, em entrevista para Denis de Oliveira (2017) conta que:

**José dos Santos:** Antes, havia organizações por território. Em Chocó, havia a ACIA – Associação Campesina. Havia também organizações de professores negros, jovens negros, que foram importantes nesse processo de construção da regulamentação do **artigo transitório 55**. Por exemplo, em Buenaventura, teve de se construir organizações, que aglutinavam os negros e negras. O processo foi muito interessante, porque, de um lado ajudou a regulamentar o artigo transitório 55, e por outro, auxiliou na organização da população negra. Em Buenaventura, se criaram organizações, que deram origem aos conselhos comunitários. Se não tivessem essas organizações de base, não haveria base para a constituição dos conselhos comunitários. E isso ocorreu em várias localidades. Organizações de professores, de cultura, dependendo da situação. Em algumas localidades se centrou mais em organizações culturais. Em outras, comunidades de bairro. Houve muita influência da Igreja Católica progressista. Em Buenaventura, da pastoral social, da teologia da libertação. De vários sacerdotes comprometidos. Esse processo se deve a muitos sacerdotes. Inclusive, que lhes custou a vida, como foi o caso da Irmã Yolanda Cerón, em Tumaco. E o padre Guilherme Correa, que teve que fugir de Tumaco, ameaçado pelos paramilitares. Havia distintos processos organizativos, incipientes e mais articulados. Acadêmicos, que faziam parte da comissão especial. Quando eu falo do reconhecimento como grupo étnico, foi fundamental o papel dos acadêmicos para ajudar a elucidar o que os políticos não sabiam. Quando esses negros estão falando disso, há que se ter referência teórica, exigiam os governantes, e os acadêmicos foram importantes nisso, principalmente, os antropólogos e sociólogos que participaram, tanto do lado do governo, como das comunidades. Tivemos a assessoria de alguns intelectuais. Em Chocó, por exemplo, tivemos o papel importante da Obapo, organizações dos bairros populares, com forte participação de mulheres, apoio da Igreja, mas com a presença marcante de mulheres do povo. (José dos Santos em OLIVEIRA, D., 2017, online).

José dos Santos ainda afirma que metade das vítimas dos deslocamentos forçados na Colômbia são negras e negros, concentrados principalmente na região do Pacífico, mesmo argumento colocado por Urrutia (2015). Entre os diversos motivos para esses deslocamentos estão os conflitos socioambientais e armados e a miserabilidade. A morte sistemática de líderes populares demonstra os métodos pelo qual o Estado e os grupos armados geram medo, raiva e controle social, e depois buscam produzir uma resposta violenta para justificar as suas ações (TRICONTINENTAL, 2019).

Além desse problema, a região, há anos, é cotada para receber um porto privado (Porto de Tribugá), o que já rendeu diversos conflitos e deslocamentos forçados (MURILLO, 2019; VIVAS, 2019). Atualmente, é possível observar alguns deslocamentos forçados ocorridos, principalmente pela ação de paramilitares, como o que ocorreu em janeiro de 2020, poucos dias antes de chegarmos para o primeiro trabalho de campo (EL ESPECTADOR, 2020). Nesse ocorrido, houve o assassinado de um líder indígena, deslocando diversas famílias para Nuquí.

A construção desse porto é assunto recorrente e falado tanto nas cidades chocoanas,

quanto no Congresso nacional. Muitos movimentos sociais, ONGs e Conselhos Comunitários estão em embates políticos na tentativa de não construir o porto, o que é uma luta muito difícil devido aos grupos de interesse que querem construir o porto, que será feito com o financiamento privado. O principal discurso para defender esse megaprojeto seria que o Porto de Buenaventura além de distante de boa parte das cidades chocoanas, não possui profundidade muito grande, limitando o tipo de cargas que podem ser recebidas. O Golfo de Tribugá apresenta uma grande profundidade, portanto, seria o local ideal para a construção desse porto. A população se demonstra majoritariamente contra o megaprojeto, pois eles têm a consciência de que o porto não trará benefícios para a região, que apesar de “isolada” do restante da Colômbia, se mantém muito bem dentro de suas condições de acesso e transporte. Um porto desse porte modificaria a dinâmica territorial local e o modo de vida tradicional, pois certamente com o porto virão rodovias, e outros objetos técnicos imbuídos nas ideias de “progresso”, “desenvolvimento” e “modernização”.

Boa parte da base identitária das comunidades afrocolombianas que estão na costa do Pacífico é baseada nas relações entre subsistência e sustentabilidade familiar, que são ditadas pela dinâmica do mar, pela pesca e pelas outras atribuições de significados ao espaço vivido. Ou seja, **a identidade está ancorada nas práticas e nos conhecimentos tradicionais, sendo um projeto de constante (re)construção cultural e política.**

Muitos desses saberes e conhecimentos tradicionais os quais a identidade ancora-se estão nos territórios coletivos, como o mar e seus recursos, símbolos e representações, como é o caso de Bahía Solano, município o qual diz-se popularmente que é o mais “desenvolvido” de todo o Pacífico Chocoano, ou seja, com uma presença maior de objetos técnicos e principalmente aparatos relacionados aos serviços e ao comércio, assim como a população local possui um grau de hibridização maior, devido ao estabelecimento da Colônia agrícola e a chegada de camponeses de outras regiões.

Portanto, Bahía Solano apresenta uma história muito particular, pois não chegou a ser colonizado pelos espanhóis, se manteve pouco povoado até fins do século XIX e foi um dos lugares estratégicos escolhidos pelo governo nacional para ser Colônia Agrícola, o que alterou a dinâmica local e a posse de terras. Atualmente, em Bahía Solano, a pesca aparece como um elemento determinante na organização do modo de vida e do território, garantindo a sua (re)produção sociocultural e econômica, a segurança e soberania alimentar e a manutenção de saberes e conhecimentos tradicionais e ancestrais.

## 2 BAHÍA SOLANO: CULTURA AFROCOLOMBIANA, MODO DE VIDA, TERRITÓRIO E PESCA ARTESANAL

El Océano Pacífico se salía del mapa. No había donde ponerlo. Era tan grande, desordenado y azul que no cabía en ninguna parte. (Pablo Neruda, *Una casa en la arena*, 1966).

### 2.1 O Pacífico Afrocolombiano e o Chocó: geografia e pesca artesanal



Gravura 1 - Bandeira e brasão do Departamento do Chocó



#### 2.1.1 O Pacífico Afrocolombiano: geografia regional

O Litoral Pacífico Colombiano possui uma área de 116.000 km<sup>2</sup> e uma extensão de norte a sul de 1.495km, contendo quatro departamentos (Chocó, Valle del Cauca, Cauca e Nariño) e 15 municípios, sendo Bahía Solano, Tumaco e Buenaventura os principais litorâneos (**Mapa 7**) (DEFENSORIA DEL PUEBLO, 2016). Mais de 90%, do total aproximado de 650.000 habitantes da zona costeira (a maioria afrodescendentes), vivem nos cascos urbanos desses três municípios, onde estão também as principais atividades comerciais e de serviços da região (DÍAZ; GALEANO, 2016).

Para Julio Carrisoza Umaña (2014), o Litoral Pacífico Colombiano conforma um **Sistema Ambiental Territorial**, conceito que se fundamenta em um pensamento complexo, que abrange elementos socioambientais e culturais, como o proposto por Edgar Morin (2012), e “[...] que reúne los elementos bióticos y abióticos no humanos con los humanos” (UMAÑA, 2014, p.126).

Trata-se de uma das regiões mais remotas do país, principalmente na parte norte, no departamento do Chocó, que faz fronteira com o Panamá, contém 30 municípios, 584.521 habitantes, área de 46.530 km<sup>2</sup>, densidade demográfica de aproximadamente de 10 habitantes por km<sup>2</sup>, tendo uma participação de 0,43% no PIB nacional e com um PIB per capita de U\$\$2.168, sendo considerado o departamento mais pobre do país, com IDH de 0,670 (MINISTERIO DE COMERCIO, INDUSTRIA Y TURISMO, 2023). Sua capital, Quibdó, é a cidade com maior índice de pobreza do país e Rio Quito é o município onde 98% da população não têm suas necessidades básicas satisfeitas (DANE, 2019). Aproximadamente 90% do Chocó



é Zona Especial de Conservação, havendo quatro parques Nacionais: Utría, Los Katios, Tatama, Acandí Playon y Playona. Mais de 80% do desmatamento global se concentram em 11 lugares, o Chocó-Darién é um deles. O Chocó é popularmente dividido em três regiões, são elas: Caribe (ou norte), Centro (onde está a capital Quibdó) e Pacífico.

**Mapa 7 - Principais cidades do Pacífico Colombiano**



Fonte: Díaz e Galeano (2016, p.16).

O Pacífico Colombiano possui aproximadamente seis milhões de hectares, sendo caracterizado principalmente por dois elementos: umidade e vegetação (UMAÑA, 2014). Um dos motivos da grande biodiversidade é que, durante o Pleistoceno (época do período Quaternário que está compreendida entre aproximadamente 2,5 milhões e 11,7 mil anos atrás, abrangendo o período recente de glaciações repetidas), esta região foi um refúgio para muitas espécies de seres vivos que estavam ameaçadas pelas mudanças climáticas. A conformação geológica da área é consequência do encontro das placas tectônicas de Nazca com a Sul-americana, e, posteriormente, com os processos de sedimentação marinha e continental, resultando em uma topografia acidentada, com grande disponibilidade hídrica e solos férteis (UMAÑA, 2014).

O clima é quente e úmido, com baixa amplitude térmica anual, sendo uma das regiões mais úmidas do planeta, com totais pluviométricos entre 5.000 e 12.000 mm/ano. Isso ocorre devido ao encontro dos ventos alísios de noroeste com os de sudeste, na Zona de Convergência Intertropical<sup>60</sup> (ZCIT), que gera ciclos intensos de chuva: “[...] la Zona de Convergencia Intertropical y la cordillera Occidental producen uno de los climas más húmedos del planeta con más de 12.000 mm anuales” (UMAÑA, 2014, p.83). O período mais chuvoso do Chocó é o inverno. Ali, existem duas estações do ano: verão, de novembro a abril, e inverno, de maio a outubro.

A região também é chamada de “Pacífico biogeográfico” ou “Chocó biogeográfico”, expressão que traz a ideia de uma construção por processos históricos, mas que implicam as dimensões geológicas, biológicas, políticas e socioculturais. O Chocó Biogeográfico vai desde o Darién<sup>61</sup> (no sudeste do Panamá) até o noroeste da costa do Peru, abrigando cerca de 9.000 espécies de plantas vasculares, 200 de mamíferos, 600 de aves, 100 de répteis, 120 de anfíbios e incontáveis peixes e outros tipos de vidas marinhas (URRUTIA, 2015).

El Chocó biogeográfico es una región neotropical húmeda, localizada en una amplia franja de terreno que va de norte a sur desde la provincia del Darién al este de Panamá, pasando por la costa Pacífica colombiana, el noroeste de Ecuador y el extremo norte de Perú. Incluye además la región de Urabá, un tramo de litoral Caribe al noroeste de Colombia, y el valle medio del río Magdalena y sus afluentes Cauca, Nechí y San Jorge. Cubre 200.000 km<sup>2</sup> y es un mosaico de llanuras aluviales, planicies fluvio-marinas, valles estrechos y empinadas montañas. El clima es el más lluvioso del mundo. La alta pluviosidad, su aislamiento y su condición tropical, han hecho de esta región una de las más diversas del planeta [...]. Aproximadamente un 25% de las

---

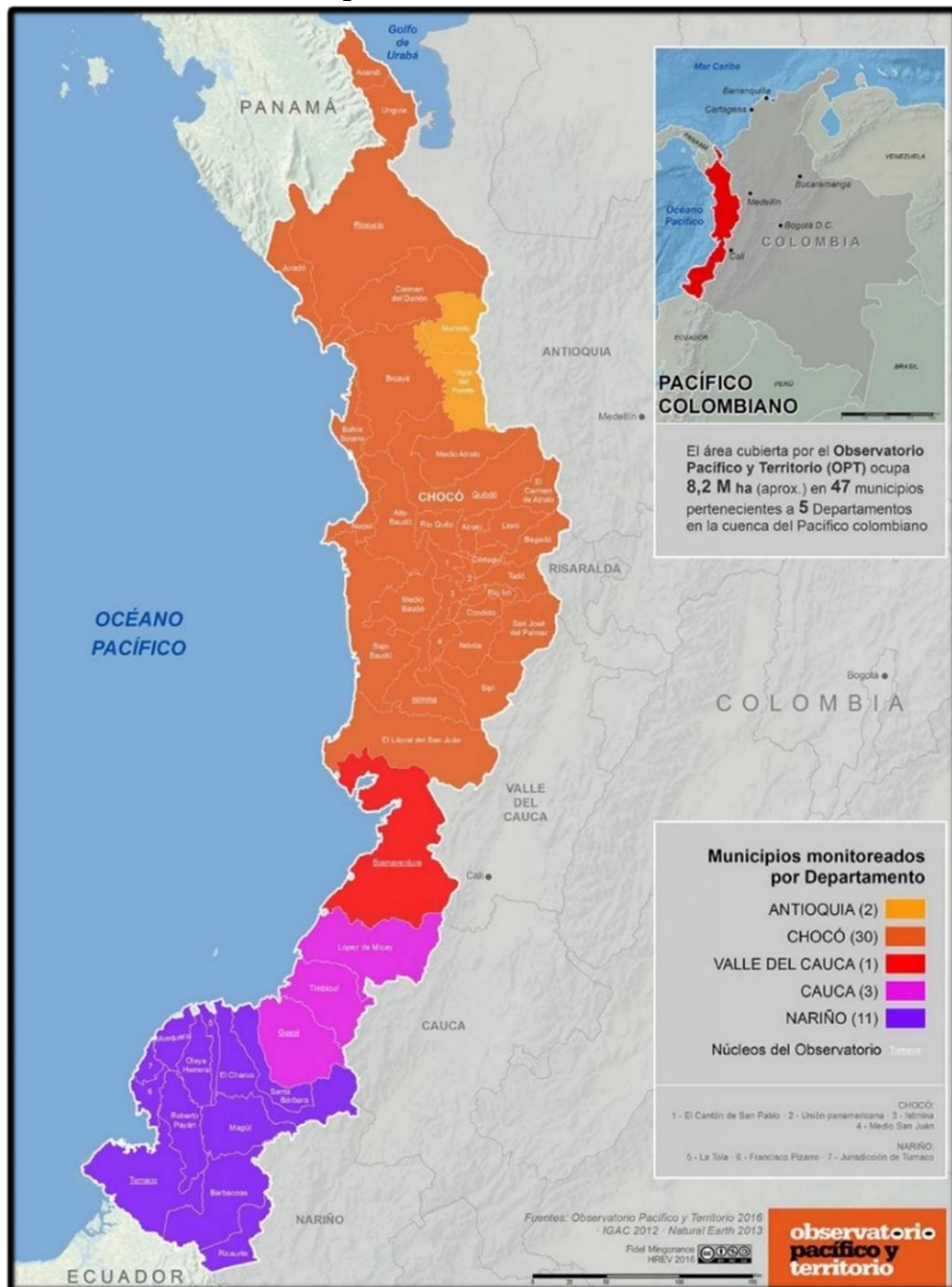
<sup>60</sup> Fenômeno meteorológico que circunda a Terra próximo a Linha do Equador, sendo uma banda de baixa pressão e de convergência dos ventos alísios, aqueles gerados pela rotação do planeta Terra e que se encontram perto da superfície na região equatorial, causando uma grande concentração de nebulosidade e muita chuva.

<sup>61</sup> O Chamado *Tapón del Darién*, é uma rota para imigração e tráfico ilegal, sendo uma das regiões mais perigosas da América Latina. Mais sobre isso em: BBC NEWS MUNDO. **El Tapón del Darién, una de las zonas más intransitables de América Latina.** 3 fev. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rCXa2gRXlcM>.

especies vegetales y animales son endémicas de la región. (PNUD, 2012, p.26).

No Chocó predomina a floresta equatorial quase toda ocupada por pequenas comunidades afrocolombianas e indígenas, e não “mata virgem”. Aproximadamente 77% do território do Pacífico Colombiano é ocupado por florestas úmidas, em que mais de 50% deste possui baixos níveis de intervenção humana, graças aos Sistemas Tradicionais de Produção (ESCOBAR, 2015).

**Mapa 8 - Pacífico Colombiano**



Fonte: Observatorio Pacífico y territorio (2016). Disponível em: <https://pacificocolombia.org/pacifico-colombiano/>. Acesso em: 3 nov. 2020.

No Pacífico Colombiano há também uma diversidade de ecossistemas costeiros como costões rochosos, manguezais (aproximadamente metade deles se encontram em Nariño) e restingas, que proporcionam uma grande biodiversidade marinha. Trata-se de uma importante reserva íctia, sendo uma das regiões mais ricas em biodiversidade marinha e costeira, cuja ictiofauna possui cerca de 280 espécies, entre residentes e migratórias, em que quase a metade é utilizada para a comercialização e para a alimentação das comunidades locais, mas também a níveis regional e nacional (VIEIRA; GRANADOS; DÍAZ, 2016).

O manguezal é o ecossistema que processa grandes quantidades de matéria orgânica, que em conjunto com as elevadas temperaturas gera uma grande produtividade biológica e serve como abrigo onde as espécies marinhas se desenvolvem durante a juventude, atuando como um “berçário de espécies”. Além disso, a disponibilidade de alimentos para peixes, aves e invertebrados é superior aquela disponível em mar aberto (FAHRENBERGER; NEIRA; DÍAZ, 2016).

Nos manguezais existem complexas interações entre as espécies aquáticas, insetos e pássaros. As espécies são adaptadas aos altos níveis de salinidade e aos substratos, o que implica no intercâmbio de gases e de substratos anaeróbicos e em um tempo particular de reprodução por sementes. As espécies de mangue mais comuns no Pacífico Colombiano são o mangue vermelho (família *Risophoraceae*) e o mangue negro (família *Avicenniaceae*), que podem atingir até 30 metros de altura com diâmetro maior do que um metro. Abaixo da água, o sistema de raízes pode chegar até três ou quatro metros de altura. Os mangues formam canais, sobretudo nas cheias, chamados localmente de *esteros*, que são utilizados para o transporte, que ocorre principalmente em canoas.

[...] los pantanos del mangle crean un sistema de cauces con meandros conocidos como ‘esteros’, que establecen una red que es esencial para el transporte entre los pueblos, ríos y playas. Además de su valor regular varias funciones importantes en el mantenimiento de vida acuática, los mangles contienen ricos recursos para los habitantes locales, desde madera para la construcción de las casas y el extracto del tanino hasta una amplia variedad de peces y crustáceos (los cangrejos locales, ostras y almejas). Es bien conocido que las mujeres, bajo difíciles condiciones, con sus piernas sumergidas en el barro, recolectan conchas y moluscos rodeadas por nubes de mosquitos que intentan alejar quemando sustancias como el caparazón del coco. (ESCOBAR, 2015, p.59).

A população local também faz alguns usos do ecossistema: extração de madeira para a construção de habitações e barcos e produção do carvão; extração de pescados e moluscos; retirada do tanino, cujo extrato é utilizado para as artes manuais; e extração de frutas e plantas medicinais. Do mangue também se extrai matéria-prima para fazer *tamales*, *arroz atolado*, *ceviche*, *sudados* e outros produtos que são comercializados, como conta o pescador Harry, que

também comenta sobre o processo de extração de tanino, e como isso foi impactando os manguezais:

**DBN:** ¿Hacen otros usos del manglar?

**HO:** Sí, nosotros sacamos piangua, hacemos guianza en los manglares, entonces utilizamos los manglares para muchas otras actividades. Antes ya se ha minimizado mucho, pero antes algunas especies de mangles servían para construir viviendas y para combustible, para leña. Pero ya nosotros no utilizamos ni para combustible, ni para construcción. Entonces decidimos eso, solo utilizamos para hacer el ecoturismo. Y ya hicimos un plan de manejo de los manglares, tenemos plan de manejo acá de Coquí, y en todos los corregimientos donde hay manglar. Entonces hicimos el plan de manejo e identificamos tres áreas, una de recuperación, otra de uso sostenible, y otra de preservación. Entonces la gente ha respetado eso. Entonces estos manglares se van fortaleciendo, se van recuperando [...].

Porque todo el comercio venía de Panamá, más o menos en los años 1960, 1970, el comercio era de Panamá. Traían todo de Panamá. Y entonces ellos de acá llevaban la “corteza” del mangle rojo, la concha. Y entonces cuando nuestros ancestros viajaban para Panamá con el caucho, con la tagua y la corteza del mangle, del caucho se sacaban normalmente cualquier látex, el marfil vegetal [tagua] era para recipientes para platos, vasos, todas esas cosas se sacaba de la tagua, que es una palma, y de la corteza del mangle se sacaba un tanino, un colorante que era para pintar piel y tela, en la piel de uno, piel de animales, el tanino. Y entonces nosotros a raíz de eso fue que decidimos proteger el manglar para que no se siguiera explotando así porque a lo menos el mangle rojo, una de las especies de mangle, es casi como una palmera, que si tú la talas no crece más, se muere, de una, y su crecimiento es muy lento, de mangle rojo, en el año solo crece 12 centímetros. Y acá tenemos siete especies de manglares: tenemos rojo, blanco, negro, el gation, tenemos espinuelo, tenemos el nato, y tenemos el botón o Zaragoza. De las siete que viven en Colombia nosotros tenemos siete. **(Harry Ovidio Asprilla, 47 años, pescador, agricultor e guía de ecoturismo, Coquí, Nuquí, 26 jan. 2020, 10h35min.)**

A utilização dos manguezais para retirada do tanino causou uma intensa exploração no ecossistema, principalmente depois de terem surgido algumas indústrias e fábricas do material, sobretudo em Buenaventura, desde os anos 1950 (VEGA; CORDOBA, 1984). Esse fato converteu o ecossistema em uma fonte de riqueza e exploração, como também transformou o ecossistema da região, fenômeno mais intenso no Pacífico Sul do que no Norte.

En Buenaventura se establece la fábrica de taninos y curtiembres de José Cicerón Castillo y otros exportadores de materias primas semielaboradas. En 1956, el Instituto de Fomento Industrial (IFI) financia “Industrias del Mangle S.A.”, con 10 toneladas diarias de extractos de taninos, tinturas y desechos industrializables. Estas y otras industrias del manglar hacen que esta selva antes maldecida se convierta en fuente de riqueza para la región [...]. (VEGA; CORDOBA, 1984, p.109).

Atualmente, os municípios de Nuquí e Bahía Solano possuem planos de manejos para os seus manguezais, restringindo a coleta de madeira. Dessa forma, tem-se um foco na conservação do ecossistema, que agora se tornou mais um produto para o turismo (de base comunitária) e por isso é de interesse comum ser conservado, uma vez que a atividade vem apresentando significativo crescimento e um incremento na renda local. O mangle é utilizado para pequenas pescarias, sobretudo quando os pescadores vão sozinhos ou em dupla, em barcos menores como em canoas (chamadas de *potrillos* e *chingos*), e para a extração de moluscos,

como a *piangua* (ostra), sendo que um balde de *piangua* se vende a aproximadamente 8000 pesos colombianos (US\$ 2,3 em janeiro de 2020).

Além dos manguezais, outra formação local de extrema importância são os arrecifes rochosos: existem os arrecifes submersos, chamados *riscals* (rochas basálticas marinhas) e aqueles que ficam acima do nível do mar, chamados *morros*. Os *riscals* e os *morros* são estruturas rochosas formadas por blocos de basalto de diversos tamanhos, que geralmente são rodeados por substratos de areia. Além disso, essas formações servem como pontos de referência para os pescadores artesanais identificarem os pesqueiros.

En la costa norte del Pacífico colombiano, los arrecifes rocosos sumergidos son denominados localmente “riscals”, mientras que los que emergen sobre el nivel del mar y forman pequeños islotes se conocen como “morros”. Se trata en ambos casos de estructuras rocosas formadas por bloques de basalto de diversos tamaños y formas que configuran altorrelieves del fondo marino y que usualmente están rodeadas por substratos de arena [...]. Los fondos de naturaleza rocosa se distribuyen por toda la región de forma dispersa y forman parches de diversas formas y tamaños en la plataforma y el talud continental. Especialmente en las zonas más someras o cercanas a la línea de costa, donde el relieve del fondo es más plano, se encuentran los riscals de menor tamaño y manera más dispersa, en tanto que en zonas más profundas, ya en el talud continental, conforman amplias extensiones del fondo en zonas más localizadas, especialmente donde la pendiente del talud es más pronunciada. (FAHRENBERGER; NEIRA; DÍAZ, 2016, p.111).

Diferente dos arrecifes do Caribe e do Nordeste Brasileiro, que são de corais, os *riscals* são arrecifes rochosos, porém também atuam como aglomerados de biodiversidade marinha, sendo uma das principais áreas de pesca, com a presença de pescados de alto valor comercial, como os Pargos, os Jureis e as Chernas (FAHRENBERGER; NEIRA; DÍAZ, 2016).

O Pacífico Norte Colombiano é ocupado de maneira dispersa por cidades de pequenos portes, praias e *corregimientos* (aglomerações urbanas menores que a sede municipal), e seus habitantes se apoiam em costumes ancestrais, que lhes possibilitaram uma **coexistência** com algumas condições mais extremas do mar, da floresta densa e da alta umidade (DÍAZ; GALEANO, 2016).

O povoamento da região ocorre por meio de pequenas comunidades e povoados afrocolombianos e indígenas de diversas origens étnicas, das que resistiram e permaneceram após a invasão europeia, como os *embera-katío*, os *wuanam* e os *kuna*, além de outros fluxos populacionais para a região. Por exemplo, os escravizados foragidos das fazendas de mineração de ouro, chamados de *cimarrones* (diz-se do escravo ou do animal doméstico que foge para o campo e se torna selvagem, segundo o *Dicionário da Real Academia Espanhola*), e, durante o século XX, dos *paisas*, provenientes da Antioquia, e de pessoas vindas de outros departamentos, como Tolima e Boyacá (UMAÑA, 2014).

Toda essa diversidade cultural e socioambiental só se faz possível a partir da

manutenção dos múltiplos territórios existentes como um elemento determinante para a reprodução material e simbólica do modo de vida das comunidades afrocolombianas e indígenas, baseado na pesca, na agricultura e no extrativismo tradicional. Sendo assim, o modo de vida se realiza como forma de apropriação e reprodução social em que se inserem os sujeitos, e em suas múltiplas relações tecidas com o ambiente, que serão elementos determinantes na produção de seus territórios e suas territorialidades (SUZUKI, 2013).

No Chocó, a maioria do transporte é feita em embarcações, principalmente com lanchas a motor, feitas de fibra de vidro e madeira, como também em algumas canoas, chamadas *potrillos* e utilizadas para viagens e pescarias mais curtas. As comunicações - não virtuais - na região são feitas principalmente via marítima e fluvial. Isto é uma herança histórica, pois as populações se assentavam perto de rios ou do mar porque assim podia se mobilizar facilmente, além da disponibilidade de recursos.

Quanto ao turismo, este aparece como uma entre as múltiplas possibilidades de reprodução do modo de vida afrocolombiano. A melhor e mais requisitada época do ano é entre julho e novembro (principalmente em agosto e setembro), pois é quando as baleias jubartes (*Megaptera novaeangliae*), principal foco dos turistas, fazem o seu circuito migratório pela região. O avistamento da fauna marinha é um dos principais atrativos turísticos, que além da baleia jubarte, há tartarugas (temporada de agosto a dezembro), golfinhos e tubarões (é um dos locais do mundo com a maior incidência do tubarão martelo e também há o tubarão baleia). Devido a grande e diversa presença de vida marinha, a região é requisitada também para mergulhos.

A etnobioidiversidade somada com a localização estratégica que conecta as Américas do Sul e Central, além da dificuldade de acesso, são motivos que potencializam as atividades ilícitas no Pacífico Colombiano, como o extrativismo ilegal e a presença de grupos armados que exercem controle de alguns territórios e atividades econômicas ilegais, como o narcotráfico.

A economia do Chocó é baseada principalmente na pesca, no turismo, na mineração e na agricultura (banana e outros produtos). Apesar da abundância de recursos naturais, não existem muitas empresas locais que fazem a transformação dos produtos ou gerem grandes quantidades de empregos para a população, como a pesca artesanal tem começado a fazer. De modo que, muitas pessoas migram para cidades maiores, onde vendem mão de obra e transformam o modo de vida tradicional afrocolombiano.

### 2.1.2 A pesca artesanal em Bahía Solano



O Litoral Pacífico Colombiano, embora tenha muitas semelhanças pela posição geográfica, é uma porção heterogênea, indo desde Tumaco, ao Sul, até Juradó, ao Norte. Essa região é subdividida em três: Pacífico Sul, Central e Norte.

La zona sur del Pacífico se caracteriza por pesquerías de malla y anzuelo de pequeña escala (artesanal), aunque desde el puerto de Tumaco zarpan barcos de bandera extranjera (Ecuatoriana principalmente) a pescar en aguas colombianas Atún con redes de cerco, utilizando Dispositivos Agregadores de Peces (o FADs por sus siglas en Ingles). En la época de Dorado (Dic – Abr), esta zona se caracteriza por tener los pescadores más aguerridos saliendo millas mar afuera a pescar con anzuelo, y en la época de Pargo (May – Jun) salen también con sus lanchas a “lampariar” (lamparas y anzuelos) en la noche en los caladeros reconocidos. La recolección de Piangua se hace en los manglares más extensos del continente americano es también muy común en la región. En la zona centro del Pacífico se concentran las flotas industriales en el Puerto de Buenaventura, desde donde zarpan los barcos con doble red de arrastre de camarón de aguas someras y camarón de aguas profundas, así como una flota de recursos pelágicos y demersales que pesca generalmente con redes de deriva o “trancadores” o bien algunos barcos que se aventuran en la época de Dorado a pescarlo con palangre mar afuera. Los trasmallos y “encierros” (redes de enmalle artesanales), así como los espineles (palangres artesanales) son característicos de la pesca de pequeña escala costera en esta región también cubierta con extensos manglares y desembocaduras de ríos a lo largo del litoral. En la zona norte del Pacífico ya no existe la extensa plataforma continental del centro y sur del Pacífico Colombiano, y las extensiones de manglares son mucho menores. Se alcanzan grandes profundidades a corta distancia de la costa a partir de Cabo Corrientes hasta la frontera con Panamá y los manglares se concentran en ensenadas y desembocaduras de ríos principalmente. En la zona de del Golfo de Tribugá predomina la pesca artesanal con redes de enmalle y anzuelos y hay caladeros de pesca tradicionales para el Camarón de Aguas Profundas, mientras que más al norte en la Zona Exclusiva de Pesca Artesanal la pesca con artes de anzuelo es la predominante, ya que las artes de malla fueron prohibidas. (PUENTES; POLO; ROLDÁN; ZULUAGA, 2014, p.91).

Dos aproximadamente 650.000 habitantes do Pacífico Colombiano, cerca de 11.000 são pescadores e 55.000 dependem diretamente da atividade pesqueira (NEILA; DÍAZ; GONZÁLEZ; VELANDIA; MELO, 2016).

O Chocó abrange duas unidades onde existe grande número de pescadores artesanais: as margens do Rio Atrato e o Oceano Pacífico. Como o local de estudo nesse trabalho (Bahía Solano) está no Pacífico, cabe ressaltar que essa região possui como uma das principais características a presença da Zona Exclusiva de Pesca Artesanal (ZEPA).

Além da ZEPA, em Bahía Solano e em uma escala regional, do Pacífico Chocoano, existem diversas instituições estatais, privadas, associações e ONGs que estão inseridas na regulação, no ordenamento territorial pesqueiro e no circuito produtivo de pesca artesanal, dentre as quais: Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Agricultura, Batalhão do Exército e da Marinha, Capitania dos Portos, Conselhos Comunitários, Prefeitura, Parque Nacional Natural Útria e *Corporación Autónoma Regional para el Desarrollo Sostenible del Chocó*



(CODECHOCÓ).

Em Bahía Solano, existem também as cooperativas, que são responsáveis por comprar os pescados e comercializar o mesmo, como fazem as pesqueiras. Entre as principais estão a *Red de Frio*<sup>62</sup>, a *Masmepez* e a *Merluza Pesquera*. Estas instituições já são dotadas de câmaras frias e tem controle sobre boa parte do circuito da economia pesqueira, pois enviam o pescado via aérea para Quibdó, Medellín ou Bogotá. De certa forma, essas instituições representam o outro extremo da posição social em relação aos pescadores artesanais, de funções mais organizacionais e burocráticas.

No Pacífico Norte Colombiano, de modo geral, e particularmente em Bahía Solano, há uma expansão e um crescimento das cooperativas, como a Red de Frio e a *Corporación Autónoma Regional para el Desarrollo Sostenible del Chocó* (CODECHOCÓ), como reflexo de uma tendência em toda a América Latina de fortalecimento do cooperativismo atrelado ao desenvolvimento rural e das lutas camponesas. A questão das cooperativas dentro de um contexto latino-americano já vem sendo discutida há quase um século, como demonstra José Carlos Mariátegui em sua reflexão *O futuro das cooperativas* [1928], defendendo que para hajam cooperadores, que seriam a base da cooperativa, é necessário um “[...] vínculo prévio de comunidade” (MARIÁTEGUI, 2005, p.185).

Escobar (2015) demonstra que a origem do modelo cooperativo remonta a Inglaterra do século XIX e sua aplicação na América Latina teve certo caráter de colonialismo intelectual, mas, em contraponto, o cooperativismo passou a ser um instrumento de fortalecimento e resistência dos pequenos produtores.

Promovidas por el Estado como parte y paquete de la Reforma Agraria y los programas de desarrollo rural integrado, las cooperativas se convirtieron en una herramienta de la modernidad: una forma de racionalizar la producción y la comercialización de bienes agrícolas por los agricultores pequeños. El movimiento cooperativo llegó al Pacífico en los años sesenta asociado al programa de Reforma Agraria. [...] el imaginario de cooperativas se desplegó en el Pacífico como un medio para canalizar recursos hacia pequeños productores y mejorar niveles de vida. (ESCOBAR, 2015, p.216-217).

No caso do Chocó, particularmente em Bahía Solano, os pescadores e pescadoras têm se reconhecido como categoria e criado as cooperativas para manejar o circuito pesqueiro. As cooperativas que surgem também são úteis para as empresas capitalistas, pois elas passam a

---

<sup>62</sup> A Red de Frio foi formada em 2006 para tentar resolver os problemas da falta de gelo e de local para armazenar os pescados, bem como para criar uma rede de comercialização mais “fácil” e mais rápida para que os pescadores conseguissem vender os seus pescados em um menor tempo e armazená-los durante o período entre o desembarque e o comércio, além de buscar diminuir as perdas financeiras que o pescador tinha ao vender toda sua captura para outros intermediários, muitas vezes de maneira fiada. Assim, a cooperativa surgiu como uma alternativa, eles compram, armazenam os pescados e os enviam para Medellín, Bogotá, Buenaventura e Cali. Fazem parte da Red de Frio cinco organizações comunitárias de pescadores, a Pesce Bahía, Sabor a Mar (de mulheres processadores), Maná (de pescadores evangélicos), Gaviotas y Pes Oneti (dos moradores de Chambacú).

fornecer pescado, ou seja, elas também se enquadram na lógica de reprodução do capital. Porém as cooperativas tal qual elas estão surgindo demonstram-se como modelos de desenvolvimento territorial alternativos (SAQUET, 2019a), baseados em conquistas econômicas, políticas, culturais e ambientais, na valorização das identidades e diferenças, dos patrimônios natural e social, da participação de todos na tomada de decisões, da solidariedade, e da partilha comunitária.

A pesca realizada na região é voltada para a subsistência e também para a comercialização, o que garante uma soberania alimentar para uma boa parcela da população, que quase diariamente conta com um prato com pescado em suas mesas. Nas entrevistas e conversas com pescadores em Bahía Solano, sempre foi ressaltado o fato da pesca garantir a soberania alimentar de todo o Pacífico Colombiano, bem como renda para a população local, satisfazendo as necessidades básicas.

Em Bahía Solano, a pesca é a principal atividade econômica, na frente do turismo e da extração de madeira, além de ser a principal fonte de proteína animal consumida na cidade e nos *corregimientos*, ao lado da carne de frango (BAHÍA SOLANO, 2016). As pescarias realizadas no Pacífico Norte Chocoano (municípios de Juradó, Bahía Solano e Nuquí) são desembarcadas em aproximadamente 18 pontos de desembarque, sendo que o de Bahía Solano é o principal deles, recebendo até quatro vezes mais volume do que o segundo maior ponto de desembarque, o de Nuquí (NEILA; DÍAZ; GONZÁLEZ, VELANDIA; MELO, 2016)

Em todos os *corregimientos* (de Bahía Solano e Nuquí), existe a densa presença de pescadores, e mesmo que o circuito da pesca tenha uma centralidade em *Ciudad Mutis*, pois para lá são enviados e comercializados os pescados e lá estão as principais associações e redes de comércio de pescados, como a *Red de Frio*, a *Merluza Pesquera*, a *FEDEPESCA*<sup>63</sup> e a *AUNAP*. Nos *corregimientos*, como El Valle, Huína, Cupica, Mecana, Coquí e Jurubirá, a atividade pesqueira é praticada de uma maneira bem expressiva, ao ponto de serem chamados de “*pueblos de pescadores*” (povos ou povoados de pescadores).

No entanto, muitos pescadores também se dedicam a outras atividades para manter a sua subsistência, isso ocorre com praticamente todos os sujeitos que possuem trabalho informal, que é maioria na região, o que demonstra a fragilidade da extensão dos direitos trabalhistas e reflete o atual momento do neoliberalismo caracterizado pelo afrouxamento da formalização do

---

<sup>63</sup> Federação criada em 2010 que reúne pescadores artesanais e outros trabalhadores que estão envolvidos no circuito da pesca (captura, comercialização, processamento, exportação etc.). A organização atua em um território desde Juradó até o Litoral de San Juan, ou seja, em todo o Pacífico Chocoano. A FEDEPESCA surge ligada com o GICPA, como uma alternativa para receber os recursos voltados para o setor pesqueiro, sobretudo aqueles vindos da AUNAP.

trabalho e da legislação trabalhista.

É evidente que as atividades do circuito da pesca artesanal contribuem para o bem-estar da população (sobretudo alimentar, mas também socioeconômico), impulsionando em certa medida um desenvolvimento regional, principalmente pelos circuitos de mercados responsáveis que estão sendo criados e fortalecidos em Bahía Solano e em Nuquí, ao lado de muitas iniciativas de ecoturismo (de base comunitária), que vêm emergindo em paralelo com o incremento do circuito da pesca.

Em Bahía Solano, segundo os relatos dos pescadores, as principais espécies de pescados são: *Atum barillete* (*Euthynnus pelamis*), Albacora ou Atum amarelo (*Thunnus albacares*), Bonito (*Sectator ocyurus*), *Burique* ou Valete verde (*Caranx caballus*), Bravo (*Seriola rivoliana*), Camarão-lagosta (*Litopenaeus occidentalis*), *Champeta* ou *Barracuda* (*Sphyraena ensis*), *Cherna roja* (*Hyporthodus acanthistius*), Dourado, Cabeçudo ou Carapau (*Coryphaena hippurus*), *Colinegro* (*Caranx sexfasciatus*), *Jurel* (*Caranx caninus*), Merluza ou Corvina (*Brotula clarkae*), *Patiseca* ou Atum gaiado (*Euthynnus lineatus*), *Palometa* (*Diapterus peruvianus*), *Pargo lunarejo* (*Lutjanus guttatus*), *Pargo rojo* (*Lutjanus peru*), *Pargo amarillo* (*Lutjanus apodus*), *Piangua* ou Ostra (*Anadara tuberculosa*), Sardinha ou Anchova (*Cetengraulis mysticetus*), *Sierra castilla* ou Cavala (*Scomberomorus sierra*), *Toyo vieja* ou Cação (*Mustelus lunulatus*) e *Veranera* (*Haemulon steindachneri*).

**Fotografia 4 - Pescador Rebelo com o *buche* da merluza**



**Bahía Solano, 18 jan. 2020, 8h30min.: Um recurso que possui grande valor financeiro é o *buche* da merluza, mostrado na foto pelo pescador Rebelo, que é exportado para compor pratos nobres e afrodisíacos. Segundo fontes orais, um quilo de *buche* vale cerca de 400.000 pesos colombianos (U\$102,8) em janeiro de 2020. Foto: D. B. Neto.**

Dentre as espécies de pescados, aquelas que mais se destacam a nível regional, para o Pacífico Norte Colombiano, são: Piangua ou Ostra, Camarão-lagosta, Sardinha ou Anchova, Merluza (principalmente pela venda do *buche* - **Fotografia 4**), Sierra, Albacora ou Atum-amarelo, Bonito, Atúm Barillete, Dourado, Pargos e Cherna (ZAPATA *et al*, 2015).

Os atuns<sup>64</sup> (mais abundantes em março) tem uma grande importância devido ao grande volume de captura, alto valor econômico e expressivo comércio internacional. A FAO (2020a) aponta que os atuns estão entre as espécies mais pescadas de maneiras sustentáveis (66,6%), com 33,3% das capturas sendo insustentáveis. Em níveis globais, graças aos esforços de conservação no Sudoeste do Pacífico (América do Sul), incluindo o Pacífico Colombiano, está havendo pescas mais sustentáveis de atum.

Three stocks have seen their status improve from unsustainable to sustainable, including Eastern and Western Pacific bigeye tuna and Eastern Pacific yellowfin tuna. [...] Market demand for tuna remains high, and tuna fishing fleets continue to have significant overcapacity. Effective management, including the implementation of harvest control rules, is needed to restore overfished stocks and to maintain others at sustainable levels. (FAO, 2020, p.49).

Na fauna marinha, também estão as baleias, os golfinhos os tubarões, que são chamados pelos pescadores de *fieras*, demonstrando um sistema de apropriação e classificação regional e cultural da natureza.

[...] en la zona rural del Pacífico sur colombiano la palabra *animal*, no se superpone con lo que alguien influenciado por la clasificación linneana entiende con esta palabra. [...] El tiburón es un pez y puede llegar dejar de serlo para entrar en la categoría de fiera [...]. (RESTREPO, 2018, p.31).

As *fieras* são temidas pelos pescadores, sobretudo por acidentes e por serem vistas como “concorrentes” com relação aos pescados. Durante as conversas e entrevistas não foi dito que pescam essas espécies. Apenas um pescador afirmou que no passado comercializavam a barbatana do tubarão. Mesmo assim, prevalece uma visão de “rivalidade” com estas espécies, como visto no testemunho de um pescador:

“**PR**”: A esta época de verano se acerca mucha fiera [tiburón] a la orilla, el agua se está enfriando y ellos vienen buscando agua caliente. No solamente el tiburón, sino todas las especies, todas las especies van para la tierra, buscando agua caliente, la orca también, a esta época se acerca mucha orca. Estas han correteado a los pescadores, por eso la gente para esta época está muy pendiente de la orca y está muy pendiente afuera de las abejas africanas, en esta época hay muchas afuera, y si llegan a la lancha tienen que matarlas porque si las dejan los van a joder. (**Pescador “R”, adulto, Bahía Solano, 2020**).

Quanto aos tipos de embarcações, há uma expressiva diversidade, podendo ser:

a) canoas (fabricadas em um único tronco, semelhante as “canoas caiçaras”, do Brasil), movidas

---

<sup>64</sup> A libra de atum estava sendo vendida a COP10.000 (US\$2,50 em agosto de 2022).

a remo, com capacidade reduzida, para uma ou duas pessoas, que se limita a ir perto da costa ou nos estuários (**Fotografias 6, 9 e 16**), as canoas menores são chamadas de *chingos* ou *chinguitos* e também são muito utilizadas pelos indígenas dentro e fora de seus resguardos.

**b)** lanchas de madeira ou de fibra de vidro com motor de popa, que podem ir à *faenas* de maiores distâncias e boa parte delas possuem compartimento para gelo e para conservar os pescados (**Fotografias 7, 8 e 20**);

**c)** lanchas maiores (aproximadamente 10 a 14 metros) de fibra de vidro com motor a óleo diesel, que permitem ir à *faenas* de vários dias, algumas possuem sondas, GPS e telecomunicadores, este tipo de embarcação é o que existe em menor número (**Fotografia 5**).

Em geral, existem barcos a remo e a motor, estes normalmente oscilam entre 15 e 75 HP (*horse power*). Uma minoria dos pescadores possui GPS e sondas e aqueles que possuem esses apetrechos podem ir mais longe nas pescarias. O pequeno capital tido pescadores e a falta de políticas públicas voltadas para a pesca artesanal fazem com que eles adquiram embarcações geralmente usadas, muitas construídas para outros ofícios, como transporte, sem possuir qualquer critério “técnico” de uma embarcação pesqueira. Esse fato também caracteriza o pescador artesanal em toda a América Latina.

A diversidade de embarcações pode ser observada nas **fotografias 5, 6, 7, 8 e 9**:

**Fotografia 5 - Lancha maior, utilizada para pescarias mais longas**



**Bahía Solano, 18 jan. 2020: Os barcos maiores são utilizados para as pescarias mais longas. Nessa foto, os pescadores estavam desembarcando. Foto: Yussely Aguilar.**

**Fotografia 6 - Canoas em um rancho**



**Coquí, Nuquí, 26 jan. 2020, 10h.: Algumas embarcações ficam guardadas nessas coberturas, semelhantes aos ranchos, presentes nas praias brasileiras. Foto: D. B. Neto.**

**Fotografia 7 - Jovens aprendizes na oficina de barcos**



**Bahía Solano, 15 jan. 2020, 8h18min.: Os aprendizes trabalham na oficina construindo e arrumando os barcos, essa se localiza nas margens do Rio Jella. Foto: D. B. Neto.**

**Fotografia 8 - Lancha em El Huína**



**El Huína, 7 ago. 2022, 15h02min.: Lancha customizada com representação de tubarão, utilizada para transporte, turismo e pesca. Foto: D. B. Neto.**

**Fotografia 9 - Chocoano transportando banana em canoa**



**Nuquí, 24 jan. 2020, 14h41min.: As pequenas canoas a remo são utilizadas para pequenas pescarias e transporte, inclusive de alguns produtos. Foto: D. B. Neto.**

A diversidade da pesca artesanal, em suas diversas formas - desde embarcações menores, ou canoas, a remo, até lanchas maiores chamadas de “pesca artesanal avançada” (AUNAP; UNIMAGDALENA, 2014) - demonstra como o artesanal também é algo fluído e que se hibridiza com outras formas, no caso que permitem maiores volumes de pescaria.

Embora haja um predomínio de barcos a motor, o alto custo do combustível - óleo diesel - diversas vezes impossibilita as saídas para pescar. Isso revela como na pesca artesanal, mesmo que o pescador seja dono de seus meios de produção, é neles que se manifesta um conflito entre temporalidades tradicionais (marcadas pelos saberes dos ventos, da navegação, das artes de pesca, transmitidos oralmente e pela experiência dos mais velhos e vivência cotidiana) e modernas (contato e dependência da cidade, por meio do consumo, das instituições burocráticas, da demanda mercadológica, da dependência de um atravessador e do contato com a internet e com outras formas de trabalho) (SILVA, C. 2014).

Mesmo com essas questões e transformações, a pesca artesanal segue se diferenciando da pesca industrial, sobretudo pelas relações de trabalho, equipamentos e significados culturais. Por exemplo, os artesanais normalmente são parceiros ou meeiros, já os industriais são contratados por uma empresa; na pesca artesanal se utiliza o espinhel e linha de mão, na industrial são as redes de arrasto de fundo, além dos industriais serem especializados na pesca de alguns pescados específicos (camarão, sardinha e atum).

## **2.2 Modo de vida tradicional afrocolombiano**

### **2.2.1 Afrocolombianidade, apropriação social do ambiente e etnosaberes**

A construção do território afrocolombiano sustenta-se sobre um modo de vida em que a pesca artesanal, a agricultura e mais recentemente serviços como o turismo aparecem como principais elementos em boa parte das comunidades (nos dois municípios visitados, Nuquí e Bahía Solano). Essas comunidades, como também as indígenas, sobrevivem e garantem a biodiversidade graças às práticas constitutivas de seus modos de vida em que a natureza possui uma mediação inestimável, presente nos seus costumes, conhecimentos, trabalhos, práticas e saberes.

Antes dos europeus chegarem no Pacífico Norte Chocoano é provável que os pescados e mariscos eram componentes essenciais para os grupos indígenas que lá habitavam, embora as evidências arqueológicas não sugiram um vínculo estreito dos nativos com o mar, como os *Emberás* e *Wounana*, pois esses grupos mantinham um povoamento nas margens dos rios, distribuídos pelas suas cabeceiras, um tanto quanto distantes do mar (DÍAZ; CARO, 2016).



Ainda hoje, os indígenas pescam mais nos rios, mesmo que alguns já se integraram e participam das pescarias (chamadas *faenas*) com outros pescadores.

Históricamente, las comunidades indígenas han sido pescadores de río que emplean arpón y careta, pero actualmente se observan en algunas localidades, como Nabugá, pescadores indígenas que se han ido integrando a las cuadrillas de pescadores costeros afrodescendientes. Salvo en las playas, que utilizan esporádicamente para desplazarse por el litoral, o en algunos manglares, de donde extraen leña, los indígenas que habitan en la costa del Pacífico chocono rara vez abandonan sus resguardos para adentrarse en el mar con sus canoas, más aptas para la navegación fluvial. Es probable que en épocas pasadas tales incursiones fueran más frecuentes y que la, ya de por sí escasa, tradición marinera de los pueblos indígenas del Chocó haya experimentado un paulatino desarraigo con la creciente ocupación de la franja litoral por negros y mestizos desde el siglo XIX. (DÍAZ; CARO, 2016, p.31-32).

Toda a biodiversidade, somada com a complexidade da formação sócio-espacial e cultural do Pacífico Chocoano, além das relações de trabalho e parentesco e da economia agrícola e pesqueira, condicionaram a configuração de comunidades litorâneas, e também ribeirinhas, de extrema complexidade. A pesca aparece como uma atividade tradicional de uso identitário das comunidades afrodescendentes, que foi se configurando através de um conhecimento progressivo, gradual e de familiarização desses povos com o ambiente marinho, com a pesca e com a navegação. Dessa forma, a pesca aparece como uma expressão ecológica e cultural que está intimamente relacionada com o lugar e com o território.

O mar como um espaço vivido é o elemento que dita as relações de trabalho, de subsistência e familiares, além das significações culturais e dos significados atribuídos as práticas, ou seja, a aquilo que é percebido, que integra o modo de vida e que também é a principal, e, muitas vezes a única via de transporte para os assentados na região, além de ser um determinante do planejamento cotidiano e laboral, principalmente para os pescadores. Esses múltiplos significados atribuídos ao mar, desde econômicos até simbólicos, como contemplação, identificação e identidade, podem ser vistos nos **testemunhos de pescadores**:

**DBN:** ¿Cuál cree que es la importancia del mar?

**NV:** Yo diría que por el pescado por la producción, el mar ayuda en diversas formas, le da comida, le da plata, en el mar consigues todo lo que necesitas. Por la economía digamos que si hay una buena producción de pescado usted siempre le queda, pero si no hay, ahí vuelve. A veces yo salgo de noche con mi compañero y hago un millón de pesos, me toca 500 mil [pesos colombianos] a mí y 500 mil a él. Con eso paso un tiempo y después me toca salir a otra vez. La importancia también es salir y mirarlo a ver cómo él está lindo ¿no? Que bello, una brisa que a uno le refresca.

**DBN:** ¿Y eres feliz siendo un pescador?

**NV:** Ahhh claro, que cuando yo estoy mar adentro con mi anzuelo, con mi boya en la mano soy muy feliz, estoy contento. (Norberto Vandale, 75 anos, pescador, Bahía Solano, 18 jan. 2020, 11h27min.).

**LG:** Nací pescando, o sea que eso hace uno desde niño, desde niño comienza uno a pescar aquí, aquí en la orilla. Sies, siete años ya viene uno con su anzuelo a tirar aquí, ya mayor pues. Con el anzuelo y con un potrillo, a canaleta. Anteriormente era sin motor, aquí anteriormente. Yo nací en el 50 [1950], por ahí entre los años entre 50,

60, 60 y pico aquí no había motores, se pescaba todo a remo. Toda mi vida he pescado. Es como, algo con lo que uno nace, no lo puede dejar, es algo que le gusta a uno, que lo hace feliz, que lo recrea, que es parte de la vida de acá, es parte de mi vida la pesca. No puedo vivir sin pescar, eso es una diversión, eso es vida. Exactamente eso es vida!

**DBN:** ¿Y cuál crees que es la importancia del mar?

**LG:** Es vida, para nosotros es vida. Proporciona la comida, la comida es vida. Nos proporciona la parte económica, el mar. Para nosotros el mar es turismo, el mar es todo para nosotros aquí, el modo de vida. El modo de que la gente requiere sus recursos por el mar. Vienen los turistas, viene las temporadas de las ballenas. Si el mar no tuviera aquí no había ballenas [risas]. Entonces el mar es todo aquí, el modo de la gente vivir. [...] Entonces el mar para nosotros es todo. **(Luis Guerrero, 69 años, pescador e aposentado, Bahía Solano, 23 jan. 2020, 15h17min.)**

O mar, como espaço vivido, concebido e percebido, que conforma o modo de vida, é um território onde se concentram saberes que refletem o uso sustentável de seus recursos. Esses saberes não são isolados, pois fazem parte de conhecimentos locais que são resultados de profundas interações entre os elementos naturais, sociais e culturais, ou seja, são conhecimentos complexos fruto de interações sócio-espaciais profundas e contínuas entre o ambiente e os sujeitos, em processos de apropriação social da natureza (DIEGUES, 2004, 2008; SUZUKI, 2013).

A apropriação do território chochoano vem sendo estruturada desde o século XVI, por escravizados africanos que fugiam de suas fazendas e encontravam refúgio nas densas selvas chochoanas. A partir desses fluxos populacionais, então reduzidos, inicia-se a constituição de um modo de vida, que se constitui pelo hibridismo cultural, de processos de desterritorialização e reterritorialização, no sentido que colocam Canclini (2015) e Haesbaert (2021), pois se trata de um povo (afrocolombianos) em outro espaço e outro território, se estabelecendo em um ambiente que não é o seu de origem, inventando e reinventando novas técnicas e novas formas de (re)produção social de seus modos de vida, sendo este, uma mediação entre os sujeitos que ali se instalavam e o território.

Isso significa que o mundo natural (rios, mares, plantas etc.) tem uma presença íntima no imaginário cultural e no modo de vida dos afrocolombianos do Pacífico, pois esses elementos proveram com o sustento desses grupos por séculos. Esse imaginário está elaborado com modelos e narrativas que articulam as tradições indígenas, africanas e católicas.

Todas as especificidades ambientais deste território, até então meio inóspito aos olhos dos escravizados e ex-escravizados, foram sendo percebidas, captadas e apreendidas para garantir a sobrevivência desses grupos, em um processo de construção de conhecimentos tradicionais, passados de geração em geração, que se externalizam enquanto práticas tradicionais (DIEGUES, 2004), que constroem territorialidades (SAQUET, 2015), modos de vida (SUZUKI, 2013), e são baseadas em modelos locais de natureza (ESCOBAR, 2005).

Essa construção nega uma leitura dualista entre essas sociedades e seus ambientes, como demonstra Diegues (2019, p.119), ao afirmar que:

[...] existe uma interligação orgânica entre o mundo natural, o sobrenatural e a organização social. Portanto, para estes dois últimos termos, não existe uma classificação dualista, uma linha divisória rígida entre o “natural” e o “social”, mas sim um continuum entre ambos.

Nesse sentido, as comunidades negras do Pacífico ordenam o real de maneiras específicas, por meio de categorias particulares de classificações e relações, que compartilham muitos desses modelos locais de natureza com os indígenas *emberas*. Nesses modelos, os mundos vegetal, animal e mineral possuem total importância, não estando completamente apartados do “mundo humano” (ESCOBAR, 2015).

Portanto, é possível atinar à importância da mediação estabelecida pela natureza na reprodução material e simbólica das culturas e sociedades, que ocorre de maneira dinâmica, em que a natureza aparece como recurso, mas também como lócus para a construção de símbolos, mitos, rituais, formas de manejo do ambiente (DIEGUES, 2019), e de constituição de modos de vida (SUZUKI, 2013) mediados pelos modelos locais de natureza (ESCOBAR, 2005).

Os **modelos locais de natureza** presentes no Pacífico Colombiano apresentam três características principais: **a)** distinção entre os espaços de usos; **b)** existência de múltiplos mundos, estruturados em um eixo vertical (acima e abaixo); e **c)** sistema de classificação e ordenamento dos seres que opera em várias distinções importantes, e que se parecem com as taxonomias ocidentais, porém não são as mesmas, por exemplo: “[...] los seres del mundo están divididos en los siguientes grupos: 1. Animales, pájaros, mariscos y avechuchos (estos últimos son seres peligrosos); 2. Palmas, palos, bejucos, yerbas y matas; 3. Cosas de la tierra” (ESCOBAR, 2015, p.147).

A cosmovisão dos afrocolombianos é constituída pelo mundo dos de “baixo” e o dos “de cima”. O mundo dos de baixo seria algo “horizontal” e constituído pelos reinos animal, vegetal, mineral etc., em que as plantas fazem uma mediação entre o mundo natural e humano e o sobrenatural, como também estão mais ligadas as mulheres, ao feminino: “El reino de las plantas está asociado con lo femenino a través de una conceptualización compleja que regula la demarcación de los territorios étnicos” (ESCOBAR, 2015, p.143). Já o mundo dos “de cima” seria o céu, habitado por Jesus Cristo, pelos Santos, pela Virgem Maria, pelos Anjos e por “Anjinhos” (crianças que morreram sem pecado). Existem momentos de conexão entre os mundos, um deles são os chamados *arrullos*, cantos que fazem em algumas ocasiões e celebrações religiosas como festas e nascimentos de crianças, representam quando os santos descem do céu e abrem uma janela entre o céu e a terra, entre o mundo dos “de cima” e o dos

“de baixo”.

Hay también otros mundos ubicados de bajo de este mundo. Ellos están habitados por las visiones, otros seres y ciertos animales y en determinadas circunstancias las personas pueden ser secuestradas en uno de ellos. El mundo inmediatamente debajo es una inversión de *este mundo*. Está habitado por seres que se parecen a las personas pero que se alimentan con el olor de comida y, por tanto, no tienen ningún ano; a ellos se los llama *sinculo*. Algunos animales, como los cangrejos, pueden circular entre este mundo y el de *sinculo*. También de bajo esta el infierno, y cierto tipo de música y bailes son asociados con la invocación del diablo, de una manera similar a los arrullos que establecen una conexión con los mundos del arriba. (ESCOBAR, 2015, p.145).

As religiões apresentam um papel fundamental na cultura e no modo de vida do Pacífico Chocoano, pois elas apresentam três atributos nas sociedades: “1. Um discurso, isto é, uma justificativa que lhe dá sentido e finalidade; 2. Participantes ou membros que se agregam; e 3. Comportamentos específicos, incluindo rituais” (GOMES, 2019, p.137). Nesse âmbito, consideramos as **religiões como instituições culturais que traçam uma visão de mundo a partir de um conjunto de símbolos, que modelam uma ordem social**, como também o fazem os outros elementos simbólicos da cultura (GEERTZ, 2008).

A religião é sociologicamente interessante não porque, como o positivismo vulgar a colocaria, ela descreve a ordem social (e se o faz é de forma não só muito oblíqua, mas também muito incompleta), mas porque ela – a religião – a modela, tal como o fazem o ambiente, o poder político, a riqueza, a obrigação jurídica, a afeição pessoal e um sentido de beleza. (GEERTZ, 2008, p.87).

Sendo assim, a religiosidade católica presente entre os grupos afrocolombianos do Pacífico Norte pode ser assimilada com o conceito de **catolicismo rústico**, descrito por Antonio Candido (2023 [1964]) em *Os parceiros do Rio Bonito*: quando se adota o respeito as divindades, aos chefes de família, aos mais velhos, caridade, momentos mágicos, dias de santos, festas, benzedeiros, curandeiros, crenças em divindades religiosas e até míticas, em lendas sagradas, o sagrado e o profano, como danças e cantos fúnebres, como os *Arrullos* e os *Alabaos*. Estes, são cantos fúnebres que possibilitam a ascensão dos mortos por meio dos instrumentos musicais e das músicas que abrem os canais entre o mundo “de baixo” e o “de cima”.

Os *Alabaos* possuem uma grande influência das culturas africanas, como o uso de instrumentos musicais (por exemplo, a *marimba*), e foram criminalizados e demonizados com a colonização branca (PIÑEROS, 2019). Boa parte dos *Alabaos* falam do desaparecimento e dos deslocamentos forçados de populações negras, os cantos são marcas de um **catolicismo rústico**, ou “**catolicismo preto**”, como dito por alguns chocoanos. Esse catolicismo rústico, é presente não só na Colômbia, mas em toda América Latina, principalmente nas culturas mais tradicionais e que possuem uma mediação mais intensa (ou estão inseridas) no universo rural.

Candido (2023, p.29) emprega o adjetivo **rústico** para:

[...] exprimir um tipo social e cultural, indicando o que é, no Brasil [de modo geral, em toda a América Latina], o universo das culturas tradicionais do homem do campo; as que resultaram do ajustamento do colonizador português [e tantos outros] ao Novo Mundo, seja por transferência e modificação dos traços da cultura original, seja em virtude do contato com o aborígene.

Uma entrevistada comenta acerca dos *Alabaos*, e do protagonismo feminino nesse tipo de celebração, na fala também é feita uma crítica sobre a **mercantilização e desritualização da morte, através das funerárias**<sup>65</sup>:

**CRB:** Mas tem uma música que é de todo o Chocó, o importante é isso, é o papel das mulheres e que as mulheres são responsáveis por acompanhar a vida e a morte, então são os *Alabaos*.

**DBN:** O que são *Alabaos*?

**CRB:** É um ritmo de canto, fúnebre, só para as pessoas quando morrem.

**DBN:** E todos fazem isso aqui quando uma pessoa morre?

**CRB:** Sim, aqui, e em todo o Chocó, mas isso “tá” acabando, porque a gente não pratica muito mais porque os *paisas* introduziram as *rancheras*, a melancolia, as funerárias e têm um negócio econômico a partir da morte. (**Carmenza Rojas Bambazu, 34 anos, professora e ativista, Bahía Solano, 17 jan. 2020, 10h21min.**).

A introdução das funerárias e a “modernização” acabou com as práticas ritualísticas e religiosas em torno da morte, como os velórios em casa, os cantos e celebrações fúnebres. Com isso, a morte virou um negócio monopolizado pelas funerárias. Percebe-se então que o imaginário católico opera entre os afrocolombianos e que as representações católicas são transformadas e inscritas sob os modos de vida e os modelos locais de conhecimento, conformando um catolicismo rústico. A maioria dos moradores é católica, embora haja muitas igrejas evangélicas e não há presença de religiões de matrizes africanas (como a umbanda e o candomblé, no Brasil). As manifestações religiosas não cristãs estão, sobretudo, nos resguardos indígenas (embora grande parte desses também são católicos e alguns estão se tornando evangélicos), também estão nas músicas, principalmente naquelas que usam tambores (como os ritmos locais *ruca* e *tamborito*), de origens africana.

As principais celebrações que ocorrem em Bahía Solano, estão relacionadas sobretudo com o imaginário católico, sendo: **1) Festa de São Francisco Solano** (patrono de Bahía Solano, foi um missioneiro que naufragou no Pacífico no século XVI), em 24 de julho; **2) Festa da Virgen Del Carmen**, a padroeira de Bahía Solano, em 16 de julho; **3) Festa do Sagrado Coração de Maria**, em Cupica; **4) Festa de Santo Antonio**, em 16 de junho, em que é tocada a *cumbancha*<sup>66</sup>; **5) Festival de Bahía**, é o carnaval local, de um a oito de agosto, onde saem

---

<sup>65</sup> Também observamos esse processo para o **caso brasileiro, em Maxaranguape-RN**.

<sup>66</sup> A *cumbancha* é um ritmo musical próprio do Chocó que é tocado por meio de instrumentos de percussão, demonstrando uma influência africana. Boa parte dos instrumentos são feitos de madeira (do tipo *balso*) e com coro de *saño* (espécie de porco selvagem). Os instrumentos utilizados na *cumbancha* são: *maroca* (chocalho), *Tambora* (bumbo), *chichara* (reco-reco), e o *timbal* (timbal).

dois cortejos, um por volta das cinco horas da manhã, chamado *alvorada*, e outro pela tarde, chamado *bunde*, com um grupo do ritmo musical *chirimia*<sup>67</sup>; 6) **Noche Afrocolombiana**, em 31 de julho; e 7) **Festa do Pescador**.

A construção do mundo natural dos grupos afrocolombianos constitui complexos modelos locais de natureza, que incluem rituais, o uso estruturado e organizado de espaços, um ordenamento do mundo em níveis e sistemas de classificações e a categorização do ambiente, em que este aparece como uma construção cultural e simbólica, o que tem implicações em seu uso e manejo. Esses usos e manejos se dão através dos chamados **Sistemas Tradicionais de Produção (STP)**, que expressam a relação estreita entre como os sujeitos significam os ambientes naturais e como os transformam e se relacionam com eles, pois na combinação dos modelos locais de natureza com os STP há uma estratégia de apropriação da natureza, que constitui o regime distintivo da natureza.

Os STP operam geralmente em pequena escala e se encontram orientados para o autoconsumo e pequeno comércio, estando organizados segundo formas de apropriação territorial que são familiares e comunais. As bases dos STP são a agricultura (milho, mandioca, banana, plátano, arroz, árvores frutíferas etc.), a pesca, a coleta e a caça (atualmente, a pesca e a agricultura possuem uma importância mais relevante) e eles vinculam a produção e o consumo com redes locais e familiares de intercâmbios de produtos, sementes, conhecimentos e mão de obra, que se configuram como uma série de mecanismos de sobrevivência comunitária. Nesses modelos também estão as atividades produtivas como o pequeno extrativismo, a mineração, a criação de animais domésticos, as artes manuais e os serviços como o turismo e o transporte nos barcos.

Além disso, os STP conservam alto grau de diversidade produtiva e biológica, com baixo impacto ambiental e baixo uso de tecnologias, porém com alta eficiência ecológica e produtiva. A sustentabilidade ecológica desses sistemas se deve também a imensa diversidade genética, pois essa “[...] confiere resistencia parcial a las enfermedades (especificas a determinadas variedades cultivadas) y permite a los campesinos explotar diferentes tipos de suelos y microclimas para una variedad de usos nutricionales” (SÁNCHEZ; VILLEGAS, 2017, p.13).

---

<sup>67</sup> A *chirimia* é o estilo musical popularmente tido como o mais importante do Chocó, que embora tenha a maioria de seus instrumentos de origem espanhola, representa alguns elementos da cultura, da história e das vivências do povo afrocolombiano. Em entrevista (17 de janeiro de 2020, Bahía Solano), a ativista cultural Carmenza Rojas Bambazu afirma que “*Chirimias* contam e falam das vivências da escravidão, falam das vivências da mulher como um objeto sexual, falam das vivências do campesino, da vida do povo, da vida do rio, dos peixes, dos pescadores, falam disso, contam, recriam”.

Suscintamente, os STP possuem as seguintes características, segundo Escobar (2015): **a)** alto uso de trabalho humano; **b)** divisão sexual do trabalho; **c)** relações recíprocas de trabalho; **d)** distribuição coletiva do produto do trabalho; **e)** uso restrito de produtos para trocas; **f)** práticas de segurança alimentar; **g)** força de trabalho não está restrita as leis de mercado; **h)** se baseiam nos conhecimentos locais e tradicionais; e **i)** auxiliam na manutenção da biodiversidade.

Quanto as relações de solidariedade, ajuda mútua e cooperação presentes no modo de vida tradicional afrocolombiano, o mutirão ainda é muito comum para a construção de casas ou a limpeza de terrenos, em que os outros moradores, em um ato solidário e de cooperação, se reúnem para construir, planejar ou elaborar algo para algum morador local, como visto nas **Fotografias 10 e 11**.

**Fotografia 10 - Mutirão em Jurubirá / Fotografia 11 - Mutirão em Jurubirá (2)**



**Jurubirá, Nuquí, 25 jan. 2020: O mutirão ainda é uma prática comum, sobretudo para a construção de habitações, limpeza de terrenos e plantios. Nos *corregimientos*, esse costume é mais forte. Fotos: D. B. Neto.**

Para Antonio Candido (2010), o mutirão trata-se de uma forma de organização do trabalho camponês, que garante uma sobrevivência das formas essenciais, cujo fundamento está em reunir uma quantidade de mão de obra que ofereça mais volume para o trabalho e a finalidade está em realizar atividades que garantam a subsistência do grupo.

A necessidade de ajuda [...] determinava a formação de uma rede ampla de relações, ligando uns aos outros os habitantes do grupo de vizinhança e contribuindo para a sua unidade estrutural e funcional. Esse caráter por assim dizer inevitável da solidariedade aparece talvez ainda mais claramente nas formas espontâneas de auxílio vicinal coletivo, que constituíam modalidade particular do mutirão propriamente dito e, por vezes, recebiam designação especial [...]. (CANDIDO, 2010, p.83).

Em um mutirão, há aqueles que o convocam e aqueles que participam do trabalho,

ambas as funções são alternadas, pois há uma “obrigação moral” de retribuir com sua força de trabalho sempre que forem convocados outros mutirões, pois, “[...] no mutirão não há obrigação para com as pessoas, e sim para com Deus, por amor de quem se serve o próximo; por isso, a ninguém é dado recusar auxílio pedido” (CANDIDO, 2023, p.91).

A pesca artesanal, os pequenos cultivos em hortas, a agricultura, e mais recentemente os serviços turísticos são elementos que integram o modo de vida tradicional afrocolombiano, variando o grau de significância que cada uma dessas atividades possui. Porém, a pesca é uma das práticas de maior relevância no modo de vida tradicional afrocolombiano, pois está também em seus espaços políticos (Conselhos Comunitários, associações de pescadores, escolas etc.), no turismo (por meio da pesca esportiva, como visto **Fotografia 13**), nas maneiras de educar, no lazer, na forma e disposição das habitações (são bem espaçadas e entre as casas, muitas vezes, há uma canoa).

A presença da pesca no modo de vida afrocolombiano se dá por meio de esferas como<sup>68</sup>:

**a) Trabalho principal:** nessa modalidade, uma parcela realiza as *faenas* (pescarias) por muitos dias, como 10, 15 ou 20, e outra parte realiza a atividade diariamente, indo e voltando no mesmo dia. Este é o caso da grande maioria que se intitula como “pescador”.

**PR:** Me quedé trabajando en la minería, trabajé en la minería [...] después volví otra vez para acá y ya me dediqué a la pesca, chinchorro, trasmallo, ahora no se puede más el trasmallo ni el chinchorro, por la ZEPA, entonces estamos directamente trabajando con línea de mano y espinel. Yo soy de las dos pescas, de línea y espinel. [...] Sí, muy feliz por ser un pescador. Te digo que el año tiene 365 días, yo me quedo por ahí unos 300 días en el mar, vivo en el mar, el mar es mi casa. (**Pescador Rebelo, 54 años, Bahía Solano, 18 jan. de 2020, 17h49min.**)

**DN:** Pues yo cuando no pesco, cocino. Pero casi siempre pesco. [...] Pues yo mirando, haciendo un resumen del tiempo como se la pasa en el mar yo creo que de los 365 días que tiene el año por mínimo unos 300. (**Dora Nelly A. Caicedo, 38 años, pescadora, Bahía Solano, 20 jan. 2020, 14h56min.**)

**b) Trabalho complementar:** quando a pesca se associa com outras atividades, sujeitos que também se identificam como pescadores, mas que possuem outros ofícios e a pesca aparece como algo que substância uma proteína para o complemento alimentar e econômico, pela comercialização do excedente. Além disso, para muitos pescadores não há uma profissão fixa e principal, mas um deslocamento entre diversas funções, de acordo com as condições do momento, como a oferta de outros trabalhos, se o tempo está bom para pescar etc. Essa característica pode ser notada nos seguintes testemunhos:

---

<sup>68</sup> Normalmente, a pesca está presente na vida dos sujeitos em mais de uma dessas esferas, sendo que em todas elas existe o elemento da **segurança e da soberania alimentar**.



**GA:** El mar es un mar que alimenta a todo el mundo, en la parte culinaria, porque usted puede mirar que aquí y en cualquier parte del Pacífico si a usted no le da pereza pescar y usted no tiene comida entonces se va a pescar y en un ratito ya viene con la comida acá para vender y para comer. Entonces es mucha ayuda. A veces yo no tengo pescado, pero por perezoso. (**Genaro Ayala, 69 anos, pescador, El Huína, 15 jan. 2020, 18h53min.**).

**ALC:** Porque de ahí vivimos muchos, hay gente que es su profesión. Hay gente que únicamente no hace más nada, solo pescar, claro, yo soy “todo terreno”, yo hago de todo, pero hay gente que vive únicamente de la pesca. Por ejemplo, allí los chambacuseños, los chambacuseños su profesión es pescar, ellos desde pequeñito no hacen otra cosa, y de eso viven. Siempre hay alguno peladito allá en la orilla, sacando atún de la lancha. Chambacuseño es todo terreno, ellos pescan mucho. (**Arnovio Lozano Cordoba, 54 anos, pescador, Bahía Solano, 18 jan. 2020, 10h17min.**).

**MA:** Sí, yo voy a pescar, mi papá sale de pesca cada tres o cuatro días, él ayer llegó de pescar precisamente, pero se fue con otros compañeros y yo estaba aquí en el taller. Pero creo que por ahí pasado mañana él ya vuelve a salir y ahí sí voy, me quedo por ahí 15 días, por allá las playas también tienen cabañas, puede arrimar y se queda dormido en la noche y en el día sale a andar en el mar, todo el día en el mar. Yo salgo a pescar prácticamente casi todos los días, con mi papá o con amigos.

**DBN:** ¿Le gusta más pescar o trabajar acá en el taller?

**MA:** Pues la verdad pescar porque es más libre, es más libertad y si usted. Va y quiere descansar puede descansar, y sigue pescando. En cambio que aquí en el taller sí tiene que darle todo el día hasta que termine las horas de trabajo. Aquí en el taller yo vengo porque tengo días libres y no tengo nada que hacer y vengo, y cuando no hay trabajo pues busco otro trabajo. [...] La pesca es un recurso bueno, pero ahorita todo mundo se está dedicando a otra cosa diferente, ya la gente casi no pesca, pues salen a buscar otras cosas. (**Maicon Alexander<sup>69</sup>, 17 anos, pescador, Bahía Solano, 23 jan. 2020, 15h37min.**).

**L:** Para el pan de cada día, yo voy a pescar cuando necesito para el almuerzo, sobre todo cuando voy para acá para arriba es para almuerzo, desayuno o algo así, pero pa' vender, no. (**Luber, pescadora e artesã, 50 anos, Coquí, Nuquí, 26 jan. 2020, 10h53min.**).

**HO:** Y la pesca de nosotros aquí siempre ha sido más o menos de dos horas, tres horas máximo, porque yo no pesco para comercializar, siempre lo he hecho para el pancoger, para el pan diario y nada más. (**Harry Ovidio Asprilla, pescador, agricultor e guia, 47 anos, Coquí, Nuquí, 26 jan. 2020, 10h35min.**).

c) **Lúdico:** por meio da convivência e conversa com familiares e com amigos que pescam ou pela prática da atividade como diversão, passatempo ou hobby, como na **Fotografia 38**.

**BL:** Primero empecé a trabajar pensando solamente por deporte, por experimentar, por conocer y por aprender, simplemente iba a colaborar, iba como marinero, como ayudante, pero solamente porque me gustaba. (**Bairon Luna, 24 anos, pescador, profissional do turismo, El Huína, 15 jan. 2020, 18h26min.**).

**L:** A veces estoy como medio aburrida, cojo una boya y me voy a pescar. ¡Me deleito pescando! (**Luber, 50 anos, pescadora, artesã, Coquí Nuquí, 26 jan. 2020, 10h53min.**).

**HO:** Creo que el día que yo no salgo a pescar me parece que hace falta una actividad. Yo en la semana es posible que salga los siete días, en cuanto no sea para comercializar pero salgo a pescar. Me gusta mucho, creo que es uno de los deportes que te

---

<sup>69</sup> Em julho de 2022, quando voltei à Bahía Solano e procurei por Maicon para lhe devolver a entrevista impressa, fui informado que ele foi assassinado pelos paramilitares.

desconecta de todo, de cualquier otra cosa, solo tú te dedicas a pensar a qué hora te vas a picar un pez y vas a iniciar esa pelea. Porque **yo diría que es una pelea, depende del tamaño del pez es una pelea** del pez con el pescador. (Harry Ovidio Asprilla, 47 anos, pescador, agricultor e guia de ecoturismo, Coquí, Nuquí, 26 jan. 2020, 10h35min.).

**PH:** La pesca es una diversión, claro. Yo cuando no pesco estoy sembrando. Yo a veces pesco en el estero, pescadito pequeño. En manglar también se pesca con boya y coge, si, parguito, también se piangua. Mi mujer es “pianguera” [me saca de la casa para mostrar a mí las pianguas]. (Plácido Hurtado, 62 anos, pescador e agricultor, Coquí, Nuquí, 26 jan. 2020, 12h04min.).

**EG:** A veces ahorita voy a pescar, pues me gusta mucho la pesca, voy por diversión, por tener pescado en la casa, porque nada mejor que uno ir a pescar el mismo pescado que uno se va a comer, es lo mejor, a mí me parece lo mejor, mejor que comprarlo. Y sí, me puse a pescar bastante, más que todo con mi papá y con mi esposo. Él me llevo una vez a espinelear y coger demasiados pescados, yo no soy capaz de sacar un espinel, es muy pesado y vienen animales muy grandes, pero muy grandes para yo poderlos sacar, pero pesca de línea sí soy capaz de hacerla. (Evelin Gamboa, 20 anos, esposa de pescador, Bahía Solano, 31 jan. 2020, 9h52min.).

**d) Esporte, lazer e turismo:** a pesca é oferecida por alguns como atrativo turístico, em que o turista pode sair para praticar a pesca artesanal, embora essa modalidade seja menos comum. Alguns pescadores artesanais têm abandonado a linha e o espinhel e estão fazendo o uso de varas (chamadas de *cañas*), antes restritas apenas à pesca esportiva, tanto para venderem a atividade como mais um atrativo turístico, quanto para realizarem suas próprias pescarias.

**e) Convívio com pescadores, com o mar, ou mesmo o estar inserido em uma territorialidade da pesca artesanal:** é o caso de quase toda a população local, que compra, se alimenta, cozinha os pescados e tem relação cotidiana com todo o universo da pesca (como se vê nas **Fotografias 12 e 13**).

**f) Nas maneiras de aprender e educar:** por exemplo, no Colégio ou em casa vendo algum familiar preparando o pescado, vendo amigos, conhecidos e familiares pescando e ouvindo histórias e situações.

A importância do mar e da pesca na configuração do modo de vida dos habitantes da costa do Pacífico Chocoano, fica evidente a partir dos testemunhos, pois o mar realiza a mediação dos valores materiais e simbólicos desse povo. Essa importância do mar, bem como de outros elementos da natureza na mediação do modo de vida é ressaltada durante as entrevistas, em que se evidencia como o mar é um elemento necessário para a reprodução, sobretudo material, por meio do trabalho e da alimentação.

Fotografia 12 - Crianças carregando pescados



Bahía Solano, 18 jan. 2020, 8h21min.: É comum a presença de crianças nos arredores do porto e da *Puente de Chambacú*, muitas delas ganham pescados de presente. Presentear pescados é um hábito dos pescadores, uma prática de segurança alimentar comunitária. Foto: D. B. Neto.

Fotografia 13 - Bahía Solano apoia a pesca esportiva



Bahía Solano, 4 ago. 2022: Em maio de 2022, o Tribunal Constitucional Colombiano proibiu a pesca esportiva no país, de forma autoritária e sem consultar os povos e organizações de base. Diante disso, muitas comunidades e bairros pesqueiros se mobilizaram contra essa medida. No 35º Festival da Bahía Solano, onde foram apresentadas manifestações culturais tradicionais, a defesa da pesca esportiva foi uma das pautas centrais. As crianças da foto representam uma geração que também depende da pesca, do mar e de seus saberes. Foto: D. B. Neto.

A presença da pesca artesanal em diversas esferas do modo de vida tradicional demonstra que ainda existe um tempo natural mediando a relação dos sujeitos com o território. Por exemplo, embora o tempo do relógio tenha entrado no cotidiano dos pescadores artesanais, o tempo natural ainda é um fator importante para construir as suas relações, principalmente entre o grupo e os aspectos da natureza. Essa mediação pode ser observada através da importância das fases da lua no processo decisório - de quando e onde trabalhar - que ocorre nas pescarias, envolvendo uma relação entre a cultura e a natureza.

Mesmo que o pescador dependa das forças que regem o ambiente marinho, não é a natureza em si que comanda o ritmo do trabalho pesqueiro, este ritmo é determinado pela própria atividade da pescaria em si, que se desenvolve entre uma relação da cultura com a natureza, como demonstra Cunha (2009, p.61): “[...] é a modalidade da pesca que comanda o horário cotidiano do pescador artesanal perpassando tanto a vida laboral quanto a vida sociocultural como um todo, marcadas por temporalidades distintas”.

O **ciclo lunar** exerce uma grande influência na pescaria, pois as marés são totalmente influenciadas pela posição da Lua em relação à Terra, o que influencia diretamente a dinâmica do ambiente marinho. Além dos ciclos lunares, as estações do ano realizam grande influência na atividade pesqueira, no Chocó, devido a sua proximidade com a Linha do Equador, a amplitude térmica entre as estações do ano é muito baixa (como em toda a Colômbia), por isso, lá só existem duas delas: o verão e o inverno, este sendo marcado pelas chuvas.

O conhecimento mais íntimo da natureza fica claro no depoimento de alguns pescadores evidenciando a importância das fases da lua e da maré para a pesca, e demonstrando a influência de um ritmo e um tempo ligados aos ciclos da natureza (fases da lua, estações do ano e marés):

**ALC:** Las mareas, primero de todo, cuando es puja, de los dos días hasta los cuatro, buena pesca. La luna, con luna no se puede coger pescados, no cogemos nada con luna, con la menguante que pesca, todos los pescadores en luna no salen a pescar porque van a perder la faena, perder la inversión, nadie puede coger pescado.

**DBN:** ¿Y cuáles son las mejores lunas para pescar?

**ALC:** Menguante, noche menguante, noche oscura, cuando no hay luna son las mejores.

**DBN:** ¿Y las estaciones del año?

**ALC:** Invierno, porque en verano se ve únicamente pescados que son la Cherna o la merluza. Merluza porque son de profundidad, se puede pescar, como están haciendo por ahí, pero muy poco. De marzo, abril y mayo, junio, julio, agosto, halla mucho pescado, mucho pargo, muchas especies de pescados, muchos pescados. Pargo, Sierra, Bravo, Jurel, Sierra, Bujica, hay de todo. Y hay también las sardinas, llegan por acá las sardinas [apuntando para la dirección del mar]. (**Arnovio Lozano Cordoba, 54 años, pescador, Chambacú, Bahía Solano, 18 jan. 2020, 10h17min.**)

**PR:** Nosotros acá trabajamos con la luna, porque todo pescador mira la luna, todo pescador trabaja con la luna. Por ejemplo, cuando la luna está llena los pescadores están todos en tierra, y al que más le afecta la luna llena es al pescador de línea, porque

el pescador de línea está aquí están todos aquí en suelo con luna, el pescador de línea pesca con la menguante. Nosotros espineleros [que pescan con espiñel] en la luna que pescamos, salimos a buscar pescador más afuera, si en la menguante estábamos pescando a 60 brazas, en la luna llena vamos a pescar hasta las 125 brazas, buscando la oscuridad, porque a esta profundidad ya está oscuro. (**Pescador Rebelo, 54 años, Bahía Solano, 18 jan. 2020, 17h49min.**).

**JL:** Ahora pues halla la pesca sí, ahora de marzo pa allá la pesca comienza a mejorar porque ahí ya viene entrando el pescado, porque ahora en este momento el pescado se va.

**DBN:** ¿Y es mejor pescar en el verano o en invierno?

**JL:** Bueno, en el verano no, porque no llueve tanto y en invierno llueve y es mejor para pescar, porque si usted sale de día un momentico coge pescado y cuando en el día hay mucho sol es que el pescado se va.

**DBN:** ¿Y en las lunas?

**JL:** En la luna tampoco, a el pescado no le gusta a la luna [luna = luna llena], en la menguante, así como está ahora es mejor, halla más pescados. Saca mucho. Entonces cuando hay luna no, no es bueno. Cuando no hay luna ahí sí, pues coge pescado uuuuu, mucho, mucho pescado.

**DBN:** ¿Y las mareas?

**JL:** Bueno, las mareas uno entra con las mareas, cuando está la marea subiendo va subiendo el pescado, es mejor. (**Julio Lemos, 80 años, pescador, Chambacú, Bahía Solano, 21 jan. 2020, 18h05min.**).

**DN:** En las pescas, por ejemplo, en la luna, cuando está muy claro la pesca disminuye bastante. Porque eso cuando la luna está bien abiertica se ve muy clarito, entonces también los pescados no vienen. Y en la menguante que es más oscuro, bien ahí coge más pescados. Pero la luna más que todo le influye en los que pescan de línea que son los que pescan más de noche<sup>70</sup>. Pero nosotros espineleros también, pero lo que más nos afecta son las mareas, porque hay mareas que no caen pescado.

**DBN:** ¿Cuáles?

**DN:** De pronto unas veces en las quiebras, otras veces cuando la puja es muy alta, tampoco cae mucho pescado. Y cuando dicen que son los cambios, por ejemplo, cuando cambia de puja a quiebra o de quiebra a puja, ese día también es malo, casi no cae pescado.

**DBN:** ¿Crees que la luna y la marea tiene alguna relación?

**DN:** Pues hasta donde yo he escuchado es que cuando son cuatro días de puja ahí llena la luna, entonces deben tener cualquier relación.

**DBN:** ¿Y las estaciones del año?

**DN:** Pues acá las estaciones que más se ven son el invierno y el verano. Que el invierno es ya a fines de año, pues entre septiembre y octubre los meses que más llueve. Y el verano es lo que estamos ahora iniciando [enero] de enero, febrero, marzo. (**Dora Nelly A. Caicedo, 38 años, pescadora, Bahía Solano, 20 jan. 2020, 14h56min.**).

**VG:** Por ejemplo en la marea grande que es la “puja” es muy poco pescado. Pero en la marea baja, que es la “quiebra”, le decimos nosotros “quiebra”, entonces nosotros una puja es una marea grande, crece más de lo normal. Y la baja se llama quiebra. Entonces la baja *hala* más pescado. [...] cuando hay luna no *hala*, no halla, los pescados ven mucho, entonces no agarran los anzuelos. En luna no es bueno, en menguante sí es buena la pesca, y con marea pequeña, son las mejores. A cualquier hora, del día o de noche. Porque hay unos días que *hala*, hay otros días que no *hala* nada, precisamente por las mareas. Hay mareas que traen pescado y entonces ahí se puede coger, pero hay día que no, que no hay nada, nada de carnada pues, de pescados pequeños. (**Prof. Vicente González, 69 años, professor aposentado e pescador, Bahía Solano, 21 jan. 2020, 16h36min.**).

---

<sup>70</sup> Nesse testemunho há um elemento importante: a diferença na relação das fases da lua e do tipo de técnica que é empregada. A pescadora Dora Nelly afirma que a lua influencia mais nas pescas feitas com linha de mão do que naquelas com espinhel, pois essas chegam a maiores profundidades, onde há menos luz e menor influência da lua.

**DBN:** ¿Cómo la luna influencia a la pesca?

**LG:** Mucho, vea: en el tiempo de luna hay un modo de pesca que es ripeo, ripeo es coger el pescado pequeño, con plumillas pero abundante. Ese pescado no pasa de un kilo, y en luna [luna llena] no *hala*, no *hala* cuando hay luna, porque es muy claro. En menguante es la que *hala* bien. La luna no tiene influencias para pescado grande de abajo, como el pargo. No hace mucha influencia, se coge normal pero la luna también influye para coger la carnada pues no se puede coger la carnada con el ripeo. **(Luis Guerrero, 69 años, pescador e aposentado, Bahía Solano, 23 jan. 2020, 15h17min.)**.

**EG:** Oh, la luna si influye mucho, cuando es tiempo de luna hay unas especies de pescados, cuando no hay luna, la noche es oscura y hace que haya otra clase de pescado. La luna influye mucho.

**DBN:** ¿Y las estaciones del año?

**EG:** Aquí hay dos estaciones, invierno y verano. Aquí es mejor para pesquería el tiempo de invierno, es mejor, hay más pescado. En mayo se halla la sardina. Atún se coge en tiempo de verano, ahora por ejemplo se está cogiendo el atún. **(Epifano Garce, 50 años, pescador, Nuquí, 24 jan. 2020, 15h20min.)**.

Dois pescadores completam acerca da sazonalidade da atividade pesqueira, demonstrando como isso pode impactar na economia doméstica das famílias locais:

**PR:** Ahora estamos en el mes de enero, ahora la pesca no está muy buena, más o menos regular, no sé qué pasa, tal vez por las corrientes, se está hallando muchas corrientes de sur a norte, demasiadas, entonces el pescado no anda muy estable. Y febrero es un mes demasiado malo para la pesca aquí en el Pacífico norte. Mes bueno: marzo, abril, mayo, en abril está el agua demasiada fría, entonces hay merluza, pargo, la sardina; en mayo está el atún más que todo. **(Pescador Rebelo, 54 años, pescador, Bahía Solano, 18 jan. 2020, 17h49min.)**.

**LG:** Aquí hay épocas del pescado muy buena, viene marzo, abril, mayo, la pesca es buena, viene atún, viene el tiempo de la gallona que se coge mucho pargo, atún, toda la clase de pescado. Entonces esa época es muy buena, pero viene unos meses muy malos, que son el tiempo de invierno. Entonces en los meses eso disminuye los ingresos de los pescadores, que tienen familia, tienen viviendas. [...] Entonces de los 12 meses el pescador tiene por ahí unos cuatro o cinco meses buenos, que son marzo, abril y mayo es tiempo de pargo. Y el último, como los últimos dos meses, octubre y noviembre también es buena la pesca. Y hay otros mesecitos aquí. Esta zona es húmeda, es invierno todo el año y el pescador no puede, hay que llenarlo más recursos. **(Luis Guerrero, 69 años, pescador e aposentado, Bahía Solano, 23 jan. 2020, 15h17min.)**.

Os pescadores conhecem os ciclos migratórios e reprodutivos dos peixes, sua mobilidade espacial (pois eles se deslocam para diversos sentidos), e também atuam em vários planos marítimos, na superfície e no fundo do mar (de acordo com o tipo de pesca, pois há peixes que se concentram no fundo, por exemplo, os *pargos*). Dessa maneira, os pescadores conhecem e seguem os movimentos da natureza e das espécies, se apropriando do território produtivo, social e cultural de uma maneira única.

Essa apropriação envolve um cuidado com o ambiente, em que através dos sistemas de manejo, ou, etnomanejo, são realizadas práticas sustentáveis e que não causam grandes impactos aos ecossistemas, pelo contrário, garante a etnobiodiversidade (DIEGUES, 2019).

Isso evidencia como a biodiversidade é o resultado da cultura (enquanto conhecimentos e manejos) mais o território, ou seja, aos domínios naturais e culturais sem opô-los.

Algumas dessas práticas de etnoconservação realizadas pelos pescadores são: (a) a seleção de lugares mais apropriados para as pescarias, onde não é área de desova de peixes; (b) a não captura de peixes pequenos que ainda não atingiram o período reprodutivo; (c) o cuidado para não jogar lixos no mar; e (d) a retirada de peixes que se enroscam nas redes de pesca.

Muitos desses conhecimentos estão relacionados com as representações que são feitas para o ambiente. No caso dos pescadores, eles atribuem alguns significados aos mitos e lendas atrelados com o universo marítimo, como as sereias e os encantados, que habitam um mundo abaixo do mundo humano (ESCOBAR, 2015).

Fizemos uma tentativa de capturar esses elementos simbólicos através das entrevistas, principalmente aquelas com os mais idosos. Foi possível identificar as personagens *Riviel* e *Maravelí*. *Riviel* seria um fantasma humano, supostamente um homem que foi morto e deixado à margem de um rio sem ser sepultado, por isso, ele vive no mar e aparece em forma de luz para os pescadores, os afogando, naufragando seus barcos ou só aparecendo mesmo, o que depende da conduta e da vida que leva o pescador (coincide com a Ética Católica Romana, de um Deus que pune). Além disso, o *Riviel* é como uma advertência para os pescadores retornarem caso algo não esteja dando certo. Uma pescadora e dois pescadores testemunham sobre o *Riviel*:

**DN:** Bueno, hasta cuando yo estaba más muchacha escuchaba el mito de Riviel. Que andaba de noche, pues yo escuché mucho eso, es lo que contaban los mayores. Era un hombre que “cogetiaba” a la gente que lo se dejaba alcanzar un día. **(Dora Nelly A. Caicedo, 38 anos, pescadora, Bahía Solano, 20 jan. 2020, 14h56min.).**

**VG:** Bueno, el mito de Riviel, a mí me tocó que yo trabajaba en Cogedó, trabajaba en la escuela pues. Y un día me vine de Juradó, pero yo ya conocía el cuento de Riviel. Y venimos con mi mamá, nos vinimos de madrugada como a las tres de la mañana y vio la luz, temblaba por ahí pues, por la resaca, donde revienta el agua, entonces yo no quise ir encima para que mi mamá no se asustara. La vi y me quedé tranquilo, yo si le digo, si me asusta y ella también me digo “tú no viste, la luz ahí que pasó, ahí es el Riviel”, pero yo no le dije nada para que no se asustara. Pero sí me tocó ver esa luz y seguimos viéndola, seguimos viéndola y a ella fue pasando. Dicen que Riviel es una persona que anda en un potrillo, un chingo pequeño que anda porque era una persona que estaba velando. Y entonces se resulta que ello se quedó en un cajón, y le dicen que ese es lo que anda, bien, son historias. Pero la gente lo tiene miedo, mucho miedo, uuuu. **(Prof. Vicente González, 69 anos, professor aposentado e pescador, Bahía Solano, 21 jan. 2020, 16h36min.).**

**LG:** El mito que le decían Riviel. Esto es un mito sí, una luz que cogía anoche se ve un ataúd. Lo que se comenta es que es un ataúd, una persona que le iban a enterrar pero el mar se lo llevó, le llaman Riviel. Pero es un mito.

**DBN:** ¿Y recuerdas otros mitos?

**LG:** No. **(Luis Guerrero, 69 anos, pescador e aposentado, Bahía Solano, 23 jan. 2020, 15h17min.).**

O outro personagem, *Maravelí*, seria um barco fantasma que aparece para os pescadores, mas ele não foi citado em nenhuma entrevista, apenas em conversas informais. Esses mitos exercem influência através da mediação da água na vida cotidiana, que constrói uma lógica de reciprocidade e conservação dos recursos ecossistêmicos.

[...] estas visiones son parte integral de la vida social. [...] las visiones tienen su hábitat particular y no son parte de un mundo sobrenatural abstracto. [...] Algunos ven en la narrativa de los mundos y visiones elementos de una ética ecológica de reciprocidad y conservación que consiste en advertir a los humanos no abusar del uso de la naturaleza. (ESCOBAR, 2015, p.145-146).

Portanto, há, no interior das comunidades pesqueiras investigadas, a presença de um *tempo cósmico* (CUNHA, 2009) regulando suas atividades ecoprodutivas. A lua, o sol e as estrelas atuavam no universo da pesca e da agricultura, no passado, como marcadores de tempo, e ainda se pronunciam no presente do mundo costeiro, ainda que, muitas vezes, de modo difuso e fragmentário face às mudanças sociais e culturais que atingem as comunidades pesqueiras. Por exemplo, a lua é um dos astros que, de acordo com o tempo cósmico do pescador, atua em seu universo produtivo, ambiental e sociocultural, favorecendo boas ou más pescarias.

Todos esses elementos simbólicos acima citados, são compartilhados conformam a identidade de um povo ou de uma coletividade, como demonstra Mércio P. Gomes (2019, p.35):

Esses elementos, em que se incluem os valores, permitem a coletividade pairar acima das diferenças que a dividem – seja de classe social, região, religião etc. Em contraste com outros povos ou coletividades, esse conjunto simbólico é que diferenciaria uma coletividade de outras, cada uma com seus respectivos conjuntos simbólicos.

Dessa forma, ainda que as comunidades afrocolombianas não sejam compostas na sua integralidade por pescadores, ou que a pesca e/ou a agricultura sejam menos praticadas atualmente em relação ao tempo dos antigos, diminuindo o seu papel nas vidas dos sujeitos, a atividade pesqueira ainda é um dos elementos de maior importância para a mediação material e simbólica no modo de vida do Pacífico Norte Chocoano.

A importância e o vínculo estreito que as comunidades afrocolombianas estabeleceram com o mar, sobretudo através da pesca, é notada **nos testemunhos abaixo**, que também ressaltam como os jovens estão deixando de praticar a atividade, em busca de novas aspirações.

**VG:** A principio sí, mucha, mucha gente, mucha gente pescador, la mayoría fue pescando, pero entonces ya fue mucho y ya se ubicaron en otros empleos y otros vinieron de la ciudad. (Prof. Vicente González, 69 años, professor aposentado e pescador, Bahía Solano, 21 jan. 2020, 16h36min.).

**EG:** La pesca influye mucho en la vida de acá, la vida acá es la pesca, la base principal de la alimentación es la pesca. Esa es la base principal de Nuquí, en particular, es la pesca. Es la comida, la pesca es la base de la alimentación acá. [...] Los jóvenes están aprendiendo muy poco, sobre todo aquí en el casco urbano, allí en los corregimientos salen más a pescar, los niños más pequeños, pero aquí muy poco. (Epifano Garce, 50 años, pescador, Nuquí, 24 jan. 2020, 15h20min.).



Um biólogo e morador de Bahía Solano afirma que os afrocolombianos possuem como característica inata à fixação próxima as margens dos rios e do mar, por isso, sempre haverá uma relação dos chocoanos com o ambiente aquático.

**AG:** Hoy por hoy creo que el modo de vida de Bahía Solano cambió el rumbo, ya hoy en día muy pocos se dedican a la pesca, muy pocos hacen exportación de pescado. Yo puedo decir que acá ya no se dedica el 100% a la pesca. Lo era, quizás hace 15, 14 años atrás. Pero la relación con la pesca siempre ha estado, las comunidades afros, las comunidades negras en el Pacífico Colombiano siempre se ubican a lo largo de las orillas, entonces por esa relación siempre hay un vínculo con el mar para pescar, para el turismo, para otros tipos de actividades.

**DBN:** ¿Cuál crees que es la importancia da pesca en Bahía Solano?

**AG:** En Bahía Solano hay muchos que se dedican 100% al tema de la pesca y para estas personas es el sustento diario. Muchos reciben el factor económico por la pesca. Entonces, digamos que generación tras generación dependen 100% del mar. [...] la vida en las costas del Pacífico Norte Colombiano, todos tenemos de una u otra forma que ver con el mar, es nuestro sustento diario, porque aunque no pesquemos nos toca comprarlos también [risas]. Y pues estamos en la costa donde tenemos facilidad para conseguir pescado, la diferencia con la ciudad donde sacar un pescado fresco es casi imposible. **(Albert Gonzalez, 34 anos, biólogo, Bahía Solano, 28 jan. 2020, 17h39min.).**

Outros depoimentos também afirmam que a pesca é uma atividade inata aos moradores da costa, que cresce praticando a atividade e tende a ir se aperfeiçoando e conhecendo mais o saber fazer da atividade pesqueira.

**LG:** Eso es innato, cualidad innata de la persona, acá todo costeño lo hace. Y ya si adquiere experiencia sale ahí afuera, pero uno nace con eso. Uno nace con esa inquietud, nace la persona con gana de pescar, de salir al mar, así, eso no se enseña, ni uno, ni nadie. Después es que viene como más técnico, buscando más tecnología, pero uno nace con eso. [...] **La pesca es el sustento del nativo, de las personas que digamos que no han tenido la dicha de hacer carrera en la universidad y esas cosas o conseguir empleos. Es el modo de vivir de la gente.** Y creo que lograríamos más si el gobierno inyecta más de lo que manda, porque ellos dicen que mandan pero es basura, es basura lo que mandan. A lo pescador hay que incentivarlo mucho, porque ese es el modo de vivir de la gente. Esto es la economía, y el país percibe eso. Ya está muy claro que de aquí sale mucho pescado y es de muy buena calidad. **(Luis Guerrero, 69 anos, pescador e aposentado, Bahía Solano, 23 jan. 2020, 15h17min.).**

**LCB:** Es como lo esencial, pues donde están los niveles de educación menores la gente se sustenta con eso, coge para la alimentación, los gastos diarios. La importancia de la pesca es porque es fuente de alimento, la gente de la costa come pescado, la gente como pescado tres veces al día y no se aburre. Entonces, es como fuente de proteína, de vitamina, comida magra, comida que no tiene grasa, entonces el pescado es muy rico. Y hay muchos tipos, entonces no se aburre, se come pargo, cherna, merluza, atún, bravo, y preparado de las diferentes especies, desmechado, sudado, ahumado, frito, asado. El chorizo de pescado, en Bahía se consigue, ellos hacen Chorizo. **(Luiz Carlos Bermudez Murillo, 59 anos, pescador, El Valle, 27 jan. 2020, 11h07min.).**

O testemunho de outro pescador confirma a presença da pesca, da agricultura e até da caça no modo de vida das comunidades negras do Pacífico, que se voltaram para essas práticas como uma estratégia de sobrevivência.

**LCB:** Por naturaleza los pueblos de la costa somos pescadores, cazadores, antiguamente agricultores, la gente para proveer su sustento tuvo que aprender de todo, pescar en el río, pescar en el mar, a cazar. Cuando era tiempo de verano se caza mucho el pavón y pava. Hoy ya no hay más caza porque hay controles [controles por las instituciones ambientales]. **(Luiz Carlos Bermudez Murillo, 59 anos, pescador, El Valle, 27 jan. 2020, 11h07min.).**

Como afirma Suzuki (2013), o modo de vida possui um caráter dinâmico e social, ou seja, ele também possui heranças de modos de vida anteriores (no caso chocoano marcado por uma intensa, quase exclusiva, presença da pesca, da agricultura e da coleta), mas também de influências externas, da modernização, do desenvolvimento, dos meios de comunicação etc. Esse conjunto, do tradicional com o moderno, de diversas temporalidades em um mesmo território, ou de diversos territórios sobrepostos em uma temporalidade, vai se reproduzir com base nas territorialidades construídas (HAESBAERT, 2021; SAQUET, 2015).

Temporalidades diversas podem ser observadas nas **Fotografias 14 e 15**, que demonstram o acúmulo de muitos tempos. Isso vai ao encontro com Milton Santos (2013a) quando afirma que o espaço é o acúmulo desigual de tempos, ressaltando a importância da técnica e de suas transformações para definir as mudanças sócio-espaciais.

**Fotografia 14 - Embarcações: encontro de temporalidades**



**Jurubirá, Nuquí, 25 jan. 2020, 8h53min.:** As embarcações se diferenciam pelo tamanho, forma e material, o seu uso varia de acordo com o tipo de pesca e o ambiente. Por exemplo, para capturas no mar e mais distantes as embarcações são de fibra e maiores, já para rios e estuários elas podem ser menores e de madeira. Na foto, nota-se o acúmulo desigual de tempos materializado nas embarcações de pesca artesanal. Foto: D. B. Neto.

**Fotografia 15 - Pescador e família em seu lar**



**Coquí, Nuquí, 26 jan. 2020, 10h30min.: O acúmulo desigual de tempos se materializa, por exemplo, nas habitações vernaculares e na presença do poço, para extração de água, enquanto as crianças utilizam brinquedos e roupas modernas. Foto: D. B. Neto.**

As **fotografias 14 e 15** demonstram a coexistência de elementos modernos (televisão, internet, roupas, eletrodomésticos, todos eles vistos de maneira positiva pelos moradores) com elementos tradicionais (pesca, consumo de plantas medicinais, hortas, extrativismo, preparo de alimentos, como óleo de coco, técnicas pesqueiras e agrícolas, canoas) no modo de vida.

Até mesmo os elementos “modernos”, possuem uma dinâmica peculiar, como é o caso da energia elétrica, pois os municípios de Juradó e Nuquí não são abrangidos pelo *Sistema Interconectado Nacional* e tem a sua energia elétrica graças a geradores movidos a óleo diesel (provisto em parte pela prefeitura) que possuem restrição de horários e constantemente ocorrem quedas na energia, além de não haver um sistema de abastecimento de água e saneamento básico eficiente, como também é o caso dos *corregimientos* de El Valle e Cupica.

### **2.2.2 O papel dos conhecimentos tradicionais e das técnicas**

Os conhecimentos tradicionais construídos pela relação dos sujeitos com o ambiente marítimo, que são transmitidos de geração em geração pela oralidade, articulam saberes técnicos e populares que cumprem um papel fundamental no conceito de mar como categoria de um povo (DÍAZ; CARO, 2016), por exemplo, as técnicas (ou artes) de pesca, os materiais com que são fabricadas, os materiais empregados na construção das embarcações e os acessórios de navegação. Em relação aos conhecimentos tradicionais associados com a pesca

artesanal, eles são produzidos e enraizados localmente, estando assim totalmente articulado com a vida cotidiana e com a identidade (RANGEL, 2017), mas não sendo algo estático e sim que vai passando por transformações no decorrer do tempo (ESCOBAR, 2015).

A apropriação e a significação dos conhecimentos e saberes tradicionais ocorre por meio da tradição ancestral e só podem ser compreendidos no contexto da cultura e do lugar em que foram produzidos (ESCOBAR, 2015). Tratam-se de saberes transmitidos pelas caminhadas e passagens pelo território, que estão presentes nas práticas do modo de vida. Com isso, a experiência adquirida a partir do trabalho diário é o que permite a aquisição dos conhecimentos sobre os recursos naturais disponíveis em determinado local.

A transmissão oral de saberes e a aprendizagem pela prática, pela observação e pelo acompanhamento aos mais velhos estão presentes na pesca praticada no Pacífico Norte Colombiano, sendo o que caracteriza a pesca como um saber tradicional, marcado pelo íntimo e complexo conhecimento da natureza e respeito aos seus ciclos, como as marés, a lua, a reprodução e migração das espécies e estações do ano. Juntamente com a pesca, se aprende uma representação simbólica do mar, que se realiza pelo respeito às suas leis (DIEGUES, 1995, 2004).

Os sujeitos aprendem a pescar olhando e saindo com os mais velhos, normalmente parentes, conhecidos ou amigos, o que ocorre de maneira lúdica e espontânea para as crianças (quando elas estão com entre sete e doze anos), algo que é naturalizado como um devir da vida. Esse processo de aprendizagem fica nítido nos **testemunhos de pescadores**:

**BL:** Primero aprendí a pescar en “chinguitos”, ahí fue donde aprendí a pescar, a tirar espinel de la canoita de madera.

**DBN:** ¿Y con quién aprendiste?

**BL:** Con un hombre de Nabugá, es un señor moreno, tiene por ahí unos 70 años. Fue el que me enseñó a pescar, que me enseñó todo sobre espinel, cómo carnadear, cómo empatar el espinel, cada cuánta braza se pone el anzuelo, cada cuánta braza se pone una boya, cuántos anzuelos tiene un espinel. Y ya aprendí el trasmallo también, que es la malla que tiran y cae más pescado, es más dañina pero, cae mucho más pescado. Ya es bueno, pero después aprendí a pescar el atún, aprendí con el Maicon, de aquí de Huína, el de aquí de Huína es uno de los mejores pescadores que yo pueda decir de aquí, es Maicon. (**Bairon Luna, 24 anos, pescador e trabalha com turismo, El Huína, 15 jan. 2020, 18h26min.**)

**GA:** Yo solo mirando, yo veía a los más viejos que hacían eso y yo también hacia eso. (**Genaro Ayala, 69 anos, pescador esportivo e artesanal, El Huína, 15 jan. 2020, 18h53min.**)

**LI:** Yo desde pequeñito aprendí a pescar con mi finado bisabuelo, él ya se murió, yo desde pequeñito cuando él iba, ¡iba yo! Y así se me fue cogiendo toda la experiencia y la experiencia de él y todo eso y él fue enseñándome y todo eso. Y después comencé a meterme solo. (**Luis Riba Inestrosa, 40 anos, Bahía Solano, 16 jan. 2020, 9h53min.**)

**ALC:** Con mis hermanos mayores y vecinos. Saliendo con ellos, ellos me enseñaban, como se empatar el anzuelo, como se metía la carnada, como se lanzaba a la agua. **(Arnovio Lozano Cordoba, 54 años, Bahía Solano, 18 jan. 2020, 10h17min.).**

**NV:** Desde pequeño, porque aquí en la costa uno desde pequeño acostumbra a pescar en la lanchita pequeña, a canaleta, desde niño. Desde niño yo pescaba, yo chuzaba, hacía de toda vaina, acá en Bahía Solano. Yo tenía ocho años cuando empecé a pescar, fui criado sin mamá y sin papá entonces toda la vida mía fue de trabajo desde pequeño, yo pescaba, yo chuzaba, yo “arponeaba”, de toda la vaina hacía, acá en Bahía Solano. **(Norberto Vandale, 75 años, pescador, Chambacú, Bahía Solano, 18 jan. 2020, 11h27min.).**

**JJ:** Yo aprendí a pescar solo. Viendo. ¿Sabes qué hacía yo? Yo me iba por esta orilla con mi boíta y yo hacía unos ganchos, pasaba una vara de por ahí unos dos o tres metros, mataba un cangrejito que le decimos “*tasquero*”, entonces yo mataba los animalitos y me iba ahí en la *punta de piedras* y me iba allá a la punta, me iba con marea subiendo por la playa, porque yo no tenía lancha. Y yo me encomendaba a pescar un hombre [...]. Yo aprendí a pescar solo, ya me dediqué a pescar mar a fondo, afuera, cuando ya me embarqué a fondo, también aprendí a pescar sólo.

**YA:** Pero me imagino que usted escuchaba y veía a los mayores

**JJ:** ¡Claro! Los mejores pescadores antiguos que habían que vi, en Huína estaba mi tío Andrés, mi abuelo Luciano, ahí no había tantos pescadores pero habían como cuatro o cinco, pero cinco personas que pescaban. Entonces yo pescaba con ellos, cuando me tocaba embarcarme con mi abuelo a paseo y yo lo veía, como empataba el anzuelo, cómo le metía la carnada en el anzuelo y así de esa forma aprendí a pescar yo, viendo, escuchando a los mayores. **(Don Juan de Jesus Caicedo Ribas, 81 años, pescador, Chambacú, Bahía Solano, 18 jan. 2020, 8h58min. Entrevista realizada junto com Yussely Aguilar).**

**PR:** A mí nadie enseñó a pescar, yo salía a pescar como le dije primero, y en Nuquí la gente salía mucho a pescar en su potrillo pequeño, de madera. [...] Aprendí a pescar espinel porque mi papá usaba una cosa llamada calandria, calandria es como un espinel, sino que el calandria lo deja en el río, es una especie de espinel pero pequeño, 50, 150 anzuelos en máximo. Y es con anzuelo número nueve o ocho, y mi papá siempre me llevaba a pilotear la lancha, a canaleta, porque la gente usa motor solo ahora. **(Pescador Rebelo, 54 años, Bahía Solano, 18 jan. 2020, 17h49min.).**

**WL:** Estoy aprendiendo a pescar desde los 10 años, aprendo con mi papá, mi abuelo, ellos son pescadores y hacen otras cosas, también me gusta pescar con mis primos, mis amigos. **(Wilmer Lemos, 13 años, Chambacú, Bahía Solano, 20 jan. 2020, 16h20min.).**

**VG:** Yo aprendí con mis otros compañeros, yo me iba con amigos a pescar y bueno de la manera como ellos actuaban así mismo yo también hacía, cambiaba mi carnada, miraba los brasas porque hay unos pescados que pegan al fondo. Entonces miraba como era, entonces ellos me decían ‘no, mañana vamos a cambiar de pelito, de color del señuelo, porque no hay pescado, esta marea no está buena’. **(Prof. Vicente González, 69 años, professor aposentado e pescador, Bahía Solano, 21 jan. 2020, 16h36min.).**

**JL:** Yo empecé a pescar desde muy muchachito, aquí en Bahía, yo nací en Mecana y de Mecana me trasladé aquí y de aquí comencé ya a pescar, desde 15, 16 años haciendo mi pesca, pues pescando.

**DBN:** ¿Y quién le enseñó?

**JL:** Yo aprendí con mi papá, él me llevaba a pescar y cogíamos pescados grandes, buenos pescados, en la lanchita, cogemos mucho pescado, pámpana, atún, pargo, de todos los pescados. Pescábamos con carnada, de línea. Con manilla, pues las manillas son blancas, ya tenían anzuelo de estos mismos acá [coge los anzuelos y nos muestra]. **(Julio Lemos, 80 años, pescador, Chambacú, Bahía Solano, 21 jan. 2020 18h05min.).**

**MA:** Empecé a pescar desde que mi papá llegó aquí, yo tenía como dos años y mi papa a los siete años me comenzó a llevar como por esas playas a coger pescado, coger coco, conchas, camarones, de todo. Él me llevaba y yo iba cogiendo la boya, los pescados, o el espinel y las otras cosas. Saliendo por ahí, por ese morros, por allá hay muchas playas, hay *Cabo marzo*, *Cabo Corrientes*. (**Maicon Alexander, 17 anos, Bahía Solano, 23 jan. 2020, 15h37min.**)

**PH:** Yo empecé a pescar desde muchacho. Uno pesca de muchacho y después le coge pereza [risas]. Desde muchacho “esteleando” [pescando en las estelas, son lanchas pequeñas]. Salía a pescar y en aquél tiempo se pescaba era con “caneco”. Uno aprende, mirando a los maestros. A empatar el anzuelo como se empata, cuando uno va pescar a que profundidad es. (**Plácido Hurtado, 62 anos, pescador e agricultor, Coquí, Nuquí, 26 jan. 2020, 12h04min.**)

**LCB:** Yo aprendí con un compañero, después de los años 1970, después del terremoto en Bahía Solano yo me metí a pescar con un señor que vivía en la playa con un tío y él me enseñaba. Anastacio Bermudez, muy buen pescador del Pacífico. (**Luiz Carlos Bermudez Murillo, 59 anos, pescador, El Valle, 27 jan. 2020, 11h07min.**)

Através dos testemunhos, fica nítido como o conhecer de um pescador vai para além do saber-fazer em si, pois se manifesta pela sabedoria, que não diz respeito exclusivamente a como usar os apetrechos de pesca, mas sim onde e quando utilizá-los, através da relação de totalidade do conhecimento sobre o ambiente em que atua.

O saber-fazer diz respeito à realização de determinados atos, como saber dar o nó, soltar a poita, dar partida no motor. [...]. Tornar-se um pescador profissional, entretanto, significa ser portador do conhecer que implica no quando, onde e porquê fazer. Esse conhecer é constituído por um conjunto de ideias sobre o navegar, o movimento das marés, os tipos de fundo propícios à vida de certas espécies de pescado, noções empíricas sobre os hábitos dos diferentes peixes etc. O importante não é conhecer um ou outro aspecto do segredo, mas saber relacionar os fenômenos naturais e tomar decisões relativas à captura (DIEGUES, 1983, p.199).

Esse saber fazer se desenvolve através de uma evolução, em que normalmente se começa pescando nas praias ou nos rios, com pequenas varas ou redes, e com o passar do tempo ele vai “se lançando” aos rios, aos lugares mais afastados da praia, até ter construído os conhecimentos necessários para que ele pesque em mar. Como notado abaixo:

**VG:** Desde muy niño, empecé a pescar en Juradó ahí en la frontera de Panamá, yo nací ahí y ahí empecé pescando pero pescando en la orilla del río, cuando ya más grandecito compré una lancha de palo, de madera, un portillo de dos punticas entonces empecé a salir al mar, a canaleta. Pescaba con anzuelo y carnada. (**Prof. Vicente González, 69 anos, professor aposentado e pescador, Bahía Solano, 21 jan. 2020, 16h36min.**)

**EG:** Empecé a pescar desde muchacho acá en los ríos, en Nuquí, fui aprendiendo y salí al mar. Aprendí con los primeros que pescaban, con los más viejos uno va aprendiendo y uno va pescando. Empecé pescando en potrillos y canaleta y ya hoy pesco con mi motorcito, pero todavía en la lancha de madera, por la situación económica, es más barata. (**Epifano Garce, 50 anos, pescador, Nuquí, 24 jan. 2020, 15h20min.**)

Quanto às técnicas de pesca, aquelas mais empregadas na região são:

a) a linha e anzol (*línea de mano*), com “isca viva” ou artificial (**como demonstrado nas**

**fotografias 16, 17 e 18).** Nos barcos, a linha de mão pode ser utilizada das seguintes maneiras: (I) com o barco ancorado; (II) à deriva, com o motor no mínimo, em que o uso da embreagem e do acelerador alternam para permanecer em um local fixo ou se mover lentamente; e (III) com a lancha acelerada, mantendo os anzóis à superfície ou em “meia camada”. Normalmente as duas primeiras formas são para pescar peixes de fundo e a última para peixes de superfície ou meio termo; **b)** o espinhel (*palangre* ou *espiñel*) de fundo ou de superfície; **c)** as redes de arrasto, como o *chinchorro* (um tipo de rede); **d)** a tarrafa (*atarraya*); **e)** o arpão (**Fotografia 19**); **f)** os cercos.

Encontramos num material bibliográfico (AUNAP; UNIMAGDALENA, 2014) a existência na região de uma técnica chamada de *Ruche*<sup>71</sup>, porém não vimos ou ouvimos sobre a técnica.

**Fotografia 16 - O pescador solitário**



**Bahía Solano, 15 jan. 2020, 13h39min.: É comum muitos saírem sozinhos para pescar próximos à praia e em canoas que são produzidas artesanalmente na selva por afrocolombianos ou indígenas. Foto: D. B. Neto.**

---

<sup>71</sup> “Este arte típico del Pacífico se emplea para la captura de peces tanto pelágicos como demersales dado que su altura abarca toda la columna de agua en razón a que se pesca muy cerca a la costa. La operación consiste en realizar un cerco para encerrar cardúmenes. Está compuesto por una relinga superior o de flotadores, una relinga inferior o de plomos, dos cenefas, una superior y otra inferior que frecuentemente son hechas con paño de material más resistente al del cuerpo del equipo, también tiene en su parte inferior inmediatamente después de la relinga, unas anillas que son enhebradas por un cabo de jareta con el que se cierra la relinga inferior, permitiendo la captura por embolsamiento” (AUNAP; UNIMAGDALENA, 2014, p.13).

**Fotografia 17 - Pescador Julio / Fotografia 18 - Linha de mão**



**Chambacú, Bahía Solano, 21 jan. 2020, 17h43min. e 18h17min.: O pescador Júlio nos mostrou seu material de pesca. Fotos: D. B. Neto.**

**Fotografia 19 - Arpão artesanal indígena**



**Bahía Solano, 10 ago. 2022, 17h02min.: Normalmente os arpões são utilizados para pescarias lúdicas, no mar, nos rios, em lagoas, lagoas e cachoeiras. Foto: D. B. Neto.**

A rede de tresmalho foi utilizada em um tempo passado, mas hoje não é mais, pois a técnica foi proibida para fins de conservação das espécies, sobretudo na área abrangida pela Zona Exclusiva de Pesca Artesanal (ZEPA). A tarrafa também possui certas restrições de uso, em geral, ela é mais usada para pegar as iscas (chamadas de *carnadas*), que são espécies de peixes menores.



## Fotografía 20 - Pescadores jugando a tarrafa



**Bahía Solano, 22 jan. 2020, 16h25min.:** A tarrafa é utilizada para capturar iscas para pescarias maiores, diferente de alguns lugares. Por exemplo, no Rio Magdalena, a tarrafa é utilizada para capturar os pescados, havendo técnicas locais singulares, como o “*corraleo*”. Foto: D. B. Neto.

Alguns pescadores contam sobre o abandono de técnicas que podem ser prejudiciais para o ecossistema marítimo, como os tresmalhos, em detrimento da adoção das técnicas de linha de mão e espinhel:

**DBN:** ¿Y con cuales instrumentos pesca?

**LI:** Digamos con, con línea, nylon y línea. Y para coger la carnada utiliza uno, digamo con línea, pero le pone anzuelito pequeñito y usa una plumillita, digamo que con una cosita de estas que estan ahí [apuntando para la pluma], y dependiendo de la clase de pescados que vas coger se pone una plumillita de estas.

**DBN:** Y trasmallo, atarraya ¿no usas?

**LI:** Trasmallo eso sí, pero en mucho tiempo hacia atrás porque digamos, que hoy le prohibieron. Y lo que ven trasmallando digamos hoy en día, digamo echando malla por aquí, la guarda costa lo cogen y le suspenden a veces la lancha o le quita, se no tiene productos, le quita la malla y te quita a veces la producción también, y ya para coger la carnada se utiliza también la atarraya, que es mucho mejor. Y eso aquí en Bahía es lo que la gente hace todo el tiempo, de canaleta, amanecen todo día y toda noche se poniendo atarraya, y después echan la carnada en agua viva ahí y se van a pescar en lo otro día. (Luis Riba Inestrosa, 40 anos, pescador, El Huína, 16 jan. 2020, 9h53min.).

**VG:** Utilizamos trasmallo un tiempo pero más que todo fue el anzuelo, a mano, siempre artesanal pues. Yo creo que es lo mejor, es que yo me quedaba viendo como que el trasmallo se echa fondo y se deja toda la noche, cuando este pescado se halla acá ya la mitad sale, y a mí me tocaba ver cómo bajaba el pescado, subía bajando con la marea, y no se aprovechan para la venta ni nada, es una pesca inútil. Sin embargo cuando coges así a mano se aprovecha todo, es más fácil para conservar. (Prof. Vicente González, 69 anos, professor aposentado e pescador, Bahía Solano, 21 jan. 2020, 16h36min.).

A tarrafa, de modo geral, é utilizada nas áreas próximas as praias, pois a técnica é a

mais eficiente para capturar as iscas, inclusive existem lugares específicos onde os pescadores fazem essa captura.

**DN:** Pues la atarraya la usamos para coger carnada, con atarraya se coge carnada para el espinel, en la orilla, al lado de la orilla del mar.

**DBN:** ¿Entonces todavía se usa la atarraya?

**DN:** Si, todavía se usa la atarraya. Ahorita estamos cogiendo un pescadito pequeño que se llama *plumada*. Con esa se cale en espinel. En la época de mayo sube la sardina, también se usa la atarraya para coger la sardina. Entonces todo el año se usa la atarraya, para la carnada. (**Dora Nelly A. Caicedo, 38 años, pescadora, Bahía Solano, 20 jan. 2020, 14h56min.**)

Por exemplo, em Bahía Solano, o porto conhecido como “La ESSO”, é um lugar de uso frequente da tarrafa para capturar iscas (**Fotografia 20**).

No *corregimiento* El Valle, um pescador cita a existência de uma área chamada “*El respingue*”, que é um criadouro de iscas, onde elas são capturadas com tarrafa.

**LCB:** Estamos en el “respingue”, aquí es un criadero por naturaleza de carnadas. De cardumes, de sardinas, plubuja, palo palo y clarita. Con esos peces, los pescadores cogen la atarraya y se van mar adentro hacer la captura, la faena. Igualmente, los que pescan espinel también cogen la carnada para carnadear el anzuelo para coger la merluza, la cherna y el cabezudo. (**Luiz Carlos Bermudez Murillo, 59 años, pescador, El Valle, 27 jan. 2020, 11h07min.**)

Em geral, cada pescador possui a sua preferência em relação as técnicas. Além disso, existem espécies de peixes que demandam determinadas técnicas específicas. Por exemplo, o atum é capturado com linha de mão. Além disso, cada técnica é totalmente dependente dos conhecimentos, sobre quando e como utilizá-las, como notado no testemunho:

**PR:** La línea de mano cuando llega el pescado es un deporte muy sabroso, cuando baja la boya y usted siente que el nylon se movió, ya es el pargo que está vendiendo, la mejor pesca del mundo me parece que es esa. [...] Ya el espinel, nosotros estamos trabajando como con 2000 anzuelos, los tira, los deja toda noche y en la mañana ahí los recogen. Este trabajo es casi todo el día, hasta las dos o tres de la tarde. Las tres de la tarde le pica la carnada “tum tum tum”, y si no le gustó donde uno está trabajando, o sea no le fue bien en este sitio, hay que movilizarse a buscar otro sitio más afuera o más a la orilla o más a norte o más a sur. (**Pescador Rebelo, 54 años, Bahía Solano, 18 jan. 2020, 17h49min.**)

Há também um instrumento chamado de “*señuelo*”, um tipo de isca falsa, feita com linhas ou pelos, que fica presa no chumbo junto com o anzol e pode ter uma variedade de cores, em que a escolha irá influenciar na pescaria. Um pescador conta sobre essa técnica, suas variedades de cores e tamanhos:

**VG:** Nosotros aprendimos que los pescados tiran por el color del “señuelo”. O sea que el señuelo le pone unas barbitas, pero esas tienes color, como coger una peluca roja, amarilla, verde, y entonces de allí hace uno, el “señuelo”, lo hacen para pescado grande y para pescado pequeño. [...]

**DBN:** ¿Y cómo hacían los señuelos?

**VG:** Nosotros hundimos el plomo, el plomo ahí va pegado en el anzuelo y luego lo labramos y de allí se pega el pelito, la basurita pues, ahí se pega. Entonces se hace de varios colores y una de las ventajas para uno saber que la pesca está buena es cambiando de señuelo cada pesca. Entonces uno pesca con un color blanco, con un

verde, o con un rojo, o con, con pluma de aves blancas. Entonces cuando no halla con esa uno la cambia. Esa no sirve para esta marea, porque uno dice que el pescado pega es por marea. (Prof. Vicente González, 69 años, professor aposentado e pescador, Bahía Solano, 21 jan. 2020, 16h36min.).

Nas técnicas se manifestam diversas temporalidades e mesmo que algumas sejam heranças dos ancestrais, elas vão passando por mudanças e adaptações de acordo com o tempo e com o lugar em que são empregadas. Estas transformações são visíveis nos depoimentos dos pescadores, que citam a chegada do gelo e outras mudanças, como o espinhel, que aumentou drasticamente a capacidade de captura por quantidade de tempo:

**DBN:** ¿Cuando usted empiezo a pescar ya tenía el hielo, electricidad y otras cosas?

**ALC:** No, nada, no tenía.

**DBN:** ¿Cómo hacían para conservar el pescado?

**ALC:** No, eso no se conservaba, se salaba, y lo que no se salva, se abría se abría, se secaba en el sol, y el resto se humeaba<sup>72</sup>, humeaba, humeaba para conservarlo más.

**DBN:** ¿Cómo se ahumaba?

**ALC:** Se humeaba en el fogón de leña, se sala primero, y ahí se pone a humear, porque la sal se saca el agua del pescado.

**DBN:** ¿Y cómo usted miró la llegada del hielo, de las otras cosas?

**ALC:** Buenísimo, fue buenísimo. Más pescados, pudiéramos coger más pescados! Cuando yo empecé a pescar con espinel, lo más grande que tenía era lo de 20 anzuelos, con 20 anzuelos sacábamos 18 pescados. (Arnovio Lozano Cordoba, 54 años, pescador, Chambacú, Bahía Solano, 18 jan. 2020, 10h17min.).

**JJ:** Ha cambiado cien por ciento, en la dificultad, en ese tiempo yo pescaba con *pavilo* con piola. Ahora es con nylon y anzuelo, yo pescaba con anzuelo 14, 10 y 8 [habla acerca de las tallas de los anzuelos]. Y el pescado también se puso muy arisco.[...] Y la carnada también, ahora si no es con carnada viva no pesca nada. (Don Juan de Jesus Caicedo Ribas, 81 años, pescador, Chambacú, Bahía Solano, 18 jan. 2020, 8h58min.).

**DBN:** ¿Antes del hielo como hacían para conservar el pescado?

**NV:** No se cogía pescado así, no salía a pescar. Sacaba el pescado y ya lo entregaba. Si no tenía tiempo de entregarlo entonces uno no pescaba. (Norberto Vandale, 75 años, pescador, Chambacú, Bahía Solano, 18 jan. 2020, 11h27min.).

**VG:** No se podía llevar hielo porque las embarcaciones son muy pequeñas y tampoco se producía hielo en estos pueblos por la energía. Bueno, uno para conservarlo lo salaba, uno cogía el pescado, lo abría, le echaba una cantidad de sal y luego ahí lo conservaba, también ahumado, lo ahúman y lo dejan para comer así entre días [...].

**DBN:** ¿Y después qué cambió con la llegada del hielo?

**VG:** Más pesca, porque la diferencia que había entre Juradó y aquí en Bahía es que aquí es muy clara el agua, muy clarita, entonces allá como es desembocadura del río, siempre el agua es sucia, más sucia. Entonces allá pescaba con el hilo más grueso, cuando llegué aquí empecé a pescar con hilos más delgaditos y anzuelos más pequeños. Entonces me iba muy bien, una de las cosas que no olvido es que cuando yo llegué aquí, el pescado era muy abundante aquí, cogíamos muchos pescados.

**DBN:** ¿Te recuerdas el año?

**VG:** El año 92 [1992]. En el 92 había mucho pescado especialmente “Ojón” y burica, atún, serrote. Entonces la cogía muy fácil pero hubo el problema de la energía. (Vicente González, 69 años, professor aposentado e pescador, Bahía Solano, 21 jan. 2020, 16h36min.).

<sup>72</sup> *Humeaba* = defumava (português). A antropóloga Gioconda Mussolini (1953) aponta que no Brasil essa técnica de conservação também era comum, sendo uma herança indígena e chamada de moquém, como também demonstra Câmara Cascudo (2002).

Uma pescadora relata o uso de lampiões para as capturas noturnas, utilizados em um tempo passado, além das embarcações menores e em madeira, que atualmente já são menos usadas, sobretudo nas sedes municipais.

**DN:** Bien, cuando yo estaba más muchacha los motores eran diferentes sí [...] Y donde nosotros vivíamos nos alumbramos con un, le decían “mechón”. Eso es una botella y le meten trapo, le echan petróleo a la botella, y hasta con eso pescaba la gente que pescaba la línea, pescaban con eso. Ya después porque fueron llegando otras cosas, la energía, bueno.

**DBN:** ¿Pescaban en lanchas de madera?

**DN:** En lanchas de madera. Muchas veces a canaleta.

**DBN:** ¿Lanchas más chiquitas?

**DN:** *Chingos, Potrillos*, estos los usaban los que “esteleban”. Son los que ponían el nylon así andando y cuando el pescado pegaba ellos paraban. Hoy ya no, hoy la gente ya no anda más a canaleta, solo a motor. (**Dora Nelly A. Caicedo, 38 años, pescadora, Bahía Solano, 20 jan. 2020, 14h56min.**)

Esse processo de aperfeiçoamento das técnicas altera o ritmo de trabalho e de captura dos pescadores, pois com a chegada de novas técnicas e instrumentos são criadas condições para acelerar a produção, que também busca se adequar a demanda por pescado cada vez maior. O mercado e o desenvolvimento das técnicas são dois elementos centrais que aceleram a produtividade e a demanda pesqueira.

A duração das pescarias (*faenas*) é muito variável, dependendo da estação do ano, das condições climáticas e das marés, da capacidade das embarcações, da disponibilidade de alimento, das iscas, do gelo e também da sazonalidade de cada espécie.

Toda essa dinâmica pesqueira tradicional que foi retratada, associa à técnica ao ambiente por meio dos saberes e dos conhecimentos tradicionais, que mediam o trabalho e o modo de vida. Portanto, a transformação em um desses fatores (na pesca, nas técnicas e/ou no ambiente), tende a transformar os outros, pois eles não atuam separado na configuração do modo de vida tradicional pesqueiro.

### **2.2.3 Mudanças, tensões e (re)invenções no modo de vida tradicional**

A agricultura atualmente tem menor importância no modo de vida da maioria dos moradores de Bahía Solano, que já não praticam tanto a atividade, sobretudo na sede municipal, pois nos *corregimientos* e até mesmo nos bairros mais periféricos nota-se uma presença expressiva de pequenos cultivos e hortas. Por exemplo, em Chambacú (Bahía Solano) é possível observar pequenas plantações ao lado de praticamente todas as casas, demonstrando que a agricultura, sobretudo de subsistência, ainda possui uma importância para a reprodução do modo de vida, favorecendo a segurança alimentar. Em pequenas hortas (chamadas de *zoteas*) e em algumas plantações maiores são cultivados produtos como banana, banana da terra,

mandioca, *arracacha* (mandioquinha), *popocho* (espécie de banana da terra mais grossa), batata chinesa, arroz, milho, pepino, cebola, pimentão, passando por frutas como melão, coco, *lulo*, limão, *arazá*, carambola, goiaba, entre outras espécies como o manjeriço, manjeriço negro, coentro, orégano e baunilha.

Bahía Solano e Nuquí possuem uma dinâmica totalmente relacionada, havendo uma continuidade de algumas territorialidades nesses municípios, com suas semelhanças e diferenças, discutidas aqui. Em Nuquí (sede municipal), a maioria das casas é construída em madeira sobre pilastras, pois boa parte do município encontra-se em áreas de manguezais, sendo que uma parte está edificada sobre uma área de manguezal que foi aterrada. Ali, a presença da agricultura se faz maior, boa parte das casas mantém uma horta e pequenos cultivos ao seu redor, além da criação de aves (**Fotografia 24**) e em alguns casos de porcos, muitas pessoas possuem suas chácaras (*fincas*) onde praticam os cultivos e boa parte das casas possuem hortas e plantações de ervas (*zoteas*). Ainda que a agricultura tenha se reduzido, sobretudo nas sedes municipais de Bahía Solano e Nuquí, nos *corregimientos* boa parte da população ainda se configura como lavradores e pescadores.

As *zoteas* ou *azoteas* são um Sistema Tradicional de Produção (STP), que consiste em estruturas retangulares de madeiras, localizadas entre um e dois metros do chão e utilizadas, sobretudo para o cultivo de ervas, plantas medicinais e plantas para a alimentação, em que as mulheres são as encarregadas de cuidar. Essas estruturas são um importante elemento em termos de conhecimento local e biodiversidade agrícola, sendo uma técnica de preparação de hortas que contém uma mistura de matéria orgânica para nutrir a baixa fertilidade das terras da floresta.

Juan de Jesus conta acerca da importância de alternar a pesca com a agricultura, em que a **complementaridade** se evidencia como característica presente historicamente nas comunidades afrocolombianas e que os configurava como pescadores-lavradores:

**JJ:** Aprendí a trabajar en el monte, porque la pesca hay día que le da, hay día que no le da, y así era, entonces me dediqué a sembrar mi banana, mi plátano o lo que yo podía sembrar, hay día que no tenía la plata del pescado, tenía mis plátanos, mis cosas y venía a vender en el pueblo [...]. Sin embargo, tras de mi casa tengo palmito, borjón [...]. (Don Juan de Jesus Caicedo Ribas, 81 anos, pescador, Chambacú, Bahía Solano, 18 jan. 2020, 08h58min.).

As fotografias 21, 22 e 23 demonstram áreas de pequenos cultivos que permanecem.

**Fotografia 21 - Zotea em frente a habitação**



Jurubirá, Nuquí, 25 jan. 2020, 08h54min.: As *zoteas* garantem a manutenção da gastronomia e da medicina tradicional doméstica. Foto: D. B. Neto.

**Fotografia 22 - Zotea em quintal**



Mecana, Bahía Solano, 30 jul. 2022, 14h39min.: Nos *corregimientos*, a presença das *zoteas* é mais comum do que nas sedes urbanas. Foto D. B. Neto.

Fotografia 23 - Cultivo em El Huína / Fotografia 24 - Viveiro de animais



El Huína, Bahía Solano, 15 jan. 2020, 15h23min. & Chambacú, Bahía Solano, 18 jan. 2020, 10h02min.: Sobretudo nos *corregimientos* as casas não apresentam muros nem cercas e os quintais, localizados entre as residências, são espaços para pequenos cultivos e criação de pequenos animais. Fotos: D. B. Neto.

A geografia dos alimentos pode ser entendida como a relação entre as plantas, a cultura, o solo e a economia, como demonstrou Josué de Castro (2012). Nesse âmbito, consideramos a alimentação como sendo “[...] mais produto de fatores socioculturais do que de fatores de natureza geográfica [clima, solo, vegetação, fauna]” (CASTRO, 2012, p.34).

O Pacífico Chocoano também é conhecido pela riqueza e diversidade alimentar, havendo uma grande presença de frango, peixes, coco, banana, plátano, mandioca, batata e queijo. Em específico, o *plátano* (banana-da-terra), conhecido como *plátano chocoano*, o pescado e o arroz (também conhecido como arroz chocoano) são muito consumidos e preparados através de diversos pratos. O milho também é algo tradicionalmente presente na culinária afrochocoana. Essa diversidade que garante a segurança alimentar é resultado de uma mescla de saberes e maneiras de fazer que são transmitidas oralmente e cujas portadoras desses conhecimentos são as mulheres, que guardam um intenso conhecimento da natureza. Essa diversidade da alimentação é visível **na fala de Dona Candida García:**

**CG:** Las comidas típicas acá anteriormente era el maíz. Del maíz se hacían diferentes comidas, diferentes masas, se hacía la sopa de resplandor, se hacía la masafrita, el biscocho, el buñuelo, se hacía el dundo. O sea se hacía la masa, algunos la hacían cocinada y otros la hacían asada. Se hacía también la marcó, otros le decían coyano, bueno tenían diferentes nombres pero esas eran asadas. Y se hacía también la mazamorra, se hacía el birimbí, la chica, y así, muchas muchas comidas del maíz. Se hacía también el guate, quemapata. Eran especies diferentes de comidas que se hacían en ese tiempo. Bueno aparte del maíz, se hacía el arroz de coco, arroz atollado, se hacía el arroz empastelado, se hacía pastel, bueno en fin. Del pescado: el pescado asado, tapado, asoleado, que es seco, frito. Y de ese pescado asoleado, que es seco, se hacía tapado, se hacía sudado, se asaba, uno hacía lo que quisiera hacer con el pescado. Si eran las gallinas criollas, se hacía el sancocho, el pato bien guisado, algunos lo comen en sancocho, mi mamá siempre lo hacía era guisado, pero es sabroso. Se hacía el quemapata, se hacía de maíz, y así sucesivamente, hay muchas comidas. Ya hoy no

se hacen esas comidas, ya hoy se hace el arroz de coco, el atollado sí todavía se hace, el plátano asado algunas lo hacen en su casa, unas que otras. Se hace el despechado de toollo, o de albacora, que es el atún, de ese mismo pescado es que hacen el atún. Se hace el arroz de leche, bueno todavía hay comidas bastantes que se hacen. Pescado asado, pescado frito, pescado apanado, a la plancha, todo eso se hace. Yo en mi casa por lo menos tengo una ollita, y como no como tanto frito, yo lo echo ahí, le echo su poquito de aceite, cebolla, ajo, lo tapo ahí y él va quedando doradito. (**Candida Garcia, 65 años, líder social em Nuquí, cantora e compositora de cumbancha, 24 de janeiro de 2020, 18h.**)

Em relação aos alimentos, cremos que o problema da alimentação que é demonstrado em alguns relatórios sobre o Chocó (PNUD, 2012; DEFENSORIA DEL PUEBLO, 2016; DANE, 2019) não se dá unicamente pela falta de recursos, mas também pelo acesso à informação sobre o valor nutritivo de uma diversa quantidade de alimentos, como também uma cadeia de produção e distribuição mais acessíveis à população local. No entanto, se observou que houve (ainda há) uma desterritorialização em que a agricultura tem sido reduzida por conta da perda das terras, agravada com o **conflicto armado**.

Um morador de Chambacú (Bahía Solano) afirmou que teve sua terra expropriada, que culminou no abandono da prática agrícola, junto com a caça, havendo apenas a continuidade da pesca. Ele não deixa claro os motivos, mas o entendimento é que a terra foi expropriada pelos conflitos com os paramilitares e com o narcotráfico.

**NV:** Yo siempre fui solo pescador, y allá cuando estuve en Bajo Baudó pues yo empecé a cazar de noche, de día, salía a matar guaca, de todo. Sembraba plátano, y creaba de todo

**DBN:** ¿Y acá siembra algo?

**NV:** Aquí ya no siembro porque los terrenos de uno ahí nos los quitaron ahí en Huaca, aquí ahora yo vivo, me dedico a la pesca únicamente. (**Norberto Vandale, 75 años, pescador, Chambacú, Bahía Solano, 18 jan. 2020, 11h27min.**)

Enrique Murillo conta que os pescados foram diminuindo e a agricultura foi sendo reduzida e substituída por outras atividades, como o turismo:

**EM:** Uno se iba con los padres de un pa' las quebradas, pero allá cada hombre tenía su casa, su rancho le decíamos nosotros. Entonces los papás de nosotros nos llevaban un mes, y en ese mes sembrábamos arroz, les ayudábamos a sembrar arroz, a sembrar el maíz, el plátano; y uno se la pasaba en el río comiendo camarón, comiendo especies del monte.

**DBN:** ¿Y las fincas eran más grandes?

**EM:** Claro, más grandes, porque un hombre estando en la finca, cuando van las siete ya está amolando el paquete para ir a rosar, cuando van las 8-9 se va a desayunar y ha sembrado 200-300 matas, y si no las ha sembrado, las ha limpiado, hoy en día no podemos hacer eso porque hoy en día como no hay vivienda allá en los ríos, entonces de aquí que uno llegue allá por mucho que se vaya en motor va llegando a las 9, 10 de la mañana, para regresarse antes de que sea tipo máximo tres pa volver a llegar al pueblo, porque allá uno no tiene vivienda, por muchas razones.

**DBN:** ¿Y qué hay allá hoy?

**EM:** No, la finca, peor no le conviene a uno tener vivienda, entonces ya uno va es como el día y regresa el día, de paso. Entonces la producción ha disminuido, anteriormente el cerdo de aquí se sacaba era para vender a Buenaventura. Vea usted llegaba una casa de la funda y usted no sabía qué comer, porque había pato, había gallina, pavo, huevo, era, chungas, los chungos de huevo, de 200-300 huevos. El



chontaduro, con lo primero que le recibían usted es el chontaduro y miel, todo mundo tenía su caña para tener su miel. Llegaba y “ey tóme-se una aguapanela con su buen ajengibre, cómase un chontaduro con miel, una cosa impresionante. Entonces **por eso es que nuestros mayores tuvieron larga vida, porque la alimentación era más sana, anteriormente era todo natural, todo mundo tenía de dos o tres azoteas o huertas**. Y en eso estaba la cebolla, albaca, todo lo que uno necesitaba para echarle a la comida, era la comida sana, el cilantro. Y cada día se ha ido modificando, los ríos han ido cambiando, uno subía río, y cuando iba subiendo usted, a llegar a donde tenía el rancho usted llegaba con el desayuno y el almuerzo, el camarón, el pescado. Hoy en día no es así, **hoy en día todas esas especies han disminuido**. [...].

Anteriormente era la agricultura, hoy la pesca está en el primer lugar, después la agricultura, y en tercer renglón está el turismo. Porque un turista llega acá y desea comer las frutas de nosotros, conocer el campo. Así está, primero la pesca, porque además de eso es la que te da la economía más sólida. Tú te vas al mar y coges 100 libras de pescado es llegar acá a la orilla y todo te lo compran, porque la población ha crecido y además es todo fresco, no es congelado, que sale del mar, como uno dice, con todo el vigor. Y aquí le llamamos a la producción pesquera la leche, tú escuchas por la calle “leche, leche, leche” es el pescado. **(Enrique Murillo, 56 años, fazedor de viche, pescador, músico, pequeño agricultor e líder social, Nuquí, 24 jan. 2020, 18h.)**.

Essas transformações que permeiam o modo de vida se referem ao movimento descrito por Diegues (1983, 1995, 2004) em que as comunidades tradicionais que vivem da agricultura de subsistência e da pesca (pescadores-lavradores) foram tendo as suas terras expropriadas e foram abandonando gradualmente a atividade agrícola, até passarem a garantir a subsistência a partir de atividades relacionadas ao serviço e ao comércio, setores que tem se expandido em contraponto a agricultura, que foi deixando de ser praticada. Esse movimento trata-se da passagem de pescadores-lavradores (em que a pesca e a agricultura se complementavam, de acordo com o período do ano uma das atividades tinha maior importância), para pescadores artesanais, estes já com a terra espoliada. Essa espoliação territorial, como mostram Leff (2015) e Leff e Porto Gonçalves (2002), está no cerne dos conflitos socioambientais da América Latina, se configurando como uma desterritorialização (HAESBAERT, 2021).

Nos *corregimientos*, praticamente todos os homens são pescadores, bem como boa parte das mulheres (que tradicionalmente *pianguan*, ou seja, extraem ostras nos manguezais) e a pesca aparece como complemento da agricultura, do pequeno comércio, de pequenos serviços e do turismo. Praticamente todas as casas dos *corregimientos* possuem uma horta e/ou pequenos cultivos ao redor, além de boa parte dos moradores também serem agricultores. A presença da agricultura, em complementaridade com a pesca, é mais relevante nos *corregimientos* do que nas sedes municipais. Há expressiva agricultura nas terras chamadas de *montes*, que são as terras coletivas apropriadas pelas famílias para o uso agrícola, onde o acesso é através de barco e/ou por caminhos na selva.

Além disso, onde há maior ausência ou precarização de disponibilidade de recursos como água potável, energia elétrica, gelo e recintos para armazenamento de pescados, é,

sobretudo, nos *corregimientos*. Ali também é onde os moradores ainda possuem um maior acesso à terra, que proporciona uma maior viabilização das atividades agrícolas. Esse fenômeno, nas sedes municipais, é mais comum em Nuquí, do que em Bahía Solano.

Por exemplo, em Nuquí as práticas agrícolas são mais frequentes do que em Bahía Solano, sendo que este município é o maior e onde se concentra uma maior infraestrutura de serviços, como bancos, mercados, lojas, bares e hotéis. Isso pode ser uma evidência de que a chegada dos objetos técnicos da modernidade, muitas vezes pode colocar os territórios em disputa por outros sujeitos que despertam interesses nesses, causando a expropriação dos agricultores/pescadores de suas terras pela chegada de territorialidades disruptivas.

A memória e a tradição se mostraram presentes na vida dos moradores, em especial quando falam da bebida ancestral típica do Chocó, o *viche*. Em Nuquí é onde estão boa parte dos sabedores do *viche*, além de eles manterem um ritmo musical típico do município, a *cumbancha*, que segundo relatos orais não há em nenhum outro lugar do Chocó, apenas em Nuquí. Popularmente dizem que toda *cumbancha* ou *rumba* (festa/celebração) que ocorre na região chocoana deve ser acompanhada do *viche*.

O *viche* é uma bebida artesanal fermentada produto da destilação, sem químicos, da cana-de-açúcar e produzida nas comunidades do Pacífico. Quando se adiciona ervas na infusão, chama-se “*curao*” (curado). Durante séculos o *viche* foi utilizado para tratar de enfermidades, aumentar o vigor e a fertilidade etc., pois apresenta propriedades afrodisíacas, também sendo utilizado para a realização de simpatias por mulheres gestantes, em que se coloca *viche* com ervas em uma garrafa e espera-se toda a gestação, abrindo e bebendo somente quando o bebê nasce. Essa relação simbólica demonstra a ligação entre o mundo vegetal e o feminino, presente no modo de vida tradicional afrocolombiano, como também a centralidade do mundo vegetal para esse povo, fazendo a mediação entre os mundos animal e vegetal, entre a vida e a morte.

Así las plantas median entre lo que está vivo (lo que se mueve) y lo que no está (lo que no se mueve). [...] Es porque las plantas median entre lo natural, lo humano y lo sobrenatural - entre la vida y la muerte, lo masculino y lo femenino, el pasado y el presente - que el modelo enactúa una lógica de multiplicidad y fragmentación. (ESCOBAR, 2015, p.143-144).

As mulheres que produzem *viche* são chamadas *sacadoras*, são protagonistas na produção da bebida e detém o conhecimento de todo o processo. As *sacadoras* são as responsáveis por colher a cana e levá-la para moer, quando é extraído o *guarapo*, que se cozinha para logo ser armazenado em barrios por cerca de 15 dias para fermentar e passar pelo processo de destilação.

Durante uma conversa com dois moradores de Bahía Solano, eles falaram sobre a

bebida e sua relação com as comunidades afrocolombianas do Pacífico e suas celebrações lúdico-religiosas:

**CI:** Los tragos del Pacífico todo, la base es el viche, eso es autóctono de nosotros, es tradicional. Como lo hacen, con caña, la muelen, le sacan el jugo, lo dejan fermentar, y luego que lo dejan fermentar lo pasan por el fogón, a que se evapore, a que destile, y lo que destila ya es el viche. Pero el viche no tiene color, él es amarillosito, transparente. Natural es transparente. Luego que empiezan a arreglar todos los ingredientes, el pipilongo que es el picantillo que se parece a que le echaran pimienta. Sabe cómo la pimienta.

**DG:** Sí, se va la pimienta dulce, y también un poquito de nuez moscada y canela. El viche es el sudor, el destilado.

**CI:** En Cupica es donde tienen todas las cosas, es donde sacan el viche, y le aprendieron de él [Don Gordo], es un maestro de viche. [Risas] Entonces todos estos tragos, inclusive hacen uno como la crema el whisky pero crema de Viche. Y acá todo es tradicional, pues la gente aquí no es que lo vea como la gran cosa, es un trago que es común, popular. Sí, entonces, a las personas les gusta mucho. No da guayabo. Tiene que tomar muchísimo para perderse, pero muy rico. Y eses, los músicos de acá nuestros, cuando tocan los instrumentos tomaban viche. **El viche, la música y la danza del Pacífico están muy ligadas.** Están unidos, no sale lo mismo el viche sin la música y la música sin el viche, [risas] todo eso está ligado. [...]

**DG:** Esto en el cuerpo es energía [risas, entonces Don Gordo coge su botella de viche para que saboreemos la bebida].

**DG:** Y esto tiene de todo, muchas hierbas.

**DBN:** Y es para la lombriz y para las mujeres que no pueden tener hijos.

**CI:** Sí, y para el hombre también [risas].

**DBN:** ¿Y acá todos toman el viche?

**CI:** No, tiene que tener un gusto esquicito como el de nosotros [risas]. **(Conversa com Don Gordo, aprox. 70 anos, fazedor de viche e Carlos Ivan Gonzáles, 35 anos, arquiteto, Bahía Solano, 14 jan. 2020, 19h52m).**

Em outra conversa - tomando *viche* - com Enrique e Candida Garcia, ambos agitadores culturais e lideranças sociais de Nuquí e o primeiro conhecido por fazer e comercializar o “melhor *viche* da região”<sup>73</sup> (chamado *Trago Selva*), contam um pouco sobre a história da bebida, pontuando cinco fatores que identificam o modo de vida afrocolombiano e que a bebida tem o poder de relacionar todos eles: **morte, música, bebida, alimento e religião.**

**CG:** A ver yo fui sacadora de viche, y también manejaba las curadas. Enrique me decía bruja, (risas) porque yo a dónde íbamos con esas reuniones y talleres, yo iba con mi botella y mis hierbas adentro, pues no le metía muchas hierbas porque no me cabía bien la bebida. Y yo llevaba donde iba mi botella, y este sin vergüenza que está aquí me decía “llegó la bruja famosa” (risas). Y a mí, yo me fue como acomplejando (risas). Enrique me decía bruja, y ya después dejé de buscar la botella, y cuando llegaban varios amigos me decían “¿Y la botella? ¿La cura?” y yo “no, está seca” o “se quebró” o cualquier cosa le decía porque me daba ya como pena, pero bobadas mías, me acomplejé. Bueno pero entonces la pregunta ¿cómo fue que la hizo?

**DBN:** La historia del viche ¿de dónde viene? ¿La magia? ¿Los efectos afrodisíacos?

**CG:** El viche fue una bebida que siempre fue tradicional. **Porque el negro lleva en la sangre el viche, la bebida, la música, la comida, y la muerte. También lleva la parte religiosa, todas esas cinco cosas.** ¿Cierto Enrique?

**EM:** Sí.

<sup>73</sup> A família Aguilar, que me acolheu durante os trabalhos de campo também tem uma tradição produtora de Viche, o *Quinta Caña*, de Cupica.

**CG: La bebida, la comida, la parte religiosa, la música, y la muerte. A nosotros los negros nos une mucho eso,** usted monta una “olla”, y donde hay “olla” llega gente ¿Enrique, es así o no?

**EM:** Sí, llega gente.

**CG:** Yo no sé, pero donde está la olla, y que saben que está la olla de comida la gente cuando por ahí pasa para ver si le dicen “venga coma”. Pero de que es así, es así. Entonces eso es una cosa que es una historia de nuestros ancestros, es cultural, ancestral, porque puede ser muy cultural que se va de generación en generación, pero ya el ancestro es otra cosa, es más todavía. Entonces cuando la fiesta está, está la bebida, pero era el viche, porque tomaban los mayores, en ese entonces muchacho, toma después de 18 años que eran los ciudadanos; muchacho que no era ciudadano no tomaba bebida. Entonces los mayores sí, tenían su bebida, su guarapo, que también a veces compraban su aguardiente de venta decían ellos.

**EM:** Anizado

**CG:** Anizado, porque ese ron, yo casi no conocía ese ron, ese ron como que es nuevo, yo no sé. O haya sido antiguo pero yo no hablo mucho de eso. Pero del viche sí, porque ese lo sacaban nuestros ancestros, los bisabuelos de nosotros, entonces eso tiene un antecedente muy avanzado, y que era la bebida.

**EM:** Y usted hablaba de que el viche afrodisiaco, mire es que el viche cuando ya lleva el nombre afrodisiaco es porque eso lleva las plantas, nosotros afortunadamente, nosotros nos tocó hacer un trabajo con esta señora que está aquí sobre plantas medicinales, hemos hecho varios trabajos de plantas medicinales, y esos trabajos es que nos han enseñado a conocer las plantas que son frescas, las que son calientes, las plantas de una cosa y otra, y los intercambios que hemos tenido a nivel nacional e internacional con otras personas. Entonces eso es un saber que se ha ido acumulando.

**DBN:** ¿Y tiene cuántas plantas medicinales?

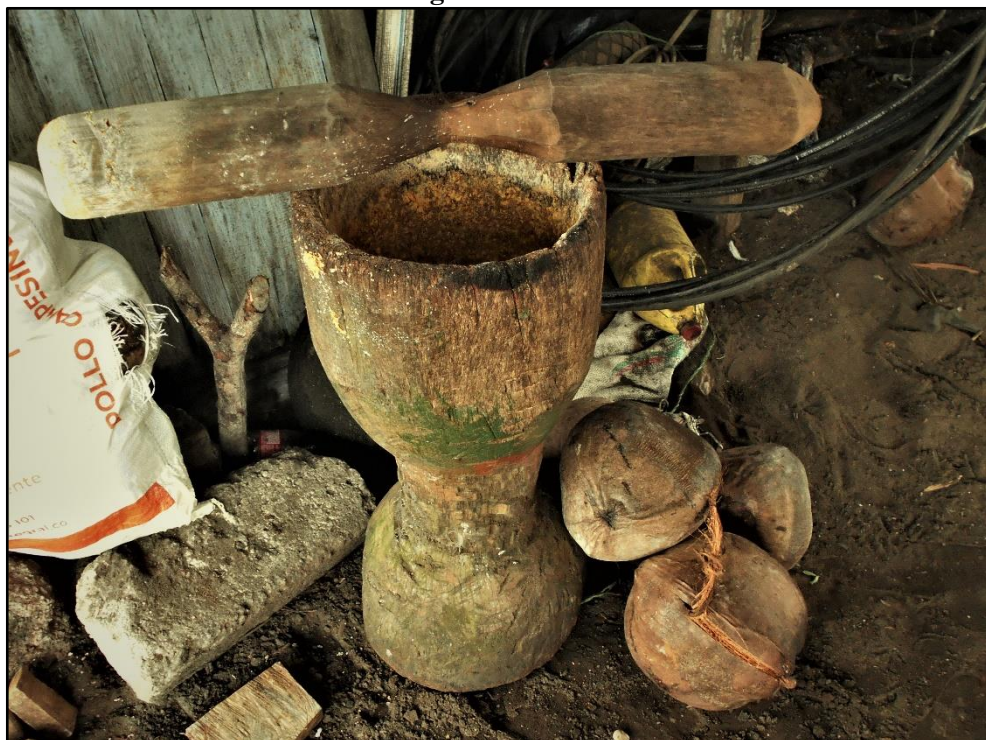
**EM:** Eso tiene más de 35 plantas, color y sabor hermano eso solamente lo dan las plantas. **(Conversa com as lideranças sociais em Nuquí, Candida Garcia e Enrique Murillo, 24 jan. 2020, 18h.)**

Todos esses elementos simbólicos, como os lúdico-religiosos, o cultivo de alimentos, as relações de solidariedade e trabalho mútuo como o mutirão e a evocação do **tempo dos antigos**, constituem relações presentes no modo de vida, sobretudo naqueles tradicionais (DIEGUES, 2004) ou rurais/rústicos (CANDIDO, 2010), que são transformados e reduzidos com a expansão da modernidade.

Nesse sentido, existem comunidades (sobretudo os *corregimientos*) que possuem um universo muito mais artesanal do que outras, como, por exemplo, Coquí (uso dos pilões manuais - **Fotografia 25** -, polo gastronômico, todos moradores possuem cultivos etc.), Mecana e Cupica.

As transformações que foram ocorrendo no modo de vida, desde o tempo dos antigos até o tempo presente, determinam as mudanças nas práticas produtivas, como a pesca e a agricultura. São transformações que ocorrem na esfera do vivido, mas que também mudam como os habitantes concebem e percebem o lugar e o território em que vivem. Por exemplo, muitos objetos da cultura material já deixaram de existir, portanto, são conhecimentos que se esfacelaram, mas que ainda persistem na memória, como as embarcações de madeira, antes produzidas por muitos, hoje são raros os que sabem fazê-las, aumentando a dependência de produtos e técnicas que chegam de fora.

Fotografía 25 - Pilão



Coquí, Nuquí, 26 jan. 2020, 11h48min.: Os pilões grandes eram usados para moer arroz, em um período em que se cultivava o “arroz chochoano” e também temperos e ervas. O desuso e abandono dos pilões representa o abandono ou redução da prática agrícola. Foto: D. B. Neto.

Muitos pescadores apontam uma atual diminuição na quantidade de pescados em relação ao passado, o que demonstra um processo dialético: os pescadores identificam uma melhora e uma maior facilidade de realização das capturas (devido a chegada do gelo, do motor e de outros aparatos tecnológicos, mesmo que estes não são acessados por todos), mas olham o passado com uma certa nostalgia, um tempo em que haviam mais fartura, como **nota-se nos testemunhos abaixo:**

**GA:** Y cuando yo estaba muchacho, la gente casi no pescaba, porque el pescado se quedaba en toda la playa, entonces era solo recoger lo que se iba a comer, mucha cantidad, la gente solo iba recogiendo pescado en la playa.

**DBN:** ¿Y hoy hay menos pescados?

**GA:** Si, hay menos.

**DBN:** ¿Por qué crees en esto?

**GA:** Porque hay muchas empresas pesqueras, que vienen con los barcos atuneros. Esos barcos cogen como miles de toneladas, porque tienen como mallas muy grandes y todo lo hacen con tecnología, el computador le marca cuanta toneladas de pescado. [...] Pero no se puede hacer nada, porque hay un tanto de congresistas que tienen como unos barcos, hay gente del gobierno metida en eso. (**Genaro Ayala, 69 años, pescador sportivo e artesanal, El Huína, 15 jan. 2020, 18h53min.**)

**VG:** La energía llegó cómo en, algo así, como en el 90 y pico, 97 [1997]. Si no estoy equivocado en el 97. Y la experiencia que me deja es que el pescado se retiró porque nosotros buscábamos era con mechones, un mechón es una lámpara que se hace de una botella y un pedazo de trapo, con ACPM o querosene de combustible. Mechón, que es una botella, como una artesanal. Y con esa nos hacíamos a unos 500 metros de la playa hacia allá y agarrábamos mucho “ojón”, muchos, como cientos, 300, porque tenían unos cinco anzuelos y los tiraba, y esos cinco anzuelos los cogían. No le

hacíamos carnadas, era apenas pegar el anzuelo y con el brillo del anzuelo el ojón hallaba. Sin nada más, el fondo y los cinco, seis, siete, ocho, nueve anzuelos y sacaban ojones, también sierra. Y también muchas otras variedades, como corvinas y otras más. Usábamos apenas la línea con anzuelo y un plomo para el peso, y hallábamos 3,4, y así mismo de día también. **(Prof. Vicente González, 69 años, professor aposentado e pescador, Bahía Solano, 21 jan. 2020, 16h36min.)**

**PH:** En aquel tiempo había más pescados.

**DBN:** ¿Había más?

**PH:** Claro.

**DBN:** ¿Y por qué cree que hay menos pescados hoy?

**PH:** Porque ya metió la gente a usar el trasmallo, el trasmallo acaba con el pescado, en aquel tiempo no había trasmallo. Nada.

**DBN:** ¿Y cuáles son los mayores problemas en la pesca?

**PH:** Los problemas que la pesca tiene hoy es el trasmallo.

**DBN:** ¿Y los barcos atuneros?

**PH:** Los atuneros sí pero ellos pescan afuera, pero los atuneros ya se han ido. Y hay mucha albacora pues la albacora no llegaba acá por los atuneros. Ahora sí hay, el año pasado se halló mucha albacora. Ellos están en los pesqueros afuera, por el camarón. **(Plácido Hurtado, 62 años, pescador e agricultor, Coquí, Nuquí, 26 jan. 2020, 12h04min.)**

**LCB:** Mucho menos pescados hoy. Hay menos, porque la población antes tenía miedo, no iba a pescar mucho mar adentro, ahora la población es más, las familias crecieron, los pueblos de la costa crecieron, entonces comen más. Entonces hoy pescan más, porque la población creció. **(Luiz Carlos Bermudez Murillo, 59 años, pescador, El Valle, 27 jan. 2020, 11h07min.)**

Essa visão do passado como “tempo da abundância” está presente nos testemunhos de quase todos os pescadores, sobretudo os mais velhos, e os principais motivos que os levam a apontar isso é o uso de redes, os barcos industriais, a chegada de fatores como a iluminação, o aumento da população local e da quantidade de lanchas. Esses fatores fazem com que os pescadores tenham que ir cada vez à lugares mais distantes, o que se soma com a demanda de mais pescados em menor tempo, aumentando a pressão sobre o ambiente.

O maior contato das populações chocóianas com os elementos da modernidade, como a internet, televisão, as artes, a moda etc., causa uma transformação no modo de vida, e uma mudança na forma pela qual as pessoas (sobretudo os mais jovens) olham para as atividades tradicionais, como a pesca e a agricultura. Muitos olham para essas atividades como atrasadas, sempre influenciados por elementos externos, fazendo com que alguns deixem de lado as atividades tradicionais em busca de novas aspirações e possibilidades no mundo “moderno”, em contraposição ao mundo visto, muitas vezes, como “retrógrado”, tradicional, da agricultura, da pesca, dos sistemas tradicionais de produção, das músicas e festas locais etc. Isso se dá também pelas dificuldades as quais passam os pescadores, como a insegurança, a imprevisibilidade de suas rendas e o abandono estatal, expresso na falta de políticas públicas e de infraestrutura para a categoria.

A chegada do narcotráfico é apontada como um dos elementos que afasta os jovens

das prácticas tradicionales, o que está directamente relacionado con un dos maiores problemas da Colômbia na contemporaneidade, o **conflicto armado**.

O conflicto armado, que tem o narcotráfico e o controle territorial como seus principais elementos (TRICONTINENTAL, 2019) faz com que muitos jovens não se interessem pela pesca, pois podem conseguir um dinheiro mais fácil transportando ou comercializando narcóticos, como expreso nos **testemunhos abaixo**, que relatam como a pesca está sendo impactada por meio da violência, que também afeta outras práticas tradicionais. Isso ocorre muitas vezes devido ao narcotráfico ser uma prática em que o retorno financeiro é exorbitantemente maior do que na pesca ou na agricultura, sendo visto como uma forma “fácil” de ganhar dinheiro.

**DBN:** ¿Cómo los jóvenes están mirando a la pesca?

**VG:** La gente, como te digo, esto es peligroso porque uno dice que pero eso de la coca ha hecho que la gente no se dedique a la pesca, muchos van a buscar su, su, su coca. Ayyy, estas gravando ¿sí? Ayyy, cuidado. De toda manera uno se queda aquí sí, y esta gente sigue aquí y esta gente [los paramilitares] es peligrosa. (“**VG**”, **homem idoso, Bahía Solano, jan. 2020**).

**DBN:** ¿Cómo los jóvenes están mirando a la pesca?

**PH:** No ellos no quieren saber de eso ahora ya no, ellos se dedican a cosas que dan plata rápido, ellos quieren hacer otras cosas y ya no se han dedicado a esto, no. Porque ellos dicen, ellos hacen otras cosas y ya ganan mucha plata, y usted para en la pesca coger dos o tres millones de pesos tiene que hacer dos o tres pescas. Entonces ya sabe que están metidos ellos allá ¿no? (“**PH**”, **homem idoso, Nuquí, jan. 2020**).

**DBN:** ¿Y cómo cree usted que los jóvenes ven la pesca, la agricultura?

**HO:** Bueno, por lo menos por acá ni pesca ni agricultura, con el modernismo ha cambiado mucho esto acá. Porque el modernismo nos ha traído nueva música, otras formas de vestir, otras formas de comer, exactamente. Tú acá entras en una cocina y no vas a conseguir el arroz que uno cultiva, es el que venden en la bolsa, porque este ya viene limpio entonces la mujer de uno no va a lavar el que uno cultiva acá, y el que uno cultiva acá se demora más para cultivar. Porque el de la bolsa de las que venden en la ciudad dicen 15 minutos de preparación ¿sí? Bueno, música, la forma de comer y vestir, hasta la forma de hablar el modernismo he cambiado. Porque la mayoría que viene acá de los visitantes son paisas, ya todo mundo quiere hablar paísa ¿sí? La música acá, la tradicional no hay, tradiciones como el bullerengue, que es música, la chirimia, nada de eso, solo hay reggaeton, rap, rock, y no sé qué, todas esas músicas acá.

**DBN:** ¿Cree que esto comenzó a cambiar cuándo y por qué?

**HO:** Internet, televisión y los mismos visitantes, los paisas. [...] También el narcotráfico ¿sí? es una comparación, un narco le dice a uno “anda de mula hasta tal parte y te pago un millón de pesos”. Entonces ¿quién va acoger un machete y limpiar la selva por una semana? Entonces ahoritica la juventud, la misión que tiene es esa, ganar plata, ellos dicen la ‘plata fácil’ pero para mí la plata más difícil es esa. (“**HO**”, **homem adulto, Nuquí, jan. 2020**).

**EG:** La mayoría de los jóvenes hoy en día aquí en Bahía no se fijan mucho en la pesca. Pues yo digo que con tanta tecnología, con tanta cosa, o sea nos ha dañado mucho la problemática de la coca, y todo eso. Entonces ellos ya dejan de ver la pesca como un método de tener trabajo, o tener dinero. Entonces muchos que viven en Chambacú prefieren meterse en el narcotráfico que pescar, también porque eso da mucha ganancia. (“**EG**”, **mulher jovem, Bahía Solano, jan. 2020**).

**AG:** Lo que pasa es que ahorita tenemos el tema del narcotráfico, ya muy conocido en Colombia, y en esta zona a pesar de que no cultivan coca, si, esta es una ruta por donde pasa toda la coca que va hacia a Estados Unidos, hacia Europa, y eso de una u otra forma cambia la forma de pensar de los jóvenes. Porque si antes te ibas a pescar toda la noche para que te pagarán 300 mil pesos, hoy te vas a buscar un kilo de coca y te dan 100 millones de pesos. Entonces eso es una problemática para la ruta del Pacífico porque nuestros jóvenes están terminando desaparecidos, están terminando muertos, sin cabeza, entonces comienza haber un déficit en la población, si, un hueco que no es locura sino que es reflejo de este problema. Realmente acerca de eso somos muy pocos los que podemos hablar, porque fuimos muy pocos los fuimos a la universidad, somos muy pocos los que fuimos a prepararnos y nos quedamos aquí, afortunados nosotros por nuestros padres pensaron en el futuro de nosotros, y nosotros mismos, quizás, hemos seguido ese mismo camino. (“AG”, **homem adulto, Bahía Solano, jan. 2020**).

A questão do conflito armado aparece em alguns momentos como “enrustida” ou diluída em outras questões e transformações, como nos fatores produtivos (pesca e agricultura) e na questão da terra. Se constatou que esse conflito é um dos que mais impactam na reprodução e na continuidade da pesca artesanal, pois afeta sobretudo os mais jovens, que viriam a ser pescadores, mas muitos acabam se aliciando para os grupos armados ilegais. Além disso, esses grupos atuam muitas vezes reprimindo e assassinando os jovens, como ocorre de maneira avassaladora em Bahía Solano, onde o conflito armado tem como protagonista os paramilitares, que tem atuado de modo a restringir o acesso a bairros tradicionais, como Chambacú, controlando o fluxo e o “comportamento” das pessoas. Uma das evidências materiais dessa ocupação paramilitar são as pichações, como nas **fotografias 26, 27, 28 e 29**:

**Fotografia 26 - Pichação de grupo armado (1) / Fotografia 27 - Pichação de grupo armado (2)**



Bahía Solano, 30 jan. 2020, 16h28min. & El Huína, 7 ago. 2022, 14h46min.: As marcas deixadas pelo conflito armado e pela ocupação paramilitar são muitas vezes “ocultas” ou “sutis”, mas podem ser notadas através de alguns símbolos, como as pichações, que nessas imagens remete a um grupo armado<sup>74</sup>. Foto: D. B. Neto.

<sup>74</sup> Para mais informações sobre esse grupo armado ver: EL TIEMPO. **El reto al país del clan que mueve el 60% de la droga que sale al exterior**. El tiempo, 8 mai. 2022. Disponível em: <https://www.eltiempo.com/justicia/conflicto-y-narcotrafico/clan-del-golfo-reta-la-seguridad-del-pais-con-paro-armado-670625>.



**Fotografia 28 - Pichação de grupo armado (3) / Fotografia 29 - Pichação de grupo armado (4)**



**Mecana, 30 jul. 2022, 14h51 min. & El Huína, 7 ago. 2022, 15h11min.: O referido grupo armado ilegal regionaliza o território, havendo uma frente para a região do Pacífico. Fotos: D. B. Neto.**

A ocupação dos grupos armados é um fenômeno que se intensificou na região durante a década de 1990, cujo objetivo é o controle do território, rico em recursos naturais, em rotas ilegais e ideal para megaprojetos de desenvolvimento (ESCOBAR, 2015). Além disso, os governos optaram por tratar a questão como terrorismo com ações militarizadas e não como uma questão política, econômica e social, fato que agravou o conflito (TRICONTINENTAL, 2019).

Nesse âmbito, o território tradicional afrocolombiano é também um território do conflito armado, demonstrando também como a modernidade traz, entre tantas coisas, a perda de práticas e valores tradicionais e a violência. Portanto, o conflito armado transforma o modo de vida tradicional, causando desterritorialização e reterritorialização (HAESBAERT, 2021; SAQUET, 2015). Entre as diversas consequências negativas do conflito, a nível regional, estão os deslocamentos forçados, que atingem sobretudo os negros e indígenas, sendo mais uma demonstração de que a globalidade imperial e a colonialidade afetam, sobretudo as minorias étnicas.

Desde finales de la década de los noventa, las guerrillas y los paramilitares han estado aumentando su presencia en la zona, con el propósito de conseguir el control de los territorios, que son tan ricos en recursos naturales como el sitio ideal para proyectos de desarrollo de gran escala. [...] En muchas regiones del mundo similares al Pacífico, las minorías étnicas habitan territorios ricos en recursos naturales, que son ahora codiciados por capitales nacionales y transnacionales. (ESCOBAR, 2015, p.37-38).

Como resposta aos problemas sociais, econômicos e políticos existentes no Pacífico Norte Chocoano, como o conflito armado, a falta de emprego e infraestrutura, o abandono estatal e das práticas tradicionais, a população tem buscado alternativas de desenvolvimento, melhorando algumas cadeias produtivas - como as de pescada - e construindo atrativos

turísticos e polos gastronômicos. Bahía Solano e Nuquí estão trabalhando para se converterem em polos gastronômicos e culturais, os habitantes têm aproveitado o expressivo fluxo de turistas para apresentar o “sabor” de suas culturas, o que também traz um retorno financeiro.

O turismo, que se inicia na região por volta dos anos 1980, é mais forte nos meses de julho a outubro, devido à temporada das baleias jubartes. Por isso, muitos moradores estão se capacitando para a atividade, trazendo ideias de etnoconservação e ecoturismo, bem como ampliando a estrutura dos estabelecimentos e habitações, dentro das possibilidades, com foco em oferecer serviços turísticos de base comunitária.

Frente a isso, tem ocorrido uma ressignificação - ou (re)existência - da cultura local, por meio de uma nova maneira de relacionar-se com o ambiente, em que o turismo tem ganhado espaço e passou a ser algo presente na organização comunitária, como também uma possibilidade de trabalho para os locais e de desenvolvimento alternativo que seja compatível com o modo de vida tradicional.

Um exemplo dessa emergência do turismo de base comunitária, é o *corregimiento* de Coquí, em Nuquí, que com cerca de 150 habitantes tem se convertido em um polo gastronômico do Pacífico Norte Chocoano (RODRÍGUES, 2018), sobretudo com o festival local *Siembra Negro Pacífico*, que ocorre desde 2013. Um pescador local comenta sobre a diversidade de alimentos preparados e oferecidos como um atrativo turístico e gastronômico, classificando a **culinária local** como a “**dos ancestrais**”:

**DBN:** Acá en Coquí tiene mucha fama por su gastronomía ¿sí?

**HA:** Es la de nuestros ancestros, el arroz de coco en sus múltiples presentaciones, blanco, negro con coco, ya con aceite, con aceite de coco o normal, la piangua, un molusco que es muy típico de acá y te la preparan seco de piangua, ceviche de piangua, sopa de piangua. Son los platos típicos de acá. Y ya los otros pescados de acá bien camarón casi no porque sí tenemos una temporada de camarón, que lo coge más acá en la playa, el camarón “titi” se seca en la playa. Se coge con atarraya. Pero normalmente la mayoría son pescados, en sus distintas preparaciones. Pescado sudado, pescado ahumado, pescado apanado, se hace con coco, cualquier otra preparación que tú puedes comer un mes pescado y no te vas aburrir. (**Harry Ovidio Asprilla, 47 anos, pescador, agricultor e guia de ecoturismo, Coquí, Nuquí, 26 de janeiro de 2020, 10h35m**).

Alguns pescadores comentam sobre o desenvolvimento e o aumento da importância do turismo, demonstrando como sua sazonalidade traz a impossibilidade de obter renda o ano inteiro a partir dos serviços turísticos, pois há uma grande redução da atividade durante os meses de inverno.

**GA:** Y entonces ya en el turismo me metí como lancharero, como conductor. [...] El turismo más fuerte llegó aquí en el 1960, 1962, 1964. Hace tiempo. Entonces me puse de lancharero de los turistas, andaba pa' allá y pa' acá de lancharero. Hasta que me aburrí y monté yo mismo mi empresa. Empecé a trabajar para mí, de lancharero, compré motor, compré lancha y todo. (**Genaro Ayala, 69 anos, pescador esportivo e artesanal, El Huína, 15 jan. 2020, 18h53min**).

**HO:** Todos acá son pescadores y agricultores, y yo creo que a lo menos acá en el municipio de Nuquí ya el ecoturismo cada día va creciendo más. El pico de turismo está más alto, sigue siendo el más alto. Entonces y el turismo porque hay unas personas que actualmente pretenden vivir del turismo, Nuquí no está listo para vivir de turismo. Porque yo digo, nosotros estaremos listos para vivir del turismo cuando nosotros, mejor dicho, cuando el año sea completo de turismo. Ahora no, porque nosotros todavía tenemos meses fríos que no llegan visitantes, y en los meses que no llegan visitantes tenemos que hacer estas otras actividades, como pesca, agricultura, y cualquier otra actividad. (**Harry Ovidio Asprilla, 47 años, pescador, agricultor e guía, Coquí, Nuquí, 26 jan. 2020, 10h35min.**)

A diversidade gastronômica tem sido explorada pelos moradores, sobretudo por mulheres, como mais uma atividade que fomenta um dinamismo econômico, essa diversidade se configura com a prática da cozinha tradicional, mas também com a criação de novos produtos, como o *chorizo de pescado* (linguiças feitas de carne de peixe) e as empanadas de pescado.

Com isso, fica nítida a grande possibilidade trazida pela diversidade de alimentos (geografia dos alimentos) do Pacífico Norte Chocoano, e como eles estão conectados com a cultura, o modo de vida, as crenças e outros elementos locais. A diversidade gastronômica configura-se como resultado de uma mescla de sabores e saberes, inseridos em uma tradição ancestral.

O abandono ou a redução das atividades tradicionais, como a pesca e a agricultura, que mesmo que algumas vezes não deixam completamente de serem realizadas, sendo vistas como algo complementar ou lúdico, está relacionado com as novas possibilidades que surgiram para a reprodução do modo de vida, como os serviços (por exemplo, o turismo), a realização de um curso superior, a ida para as grandes cidades à trabalho, entre outras coisas.

Boa parte dessas mudanças que afetaram mais intensamente o modo de vida chocoano se iniciam na década de 1980, quando a região começa a ser considerada como “desenvolvível”, o que se intensifica na década de 1990 quando o Banco Mundial já passa a encaminhar investimentos e projetos para desenvolver o Chocó, através da carcinocultura, do cultivo de palma e da extração madeireira.

Ainda que muitos projetos de desenvolvimento tiveram resultados parcialmente satisfatórios, como a expansão da energia elétrica, da educação, do saneamento básico e a criação de cooperativas, outros projetos tiveram impactos negativos para os ecossistemas e a população local, como a extração madeireira, a pesca industrial, o cultivo de palmas (e os monocultivos em geral), a carcinocultura (criação de camarão) e o conflito armado, que trouxeram territorialidades disruptivas e transformaram o modo de vida tradicional.

Portanto, a expansão das relações capitalistas e a transformação do Pacífico

Colombiano pela modernidade colonial e pela globalidade imperial, como afirma Arturo Escobar (2015), implicou a transformação de muitas formas de produção, de trabalho e de economia (as quais a pesca artesanal estava inserida) que eram orientadas à autorreprodução e à auto-subsistência, para formas de produção que cada vez mais se assemelham as da modernidade ocidental capitalista predatória.

Com isso, as transformações que ocorrem nessa região são baseadas em um tripé econômico, ecológico e cultural: **a)** econômico, pois as economias locais são transformadas em economias monetizadas, voltadas para o lucro, com a chegada e expansão do setor comercial e de serviços, como o turismo; **b)** ecológico, pois os ecossistemas são transformados em valor de troca e alguns são degradados; e **c)** cultural, pois as culturas locais são hibridizadas com aquelas modernas e ocidentais, perdendo muitos elementos tradicionais e ancestrais.

Os elementos culturais discutidos neste tópico apresentam uma relação que aproxima **a cultura e a identidade**, esta última sendo mais um processo de construção histórica e política, sobretudo das diferenças criadas pela história, mas que também está enraizada em práticas culturais compartilhadas. Dessa forma, a defesa de práticas culturais compartilhadas é uma questão estratégica para garantir a reprodução do modo de vida tradicional e a permanência no território, que promovem a etnoconservação.

#### 2.2.4 O papel feminino: pescadoras e *piangueras*<sup>75</sup>



Nos anos recentes, tanto no universo acadêmico/científico quanto em movimentos sociais, reivindicatórios e em pautas identitárias, a questão de gênero e o reconhecimento em pé de igualdade do papel das mulheres têm convergido com as lutas e pautas ambientais e de conservação da natureza. Nessa perspectiva, a desigualdade de gênero e a exploração irracional da natureza são processos complexos e totalmente relacionados, em que as mulheres aparecem como o grupo mais vulnerável às transformações socioambientais (BONFÁ NETO; RANGEL, 2023).

Essa convergência das temáticas ambientais com as de igualdade de gênero se relaciona, sobretudo, pelo fato de que muitas mulheres do mundo são produtoras ou buscadoras de alimentos, produtoras e alimentadoras de famílias, assumindo a maioria do trabalho social, tanto em contextos urbanos, como em contextos rurais. Mas esses trabalhos, sobretudo os

---

<sup>75</sup> Fizemos uma discussão mais densa e específica sobre o papel feminino em povos e comunidades tradicionais em: BONFÁ NETO, D.; RANGEL, K.S. Ecofeminismo e conservação da natureza: um estudo de caso sobre a importância das mulheres afrocolombianas para a pesca artesanal. **GEOgraphia**, v.5, n.54, p.1-18, 2023.

domésticos, nem sempre são vistos como uma forma de trabalho, ou seja, ele é constantemente desvalorizado, não pago e/ou não reconhecido, como demonstram Andrews, Smith e Morena (2019).

Em muitos lugares as normas de gêneros criaram imensas desvantagens para as mulheres, que é maior nas sociedades tradicionais e rurais (ANDREWS, LEWIS, 2017). Dentro desses contextos, as mulheres desempenham um papel fundamental em atividades como a agricultura e a pesca, mas infelizmente em muitos países, sobretudo nos subdesenvolvidos, elas raramente são proprietárias de terra e não tem autonomia sobre seus recursos (TRICONTINENTAL, 2020a). Sem terra ou trabalho, as mulheres não têm meios para investir em seus negócios ou produção, nem controle sobre o uso da terra e sobre os possíveis benefícios da mesma, sendo, normalmente os homens que controlam as decisões e o uso da terra.

Uma emergência e reivindicação dos direitos femininos, associada com a reivindicação da identidade e de práticas culturais como os sistemas tradicionais de produção pode ser observada no caso das mulheres em Bahía Solano. Atualmente, na região do Pacífico Norte Colombiano, os grupos de mulheres se fortalecem e avançam respondendo a necessidades concretas e assumindo grandes responsabilidades frente a alguns dos problemas enfrentados na região, que são: discriminação racial e de gênero, baixa autoestima, naturalização da relação de subordinação frente aos homens, maus-tratos e violência doméstica, responsabilidade de zelar pelas crianças e pela família, pouca valorização e até rechaço de suas características fenotípicas, alta evasão escolar, altos níveis de analfabetismo, vítimas dos deslocamentos forçados, baixa participação política nos espaços decisórios comunitários e baixos níveis de identidade étnica e de gênero que permitam identificar interesses e necessidades para as mulheres da mesma comunidade com foco na elaboração de projetos de desenvolvimento alternativos (DEFENSORÍA DEL PUEBLO, 2016).

As mulheres afrocolombianas possuem uma importante função na soberania alimentar, pois elas são a maioria que se dedicam às atividades que abrangem a maior parte da alimentação, desde as atividades agrícolas, a pesca e a coleta, até o preparo e a comercialização. No caso dos municípios de Bahía Solano e Nuquí, existem mulheres que são pescadoras, preparam e comercializam o pescado, além de muitas estarem inseridas em instituições pesqueiras, como associações, conselhos comunitários, cooperativas etc. Nessas localidades, as mulheres realizam outras atividades relacionadas aos processos produtivos alimentares, como o preparo da terra, o plantio, o cuidado, a colheita, a seleção das sementes, o cuidado dos animais domésticos e a criação e educação das crianças.

Entre conversas e entrevistas com pescadores, pescadoras e mulheres de pescadores notou-se que já está havendo uma mudança na forma como as mulheres são vistas dentro do universo pesqueiro, pois o seu papel muitas vezes foi ressaltado como essencial. Em alguns casos, elas são as responsáveis por realizar a captura, e em outros, pela limpeza, processamento e preparo do pescado e do lanche para os parceiros levarem às pescarias. Outra função essencial realizada pelas mulheres é o processo que antecede a pescaria, como a organização dos materiais, o preparo do café e do lanche. Dona Cecilia e Carmem Manega, esposas pescadores comentam sobre essas tarefas:

**DC:** Soy esposa de pescador. He salido sí allá con él, conozco los equipos y todo. Yo preparo el pescado, el pescado se hace sudado, cocinado pues, se frita, se asa, se ahúma, todo eso sí. Y cuando mi esposo sale a la faena yo le hago el lanche, me levantaba a las dos o tres de la mañana para hacer el lanche, y ayudarle a llevar también las herramientas de trabajo. **(Dona Cecilia, idosa, esposa de pescador, Chambacú, Bahía Solano, 18 jan. 2020, 10h57min.).**

**CM:** La importancia es que la mujer deja todo listo para el pescador cuando sale a pescar, yo me imagino que esa es la importancia que hay, que ellos se sientan acompañados por uno y todas esas cosas. Que ellos cuando salgan a pescar tengan su comida hecha, sus equipos listos, pues me imagino que esa es la ayuda que le brinda a la persona que es pescador ¿no? **(Carmen Manega, 47 anos, cozinheira, esposa de pescador, Nuquí, 24 jan. 2020, 15h09min.).**

Além das etapas que antecedem a pescaria, a mulher também é responsável pelos processos que sucedem as pescarias, como limpar, organizar e comercializar o pescado, por tornar o pescado livre de algumas partes inutilizáveis pelo consumo humano, agregando valor de troca ao produto. Muitas mulheres preparam outros alimentos com os pescados (como empanadas), bem como fazem o preparo para o consumo de todo o núcleo familiar, garantindo a segurança alimentar da família.

**EG:** Más que todo es la mujer que trae el alimento a la casa, más que todo eso. Y la mujer es la que hace el lanche, arregla las cosas, está pendiente de lo que va a llevar, más que todo cuando ellos están allá, ellos llaman para que de pronto les mandemos anzuelos, nylon, para organizar el espinel, o para hacer ripeo para igual mandarme pescado a mí, entonces yo le colaboro con eso, entonces tengo que esperar que otro pescador vaya hasta allá para mandarle eso. Y cuando él trae el pescado nos toca arreglarlo. Porque es que nosotros acá consumimos mucho pescado. Yo ayer estaba buscando atún para hacer unas empanadas y no encontré. Hace como tres días no hay atún en el pueblo, no sé si es que no lo han encontrado o no han salido a pescar, pero no hay atún. Y nosotras necesitamos más que todo porque hay unas que hacemos unas empanadas para vender y tener nuestro dinero, y no encontramos atún, y esto nos perjudica bastante. Y más que todo hay unas mujeres que son negociantes y venden el pescado, lo exportan, salen mujeres emprendedoras acá. Y también yo conozco muchas mujeres acá como campesinas, que son mujeres que les compran el pescado a los pescadores y lo revenden. O las que tienen su marido pescador y él los trae y ellas venden aquí o lo mandan a Medellín, a Quibdó o a lugares así. Acá yo también conozco algunas mujeres que son pescadoras, conozco a una que es muy “berraca” pescando se llama Dora, Dora pescadora. **(Evelin Gamboa, 20 anos, esposa de pescador, Bahía Solano, 31 jan. 2020, 9h52min.).**

A mulher possui uma importância nos processos que antecedem a pescaria (preparar os materiais, o lanche do pescador), durante a pesca (cuidar dos filhos, esperar o esposo, cuidar da casa, algumas também vão juntos nas *faenas*) e após a pescaria (arrumar o pescado, preparar o pescado para consumo ou para venda).

Antonio Candido (2010) utiliza o termo **indústria familiar** para se referir aos processos de produção e beneficiamento dos alimentos e confecção dos instrumentos de trabalho que são realizados pelos membros das famílias, normalmente, pelas mulheres.

Além disso, as mulheres possuem um grande papel quanto ao cuidado dos filhos, na socialização e nos primeiros aprendizados da criança em relação ao universo pesqueiro, no manejo das hortas, de pequenas plantações e no preparo dos alimentos. Ou seja, elas apresentam um papel fundamental nos sistemas alimentares, que inclui a produção, o preparo, a compra e o compartilhamento do alimento, até, destinar os desperdícios alimentares. O papel da mulher nos sistemas alimentares pode ser observado no **testemunho de Dona Candida García:**

**CG:** Bueno, en ese caso el papel de la mujer en la pesca es algo muy valioso. Porque siempre la mujer está al tanto de la alimentación, de los hijos, del marido cuando se va a pescar que le hacemos lo que aquí nosotros llamamos el lonche, o decimos fiambre. Entonces la mujer es la que se levanta para cocinarle al marido el lonche o fiambre para irse a pescar, cuando regresa la mujer está al tanto, de que llegó con el pescado de la comida. Como hoy se ha vuelto comercial el pescado, el marido llega a veces de una vez allá. Y lo vende, unos que otros llegan a sus casas con el pescado y conjunto con la mujer venden y dicen bueno dejemos este pa' darle al vecino, al hermano, al que sea que le quieran dar. Y está al pie la mujer de todas esas cosas. **Entonces la mujer es la base de la pesca**, y está al tanto, de que se fue, si llegó, si no llegó, o hay que irlo a buscar porque no ha llegado, porque se desespera la mujer cuando los hombres se van. Porque si se va y no a tal hora no ha llegado, la mujer es la primera que sale a decir bueno este se fue a pescar y no ha llegado ¿qué hay que hacer? Hay que irlo a buscar o hay que hacer algo. Pues yo creo que la mujer en ese sentido es la base primordial de su marido, porque siempre es el marido y su mujer, es la familia, el pescador es familiar, porque está el hijo, la mujer y el marido; unos que otros sobrinos estarán al lado, pero es el marido, la mujer y sus hijos. Cuando viene de pescar están sus hijos en la orilla esperando que si trajo, o no trajo, si llegó o no, que si cansado, o pa ayudar a saltar. Si la mujer no es del caso, como decía mi mamá, o que también le dice "bueno tu papá no ha llegado", "ve a ver si tu papá llegó", porque lo he escuchado. Entonces sea como sea es la mujer que está al frente de eso. Ya en el caso económico, pues ya ahí sí ellos se pondrán de acuerdo de que llegan y dice "me hice esto, qué vamos a hacer", otros dirán "oye mi plata, tal bolsillo, me voy a tomar una botella de viche mal frio, pa que no me de dolor o que se caiga la señorita, la niña". Entonces con esta "platica" nos fue bien, me voy a tomar esta botella de viche, se va y deja la mujer (risas). (**Candida García, 65 anos, líder social e ativista, Nuquí, 24 jan. 2020, 18h.**)

As mulheres desempenham papel primordial na organização do trabalho em famílias pescadoras, pois elas são as responsáveis pela soberania alimentar e também as mais afetadas com as mudanças e os impactos socioambientais, pois são as responsáveis por coletar a madeira e a água, preparar e buscar os alimentos para a família, cuidar dos filhos e dos doentes etc., de modo que são afetadas se não há boas condições ambientais, como desflorestamento, escassez

ou má qualidade de água.

Como Dona Candida afirmou (**em trecho citado acima**), o homem pode pegar o dinheiro e “beber” todo ele, já a mulher, não: “Entonces con esta plastica nos fue bien, me voy a tomar esta botella de viche, se va y deja la mujer [risas]”.

Na pesca artesanal, além dos papéis citados, muitas mulheres também realizam a captura (de linha e espinhel) e fazem a **extração de ostras e mariscos** nos manguezais. A extração de mariscos e ostras é uma forma de uso e apropriação dos manguezais, chamada de *piangua*<sup>76</sup>, o mesmo nome do animal (*Anadara tuberculosa*). Esta atividade está normalmente ligada às mulheres, que principalmente nos dias de “*puja*” (marés extremas ou de sizígia), com o uso das mãos ou de varinhas de metal fazem a extração dos moluscos. Candida Garcia e Carmem Manega, ambas moradoras de Nuquí, contam sobre a prática da *piangua*:

**CG:** Yo Pianguaba también sí. Pero en esa época uno pingaba bien. Por ejemplo, como es manglar, uno se montaba en una rama, e iba montado y uno miraba las pianguas grandes, y donde estaba las grandes es que uno bajaba a cogerlas, donde estaban las pequeñas no<sup>77</sup>. Uno iba montado en su “ñangla”, uno decía ñanglas, porque son las ramas que van, porque hay unos árboles de mangle que son “gateador”, entonces uno va por encima de eso. Y uno iba así recolectando las pianguas grandes. Uuuy sí ya, eso ya uno la tiene que sacar de la tierra, del barro, porque ya uno no la ve, está muy escasa. **Todo cambia, todo en la vida cambia, así uno no quiera, todo cambia**, porque hasta las cabañuelas. Todo ha cambiado. (**Candida Garcia, 65 anos, ativista cultural e líder social, Nuquí, 24 jan. 2020, 18h.**)

**CM:** Por acá se cocina todo natural, pescado, piangua, cangrejo, mariscos, muchas comidas de marisco por acá.

**DBN:** ¿Acá hay muchas personas que piangan?

**CM:** Sí, muchas personas, allá por el manglar, unos piangan por allá. Por aquí hay muchas mujeres que piangan. A usted le pueden llevar exactamente donde hay muchas mujeres que piangan, que hay un grupo de mujeres que piangan bastante. Yo no pianguo ya, pero si estuve mucho años, piangué mucho, sacaba mucho, pero ya no. (**Carmen Manega, 47 anos, cozinheira e esposa de pescador, Nuquí, 24 jan. 2020, 15h09min.**)

A *piangua* também tem um papel importante na gastronomia local, como ressaltado por um pescador do *corregimiento* de Coquí:

**DBN:** Acá en Coquí tiene mucha fama por su gastronomía ¿sí? ¿Qué tiene típico acá?

**HA:** Es la de nuestros ancestros, el arroz de coco en sus múltiples presentaciones, blanco, negro con coco, ya con aceite, con aceite de coco o normal, la piangua, un molusco que es muy típico de acá y te la preparan seco de piangua, ceviche de piangua, sopa de piangua. (**Harry Ovidio Asprilla, 47 anos, pescador, agricultor e guia, Coquí, Nuquí, 26 jan. 2020, 10h35min.**)

Além dessas relações produtivas envolvendo as mulheres, se evidenciou que o processo de aprendizagem e socialização da mulher na pesca dá-se muitas vezes com outras mulheres, mas também com os homens da família, que normalmente são pescadores, ou mesmo

<sup>76</sup> Uma libra de *piangua* custa aproximadamente 14.000 pesos colombianos (US\$3,7) em janeiro de 2020.

<sup>77</sup> Prática da etnoconservação, através da seleção de indivíduos maiores para a captura.



com amigos, amigas e outros familiares que as ensinam pescar de uma maneira lúdica, olhando, indo junto e acompanhando, sobretudo em águas estuarinas e em rios.

**CG:** Bueno, yo aprendí a pescar porque venga, habían unas amigas, cuando en mi juventud ellas iban a pescar. Aquí en Nuquí las mamás las llevaban pequeñas, por eso es que digo que el mismo Estado da a que los muchachos aprendan, porque anteriormente las mamás se embarcaban con sus hijos, a hacer actividades diferentes. Entonces habían unas amigas que las mañan las llevaban a pescar, entonces cuando las mañan no iban, ellas iban, y me invitaban. Entonces yo me iba en esa gallada, con las amigas a pescar, entonces así fui aprendiendo, porque mi maña no era de las pescadoras, mi papá sí pero en el mar, más no acá dentro. Unos hermanos míos, entre el que estaba aquí y unos mayores, ellos iban al río pero no pescaban, ellos chuzaban. Iban en esta piedra grande, había un charco y ellos iniciaban a echarle comida, entonces ellos mantenían varios cebaderos. Entonces cuando la comida estaba difícil uno se iba a los diferentes espacios a chuzar, ellos iban y le echaban comida, y los pescados salían y con el chuzo era que ellos iban chuzando. Y yo iba como a recoger, los pescados que ellos chuzaban los tiraban ahí y yo los recogía, y los íbamos metiendo en una guaca de Iraca. Varias ensartas de pescado, o sea hacía una guasca, en una guasca las iba metiendo. Pero era chuzado, no pescado. Entonces yo poco aprendí a pescar, pero con las compañeras, las amigas sí íbamos, pero acá en el estero, en el manglar. **(Candida Garcia, 65 anos, Nuquí, 24 jan. 2020, 18h).**

**L:** Desde pequeñita, yo comencé a pescar como desde los 13 años, pero no en mar afuera, sino en el río, con vara. Y ya después dejé la vara, y empecé a pescar con boya, pescaba con canaleta y en la lancha.

**DBN:** ¿Quién le enseñó a pescar?

**L:** Mi papá me enseñó a pescar, pero con vara. Y después ya aprendí a pescar viendo. **(Luber, 50 anos, pescadora e artesã, Coquí, Nuquí, 26 jan. 2020, 10h53min.).**

**EG:** Aprendí a pescar en mi niñez, porque igualmente a los nativos de acá les gusta la pesca, a la mayoría le gusta. Y pues la pesca de línea es la única que sé pescar, ya mi esposo sí sabe lo que es el espinel, lo que es ripeco y todas las clases.

**DBN:** ¿Quién le enseñó a pescar?

**EG:** ¿Yo? Mis tíos, mis primos, yo iba a la “Esso” a pescar y me antojé, con un nylon, anzuelo y me tiré a pescar, con mis amigos y todo eso. **(Evelin Gamboa, 20 anos, esposa de pescador, Bahía Solano, 31 jan. 2020, 09h52min.).**

Boa parte dos conhecimentos que as mulheres aprendem são transmitidos como uma maneira de socialização, em que as mais jovens vão aprendendo pela observação. Algumas mulheres classificam suas funções como funções “de dentro” da casa (limpar o pescado, cuidar da casa, dos filhos, cozinhar, ajudar com os equipamentos pesqueiros etc.), enquanto os homens realizam os trabalhos “de fora” (pescar e vender os pescados). Embora isso não seja uma regra, ocorre em boa parte das famílias, como notado no testemunho de Carmem Manega, proprietária de restaurante e esposa de pescador:

**CM:** Mi marido se va a pescar y yo le hago el fiambre, llega por la mañana con el pescado yo se lo ayudo a destripar, arreglar para vender, a limpiar, filetear, y lo vendemos. Le ayudo con el motor de la lancha, llevar el canaleta, todo hasta que quede bien y entonces él se va. Él tiene su trabajo de afuera y yo como mujer dentro de casa. Ya mis hijas mujeres me ayudan en la casa, con el pescado, a arreglarlo, congelarlo para que lo tenga listo.

**DBN:** ¿Y cómo usted enseña a su hija a hacer estas cosas?

**CM:** Porque me miran haciendo lo que yo hago, cuando yo estoy ellas lo hacen. Saben hacer de todo. **(Carmen Manega, 47 anos, cozinheira, Nuquí, 24 jan. 2020, 15h09min.).**

Em muitas regiões do mundo, as mulheres têm se tornado importantes empreendedoras no setor pesqueiro, controlando significativas quantias de dinheiro e financiando uma variedade de empresas de processamento e comercialização dos pescados (FAO, 2016; 2020), gerando retorno para as famílias e para as comunidades. Isso já é observado em Bahía Solano, através de mulheres processadoras que fazem produtos como empanadas e linguças de pescados, e possuem cooperativas, como a *Masmepéz*. A disseminação de informações sobre os pescados, seu processamento e comercialização favorecem esses projetos envolvendo a indústria familiar.

Mesmo com a participação das mulheres no universo pesqueiro, seja como pescadoras, como ajudantes do marido pescador, ou até como empreendedoras e comercializadoras, muitas vezes essas próprias mulheres que estão inseridas nesses contextos possuem uma visão de inferioridade em relação aos homens. Ou seja, pensam que elas realizam a atividade de uma maneira pior, ou que a atividade é, sobretudo, masculina. Esse fato é visto no testemunho de uma pescadora:

**DBN:** ¿Hay muchas mujeres que son pescadoras acá?

**L:** Sí.

**DBN:** ¿Y cómo ves a las mujeres pescando, en una actividad que es hecha más por los hombres?

**L:** Pues los hombres la hacen mejor porque son más buenos, la pesca la mayoría es para los hombres, es para los hombres, sino que acá uno tiene que adaptarse a todo. Hacer cosas que necesita, a mí pues me gusta la pesca, yo sigo pescando.

**DBN:** ¿vas a pescar cuántas veces a la semana?

**L:** Pues hay semanas que no voy y hay otras que voy como dos veces.

**DBN:** ¿Vas sola?

**L:** Sí, pero pa' cá [apuntando para el lado del río], para afuera voy solamente con mi esposo, a veces él me lleva. [...]

**DBN:** ¿Piensa que es más difícil para las mujeres pescar, que para los hombres?

**L:** Sí, es más difícil porque la pesca es más para los hombres.

**DBN:** ¿Por qué?

**L:** Porque eso es difícil las mujeres que les gustan, las mujeres les gustan otras cosas. Entonces la pesca, sobre todo ahora es para los hombres. (**Luber, 50 años, pescadora e artesã, Coquí, Nuquí, 26 jan. 2020, 10h53min.**)

Embora parte dos homens já reconheça que a mulher possui importância essencial no circuito produtivo pesqueiro, em algumas situações ainda há uma visão machista da atividade, em que o papel feminino é subestimado. Nota-se isso **no testemunho abaixo**, um pouco contraditória, pois ao mesmo tempo que o sujeito afirma que a mulher limpa e cozinha o pescado para o consumo do homem, a pesca não é um modo de vida e nem trabalho para as mulheres.

**LG:** La mujer no interviene en eso, porque el pescador llega con su pescado arreglado. Para sustento si ahí ella lo hace claro. Lo limpia, lo cocina para su esposo. Pero el que se come le arregla el hombre. Lo hace el hombre ahí en el mar. Todo viene arreglado. El hombre le hace todo, la mujer no interviene en la parte de la pesca, no interviene.

**DBN:** ¿Y hay mujeres pescadoras?

**LG:** Muy pocas, y no lo hacen como medio de vida, lo hacen como cuando el esposo le dice ‘vamos a coger unos pescaditos para la comida’, pero no es medio de vida, no es su trabajo. **(Luis Guerrero, 69 anos, pescador e aposentado, Bahía Solano, 23 jan. 2020, 15h17min.)**

Entretanto, alguns homens já reconhecem o imenso papel feminino dentro do circuito produtivo e do sistema alimentar pesqueiro, confirmando o que foi dito pelas próprias mulheres:

**BL:** Les ayudan a arreglar, por ejemplo cuando traen lo pescado por acá por la casa, lo que queda pues para producir, se trae lo pescado y con la mujer se encarga de organizarlo, filetearlo, arreglarlo, salarlo, y mantenerlo bien en la nevera. **(Bairon Luna, 24 anos, pescador e trabalha com turismo, El Huína, Bahía Solano, 15 jan. 2020, 18h26min.)**

**DBN:** ¿Y cuál cree que es el papel de la mujer en la actividad pesquera?

**HO:** Bueno, cuando llega el pescado la manipulación, puede ser de empacarlo, si hay cómo empacarlo al vacío. La parte de limpieza y la transformación de ahí para exportarlo y mandarlo a otra parte ¿sí? Y la preparación, el lanche. **(Harry Ovidio Asprilla, 47 anos, pescador, agricultor e guia de ecoturismo, Coquí, Nuquí, 26 jan. 2020, 10h35min.)**

**DBN:** ¿Y cuál cree que es la importancia de la mujer en la pesca?

**PH:** Aaaah sí, la mujer ayuda a veces a “destripar” los pescados. La mujer hacen muchas cosas, cuida de los muchachos, uh.

**DBN:** ¿Hay pescadoras acá?

**PH:** Sí, también pescan. También mujeres pescan, yo ya he salido a pescar con mujeres. **(Plácido Hurtado, 62 anos, pescador e agricultor, Coquí, Nuquí, 26 jan. 2020, 12h04min.)**

Para além da pesca, as mulheres são as responsáveis por manejar alguns dos Sistemas Tradicionais de Produção, como as *zoteas*, e pela agricultura de maneira geral. Com isso, além de prover o alimento e manter uma economia (em alguns casos), fortalecem um intercâmbio social, por exemplo, pela troca de sementes (o que realiza uma manutenção das sementes criolas), de saberes e de produtos. Isso se passa com as mulheres em qualquer tipo de atividade agrícola. **Na pesca também ocorre esse intercâmbio de produtos e de saberes, que fomentam a diversidade biogenética e promovem a etnoconservação.**

Um lugar que aparece como fundamental para a construção dessas relações de sociabilidade feminina, que envolve a prática dos sistemas tradicionais de produção, são os pátios ou quintais traseiros ou laterais das casas, onde se desenvolve boa parte dos trabalhos femininos, como esses cultivos, a lavanderia, em alguns casos a cozinha **(fotografia 30)**.

Também é nos quintais que ocorre a construção dos saberes femininos, por isso, esses lugares são importantes para a sociabilidade feminina, como, por exemplo, os bares são para os pescadores. É nos pátios que ocorrem a troca de alimentos, os favores, as conversas, os penteados e outros cuidados com a beleza. Os penteados, por exemplo, são uma marca e uma tradição das afrocolombianas e tiveram a função, durante a escravidão, de servirem como mapas

das rotas de fuga<sup>78</sup> do povo escravizado.

**Fotografia 30 - Criança ajudando na cozinha**



**Coquí, Nuquí, 26 jan. 2020, 10h27min.: O simples hábito de coletar lenha, fazer a manutenção do fogo e dos alimentos constitui-se em uma transmissão de saberes relacionados ao modo de vida tradicional. A foto também demonstra o quintal como um espaço feminino, da cozinha, da lavagem de roupas (nos cestos), das conversas etc. Foto: D. B. Neto.**

Nas comunidades afrocolombianas do Pacífico, de uma maneira geral, as mulheres e os homens possuem funções distintas e complementares, enquanto os homens se destinam a tarefas que requerem maior força física e mais tempo longe de casa, as mulheres estão encarregadas dos fatores produtivos que antecedem e sucedem aqueles masculinos, garantindo assim a socialização e a integração familiar, o sentimento de pertencimento a um território, a identidade cultural e a segurança alimentar.

Para fortalecer o processo social das comunidades negras, através da reafirmação da identidade, é necessário ter em conta que a mulher **(no presente estudo, a mulher afrocolombiana do Chocó)** tem um papel importante na casa, nas ruas, no bairro etc. Tendo, dessa maneira, um papel indispensável na formação das gerações futuras e sendo o epicentro dos sistemas alimentares. Por isso, é necessário que sejam implementadas políticas e programas que aumentem o acesso das mulheres a serviços básicos e culturais e a recursos e trabalho, e que as comunidades as apoiem em suas funções, sobretudo aquelas ligadas às atividades da pesca e da agricultura, aos sistemas agroalimentares, aumentando a participação feminina.

---

<sup>78</sup> Mais sobre os penteados afrocolombianos em: VENTURA, Dalia. **Los peinados con los que las afrocolombianas les indicaban a los esclavos por dónde huir**. BBC News, 13 mar. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-64804307>.

Somente quando as políticas e as organizações apoiarem as mulheres e fortalecerem as suas organizações, haverá uma chance de diminuir a pobreza, a desigualdade social e de gênero e a insegurança alimentar.

Seguindo as orientações de Bell Hooks (2017), acreditamos que devam ser produzidos mais testemunhos de como as barreiras são rompidas e como está se dando o empoderamento feminino, a descolonização e o rompimento do patriarcado nas práticas cotidianas, nas organizações e nos saberes.

[...] temos de produzir mais trabalhos escritos e testemunhos orais que documentem as maneiras pelas quais as barreiras são derrubadas, as coalizões se formam e a solidariedade é partilhada. São esses dados que vão renovar nossa esperança e proporcionar estratégias e direções para o movimento feminista no futuro. (HOOKS, 2017, p.148).

No Pacífico Chocoano já existem muitos espaços de resistências das mulheres, especialmente onde elas participam da produção alimentar de pequena escala, seja agrícola, extrativista ou pesqueira. Elas são as donas dos saberes, dos sabores e dos fazeres, as “mães dos pratos”, que conhecem tudo da terra. Além disso, as afrochocoanas possuem um papel fundamental na soberania alimentar, e estão surgindo como empreendedoras, como líderes em associações, projetos e organizações, agitadoras culturais, entre outras funções em que são mobilizados muitos conhecimentos, abrindo múltiplas possibilidades para romper a desigualdade de gênero, promover a conservação ambiental, a segurança e a soberania alimentar.

### **2.3 Territorialidades tradicionais afrocolombianas**

A noção de território para os afrocolombianos do Pacífico é ampla e envolve a terra, a praia, o mar, o mangue e os bosques, sendo um espaço fundamental e multidimensional para a criação e recriação de Sistemas Tradicionais de Produção (STP), além de práticas econômicas e manifestações culturais. Esta concepção de território ressalta o padrão de povoamento, os usos e práticas espaciais e culturais, a apropriação dos recursos e os STP presentes no modo de vida chocoano.

Os grupos afrocolombianos então possuem territorialidades próprias que atuam nos três níveis, como afirma Saquet (2015): na vida social, na vida não humana (animal e vegetal) e no domínio espiritual. Dessa forma, não há conservação da natureza sem controle territorial, bem como a conservação não podem existir de maneira alheia as práticas tradicionais das populações locais (LEFF, 2015). Por exemplo, a perda de valores tradicionais é um dos fatores que causa a perda da biodiversidade e a degradação ambiental.

Além disso, a identidade e a territorialidade dos afrocolombianos do Pacífico, que se construíram em paralelo nas décadas de 1980 e 1990, também estão ancoradas no espaço aquático, fluvial e marinho. A territorialidade está estreitamente ligada às relações de parentesco, às práticas de trabalho e a toda configuração da reprodução do modo de vida. O que confirma a nossa compreensão de territorialidade, descrita por Saquet (2015, p.120) como:

[...] as relações diárias, momentâneas e processuais, que os homens mantêm entre si, com sua natureza interior e com sua natureza inorgânica para sobreviverem biológica e socialmente. A territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas, seja no espaço do trabalho, do lazer, da igreja, da família, da escola, da rua, do bairro, resultado e determinante do processo de produção de cada território [...]. (SAQUET, 2015, p.120).

De acordo com as concepções (integradoras) de território multidimensional, como as de Saquet (2015; 2019a) e Haesbaert (2021), as empresas e as instituições também são agentes territorializadores, podem gerar processos de desterritorialização, reterritorialização e mudanças nas temporalidades, formando redes, ligando indivíduos, identidades, práticas etc.

Com suas redes, as empresas podem mudar um território, provocar mudanças significativas, gerar novas territorialidades e temporalidades que estão na base da totalidade ou das relações entre localidades e globalidades (divisões do trabalho, especializações, redes, fluxos, concorrências...), o território assim significa um nexos, uma conexão entre lugares contextualizados. (SAQUET, 2015, p.104).

Dessa forma, a partir da concepção multidimensional e multiescalar de território como um híbrido, em suas múltiplas esferas (econômica, política e cultural), identificamos a presença de **territorialidades sobrepostas e descontínuas**, ou seja, de **multiterritorialidades** (HAESBAERT, 2021; SAQUET, 2015), e com certo esforço, foi possível identificá-las e classificá-las em:

**a) territorialidades tradicionais, como as camponesas, pescadoras, indígenas, extrativistas etc.** Enfim, dos povos que habitam e constroem os seus modos de vida, atrelando cultura e território, baseado em usos como a agricultura, o extrativismo e a pesca artesanal. Aqui discutiremos as territorialidades relacionadas com a pesca artesanal.

**b) territorialidades ligadas à agroindústria, à pesca industrial e ao mercado de maneira geral**, que segue os objetivos de grandes empresas e/ou proprietários de terras, em uma tentativa de **mercantilizar a natureza e “capitalizar” o território**. Essa concepção pode ser vista na propaganda de uma marca de motores para barcos com as placas *“Bahía Solano es territorio Yamaha”* e *“Nuquí es territorio Yamaha”*, demonstrando a tentativa do capital de se territorializar, através da apropriação simbólica de um território, como nas **fotografias 31 e 32**);

**c) territorialidades ligadas aos grupos armados paramilitares, que exercem um controle “oculto” do território**, causando uma sensação coletiva de manter sempre as coisas “em

orden”, mas os paramilitares realizam uma limpeza social, assassinando, torturando ou ameaçando aqueles que realizam algo que não é bem visto, como roubos, militância política etc. Esse controle ocorre sobretudo porque a região é estratégica para o transporte de narcóticos; **d) territorialidades associadas às ONGs, às instituições ambientais e sociais e aos órgãos públicos ambientais**, que possuem uma visão conservacionista (em alguns casos, preservacionista) e de ordenamento territorial;

**Fotografia 31 - “Bahía Solano es territorio Yamaha”**



Bahía Solano, 23 jan. 2020, 11h55min.: A territorialização também é feita através da apropriação simbólica, econômica e política dos espaços. Assim também atuam as empresas, o capital territorializado (HAESBAERT, 2021). Foto: D. B. Neto.

**Fotografia 32 - “Nuquí es territorio Yamaha”**



Nuquí, 24 jan. 2020, 12h39min. Foto: D. B. Neto.

Devido a grande relevância do território discutiremos algumas das territorialidades tradicionais presentes sobretudo em Bahía Solano e em seus *corregimientos*, relacionadas principalmente com a pesca artesanal, que são uma expressão de como o território está construído atualmente por alguns elementos como: usos, apropriações e dominações dos espaços; relações sócio-espaciais; e busca pela satisfação das necessidades, por meio do trabalho.

A cartografia social participativa se mostrou como um instrumento metodológico que nos auxiliou identificar as territorialidades tradicionais pesqueiras em Bahía Solano, em conjunto com as outras técnicas de pesquisa adotadas.

### **2.3.1 Cartografia social participativa desvelando as territorialidades tradicionais<sup>79</sup>**

Onde quer que haja mulheres e homens, há sempre o que fazer, há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender (Paulo Freire).

Com base em oficinas de cartografia social participativa, com debates, confecção de mapas e entrevistas, durante trabalho de campo com foco nas atividades pesqueiras artesanais, objetivamos analisar a construção do território e das territorialidades tradicionais pesqueiras no Pacífico Norte Colombiano, particularmente em Bahía Solano, sobretudo em relação às práticas e aos saberes tradicionais, muitas vezes ocultos nos mapas oficiais.

Os mapas participativos apareceram como ferramenta para indicar quais territorialidades são permeadas e construídas pelos conhecimentos simbólicos e populares e pelas atividades tradicionais (ACSERALD; COLI, 2008), sobretudo pela principal delas, a pesca artesanal, demonstrando que o território se constrói e é apropriado em conjunto com o modo de vida, a partir da relação entre a cultura e o espaço (SUSUKI, 2013).

Foram realizadas cinco oficinas (entre os dias 22 e 31/01/2020) no colégio de Bahía Solano, *Institución Educativa “Luiz Lopez de Mesa”*, com o acompanhamento do professor Sebastian Rivera e a articulação de Yussely Aguilar. O colégio concede o grau de “*Bachiller técnico em Ciencias del mar*”, por isso, conta com seis disciplinas (*asignaturas* ou *cátedras*) específicas relacionadas à realidade local, são elas: *Hombre, mar y sociedad*; *Marinería*; *Navegación marina*; *Oceanografía*; *Recursos vivos marinos*; e *Artes y métodos de pesca*. Ao conjunto das oficinas atribuímos o nome *Bahía Solano se Apropria de la Pesca Artesanal*. Essa prática foi embasada por uma pedagogia da resistência, anticolonial, com o intuito de conscientizar os sujeitos de suas ações e da importância de seus saberes tradicionais e populares

---

<sup>79</sup> Dois artigos de nossa autoria descrevem mais detalhadamente o processo das oficinas e do uso da cartografia social participativa (BONFÁ NETO; SUZUKI, 2020, 2023).



e de seus territórios. Dessa forma, se fez necessário conhecer os alunos e a comunidade, como propõe Bell Hooks (2017), o que nos conduziu para a valorização da presença e do conhecimento de cada um dos estudantes, buscando valorizar “[...] a experiência de aprender quando nossas experiências são consideradas centrais e significativas” (HOOKS, 2017, p.53). Como propõe Paulo Freire (1967), compreendemos a necessidade de fazer do homem (ser humano) ajustado, acomodado, um sujeito novo e crítico.

Os sujeitos da atividade eram os alunos, cujos mapas construídos revelaram seus conhecimentos territoriais e as territorialidades pesqueiras, dos quais são partícipes e conhecedores em sua grande maioria por se tratarem de familiares ou conhecidos de pescadores.

**Fotografia 33 - Oficina no colégio**



**Bahía Solano, 23 jan. 2020. Foto: Yussely Aguilar.**

As oficinas foram iniciadas com uma apresentação e exposição dos objetivos da atividade, em seguida era feita uma exposição sobre a pesca artesanal no contexto local. Posteriormente, cinco questões foram escritas em fichas, duplicadas e distribuídas de duas em duas para cada grupo com aproximadamente cinco alunos por grupo. As questões eram as seguintes: **a)** *¿Cuál es la importancia del mar?* **b)** *¿Cuáles son los beneficios de la pesca artesanal?* **c)** *¿Conocen de las fases de la luna según los pescadores?* **d)** *¿Que conocen de la pesca artesanal?* **e)** *¿Como la pesca artesanal está en el modo de vivir de Bahía Solano y del Chocó?*

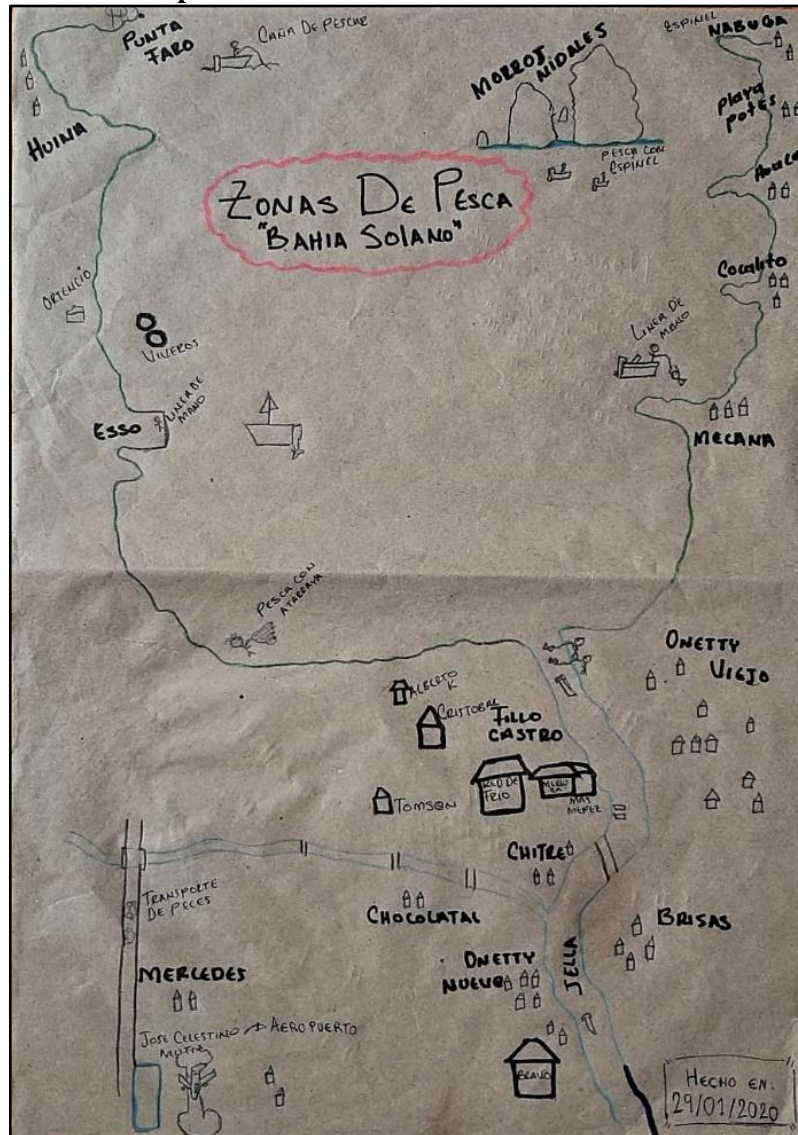
Após esse momento, eram passados dois vídeos curtos sobre a ZEPA e sobre a pesca em Bahía Solano<sup>80</sup>. Por fim, foi proposto aos alunos fazerem mapas que pudessem demonstrar

---

<sup>80</sup> Os vídeos eram os seguintes: CONSERVACIÓN INTERNACIONAL COLOMBIA. **ZEPA - Zona Exclusiva de Pesca Artesanal**. Youtube, 27 fev. 2017. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=MiyS\\_B20IYA](https://www.youtube.com/watch?v=MiyS_B20IYA); CONSERVACIÓN INTERNACIONAL COLOMBIA. **ZEPA - Zona Exclusiva de Pesca Artesanal**. Youtube, 1 fev. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QFppUa1MgRQ>.

como a atividade pesqueira estava presente no modo de vida local/tradicional, bem como ressaltando as territorialidades pesqueiras. Como ponto de partida para a construção dos mapas foram feitos alguns questionamentos, entre os quais: *¿Quién es y donde estás el pescador?*, *¿Cómo ven la comunidad a los pescadores?*, *¿Cuáles son los aportes del pescador artesanal a la comunidad?*, *¿Cómo la pesca está en el modo de vida de los solaneños?*, *¿Cuál es el circuito de la pesca?*, *¿Cuáles son los territorios donde esta la pesca?* e *¿Cuáles son los desafíos y los problemas de lo pescador?*. Os mapas estão na sequência, sendo que aqui foram inseridos apenas três dos sete mapas produzidos nas oficinas e publicados em Bonfá Neto e Suzuki (2020, 2023).

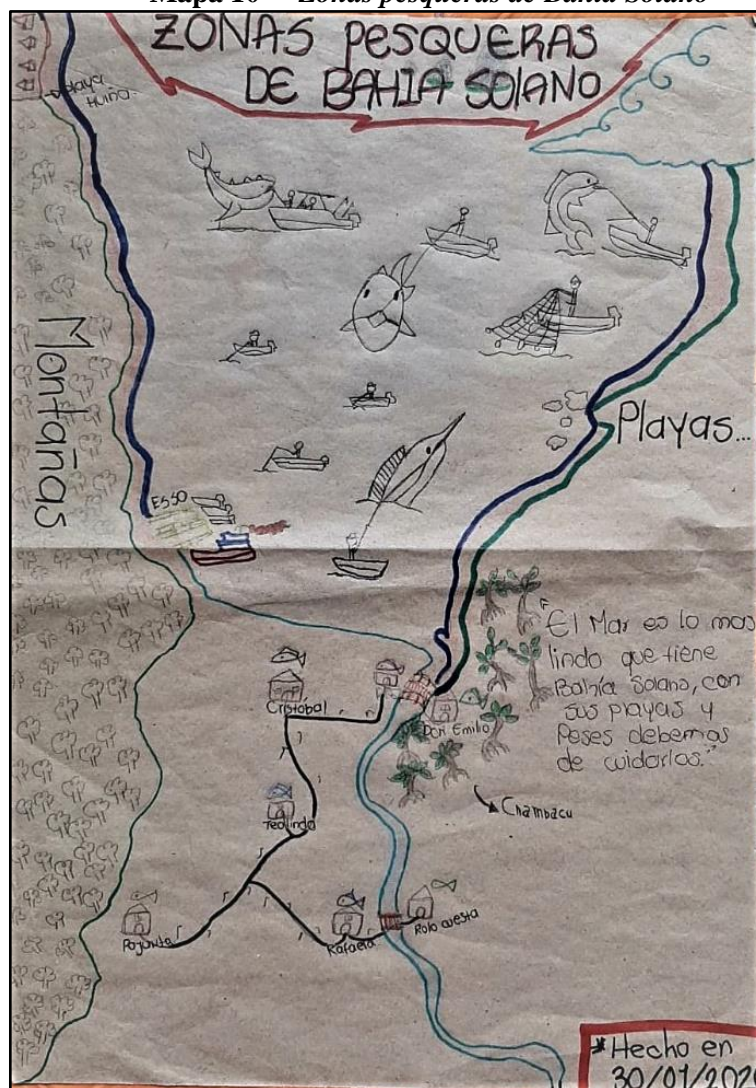
**Mapa 9 - “Zonas de Pesca en Bahía Solano”**



Fonte: Trabalho de campo (2020), elaborado pelos alunos do 11ºA, Andres Camilo Ruiz Badillo, Yurleisy Moreno Castillo, Ferney Valois Todro, Yamile Cordoba Arias, Alex Yesin Leon Asprilla, Luisa Maria Polo Castillo e Paula Potes Vallois, 29 jan. 2020.

O Mapa 9 “Zonas de Pesca en Bahía Solano” captura o território pesqueiro de uma maneira abrangente, demonstrando, no canto superior esquerdo, o aeroporto, seguido do caminho para a cidade. No canto inferior direito está o Rio Jella e os bairros ao seu redor (Onetti Novo e Onetti velho, este popularmente chamado de Chambacú). Também aparecem a ponte de Chambacú com as redes de comercialização de pescado (*Masmepetz*, *Red de frio* e *Merluza Pesquera*) e as pesqueiras de Cristobal e Alberto. Na margem da praia há um pescador jogando tarrafa e no posto Esso um pescador com linha, mais acima estão os viveiros, seguidos das praias Huína e Punta Faro. No topo superior direito, estão os *Morros Nidales*, onde os pescadores estão pescando. No canto direito, há a representação (de baixo para cima) das praias e *corregimientos* de Mecana, Cocalito, Huaca, Playa Potes e Nabugá. Dessa forma, o mapa demonstra, de maneira ampla, a territorialidade da pesca artesanal.

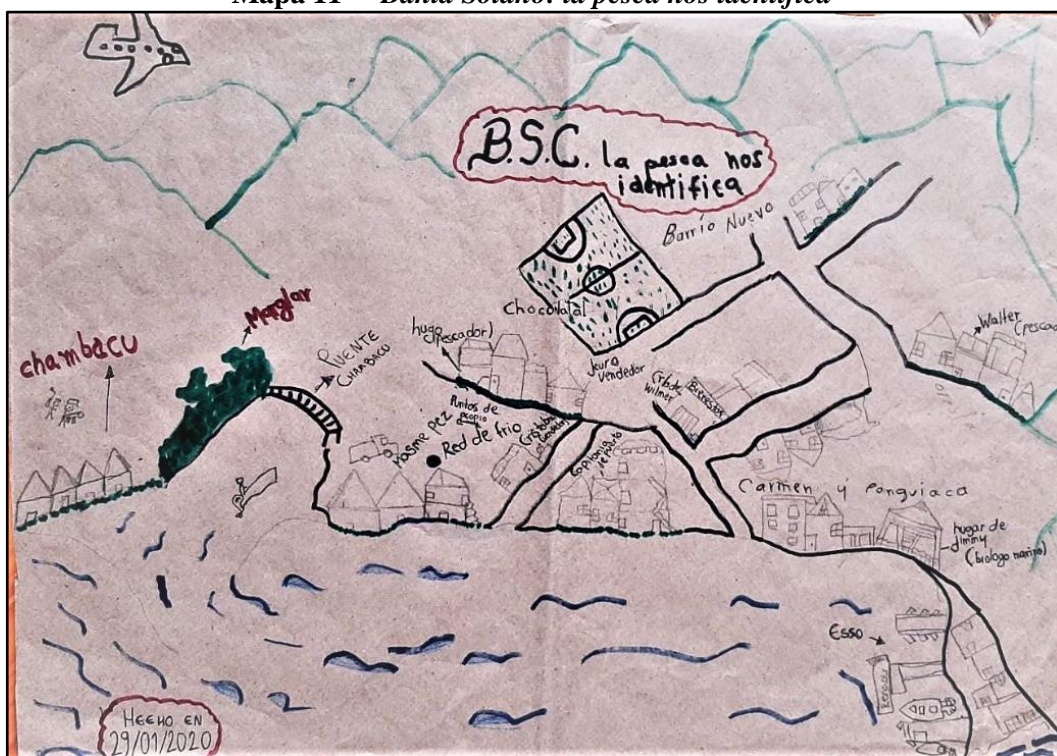
Mapa 10 - “Zonas pesqueras de Bahía Solano”



Fonte: Trabalho de campo (2020), elaborado pelos alunos do 9ºC, Estefania Pacheco, Enymaria Moreno, Eileen Nicol Anchico Reiña, Manuela Aivathegui e Freddy Dias, 30 jan. 2020.

O Mapa 10 “*Zonas pesqueras de Bahía Solano*” dá destaque para a diversidade da fauna marinha e para a diversidade dos métodos de pesca e dos pescados. São representados a linha de mão, a tarrafa, o espinhel, as varas, e os diversos tamanhos de lanchas e de canoas. Entre a fauna marinha, identificam-se baleias, atum e peixe espada. Do lado esquerdo, estão as montanhas e, na parte mais central, o núcleo urbano de Bahía Solano. É representada também a ponte de Chambacú e os manguezais ali presentes.

Mapa 11 - “*Bahía Solano: la pesca nos identifica*”



Fonte: Trabalho de campo (2020), elaborado pelos alunos do 10ºA, Maria Isabeth Gamboa Mosquera, Victor Daniel Lozano Berrio, Wilmer Andres Moreno Mosquera, Willian Rafael Sanelemente Rengifo, Juan David Poti Velasquez, 29 jan. 2020.

O Mapa 11 “*Bahía Solano: la pesca nos identifica*” demonstra a sede urbana e as territorialidades da pesca artesanal centradas ali. No canto esquerdo está o bairro Chambacú com pessoas trabalhando na agricultura ao lado do manguezal. Mais ao centro estão os “*puntos de acopio*”, como a *Red de frio*, a *Masmepéz* e a pesqueira do Cristobal. Outros lugares representados também são: *Captania de Puertos*, casa do pescador Hugo, Chocotalal, Jairo (comerciante), Bienestar, Barrío Nuevo, casas do pescador Walter e do biólogo Jimmy, além do Esso (trapiche e porto).

As ações e intervenções realizadas permitiram capturar a situação dos alunos como atores conscientes da importância dos saberes e conhecimentos tradicionais e populares,

capazes de formularem um senso político e crítico para os grupos de que fazem parte, bem como conscientes de suas apropriações do espaço, de seus territórios.

Assim, do conhecimento já existente sobre a pesca, o território e as suas territorialidades, procuramos, por meio das reflexões e das atividades, buscar a promoção de uma aprendizagem ativa em que os educandos também são atores em seus próprios processos de ensino e aprendizagem, possibilitando assim um intercâmbio de saberes entre todos os sujeitos envolvidos nas atividades e um empoderamento a partir de seus próprios conhecimentos e práticas locais (FREIRE, 1967).

As oficinas foram realizadas também como uma maneira de fornecer alguma contribuição durante os dias em que estivemos em campo, pois a pesquisa deve ser uma via de mão dupla e que não cabe somente ao pesquisador “extrair” os dados que lhe convém, mas sim, contribuir, de alguma maneira, para ampliar a compreensão de mundo através do diálogo. Tudo isso em busca de que os sujeitos sejam mais conscientes, em favor do bem-estar social, do patrimônio histórico e cultural, da conservação e restauração ambiental dos espaços degradados de cada território.

Por meio dos desenhos, ficou explícita a territorialidade pesqueira e a presença da pesca no modo de vida de todos do município, seja realizando o ofício, conhecendo alguém que o realiza, tendo familiares pescadores, ou mesmo, por meio do colégio e de suas disciplinas específicas com ênfase em Ciências do Mar. Esse contato é aprofundado pelas vivências na comunidade, pois os alunos quando questionados se aprendiam mais sobre pesca nas aulas no colégio ou na prática e na vivência, a maioria dos estudantes respondia que aprendia mais no cotidiano, reforçando a presença da pesca artesanal nas múltiplas esferas do modo de vida.

Os mapas puderam demonstrar as visões sobre a abrangência da territorialidade da pesca artesanal, cujas informações eram condizentes com a percepção tida durante os levantamentos de campo. Em todas as produções cartográficas, foi atribuída relevância aos territórios da margem do Rio Jella (Ponte de Chambacú), como os locais onde comercializam os pescados, aos *corregimientos* e aos pontos de pesca no mar.

Dessa forma, evidenciou-se que a territorialidade está, sobretudo, ligada às relações de parentesco, as práticas de trabalho e a toda uma configuração do lugar de reprodução do modo de vida tradicional, sendo que a cartografia social participativa se mostrou como uma ferramenta importante para fornecer uma articulação entre saberes e vivências, por meio de uma linguagem acessível para a representação e discussão da realidade.

### 2.3.2 O território pesqueiro afrocolombiano

A territorialidade pesqueira está em diversos locais de Bahía Solano, não somente nos espaços próximos aos mares e aos rios, mas também em todas as oficinas (*talleres*) onde são fabricados e consertados os barcos, nos pontos de comercialização de pescado, nas oficinas de motores e baterias, nas lojas de outros equipamentos para a pesca, no colégio (devido às disciplinas relacionadas com a atividade) e em boa parte das casas (onde no quintal se encontram instrumentos e barcos de pesca), além de ser a principal fonte de proteína animal.

Há uma região onde a territorialidade pesqueira está de maneira mais intensa, chamada de *Puente de Chambacú*<sup>81</sup> ou *La orilla* (**Fotografia 34**), que fica na margem do *Rio Jella*, sendo um dos pontos onde os pescadores fazem o embarque e desembarque das pescarias e as saídas para os *corregimientos*, praias, “*montes*” (a montante, rio acima, onde estão muitos cultivos), para as *faenas* (quando ficam um, dois, sete ou quinze dias pescando), bem como a comercialização dos pescados, que ocorre principalmente em duas instituições, na *Red de Frio* e na *Merluza Pesquera* (**Fotografia 35**). A primeira trata-se de uma cooperativa formada por cinco associações de pescadores (*Red de Frio* faz alusão ao gelo), e a *Merluza Pesquera* trata-se de uma instituição privada, também voltada para a comercialização de pescados. A maioria do comércio é feita para esses dois estabelecimentos, ainda que muitos pescadores comercializam o pescado por conta própria e/ou também vendem para pequenos estabelecimentos locais e pesqueiras, que revendem para os cidadãos compradores.

Na região de *La orilla* também existem aproximadamente três postos de gasolina, utilizados principalmente para a compra de combustíveis, além de oficinas de baterias e de motores, principalmente para embarcações. Ao final da margem do rio, onde este se encontra com o mar, há uma oficina de barcos (no total, a cidade possui cerca de quatro oficinas, onde trabalham juntos mestres e aprendizes, como na **Fotografia 7**). Todos que trabalham nas oficinas de barcos dizem também serem pescadores e possuem os conhecimentos pesqueiros.

A região da ponte de Chambacú é ocupada por manguezais, com um solo inconsistente que com as marés baixas fica exposto, deixando diversos peixes e restos de animais que são distribuídos pelos pescadores, servindo de alimentos para as aves. O bairro Chambacú é onde está concentrada a maioria dos pescadores de Bahía Solano. Na Colômbia, este é o nome que recebem os bairros de pescadores, muitas vezes sendo estigmatizados como lugares pobres, marginais, periféricos e violentos.

---

<sup>81</sup> Em julho de 2022, quando voltei à Bahía Solano, essa região já estava controlada pelos paramilitares, que só autorizavam moradores de Chambacú a cruzarem a ponte para entrar no bairro.

**Fotografia 34 - La Orilla e Rio Jella vistos da Ponte Chambacú**



**Bahía Solano, 20 jan. 2020, 14h41min. Foto: D. B. Neto.**

**Fotografia 35 - Instituições do circuito da pesca**



**Bahía Solano, 2 ago. 2022, 9h31min.: Na foto, é possível ver instituições do circuito da pesca, Red de Frio, a Merluza pesquera e a Masmopez, além de uma oficina de motores. Foto: D. B. Neto.**

Em Bahía Solano, Chambacú é apontado como o “*barrío de los pescadores*”, sendo um dos lugares onde as territorialidades tradicionais pesqueiras mais se manifestam, como mostram alguns testemunhos:

**YA:** Entonces, cómo llegó un tiempo en que los pescadores empezaron a estar y vivir más acá y la pesca tenía más vida en este barrio, entonces por eso empezaron a llamar Chambacú.

**JJ:** Y acá es más accesible para los pescadores, más fácil la entrada y la salida, es más fácil.

**YA:** Es un barrio estratégico que el pescador tiene un contacto directo con el mar. Para entrar y salir. **(Don Juan de Jesus Caicedo Ribas, 81 anos, pescador, Bahía Solano, 18 jan. 2020, 8h58min. Entrevista realizada com Yussely Aguilar).**

**AZ:** Aquí hay corregimientos de pescadores, en cada corregimiento hay un poquito de pescadores, pero la mayoría está acá en Bahía Solano. Chambacú es un barrio de pescadores, siempre lo ha sido, anteriormente de aquí íbamos a comprar pescado allá. **(Ana Zita Peres, tecnóloga pesqueira, secretária FEDEPESCA, comitê coordenador do GICPA, Bahía Solano, 20 jan. 2020, 9h53min.).**

**LG:** Más pescadores viven en Chambacú, que en su origen es un barrio originalmente de pescador. Y ahora como el pueblo creció bastante los pescadores se han ubicado más en otros barrios también, casa nueva, *chitre*, barrio nuevo, también son de pescadores artesanales. **(Luis Guerrero, 69 anos, pescador e aposentado, Bahía Solano, 23 jan. 2020, 15h17min.).**

**EG:** Y a muchos niños de Chambacú les gusta la pesca, los niños desde los 13 años se bajan a *la orilla* a limpiar el pescado, a desembucharlo y todo eso. Ya cuando tienen 14 o 15 años ya los invitan a pescar por aquí cerca, y a ellos le van gustando, y después empiezan a salir a pescar en el mar. **(Evelin Gamboa, 20 anos, esposa de pescador, Chambacú, Bahía Solano, 31 jan. 2020, 9h52min.).**

Dona Cecília comenta sobre a grande presença de pescadores em Chambacú, como também da pequena agricultura:

**C:** Acá se siembra plátano, yuca, popocho, banano, todo se siembra

**DBN:** ¿La mayoría de las personas siembran?

**C:** La mayoría, sí. El cultivo no falta acá porque la gente se preocupa mucho. Cada platanito, 1.000 pesos, y todo el tiempo uno tiene plata para comprarlo, entonces siembro ya ahí a poquito tiempo ya estás cortando para comer y para darle al vecino para vender.

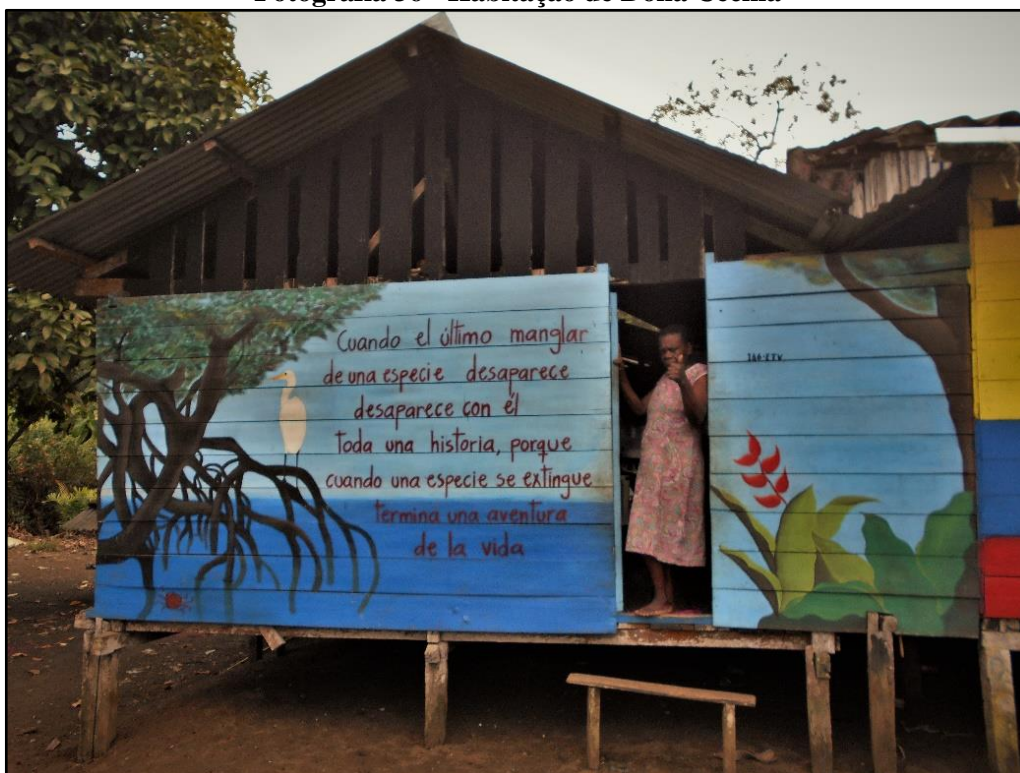
**DBN:** ¿Y todos acá son pescadores y pescadoras?

**C:** Sí. **(Cecilia, 75 anos, Chambacú, Bahía Solano, 18 jan. 2020, 10h57min.).**

Em Chambacú, as casas estão construídas em meio ao mangue, todas elas são feitas de madeira sustentadas por estacas, pois são preparadas para as cheias. Praticamente todas as habitações possuem em seus quintais *azoteas* e pequenas plantações de banana, mandioca, feijão, ervas e temperos. Também há o cultivo de arroz, além da criação de aves como galinhas, patos, gansos etc. A principal rede de deslocamento ali é uma espécie de passarela que se localiza no centro, se estendendo por centenas de metros, e em suas margens estão as casas **(fotografias 36 e 37):**

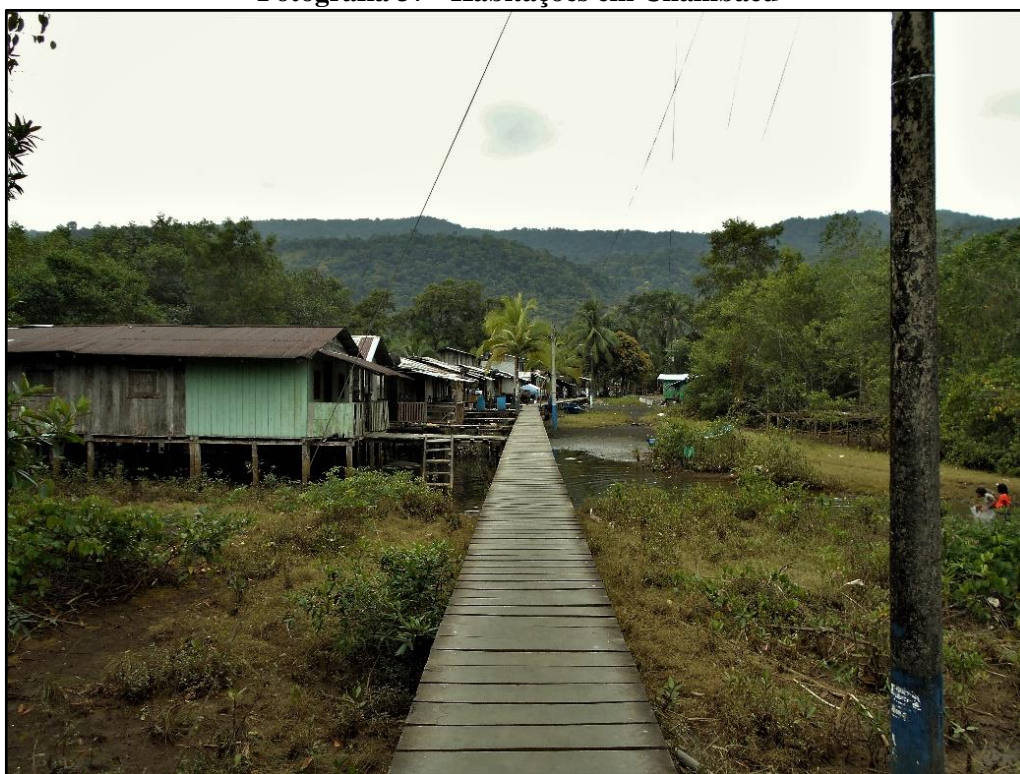


**Fotografia 36 - Habitação de Dona Cecília**



**Bahía Solano, 18 jan. 2020, 9h48min.:** As habitações em Chambacú são a grande maioria de madeira e estão construídas em meio ao manguezal. Na foto, Dona Cecília exhibe uma pintura em sua casa, exaltando a fauna e a flora local. Foto: D. B. Neto.

**Fotografia 37 - Habitações em Chambacú**



**Chambacú, Bahía Solano, 18 jan. 2020, 11h41min.:** Em Chambacú há uma passarela suspensa que dá acesso às casas, ao fundo está a Serra de Baudó. Foto: D. B. Neto.

Outro local onde realizam pescarias de menor porte, é o lugar chamado de “*La Esso*” ou de Porto (**Fotografias 38 e 39**), que está ao fim de uma estrada que sai do centro de Bahía Solano e que tem pouco mais de um quilômetro de extensão. Nessa região, há presença de um posto militar do exército, um posto de combustível, uma casa, três bares/lanchonetes e um terminal de transportes de passageiros (local utilizado para embarque e desembarque de passageiros, principalmente para Juradó e *corregimientos* ao norte de Bahía Solano). É ali que os barcos descarregam os combustíveis que abastecem Bahía Solano, também é onde são realizadas algumas pescarias com linha de mão (por lazer e diversão) e com tarrafa (para capturar isca, pois em alguns lugares restritos é permitido utilizar esta técnica mesmo que esteja dentro da ZEPA). Neste local, a pesca aparece mais como complementar e lúdica, pois muitas famílias vêm “brincar” de jogar o anzol (**como mostrado na Fotografia 38**):

**Fotografia 38 - Jovens pescando de linha em “La esso”**



**Bahía Solano, 30 jul. 2022, 10h47min.: O fato de os jovens continuarem praticando a pesca lúdica mostra que esse conhecimento ainda é transmitido, praticado e aprimorado, além de garantir a reprodução do significado cultural e a segurança alimentar. Foto: D. B. Neto.**

Fotografia 39 - “La esso”



**Bahía Solano, 8 ago. 2022, 12h26min.:** Em dias de sol, as pessoas também se banham ali. Foto: **D. B. Neto.**

O território para as comunidades pesqueiras é muito mais vasto do que o território terrestre e a sua ‘posse’ muito mais fluída, que se realiza através de sua apropriação para o uso e dos conhecimentos tradicionais (CUNHA, 2009; DIEGUES, 2004). Esse é o caso de alguns espaços que são os **chamados pesqueiros**, onde há a ocorrência de muitos pescados, sendo pontos essenciais para a pesca. Em Bahía Solano, há os *Morros Nidales*, que ficam dentro da baía. Mais ao norte, está *Cabo Marzo*, para onde vão muitos pescadores visando pescar grandes quantidades, sobretudo aqueles que saem para *faenas* de vários dias (esses pontos estão representados no **Mapa 9**). *Cabo Marzo* se localiza oficialmente no município de Juradó, o que demonstra a fluidez do território pesqueiro e como ele deve ser pensado para além das divisas, limites e fronteiras.

Lucia Helena Cunha (2009) afirma que a trama de significações do universo pesqueiro se realiza através da **unidade espacial terra-mar-céu**, elementos que integram os saberes dos pescadores e determinam uma **noção tridimensionada do espaço**, que compõe a sua territorialidade. “Por esse motivo, o território da pesca artesanal não se conforma de maneira homogênea, sendo apropriado, de acordo com os movimentos dos peixes em cada safra, por grupos determinados de pescadores, no tempo e espaço” (CUNHA, 2009, p.61).

Muitos dos lugares de territorialidade pesqueira que estão no mar e não na terra são mais difíceis de serem controlados ou apropriados por um grupo específico (DIEGUES, 2004), havendo conflitos, que em Bahía Solano eram sobretudo com os barcos de pesca industrial.

Como proposta de solução desses conflitos territoriais, o Estado atua com o ordenamento territorial, implementando a Zona Exclusiva de Pesca Artesanal (ZEPA), em 2013, que é uma expressão de como **o território é normatizado e regulado pelo Estado e a técnica aparece como uma mediação do uso e da apropriação desse território**, como demonstra Moraes (2005). No Pacífico Norte Colombiano, antes do estabelecimento da ZEPA era permitido o uso de diversas técnicas de pesca de arrasto, como as malhas ou redes, que eram utilizadas, sobretudo, pelos barcos industriais. Com o estabelecimento da ZEPA, as técnicas pesqueiras foram limitadas a linha de mão e ao espinhel, e os barcos industriais proibidos de entrarem na unidade de conservação. Assim, houve mudanças na materialidade do território que refletiram em mudanças no uso e apropriação do mesmo, que foi intermediado pela técnica, corroborando com a afirmação de Antonio Candido (2010, p.28): “O espaço se incorpora à sociedade por meio do trabalho e da técnica, que o transformam sem cessar e o definem”.

Nessa lógica, os vínculos das sociedades humanas em seus ambientes são renovados e transformados constantemente, a partir da busca pela satisfação das necessidades sociais e vitais. Muitas dessas transformações são conflituosas e desestruturam as territorialidades, colocando os territórios em disputa e evocando conflitos territoriais.

### **2.3.3 Conflitos territoriais**

Existem densas relações tecidas pela pesca artesanal e por outras práticas tradicionais que conformam as territorialidades tradicionais afrocolombianas, mas também existem diversos conflitos socioambientais e territoriais, constitutivos da modernidade através de processos de modernização, de imposição de um modelo de modernidade (LEFF, 2015) e desenvolvimento (ESCOBAR, 2015), que afetam de maneira negativa a pesca artesanal, que aqui chamamos de **territorialidades disruptivas**. Além da pesca artesanal, as territorialidades disruptivas também afetam e reduzem outras práticas tradicionais, desde festas, músicas, religiosidades (GOMES, 2019), produção, diversidade e soberania alimentar (SAQUET, 2019b), passando pelas relações de solidariedade, cooperação e ajuda mútua (CANDIDO, 2010), pelos conhecimentos tradicionais (DIEGUES, 2004) e pelo patrimônio cultural de forma geral (SUZUKI, 2013).

Apesar de ser considerado em bom estado de conservação, se comparado com outras regiões mais densamente povoadas e urbanizadas, o Pacífico Norte Colombiano não está alheio aos impactos ambientais e vem sofrendo com a redução dos recursos pesqueiros, além da constante ameaça da construção de obras de infraestrutura, como portos, rodovias e projetos

extrativistas.

A reprodução do modo de vida tradicional dos pescadores artesanais é baseada no território, apropriado através da produção de territorialidades, que por sinal, entram em conflito com territorialidades disruptivas e lógicas externas que são, muitas vezes, impostas. Dessa forma, podemos evidenciar alguns conflitos que envolvem a pesca artesanal e as territorialidades pesqueiras em Bahía Solano, são eles: **a)** presença da dinâmica capitalista e inserção das comunidades nas lógicas de mercado, como a modernização das técnicas e dos equipamentos e a chegada de novas territorialidades disruptivas que transformam e se hibridizam com aquelas relativas ao modo de vida tradicional (como foi discutido anteriormente); **b)** disputas com barcos de pesca industrial, sobretudo os de atum, sardinha e camarão; **c)** adoção de artes de pesca pouco seletivas e mais predatórias; **d)** conflitos entre as técnicas utilizadas e as restrições impostas pelos órgãos de fiscalização ambiental, que negligenciam os saberes e conhecimentos tradicionais e a apropriação do território pelas comunidades; e **e)** violação do código de conduta das comunidades, em relação a onde se pesca e o que é pescado.

O conflito mais expressivo da pesca artesanal é com os barcos de pesca industrial que se expandiram no Pacífico Colombiano a partir da década de 1970, principalmente aqueles que capturavam camarão e atum. A expansão desses barcos industriais que capturavam camarão se intensificou nos anos 1980.

Desde entonces, la flota industrial de pesca de camarón ha sido blanco del ataque de los ambientalistas debido a su impacto destructivo en los hábitats del lecho marino y a su alto nivel de captura de muchas otras especies, incluyendo a las tortugas. [...] Las comunidades de pescadores a lo largo del mundo habían estado demandando una prohibición de los camaroneros mecanizados desde los años setenta. Con una ecología marina degradada se presentó una disminución significativa de la captura de camarón y langostino. (ESCOBAR, 2015, p.111-112).

Na década de 1990, o conflito se acirra e se expressa por meio de disputas territoriais pelas zonas de pesca entre os pescadores artesanais e industriais, em que estes possuem uma enorme vantagem sobre aqueles, devido a maior capacidade de captura. Globalmente, é na década de 1990 que ocorre um aumento da demanda por pescado e a expansão da pesca industrial, que se inicia nos anos 1950, mas se intensifica nos anos 1990 (FAO, 2020). Isso, no Pacífico Norte Colombiano provocou o início dos conflitos entre os pescadores artesanais e as frotas industriais, principalmente de atum e de camarão.

Um aspecto negativo, relativo a pesca industrial, é o uso de técnicas pouco seletivas, resultado de um processo de modernização que acelerou a demanda pesqueira.

La inserción de las comunidades costeras del Pacífico Chocó a las lógicas del mercado, sumada al aumento del esfuerzo de pesca, ha conllevado paulatinamente al

empleo creciente de motores y embarcaciones y la adopción de artes poco selectivas (redes de enmalle o trasmallos), que ha significado para muchos pescadores la disponibilidad de más tiempo para otras labores. Una minoría, ha conformado grupos asociativos o cofradías y se han insertado a cadenas de mercadeo, que representan una opción para incrementar los ingresos. El uso de redes de enmalle fabricadas en nylon y ojo de malla pequeño, aparentemente introducidas desde Panamá en la década de 1970 (Genaro Moreno “Checa”, pescador de Coquí), aunque implica menor esfuerzo, conlleva a la captura incidental de muchos peces juveniles de especies de consumo local y de interés comercial, pero también de peces que no son apreciados como alimento [...]. (DÍAZ; CARO, 2016, p.39).

O uso de técnicas pouco seletivas ocorre principalmente pelas frotas industriais é o principal motivo da sobrepesca, da extinção e diminuição dos cardumes:

[...] la principal mayor causa de la disminución de las poblaciones de peces de valor comercial y de los volúmenes de las capturas pesqueras a nivel mundial es la sobreexplotación de esos recursos, la degradación de los hábitats esenciales para los peces es también un factor fundamental que debe considerarse a la hora de pretender gestionar la pesca de una manera integral. (FAHRENBERGER; NEIRA; DÍAZ, 2016, p.112).

Por exemplo, um dos processos que mais têm afetado os manguezais e os *riscales* é a chamada “pesca fantasma”, causada pelas redes que são perdidas ou abandonadas pelos pescadores, e são levadas pela correnteza até pararem nas rochas dos arrecifes, atingindo invertebrados e prendendo peixes que morrem, atraem outros peixes predadores que também podem ficar presos nessas redes (FAHRENBERGER; NEIRA; DÍAZ, 2016).

Em relação aos danos causados pelos barcos atuneiros e camaroneiros, e pelo uso de malhas e de espinhéis com grandes capacidades, Enrique Murillo afirma que:

**EM:** La pesca, ya no se va a pescar tan cerquita, ya tiene que hacer la faena uno más larga, para poder capturar pescado de más capacidad, porque también ha habido unos barcos que se llaman los barcos camaroneiros, los barcos de arrastre, que eso han venido barriendo la costa por años y décadas y eso cae el que es y el que no es grande y pequeño. Después de eso también llegaron las mallas, o trasmallo, las mallas electrónicas, cuando las mallas llegaron, uno tiraba la malla al mar y en una hora era para sacar un bulto, bultos de pescado. Hoy en día esas mallas ya eso da un sonido, ya el pescado se ha ariscado, se ha abierto, ha habido muchas consecuencias, que la producción ha ido disminuyendo. Anteriormente un pescador echaba 500 anzuelos en un espinel y paraba todo el día sacando el pescado, hoy en día echan 2000-3000 anzuelos y a veces salen vacíos. Así es que es, entonces quiere decir que la población ha crecido, pero también yo creo que son cobardes inadecuados que han venido permitiendo que esa producción pesquera haya venido disminuyendo, especialmente los barcos de arrastre, las mallas, los pescadores que usan malla, porque un pescador que usa anzuelo, ese pescado se acaso usted lo pega se lastima la boca y se va, ese no se muere, pero cuando cae en la malla y se suelta ese pescado ya no vive, se encaramara. Cuando un barco de arrastre saca las mallas y sube, lo que está ahí eso queda así, ni como una licuadora, y eso cae de toda especie. Todas esas cosas han venido permitiendo que la producción se disminuya, porque los ojos de los barcos de arrastre son ojos pequeños para capturar el camarón, entonces imagínese no sólo capturan camarón sino todo. (Enrique Murillo, 56 años, líder social em Nuquí, 24 jan. 2020, 18h.).

Evelin, esposa de pescador, cita o grande impacto causado pelos barcos camaroneiros, indicando que eles têm causado uma diminuição dos recursos pesqueiros, pescando em lugares

que não são permitidos. A entrevistada ainda aponta a falta de iscas para a pesca artesanal como uma possível consequência desse processo:

**DBN:** ¿Cuáles cree que son los problemas que hay en la pesca?

**EG:** Bien los problemas que hay en la pesca es no encontrar carnada, eso les afectan mucho. En ese momento llevan ocho días sin encontrar carnada.

**DBN:** ¿Y por qué cree que no encuentran carnada?

**EG:** No sé, a veces la marea, a veces cierta parte es la contaminación, muchos factores afectan y no encuentran carnada, o a veces no están en lugar donde siempre la cogen y tienen que ir mucho más lejos y toca buscarla como buscar una aguja en el pajero [risas]. Algo que yo no estoy de acuerdo es con los barcos camaroneros. Estos días me dio tanta rabia pero es que no puedo hacer nada igualmente, y es que las merluzas pequeñas, igual las cogen y no las liberan, y a veces cogen tanto que en realidad no le veo cual es el motivo de coger tanto pescado sin necesidad, porque lo que hacen es dañar el ecosistema, acaban con todo, en realidad eso es muy malo. Creo que la AUNAP es la que hace este procedimiento. Hoy si tú vas hasta Cabo Marzo encuentras uno o dos barcos camaroneros, a veces hasta más y yo creo que no habría de ser así. A menos que lo hagan por temporada o algo así. Mira que la merluza estuvo un tiempo desaparecida por esta razón, porque estaban cogiendo las merluzas muy pequeñas y se desapareció y afecto a muchos pescadores. Antes un pescador se ganaba un millón de pesos en una faena y ahora están ganando como cien mil pesos, es una gran diferencia, demasiada pérdida, entonces deberían hacer algo con eso. (**Evelin Gamboa, 20 anos, dona de casa e esposa de pescador, Chambacú, Bahía Solano, 31 jan. 2020, 9h52min.**)

Um pescador também coloca os barcos industriais, no caso os “atuneiros”, como o principal problema para a pesca, além de citar o intenso fluxo de embarcações na baía devido a uma maior aquisição de motores para os barcos de pesca artesanal e transporte:

**DBN:** ¿Cuál crees tú que es el problema más grande para la pesca?

**VG:** Los barcos industriales para el atún, pero el motor, la quema de gasolina por la Bahía ahuyentó mucho el pescado y porque mucha lancha en Bahía, y yo creo que esto ha sido parte de la ausencia de muchos peces, porque se cogía mucho pescado, y ahora, hoy en día ya no más. Se ahuyentaron y no se ve la cantidad comiendo, y aquí cerquita uno le tira el trasmallo y sacaba cantidades, bueno prohibieron en una parte, para no acabar con las especies, pero sí, sí hay problemas en la cuestión de la quema de gasolina por los motores grandes.

**DBN:** ¿Y cuándo empezó a tener más motores y menos a canaletes?

**VG:** ¿El motor ha llegado? a medida que la economía fue siendo grande para nosotros, pero con la presencia de la “coca” mucha gente ha mejorado, ha comprado el motor.

**DBN:** ¿Y Cuál crees que es el futuro de la pesca?

**VG:** Lo que yo pienso es que cada día se pone más difícil, cada día más, en primer lugar, cuando esos barcos atuneros vinieron a acabar con las especies, porque mira que ellos tienen unas redes grandísimas y ellos sacan toneladas de pescados, de atún. Entonces yo me imagino que una cosa de esas termina con las especies de una vez. Y se siente porque aquí se prohibieron y se ve que ha llegado más atún aquí en la orilla. Sí, porque ellos los cogían aquí y ahora les prohibieron pescar hasta cierta distancia. Entonces yo lo que veo es que hay tendencia de que cada día más lejos, más lejos el pescado, los que van a los “illeros”, son unos puntos de agua donde hay palo y toda clase de maleza, basura, entonces el pescado se pega en la basura a comer ahí, entonces ellos dicen que ahí hay muchos pescados, que *hala* muchos pescados. (**Prof. Vicente González, 69 anos, professor aposentado e pescador, Bahía Solano, 21 jan. 2020, 16h36min.**)

Além dos barcos de pesca industrial, alguns pescadores apontaram que até mesmo os artesanais fazem o uso de técnicas pouco seletivas, como as redes ou malhas, que se apresentam

como técnicas em que a captura é maior e em menos tempo, além de ser uma alternativa à falta de equipamentos e recursos necessários. Essa prática causa danos aos recursos vivos marinhos e aos ecossistemas como os *riscas*:

**PR:** Hay que mirar, por lo menos en esa época, la merluza que está desovando cerquita a las rocas en los riscas. En los riscas hay muchas lanchas y hay aquellas que no tienen equipo, no tienen sonda, porque lo más importante para uno pescador es una sonda, para medir la profundidad y ver las rocas, entonces la mayoría de los pescadores, de 100% a 85% de están pescando sin sonda. Entonces ¿qué están haciendo ellos? están tirando los equipos a los riscas, se están quedando los equipos allá en los riscas y están matando la merluza, se pega la anguila, se pesca otros pescados más pequeños, se van pegando, van pegando y siguen matando, siguen matando el pescado, hasta en la ZEPA. Entonces la gente anda diciendo que la merluza se está escaseando, es nosotros que estamos acabando con la merluza, no ha sido una pesca legal. Cuando uno está haciendo pesca con sus equipos, entonces no estamos trabajando bien, porque estamos matando mucha especies, no solamente la merluza, sino también el pargo, el burique, la cherna, muchas, muchas otras. [...] Había caza de estas especies asesinas ahí, ¿quién ha hecho alto a esas especies? las mallas, las mallas han hecho alto a todas las especies asesinas, hecho también el pez guacapa, como dice acá, el pez espada, este en el Pacífico se acabó, porque han venido de todos lados buscándolo, investigando a ver en dónde se encuentra un guacapa, y el guacapa se acabó, el guacapa lo acabó la malla. Aquí en Pacífico no lo hay. Se acabó porque como ellos tienen una espada aquí, era muy fácil enredarse en cualquier malla, y la gente fue matando, matando, matando. (**Pescador Rebelo, 54 años, Bahía Solano, 18 jan. 2020, 17h49m**).

Como apontado por Díaz e Caro (2016), outro problema se refere ao conflito entre pescadores da mesma comunidade, ou até de comunidades diferentes, pelos pesqueiros, criando tensões internas pelo controle desses espaços e desestruturando a norma consuetudinária estabelecida para o uso comum e coletivo desses espaços, que é outra característica da pesca artesanal, como demonstra Diegues (1995).

A competição pelos espaços causa uma sobreposição de territórios, tanto dos pescadores artesanais dentro da ZEPA, quanto dos pescadores artesanais com os industriais, fora da ZEPA, que entram em conflito por espaços de uso comum. Isso gera pressão sobre os recursos e faz com que sejam capturadas algumas espécies ainda pequenas, que ainda não desovaram. O pescador Rebelo conta sua percepção sobre as alterações ambientais e ecossistêmicas causadas pelo aumento da pressão sobre os recursos:

**PR:** Las especies cada vez se van retirando más, no sé si es porque el pescador está haciendo mal manejo con los equipos, está echando muchos equipos en los riscas, no sé por qué. Y también cada año están saliendo dos o tres lanchas pescadoras más, muchas lanchas, entonces se está capturando más pescados. Aquí no hay control de pesca, aquí se está capturando especies con huevos, en el momento, porque la especie que más abunda en todo momento son las que no desovaron, por ejemplo, el pargo que abunda aquí en la bahía, en la *Esso* [sitio donde se pesca], es porque ese pargo sube acá para desovar, viene acá a la orilla para desovar. O sea, estamos matando las crías.

**DBN:** ¿Entonces cuál crees que es el mayor problema de la pesca?

**PR:** Hacer la pesca de las especies cuando es su época de desova, porque así están matando tantos de millones de peces. (**Pescador Rebelo, 54 años, Bahía Solano, 18 jan. 2020, 17h49min.**)



Por um lado, a ZEPA intensificou os conflitos dos pescadores artesanais com os barcos industriais nas áreas que não são protegidas, principalmente no Golfo de Tribugá (DÍAZ; CARO, 2016), bem como deixou diversos pescadores que utilizavam outras técnicas suscetíveis a multas e apreensão dos pescados e dos equipamentos, caso forem pegos utilizando algumas técnicas, embora esses conflitos tiveram uma redução com o estabelecimento da ZEPA. Além disso, alguns pescadores afirmam que a ZEPA não solucionou todos os problemas, pois mesmo com a proibição, alguns barcos de pesca industrial continuam usando redes de arrasto, o que causa uma redução nos estoques pesqueiros.

Por outro lado, a ZEPA reduziu os conflitos dos pescadores artesanais com os barcos industriais, e muitas espécies que estavam ameaçadas de sobrepesca foram salvas, melhorando a pesca artesanal.

El establecimiento de la ZEPA persigue el mejoramiento de la actividad económica de la pesca artesanal y, en consecuencia, de las condiciones económicas de las comunidades humanas que hacen uso de los recursos pesqueros. Aunque todavía la ZEPA no cuenta con un plan de manejo, su existencia ha generado entre los pescadores un mayor sentido de pertenencia con su territorio marítimo, lo que se refleja en que cada vez un mayor número de ellos se acoja a las disposiciones de la zona sobre los artes de pesca permitidos. (VIEIRA; GRANADOS; DÍAZ, 2016, p.51).

A criação da ZEPA foi resultado de reivindicações dos pescadores artesanais, que têm se organizado para a criação de diversas associações que envolvem a pesca, como é o caso de algumas cooperativas de pescadores de Bahía Solano, que vem se destacando a nível regional. Todos os sujeitos que conversamos afirmaram os benefícios positivos da ZEPA, em especial o aumento perceptível do número de pescados e a revitalização da fauna marinha.

Um dos fatores levados em consideração para o estabelecimento da ZEPA foi a segurança alimentar, pois o conflito com a pesca industrial, iria ameaçá-la, uma vez que a pesca artesanal é a principal fonte de proteína animal das populações locais.

Percebeu-se então que a ZEPA mudou o hábito de alguns pescadores, que deixaram de pescar com as malhas e redes, se adaptando às normas impostas pela unidade de conservação, que permite somente o uso de linhas, tarrafa (com restrições de medidas e áreas) e espinheis. A ZEPA pareceu ser bem recebida pelos pescadores, que indicam uma redução dos barcos de pesca industrial, bem como uma redução no uso de técnicas tidas como danosas ao ambiente. Essa visão é visível nos seguintes testemunhos:

**ALC:** La ZEPA, sí, me parece muy bien, porque acá ahora los barcos industriales tienen un límite para pescar. (Arnovio Lozano Cordoba, 54 años, Bahía Solano, 18 jan. 2020, 10h17min.).

**DBN:** ¿Y cómo ves la creación de la ZEPA?

**PR:** Muy bueno, porque mira que yo recorro mucho pescando desde Juradó hasta

Pizarro, Nuquí debía tener más especies que Bahía Solano por los manglares, hay más manglares allá que acá. Y no hay, Nuquí está a punto de tener un mar vacío, porque la malla es lo que daña el pescado. En Nuquí, toda casa de pescador tiene mallas, entonces, usted en Nuquí no ve un pescado por encima del agua. Porque allá la gente tira malla hasta 30 brasas. En Jurubirá la gente no está dejando que nadie ande con malla, están respetando su territorio. Entonces la ZEPA ha sido muy buena, porque en otros lugares la gente sigue usando las mallas. Nosotros aquí mismo en Bahía Solano estamos cuidando de nuestro territorio, nosotros mismos, y no aceptamos que nadie siga usando mallas, aquí nadie está mallando. **(Pescador Rebelo, 54 años, Bahía Solano, 18 jan. 2020, 17h49min.)**.

**DV:** La ZEPA permitió aumentar los recursos, porque la verdad es que la pesca industrial estaba explotando de manera indiscriminada los recursos acá y en todo el Pacífico. Entonces eso fue una lucha incesante con la pesca industrial hasta que se consiguió que el gobierno nos concediera la Zona, cierta área exclusiva para la pesca artesanal y el producto ha aumentado. La verdad es que se ha notado la mejoría. **(Diego Vidal, professor Universidad Tecnológica Del Chocó e Secretário da junta diretiva da cooperativa Red de Frio, 18 jan. 2020, 14h59min.)**.

**DN:** Con eso el pescado para acá volvió y aumentó, no es que hay demasiados pescado, pero se nota un poco el aumento. Fue una buena implementación que hicieron con la ZEPA.

**DBN:** Usted participó de alguna reunión para la implementación de la ZEPA?

**DN:** Sí, nosotros estuvimos en muchas reuniones, porque nos reunían en Cabo Marzo y allá nos explicaban y todo. [...] Porque nosotros vivimos del mar. Muy bueno y la conservación que tiene ahora con lo de la ZEPA es muy bueno. Fue muy buena esta implementación que hicieron de la ZEPA, que solamente hay acá. Aunque a veces estos barcos que arrastraban acá que no estaban todavía implementados de la ZEPA, cuando ellos pasaban con las mallas, arrastrando, muchas veces se llevaban nuestros equipos. Claro, el equipo se enreda en la malla y entonces perdía uno. Porque como ellos muchas veces arrastran de noche, la mayoría del tiempo arrastran de noche. Entonces no miran las boyas, ni los banderines, nada, y se arrastran los equipos. **(Dora Nelly A. Caicedo, 38 años, pescadora, Bahía Solano, 20 jan. 2020, 14h56min.)**.

**DBN:** ¿Qué pensó usted acerca de la creación de la ZEPA?

**JL:** Aquí había muchos barcos que entraban y aquí pescaban nuestros pescados, ahora no hay más. **(Julio Lemos, 80 años, pescador, Chambacú, Bahía Solano, 21 jan. 2020, 18h05min.)**.

**DBN:** ¿Qué piensas de la ZEPA?

**LG:** Excelente, ya el pescado otra vez ya está en abundancia. Hay pescado todo el año y el pargo no se ha alejado, muchas especies de pescado otra vez están aquí. Es bueno, muy bueno, una buena medida.

**DBN:** Fue resultado de muchas luchas y reivindicaciones...

**LG:** Así fue. Eso es algo muy acertado para la pesca artesanal. Para los industriales creo que no pues anteriormente ellos entraban hasta acá los atuneros, entraban hasta aquí a la Bahía. Y se llevaban todo el producto, se deterioraba todo. En la red no escoge, lo que cayó, no escoge, "lo que cayó se fundió", es de todo. **(Luis Guerrero, 69 años, pescador e servidor público aposentado, Bahía Solano, 23 jan. 2020, 15h17min.)**.

**DBN:** ¿Qué crees que pueda ser hecho entonces para mejorar la pesca?

**LCB:** Pues se ha hecho muchas cosas, se habla de la ZEPA, la zona de tolerancia pues, la reglamentación pesquera, de los recursos, límites de tonelaje.

**DBN:** ¿Entonces crees que la ZEPA fue algo bueno?

**LCB:** Sí, la ZEPA fue algo bueno<sup>82</sup>, porque en Bahía Solano ya no se podía capturar en la propia Bahía, ahora hay muchos pescados que llegan por allá, por la Bahía, ya

---

<sup>82</sup> No testemunho desse pescador há uma dialética, pois em um momento anterior ele afirma que a ZEPA não serviu para nada, porque os barcos industriais continuavam pescando nas áreas protegidas e os artesanais

se captura muchos pescados dentro de ella, y entonces se ha aumentado. (**Luiz Carlos Bermudez Murillo, 59 años, pescador, El Valle, Bahía Solano, 27 jan. 2020, 11h07min.**).

Outro problema evidenciado pelos pescadores trata-se da falta de recursos para a pesca, como equipamentos para a captura e armazenamento e também estrutura para a comercialização dos pescados. Dessa forma, existem problemas como a falta de gelo, de recintos para armazenamento e estrutura para a comercialização, falta de energia elétrica que é algo constante, sobretudo nos *corregimientos*, além dos altos preços dos combustíveis e equipamentos. Esses fatores foram colocados entre os problemas mais relevantes que afetam a pesca.

**DN:** Los equipos, son muy costosos. El anzuelo, el espinel, son muy costosos. Aquí cuesta mucho el espinel, el anzuelo, el sedal. Y hay otros problemas, como que nosotros no tenemos sonda. Y cuando tira el espinel hay piedras abajo entonces se pega, y así se pega uno y no le saca, le pierde, imagínese. Y sin tener el apoyo de nadie que recupere el equipo, que le toca a uno endeudarse para conseguir otro equipo, y el anzuelo y el sedal aquí son muy costosos. Entonces esa es la complicación que tenemos en la pesca, la falta de equipos y los precios. Y nos hace falta tener las lanchas que tienen sondas, porque si no tiene sonda entonces no puede esquivar la piedra. Así no se puede. (**Dora Nelly A. Caicedo, 38 años, pescadora, Bahía Solano, 20 jan. 2020, 14h56min.**).

**L:** Sí la gente apoya el pescador con un buen cuarto frío, con una pesquera, eso acá sí funciona, pero acá uno tiene que coger los pescaditos en el día, porque si no hay frío este pescado se pudre. Acá no hay nada, no hay como una nevera, si no hay hielo esto se daña, o sea necesitamos tener donde guardar y almacenar los pescados.

**DBN:** Además de esto ¿cuáles son los otros problemas que tiene la pesca?

**L:** Otros problemas que tiene la pesca es que no hay energía permanente, entonces para qué coger tanto pescado si no tiene donde enfriar, donde guardar, porque acá la energía es muy poquita, muchas veces la producción se daña, porque no hay cómo guardar. Y si coges el pescado tienes que venderlo a tiempo, porque se daña.

**DBN:** ¿Siempre hay falta de energía?

**L:** Si, y así las cosas se dañan. (**Luber, 50 años, pescadora e artesã, Coquí, Nuquí, 26 jan. 2020, 10h53min.**).

**A partir dos testemunhos acima**, nota-se que a infraestrutura para a pesca, bem como equipamentos, embarcações e materiais são vistos pelos pescadores como inadequados e insuficientes, e que se fossem melhorados, a produtividade pesqueira e o trabalho do pescador seriam melhorados. Isso ocorreria com a modernização das embarcações, dos equipamentos, uma expansão dos sistemas de armazenamento do pescado e da produção de gelos. Nesse sentido, a modernização é associada pelos pescadores como um incremento positivo na pesca artesanal e que demanda uma ação Estatal.

Outra questão colocada por muitos pescadores que se relaciona com os equipamentos e suplementos para a pesca foi o alto preço do combustível, que pode causar prejuízo ou baixa

---

continuavam usando rede, e nesse trecho ele já afirma que a ZEPA está tendo resultados positivos, como o aumento dos cardumes.

lucratividade, além de ser necessária uma quantidade mínima de captura somente para suprir os gastos com o combustível, o que aumenta a pressão sobre os recursos (pescados). Esse fator aparece no testemunho de um pescador, que também aponta para as mudanças climáticas como outro fator de impacto nas pescarias (**foi a única entrevista que o termo “aquecimento global” foi citado**):

**HO:** Bueno, el orden público, la malla de trasmallo, el trasmallo también el combustible muy costoso, eso también hace que uno no salga a la faena. Actualmente un galón de combustible cuesta como 15.000 pesos, y para salir en una pesca normalmente si es de un día por ahí ocho galones, y si es una faena larga de cinco o seis días son 50, 60 galones de combustible. [...] Y el combustible también tiene que ver mucho con la climatología, porque si hay mucho viento mucha lluvia tampoco le deja hacer la actividad. Y sí, diría que también el calentamiento global también. Porque a veces el agua enfría todo, entonces si el agua está muy fría no hay pesca, o si hay mucha lluvia tampoco hay pesca. Entonces todos esos factores hacen que tu pesca no sea productiva. Y lo otro, también las mallas, la malla yo creo que es uno de los factores más nocivos para la pesca artesanal, y toda malla, digo que todo tipo de malla, digo que no debíamos tener mallas.

**DBN:** ¿Qué crees que deberían tener?

**HO:** Sólo línea de mano y espinel. (**Harry Ovídio Asprilla, 47 anos, pescador, agricultor e guia de ecoturismo, Coquí, Nuquí, 26 jan. 2020, 10h35min.**)

Frente a essas questões, identificamos a presença de “desordens destruidoras” nas territorialidades dos pescadores artesanais, conforme vimos no **item sobre modo de vida** e nos testemunhos dos pescadores, e como consequência, ocorre a separação entre trabalho e moradia, o esmaecimento dos laços de vizinhança e relações de compadrio e a desorganização das formas de sociabilidade (CUNHA, 2009).

Cunha (2009) chama de “**desordens destruidoras**” alguns impactos nas territorialidades pesqueiras artesanais: **a)** desarticulação da agricultura de subsistência em um tempo passado; **b)** escassez de recursos com a diminuição dos estoques pesqueiros; **c)** dependência do intermediário (comerciante); **d)** pressão dos recursos pela pesca industrial e/ou empresarial; **e)** expansão do turismo e da urbanização; **f)** expulsão dos pescadores de seus territórios tradicionais; **g)** enfraquecimento das relações de vizinhança e parcerias (desorganização de formas de sociabilidades). Aqui, chamamos as territorialidades que causam esses impactos de **territorialidades disruptivas**.

A ruptura dos ritmos temporais e das territorialidades dos espaços costeiros que é engendrada por forças externas pode levar a desarticulação de formas tradicionais de realização da atividade pesqueira, porém hoje as comunidades de pescadores já estão mais organizadas politicamente, e a partir de movimentos socioambientais têm surgido sujeitos sociais e políticos que atuam em favor de suas permanências nos territórios tradicionais, visando frear esses fatores exógenos que tentam dismantelar os territórios e modos de vida tradicionais.

Todos esses elementos relacionados demonstram como as territorialidades são

pluridimensionais, culturais, folclóricas, políticas (de Estado, partidos políticos, Conselhos Comunitários), de bairros e econômicas (criação e reprodução do capitalismo). Além disso, para reorganizar a sociedade e o território é necessário repensar e reorganizar as relações de poder, como demonstra Moraes (2005). Esse é um processo que já está em construção, por meio do surgimento e crescimento de instituições comunitárias, associações e cooperativas, mas sobretudo com a pauta identitária da afrocolombianidade.

Entende-se, portanto, que o território afrocolombiano não se constitui apenas pelas fronteiras, limites, divisas, controle e poderes institucionalizados, verticais e materiais, mas também pela relação cultural e sócio-espacial que os grupos estabelecem com o lugar a partir de seus modos de vida, suas práticas cotidianas materiais e simbólicas e suas identidades.

Frente a esses dilemas, se colocam diversas possibilidades futuras para o desenvolvimento do Pacífico Chocoano, que devem ser pensadas localmente. Essas possibilidades colocadas vão desde projetos neoliberais (colonialistas, coercitivos, violentos, outros mais “ecológicos”) até projetos de desenvolvimento alternativos e transformadores, pensando-se na diferença e em uma economia solidária e comunitária. O destino depende da atuação dos diversos sujeitos e atores, como movimentos sociais, conselhos comunitários, acadêmicos, políticos e ONGs, que muitas vezes possuem interesses conflituosos. Acreditamos que se deve optar por projetos que promovam o desenvolvimento alternativo dos meios de subsistência, a manutenção das práticas tradicionais de manejo, das práticas culturais afrocolombianas e a soberania alimentar. Alguns desafios são como conciliar a dinâmica da modernidade de organizar as comunidades e gerir o território com as práticas tradicionais e modelos de governança locais.

### 3 MAXARANGUAPE: CULTURA PESQUEIRA, MODO DE VIDA, TERRITÓRIO E PESCA ARTESANAL

Os homens da beira do cais só têm uma estrada na vida: a estrada do mar. Por ela entram, seu destino é esse. O mar é dono de todos eles. Do mar vem toda a alegria e toda tristeza porque o mar é mistério que nem os marinheiros mais velhos entendem, que nem entendem aqueles antigos mestres de saveiros que nem viajam mais, apenas remendam velas e contam histórias de pescador. Quem já decifrou o mistério do mar? Do mar vem a música, vem o amor e vem a morte. E não é sobre o mar que a lua é mais bela? O mar é instável. Como ele é a vida [...]. (Jorge Amado, **Mar morto**, 1936, p.22).

#### 3.1 O Litoral Potiguar: geografia e pesca artesanal

Gravura 2 - Bandeira e brasão do estado do Rio Grande do Norte (RN)

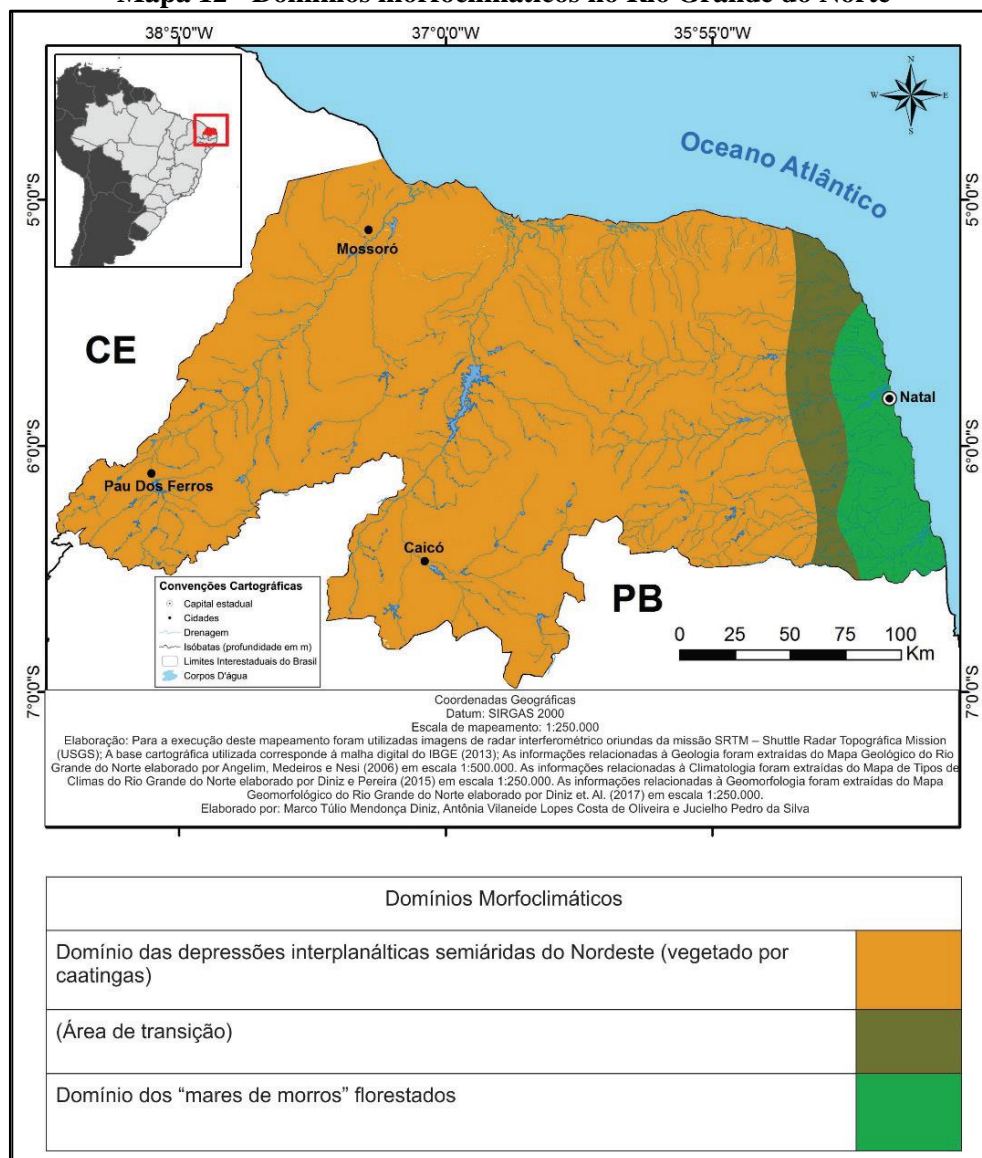


##### 3.1.1 O Litoral Potiguar: geografia regional

O estado do Rio Grande do Norte (RN) possui 167 municípios, seu litoral tem uma extensão de 410 km, com 25 municípios e uma diversidade significativa de ambientes como restingas, dunas, falésias, manguezais, estuários e recifes de corais. Segundo o IBGE (2023a), a população estimada para o RN é de 3.302.406 habitantes, com uma densidade demográfica de 62,53 hab./km<sup>2</sup>, e IDH de 0,684 (médio). A ocupação humana no estado é bem diversa, no litoral há um desenvolvimento relativamente recente de forças produtivas modernas, como a instalação de parques eólicos e petroquímicos, empresas salineiras e expansão do turismo, que ocorre muitas vezes de maneira conflituosa, sobretudo com os povos tradicionais, que são “invisíveis” para o Estado e para o mercado.

Seguindo uma vertente de classificação das paisagens, o geógrafo Aziz Ab’Saber (2007) traz uma proposta de classificação complexa e interdisciplinar, em **domínios morfoclimáticos e fitogeográficos**, abrangendo elementos como o uso do solo, o relevo, a estrutura geológica, a vegetação, a hidrografia e o clima. Ab’Saber (2007) define seis domínios e áreas de transição. Segundo essa classificação, no RN estão dois domínios morfoclimáticos (**Mapa 12**), **Domínio das depressões interplanálticas semiáridas do Nordeste** (vegetado por **caatingas**) e **Domínio dos “mares de morros” florestados** (vegetado pela Mata Atlântica), e uma **zona de transição**, conhecida como Agreste, **onde está Maxaranguape**.

**Mapa 12 - Domínios morfoclimáticos no Rio Grande do Norte**



**Fonte: Diniz e Oliveira (2018, p.350).**

O **Domínio dos mares de morros**, no Litoral Oriental do RN, é predominantemente ocupado pela vegetação de restinga (que recebe influência marinha), sendo restrita a ocorrência de Floresta Ombrófila Densa (Tropical Pluvial) que caracteriza a maior parte da Mata Atlântica ao longo do Litoral Oriental do Brasil (até o estado de Santa Catarina), os climas são o tropical úmido e semiúmido. A ocupação desse domínio é mais intensa e antiga, com um maior grau de urbanização. O **Domínio das caatingas**, no Litoral Setentrional do RN, é caracterizado pela predominância da Savana estépica, especialmente nas proximidades da **área de transição (Agreste)**, e nas áreas mais elevadas onde ocorrem relictos de Floresta semidecidual. O clima é tropical semiárido, pois ali, as correntes marítimas não fazem com que a umidade adentre tanto no território (DINIZ, OLIVEIRA, 2018; SOUZA, A., 2020).

Diniz e Oliveira (2018) classificam o RN de acordo com as regiões naturais (**Mapa 13**), com participação mais relevante do relevo e da geologia e contendo um total de oito regiões naturais. No Litoral Potiguar, estão as seguintes:

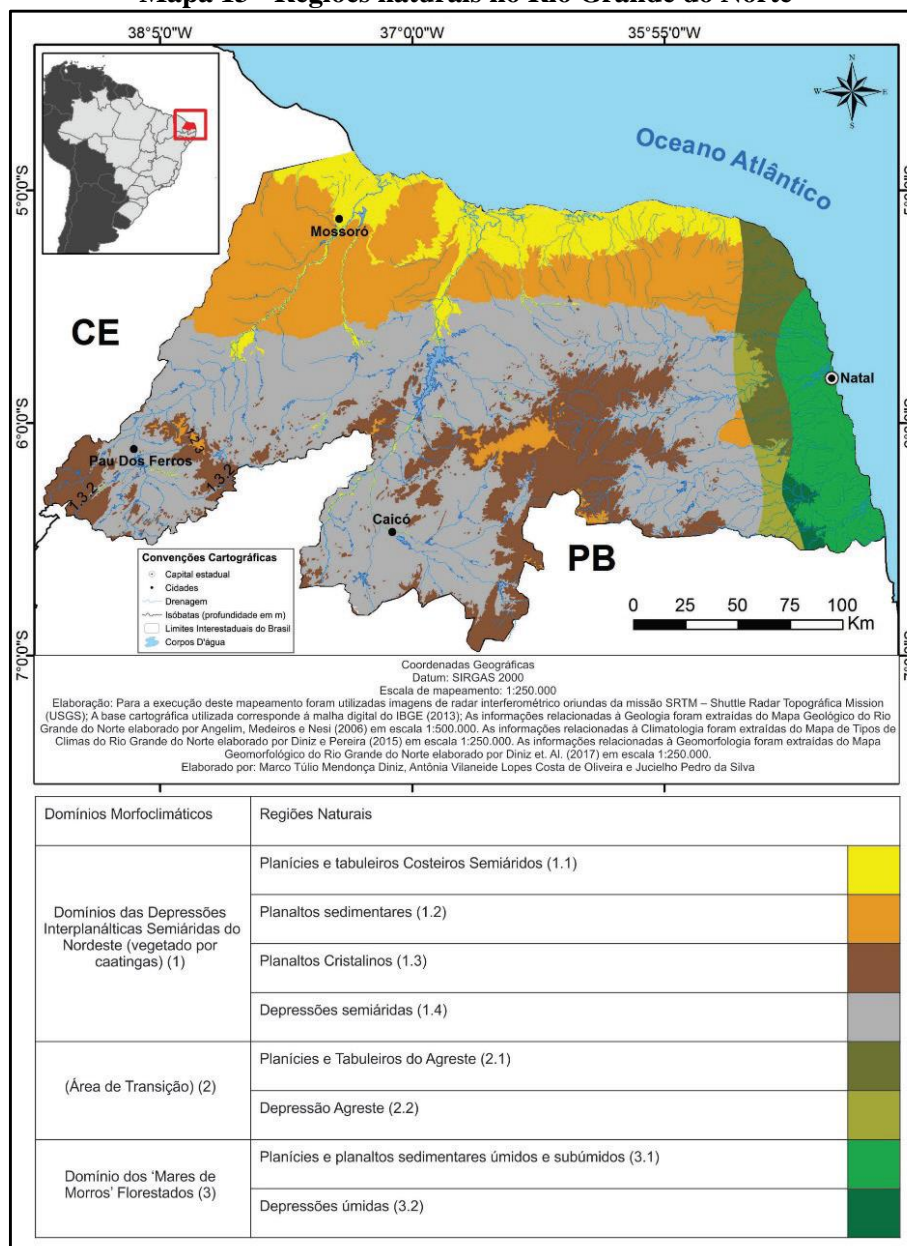
- **Planícies e planaltos sedimentares úmidos e subúmidos**, fazendo parte do **Domínio dos mares de morros**, com a presença de tabuleiros costeiros úmidos, planícies costeiras e fluviais úmidas. São comuns os terrenos sedimentares e um clima que varia de úmido, mais a leste, a subúmido, no contato com o Agreste, com forte influência da maritimidade;
- **Planícies e tabuleiros costeiros semiáridos**, mais ao norte do estado, onde, apesar da predominância de rochas sedimentares, ocorrem também diversas formas de solos jovens (como os neossolos). O clima é tropical semiárido com concentração de chuvas no inverno. Os terrenos são planos, em forma de uma rampa suave do interior para o litoral, com aproximadamente 50 metros de altitude até o nível do mar;
- **Planícies e tabuleiros do Agreste**, na zona de transição, é **onde está Maxaranguape**, com planícies fluviais e costeiras e tabuleiros, tendo assim características comuns tanto às planícies e aos tabuleiros costeiros semiáridos quanto às planícies e aos planaltos sedimentares úmidos e semiúmidos. Nessa região, historicamente, desenvolveu-se a pequena agricultura, de culturas como mandioca, feijão e milho. (DINIZ; OLIVEIRA, 2018).

Nas planícies costeiras do Litoral Potiguar (semiáridas, do Agreste, e úmidas), estão a formação savana arbórea aberta, a restinga arbórea e arbustiva, representando a cobertura vegetal das dunas e praias que se estendem até os tabuleiros costeiros, estes sendo planos e com baixa altitude ou planaltos rebaixados. Há uma presença de dunas - formadas pela ação dos ventos alísios de sudeste - e de falésias sedimentares, que acompanham a linha costeira (MELO, 2013). Próximo a costa, estão as dunas fixas (ou paleodunas, são mais antigas), que foram transportadas pelo vento e foram cobertas pela vegetação, e as dunas móveis, estas sem cobertura vegetal (SOUZA, A., 2020).

Geograficamente, **Maxaranguape está localizada na planície costeira úmida do Agreste**, com um relevo relativamente plano e a presença de dunas e falésias. Devido a presença de uma planície fluviomarinha (do Rio Maxaranguape), a região apresenta zonas estuarinas com manguezais, localizados nas margens do Rio Maxaranguape (que divide o município com Ceará-Mirim). A vegetação é herbácea e arbustiva de restinga jovem sobre dunas ativas e paleodunas, com neossolos quartzarênicos pobres em nutrientes. O total pluviométrico no município é aproximadamente 1550 mm/ano, com um clima tropical úmido e chuvas concentradas no outono e inverno (SOUZA, A., 2020).



**Mapa 13 - Regiões naturais no Rio Grande do Norte**



**Fonte: Diniz e Oliveira (2018, p.352)**

O conceito de **enclave**, segundo Aziz Ab’Saber (2007), se refere a uma área com características de ecossistemas de outros lugares. Portanto, cabe a aplicação desse conceito para uma mancha de cerrado entre os ecossistemas restinga e caatinga, presente nos municípios de Ceará-Mirim, Maxaranguape, Rio do Fogo, Pureza e Touros, constituindo uma unidade cuja vegetação herbácea-arbustiva, se assemelha ao cerrado do tipo “campo sujo” e é popularmente chamado de “cerrado potiguar”.

Nesses municípios, existem lagoas temporárias que são abastecidas pelas águas das chuvas absorvidas pelas dunas e afloram no lençol freático (SOUZA, A., 2020). Atualmente,

essa paisagem tem sido utilizada pelo turismo, mas historicamente também foi para pescarias (ARAÚJO JÚNIOR, 2019).

Nas regiões de desembocadura dos rios, estão os manguezais, lugares de complexas interações de espécies aquáticas, com um conjunto de comunidades vegetais onde a água é salobra. Esses manguezais foram palco para a ocupação das comunidades indígenas, onde buscavam fontes alimentares. No RN, a mais expressiva faixa de manguezal está situada no Litoral Oriental. O Litoral Setentrional possui pequenas áreas de manguezais, pois o clima é o semiárido quente e muitos rios são intermitentes (GUEDES, 2018).

Guedes (2018) identificou os seguintes usos dos manguezais no Litoral Potiguar: **a)** captura de peixes, siris, ostras e caranguejos, feito sobretudo pelas comunidades tradicionais; **b)** extração de madeira para construção civil, uso mais reduzido atualmente devido as restrições de proteção ambiental; **c)** produção de remédios tradicionais e ancestrais a partir das espécies vegetais; **d)** captura de iscas para a pesca; **e)** coleta de propágulo (estruturas constituídas basicamente por células meristemáticas<sup>83</sup> que se desprendem de uma planta adulta para dar origem a uma nova planta), para a recuperação genética da área; **f)** água para os tanques de carcinocultura, sendo que essa atividade é uma das que mais degrada os manguezais, causando também conflitos territoriais com os pescadores artesanais; e **g)** coleta de lenha para cozinha. Em Maxaranguape, foram identificados os usos (ainda que muito reduzidos) relativos aos itens **a), b), c), d)** e **g)**, colocados por Guedes (2018).

No Brasil, segundo o Código Florestal (BRASIL, 2012), os manguezais são Áreas de Preservação Permanente (APP), mas na prática há uma série de atividades que reduzem as suas funções ambientais e mesmo assim são permitidas, por exemplo, a carcinocultura. Entre as espécies vegetais presentes nos manguezais do Litoral Potiguar estão: *Rhizophora mangle* (mangue vermelho), *Avicennia schaueriana* (mangue língua de vaca), *Avicennia germinans* (mangue preto). *Laguncularia racemosa* (mangue branco) e *Conocarpus erectus* (Mangue botão). Quanto a fauna, há presença dos caranguejos uçá (*U. cordatus*), aratu (*Aratus pisonii*) e guaiamum (*C. guanhumii*), do sirí azul (*C. danae*), do búzio (*A. brasiliiana*), abundância de algas microscópicas e micro crustáceos (GUEDES, 2018).

Nas praias também estão as falésias (**Fotografia 40**) - presentes em 105 dos 410 km de litoral do RN (MELO, 2013) - esculpidas pela ação erosiva do mar e do vento, que chegam a atingir 15 metros e contribuem para uma beleza paisagística que se converte em atrativo

---

<sup>83</sup> São células que possuem grande capacidade de multiplicação e são responsáveis pelo crescimento do vegetal.

turístico. Entre esses ambientes, na linha da praia, estão os cordões de *beachrocks*<sup>84</sup> (**Fotografia 41**).

**Fotografia 40 - Falésias em Caraúbas**



Caraúbas, Maxaranguape, 12 jan. 2021, 6h54min.: As falésias ocupam boa parte da orla do município de Maxaranguape. Foto: D. B. Neto.

**Fotografia 41 - Pessoas pescando nas *beachrocks***



Barra de Maxaranguape, 13 jan. 2021, 10h31min.: É normal que locais e turistas utilizem as *beachrocks* para praticar a pesca esportiva. Há também as chamadas marisqueiras, mulheres pescadoras que coletam moluscos e crustáceos nesse ambiente. Foto: D. B. Neto.

---

<sup>84</sup> As *beachrocks* são arenitos e conglomerados de cimento carbonático que se configuram como importantes pontos de pesca utilizados sobretudo pelas marisqueiras, e dos recifes de corais (que fazem parte da 2ª maior barreira de corais do mundo, atrás apenas da “Grande barreira australiana”).

O Litoral Potiguar tem uma urbanização constituída por cidades de pequeno e médio porte (exceto Natal, a capital estadual), em que muitas delas se estruturam com uma sede urbana e seus distritos, muitos conhecidos como “vilas de pescadores”, onde a pesca artesanal, a pequena agricultura, o comércio e mais recentemente o turismo, se destacam. É um território com uma grande diversidade sociocultural e ambiental (terrestre e marítima), que embora teve uma ocupação ancestral (com considerável degradação ambiental, causada pelos monocultivos, expansão urbana e turismo), os pescadores e habitantes locais mantiveram o território em bom estado de conservação, em contraponto com outros territórios marcados pela presença do turismo de massa e de grandes resorts, como São Miguel do Gostoso e Pipa, que se encontram mais degradados ambientalmente.

Acerca das populações tradicionais, segundo a Fundação Palmares existem 60 quilombos no estado do RN, sendo que pelo menos 22 já estão reconhecidos e outros 20 estão em processo de demarcação (BRASIL DE FATO, 2019). O número de aldeias indígenas chega a 17, distribuídas em 10 cidades (CCHLA/UFRN, 2020).

Ao longo do litoral do RN existem algumas Unidades de Conservação (UCs) de diversas modalidades (IDEMA, 2021)<sup>85</sup>, todas elas são estaduais: Parque Estadual Mata da Pipa, Área de Proteção Ambiental Bonfim-Guaraira, Parque Estadual Dunas de Natal, Área de Proteção Ambiental Jenipabu, Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais<sup>86</sup> (APARC, esta localiza-se em Maxaranguape, Rio do Fogo e Touros), Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão e Área de Proteção Ambiental Dunas do Rosado.

Quanto ao turismo, este aparece como uma das múltiplas possibilidades de desenvolvimento econômico para a região, tendo como principais atrativos as praias, os recifes de corais, as falésias, as dunas e a biodiversidade marinha. As épocas do ano mais requisitadas são os meses de dezembro a fevereiro e julho. No Litoral Potiguar, o turismo está entre as principais atividades econômicas, ao lado da pesca, extração de sal marinho e de petróleo, geração de energia eólica, carcinocultura e monocultura canavieira (MEDEIROS JÚNIOR, 2017). Entre os equipamentos turísticos, os de maiores impactos a nível regional são os resorts, mas também grandes hotéis e pousadas, que se instalam em função das praias e suas paisagens. Porém, muitas dessas praias são ocupadas ancestralmente por comunidades de pescadores, que estão entre as mais afetadas com a chegada de novas territorialidades, como o turismo.

---

<sup>85</sup> Mapas do RN com as UCs em:

<http://www.adcon.rn.gov.br/ACERVO/idema/DOC/DOC000000000242440.PDF>.

<sup>86</sup> Mapas da APARC em: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/idema/DOC/DOC00000000034190.PDF>;

<http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/idema/DOC/DOC00000000034191.PDF>.

Em Maxaranguape, o setor turístico é operado sobretudo empresas privadas, muitas vezes de proprietários estrangeiros, pois o turismo de base comunitária não ocorre na maior parte do Litoral do Rio Grande do Norte, particularmente em Maxaranguape ele é quase inexistente. Acreditamos que devido a configuração sócio-espacial de Maxaranguape - bem como de outros municípios da região, ocupados por comunidades tradicionais de pescadores - o turismo de base comunitária seria uma fonte de renda e emprego condizente com os aspectos culturais tradicionais da região, que valorizaria o potencial turístico local associado com a conservação do patrimônio cultural, da sustentabilidade ambiental e a manutenção das práticas tradicionais.

### 3.1.2 A pesca artesanal em Maxaranguape

No litoral do Rio Grande do Norte (RN) a pesca artesanal aparece como uma prática de extrema importância cultural e econômica, que constrói modos de vida e práticas culturais tradicionais, garante a segurança alimentar e é fonte de emprego para milhares de famílias. No estado do RN, existem aproximadamente 80 colônias de pescadores e 93 comunidades pesqueiras (SILVA, A.C., 2010). A própria denominação **potiguar**, gentílico para os habitantes do RN, significa “comedor de camarão” em língua indígena (tupi), fazendo alusão à relação das populações humanas com o mar.

No entanto, a pesca apresenta alguns problemas e conflitos em todo o estado, em especial nos territórios tradicionais historicamente apropriados pelos pescadores artesanais de centenas de comunidades litorâneas e que atualmente são colocados em disputa com outros setores como a especulação imobiliária, os empreendimentos turísticos, a pesca industrial, a construção de parques eólicos, as salineiras, entre outros fatores que trazem as **territorialidades disruptivas**.

Desde a década de 1980 se instalaram as empresas de pesca industrial no RN, provenientes sobretudo dos estados do CE, PB, SP, SC e do próprio RN, que modificaram a forma (artesanal) em que a atividade pesqueira era realizada e trouxeram alguns impactos socioambientais, como a sobrepesca (SILVA, A.C., 2010).

Para o ano de 2010, Anelino Silva (2010) estimou um total de 13.000 pescadores artesanais no RN, mas o número de pessoas ligadas ao circuito produtivo pesqueiro era de aproximadamente 65.000 pessoas, além da captura, em atividades como: **a)** produção e manutenção das embarcações; **b)** comercialização dos equipamentos de pesca, como nylon, chumbo e redes; e **c)** limpeza, beneficiamento e comercialização do pescado. O autor aponta a

falta de equipamentos apropriados como o principal problema que afeta o pescador artesanal (SILVA, A.F., 2010).

Em Maxaranguape, e municípios vizinhos, os barcos que caracterizam a pesca artesanal são as jangadas e os paquetes (jangadas menores), como nas **fotografias 42, 43, 44, 46 e 47**, que em sua maioria hoje já possuem pequenos motores, ainda que sem abrir mão da vela, utilizada sobretudo pela economia de combustível. Nas jangadas, saem em média de um a quatro pescadores (sendo comum reclamarem que não há pessoas que se disponibilizam para ir pescar), para ficarem de um a três dias no mar. Também existem os paquetes que não possuem vela e nem motor, movidos a remo e utilizados somente para lançar a rede próximo à costa.

Há também uma pesca artesanal de maior escala, com barcos maiores do que as jangadas, com cerca de 12 metros de comprimento (como os barcos da **Fotografia 45**), em que os pescadores ficam de 15 a 20 dias no mar. Esses barcos pertencem a um dono que normalmente fica com metade da produção, havendo uma divisão do trabalho nas pescarias e o uso de anzol e espinhel. Um dos principais focos da pesca é o atum (como em Bahía Solano, no Pacífico Colombiano), em que os maiores pescados são exportados. Existe uma concorrência entre os pescadores para serem chamados para irem pescar nesses barcos maiores, através do regime de **parceria**.

Em Maxaranguape houve um *boom* na pesca da lagosta, principalmente pelo seu alto valor econômico. Esse momento causou uma redução em algumas relações de coletividade, ajuda mútua e cooperação entre os pescadores, mercantilizando as relações sociais na pesca e introduzindo um “tempo da ambição” (WOORTMANN, 1992). Atualmente, a lagosta ainda representa um dos pescados com mais valor e melhor comércio.

Segundo o testemunho de Zé Maria, após o *boom* da lagosta, a pesca de atum ganhou mais importância devido ao excesso de pescaria e a uma baixa na demanda da lagosta. Isso porque os barcos de pesca industrial começaram a capturar lagosta, causando uma grande redução (sobrepesca), a partir dos anos 1970 e 1980 (MEDEIROS JÚNIOR, 2017).

**DBN:** E o que que mudou na pesca do tempo que o senhor começou a pescar nos dias de hoje?

**Zé Maria:** Rapaz, quando eu comecei a pescar, na época não existia a pesca de atum. Agora, de uns oito ou dez anos pra cá [portanto, desde 2011 ou 2013], aí melhorou muito essa pesca de atum para o pescador, dono de barco, os comerciante, **porque atum é um peixe que é cardume é muito em quantidade, e quantidade é que gera algum dinheiro**, coisa pouca não rende nada, mas o atum tem dado uma ajuda muito boa aqui, na área aqui.

**Lucas Gabriel:** O “sinhô” acha que começou a pescar atum por causa de quê? Qual foi o motivo que começou a pescar atum?

**Zé Maria:** Começou a pescar atum porque a pesca da lagosta foi fracassando, aí os barco foram migrando pro atum [...].

**DBN:** Que são esses barcos grandes aqui?

**Zé Maria:** É, e tão fazendo mais outros maiores para passar mais dia de mar.

**DBN:** Antes era só jangadinha, jangada, quando o senhor começou?

**Zé Maria:** Barco pequeno, jangadinha. Jangadinha, desse barco pequenininho de sete metros, oito metros. Aí foi aumentando e até chegando a esse porte, barco pesqueiro aqui é 16 metros, 17, 18.

**DBN:** Aham. E você considera essa pesca artesanal? Eles consideram essa pesca, nesses barcos, como artesanal?

**Zé Maria:** No maior? Eles consideram uma coisa artesanal. **(José “Zé” Maria da Costa, 62 anos, dono fábrica de gelo, Barra de Maxaranguape, 13 de janeiro de 2021, 7h40min.).**

Há uma discussão se esta modalidade se configura como pesca artesanal, pois os barcos já pertencem a terceiros, chegam até 18 metros e às vezes possuem GPS, sonda e bússola. Mas acreditamos que seria um equívoco considerar essa pesca de maior escala como pesca industrial, pois os barcos são muito menores do que aqueles das grandes empresas pesqueiras, além dessa pesca se constituir como uma atividade tradicional, sem o uso de rede de arrasto e com mão-de-obra local. Também não acreditamos que a solução para isso seja utilizar o conceito de semi-industrial, como tem ocorrido, mas sim compreender que **o artesanal passa por mudanças e que a tecnologia sempre é bem-vinda, de modo que, se trata de um artesanal com o uso do trabalho assalariado eventual e maior desenvolvimento dos meios de produção, como os barcos e os equipamentos.**

Nessa modalidade de pesca em barcos maiores, com cerca de 10 a 18 metros, que é chamada de pesca embarcada pelos pescadores das jangadas, o barco é de um proprietário que fica com metade da produção. Os pescadores também consideram esse tipo de pesca como artesanal, mas é uma modalidade de artesanal que se diferencia daquela de menor escala, praticada pelos pescadores nas jangadas. A diferença é o tamanho dos barcos e o uso de aparelhos como GPS, bússola e sonda. Esse processo de **modernização do artesanal fica evidente em um testemunho:**

**DBN:** E o que mudou na pesca artesanal nos últimos 20 ou 30 anos?

**LC:** “Os barco” evoluíram porque a 30 anos atrás era tudo no olho, você ia para maré e como tinha muito pescado, você via e já pegava os pescado. Agora tem que ir mais pra longe, aí tão usando o que, sonda, GPS, bússola, tudo isso. Quem não usar isso hoje não pesca não, hoje quem não sabe usar também não pesca. Porque hoje “nos barco” tudo isso tem. Meu pai, na época dele não tinha isso não. Hoje tem GPS, tem bússola, tem tudo, rádio amador.

**DBN:** Então você acha que tá mais fácil para pescar hoje?

**LC:** Se você souber lidar com a sonda, um GPS, é fácil. **(Léo Costa, 38 anos, fábrica de gelo, Barra de Maxaranguape, 13 jan. 2021, 7h49min.).**

Em outro testemunho, o pescador afirma que até nesses barcos maiores, de 15, 16 metros, também se pratica a pesca artesanal, que é a pesca de atum:

**JC:** Esse é diferente, é mais lagosta. É a pesca do atum né [anteriormente era lagosta, atualmente é mais atum]. Pesca de atum que é que é 18 dias, 20 dias e por aí fora. No meio do mar eles “tão catando”, estão pescando.

**DBN:** E esses barcos grandes aí [Fotografia 45], vocês consideram que é pesca

artesanal?

**JC:** Tudo artesanal, tudinho. (João “Cantão” Batista de Lopes Viana, 64 anos, pescador, Barra de Maxaranguape, 13 jan. 2021, 9h18min.).

De maneira geral, a pesca artesanal que possui maior relevância cultural e é responsável pela segurança alimentar nas cidades e comunidades da costa, é aquela realizada nas jangadas, a pesca tradicional do Nordeste Brasileiro<sup>87</sup>, onde estão aproximadamente 83% dos pescadores artesanais de todo o Brasil (GAMA, 2020).

Cabe ser ressaltado, que a pesca em embarcações maiores (pesca embarcada como dizem), que não se configura como a industrial, mas é muito diferente da pesca em jangadas, ganha espaço sobretudo após os anos 1970 e se associa ao processo de mercantilização da terra e dos produtos pesqueiros nas comunidades (WOORTMANN, 1992).

Parte da diversidade nas embarcações pode ser observada nas **fotografias 42, 43, 44, 45, 46 e 47**. A diversidade de espécies de pescados<sup>88</sup> também está organizada no **Quadro 2**, logo depois das fotografias.

**Fotografia 42 - Subindo a jangada**



**Caraúbas, Maxaranguape, 5 jan. 2021: Pela manhã é comum os pescadores chegarem das pescarias. Nesse momento, outros pescadores ajudam a “subir” a jangada. Os conhecimentos tradicionais desses pescadores envolvem os processos feitos com instrumentos artesanais de madeira. Foto: Jully K. S. Santos.**

<sup>87</sup> As modalidades de embarcações e técnicas de pesca são muito heterogêneas na região, até mesmo dentro do próprio estado do RN. Por exemplo, durante o trabalho de campo (jan. 2021) fomos à Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Estadual Ponta do Tubarão (município de Macau) e lá observamos que a pesca é feita em barcos grandes (maiores que 12 metros) e em pequenas canoas, havendo pouquíssimas jangadas. As espécies mais pescadas ali são a sardinha e a cavala. Os principais conflitos socioambientais envolvendo os pescadores são com o *kitesurf*, as eólicas que se instalam nos manguezais, e as políticas preservacionistas da RDS.

<sup>88</sup> Alessandra Cristina da Silva (2010) faz uma caracterização mais técnica das espécies capturadas pela pesca artesanal no Litoral Potiguar.



**Fotografia 43 - Jangada maior / Fotografia 44 - Jangadas com vela**



**Caraúbas, 7 jan. 2021, 7h50min. & 8 jan. 2021, 7h35min.: Boa parte das jangadas apresenta vela, sobretudo nos distritos. As jangadas variam em tamanho, mas a forma muda pouco. Fotos: D. B. Neto.**

**Fotografia 45 - Barcos utilizados em pescarias de maior volume**



**Barra de Maxaranguape, 13 jan. 2021, 13h36min.: No porto da cidade - localizado no estuário do Rio Maxaranguape - ficam os barcos maiores, utilizados para pescarias mais longas, que duram até 20 dias. Foto: D. B. Neto.**

**Fotografia 46 - Jangada atracada**



**Barra de Maxaranguape, 13 jan. 2021, 10h08min.: Nessa jangada, se observa uma característica dos barcos no Brasil: grafar o nome da respectiva colônia (Z-15), acompanhado do nome do barco (3 irmãos). Foto: D. B. Neto.**

**Fotografia 47 - Jangadas atracadas**



**Barra de Maxaranguape, 13 jan. 2021, 9h59min.: As jangadas ficam atracadas na foz do Rio Maxaranguape. Nessa localidade, predominam as jangadas sem vela e com motor. Foto: D. B. Neto.**

**Quadro 2 - Principais peixes, crustáceos e moluscos encontrados em Maxaranguape.  
Organizado por Eduarda Martins (APC).**

Nº	Nome científico	Nome popular	Técnica/arte de pesca	Onde são pescados/habitat	Grau de ameaça
01	<i>Lutjanus analis</i>	Ariocó, Chioba, Cioba-verdadeira	Linha, redes de emalhe	Ambiente recifais, atóis e oceânicos	Vulnerável
02	<i>Sphyraena borealis</i>	Bicuda	Linhas, anzóis e redes	Ambientes costeiros marinhos e estuarinos	Sem informação
03	<i>Scomberomorus brasiliensis</i>	Serra, cavala, cavalinha,	Rede de emalhe	Alto-mar e costa	Pouco preocupante
04	<i>Paralichthys orbignyanus</i>	Linguado	Linha, anzol e redes de emalhe e arrasto	Ambientes costeiros marinhos e estuarinos	Não ameaçada
05	<i>Mugil liza</i>	Tainha	Tarrafa, redes de emalhe, e às vezes com anzol.	Ambientes costeiros marinhos e estuarinos	Não ameaçada
06	<i>Caranx crysos</i>	Guarajuba	Linhas, anzóis e redes	Ambientes costeiros marinhos e estuarinos	Pouco preocupante
07	<i>Katsuwonus pelamis</i>	Bonito	Linhas e azois	Ambientes costeiros	Pouco preocupante
08	<i>Carcharhinus plumbeus</i>	Cação	Rede de arrasto, linha e azois	Ambientes costeiros, águas rasas	Vulnerável
09	<i>Panulirus laevicauda</i>	Lagosta cabo verde	Marambaia	Fundos rochosos de todos os mares	Sem informação
10	<i>Panulirus argus</i>	Lagosta Vermelha, Verdadeira	Marambaia	Fundos rochosos de todos os mares	Sem informação
11	<i>Panulirus echinatus</i>	Lagosta marrom	Marambaia	Fundos rochosos de todos os mares	Sem informação
12	<i>Aetobatus narinari</i>	Arraia-pintada, pintada	Arpão, rede de arrasto	Ambiente recifais, baías e oceânicos	Quase ameaçada
13	<i>Balistes capriscus</i>	Cangulo, Peixe-porco	Linha e anzol	Ambientes recifais	Vulnerável
14	<i>Scarus coeruleus</i>	Peixe-papagaio-azul ou bodião-azul	Linha e anzol	Ambientes recifais	Pouco preocupante
15	<i>Trichiurus lepturus</i>	Peixe espada	Rede de arrasto, linha e anzol	Ambiente costeiro, de água tropicais	Não ameaçada
16	<i>Cynoscion acoupa</i>	Pescada	Linha, anzol e as vezes em rede de emalhe	Rasas tropicais e subtropicais	Pouco preocupante
17	<i>Caranx hippos</i>	Xaréu	Linha, anzol e as vezes em rede de emalhe	Na costa ou alto mar	Não ameaçada
18	<i>Farfantepenaeus brasiliensis</i>	Camarão rosa	Mangote (Rede de arrasto)	Áreas rasas, com fundos arenosos	Não ameaçada

19	<i>Cathorops spixii</i> .	Bagre-amarelo	Linha, anzol e redes.	Áreas costeiras rasas, com fundos arenosos e lodosos	Sem informação
20	<i>Selene setapinnis</i>	Peixe galo	Linha, anzol e às vezes vem nas redes	Estuários, praias e baías abertas	Sem informação

O **Quadro 2 (acima)**, elaborado com a ajuda de pescadores, demonstra a complexidade e diversidade de classificações existentes, para cada pescado há um nome, as técnicas específicas e o ambiente. Isso demonstra o complexo modelo de representação e apropriação da natureza tido pelos pescadores artesanais, que além dessas classificações dos pescados, envolvem saberes sobre a nevegação, os ventos, a lua, as marés e estações do ano.

De acordo com pescadores e moradores de Maxaranguape, a pesca garante a segurança alimentar, bem como uma renda ou moeda de troca. Além disso, boa parte dos pescadores exercem outras profissões sem registro trabalhista, como nos setores da construção civil, do turismo, em outros serviços e no comércio informal.

A maioria dos pescadores de Maxaranguape encontra-se em Barra de Maxaranguape (sede municipal), mas Caraúbas e Maracajaú (distritos), também possuem um número expressivo de pescadores. Há uma diferença entre a pesca feita na sede do município e nos distritos. Naquele, além da pesca em jangadas também há a pesca embarcada, de maior escala e em barcos maiores.

Pudemos constatar que muitos pescadores artesanais, em algum momento já tiveram alguma experiência com a pesca industrial, ou embarcados nesses barcos maiores, mas não permaneceram na atividade e os principais motivos disso são: menor renda, maior dependência de terceiros, pouca liberdade para exercer a atividade e péssimas condições de trabalho. Esses elementos podem ser observados nos **testemunhos abaixo**:

**G:** Rapaz, nessa jangada aqui, nesses paquetinho [pergunto se aquele é o dele, ele me diz que vendeu o seu pacote e quando vai pescar vai com outra pessoa], a gente passa três dias, mas eu já pesquei em barco motorizado pegando lagosta, é oito, dez dias.

**DBN:** Ficou quantos anos assim?

**G:** Uns cinco ou seis anos, não gostei não, prefiro pescar aqui, porque lá nesses barcos que eu “tô” dizendo, lá você trabalha muito e ganha pouco sabe. Porque você vai pescar peixe, aqui você chega hoje e vende o peixe por muito mais. Lá pra você ganhar tem que pegar muito peixe, ai não dá. Mas de tudo eu fiz um pouco na pescaria, só não fiz foi mergulhar [pescar de arpão], mas o resto, manguieirar [mergulhar com o compressor], essas coisas, fiz tudo. (**José Luís Soares "Seu Golinha", 71 anos, pescador e agricultor, Caraúbas, 6 jan. 2021, 8h29min.**)

**DBN:** E você nunca quis pescar embarcado?

**B:** Não porque rapaz, para pescar embarcado “o cabra” passa muito tempo no mar. Acontece de você passar 7, passar 10, passar 15, 20, 22 dias. É muito tempo sem vir em terra não é não? Você passa muito tempo lá dentro, maresia, e o sol, envelhece mais cedo. Olha, se você olhar para mim você pensa que eu sou mais novo, 40 anos.

“Óia”, falta de Sono. “Óia”, a primeira vez que eu passei de um dia para o outro pescando, quando eu cheguei eu dormi dois dias, “cê” acredita? (Almir Soares “Bibi”, 50 anos, pescador, Caraúbas, 6 jan. 2021, 12h50min.).

**DBN:** E você já pescou embarcado, em barco grande?

**F:** Já, já pesquei também.

**DBN:** Quanto tempo?

**F:** Eu pesquei muito tempo embarcado, depois eu ajuntei dinheiro e comprei uma jangadinha E aí comecei a pescar para mim mesmo. É melhor, eu pescava pros outros e ganhava pouco, hoje eu tenho a minha e ganho mais. (Edmilson G. Silva, “Figurinha”, 46 anos, pescador, Caraúbas, 6 jan. 2021, 17h37min.).

**DBN:** Sempre pescou em jangada?

**V:** Já pesquei em barco, pesquei naqueles de navegação, eu já pesquei.

**DBN:** E qual você acha melhor pescar?

**V:** Pra mim é aqui mesmo, porque melhor trabalhar você pra si do que pros outros né. Aqui o que eu pego é meu, o dia que eu “quisé”, não tem que ficar escutando desaforo, não tem. (Vital, 57 anos, pescador, Barra de Maxaranguape, 15 jan. 2021, 7h57min.).

Os testemunhos, então, evidenciam uma das principais vantagens da pesca artesanal: melhor renda, liberdade proporcionada pelo tempo natural, pelo “tempo cósmico” (CUNHA, 2009), que é o que dita a rotina laboral dos pescadores e pescadoras, sobretudo nos pequenos municípios e zonas rurais, como em Maxaranguape.

No entanto, a pesca industrial é vista como algo mais “fixo”, pois alguns pescadores, que preferem a pesca industrial, alegam que o ganho é mais certo e garantido. Todavia, a FAO (2020a), como também outras fontes orais, afirmam o contrário, que a pesca industrial é mais insegura e com piores condições de trabalho.

**DBN:** Você preferia pescar artesanal ou industrial?

**JA:** Eu preferia pescar nos barcos de fora porque tem mais condição né, é seis homens pescando na proa do barco, aí tem cozinheiro tem tudo né, é mais trabalho, mas aí compensava porque a noite você “tava” dormindo. Amanhecia 4 horas da manhã e “ucê” “tava” em pé e puxava o ferro do barco e começar. Aí quando dava 9 da manhã você já “tava” de lado e aí já para pegar o café né, para puxar o resto do material. Aí quando dava 4:30, 5 horas da tarde, mas estava terminando o de arriar o material e aí é que ia comer o feijão da meio-dia. Aí a vida era essa [risos]. (João Aleixo, 63 anos, pescador, Caraúbas, 9 jan. 2021, 7h12min.).

**G:** É, dá mais dinheiro.

**DBN:** Então se fosse para você escolher jangada ou barco qual você escolheria?

**G:** Eu escolheria o barco. Porque a jangada é difícil. Mas o barco não, você pega altos peixes, altos peixão.

**DBN:** Teu pai pescava embarcado né? Ele comentou comigo que ele prefere.

**G:** Pois é, essas pescarias eu prefiro nem pescar porque de fim de semana eu vou ganhar R\$ 15. E mesmo se ele vender R\$ 1000, eu tenho dinheiro de 30 conto. Eu ganho nada com isso né.

**DBN:** E a maioria do dinheiro fica com quem?

**G:** Fica com o dono do barco. (Geovani “Gegê”, 19 anos, Caraúbas, 10 jan. 2021, 11h36min.).

**DBN:** Você pesca há quanto tempo?

**JF:** Eu comecei a pescar faz três anos e meio.

**DBN:** Por que você quis vir para embarcada?

**JF:** Porque paga bem, paga melhor.

**DBN:** E qual é mais fácil, essa ou artesanal?

**JF:** Acho que nessa daqui viu.

**DBN:** Você considera essa pesca artesanal ou industrial?

**JF:** Artesanal, eu acho que essa daqui é artesanal né, porque aqui é a mão né. É tudo à mão, tudo com linha. A gente usar “as isca”, é isca artificial né. Mas aqui a pesca é só de linha né, é só na mão.

**DBN:** E vocês vão em quantos pescadores?

**JF:** Nesse barco nós pescamos em seis pescadores. Tem o dono, e depois do dono tem o mestre que é quem comanda o barco vermelho e leva o barco para o mar, ele diz para onde tem que ir vivendo de tudo entendeu. Também tem o “gelador”, que é quem cuida do peixe, o cozinheiro, e assim vai, entendeu?

**DBN:** Mas aí todos eles pescam e jogam linha?

**JF:** É, todos eles, cozinheiro, vírgulador, até o mestre joga a linha.

**DBN:** E aqui como é o pagamento de vocês, é antes, como é que é?

**JF:** O pagamento é assim né, é produção, você trouxe muito peixe, quando vende “nós já recebe” o dinheiro entendeu. É por produção, se pegar muito peixe ganha muito dinheiro.

**DBN:** E eles já dão a linha, comida, isca e tudo mais?

**JF:** É compra o material todinho, e quando chega do mar tira o dinheiro do material e divide. É metade para o dono do barco e metade para os pescadores. O dono do barco fica com metade da produção [continua falando sobre a função e a rotina da pesca industrial]. (**José Felipe, 20 anos, pescador, Rio do Fogo, 13 de jan. 2021, 14h49min.**).

**JP:** Trabalhei num “bucado” de barco grande aí, eu criei minha família mais pescando em Natal. Agora, minha colônia sempre foi aqui, meu registro de pesca sempre foi aqui em Maxaranguape. O pescador anda né, trabalha numa praia, trabalha n’outra, e assim a gente vai vivendo né, é como pedreiro, pedreiro tem serviço em qualquer canto que ele vai, é igual pescador. (**João “Papoca” Maria da Silva, 57 anos, pescador, Barra de Maxaranguape, 15 jan. 2021, 8h45min.**).

**DBN:** Trabalhou sempre em jangada, assim, ou já foi embarcado?

**CN:** É, embarquei também já com japonês, com inglês, navio. É, japonês, eles supervisiona muito as águas brasileiras.

**DBN:** E o que você preferia para pescar embarcado ou assim jangada?

**CN:** Embarcado é melhor porque a vida é mais tranquila, né?

**DBN:** É? Porque ganha melhor?

**CN:** É, é, a alimentação, tudo, né? E a bordo de um navio daquele tudo nós tinha, tudo, quando não tinha uma coisa o helicóptero vinha de Recife e deixava tudo lá fora no mar. (“**Chico de Naninha**”, **73 anos, pescador, Maracajaú, 21 jan. 2021, 10h39min.**).

No município de Maxaranguape, a pesca é regida por uma colônia de pescadores, a Z-15, responsável por auxiliar os pescadores nas atividades laborais, sobretudo com a emissão, manutenção e retirada de documentos e com regulamentações nas embarcações, sendo as principais delegações da colônia o auxílio aos pescadores para com os benefícios previdenciários, como o acesso ao seguro defeso e a aposentadoria. Cada pescador associado à colônia (existem muitos que não são associados, sobretudo nos distritos) deve pagar uma taxa mensal para a manutenção da colônia. Os pescadores que possuem o **Registro de Pescador Profissional (RGP)** recebem o **seguro defeso referente à lagosta por cinco meses**, de dezembro até 30 de abril.

A presença da colônia, se demonstra então como um prestador de serviços e uma força

política para que o pescador receba os direitos assegurados pelo Estado.

**DBN:** E de alguma maneira, o governo ajuda vocês?

**EB:** Só com o defeso, quando a lagosta para aí ele ajuda.

**DBN:** Não pode pegar lagosta então?

**EB:** Não [Embora muitos pescadores pegam a lagosta, principalmente a “cabo verde”, uma variedade de espécie].

**DBN:** O defeso, vocês tão recebendo agora?

**EB:** Ainda não, vamos dar entrada agora.

**DBN:** É seis meses?

**EB:** É, mais só recebe cinco [de dezembro a 30 de abril].

**DBN:** É um salário mínimo, 1.100 reais?

**EB:** É.

**DBN:** E pode pescar outras coisas sem ser lagosta?

**EB:** Pode.

**DBN:** Pra ter o defeso tem que ter o registro?

**EB:** É, tem que ter o registro, a licença da pesca.

**DBN:** E você tá em alguma organização?

**EB:** Faço parte da colônia de Maxaranguape, sou um dos sócios [o sentido na verdade é associado] de lá.

**DBN:** E eles ajudam?

**EB:** Não.

**DBN:** Mas tem que pagar?

**EB:** É, tem que pagar, quem é sócio assim normal paga vinte reais por mês.

**DBN:** E eles não dão nada mas ajudam fazer os documentos?

**EB:** Aí eles “faiz”, chega lá e entrega e aí eles “faiz” tudinho. (**Homem adulto, pescador, Caraúbas, jan. 2021**).

O problema é que muitos pescadores não possuem esse cadastro (RGP) por falta de acesso aos trâmites burocráticos, isso também ocorre, sobretudo, com as pescadoras (chamadas de marisqueiras), em que muitas não possuem o registro formal, ficando inviabilizadas de receberem a aposentadoria e o seguro defeso. Além disso, o seguro defeso é concedido apenas aos pescadores de lagosta, como conta o pescador Zé Maria:

**ZM:** O benefício que está cedendo para a pesca aqui, que é os pescadores que pesca a lagosta é o seguro desemprego [seguro defeso]. Mas pescador que não pesca na lagosta, que trabalha no peixe, não tem nada. (**José “Zé” Maria da Costa, 62 anos, dono da fábrica de gelo, Barra de Maxaranguape, 13 jan. 2021, 7h40min.**)

A atuação da colônia muitas vezes é conflituosa e possui interesses privados e relações de poder, que terminam afastando os pescadores da instituição.

**R:** Rapaz precisa de tanta coisa, a gente precisa de tanta coisa aqui, **a gente tem os direitos que nem sabemos quais são os direitos da gente** [fala mais sobre o atraso do governo em pagar, que a colônia não é tão ativa e que ele é associado à colônia de Maracajaú. Conta que saiu da colônia porque um funcionário “capataz” segurou a carteira dele e de mais cinco pescadores por alguns meses por eles negarem o voto no candidato sugerido para a prefeitura]. Eu deixei de ir na Colônia faz seis anos, porque eu recebia meu seguro e deixei de receber o meu seguro por causa do capataz de lá. Porque o capataz pegou meus documentos que era minha carteira e levou lá tudinho, porque “us cabra” que ele pediu voto, aí eu disse que não votava no candidato dele e ele com raiva pegou minha carteira e segurou, minha e de mais cinco lá. Ai quando fui atrás dos meus direitos eles tinham cancelado minha carteira, “inté” hoje “tô” com minha carteira cancelada. Aí eu disse pra ele que não tinha nada a ver o trabalho de colônia com o negócio de política, ele queria é mistura uma coisa com outra. Eu disse que não ia vota pra ele não e não ia pagar mais aquele “troço”, ai justamente, faz seis anos que eu não pago a colônia. (**Homem adulto, pescador, Caraúbas, jan. 2021**).

No **testemunho anterior** nota-se a presença do **capataz**, uma figura história que fazia referência ao sujeito que chefiava o grupo de trabalhadores, aquele que cuidava da rede de pesca (proprietário ou funcionário de “alto escalão” do proprietário) e que recebia maior porção dos peixes na partilha (BARRAVENTO, 1962; CASTRO, 2012; DIEGUES, 1983; SILVA, A., 2020). A figura do capataz teve uma presença marcante desde os momentos de formação de muitas comunidades pesqueiras no Brasil, inclusive em Maxaranguape, conforme muitas entrevistas e relatos orais, e ainda se faz presente por meio dessas relações “clientelistas” existentes, por exemplo, na Colônia de pescadores e nos trabalhos da prefeitura.

Em Maxaranguape, não observamos a atuação de movimentos sociais relacionados à pesca artesanal, como o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) e o Movimento dos Pescadores e Pescadoras artesanais (MPP), entre outros. Além da Colônia, existe uma cooperativa, porém com pouca atuação e expressividade, conforme relatou a maioria dos pescadores e moradores. Durante o trabalho de campo, não encontramos essa cooperativa.

Salvo os avanços conquistados, **destacamos a dificuldade do pescador artesanal em acessar as principais políticas públicas**, sobretudo as que têm o objetivo de reduzir a pobreza mediante o aumento de renda aos pescadores artesanais e suas comunidades, em ações como a melhoria da cadeia produtiva da pesca e da concessão de seguro defeso e de aposentadoria. Essas dificuldades em relação às questões burocráticas podem ser **notadas em alguns testemunhos**, sendo que alguns reclamam o “atraso” da aposentadoria, que foi consequência da reforma da previdência, proposta pelo governo de Michel Temer e aplicada pelo governo de Jair Messias Bolsonaro, em 2019:

**Golinha:** Ô Neto, a gente tem tantos direitos e **o problema é que a gente nem sabe, o pescador nem sabe o direito que tem**. E aí eles dizem que vão doar uma vela para o pescador, mas aqui não chega nada, só chega a falta de dinheiro. Porque olha saiu aí uma época que o pescador ia se aposentar com 50 anos aí foi para 55. E olha na minha época eu aposentei com 60 anos. E minha mulher com 55. Agora parece que é 70 né. Então olha, **um pescador com 70 anos para onde é que ele vai, Neto? O cara levando água na cara dia e noite, para onde é que ele vai? Era para ser no máximo 50 anos**. Mas quem manda é eles né. (José Luís Soares "Seu Golinha", 71 anos, pescador e agricultor, Caraúbas, 6 jan. 2021, 8h29min.).

**DBN:** O senhor se aposentou?

**João Cantão:** Não, não se aposentei não porque eu tinha 30 anos de colônia aí, aí eu fui inventar de trabalhar na Arena das Dunas [na construção da Arena para a Copa do Mundo de 2014] por seis meses. Trabalhei seis meses, deixei o mar pra trabalhar seis meses na arena das dunas e aí desgraçou minha vida [risos]. Pescador num pode assinar carteira, não, tu entendeu? Se assinar carteira, lascou-se, é com 60 anos o pescador, né? Agora, só com 65. Eu e um bocado aqui na Barra que foi inventar sair do mar, ir pro barco fazer manutenção, aí ia trabalhar, entendeu?

**DBN:** E agora, como é que você está fazendo para se manter?

**João Cantão:** Rapaz, a minha mulher que mora em Natal, ela tem um salariozinho, não é muito ruim. E tem minha mãe, meu pai que é aposentado, minhas irmãs aí, aí



tudinho. Dá para desenrolar. Aí até agora em outubro eu vou fazer meia cinco em outubro, aí se aposenta.

**DBN:** Como pescador?

**João Cantão:** Como pescador não, tem de trabalhar, já perdi esse da colônia, 30 anos já perdi tudo. Só porque eu assinei a carteira por seis meses, ó? Negócio errado, não? É errado. Aí eu vou lá, agora vou dá entrada no dia nove de outubro, tem uns conterrâneo meu também que já deu a mesma minha situação. Agora vou ver a história dele, se vai dar problema de novo, não é? (**João “Cantão” Batista de Lopes Viana, 64 anos, pescador, Barra de Maxaranguape, 13 jan. 2021, 9h18min.**).

**DBN:** E vocês conseguem algum benefício? O seguro desemprego?

**Fabiano:** Recebe aí, o seguro.

**DBN:** De lagosta?

**Fabiano:** É, mas não é todos que recebe. Só quem é cadastrado lá na Colônia e lá no Ministério da Pesca. (**Fabiano, 49 anos, pescador, Barra de Maxaranguape, quarta-feira, 13 jan. 2021, 11h09min.**).

**Del:** É uma burocracia horrível pra gente ficar pescando legal, né? Pagar não sei o quê. Aí depois vai para a Capitania, e aí já ganha pouco, vai pagar, tem um par de desconto, vai sobrar uma micharia. (**“Del”, 47 anos, pescador, Barra de Maxaranguape, 13 jan. 2021, 11h42min.**).

**Francisco “Cuiu”:** A dificuldade é de pescaria porque a gente vai, porque a maré, essa semana deu boa, outra semana dá ruim, aí os problemas vai multiplicando, ficam difícil. A documentação, tem umas pessoa que não tem, aí fica difícil, né, quem tem os documentos certo, mas quem não tem também fica difícil para ele. (**Francisco Martin “Cuiu”, 70 anos, pescador, Maracajaú, 19 jan. 2021, 10h48min.**).

Dessa forma, partir da ampla e diversa literatura sobre a pesca artesanal brasileira e da observação empírica da realidade do setor, fica claro como **a legislação foi acabando com a autonomia dos pescadores, que controlavam todo o processo de produção, até o comércio e a construção de seus meios produtivos (barcos e artefatos para a pesca) e foram tendo essa autonomia expropriada pelos instrumentos estatais e pelas disputas com outros atores** (principalmente os econômicos).

Os pescadores possuem dificuldade em pegar os temas que são “da terra”, como a burocracia, o sistema previdenciário, o uso de internet, a atualização da documentação etc. Entre as principais adversidades para o acesso a essas políticas podemos listar: **a)** dificuldade em ter a atividade regularizada e o acesso ao Registro de Pescador Profissional (RGP); **b)** falta de acesso à documentação necessária para o seguro defeso e para os direitos previdenciários; **c)** dificuldade para formular um projeto de financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); e **d)** dificuldade para pagar o empréstimo do PRONAF.

Mesmo que alguns resultados dessas políticas públicas foram positivos (com algumas contradições, mas que não excluem o êxito), nenhuma delas foi universal ou sistemática. São ações fragmentadas, pontuais e às vezes dispersas, portanto, incapazes de transformar e trazer melhoras significativas e permanentes aos pescadores artesanais, e de resolver a principal

questão em disputa, a posse do território pesqueiro, pois ainda não há uma política pública que garanta esse direito. Nesse sentido, a concessão desses instrumentos, ainda que importantes para a melhoria da condição do pescador deveria estar vinculada a uma política clara de melhorias ambientais, sociais, econômicas, territoriais e culturais para o pescador artesanal, sem desvincular cada um desses aspectos.

É necessário também que os repertórios da ação coletiva dos pescadores artesanais (fóruns, cogestão, proposições, cooperativas etc.) continuem acionando estratégias de protesto e reivindicação, para que eles se instrumentalizem cada vez mais e proponham formas institucionais para as políticas públicas, adaptando-as aos diferentes territórios e contextos sociais, com o fim de empoderar as organizações sociais de pescadores artesanais, de modo que, as melhorias na pesca tendem a melhorar e fortalecer o modo de vida tradicional, a identidade de pescador e as condições de vida dessas populações.

### **3.2 Modo de vida tradicional pesqueiro**

#### **3.2.1 Os pescadores artesanais de jangada: formação social, cultura ancestral e saberes tradicionais**

As comunidades pesqueiras do Litoral Brasileiro se formaram a partir das especificidades de cada ambiente, conformando significações espaciais distintas e com diferentes modos de vida, surgindo como satélites de abastecimento dos povoamentos maiores e fornecendo pescados, farinha de mandioca e outros produtos (DIEGUES; ARRUDA, 2001; MUSSOLINI; 2953; WOORTMANN, 1992). Essas comunidades tradicionais se configuraram enquanto pescadores-lavradores, em que a pesca aparecia sobretudo como um complemento a agricultura, feita em escala familiar, mas de maneira que garantia a sobrevivência dentro dos **mínimos vitais**. Um grupo vive sob mínimos vitais (de alimentação e de abrigo), quando esses elementos são suficientes apenas para sustentar a vida orgânica, “[...] quando se pode, verossimilmente, supor que com menos recursos de subsistência a vida orgânica não seria possível [...]” (CANDIDO, 2023, p.37).

Josué de Castro (2012), ao analisar a geografia da alimentação no Nordeste Brasileiro, demonstra como a proximidade do mar supriu algumas carências alimentares da população:

Lançando mão dos recursos da fauna aquática - dos peixes, dos siris, dos caranguejos, das ostras, dos mariscos, dos camarões, dos pitus e dos sururus que infestam águas salgadas ou doces, o homem do litoral dispõe de muito melhor teor de proteína em sua dieta do que o que vive distante das águas [...]. (CASTRO, 2012, p.130).

Darcy Ribeiro (2015, p.265) vai nessa direção ao afirmar que as comunidades pesqueiras “[...] se distribuíram em aldeias pelas praias, dando uma ocupação permanente ao

litoral. Constituía uma outra economia da pobreza, que possibilitara maior fartura alimentar, mas não ensejava riqueza”.

Para Antonio Candido (2010), as populações tradicionais, como as de pescadores artesanais, surgem do ajuste e da miscigenação proporcionada pelo fenômeno migratório durante e após o Período Colonial.

Antonio Diegues e Rinaldo Arruda (2001), assim como Paul Little (2002), pontuam que as comunidades tradicionais surgem nos interstícios dos grandes ciclos econômicos, aos quais elas ficam a margem.

Gioconda Mussolini (1953, p.83) vai na mesma direção, ao apontar a gênese das comunidades de pescadores artesanais:

São, portanto, consequência do estabelecimento da “grande lavoura” no litoral, não apenas o desenvolvimento de núcleos entregues à produção de gêneros de subsistência e que se irradiariam para o interior, como também no próprio litoral, nas áreas intersticiais dos grandes engenhos ou à sombra deles, o cultivo adicional dos produtos complementares para garantir a sobrevivência das populações locais.

No Litoral Potiguar a fixação dos sujeitos se deu com base na relação estabelecida entre a sociedade e o território, por meio de uma produção familiar, voltada para a agricultura (em áreas alagadiças, próximas aos rios e lagoas) e para a pesca (no mar, lagos e rios) (SILVA, A.F., 2010). Isso fez com que se formassem “sociedades marítimas” (DIEGUES, 1995), fundamentadas na construção de um modo de vida baseado nas atividades pesqueira e agrícola, tendo a caça e a coleta como complementares.

Castro (2012) chama essas sociedades marítimas de “**populações anfíbias**”, ao fazer referência a esse modo de vida intimamente conectado com o ambiente marítimo, destacando os jangadeiros:

As populações costeiras têm a sua vida tão intimamente ligada à vida do mundo aquático que vivem quase dentro d’água, nos deltas dos rios, nos mangues das marés e nas margens das lagoas. São verdadeiras **populações anfíbias**, nem da terra nem da água [...]. Destas populações fazem parte os jangadeiros do Nordeste, pescadores que passam a maior parte do seu tempo em alto-mar, mantendo nas praias simples tendas de folhas de coqueiro que lembram as dos nômades pastores da Ásia [**nessa passagem, o autor faz referência aos ranchos de pesca**], mostrando, através desse característico geográfico, tratar-se também de um povo nômade, de um tipo muito especial de nomadismo – de **nômades marinhos**, pastoreadores de peixes. (CASTRO, 2012, p.133).

Mussolini (1953) divide a pesca artesanal no Litoral Brasileiro tendo como base as características gerais da embarcação: a jangada para as costas do Nordeste, desde a Bahia de Todos os Santos (lá, a jangada não é utilizada, pois são usadas as saveiros, para transporte e para a pesca, como Jorge Amado descreve em alguns de seus romances), até o Norte do Ceará, e as canoas – além de outros tipos de embarcações - para os Litorais Sul e Sudeste. Para a

sobrevivência dos pescadores no mar dependia-se diretamente dos conhecimentos tradicionais sobre, por exemplo, a profundidade da plataforma continental, dos canais e das bordas, aos ciclos e movimentos das marés, como lidar com tempestades e vendavais, a dinâmica das correntezas e os perigos de animais de grande porte, como baleias e tubarões.

Durante o povoamento do território costeiro ocorreu uma apropriação histórica do espaço marítimo através de uma tradição extrativista dos recursos pesqueiros por parte das comunidades que se assentavam, e que ao longo do tempo foram compreendendo as dinâmicas do mar e construindo sua cultura e seus conhecimentos tradicionais de acordo com os significados sobre suas práticas, usos e representações associadas ao mar. Esses **significados arraigados ao espaço marítimo**, bem como a **importância do mar para o modo de vida tradicional pesqueiro**, podem ser notados em alguns testemunhos:

**R:** “Homi”, não tem coisa mais bonita que o mar, se eu pudesse eu fazia um primeiro andar lá fora e vinha em terra de seis e seis meses. No dia que eu não vou lá pra dentro [para o mar] eu fico doente [risos]. **(Rosinaldo “Rosa” de Souza, 57 anos, Caraúbas, 5 jan. 2021, 7h57min.)**.

**R:** Eu acho que nós vivemos num paraíso, isso aqui é um paraíso, pra mim **o mar além de ser uma fonte de renda para quem pesca é uma dádiva de Deus**, porque quantas pessoas queria ter um mar e não tem, e a gente tem que paraíso na frente de casa, então a gente tem que ser consciente e valorizar. **(Rosileide dos Santos Soares, 37 anos, comerciante, Caraúbas, 5 jan. 2021, 8h26min.)**.

**MP:** Tudo, o mar é tudo, é por isso que nós que moramos na praia somos ricos, “nós temo” esse marzão aí que é de tudo, se a pessoa não tem o que comer em casa pega uma varinha, já tem o que comer, **isso aí é o importante do mar, né. O alimento e o dinheiro, o mar é tudo!** Ah, [respira], o bom é que a gente tem, pronto, “ocê” hoje vai pra maré, ou assim, você vai pra cidade pra comprar um peixe pra comer, comprar uma cioba, vai comer aquela cioba, como que tem também o pão que o padeiro fez ali, se você vai ali na praia com seu molinete, você pega um balde desse tamanho, é alegria, e você vai comer daquela coisa. Então a satisfação é grande da gente mesmo pescar, e pegar o pescado da gente, e usufrui dele entendeu, isso é muito bom. [...] **Porque aqui todo mundo depende da pesca**, pode ser da maré, pode ser da lagosta, pode ser do rio, do viveiro. **(Manoel Jovenal dos Santos Júnior ou “Manoel de Pretinha”, 57 anos, pescador, Caraúbas, 5 jan. 2021, 11h49min.)**.

**DBN:** E por que a pesca é importante pro modo de vida de vocês aqui?

**WS:** É boa porque a comunidade tem seu peixe, não vai compra, todo mundo vai ter o seu “dinheirozinho” pra comprar o alimento, então a pescaria não tem que acabar porque o peixe é isso aí, serve pra tudo.

**DBN:** Qual é a importância do mar pra você

**WS:** Pra nós é uma riqueza, sem o mar a gente não é nada. **(Waldineis da Silva, 35 anos, pescador e pedreiro, Caraúbas, 6 jan. 2021, 5h25min.)**.

**ZG:** A melhor riqueza que tem sobre a terra, sobre aqui sobre nós é o mar, porque “inté” tem uma palavra das história antiga que o padre Cícero diz assim “Encostais o homem grande, ao mar”, para a pessoa se encostar ao mar, ir ao lado do mar, e aqui se o camarada sair de casa ele vai encontrar o peixe, um ciri, uma piabinha, seja o que for pra ele “cume”, não vai faltar pra ele. Então, o mar é uma riqueza aqui pra nós mesmo, que tem muita muita coisa dentro dele. Então a riqueza que o mar tem, o homem não pode acabar com ela, pode diminuir, mas acabar não. **(Zoroastro ou “Zé Grande”, 75 anos, agricultor e pescador, Caraúbas, 6 jan. 2021, 6h07min.)**.

**G:** Rapaz o mar tem de tudo. Porque, se você for pro mar adentro, quando você chega, você traz. Ou muito ou pouco você traz, quer dizer que pra mim o mar é melhor do que na terra, porque toda vez que eu vou lá eu trago. E aqui na terra tem canto que você vai e não traz. Né, é por isso que eu digo a você, eu dou valor ao mar. (**José Luís Soares "Seu Golinha", 71 anos, pescador e agricultor, Caraúbas, 6 jan. 2021, 8h29min.**).

**L:** Porque o mar, tudo dá. Se você não tiver nadinha para comer você chega na beira do mar e pega qualquer negócio, até com “as mão”, uma isca, qualquer negócio, mas você sobrevive do mar. **A empresa maior do mundo é o mar**, para quem sabe sobreviver dele né.

**DBN:** E por que a pesca é importante para o modo de vida daqui?

**L:** Porque para mim o melhor meio de ganhar dinheiro é o mar, tudo que eu ganhei veio do mar. (**“Leria” José Francisco dos Santos, 64 anos, machante e pescador, Caraúbas, 8 jan. 2021, 16h56min.**).

**DBN:** E a pesca, você acha que ela é importante por quê?

**G:** Pesca traz tudo, traz comida, traz investimento. Traz um bocado de coisa.

**DBN:** E o mar, qual é a importância do mar?

**G:** O mar é importante porque é tipo uma natureza para gente entendeu. Porque ela que produz pra gente e a gente vai pescar, traz o alimento dentro de casa e todo mundo pode fazer sua refeição. (**Geovani “Gegê”, 19 anos, Caraúbas, 10 jan. 2021, 11h36min.**).

**L:** Para o povo de Caraúbas, o mar é ainda uma fonte de renda essencial. Pesca, turismo, isso e apenas algumas coisas que trazem renda para a população, usando o nosso cartão postal para isso. (**Letícia, 20 anos, técnica de enfermagem, Caraúbas, 13 jan. 2021, 17h.**).

**Messias:** A pesca é muito importante pra muita gente que aqui não tem emprego. Tem muita gente desempregada e muita, não é pouca não, é muita gente desempregada.

**DBN:** E aí a pesca é uma forma de emprego?

**Messias:** É uma forma de emprego, comida, renda, calçar, vestir, se manter e cuidar da sua casa. (**Messias, 54 anos, pescador, Barra de Maxaranguape, 13 jan. 2021, 8h39min.**).

**DBN:** E por que que a pesca é importante para o modo de vida aqui?

**Emerson:** A pesca é o principal, “pô”, a fonte econômica daqui é a pesca. É o futuro, né, sem ela ninguém é nada aqui. Eu acho. Que ela continue nos mantendo aqui. (**Emerson “Piloto”, 44 anos, pescador, Barra de Maxaranguape, 13 jan. 2021, 12h18min.**).

**DBN:** E, pra você, porque você acha que a pesca é importante pro modo de vida aqui?

**V:** Porque geralmente não tem outro meio né, de sobreviver aqui, nós sobrevive disso.

**DBN:** E o mar, porque é importante?

**V:** [risos] Porque dá o sustento pra nós, não é? [continua rindo]. (**Vital, 57 anos, pescador, Barra de Maxaranguape, 15 jan. 2021, 7h57min.**).

**DBN:** E Dona Gerinalda, por que você acha que a pesca é importante pra cá, pra Caraúbas, pra Maxaranguape?

**Gerinalda:** Eu acho que a importância da pesca pra mim, porque fico com aquela vontade de pescar aí pra mim é importante por isso, porque eu gosto de ir. Gosto demais, se eu pudesse vivia pescando.

**Terceiro (filho dela):** Ela vai porque ela gosta mermo, ela gosta.

**DBN:** É mesmo? Cê é feliz, pescando, então, dona Gerinalda? [silêncio].

**Gerinalda:** Sou. Sou feliz andando nos mato, “tããõ” feliz quando estou nos mato. [risos de todos].

**DBN:** E o mar? Por que é que o mar é importante pra você?

**Gerinalda:** Porque ele sempre me deu, ele sempre me alimentou. (**Gerinalda**

**Nascimento dos Santos, 60 anos, marisqueira, Caraúbas, 20 jan. 2021, 17h34min.).**

Dessa forma, através dos testemunhos fica nítido como o mar e a pesca fazem parte do modo de vida local, que produz territorialidades que, por sua vez, produzem o território tradicional pesqueiro. Além disso, uma grande importância atribuída ao mar e a pesca é a o fato desta suprir as necessidades alimentares.

O conhecimento ancestral de gerações passadas que conviveram com o mar e se apropriaram de seus recursos em prol de sua subsistência, permite afirmar que o mar é um elemento determinante para a conformação do modo de vida, através de vínculos sensíveis que foram estabelecidos. Por exemplo, as significações com o mar estão arraigadas com a experiência dos habitantes e com os conhecimentos locais, que geram uma profunda relação dos pescadores com o mar. A pesca se configurou como uma atividade tradicional de uso identitário das comunidades, que foi se configurando através de um conhecimento progressivo, gradual e de familiarização desses povos com o ambiente marinho e com a atividade pesqueira, em que inúmeros significados foram sendo atribuídos ao mar.

Do tipo de vida fechada que se desenvolveu no litoral, com poucos contatos com o mundo de fora, ou recebendo dele um mínimo de influências e de produtos, por não se dispor de meio aquisitivo, resultou um aproveitamento intensivo, quase exclusivo e mesmo abusivo dos recursos do meio, criando-se, por assim dizer uma intimidade muito pronunciada entre o homem e seu habitat. Conhece o homem muito bem as propriedades das plantas ao seu redor - para remédios, para construções, para canoas, para jangadas - bem como os fenômenos naturais presos à terra e ao mar e que os norteia no sistema de vida anfíbia que leva, dividindo suas atividades entre a pesca e agricultura de pequeno vulto, com poucos excedentes para outro a ou para venda: os ventos, os "movimentos" das águas, os hábitos dos peixes, seu periodismo, a época e a lua adequadas para pôr abaixo uma árvore ou lançar à terra uma semente ou uma muda ou colher o que plantou. (MUSSOLINI, 1953, p.85).

As comunidades pesqueiras estabeleceram uma relação mais íntima com a natureza, pois seus modos de vida estavam completamente relacionados com os ciclos naturais, como as estações do ano, fases da lua, marés e condições meteorológicas (SILVA, A.F., 2010), tendo a natureza como um elemento de imediação do modo de vida (SUZUKI, 2013), além disso, rígidas relações de parentesco e vizinhança, mínimos vitais para a sobrevivência, trabalho autônomo ou familiar, cidade como complementaridade, aproveitamento intensivo do meio, pequena produção mercantil, pouca estratificação socioeconômica, formas de cooperação - como o mutirão -, baixo desenvolvimento das forças produtivas e conservação dos recursos naturais (CANDIDO, 2010), além de regimes de propriedade de uso comum, relações afetivas e memórias coletivas com o território (LITTLE, 2002; RANGEL, 2011). Todos esses elementos materiais e simbólicos estão presentes em Maxaranguape e estreitamente relacionados com sua

formação histórica e sociocultural e com as experiências construídas pelos sujeitos, em relação com seus ambientes.

Os conhecimentos tradicionais resultam de múltiplas interações dos povos com os ambientes naturais onde habitam, o que permitiu a conservação de um equilíbrio e uma relação de simbiose entre ambos, onde a manutenção da cultura daquele povo está estritamente associada à conservação dos aspectos naturais de seu território (DIEGUES, 2019).

Entre a diversidade de populações tradicionais que se formaram estão os pescadores artesanais do Nordeste Brasileiro, que se constituíram a partir de tradições culturais e produtivas indígenas, africanas e europeias, tendo como característica essencial o uso da jangada como embarcação, por isso, podem também serem denominados jangadeiros (CASCUDO, 2002; DIEGUES; ARRUDA, 2001; MUSSOLINI, 1953; SILVA, L.G., 2020).

**Em Maxaranguape, os sujeitos pescadores não se autoidentificam como jangadeiros, mas sim como pescadores artesanais.** Inclusive eles designam os pescadores mais "tradicionais" ou mais rústicos e com menos acesso à modernidade, como "caiçaras", aqueles que habitam vilas menos "modernizadas" e possuem uma cultura tradicional menos hibridizada com a moderna. O uso do termo caiçara para se referir aos pescadores mais tradicionais ocorre em outras regiões e estados da região Nordeste, embora, historicamente o termo caiçara é utilizado para fazer referência aos pescadores dos litorais Sul e Suldeste do Brasil (BONFÁ NETO, 2017).

Gioconda Mussolini foi uma das primeiras a tentar compreender o modo de vida dos pescadores artesanais de jangada, a partir de seus escritos podemos encontrar a descrição de seus barcos na década de 1950:

[...] as jangadas, embora uma das formas mais primitivas de enfrentar as águas, foram também empregadas pelos nossos índios, conforme descrição de Jean de Léry, que as viu em 1556 na Baía de Guanabara em tamanho pequeno e sem elas, movidas apenas a remos e nas quais os índios pescavam, sendo chamadas por eles de *pipiris* [...].

Constam as jangadas de cinco ou seis paus roliços, de cerca de 5,5m de comprimento, chanfrados à vante e à ré, chamado "paus de jangada", presos uns aos outros por cavilhas de madeira. [...] As jangadas são empregadas tanto em transporte, como nas pescarias. Dotadas de uma ou duas velas, tendo por leme uma pá que nada mais é que um remo de cabo longo e que passa por entre uma abertura central dos paus, aventura-se a pescarias em alto mar, não raro permanecendo na pesca mais de um dia, realizando o que se chama "a pescaria de dormida". Quando se vai à pescaria de rede, leva-se no interior da jangada uma jangada da pequena, a que chamam bote e que auxilia a fazer o cerco. Em geral, porém, é usada para pescaria de linha, embarcando quatro homens; enquanto dois dormem dois pescam. Quadro típico das áreas de jangadas é ver-se, pelas praias, desarmados os paus de jangada. (MUSSOLINI, 1983, p.87 e p.95).

Os jangadeiros foram exploradores de alto mar, diferente de outros pescadores artesanais que eram mais restritos a pescarem próximo da costa. Em 1957, Câmara Cascudo

(2002, p.16) escreveu: “As jangadas de alto é que pescam longe, nas Paredes, cinquenta e sessenta milhas ao largo, terra assentada e vento rodante e gemedor”. Enquanto os paquetes eram utilizados para pescarias mais próximas da costa e mais rápidas, as “jangadas de alto” - que surgem com a introdução da vela pelos portugueses - deram autonomia para navegar em alto mar, já durante fins do século XVII. Para satisfazer as necessidades dos pescadores bastava a pesca ao longo das praias, nos mangues e enseadas, então a jangada de alto apareceu para atender as necessidades da população branca e mais rica (CASCUDO, 2002).

Até 1888 muitos escravizados trabalhavam nas jangadas, que eram alugadas de seus proprietários ou capatazes. Muitos dos africanos que vieram para o Brasil trouxeram um arcabouço técnico sobre a pesca marítima e litorânea, e esses saberes foram aproveitados pelos seus proprietários, que também eram donos de plantações.

[...] bem antes da chegada dos europeus à costa da Guiné os pescadores locais já conheciam a vela e a rede de fibra. Entre eles estão os etsi, antigos habitantes da Costa do Ouro (Gana, Libéria), os fanti, considerados, mesmo atualmente, exímios pescadores. [...] Os principais instrumentos usados tradicionalmente por essas tribos de pescadores eram: a pesca de linha, com um ou vários anzóis (aproxima-se do atual espinhel) rede fixa, um tipo de rede de espera, para peixes grandes. A rede feita de fibras [...]; a pesca noturna, com a ajuda de uma tocha para atrair peixes que eram arpoados; a pesca de jereré [...]; pesca de tarrafa e de pequena rede arrastada por duas pessoas (rede de costa), também no interior das lagunas. (DIEGUES, 1983, p.59).

Além da presença na pesca, os negros (também os indígenas), como povo de tradição agrícola, contribuíram para a evolução da agricultura policultora, pois sempre plantaram - ainda que muitas vezes escondidos dos senhores dos engenhos<sup>89</sup> - o seu roçadinho de mandioca, feijão, milho e verduras (CASTRO, 2012). Inclusive, o negro “[...] nunca perdeu esse instinto policultor, esse amor à terra e às plantações [...]” (CASTRO, 2012, p.116).

O filme *Barravento*<sup>90</sup> (1962) retrata uma comunidade de pescadores artesanais (ex-escravizados) na Bahia que realizam a puxada de rede (alugada de um capataz) e a pesca de tarrafa e com linha e anzol em jangadas, sendo a primeira de maior importância (por ela “dar” mais peixe). A comunidade de pescadores afro-brasileiros que é representada em *Barravento* vive em condições miseráveis, com uma alimentação restrita aos mínimos vitais (CANDIDO, 2010), mas com práticas culturais diversas como a capoeira, o samba e o candomblé, todas elas relacionadas com as atividades produtivas (pesca e pequena agricultura), o que demonstra a importância cultural da pesca nas comunidades tradicionais litorâneas do Nordeste.

---

<sup>89</sup> Castro (2012) afirma que uma das principais estratégias dos senhores e colonizadores nas guerras contra os quilombos era a destruição prévia de seus roçados de subsistência.

<sup>90</sup> Lançado em 1962, *Barravento* fez parte do movimento Cinema Novo Brasileiro, surgido nos anos 1960, com o lema “uma câmera da mão e uma ideia na cabeça”, possuindo características de uma produção com poucos recursos. Os temas estavam relacionados à fome, miséria e conflitos sociais.



Luis Geraldo Silva (2020) ressalta que nos séculos XVIII e XIX um aspecto marcante nas sociedades pesqueiras se refere à escravidão de africanos e afrodescendentes, que viviam sob cativo, sendo algo muito constante, por exemplo, nas pescas de baleia<sup>91</sup>. Esses escravizados poderiam pertencer a senhores que viviam e desempenhavam funções nas comunidades pesqueiras, ou a sujeitos que os alugavam para a pescaria marítima.

Nessa perspectiva, as comunidades de pescadores são também permeadas por conflitos, hierarquias e relações de poder, não somente relações transversais, de cooperação e parcerias. Por isso, as coerções sociais vividas no passado pelas comunidades pesqueiras constituem aspectos essenciais para a compreensão de suas condições ulteriores. Para Silva, L. (2020), entre os jangadeiros, a coerção ocorria em três níveis: **a)** às interdependências, estruturas e funções ensejadas pela própria pesca em jangada; **b)** aos vínculos de membros das sociedades pesqueiras com redes comerciais, políticas e com proprietários de currais de peixe e fazendas (os chamados capatazes, figuras centrais na configuração do território pesqueiro em Maxaranguape e nas redes de dependência, como aparece em algumas entrevistas); **c)** a interferência estatal, particularmente da marinha de guerra, sobre as sociedades de pescadores: as coerções decorrentes da instituição dos Distritos de Pesca, criados a partir de 1846.

Alguns pescadores, ao rememorar o tempo dos antigos, citam a presença de alguns capatazes, que praticavam e reproduziam essa relação de dependência dos pescadores, sobretudo porque eles eram pobres e não tinham condições de comprar embarcações e materiais. Já os **capatazes**, eram os proprietários, ou os funcionários dos proprietários das jangadas:

**MP:** Aqui começou da pesca. O pessoal aqui que chegou, o pessoal mais velho, então aqui quem primeiro chegou aqui e tomou conta da festa mesmo se chamava Pedro de Joana. Só quem tinha a jangada era ele, ele que tinha a jangada então os pescadores todos eles despendiam dele. (**Manoel “de Pretinha” Jovenal dos Santos Júnior, 57 anos, pescador, Caraúbas, 5 jan. 2021, 11h49min.**)

**FCS:** Teve um senhor aqui, Pedro de Joana, ele mandou fazer cinco “jangadona” de tábuas, “daquelas grandona”, sem proteção. Aí todo mundo aqui era sujeito a trabalhar para ele, porque ninguém tinha nada nem um pescador tinha uma navegação nessa época. Aí todo mundo aqui só pescava para ele. Comprava na bodega dele para pagar depois, e tudo era sujeito a ele. Aí depois outro também começou a fazer isso, aí os pescador era tudo pra esses cara. Aí foram morrendo, a família foi vendendo as jangada pros pescador, aí hoje cada pescador tem sua jangada. [...] O “dono da navegação” era Pedro de Joana. (**Francisco Canindé dos Santos Sena “Mimi”, 65 anos, pescador, Caraúbas, 9 jan. 2021, 11h32min.**)

Até meados do século XX, as comunidades pesqueiras do RN viviam em um relativo

---

<sup>91</sup> O óleo de baleia (também conhecido como óleo de peixe) foi utilizado para a iluminação pública até o século XX.

isolamento da capital Natal, se relacionando com esta por meio da troca e comercialização de produtos, pelas manifestações culturais e pelo fluxo de informações e pessoas. Nessa época, o deslocamento até a capital se dava a pé, e durava alguns dias, a cavalo ou pelos caminhões que faziam o transporte de produtos (SILVA, A.F., 2010). A agricultura estava mais presente no modo de vida tradicional pesqueiro, sobretudo nas terras comuns, chamadas também de “**terras soltas**”.

As soltas eram terras não-apropriadas privadamente, nem convertidas em mercadoria. Essa designação é comum ao Nordeste brasileiro, como era também no passado a sua livre utilização para a lavoura, para o criatório solto, ou para a retirada de madeira e lenha. Em todo o Nordeste, as soltas foram sendo privatizadas, em algumas regiões já a partir da célebre Lei de Terras de 1850. (WOORTMANN, 1992, p.6).

Nos anos 1950, se iniciam algumas transformações nas comunidades de jangadeiros, influenciadas pela privatização das “**terras soltas**”, chegada dos veranistas, do turismo, da pesca industrial e de outras atividades de serviços, causando desterritorializações. Esse processo se intensifica nos anos 1970 e 1980 (WOORTMANN, 2007), ocasionando uma redução dos pescadores e da cultura associada com a prática pesqueira.

A partir dos anos 1950 a quantidade de jangadas passa a diminuir em função da dificuldade de encontrar o pau-de-balsa, principal matéria-prima da embarcação. Na década de 1970 começam a se popularizar as jangadas de tábua, embora as primeiras tenham sido feitas já na década de 1940 no RN, que passam a substituir gradativamente as feitas de pau.

Os habitantes de Caraúbas recordam **o tempo das jangadas de pau**, com alguns detalhes sobre a produção da embarcação:

**G:** Naquela época, era linha de fio, foi mudando, e hoje é só linha de nylon.

**DBN:** E o pacote, era como?

**G:** Era jangada, era maior e de pau, já tinha vela e motor não, só vela.

**DBN:** E onde iam pescar?

**G:** A gente ia pescar nas paredes, a 50, 60 braças. (**José Luís Soares "Seu Golinha", 71 anos, pescador e agricultor, Caraúbas, 6 jan. 2021, 8h29min.**)

**MD:** E era jangada de vela, de três paus, ia um do lado do outro. Aí depois inventaram de tábua, as jangadas de tábua. Agora tem de boia também, compensado e de bóia. Eu vou te falar uma coisa se você visse a “ruma” [grande quantidade] de peixe que eu via. Pense era bonito, naquele tempo era muito diferente, a vida era difícil, mas era bonito. (**Maria “Dalvací” de Castro, 77anos, Caraúbas, 8 jan. 2021, 15h41min.**)

**DBN:** E como eram os barcos e as jangadas naquela época?

**FCS:** O pessoal aqui comprava madeira do Pará, “aqueles pauzão” de jangada, do tamanho de um mastro desses, dessa grossura. Ele fazia a “ruma”, “arrochava” [apertava ou empurrava] e fazia tipo uma balsa. Aí colocava uma vela, deixava uma largura de dois metros, para furar, “butava uns torno”, emendava todinho, fazia a proa, e em cima botava uns bancos. Era uma coisa segura né porque não afundava, não tinha medo de afundar nem nada. Virava, mas não tinha problema de encher porque era só madeira de pau então, não tinha nem leme, era um remo desses assim. Era difícil também. Eu sou desse tempo para cá. (**Francisco Canindé dos Santos Sena “Mimi”, 65 anos, pescador, Caraúbas, 9 jan. 2021, 11h32min.**)

**AJS:** No meu tempo era diferente, não era aquilo ali não, no meu tempo era feito sabe do que? Com madeira do Sul, pau de jangada, madeira do Sul. A jangada era feita com 35 palmo de tamanho! Naquela época, era “seis pau” para fazer uma jangada, aí a gente ia naquelas jangadas de pau, era que nem um coqueiro desse, roliço, era seis pau. Era pior do que esse daí hoje, que a gente ia com o pé na água, e naquela época ninguém falava em motor viu. (**Antonio José dos Santos, 80 anos, agricultor, Caraúbas, 9 jan. 2021, 18h03min.**)

**NP:** Agora é difícil peixe, eu me lembro que meu pai ia pra maré, ele saía de manhã em alto mar com jangada de pau pescava com linha, quando chegava ficava lá a noite todinha pescando aquele peixe, quando vinha a jangada não podia com os peixes, eles amarravam nas cordas. As mãos vermelhas da linha da pescaria, pegava um pau de araçanga e batia na cabeça do peixe, o peixe morria e amarrava no banco da jangada de pau, não de tábuas, eles iam em cima daquela jangada colocavam um banquinho, as jangadas eram feitas aqui. (**Nerci Pereira das Flores, 88 anos, agricultora, Caraúbas, 12 jan. 2021, 12h04min.**)

Atualmente, a maioria das jangadas é de tábuas “compensado”. Mesmo com uma expressiva redução dos jangadeiros - notada pela redução das jangadas nas praias -, nos municípios litorâneos do RN, sobretudo após a década de 1950, a pesca artesanal continua sendo uma atividade relevante nas comunidades praieiras de todo o estado, como é o caso de Maxaranguape. A pesca artesanal continua sendo a atividade tradicional e artesanal predominante no município, uma vez que já são pouco praticadas a agricultura, o extrativismo e a caça. Se caçava animais como: camaleão, iguana, teju (tijuçu ou teiu), tatu, preá, coelho, cotia, veado, anta, tamanduá, timbu, entre outros citados durante as entrevistas.

Entre as práticas de ajuda mútua, cooperação e solidariedade que estão associadas com a pesca artesanal, está o hábito de dar os pescados, sobretudo, aos conhecidos, às mulheres e às crianças. É comum no desembarque das pescarias, ou na puxada de rede – como demonstramos em Bonfá Neto (2022) – os pescadores presentear outras pessoas com pescados. Essa prática também garante a presença de proteína animal na alimentação da comunidade. **Muitos testemunhos** ressaltam como não é necessário ter dinheiro para comer pescados, pois muitas vezes eles são ganhados, principalmente na pesca de tresmalho (puxada de rede ou arrastão).

**DBN:** Então como você acha que a pesca é importante para o pessoal aqui da comunidade?

**B:** Rapaz, é muito importante porque assim, aqui é muito diferente da cidade. Porque aqui a gente dá, dá uma coisa a um, dá uma outra, até os que não pescam, a pessoa chega e a gente dá. Porque na cidade, ninguém dá um peixe não, não dá. Ela vê, quando o Lucas chega na praia e sempre ganha peixe.

**Jully:** Eu já ganhei hoje [risos].

**DBN:** Eu também já ganhei alguns [pois havia ajudado a puxar a rede].

**B:** Tá vendo, **a gente pescador é assim, cooperação né.** Deus deu e disse, dá muito, dá assim, não faz falta dá dois ou três peixes a um amigo, a uma pessoa. (**Almir Soares “Bibi”, 50 anos, pescador, Caraúbas, 6 jan. 2021, 12h50min.**)

**DBN:** E, porque a pesca é importante para o modo de vida local?

**PC:** Rapaz, é importante porque a vida aqui é isso mesmo, é importante porque todo mundo vive dela. Eu mesmo acho o peixe bom viu, porque **a gente “bebe” daqui do**

**mar, aí todo mundo tem o peixe pra cume, dá pra enche a barriga até dos outros** [se referindo ao hábito de presentear as pessoas com pescados]. Você não passa fome aí, não passa não, você chega aí e “ucê” vai na beira da praia e chega com peixe em casa, pode faltar outras coisas, mas se “ucê” for um cara inteligente não passa fome não, ucê faz uma redinha vai pescar e pegar peixe. Eu mesmo não passo, passo não. Mesmo porque eu boto uma rede ali ó, tenho um pacote ali, tenho um motorzinho, vai um, vai dois, arrega a rede e vamos. Então aqui a vida é isso, todo mundo vive da pesca e é bom demais né, o mar é bom demais, é bom pra tudo, tem de tudo! (**Pedro “Cangulu” Manoel de Castro, 77 anos, pescador e agricultor, Caraúbas, 7 jan. 2021, 6h.**).

**DBN:** E vocês compram os peixes aqui todo dia?

**J:** Não, compra não, nunca, eles que dão. Precisa compra não, **a gente tá aqui e “eles dá” os peixe, é tudo dado, se eu disser que compro eu “tô” mentindo** [outras mulheres comentam que eles sempre dão]. Cada pescador dá, eu chego aqui se tiver barco eles me dão, seu Manoel Brejeiro sempre me dá, tem bastante pescador.

**DBN:** E por que a pesca é importante aqui?

**J:** Acho que é o meio de vida deles né, eles dependem disso. (**Joana, 60 anos, Caraúbas, 8 jan. 2021, 8h03min.**).

**JA:** Olha porque aqui na comunidade é um pessoal sofrido né um pessoal pobre a gente pesca e aí dependendo a consciência de cada um pescador, é que quando chega, você tem um dinheiro para comprar de mim, já outro que não tem, aí você olha para aquela pessoa e diz “rapaz eu vou servir aquela pessoa eu vou dar um peixe a ele para ele levar para casa para comer com a família né”. Aí quando a gente faz isso a gente sente aquela coisa dentro da gente e sente aquilo que fez uma boa coisa, aí no dia seguinte a gente vai e pesca muito mais peixe né. Deus está olhando aquela coisa que você fez para aquela criatura né. Aí o lugar é pequeno né, quem pesca não sofre tanto mas quem não pesca sofre mais, você vê dá um lance desse da rede aí a rodeia de gente. Quem tem pescador em casa é muito bom, e quem não tem? Aí amanhece e diz “ah eu queria ter um salgado para o almoço ou para a janta”, mas não tem, mas se “vinhé” aqui aí já vai levar alguma coisa para casa né. Porque eu tinha tresmalho [conta que quando ele vendeu o tresmalho muita gente ficou triste, porque ele dava peixes para muitas pessoas. João Aleixo é esposo de Maria da Guia, vulgo Bahia. Também fala sobre como os peixes eram colocados no **samburá**, um cesto feito de cipó, utilizado sobretudo para armazenar os peixes, e os pescadores enchiam esse cesto de peixes. Que era algo em que as pessoas iam escolher os peixes que fossem levar havia um compartilhamento coletivo. Também fala que seu irmão “Badié” foi um grande pescador e que dava muitos de seus pescados para as pessoas]. (**João Aleixo, 63 anos, pescador, Caraúbas, 9 jan. 2021, 7h12min.**).

**ELITA:** A pesca é importante por causa que a gente tem o peixe pra comer. **Mas a importância mais do peixe da gente hoje é o ‘tresmaio’ [tresmalho], porque se você tiver dinheiro você come, se você não tiver, você come**, e a jangada, não. Se você não tiver dinheiro, você não compra aquele peixe caríssimo.

**DBN:** Então, no tresmalho eles dão o peixe?

**ELITA:** Eles dão o peixe, é, e você “ajunta”. Você já traz. E se você quiser ir perguntar e o dono do ‘tresmaio’ quiser dá, ele dá, vê quanto é, ele diz tanto e você faz aquele tanto, mas ele sendo bom, o dono do ‘tresmaio’ ele dá, não faz questão. As vezes dá até balde cheinho e não custa um centavo. (**Elita dos Santos, 74 anos, agricultora, Caraúbas, 20 jan. 2021, 18h31min.**).

Além disso, muitas dessas práticas coletivas estão relacionadas a pesca artesanal, aos pequenos plantios, ao extrativismo, e mais recentemente a atividades como o turismo e outros serviços. Porém, dentre essas atividades produtivas, a de maior significado cultural é a pesca artesanal – que caracteriza muitas comunidades praieiras do RN, como comunidades pesqueiras, e de certa forma de todo a costa nordeste do Brasil – que, conforme ressaltado nas

entrevistas, se faz presente através de distintas esferas:

**a) Trabalho principal:** é o caso dos que se intitulam como “pescadores”, havendo a grosso modo, duas modalidades. Os que pescam “embarcados”, que ficam até 20 dias no mar em barcos maiores, e aqueles que pescam na jangada. Dentre esses, há aqueles que realizam as saídas diárias, bem como outros que ficam cerca de dois dias “na maré”.

**DBN:** E além da pesca, você faz outra atividade?

**EB:** Só pesco mesmo.

**DBN:** Então a pesca é sua única fonte de renda?

**EB:** Sim. (João Souza “Espaia Brasa”, 57 anos, pescador, Caraúbas, 5 jan. 2021, 9h43min.).

**DBN:** E a pesca é sua principal atividade?

**G:** É sim, a pesca é!

**DBN:** E depois da pesca, vinha a agricultura?

**G:** Isso, vinha a agricultura.

**DBN:** E hoje o Sr. está aposentado?

**G:** Eu sou aposentado, mas eu ainda pesco, ainda faço a pesca.

**DBN:** E quantos dias você ficava pescando?

**G:** Rapaz, nessa jangada aqui, nesses paquetinho [pergunto se aquele é o dele, ele me diz que vendeu o seu pacote e quando vai pescar vai com outra pessoa], a gente passa três dias, mas eu já pesquei em barco motorizado pegando lagosta, é oito, dez dias. (José Luís Soares "Seu Golinha", 71 anos, pescador e agricultor, Caraúbas, 6 jan. 2021, 8h29min.).

**DBN:** Me diz uma coisa, a pesca é a sua única fonte de renda?

**B:** É, a minha única fonte de renda.

**DBN:** E você tem uma perspectiva de se aposentar como pescador?

**B:** Tenho!

**DBN:** E você não faz nenhuma outra atividade além da Pesca?

**B:** Não! (Almir Soares “Bibi”, 50 anos, pescador, Caraúbas, 6 jan. 2021, 12h50min.).

**DBN:** E você faz outra atividade além da pesca?

**F:** Não, eu só pesco. (Edmilson Gonçalves da Silva “Figurinha”, 46 anos, pescador, Caraúbas, 6 jan. 2021, 17h37min.).

**DBN:** E a pesca é sua única fonte de renda.

**P:** É só essa, a gente aqui não tem trabalho certo. Eu mesmo, meu “trabaio” é a maré, é o mar. Minha renda sempre do mar.

**DBN:** E você pesca com qual frequência?

**P:** A gente pesca e passa três dias, eu pesco naquele barco grande, com o Figurinha, meu irmão, Nós passa três quatro dias lá, até quando o gelo dá, pra não perde os peixes. E toda semana a gente vai, vamo de três, nós pesca de três. [conta que chegaram ontem do mar]. (Manoel Gonçalves da Silva “Paofa”, 49 anos, pescador, Caraúbas, 7 jan. 2021, 7h09min.).

**DBN:** E você é pescador de profissão, mesmo?

**Messias:** Eu pesco de profissão particular, individual.

**DBN:** Pesca em pacote?

**Messias:** É, nessa jangada

**DBN:** Vai só você nela?

**Messias:** Não, vai ‘oto’ (outro). (Messias, 54 anos, pescador, Barra de Maxaranguape, 13 jan. 2021, 8h39min.).

**DBN:** Então a pesca é a sua principal fonte de renda?

**JP:** Toda vida, sempre foi a pesca. Construí casa, criei família, tudo pescando,

vivendo da pesca.

**DBN:** Então porque a pesca é importante para o modo de vida daqui?

**JP:** É porque o que tem é isso né, se não tirar da pescaria a gente não vive porque não tem outra coisa para fazer né, se não for a pesca. **(João “Papoca” Maria da Silva, 57 anos, pescador, Barra de Maxaranguape, 15 jan. 2021, 8h45min.).**

**b) Trabalho complementar:** quando a pesca é praticada em conjunto com outras atividades produtivas, anteriormente era mais a agricultura, caça e extrativismo, hoje é mais com atividades relacionadas aos serviços e a construção civil, porém em alguns casos ainda com a lavoura. Nesse sentido, a prática pesqueira vai aparecer como um complemento de renda e como uma fonte de proteína animal:

**DBN:** A pesca é sua principal atividade?

**R:** É a principal, mas faço outra coisa, “trabaia” com a agricultura, plantando feijão, limpando roça, planta roça, limpando o terreno lá.

**DBN:** Mas na sua terra?

**R:** Na terra da gente e quando “tá” ruim a gente vai trabaia fora, ganhar um dinheirinho, cortar cana. Ai quando eu vou pra maré as vezes chego cedo corro e vou pra lá ai dá 11 horas, 12 horas volto pra casa. **(Rosinaldo “Rosa” de Souza, 57 anos, Caraúbas, Maxaranguape, 5 jan. 2021, 7h57min.).**

**MP:** Eu pesquei 22 anos direto, era 22 anos pra sustentar minha família, era tirando coco e pescando, isso era meu trabalho. Depois chegou a energia aqui e eu comecei a “engancha uns fio” [trabalhar de eletricitista], aí passei também pra parte elétrica. **(Manoel Jovenal dos Santos Júnior ou “Manoel de Pretinha”, 57 anos, pescador, Caraúbas, 5 jan. 2021, 11h49min.).**

**ZG:** Mas eu não sou pescador não, eu sou agricultor. Mas a gente trabalhava né e quando “tava” desocupado vinha pra pescaria, ai trazia um peixinho pra “cume” né, quem não gosta de peixe [...]. **(Zoroastro ou “Zé Grande”, 75 anos, agricultor e pescador, Caraúbas, 6 jan. 2021, 06h07min.).**

**ZB:** Faço um trabalhinho em casa, um trabalhinho por aqui, outro por aculá e pronto, mas minha vida é essa pescar mesmo.

**DBN:** Sua principal fonte de renda vem de onde?

**ZB:** Renda a gente não tem né, porque a gente não sabe quanto que é a renda da gente né, a renda da gente não da pra saber, mas tem vez que eu ganho mais é da pesca. **(Zé Batista, 61 anos, pescador, Caraúbas, 6 jan. 2021, 7h13min.).**

**DBN:** Além da pesca você faz outra coisa?

**SDS:** Faço, arranco mato, pinto uma casa, o que aparecer né. Mas por enquanto tô parado aí né. **(Samuel da Silva, 22 anos, pescador, Caraúbas, 7 jan. 2021, 5h20min.).**

**DBN:** Então você trabalhava na agricultura, e a pesca era mais um complemento?

**PC:** É que rapaz, eu comecei a pescar quando eu cheguei aqui, antes eu não pescava não. Depois cheguei aqui aí tive que inventar alguma coisa, eu fui pescar aí, mas só que pertinho. Eu tenho um paquetinho, esse pequenininho aí [Me aponta para o seu pacote]. Nele vai o meu filho pescar, esse aí que saiu na moto. **(Pedro “Cangulu” Manoel de Castro, 77 anos, pescador e agricultor, Caraúbas, 7 jan. 2021, 6h.).**

**JA:** Rapaz a importância do mar para mim é muita coisa, eu toda vida me orgulhei de dizer assim que sou pescador, **eu sou o pescador e sou agricultor na mesma hora.** Eu tenho um terreno de cajueiro, pranto feijão, pranto milho, tenho caju todo ano, entendeu? Tenho tudo essas coisas e trabalho de tudo. Toda vida junto com a pesca porque quando não dava na pesca, dava na agricultura e eu não sofria, **trabalhava nas fazendas para ganhar o dia,** trabalhava em construção, a construção “dessas casa aí”

a maioria era tudo eu que trabalhei. Já trabalhei até na prefeitura, a gente enfrentava tudo. **Eu também tomo conta da casa de veranista** aqui, agora só de um [conta que cuida dessa casa há quase 40 anos]. Eu tenho a casa como “seja” minha, o casal não vem, já “tão” idosos. **(João Aleixo, 63 anos, pescador, Caraúbas, 9 jan. 2021, 7h12min.)**.

**FCS:** Faz 4 anos que eu tô aposentado, tô na frente, e ainda pesco e estou na ativa. “Trabaio” na limpeza daqui também mas sempre fui pescador, desde os 10 anos. [...].

**DBN:** E tinha muito roçado naquela época?

**FCS:** Rapaiz, roçado, eu pescando tinha dois roçado. Plantava roça [mandioca para farinha], plantava batata, macaxeira, milho, feijão.

**(Francisco Canindé dos Santos Sena “Mimi”, 65 anos, pescador, Caraúbas, 9 jan. 2021, 11h32min.)**.

**DBN:** Ela é a sua principal fonte de renda, a pesca?

**Cleudo:** Pra mim é.

**DBN:** E você faz outra atividade?

**Cleudo:** Faço. Se eu não tirar da pesca eu vou trabalhar de construção.

**DBN:** Construção civil?

**Cleudo:** Civil, pra mim, eu ganhando dinheiro, tanto faz, o que eu não quero é roubar. **(Cleudo “Macario”, 47 anos, pescador, Barra de Maxaranguape, 13 jan. 2021, 12h03min.)**.

**DBN:** E você faz outra coisa além da pesca?

**Emerson:** Faço.

**DBN:** Que que você faz?

**Emerson:** Trabalho na prefeitura, contratado. **(Emerson “Piloto”, 44 anos, pescador, Barra de Maxaranguape, 13 jan. 2021, 12h18min.)**.

**c) Lúdico:** muitos praticam a pesca em seus tempos livres, não a veem como um trabalho, mas sim como uma diversão, um passatempo. Por exemplo, os pescadores que fazem a puxada de rede, ou as crianças que assistem e ajudam nessa atividade, como descrito com mais detalhes em Bonfá Neto (2022);

**DBN:** E você pesca?

**N:** Pesco, esportivo assim, com rede, com vara. Pra se divertir mesmo e pra pescar camarão, essas coisas, pra se alimentar também. **(Nininho, 50 anos, pescador e comerciante, Caraúbas, 6 jan. 2021, 10h37min.)**.

**Z:** Eu pesco, por hobby, meu esporte é pescaria. Quando não estou trabalhando, meu lazer é pescar. Vou eu mais um amigo meu. Eu pescava no mar mas atualmente eu estou pescando muito no rio, porque começou trabalhando no mar direto, no rio é mais um lazer é diferente. A gente pesca no Rio Maxaranguape, é um rio que como tem muito contato para o mar entram muitas espécies de peixe. São muitas espécies que entram dentro do rio. Também acho que os pescadores as pessoas deveriam ter mais cuidado com esse rio, porque dá para explorar bastante lá, fazer um passeio ecológico ou algo assim, uma trilha, não tem nada do tipo [falamos um pouco mais sobre as possibilidades do turismo de base comunitária. Zominho diz que no rio dá muito camarão, além dos peixes, por isso, muitas pessoas locais pescam lá no Rio, mas camarão]. **(Erivaldo “Zominho”, 43 anos, Maracajaú, profissional do turismo, 7 jan. 2021, 8h35min.)**.

**DBN:** O que tem de bom em ser pescador?

**G:** Ah, a gente brinca né, saindo com outro, sai dentro de casa, tira o stress né, pega o peixe e vai para casa. **(Geovani “Gegê”, 19 anos, Caraúbas, 10 jan. 2021, 11h36min.)**.

**DBN:** E você pesca mais por qual motivo, por dinheiro comida ou diversão?

**JC:** Eu pescou mais por diversão.

**DBN:** Seu padraço é pescador de profissãõ?

**JC:** Não, ele não é profissional, mas ele sabe pescar né. “Nós tem” rede. Que já “tá velhinha” mas dá para pescar uns peixinhos. (**Júlio César Freire, 19 anos, Caraúbas, 11 de jan. 2021, 8h27min.**).

**d) Esporte, lazer e turismo:** muitos buscam a região para praticarem a pesca esportiva, alguns chegam a contratar empresas de turísticas que oferecem a saída embarcada em lanchas para a atividade. Os locais também pescam por lazer e/ou diversão.

**e) Convívio com pescadores:** ainda que a maioria dos habitantes dessas comunidades não sejam pescadores ou pescadoras, todos que vivem nesse território possuem alguma relação com a atividade pesqueira, seja por meio do comércio, do consumo de pescados, ou até por estarem inseridos em uma realidade onde a cultura pesqueira marítima tem grande relevância, a ponto de caracterizar esses povos como “comunidades” ou “vilas de pescadores”.

**f) Nas maneiras de aprender e educar:** vendo os mais velhos pescarem, vendo o preparo (quase diário) de pescado em suas casas, também nas escolas e colégios sempre é abordada a importância da pesca para o modo de vida local.

No tempo dos antigos, a praia era mais utilizada para fazer celebrações religiosas, sobretudo as afro-brasileiras, que não são mais vistas atualmente. Como recorda Dona Elita, citando a presença de dois **orixás**:

**ELITA:** Quando não tinha energia, falava em pai Xangô e mãe Jurema que chegava nas praias fazendo aquele despacho, ‘nera’?

**DBN:** Como? Pai Xangô?

**ELITA:** E mãe Jurema.

**DBN:** Como que era?

**ELITA:** Eles iam com aqueles carro cheio, aí iam fazendo despacho nas praia, dia de Iemanjá. ‘Butava’ rosa, aquele buquê e jogava na praia, isso eu já sei contar. Eu ‘tumava’ muito banho à meia noite, “doze hora da noite”. Eu gostava. Dia de ano [réveillon], entrava o ano novo eu ia ‘tumar’ banho, no tempo que eu era nova, eu gostava de ‘tumar’ banho. (**Elita dos Santos, 74 anos, agricultora aposentada, Caraúbas, 20 jan. 2021, 18h31min.**).

**Fontes orais** informaram que Barra de Maxaranguape era conhecida como “**Barra dos Nêgos**”, fazendo alusão à ancestralidade afro presente no local:

**DBN:** O que você já ouviu falar de como isso aqui começou?

**Cleudo:** A cidade de Maxaranguape? Era chamada a **Cidade dos Nêgo**.

**DBN:** Dos Nêgo? Cidade dos Nêgo por quê?

**Cleudo:** Porque tinha muito nêgo [negros], **aqui era igual a senzala** [risos]. Mas era mesmo eu lembro que se chamava **Barra dos Nêgo**, porque tem o pessoal mais velho que fala isso, né. (**Cleudo “Macario”, 47 anos, pescador, Barra de Maxaranguape, 13 jan. 2021, 12h03min.**).

**Emerson:** Começou de fora, né, foi evoluindo a cidade, **como uma vilazinha de pescadô**, foi evoluindo. Começou vir gente de fora, foi evoluindo, evoluindo assim. Começou como **Barra dos Nêgo**.

**DBN:** Barra dos Nêgo, né?

**Emerson:** É, porque era só negros né, aí começou logo depois a cidade. (**Emerson**



“Piloto”, 44 anos, pescador, Barra de Maxaranguape, 13 jan. 2021, 12h18min.).

Essa nomenclatura de “Barra dos Nêgos” levanta a hipótese de o território ter se constituído a partir de um **quilombo**, visto que havia a presença de muitos engenhos de açúcar na época, e os pescadores artesanais se formaram a partir de processos étnicos de miscigenação, e culturais de hibridização, com fortes elementos negros/afros. **Pretendemos seguir essa investigação, quem sabe a partir de uma pesquisa mais documental em cartórios**, como continuidade à pesquisa doutoral.

Em relação as principais festas que ocorrem em Maxaranguape, elas estão relacionadas sobretudo com o imaginário católico (catolicismo rústico), sendo: **1) Festa de Nossa Senhora da Guia** (a padroeira, em 19 de novembro); **2) Festa dos Reis Magos** (6 de janeiro) com Boi de Reis (Bumba meu boi) e Vaquejada; **3) Festas juninas**, como Santo Antonio, São João e São Pedro, esta em 29 de julho, que também é o **dia do pescador**, que começou a ser comemorado por ação da APC Cabo de São Roque, o que pode ser visto como um reinvenção da cultura pesqueira, uma revalorização ou (re)existência a partir da identidade. Muitas dessas festas eram celebradas com manifestações culturais típicas, chamadas de folclore, que hoje já são pouco praticadas. No tempo dos antigos, eram as mulheres quem assumiam o protagonismo da organização dessas celebrações. Como exemplos, podemos citar: **chegança, pastoril, lapinha, capelinha, drama, coco de roda, repentes e quadrilha**.

Mesmo com as transformações da modernidade causando um afastamento dos sujeitos com o tempo natural e uma redução das celebrações lúdico-religiosas atreladas aos elementos naturais e ao catolicismo rústico, as relações com a natureza continuam ordenando o modo de vida dos pescadores artesanais, através dos conhecimentos tradicionais, das estações do ano, das luas, das marés, das condições meteorológicas e dos ciclos reprodutivos das espécies marinhas, como também das práticas lúdico-religiosas.

As fases da lua, as marés e as estações do ano são elementos essenciais para o trabalho da pesca. Por exemplo, ainda há uma visão cíclica da natureza, em que o ano é dividido em tempo quente e tempo frio. Quanto mais escuro estiver o céu há mais probabilidade de haver melhor pescaria, pois as luas novas, quarto minguantes ou quarto crescente são as que apresentam melhores condições para a pesca, já quando a noite está muito clara, como em lua cheia, os peixes são “afugentados”.

Parte desse **sistema complexo de apropriação social da natureza** (ainda que descritos em palavras de maneira muito simples pelos detentores desses saberes), através das fases da lua, das marés, das estações do ano, da navegação e do tempo meteorológico fica

## evidente nos testemunhos dos pescadores:

**DBN:** Quando não tem lua é melhor então?

**EB:** É melhor, porque aparece a isca e aparece peixe.

**DBN:** E a pior lua pra pescar?

**EB:** A cheia, aí é pior mesmo, aí a maré vai morrendo vai morrendo e aí fica mansa.

**DBN:** E quanto as estações do ano?

**EB:** Setembro, agosto, são mais piores. A melhor é agora, pronto, outubro, novembro e dezembro. Ai mês que vem em diante aí já entra bati o inverno [de janeiro em diante], que aí chove.

**DBN:** E é ruim pescar com chuva?

**EB:** “Homi” é ruim demais, você começa tremer os queixos, as mãos, tudo, é complicado.

**DBN:** E as marés, qual a melhor pra pescar?

**EB:** Maré morta, quando ela “tá” morta, nem sobe nem desce. Tem maré que quando agita, aí “Ave Maria”, por enquanto “tá” bom, “tá morta”, “tá” normal, mais só que o mar “tá” meio agitado. [...]

**DBN:** E a viva, quando que é?

**EB:** Quando a lua sai pra cá assim, em cima do mar e sai aqui ó, de cinco horas da tarde, ai ela tem força.

**DBN:** E isso acontece quando?

**EB:** Todo mês tem. (João Souza “Espaia Brasa”, 57 anos, pescador, Caraúbas, 5 jan. 2021, 9h43min.).

**MP:** A maré quando “tá”, que a gente chama aqui o mar alagado né, o mar alagado é o mar brabo, aquelas ondas mais altas ai ninguém vai, que é mais maré de lua nova e de lua cheia que acontece isso, são marés que tem mais força, e tem vento de mais. Aí é pior, ninguém vai. Esses três dias a gente respeita né, se tiver com vento e o tempo bom aí a gente vai. Menos vento melhor, porque amansa o mar, a água fica linda, a gente vê as pedras. [...] A lua “tá” em quarto minguante agora, então ela vai daqui uns 10 dias talvez a maré vem forte de novo, que já é lua nova. Aí é dura a maré, entendeu. Agora também nesse período de mês que nós tamo tem inverno [de janeiro para fevereiro], que também é uma preocupação pra gente só vai quem tem coragem. Porque não é o vento e além do vento é a chuva, é o mar que fica agitado, que “as maior maré” que a gente tem aqui são as de janeiro. Dezembro e janeiro são as maiores que tem, é bom de pescar, mas a gente tem medo de chegar na maré cheia porque “as onda” é violenta.

**DBN:** Qual é a melhor época do ano pra pescar?

**MP:** A gente aqui é de agosto até novembro é um período bom e agora de janeiro até fevereiro, março por aqui que o vento da aquela acalmada e a gente chega a pescar mais. (Manoel “de Pretinha” Jovenal dos Santos Júnior, 57 anos, pescador, Caraúbas, 5 jan. 2021, 11h49min.).

**DBN:** Qual é a melhor lua pra pescar?

**ZG:** Rapaiz na força da lua mesmo [lua cheia] a maré seca demais e o peixe foge dela. Quando a lua é quarto a maré, o peixe corre mais pra dentro, quando a lua é grande a maré seca muito, aí o peixe foge pra fora. Agora quando ela passa um quarto minguante, a maré vem e fica mais pra terra, o peixe gosta mais, e quando a maré seca demais ai o peixe foge [maré seca é na lua nova ou lua cheia]. Agora a lua tem influencia bem no mar né, quando ela se põe: vaza; quando ela sai: vaza; e quando ela vira como virou agora [virar = mudar a lua]: ela enche. E quando ela se põe aí seca de novo, então ela tem um movimento do mar né. Agora pode ter chuvas né e ela pode movimentar também, são essas coisas. (Zoroastro ou “Zé Grande”, 75 anos, agricultor e pescador, Caraúbas, 6 jan. 2021, 6h07min.).

**G:** Agora a lua tá aí ó, a maré tá enchendo. Então quando a lua se põe, a maré vaza. Aí na vazante [maré seca] diminui mais né, puxa mais, porque a maré da vazante vai secar né. Se você tiver a 50 braças com essa maré cheia quando ela seca dá o quê, da 40 e poucas braças.

**DBN:** E aí é melhor ou pior pra pescar?

**G:** É melhor. Onde você “tive”, e você olhar e não ver a lua de dia, porque ela tá vazando. Se você chegar lá em São Paulo e não ver a lua, aí você diz assim, a maré tá vazando. Agora, quando a lua sai, na hora que ela sai a maré vaza, sabe, aí quando ela chega no meio do céu, aí ela começa a encher. [...].

**DBN:** E quais são os melhores meses do ano pra pescar?

**G:** Olha, pra pescar mesmo lá fora começa em outubro, novembro, dezembro e janeiro. São os meses de vento fraco. Mas o restante pra traz, setembro, agosto, já é mês de tormenta. Aqui a coisa é brava. Não é boa não [...].

**DBN:** O Sr. já naufragou?

**G:** Já, eu já naufraguei três vezes [...] eu naufraguei com aquele "homi" aqui, Bibi. Ele não contou pra você não? "Nóis" passamos três dias no mar naufragado, fomo parar perto de Touros. Foi bom. "Passemos" três dias no mar orando, de dia e noite [conta como foi esse naufrágio, e atribui a salvação a Deus e Jesus]. (**José Luís Soares "Seu Golinha", 71 anos, pescador e agricultor, Caraúbas, 6 jan. 2021, 8h29min.**).

**B:** Pra pescar é bom a **noite parda** é quando no momento que é mais de lua, cada dia ela vai saindo mais tarde né aí vai ficando noite escura até ela chegar só de manhã (lua nova), é quando ela vai sumindo. Momento em que ela é cheia e parte pra ser nova, aí quando ela é nova, A primeira semana ainda é bom, mas depois da primeira semana aí já não é tão bom para pesca. Porque aí já é claro e maré de lua cheia não é bom. E quando não tem lua, aí a maré é boa para peixe.

**Jully:** Então no caso quanto mais escuro, melhor?

**B:** É.

**DBN:** Em relação as marés, como vocês chamam?

**B:** Pra peixe, as maré boa é as marés de lançamento, lua cheia aí crescente é a maré de quarta. Depois da maré de quarto, perto de ser lua, aí as marés são boas. Mas marés são boas dependendo de cada ponto que você for pescar, tá entendendo? Agora, quando é maré de lua cheia não é bom para nenhum ponto.

**DBN:** E quando é a melhor época pra pescar?

**B:** Rapaz, a melhor pesca é novembro dezembro e janeiro. Porque para gente aqui é o verão. E inverno aí já é o mês de março, abril, mas os melhores meses para inverno mesmo é junho, julho. O mês de julho é o pior mês que tem aqui para pesca. Chove muito. Aí nesse período ninguém tá pescando, nós tá pescando lagosta. Junho é quando acaba o defeso (**Almir Soares "Bibi", 50 anos, pescador, Caraúbas, 6 jan. 2021, 12h50min.**).

**PC:** Rapaz o mês que a gente plantava, era o mês de janeiro que começava a se arrumar o tempo pra gente plantar, maio e São João [junho] eram os “meis” que a gente mais plantava. A gente plantava quando a lua “tava” em força, enchendo, ou lua cheia ou lua nova, na força da lua. Pronto, a força de lua cheia, plantava, aí na força de lua nova, plantava. Crescente é bom, minguante não é bom não. Quando ela tá crescendo plantava, quando ela “tava” minguando aprontava o terreno pra quando ela crescer de novo plantar de novo. (**Pedro “Cangulu” Manoel de Castro, 77 anos, pescador e agricultor, Caraúbas, 7 jan. 2021, 6h.**).

**DBN:** Você falou da lua né, você que era agricultor, trabalhava com a lua?

**B:** Rapaz a gente sabia pela hora né, a lua quem usa mais é os pescadores né para pescar no mar. Mas disse que tem uma lua para trabalhar, que tem a lua “os bicho” também, você conhece “os bicho” quando vai parir pela lua né. A lua mexe com muita coisa, visse? Mexe com tudo a lua, com muita coisa. Por exemplo, quando é lua cheia, se você não tiver muito bom você fica agoniado, os bichos também, pode ver. Aí o sol também, lá no campo com um ponteiro e marcando no chão “o cabra” sabia vê a hora. (**Gilberto “Beto”, 55 anos, pedreiro, Caraúbas, 8 jan. 2021, 5h42min.**).

**JA:** Com a lua, quando é nas marés grandes, as marés que seca muito, maré de lua igual tá agora. O peixe ele afasta mais, o mar tá mais brabo e nas “maré morta”, o mar não vai até onde alcança lá em cima. Maré morta é quarto minguante, aí o peixe aparece mais perto e é mais tranquilo tudo é mais tranquilo. A lua mexe tudo. A melhor lua para pescar é essa, a lua minguante. Na lua crescente, “o cabra” vai porque vai, mas às vezes não é muito bom. Agora já tá crescendo porque quando é 3:30, 4

horas da manhã a lua já tá por aqui né. Lua cheia é o tipo da coisa, aí tá quase bom, aí vai ficando e quando é lua nova a gente espera melhorar entendeu? (**João Aleixo, 63 anos, pescador, Caraúbas, 9 jan. 2021, 7h12min.**)

**DBN:** Seu Mimi, como vocês usam as luas, o céu, a maré, essas coisas para a pescaria?

**FCS:** Rapaz tem dois tipos de maré, a maré alta e a maré baixa. Quando a maré alta é porque a lua vai ser nova ou vai ser cheia, aí o mar fica violento porque muita gente respeita a saída e a chegada entendeu, e o mar cresce e não é bom para a gente chegar porque pode ter um prejuízo. A gente pastora na hora que a maré tá que chama quebrando, quebrando é diminuindo aí depois ela tá lançando, é quando ela tá aumentando, tá subindo, aí a gente respeita né. Tem outros que chama maré morta, maré viva, maré grande e maré pequena. A maré quebrando é quando tá diminuindo a força, a potência não que está secando. A maré alta, ela tá com força que é mais a lua cheia e lua nova, ela tá toda agitada, e tá quebrando, a lua já tá alta, ela já vai e as ondas já ficam mais pequenas e diminui, não vem mais até aqui em cima. Fica lá embaixo até quando a lua começa a querer se mudar. E essa é boa, a maré quebrando é boa para pescar, e lá quando a gente pesca, a gente espera ou enchente ou vazante. Na enchente porque o peixe tá indo na vazante, porque ele tá voltando. (**Francisco Canindé dos Santos Sena “Mimi”, 65 anos, pescador, Caraúbas, 9 jan. 2021, 11h32min.**)

**AJS:** Para plantar lavoura né, eu só me baseava com o inverno. Porque o inverno é para plantar né? Porque plantou e tá esperando o inverno, aqui quando eu botava um roçado, cercava todinho e quando acabava de cercar eu ia esperar pelo mês para ir plantar. Quando era no mês de abril eu começava já a plantar as coisas, plantava no mês de abril, de maio, no mês de São João. Eu plantava para comer, mas me baseava por causa da água da chuva né? Aqui chove na época de inverno né, mês de maio, São João, agosto, aí em setembro já vai escasseando a chuva. Tem que se prevenir do mês que chove, aí plantava nesses meses, para colher no mês de junho em diante. Isso roça, jerimum, tudo. Mas naquele tempo o derradeiro a gente colhia nesse tempo era a mandioca, era a última coisa que a gente arrancava, é a que mais demora né, passa um ano pra arrancar [colher] né. (**Antonio José dos Santos, 80 anos, agricultor, Caraúbas, 9 jan. 2021, 18h03min.**)

**DBN:** O que você já conhece das fases da lua para pescar?

**AN:** Lua cheia, lua nova. Depende muito porque tem maré que a lua nova é mais alta, é mais forte, tem maré que a lua cheia é mais forte, e assim vai. Mas o melhor de pescar é nos escuros. Quando a lua tá mais fraca. No tempo que não tem muita força da lua. Aí é melhor de pescar.

**DBN:** E das estações do ano qual você conhece? E qual é melhor para pescar?

**AN:** É verão, verão é melhor para pescar verão é quando tá saindo sol. Inverno é quando começa as primeiras chuvas e a rocha de chover. Pra gente aqui é inverno. (**Antonio Soares Neto “Netinho”, 17 anos, Caraúbas, 11 jan. 2021, 6h.**)

**JC:** Quando a lua tá grande, a pesca fica ruim porque fica claro aí os peixes vê a rede. Eu sei só essa parte né, assim quando a maré tá grande, maré alta, essa daí que vai lançar a rede, né. Maré grande eu não sei a hora, mas quando a maré quebrar “nós sabe” a hora, aí ela vai lançar e quando ela lançar vai ser maré grande. Aí é bom. É essa época do ano as maré grande, janeiro, fevereiro e março. [...].

**DBN:** E como você mergulha? A quantas braças?

**JC:** Vixe, nós não conta não, nós vai para longe. Mas é de máscara e sem o tubo de oxigênio, só no pulmão. Agora tá maré suja né, tá maré grande e quando limpar, aí quando limpar, eu vou cair para água. (**Júlio César Freire, 19 anos, Caraúbas, 11 de jan. 2021, 8h27min.**)

**RP:** A gente plantava quando começava a chover, em março. Aí a gente começava a plantar no mês de março e pronto, aí no verão a gente já colhia o feijão, o milho, o que plantasse.

**DBN:** E vocês plantavam em alguma fase da lua ou isso não importava muito?

**RP:** Não, a gente não importava muito com isso não. Não trabalhava com lua não, só

com a chuva e com a estação do ano.

**DBN:** Era mais fácil plantar do que hoje?

**RP:** Antigamente era melhor de plantar, agora não é, os inverno hoje “escasseou” agora não é como era antes. O inverno antes era bom, agora chove hoje e mais três dias aí faz um “verãozão” e quando as plantas tá morrendo aí começa a chover de novo. Aí pronto.

**DBN:** Você acha que o clima mudou então?

**RP:** Mudou Sim, mudou tudo<sup>92</sup>. (**Raimunda Pedro da Rocha “Mana”, 76 anos, agricultora, Caraúbas, 11 de jan. 2021, 7h41min.**)

**Chico de Naninha:** A lua [se referiu a lua cheia] traz muito problema pra pesca, porque quando a lua tá de força, ela sempre traz muito temporal, vento, mar brabo.

**DBN:** Quando a lua tá cheia?

**Chico de Naninha:** É, ela sempre tem um perigo: o vento. Quando antes da lua o vento é brando. Quando vai ser lua cheia é temporal, é tempestade, é mar brabo, é tudo. Quando passa aquela força o vento fica normal de novo e é assim.

**DBN:** E qual é a melhor lua para pescar?

**Chico de Naninha:** É a minguante.

**DBN:** Por que?

**Chico de Naninha:** Porque a lua minguante é uma lua que não tem força, ela não tem força. A força dela não é como quando ela tá cheia.

**DBN:** Aí a maré sobe menos, bate menos?

**Chico de Naninha:** Sobe menos, é. Dentro do termo de pesca, existem coisas que a gente nem conhece ainda. A gente ainda vai estudar um pouco pra poder conhecer muitas coisas ainda da pesca. (**“Chico de Naninha”, 73 anos, pescador, Maracajaú, 21 jan. 2021, 10h39min.**)

Dentro desse **sistema complexo de apropriação social da natureza** que é tido pelos pescadores, a maré é dividida popularmente em: “ruim, brava, alta ou agitada” (em lua nova ou cheia, quando há mais vento e as vezes chuva, sendo pior para “sair para a maré” nos paquetes ou nas jangadas) e “boa, mansa ou fraca” (com uma presença de pouco vento, é a melhor maré para a pesca) ou “maré quebrando”, quando a maré está secando, diminuindo a força, “a praia aumenta e a água fica lá embaixo”. Nas luas cheias e novas, a maré fica mais agitada, enchendo mais, chamada de “maré alta”. Em lua crescente e minguante a noite fica mais escura, chamadas de “noite parda”, e a maré leva mais tempo para subir e para abaixar, há uma redução na força da maré e são melhores para pescar. As marés de janeiro e fevereiro são as que sobem mais.

Identificamos que a **unidade de tempo** tida pelos pescadores artesanais (em Maxaranguape, como também os afrocolombianos no Pacífico Norte) não é em horas nem em minutos, mas sim em: (1) **dia**, pelas marés alta e baixa, que se repetem em um dia; (2) **semana**, marcada pela virada de uma lua e início de outra, o que muda a dinâmica das marés; (3) **mês**, pela repetição do ciclo lunar, com quatro fases; e (4) **ano**, pela ocorrência das estações, tempo chuvoso e tempo seco (inverno e verão), que também causam mudanças nas marés e épocas de reprodução e maior disponibilidade de alguns pescados.

---

<sup>92</sup> Essa foi uma das únicas situações, entre conversas formais e entrevistas, que houve uma percepção e apontamento dos efeitos das mudanças climáticas.

Além do conhecimento das fases da lua, das marés, dos ventos e das estações do ano, também há um **conhecimento sobre os elementos naturais da superfície terrestre, como a geologia e a geomorfologia**. Dentro dessas classificações do ambiente natural, a orientação dos pescadores jangadeiros é baseada em elementos que eles encontram no mar e na terra, como pedras, árvores, morros, recifes de corais etc. Esses elementos são referenciados segundo alguns nomes, como **parracho, parede, assento, caminho, restinga, coruba, risca, freita, canal e caial**, e são utilizados para encontrar os pontos de pesca, os lugares marcados ou referenciados. O **caminho** corresponde à latitude, norte e sul, e o **assento** diz respeito à longitude, leste e oeste.

A mobilidade dos pescadores e a variação na escolha e diversidade de pontos de pesca é outro elemento que favoreceu a conservação ambiental. Segundo Antonio Candido (2023, p.225): “A mobilidade recria o meio, permitindo encontrar as condições desejadas; e deste modo garante o equilíbrio”.

Normalmente, o sujeito que domina os saberes do mar e da pesca a partir da experiência é reconhecido como **mestre**. A **“mestrança” é uma das posições que existe na pesca artesanal brasileira, entendida como um corpo de conhecimentos, experiência e competência que garantem a autoridade para decidir como e onde pescar, bem como as ações e funções da tripulação**. Em Maxaranguape, o reconhecimento dos mestres já está sendo perdido, pois quando interrogávamos sobre o papel dos mestres, até os pescadores mais experientes diziam que os “últimos mestres” já haviam falecido, embora já existam outros mestres. Alguns pescadores - e mestres - contam como é a função da “mestrança”:

**JA:** Quem tem mais atividade por exemplo o compadre Mimi, eu era pescador dele, aqui era o mestre e o dono, tinha que fazer porque ele tinha mais experiência, entendeu? Quando ele dizia “faça assim”, tinha que obedecer, aí o pescador que vai tem que obedecer, **o mestre é o que manda você fazer, porque ele sabe e você vai seguindo “aquelas ordem” deles né, e depois você já passa a ser um mestre de outros né porque tá vendo a experiência dele e aí você vai continuando também**. Tem que ter boa cabeça para aprender tudo aquilo ali. E o mestre tem o canto certo dele na Jangada, naquele banco que tem, aquele ali é dele, sentado e tudo mais. Ele pesca, chega lá, é o primeiro a arriar a linha e quando ele vai daqui para lá ele já vai puxando uma linha entendeu, ele começa a pescar desde que saiu daqui porque aquela linha já vai daqui até lá esperando. Então é assim. **(João Aleixo, 63 anos, pescador, Caraúbas, 9 jan. 2021, 7h12min.)**

**DBN:** O que o mestre sabe mais que os outros?

**FCS:** Ele conhece o vento, conhece o mar quando dá para ir ou não, conhece o tempo, quando vem uma tempestade ele sabe vai precisar ficar com a vela aberta ou se vai ficar parado pra deixar passar, conhece o caminho, conhece aonde dá pra ficar pra pescar. Ele é responsável por tudo. Vim para a Terra, sem ver nada, pelo sol, pela lua, pelas estrelas, pelo vento. Isso eu aprendi tudo [conta uma história quando foi de jangada para Natal].

**DBN:** E lá no mar, o que vocês usam para se localizar?

**FCS:** Lá, a gente vai e vai e vai conhecendo o mar, o mar tem nome, tem o **parracho**, tem a **coruba**, tem a **restinga**, a **risca** já é outra parte não é um **caminho**, é um **setor que chama risca**. Aqui tem três risca: a risca cheia, a risca seca e a risca do Rio do

Fogo que é perto de um farol lá. A nossa aqui é a risca seca, mas ela é média, porque a de Zumbi [praia de Rio do Fogo] é mais seca. E daqui para lá a gente já vai encontrando, **aqui é o freitas, aqui é o canal, parracho, coruba, restinga, caial. Tudo isso é nome que a gente bota no mar.** E quando passa 22 a gente diz “22 braça”, aí quando passa para lá é as pedra, aí tem a pedra 24, 25, e assim vai. **(Francisco Canindé dos Santos Sena “Mimi”, 65 anos, pescador, Caraúbas, 9 jan. 2021, 11h32min.).**

**Messias:** Não pode andar no mar só, não.

**DBN:** Não? E quem mestra?

**Messias:** Eu, eu sou o mestre, o responsável.

**DBN:** É? E qual é a função do mestre?

**Messias:** **A função do mestre é sabê ir e sabê voltar, sabê governar, sabê as posição, setor de pesca, aonde tem peixe, aonde não tem, tudo ele tem de ter essa noção.**

**DBN:** E como cês chamam os setores de pesca aqui?

**Messias:** Aqui a gente chama de **cabeço, restinga**, a gente chama de **parracho**. **(Messias, 54 anos, pescador, Barra de Maxaranguape, 13 jan. 2021, 8h39min.).**

Esses etnosaberes relativos ao ambiente marinho e costeiro estão inseridos em um modelo de representação e apropriação da natureza que inclui elementos de cuidado e respeito com o ambiente, garantindo a etnoconservação. Para Diegues (2008), as populações tradicionais estão ajudando a manter a biodiversidade por alguns fatores como: **a)** manutenção dos processos ecológicos essenciais; **b)** preservação da diversidade genética; e **c)** utilização sustentável das espécies e ecossistemas.

Em algumas situações, esses elementos agrupados por Diegues (2008) são percebidos e praticados de maneira consciente pelos próprios pescadores:

**R:** Eu acho que os pescadores hoje eles têm mais consciência do que pode e o que não pode né, porque antigamente a pesca pra eles era como, eles pegavam tudo, inclusive as coitadinhas das tartarugas eram o ponto fraco. Então hoje eles são mais conscientes das coisas, o que eles pegam eles soltam porque sabe que não pode, muitas vezes eles até ajudam a monitorar um pouco, apesar que tem pouco pescador, tem muito pouco. **(Rosileide dos Santos Soares, 37 anos, comerciante, Caraúbas, 5 jan. 2021, 8h26min.).**

**DBN:** Você acredita que o pescador “tá” ajudando a cuidar disso tudo aí, do mar, da natureza?

**R:** Rapaiz eu acho que sim. Porque nessas praias que você anda por aqui se anda por aqui é a praia mais limpa que tem é essa daqui, você não vê sujeira. Lá fora a gente solta os peixes, quando é miúdo demais a gente solta. Quando é de linha a gente também vai pegando os “miudinho” e vai soltando. **(Rosinaldo “Rosa” de Souza, 57 anos, Caraúbas, Maxaranguape, 5 jan. 2021, 7h57min.).**

**DBN:** E você acredita que o pescador “tá” protegendo o ambiente?

**MP:** A gente protege o quanto a gente é cobrado. A gente é cobrado do Ibama, da Marinha, pra não “bulina” os corais, pra não pegar o lagostinho, peixe pequeno no tempo da desova, então a gente “tamo” respeitando esse lado também. **(Manoel “de Pretinha” Jovenal dos Santos Júnior, 57 anos, pescador, Caraúbas, 5 jan. 2021, 11h49min.).**

**DBN:** E você acredita que vocês pescadores artesanais estão conservando a natureza?

**F:** Com certeza, porque a gente pesca de forma certo, legalizado, para não estar destruindo o meio ambiente que é o mar, então a gente trabalha de uma forma para sempre manter tudo bem limpinho. **(Edmilson G. Silva “Figurinha”, 46 anos,**

pescador, Caraúbas, 6 jan. 2021, 17h37min.)

**PC:** Porque os peixes estão em extinção, tem que deixar eles aumentar. Porque se você pegar os peixes pequenos vai acabar, vai faltar lá na frente. Não é os pequenos, é a qualidade, aqui a gente não pega lixa, tem um bucado de peixe que não pega, porque eles estão em extinção, como a lagosta. Porque se você continua pescando na frente você não vai ter, o que o seu filho vai comer na frente? Se acabar tudo que tem, você vai comer o que, vai tá comento o resto do resto?

**DBN:** E você acha que a maioria dos pescadores já tem essa mentalidade?

**PC:** Já sim, eles pegam o peixe e solta, pega lixa e solta, pega tartaruga e solta, deixa tudo na maré, não traz nada não. Se enganchou na rede eles soltam. **(Pedro “Cangulu” Manoel de Castro, 77 anos, pescador e agricultor, Caraúbas, 7 jan. 2021, 6h.).**

Os modelos locais de natureza dos jangadeiros e seus saberes sobre o ambiente contam com a presença de mitos e lendas que ordenam os usos do espaço, assim como moldam o imaginário coletivo da cultura pesqueira, juntamente com o catolicismo rústico. Essas representações simbólicas podem ser mais ou menos objetivas ou por meio de histórias, mitos, lendas, valores e crenças. Assim, o território também pode ser lócus de morada de poderes sobrenaturais, bons ou maus, que interferem na dinâmica da vida dos homens, como também mediam o acesso aos recursos.

A percepção do pescador em relação ao seu ambiente se expressa a partir de representações, que também moldam o agir sobre o território, e **à medida que as atividades tradicionais são reduzidas, esses mitos, lendas e representações mítico-religiosas também se reduzem**. Soma-se a isso o avanço das igrejas evangélicas que proíbem cultos a imagens e costumam condenar muitas das práticas lúdicas e culturais presentes no modo de vida das populações tradicionais, fazendo com que os sujeitos as abandonem, classificando as como do diabo<sup>93</sup>.

Diegues (2008, p.86-87) demonstra a relação entre culturas tradicionais, sistemas de manejo, conservação ambiental e representações dos mitos e das lendas que também formam o território tradicional:

Um aspecto relevante na definição de culturas tradicionais é a existência de sistemas de manejo dos recursos naturais marcados pelo respeito aos ciclos naturais, à sua exploração dentro da capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas. Esses sistemas tradicionais de manejo não são somente formas de exploração econômica dos recursos naturais mas revelam a existência de um complexo de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos, de mitos e símbolos que levam à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais. Além do espaço de reprodução econômica, das relações sociais, o território é também o locus das representações e do imaginário mitológico dessas sociedades tradicionais.

Entre os mitos e as lendas locais pudemos identificar alguns, apesar de haver um

---

<sup>93</sup> Esse fato também ocorre de maneira avassaladora com os povos indígenas (VILAÇA, 2020).



afastamento da comunidade das atividades primárias, da relação com a terra, com o mar e com o tempo natural. No entanto, algumas dessas representações de **mitos, lendas e símbolos** – que se passam a constituir o folclore - permanecem, como se constatou **através de testemunhos**:

**R:** Essas coisas de mito, meu avô contava muito. Tinha a **mula sem cabeça**, tinha **lobisomem**, ele falando que uma vez o lobisomem correu atrás dele. Mas meu avô morreu coitado, morreu não, ele se matou coitado. Mas eu gostava de ouvir as conversas dele, ele também era pescador. Aí ele também vinha pra praia e uma vez o lobisomem correu atrás dele, eu não acredito muito nisso, mais né. (**Rosileide dos Santos Soares, 37 anos, comerciante, Caraúbas, 5 jan. 2021, 8h26min.**)

**ZG:** Rapaiz do que eu tenho mesmo lembrança é que aparecia muita coisa aqui né, muitas “visagens<sup>94</sup>” né aquela história lá, tem o **Fogo do Batatão**, tem o **Cumpadre mais a Cumadre** também. Esses são “dois fogo”, o compadre mais a cumadre, o batatão só é um. O cumpadre mais a comadre, eles são bem azul, o batatão é meio carnado né, meio vermelho. Agora são dois fogos assim ó, eles se “levanta” um aqui e outro aculá, eles se levantam longe e vem se juntando, se juntando, inté chega do lado um do outro, aí eles se levantam e sobe aí abre um pra um lado e um pra outro, aí desce, baixa e sobe de novo. Esse eu já vi de longe né, vi de longe. Agora o batatão mesmo, como os antigos falava esse eu não vi não, agora o compadre e a comadre eu já vi. (**Zoroastro ou “Zé Grande”, 75 anos, agricultor e pescador, Caraúbas, 6 jan. 2021, 6h07min.**)

**DBN:** Certo! E você lembra de algum mito, alguma lenda local?

**WS:** O povo diz que antigamente aquela casa aí é mal-assombrada, que chamava “Oitão” [conta a história]. **Fogo do Batatão**, esse eu já vi, lá em Peracabu. “Nóis” ia “pra” pescaria de madrugada, aí formava um “fogozinho”, o fogo ia aumentando, aumentando, eu e meu padraço, aí daqui a pouco o fogo ia aumentando e depois sumia, perto de uma gameleira. (**Waldineis da Silva, 35 anos, pescador e pedreiro, Caraúbas, 6 jan. 2021, 5h25min.**)

**DBN:** E você se lembra de algum mito, alguma lenda local?

**G:** **Fogo do Batatão, Cumpadi e Cumadi**, e outros. Fomo pescar uma vez ali no morro, e aí la vem o fogo na nossa direção. (**José Luís Soares "Seu Golinha", 71 anos, pescador e agricultor, Caraúbas, 6 jan. 2021, 8h29min.**)

**DBN:** E como que era o fogo?

**B:** Era o fogo normal para mim era fogo mesmo na gameleira [espécie arbórea] mas quando eu cheguei tava ela lá do mesmo jeito sem tá queimada. É um negócio incrível. [...]. Rapaz, mas tudo isso foi na época que não tinha energia. Aí depois quando chegou a energia, aí acabou tudo isso [sobre os mitos, comentando como a chegada de luz, de energia, enfim, da “sociedade” isso afasta também essas “visagens”]. (**Almir Soares “Bibi”, 50 anos, pescador, Caraúbas, 6 jan. 2021, 12h50min.**)

**DBN:** E você lembra de alguma lenda, mito ou história?

**AJS:** É, isso daí eu até encontrava. Já encontrei o **Fogo do Batatão**. Eu me encontrei com ele bem umas quatro “vez”, “mai” eu não tinha medo dele não. Mas hoje acabou isso aí e não existe mais.

**DBN:** E por que não existe mais?

**AJS:** Eu acho que o pessoal hoje e aqui já cresceu mais, e o pessoal é mais bruto que naquela época [risos]. Porque naquela época morava pouca gente em Caraúbas, não tinha energia, não tinha nada. Então se encontrava com “essas coisa”.

**DBN:** E lobisomem?

**AJS:** Isso aí eu alcancei ver, é gente que virava lobisomem. E eu conversava até com ele.

**DBN:** É mesmo, e o que vocês falavam?

**AJS:** Assim, normal porque ele era amigo da gente né. Mas eu sabendo que ele virava

---

<sup>94</sup> Visagem pode ser sinônimo de assombração ou fantasma.

lobisomem né [risos, e falam com convicção quem é o suposto lobisomem, o Zacarias, que mora em Maracajaú. Participam desse assunto o Manoel Caravela e a esposa de seu Antonio, Dona Elita. Também falam da igreja que foi feita em 1910. Seguimos comendo o doce de caju de Dona Elita]. (**Antonio José dos Santos, 80 anos, agricultor, Caraúbas, 9 jan. 2021, 18h03min.**).

**DBN:** Dona Terezinha e você se recorda de algum mito, lenda, alguma visagem que tinha aqui?

**T:** E tinha viu, agora eu mesma não nunca vi. Mais tinha muita coisa, agora a gente não vê mais não, mais nas antiga, era muito.

**DBN:** Por que a gente não vê mais?

**T:** Olha, eu não sei porque a gente não sai de casa. Mas vi tudo isso, vi **Fogo do Batatão**, e a coisa é feia né, tem esse e tem outro bicho, que dizia que virava era o, o **lobisomem**. O lobisomem quase comeu meu pai, meu pai pegou ele na faca, se não fosse isso. Porque o lobisomem se você fizer isso aí nele ele desvira na hora, porque isso aí não é uma pessoa. Aí ele quase que pegava meu pai, o lobisomem. Quase, quase, quase. Meu pai tirou a faca da cintura e na hora esse lobisomem parece que ele veio foi mandado. Mas dizia que era um homem que virava. [...] **O fogo do batatão** eu já vi, o tal do lobisomem eu também já vi. Mas assim, mas eu não saí para fora não, porque **o lobisomem ele não passa a cerca de arame não**, eu vi nesse beco aqui. Ele é o modelo do cachorro, e é ligeiro o bicho viu, é ligeiro. Agora não tem mais não, mas na praia os pescador, meu pai contava que ficava tudo lá esperando que desse a hora pra “sair para maré” e eles viam, era verdade, não era mentira não, todo mundo falava isso na época. Por isso que eu digo, **hoje não tem mais não porque eu não vejo mais ninguém contar isso [o fenômeno só existia porque era falado e havia um reconhecimento coletivo de sua existência]**. Eu até conhecia umas pessoas aqui em Caraúbas que virava lobisomem. (**“Terezinha” de Souza Soares, 59 anos, Caraúbas, 12 jan. 2021, 16h49min.**).

**DBN:** Você lembra de algum mito, alguma lenda aqui da cidade, essas histórias que o pessoal fala de folclore?

**Gerinalda:** Às vezes diziam que viam, mas eu nunca vi não. Viam uns fogo, chamavam **Fogo do Batatão** (Várias pessoas riem). Era duas bola de fogo, é uma vermelha e uma azul. Aí brincavam uma com a outra, que apagava, e acendia, apagava e acendia. E o povo tinha medo. Tinha um tal de **lobisomem**. Tudo isso, o povo diziam, né? E o pessoal mais velho dizia que existia. Mas quando não tinha energia, não era esses terrenos muito cheio de cerca, porque o lobisomem não passa cerca (pessoas rindo). Não sei porque, porque tem medo de se enganchar, não é?

**Jully:** É, tem medo de ficar todo rasgado. (**Gerinalda Nascimento dos Santos, 60 anos, marisqueira, Caraúbas, 20 jan. 2021, 17h34min.**).

**Terezinha:** Eu já vi o **fogo do batatão**.

**DBN:** Já viu? E como é que foi?

**Terezinha:** Já vi, nesse tempo não tinha restaurante, não, aí era limpo. Era só o cerquinho, caminhei por dentro pra sair pro outro lado. Um dia, no mês de maio, e eu morava na beira da praia, mermo, ali em cima, lá perto, da, logo na entrada. Aí a gente viu quando já clareou aquele fogo, a gente viu quando um fogo levantô com o outro, então era o Fogo de Batatão. [...]. Agora, lobisomi eu nunca vi, não. (**Terezinha, 73 anos, marisqueira, rendeira, curandeira e parteira, Maracajaú, 21 jan. 2021, 9h11min.**).

O “Fogo do Batatão” foi o mito (e no caso, um folclore brasileiro de origem indígena) que mais apareceu nas falas, popularmente conhecido em outras regiões como **Boitató**, que se hibridizou com lendas africanas e europeias, descrito como uma cobra de fogo que atua na proteção das florestas e do espaço rural. Existem variações que falam em um tronco de fogo, que sempre mataria ou atingiria as pessoas que causam incêndios na mata, nas florestas e nas

plantações. Nesse sentido, por traz dessa lenda existe um significado de etnoconservação.

Ainda que os mitos e as lendas tenham se reduzido, a rotina e o cotidiano dos jangadeiros ainda são mediados por um **tempo cósmico** (CUNHA, 2009). Mesmo que os pescadores atualmente tenham se inserido nos processos modernos e num tempo da modernidade, o “tempo do relógio”, o tempo natural ainda pulsa em seus modos de vida, nos intervalos dos afazeres que regulam o trabalho e a vida e na alternância da pesca quanto aos seus ciclos internos, seguindo a mobilidade das espécies, a alternância das marés, das estações do ano, do tempo e dos ventos.

Dessa maneira, o modo de vida tradicional jangadeiro vive na condição de aproximação e distanciamento de elementos modernos e tradicionais, pois ao mesmo tempo que o território se moderniza e chegam territorialidades disruptivas associadas ao turismo, os saberes e conhecimentos tradicionais ainda pulsam o cotidiano das comunidades de jangadeiros, como é o caso de Maxaranguape. Ou seja, o mar, os ritmos naturais e o **tempo cósmico**, ainda possuem grande mediação no modo de vida dessa comunidade, ainda que ocorra a interferência de outros tempos e lógicas, mais mercadológicas há pelo menos meio século, como demonstrou Woortmann (1992, 2007).

A pesca artesanal em Maxaranguape é um elemento central para a manutenção do modo de vida tradicional e que tem a sua importância também reconhecida pela segurança alimentar e econômica, que provém sobretudo de um **significado atribuído ao mar em si, demonstrando como o mar é algo que define o modo de vida tradicional pesqueiro e situa a pesca como atividade de extrema importância para a manutenção desse modo de vida**. Nota-se também que ainda existe uma solidariedade grupal e um espírito comunitário que marcam presença entre os pescadores artesanais.

### **3.2.2 Saberes tradicionais e técnicas no modo de vida**

A essência da pesca artesanal são os saberes tradicionais formados por um conjunto de conhecimentos sobre o ambiente que incluem a maré, as fases da lua, a geomorfologia, o ciclo reprodutivo e migratório das espécies, a identificação dos pesqueiros, o manejo dos instrumentos de pesca, entre outros. “Esse conjunto de conhecimentos é e geral transferido de pai para filho e guardado ciosamente pelos pescadores, como provam vários estudos antropológicos e sociológicos realizados no Brasil” (DIEGUES, 2004, p.188).

Os saberes e conhecimentos tradicionais são o cerne da atividade pesqueira e asseguram a reprodução do modo de vida das comunidades. Para Suzuki (2013), são

transmitidos pela oralidade, através sobretudo do contato e da prática com os mais velhos. Isso ocorre de forma quase natural, por conseguinte, os pescadores indicam que aprenderam com alguém mais experiente, ou indicam que “aprenderam sozinhos”, que na verdade seria apenas olhando os mais velhos, em um processo que não constitui uma relação formal de ensino-aprendizagem, mas sim uma educação informal através do olhar e do fazer. Isso ocorre normalmente entre 8 e 13 anos e com familiares ou famílias amigas. Esse fato pode ser notado nos **depoimentos dos pescadores:**

**DBN:** E como é que o Sr. aprendeu a pescar?

**R:** Meus pais, comecei a pescar com 12 anos de idade, eu ia em uma jangada que era muito maior do que essa, eu ia dentro de um **samburá [espécie de cesta, produzida de palha]**, que a gente fazia de cipó, porque naquele tempo não tinha essas caixas aí e ninguém usava gelo na maré. Ia num dia pra vim no outro. Aí eu comecei a estudar e achava boa a aventura deles e aí eu inventei de ir pra maré. Depois um dia eu fui, fiquei meio “bebo”, aí um “cabra” desses disse, vamo que no outro dia já não da mais essa leseira que deu em você. Aí no outro dia eu fui e já achei melhor, aí de lá pra cá eu não abandonei esse vício não graças a Deus. Em terra eu não fico não, só dentro da maré, até hoje, 40 e poucos anos que eu pesco. **(Rosinaldo “Rosa” de Souza, 57 anos, Caraúbas, Maxaranguape, 5 jan. 2021, 7h57min.).**

**EB:** Aprendi a pescar com meu pai, saindo com ele com o Manoel Pachico, ele tinha um paquetinho de bóia [...] aprendi tudo com ele, deixei até de estudar. **(João Souza ou “Espaia Brasa”, 57 anos, pescador, Caraúbas, 5 jan. 2021, 9h43min.).**

**MP:** Graças a Deus eu aprendi a pescar foi com meu pai, não foi só eu, pergunte a Espaia Brasa, a Rosa, a Bibi, se não foi meu pai que ensinou, Manoel de Pachico. Então eu aprendi com ele, mais ele fazia assim, ele levava você pra maré, ia pescar, você pescava, mas se você chegava e pescava um monte de peixe o peixe era seu. Eu mesmo comecei com uns cinco anos já “tava” pescando [conta histórias que viveu com o pai]. **(Manoel Jovenal dos Santos Júnior ou “Manoel de Pretinha”, 57 anos, pescador, Caraúbas, 5 jan. 2021, 11h49min.).**

**DBN:** Quem ensinou o senhor a pescar e a plantar?

**ZG:** A plantar foi meus pais, e a pescaria, eu era assim garotão já grande e via o povo pescar com anzol ou puxando a corda “dos tresmalho” né, e aprendi a fazer isso né. **(Zoroastro ou “Zé Grande”, 75 anos, agricultor e pescador, Caraúbas, 6 jan. 2021, 6h07min.).**

**DBN:** E como é que o Sr. aprendeu a pescar?

**ZB:** É foi assim na boa vontade, via os outros fazer e eu fui fazer também. Tinha por aí uns 20 anos. **(Zé Batista, 61 anos, pescador, Caraúbas, 6 jan. 2021, 7h13min.).**

**DBN:** Como é que você aprendeu a pescar e quantos anos você tinha?

**WS:** Eu tinha uns 12 anos [portanto, fins dos anos 1990], comecei a pescar mais meu padrasto e “tô” pescando até hoje, 35 anos e continuo na pescaria. **(Waldineis da Silva, 35 anos, pescador e pedreiro, Caraúbas, 6 jan. 2021, 5h25min.).**

**DBN:** E quem te ensinou a pescar?

**G:** Rapaiz, foi os outros, os outros mais velhos. A gente ia mais os outros mais velho, eu tinha 12 anos. **(José Luís Soares “Seu Golinha”, 71 anos, pescador e agricultor, Caraúbas, 6 jan. 2021, 8h29min.).**

**DBN:** E quem te ensinou?

**N:** Eu mesmo, vendo os colegas e aprendi. Com os próprios pescador assim, eu aprendi. Com uns 15, 16 anos. **(Nininho, 50 anos, pescador e comerciante, Caraúbas, 6 jan. 2021, 10h37min).**

**DBN:** E como você aprendeu a pescar?

**F:** Porque na época, o único jeito da gente arrumar alguma coisa era na pesca, então eu comecei com 12 anos a “aperrria” meu pai para ele me levar para a maré. Daí ele foi me levando, eu fui gostando, e até hoje estou. **(Edmilson Gonçalves da Silva “Figurinha”, 46 anos, pescador, Caraúbas, 6 jan. 2021, 17h37min.)**

**SDS:** Eu aprendi a pescar vindo para praia assim né, aí os pescadores foram me ensinando a pescar né.

**DBN:** E com quantos anos você aprendeu?

**SDS:** Eu aprendi com 21 anos.

**DBN:** O que te levou a aprender pescar?

**SDS:** Achava legal né, achava bonito os caras pescando. Dava valor também para pescar, aí cheguei e fui me ajuntando com eles **(Samuel da Silva, 22 anos, pescador, Caraúbas, 7 jan. 2021, 5h20min.)**

**P:** Aprendi a pescar com meu pai [Paulo Rosa], meu pai levava aí eu mais meu pai, aí eu vomitava, e dizia que nunca ia me acostumar. Tinha uns 10 anos, por aí. Aí eu vomitava muito. Depois deixei de ir, aí depois eu comecei a ir de novo, e fui indo até que aprendi. Aí não parei de pescar não, tô até essa idade pescando. **(Manoel Gonçalves da Silva “Paofa”, 49 anos, pescador, Caraúbas, 7 jan. 2021, 7h09min).**

**EZ:** Com 12 anos eu comecei a pescar com meu pai, tive que parar de estudar porque naquela época não tinha Colégio para ensinar o pessoal durante a noite, então eu tive que começar a trabalhar cedo e era muita dificuldade. Aí eu tive que começar a pescar com ele para ajudar ele em casa, eram cinco filhos. E eu fui acabar de estudar eu tinha já uns 19 anos. **(Erivaldo “Zominho”, 43 anos, Maracajaú, profissional do turismo, 7 jan. 2021, 8h35min.).**

**DBN:** E você começou a pescar com qual idade?

**L:** Com 9, 10 anos. Eu perdi meu pai muito cedo e tive que ir pescar.

**DBN:** E quem te ensinou a pescar?

**L:** Primeiro eu pesquei tresmalho, arrastão, e depois eu vi que não ia dar para ganhar dinheiro e comecei a ir para o meio do mar. Aí eu pedi ao senhor Manoel de Pachico para me levar, e ia com ele, vomitei um monte, mas não desisti, visse. [Conta como foram as primeiras pescarias]. Eu nunca peguei uma enxada, nem uma pá, para trabalhar para ninguém, sempre trabalhei no mar. **(“Leria” José Francisco dos Santos, 64 anos, machante e pescador, Caraúbas, 8 jan. 2021, 16h56min.).**

**DBN:** E como você aprendeu a mariscar, a tirar povo, lagosta?

**ZC:** Não, eu sempre fiz isso, eu via né meus primos, minha família toda a gente ia pescar tudo junto. Assim ia vendo eles. Ia para a praia arranjar peixe regular ajudava botar o barco para cima. Eu via né. Eu vi muito a minha mãe e ia sempre com ela. **(Zélia Coé, 42 anos, Marisqueira, Caraúbas, 9 de jan. 2021, 7h37min.).**

**DBN:** E quem te ensinou a pescar?

**AJS:** Ninguém. Eu via meu pai, meu pai era um homem pescador. Então o que eu me acostumei foi ensinado na terra. Aqui é assim, “os anzol”, “as linha tudo”, ele me mostrava aqui e quando chegava lá eu ia pescar. **Pescaria ninguém ensina ninguém não, o pessoal aprende, na hora**, porque é um negócio fácil né. Aí depois eu deixei de pescar e me fui mais plantar. Aí hoje eu tô aposentado. **(Antonio José dos Santos, 80 anos, agricultor aposentado, Caraúbas, 9 jan. 2021, 18h03min.).**

**G:** Eu aprendi a pescar através dele [se referindo ao padasto], que ele me levava para maré “nos barco”. Aí eu comecei a pescar, com uns sete anos, puxando rede indo para maré, pegando lagosta. É uma vida difícil né.

**DBN:** E com que vocês pescavam?

**G:** A gente pescava era ou de arpão que era mergulhando, ou a gente pescava normal, de linha, fazia uma chumbada com aquelas pedras aí pegava o anzol e pegava com as iscas. **(Geovani “Gegê”, 19 anos, Caraúbas, 10 jan. 2021, 11h36min.)**

**DBN:** E você “tá” aprendendo a pescar com quem?

**AN:** Com meu pai, de vez em quando eu vou para maré com ele pescar. **(Antonio Soares Neto “Netinho”, 17 anos, Caraúbas, 11 jan. 2021, 6h.)**

**DG:** Eu tô aprendendo com meu pai né, de vez em quando eu vou com ele.

**DBN:** Seu pai é pescador também?

**DG:** Meu pai é gari, mas ele tem uma jangadinha e de vez em quando ele dá uma de pescar, de vez em quando ele pesca.

**DBN:** E você vai aprendendo como?

**DG:** Tô aprendendo, ele vai me ensinando lá, de vez em quando ele leva a linha para nós pescar lá de linha aí de vez em quando eu arrio a rede lá pra gente pescar. **(Daniel Gomes, 14 anos, Caraúbas, 11 jan. 2021, 8h19min.)**

**DBN:** E você pesca desde quantos anos?

**JC:** Eu pesco desde os 9 anos.

**DBN:** Como você aprendeu?

**JC:** Com o meu padrasto, minha mãe se juntou com ele e ele me chamou para pescar e nós foi [diz que chegaram para viver em Maxaranguape há dois meses]. **(Júlio César Freire, 19 anos, Caraúbas, 11 de jan. 2021, 8h27min.)**

**DBN:** Você começou a pescar, a mariscar como?

**ML:** Eu não sei nem como, porque minha irmã me carregava, aí eu cresci e pronto

**DBN:** Aí você foi aprendendo com sua mãe?

**ML:** Foi mais com minha avó, porque minha mãe tem medo do mar que eu nem sei, a minha vó ia pescar e eu ficava em cima de uma pedra sentada na pedra e ela pescando. Minha gente pegava umas bolsinhas, um cordão que bota aqui, De cipó. Aí depois começaram a fazer renda nylon como rede. Aí eu criei gosto e pronto! Não tinha quem “me pegasse”.

**DBN:** E onde foi que você começou a pescar?

**ML:** Nessa canoa seca, em Barra de Maxaranguape aqui. **(Maria Lúcia “Nega”, 64 anos, marisqueira, Barra de Maxaranguape, 11 jan. 2021, 12h24min.)**

**DBN:** E como é que você aprendeu a pescar?

**Fabiano:** Ah, desde menino, na beira do rio, aqui, vai crescendo, vai desenrolando, vai aprendendo.

**DBN:** E quem te ensinou?

**Fabiano:** Ah, meu pai, meus amigos.

**DBN:** Qual é a idade que você tinha?

**Fabiano:** Ah, era menino. “Dez ano”, até menos. **(Fabiano, 49 anos, pescador, Barra de Maxaranguape, quarta-feira, 13 jan. 2021, 11h09min.)**

**DBN:** É e quem te ensinou a pescar?

**DEL** (entusiasmado). Foi meu papi!!!

**DBN:** Seu pai?

**DEL:** É (risos).

**DBN:** Lá na Paraíba?

**DEL:** Lá na Paraíba.

**DBN:** E naquela época a pesca lá na Paraíba era diferente da do Rio Grande do Norte?

**DEL:** Era diferente.

**DBN:** Por que?

**DEL:** Lá, lá se pescava mais, mas artesanal, e lá tinha mais espaço tinha mais espaço de pescar, que é aqui, né?

**DBN:** Ah, é? Mas era jangada, também, né? Era igual aqui, em pacote, jangada?

**DEL:** É, exatamente. Aí vai crescendo e passando por motorizada. **(“Del”, 47 anos, pescador, Barra de Maxaranguape, 13 jan. 2021, 11h42min.)**

**DBN:** E como você aprendeu pescar?  
**Cleudo:** Eu entre meu pai, com 13 anos de idade, levando água nos “óio” (risos).  
**DBN:** Como que era a pesca naquela época?  
**Cleudo:** Época da Lagosta, mergulho.  
**DBN:** Lagosta? Mergulho? Hum...Mergulho de apnéia?  
**Cleudo:** De compressor. (**Cleudo “Macario”, 47 anos, pescador, Barra de Maxaranguape, 13 jan. 2021, 12h03min.**).

**DBN:** E como você aprendeu a pescar?  
**Emerson:** Por necessidade, né.  
**DBN:** E quem te ensinou?  
**Emerson:** Meus dois avô, meu tio né, com o desenrolar.  
**DBN:** Com que idade você aprendeu a pescar?  
**Emerson:** Com uns 13 anos de idade pra cá. (**Emerson “Piloto”, 44 anos, pescador, Barra de Maxaranguape, 13 jan. 2021, 12h18min.**).

**DBN:** E você aprendeu a pescar com quantos anos?  
**RD:** Treze anos comecei a pescar.  
**DBN:** Quem te ensinou?  
**RD:** Meu pai. (**Raimundo “Doca”, 48 anos, pescador e prefeitura, Barra de Maxaranguape, 15 jan. 2021, 8h13min.**).

**DBN:** E fala pra mim, o senhor começou a pescar com quantos anos?  
**João:** Eu comecei a pescar com 12 anos  
**DBN:** E como que você aprendeu pescar?  
**João:** Assim mesmo, vendo o povo pescar eu aprendi. (**João Batista, 70 anos, pescador, Maracajaú, 19 jan. 2021, 10h05min.**).

**Chico de Naninha:** Eu comecei a pescar com oito anos.  
**DBN:** Com oito anos? E quem lhe ensinou?  
**Chico de Naninha:** Meus tios, meus avôs.  
**DBN:** E sua família, eles já eram pescadores?  
**Chico de Naninha:** Já, era todos pescadores. (**“Chico de Naninha”, 73 anos, pescador, Maracajaú, 21 jan. 2021, 10h39min.**).

Todos os conhecimentos relativos à pesca são complexos e baseado no tempo natural, de modo que o tempo de trabalho no mar é o que determina o tempo do trabalho em terra, um tempo cíclico, e a previsão desse tempo no mar é determinada parte em terra, através da observação, conversa com outros pescadores sobre as condições para a realização da pescaria, bem como o preparo das embarcações e dos equipamentos. Há um jeito de ensinar e um jeito de aprender, que é um aprender fazendo, brincando, olhando e imitando os mais experientes, na construção de um saber fazer que envolva uma interação muito íntima com o ambiente, suas fases e seus ciclos. Muito desse conhecimento é sintetizado ou materializado nas técnicas (ou artes) de pesca, que não são fixas e estão em constante transformação, aperfeiçoamento e modernização, acompanhando as transformações ambientais, a construção e transmissão dos saberes tradicionais, mas também a chegada de novas dinâmicas sócio-espaciais.

Nesse sentido, alguns testemunhos demonstram **como eram as técnicas pesqueiras no tempo dos antigos:**

**DBN:** E como era a pesca quando você começou?

**F:** Rapaz, a gente pescava mais aqui por perto, de linha aí depois a gente foi mudando pra rede, porque teve uma época que não tinha condição de comprar rede, daí foi melhorando e o pessoal foi comprando rede e a gente começou a pescar de rede, aí “comecemo” a pescar lagosta também. (**Edmilson G. Silva “Figurinha”, 46 anos, pescador, Caraúbas, 6 jan. 2021, 17h37min.**).

**PC:** Antigamente a Jangada aqui era três paus e a vela. Aí depois mudou pra essas jangadas de pau, oca, sabe? Depois mudou pra esses “paquetinho” aí. Antigamente era de três ou quatro “pau”, daqueles “pauzão” grande e tinha vela e não tinha motor.

**DBN:** E a rede, a linha, como eram?

**PC:** Era linha feita e algodão, feita na mão, “os anzol” amarrava no aço e amarrava na linha. Aí “eles pescava” com aquelas linhas feitas na mão. Tinha o **samburá** também, “pra por” os peixes, um negócio de cipó. E tinha as cabaças também, que guardava a farinha, açúcar e rapadura, aí lá levava pra pescaria, panela, carvão, lenha, miúdo, levava bucha de porco pra fazer o fogo, a tábua onde butava o fogo pra não pegar na jangada. Aí comia lá dentro [do mar], fazia o pirão lá dentro. (**Pedro “Cangulu” Manoel de Castro, 77 anos, pescador e agricultor, Caraúbas, 7 jan. 2021, 6h.**).

**Bibi:** O que mudou foi que naquela época nós sofria muito, “nóis ia” a vela, com o vento. As “veiz” “nóis saia” daqui de cinco horas da manhã, nove, dez horas da noite tava fundeando, no caminho, porque nós dependia do vento. Hoje não, hoje tem o motor, você vai pra onde quer. A melhoria é isso, melhorou muito, hoje, um vento que você sai de manhã na vela, você não chega lá de noite, você sai daqui depois do almoço e chega lá de 5:00 da tarde com o motor. (**Almir Soares “Bibi”, 50 anos, pescador, Caraúbas, 6 jan. 2021, 12h50min.**).

**AJS:** Material que a gente usava era uma linha, uma linha feita de fio [algodão] não era nylon, hoje tudo é nylon né. Mas na minha época era linha de fio, fio de algodão. A pessoa fazia aquelas linhas de fio de algodão. Aí a gente ia pescar lá no alto mar. Aí a gente ia pescar era com duas linhas, uma para pegar “os menor” e a outra para pegar peixe grande. (**Antonio José dos Santos, 80 anos, agricultor aposentado, Caraúbas, 9 jan. 2021, 18h03min.**).

Em relação as **técnicas de pesca em Maxaranguape**, a partir dos testemunhos orais, do convívio com os pescadores e das entrevistas<sup>95</sup>, foi possível identificar as seguintes:

**a) Tresmalho (pesca de arrastão ou puxada de rede<sup>96</sup>):** Normalmente o tresmalho possui um dono e os parceiros, que são aqueles que organizam quando e onde será o “lance”, que normalmente ocorre no período da manhã. Para lançar o tresmalho, os pescadores saem em dois paquetes, estando dois ou três indivíduos em cada um deles, quando os paquetes se distanciam até uns 100 metros da costa, os pescadores lançam o tresmalho, que geralmente possui entre 100 e 300 metros de comprimento. Após esse momento e o retorno dos paquetes, os outros pescadores começam a puxar as pontas da rede desde a praia, juntamente com outras pessoas que auxiliam na atividade. A lançada do tresmalho se constitui como uma atividade de cooperação e coletiva, pois é realizada por muitas pessoas, e a produção é dividida entre o dono

---

<sup>95</sup> Anelino F. Silva (2010), faz uma caracterização e descrição minuciosa das técnicas de pesca utilizadas em todo o Litoral Oriental do Rio Grande do Norte.

<sup>96</sup> Publicamos um artigo discutindo os significados e a importância da pesca de arrastão: BONFÁ NETO, D. A puxada de rede: cooperação, coletividade e ajuda mútua em imagens. **GIS - Revista de Antropologia**, v.7, 2022 (versão também em inglês).



do tresmalho, os pescadores que combinaram de lançar a rede e outros conhecidos que ganham os pescados. Quando acaba a puxada de rede, várias outras pessoas fazem uma coleta dos peixes menores, sobretudo as mulheres, que sempre ficam esperando a puxada do tresmalho na praia com um balde para armazenar os peixes que elas ganham. Os peixes maiores vão sendo separados em um fundo de tambor de plástico cortado, antigamente era no **samburá**. Durante esse momento de separar os peixes, feito pelos pescadores que combinaram e participaram da puxada de rede, esses vão presenteando as pessoas com peixes, principalmente as mulheres, crianças e amigos. Por isso, a atividade é vista como uma atividade coletiva e de cooperação, que tem o objetivo de “dividir o peixe” para todos da comunidade. Há uma variação do tresmalho chamada de “mangote”, que faz o cerco mais próximo da praia. A puxada de rede pode ser considerada, portanto, um “evento sócio-ecológico”, uma “atividade símbolo” (DIEGUES, 2004) do modo de vida jangadeiro, pois trata-se de um elemento da identidade grupal, sendo um ritual vinculado a uma representação da identidade social dos pescadores (BONFÁ NETO, 2022). É uma prática mais simbólica - e que garante a segurança alimentar - do que econômica.

**b) Linha de mão com anzol:** É a mais utilizada quando saem para o “mar de fora” nas jangadas, sobretudo para a pesca de atum e outros peixes para o consumo e/ou pequeno comércio.

**c) Rede de fundo:** É utilizada pelos pescadores nas jangadas ou nos paquetes, elas possuem em média 800 metros de comprimento por 1,5 metros de altura, com malha de 40 milímetros entre nós consecutivos. Existem dois tipos de rede de fundo, a **malhadeira ou tainheira** (a rede fica de “meia água” para cima) e a **cacueira** (pesca de “meia água” para o fundo, mais utilizada para peixes que estão mais próximos a praia, como o peixe espada e a pescada).

**d) Covas:** armadilhas utilizadas para a captura de lagosta, são caixas retangulares feitas de madeira e rede, para aprisionar os pescados. Hoje são muito pouco utilizadas. Por lei, se permite somente o uso dessa técnica para captura da lagosta.

**e) Compressor (também chamado de “mangueirar”):** Utilizado para a captura de lagostas através do mergulho dos pescadores, é considerada uma prática muito arriscada, por isso, não é mais tão utilizada, além de ser proibida por lei. É construído um motor de maneira artesanal, baseado em motores de geladeiras e refrigeradores, em que eles conectam uma borracha para funcionar como o “umbilical” dos mergulhadores, porém, dado a maneira artesanal e muitas vezes com equipamentos precários, são grandes as chances de o equipamento ter um problema;

**f) Arpão:** mergulho com a máscara, utilizado para capturar principalmente lagostas e povos;

**g) Pitimbóia:** armadilha feita com rede em formato de cone, utilizada para capturar lagosta.

**h) Tarrafa:** utilizada principalmente para pegar os peixes menores que servem como isca (“isca viva”) para a pesca de linha e anzol, e também para pescar camarão. A tarrafa é pouco utilizada em Maxaranguape, segundo os testemunhos e conversas informais.

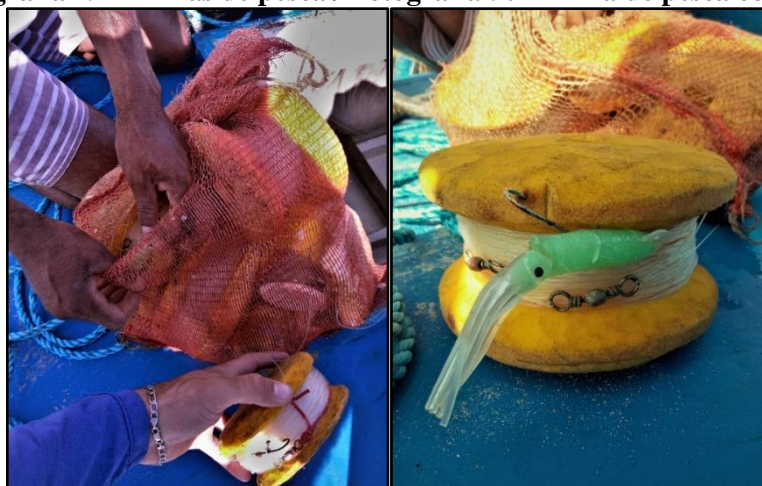
Cabe ainda ser ressaltado que não foi encontrado o uso de espinhel, uma técnica pesqueira de origem portuguesa, segundo Mussolini (1953). Também ouvimos relatos de que antes existiam mais currais de pesca, que ficavam no mar, mas hoje eles não são mais utilizados. Medeiros Júnior (2017) cita ter ouvido pessoalmente da antropóloga Ellen Woortmann que os **currais** de peixes existentes no Norte e Nordeste são uma mescla entre os currais de origem lusitana e técnicas de algumas etnias indígenas da Amazônia, conhecidas como **tapagem**. Algumas das técnicas de pesca podem ser vistas nas **fotografias 48, 49, 50, 51, 52, 53 e 54**:

**Fotografia 48 - Pescador arrumando a rede em um rancho**



Caraúbas, 5 jan. 2021, 9h13min.: É comum os pescadores ficarem tecendo ou remendando as redes nos ranchos, que são importantes espaços de trabalho e convivência. Foto: D. B. Neto.

**Fotografia 49 - Linhas de pesca / Fotografia 50 - Linha de pesca com isca**



Caraúbas, 7 jan. 2021, 8h03min. & 8h04min.: Os instrumentos são feitos de maneira artesanal, mas com materiais sintéticos. Fotos: D. B. Neto.

Fotografia 51 - Covas para lagostas / Fotografia 52 - Dona Gerinalda



Caraúbas, 8 jan. 2021, 6h05min. & 20 jan. 2021, 16h54min.: Além das covas, é possível capturar lagosta com uma rede. Na segunda foto, a pescadora e marisqueira, Dona Gerinalda, nos recebeu em sua casa e mostrou seus equipamentos de pesca. Fotos: D. B. Neto.

Fotografia 53 - Pescador arrumando rede



Barra de Maxaranguape, 13 jan. 2021, 10h04min.: As margens do Rio Maxaranguape, onde está o porto, o “bar molhado” e algumas barracas/restaurantes, é também um ponto de socialização e trabalho para os pescadores. Ao fundo, outro pescador pinta sua jangada. Foto: D. B. Neto.

**Fotografia 54 - Armadilhas para polvos**



**Maracajaú, Maxaranguape, 21 jan. 2021, 10h38min.: Essas armadilhas são produzidas de maneira artesanal e utilizadas para capturar polvos. Foto: D. B. Neto.**

Além das técnicas pesqueiras, as técnicas em um sentido mais amplo exercem uma grande influência no modo de vida tradicional pesqueiro, pois a chegada de elementos como a energia elétrica, infraestrutura, turismo, rádio, televisão e internet, foram responsáveis por grandes mudanças no modo de vida tradicional - através de transformações na própria pesca artesanal - condicionando-o a mudanças e intensificando o processo de distanciamento e aproximação com a modernidade. Isso se deu sobretudo pela maior dependência de dinheiro que essas novas técnicas traziam.

Por exemplo, os objetos, as residências e equipamentos eram produzidos manualmente com elementos naturais quando pouco se dependia do que vinha de fora, em um momento em que o funcionamento do território se devia muito às feições naturais, que os sujeitos se adaptavam com a mediação da técnica, que eram “herdeiras da natureza”, em um mundo com um – ou, modo de vida mediado por um - “tempo lento” de uma “natureza harmônica”, e não uma “natureza hostil”, em que o território é o palco de proliferação do capital (SANTOS, 2013a, 1999). Nesse sentido, as técnicas, no tempo dos antigos, “[...] eram ao mesmo tempo o resultado desse afeiçoamento do corpo à natureza, e desse comando da natureza sobre a história possível, de tal maneira que a tecnicidade a partir dos objetos fabricados além do corpo era limitada” (SANTOS, 1999, p.8).

A energia elétrica, ao lado da construção de estradas são sempre apontadas como as primeiras grandes modernizações, algo que trouxe mudanças positivas e modernizou um lugar que antes era um “povoado de pescadores”, caracterizado pelas moradias de barro e madeira

com telhados de palha e pelos ranchos, que marcavam uma grande referência. As casas mais próximas da praia pertenciam aos pescadores, fato que foi se modificando com a chegada do turismo, valorização e venda dos terrenos mais próximos às praias. Esse processo foi mais intenso em Maracajaú e em Barra. Além disso, também existiam relações de dominação, poder, e dependência dos pescadores para com os capatazes (SILVA, L., 2020).

Ellen Woortmann (2007) identificou essa tendência desterritorializadora nas comunidades pesqueiras do RN já nos anos 1970, causando a perda das terras e a redução das atividades primárias, pela modernização e chegada do turismo que se intensificava e que afetaria sobretudo as mulheres, e em níveis diferentes, todas as comunidades de pescadores da região.

Uma mudança expressiva nas habitações e suas arquiteturas que ganha força nos anos 1970 é a redução das casas tradicionais, que eram construídas de madeiras extraídas no local, adobe e cobertura de palha - todos recursos disponíveis no ambiente - através do mutirão e da ajuda mútua, constituindo uma **arquitetura vernacular**. A redução dessa arquitetura vernacular ocorreu devido ao aumento das casas de alvenaria, um modelo de arquitetura exógena e que ensejava um gasto monetário e maior dependência de materiais exógenos (como tijolo e cimento). Outro impacto decorrente dessa mudança foi uma redução dos mutirões e de outras formas de trabalho cooperativo e coletivo.

A ocupação em frente a praia era estrita aos moradores locais, com casas de palha e/ou taipa, que foram sendo substituídas pelas casas dos veranistas e os locais foram passando a viver mais longe da praia. Os ranchos ou ramadas de pesca, localizados nas praias, antigamente eram em maior quantidade, muito mais ocupados e possuíam uma centralidade dentro das vilas muito maior, uma vez que eles eram recinto de armazenamento dos materiais, descanso e socialização dos pescadores e abrigo para os trabalhos manuais. **O rancho** também era chamado de caçara (CASCUDO, 2002), possuía uma centralidade para o modo de vida do pescador e era um importante **lugar de afirmação da territorialidade pesqueira**. Nesse sentido, os ranchos ainda preservam essas funções.

Muitas das **mudanças que relacionam os objetos técnicos com o modo de vida** podem ser notadas a partir de testemunhos sobre **as paisagens no tempo dos antigos e suas transformações**:

**R:** Rapaiz mudou tanta coisa, porque de primeiro quando a gente acordava logo cedo pegava um galão e ia carregar água, hoje ninguém faz mais isso [“era água de cacimba” disse um pescador que estava presente]. E pra gente sobreviver era em cima de uma “*piaca*” [luz de gás, lampião], pegava ela e ia pro mar e pro mato, daí hoje já não tem, já tem essas luz ai de energia. “Rodagem” [rodovia, estrada] aqui não tinha, hoje já tem, carro ninguém vai nem falar, porque só tinha um e era o rei, um **Chevete**

véio. **Do meu tempo, de lá pra cá, de 50 e tantos anos é agora que esse lugar veio a se desenvolver**, a pouco tempo. Porque foi quando “foro buta as energia” e começou a mudar. (Rosinaldo “Rosa” de Souza, 57 anos, Caraúbas, 5 jan. 2021, 7h57min.).

**ZG:** Cheguei aqui na faixa de 1955 para 1957 coisa assim né, então chegemo aqui e o que vimo é um lugarzinho “mucho” atrasado né, cheguei aqui eram 100 moradias, tinha só as ruazinha ali e o resto tudo aqui era palha, tudo de palha né, de traz aí da rua também [apontando]. **Nós chegemo aqui pelo capataz**<sup>97</sup>, aí depois começo a evoluir, aí cumeçaro a faze casa de telha né, de tijolo, e hoje nós tamo vendo isso daí. Eu vi tudo naquele tempo, era faixa de 500 pessoas que tinha aqui né, hoje acho que tem mais de 1000, **isso daqui era um nada “rapaiz”, só casinha de palha, não tinha casa de tijolo, não tinha colégio, não tinha posto de saúde, não tinha nada né, só os pesqueirinho mesmo, os ranchos**. E aí nós crescemos aqui, se formamo e começo a **aparece empresa de cisco**, aquele macarrão ali da praia né, eles compravam e levavam pra fora não sei o que faziam com isso, acho que comida. **Ai nós “começemo” a tirar cisco e a coisa começou a melhorar né**, começamo faze umas casinhas. E o senhô falo sobre pescaria né, aqui era uma pessoa que tinha armadilha, Seu Pedro de Ivana, era quem tinha a armadilha aqui né, aí tinha seis armadilhas dele. Hoje cada uma armadilha dessa daí é um dono, todos tem um dono, não tem mais um dono pra todas elas. (Zoroastro ou “Zé Grande”, 75 anos, agricultor e pescador, Caraúbas, 6 jan. 2021, 6h07min.).

**PC:** “Rapaiz”, quando eu cheguei aqui só areia, não tinha casa em frente a praia, não tinha nada. **Essas casas aqui tudo de palha, cheio de bode por aí tudinho**, o mar chegava até aqui ó. Aí **tinha o mangue, mas acabou tudo**. Tinha caranguejo, tainha. Aí acabou, o povo “acabaro”, foi destruindo né, acabou a natureza. Isso aqui não tinha calçamento, não tinha nada, só areia. Andava por aqui e só via mesmo os bodes, era bode “pra bixiga” não é não? (Pedro “Cangulu” Manoel de Castro, 77 anos, pescador e agricultor, Caraúbas, 7 jan. 2021, 6h.).

**P:** Primeiro aqui não tinha energia não, a energia aqui era só a lua quando era noite de lua, agora que depois foi que veio aparecer energia aqui, tinha mais coqueiro, era mais “coqueirado” mas já “derrubaro” a metade. Era tudo diferente aqui, **não tinha casa por aqui não [em frente a praia], aqui era só coqueiro**. Meu pai morava “aculá”, naquelas “barreira” numa casinha de palha, de taipa, era assim naquele tempo. “Dispois os cara” foi tirando as palha e foi tapando de barro, aqueles barro ai da barreira. Aí varava a casa e tapava de barro. A gente morava “aculá” na casa de barro.

**DBN:** E naquele tempo, quem morava mais aqui eram mais pescadores?

**P:** É, “os pescador”, exatamente. Porque os “povo mais velho” já faleceu né, ai agora quem mora mais é de fora. (Manoel Gonçalves da Silva “Paofa”, 49 anos, pescador, Caraúbas, 7 jan. 2021, 7h09min.).

**Z:** A **pesca e as vilas** né, Maracajaú, no início o pessoal morava na praia, todo mundo tinha suas casas ali perto da praia, o tempo foi passando **foi chegando gente de fora e os pescadores acabaram vendendo as casas da beira da praia e foram morar mais pra trás**, até as vezes pra ter uma casa melhor, já que a praia seria um pouco mais caro. Lá pra gente mudou bastante viu. (Erivaldo “Zominho”, 43 anos, Maracajaú, profissional do turismo, 7 jan. 2021, 8h35min.).

**DFS:** As casas era tudo de taipa, tinha muita casa de taipa mais antiga aí, aí o povo foi vendendo os terreno e fazendo de tijolo e assim vai né. E naquele tempo muita gente viviva da agricultura, agora não. [...] Foi morrendo o pessoal mais véio e “as tradição” foi se acabando. (Damião Félix dos Santos, 42 anos, pescador, Caraúbas, 8 jan. 2021, 6h31min.).

**FCS:** Rapaz, a gente nasceu em casa de palha, todo ano trocava a palha por causa da

---

<sup>97</sup> Nota-se a dominação nas sociedades pesqueiras a que se refere Luis Geraldo Silva (2020), representada pela figura do capataz. Provavelmente a família de “Zé Grande” migrou do Sertão para Maxaranguape.

chuva, piso de barro. Hoje ninguém quer nenhum desse porque já tá feio, tem que trocar. Era barro, barro batido e aonde os meninos dormia era assim três ou quatro rede armada dentro do quarto, aí criança urinava e mamãe todo dia lavava aquele pedaço, tirava aquele molhado, botava areia para não ficar fedendo e é desse jeito. Era dificuldade. Forno de lenha, a gente tinha que assoprar. E fazia ao fogo e tudo, e depois enterrava e não tinha nem lixo não tinha coleta de lixo, não tinha gerador de energia, não tinha nada, não tinha luz. Veio luz aqui de 1980 para cá. Presenciei a “butada” do primeiro poste, a “butada desses calçamento”. **Nessa época isso aqui não tinha nada de casa era só mar e mato. Isso tudo aqui era quintal esse era quintal da minha mãe.** Tudo quintal. Tudo areia, a gente tirava com a pá e vivia assim. Mas vivia bem né, mas com dificuldade da p\*\*\*\*. Eu a partir dos 10 anos já era pai, tive que cuidar de cinco irmãos pequeno, minha mãe ia para as **casas de farinha**, ela ia ganhar a diária lá **raspando mandioca** até de noite e eu ficava em casa para dar café, almoço, janta. Eu pegava uma bacia de roupa eu ia bem cedinho porque eu tinha vergonha com 10 anos, eu ia com a bacia de roupa botava na cabeça e ia pro rio lava. E não era fralda descartável não, era daquelas que lavava. **(Francisco Canindé dos Santos Sena “Mimi”, 65 anos, pescador, Caraúbas, 9 jan. 2021, 11h32min.).**

**AJS:** Eu nasci aqui, aqui quando eu nasci nesse lugar não existia essas casas por canto nenhum aqui. O que existia aqui era essa igreja desde quando eu me entendi de gente. As casas era tudo de “palhocinha” de coqueiro essas barraquinhas né. Não tinha “essas casa” moderna. Mas hoje para minha época mudou demais, hoje você não acha uma casa de palha em canto nenhum. Nem o povo quer, hoje a mocidade não quer isso não. Vai aumentando as coisas, e agora tá aí cheia de casa. A gente aqui sofria viu, sofria mesmo dava cada chuva que não dormia bem de noite na palhoça, era de palha natural. **DBN:** Ô seu Antônio e você lembra quem foram os primeiros a chegarem aqui, como começou?

**AJS:** No meu tempo, os primeiros que chegaram aqui foi esse velho Mesquita que tem aqui. Não é Manuel? [Seu Manoel Caravela concorda que foi Mesquita, e fala também do Dr. Aldo]. De lá para cá foi aumentando né, e hoje tá aí.

**DBN:** E antes disso teve os indígenas aqui, no tempo da escravidão, como foi?

**AJS:** Eu ouvia falar muito nisso né, mas não foi no meu tempo essas coisas. Eu escutava eles dizerem essas coisas assim, mas eu não gravava não **(Antonio José dos Santos, 80 anos, agricultor aposentado, Caraúbas, 9 jan. 2021, 18h03min.).**

**Nerci:** As casas eram de palha tapada de barro por fora, não tinha telha não era palha em cima, agora todo ano eles tinham que mudar aquelas palhas, compravam palha porque aqui tinha muito coqueiro, mas ninguém dava palha a ninguém não, tinha que comprar a palha pra cobrir a casa. [...] O chão era feito de barro e se dormia em rede e cama, era aquelas ripas, em casa só tinha uma cama que era de mamãe e papai, a gente só dormia em rede, armava as redes nos caibros e dormia. **(Nerci Pereira das Flores, 88 anos, agricultora aposentada, Caraúbas, 12 jan. 2021, 12h04min.).**

**DBN:** E como é que era as casas aqui naquele tempo?

**Zé Wilson:** Ah, de taipa, casa de taipa. Tinha 18, 18, 19. E a mesa, a mesa era a toalha no chão. Toalha no chão, forrada ali, cada um com seu pratinho, lata de doce, lata de doce que antigamente era os prato. [...]. Energia era lampião, pegava aquela lata de leite ninho, furava, aí era a luz [risos]. **(Zé Wilson, 54 anos, pescador, Barra de Maxaranguape, 13 jan. 2021, 10h.).**

**Chico de Naninha:** Antigamente era mato, tudo era mato por aqui. Tinha alguma casa, **as casas era como se fosse no, no Sertão**, era salteado as casas, uma aqui, outra acolá [casas espaçadas umas das outras]. Nem tinha energia nem tinha água [...]. Carregava água de cacimba, cavava um buraco no cano e tirava água. **(“Chico de Naninha”, 73 anos, pescador, Maracajaú, 21 jan. 2021, 10h39min.).**

Muitas das transformações que ocorreram no modo de vida e no território, a partir de mudanças nas técnicas, são tidas como “modernizações”, mas que causaram a redução das

práticas produtivas tradicionais, como a agricultura, a pesca e o extrativismo, e o aumento da violência. São **processos modernizantes e dialéticos, pois são percebidos pelos sujeitos como positivos e negativos**. Positivos, pois os entrevistados sempre assinalam a dificuldade da vida antigamente, mas que havia uma certa abundância de pescados e de alguns produtos agrícolas, de modo que a produção alimentar não estava tão mercantilizada, havendo uma autonomia de produção nas “terras soltas”. Em contraponto, os processos modernizantes são percebidos também como negativos, pois a modernização sempre é associada com os atuais problemas, conflitos e dilemas vividos em Maxaranguape, como o aumento da violência e da insegurança, a escassez de pescados, a redução da pesca artesanal, a perda das terras e o fim da agricultura, que fazem parte dos processos de ruptura e permanência no modo de vida tradicional, que serão vistos a seguir.

### **3.2.3 Rupturas e permanências no modo de vida tradicional**

Há pelo menos cinco décadas vem ocorrendo uma redução das atividades agrícola e pesqueira, em detrimento do aumento dos serviços, como o turismo. Esse processo fora ocasionado pela venda ou perda das terras cultiváveis, sobretudo aquelas mais próximas à praia, que foram ocupadas por casas de veranistas, condomínios fechados, empresas de turismo e estabelecimentos comerciais. Caracterizamos esse processo como uma **espoliação territorial**, em que a agricultura teve o seu papel reduzido com a perda das terras, por venda a preços irrisório ou pela ocupação dos posseiros, que, muitas vezes tinham as escrituras das terras utilizadas para cultivo, as “**terras soltas**”, que pertenciam a comunidade e o uso e acesso era mediado pelas relações de parentesco, apadrinhamento, camaradagem e parcerias.

Os processos de mudança estão relacionados sobretudo à expansão das atividades do setor terciário e construção civil, que trazem territorialidades mais mercadológicas e menos associadas à natureza, e sempre se iniciam com a perda das terras, uma desterritorialização.

Os povos e comunidades tradicionais, ainda que possuam um grau de territorialização em um nível simbólico, são, de modo geral, desterritorializados, pois vivem uma permanente exclusão sócio-espacial, que é também territorial, pois em geral - e nos estudos de caso em particular - se confirmam as características para uma exclusão territorial/desterritorialização/territorialização precária, de acordo com Haesbaert (2021): **a)** instabilidade e/ou insegurança sócio-espacial; **b)** fragilidade dos laços entre grupos sociais e destes com seu território; e **c)** mobilidade sem direção definida ou a imobilidade sem efetivo controle territorial, enfraquecido pelas territorialidades disruptivas que chegaram nos últimos



70 anos.

Maxaranguape anteriormente era constituída por pescadores-lavradores e a partir dos anos 1950 - e mais intensamente nos anos 1970 - começa a haver uma espoliação territorial pela venda ou pelo apossamento da terra, marcando o fim dos cultivos que muitas vezes eram nas “**terras soltas**”. Esse processo marca o início de uma apropriação mais privada das terras e por pessoas externas às comunidades e a expansão dos monocultivos.

O fim das “terras soltas” e dos cultivos também aumentou a dependência dos pescadores em relação aos produtos externos. Por exemplo, as redes, linhas e tarrafas que antes eram feitas de algodão plantado localmente, passam a ser de nylon ou similares industrializados. Além disso, o fim das “terras soltas” alterou as relações de vizinhança, pois como os espaços comuns haviam sido reduzidos, os quintais precisaram ser fechados e privatizados pelas famílias, causando conflitos internos nas comunidades que se somaram com aqueles já existentes das comunidades com os monocultivos e empreendimentos imobiliários (WOORTMANN, 1992).

Com a chegada da *plantation*, começa a se reduzir a produção agrícola de alimentos, a coleta para venda ou consumo familiar, a extração de madeira e lenha para uso na casa ou na casa de farinha. Além da *plantation* açucareira, também os coqueirais foram sendo gradativamente privatizados. Empreendimentos imobiliários ligados ao turismo agiram no mesmo sentido, reduzindo o espaço de atividade produtiva da mulher. (WOORTMANN, 1992, p.6).

Como parte desse processo de apossamento das terras, a agricultura familiar e atividades complementares foram sendo reduzidas, configura uma **desterritorialização** (simbólica e concreta), que fica visível com os inúmeros relatos dos pescadores e moradores de Maxaranguape afirmando que houve um “fim” da agricultura em função da venda das terras (a preços irrisórios) ou da posse das terras soltas, em que os donos foram “surgindo” ou as terras foram sendo apropriadas/vendidas. Ou mesmo, que afirmam que havia agricultura antigamente e hoje não há mais, não deixando muito claro os motivos:

**DBN:** E o senhor trabalhou na sua terra ou na terra de outros?

**ZG:** Eu trabalhei em um terreno meu e trabalhei também em outras terras né.

**DBN:** O que plantava?

**ZG:** Era macaxeira, batata, girimum, feijão, milho, as vezes um pé de melancia. Agora quando batia o verão eu corria pra beira da praia e passava duas, “três” semana pescando, enquanto as coisas melhoravam pro roçado, aí ia pro roçado de novo [**relação de complementaridade**]. Nunca fiquei parado não. Porque a pesca é o seguinte, pra quem não pesca lá fora, eu tinha um irmão que pescava lá fora de barco a cada 15 dias, pescava até São Luis do Maranhão ele foi né. Aí dava pra vender e pra viver da pesca né, mas a pescaria da certo se ele for pescar lá fora, essa pescaria daqui da costa pega um peixinho só pra viver. (**Zoroastro ou “Zé Grande”, 75 anos, agricultor e pescador, Caraúbas, 6 jan. 2021, 6h07min.**).

**DBN:** O senhor sempre foi pescador?

**G:** Sempre, e plantava alguma coisinha também.

**DBN:** O que o senhor plantava?

**G:** Plantava roça [mandioca para farinha], feijão.

**DBN:** E hoje não planta mais, por quê?

**G:** Não planto mais não, sabe por quê? Porque não tem "adonde" **porque hoje já tudo tem dono né.** Hoje já apareceu tudo os donos. (**José Luís Soares "Seu Golinha", 71 anos, pescador e agricultor, Caraúbas, 6 jan. 2021, 8h29min.**)

**DBN:** Seus pais eram pescadores e também eram agricultores?

**F:** Isso, trabalhava nas duas partes. Pescador e agricultor.

**DBN:** E eles tinham uma terrinha pra fazer roça?

**F:** Tinham.

**DBN:** E o Sr. já chegou a trabalhar na agricultura?

**F:** Já, a gente ajudava eles também, eu, meu irmão.

**DBN:** E hoje não plantam mais porque?

**F:** Não, hoje não. A terra pra plantar a gente arruma, mais é porque é mais difícil de se ganhar, sabe? Então a pesca é melhor do que "trabaia" na agricultura.

**DBN:** O que vocês plantavam?

**F:** Plantava feijão, macaxeira, roça, jerimum, melancia, essas "coisa mais fácil" da gente colher né? (**Edmilson G. Silva "Figurinha" 46 anos, pescador, Caraúbas, 6 jan. 2021, 17h37min.**)

**DBN:** E o senhor é ou já foi pescador, já pescou?

**PC:** Já, já pesquei mas faz tempo que não pesco. Sou mais de terra. Eu era agricultor, fiz minha vida aí na roça.

**DBN:** E o que o senhor plantava?

**PC:** Plantava de tudo, milho, feijão, batata. Plantava feijão branco, geirimum.

**DBN:** E a terra era de quem?

**PC:** Era da gente, a terra era da gente.

**DBN:** E hoje vocês plantam ainda?

**PC:** Hoje não, **já vendemos tudo as terras.**

**DBN:** Pra quem?

**PC:** "Rapaiz", "vendêmo" para os fazendeiros. (**Pedro "Cangulu" Manoel de Castro, 77 anos, pescador e agricultor, Caraúbas, 7 jan. 2021, 6h.**)

**P:** A gente plantava, trabalhava no roçado, plantava mandioca, "maniva" pra fazer farinha. A gente arrancava, ele fazia a farinha.

**DBN:** E tinha **casa de farinha**?

**P:** Tinha, era já noutros terreno de "outros povo mais antigo" que tinha condições de ter, só que quando nós fazia a farinha, ai ele pagava a parte da casa de farinha ao dono, pagava em farinha. Aí, nós "trabaia" muito em roçado, em vazante, alagadiço, "aculá", meu pai trabalhava muito. Aí depois ele faleceu e a gente aprendeu a pescar. A renda da gente aqui é pescar.

**DBN:** E na época era pra complementar a agricultura?

**P:** Era

**DBN:** E hoje vocês plantam?

**P:** A gente não planta mais não, **porque "os terreno" de plantaço os dono já, já é de outros dono, de outras pessoas. E meu pai tinha o terreno mesmo de plantar, aí ele vendeu o terreno.** Aí a gente que planta mesmo não tem mais tempo de plantar. Mas tem "outras pessoa" aí que planta, os povo mais velho que trabalha lá dentro planta. A gente não tem mais condições de plantar não. Mas ja trabalhei em **casa de farinha** rapando mandioca, arrancando mandioca com meu pai. (**Manoel Gonçalves da Silva "Paofa", 49 anos, pescador, Caraúbas, 7 jan. 2021, 7h09min.**)

**B:** A gente aqui vivia da agricultura. "Nóis" trabalhava aí "nas fazenda", meu pai era empregado e a gente trabalhava na cana né, cana-de-açúcar, bananeira. Aí a gente vinha tudo aqui para praia, vinha num tratorzinho com meu pai passar o domingo aqui, passava aí na lagoa do Pachico e tomava um banho, chamava lagoa da Bela Vista. Aí a gente sempre vinha para cá. No meu tempo a gente vinha aqui comprar peixe amontado no cavalo. Naquela época tinha peixe hein, era "ruma"[muitos, abundância] de dentão, "ruma" de cioba, vice. Monte não era que nem agora não.

Agora você vê pouco peixe. Mas antigamente era peixe. Aí a gente comprava o peixe de Pedro de Ivana. Interessante aqui a praia, tinha muita roça, tinha a casa de farinha, fazia a farinhada.

**DBN:** E hoje tem menos agricultura aqui do que tinha naquele tempo?

**B:** Ih rapaz acabou-se, isso daí acabou. De primeiro tinha muito trabalho porque você para plantar um feijão era aquela “reda” de homem, mulher, tudo plantando já hoje em dia é o trator que planta. A roça também do mesmo jeito. É para limpar você não vai mais limpar dedo inchada, “o cabra” chega com o veneno bota e mata o mato também alimpa [se referindo ao **uso de agrotóxicos** para limpar os terrenos], aí pronto aí já falta trabalho para o povo. É negócio de mata de maquinário que acabou com isso. Porque antigamente saía muita gente daqui para limpar mato. Hoje para brocar, para limpar um mato o trator arranca, antigamente não tinha isso. Eu me lembro mandando bananeira com uma rédea de gente, hoje em dia quem cava buraco é o trator, o trator é quem cava, é quem marca. E isso foi tirando o trabalho do povo. [Crítica essa redução e também fala que hoje as crianças de 14 anos já não podem mais trabalhar como era antigamente, daí perdem o interesse].

**DBN:** E hoje o pessoal não planta, mas quando e o que aconteceu com as terras?

**B:** Hoje os ricos é quem toma conta das terras né, os ricos. (**Gilberto “Beto”, 55 anos, pedreiro, Caraúbas, 8 jan. 2021, 5h42min.**)

**FCS:** Eu tinha dois lotes, estava e trabalhava na prefeitura. Trabalhava dois dias para prefeitura, pescava três dias e a agricultura [**complementaridade**].

**DBN:** E por que o pessoal parou de plantar?

**FCS:** Fui deixando de plantar por causa “das dificuldade” né, muita gente ia vendendo as terras, as casas, os donos da **casa de farinha** morria e o pessoal que ficava não ligava, destruía e venderam, venderam para os gringos e tá aí né hoje só não funciona. Ninguém botou mais roçado. E mamãe criava cabra e criava porco. E ela vendia isso para comprar roupa para gente ir para escola, tinha que comprar porque o colégio exigia, mas ela só comprava quando tinha um porco, e vendia, um bode, uma cabra. Uma dificuldade. Ela teve dezoito filhos e só criou cinco, teve um tempo aqui que deu uma tal de febre amarela, uma disenteria, e matou muita gente. (**Francisco Canindé dos Santos Sena “Mimi”, 65 anos, pescador, Caraúbas, 9 jan. 2021, 11h32min.**)

**AJS:** Parte da minha vida foi só cozinhar farinha, sabe. A gente só usa o que gosta né eu gostava demais de cozinhar farinha né. Acontece que “dispois” de agora uns 15 anos, isso foi se acabando, o pessoal foi deixando de plantar a roça né. Então o que que acontece, hoje, parou tudo, ninguém quer trabalhar bom final a mocidade de hoje só quer o quê, toma cachaça. Não quer ir trabalhar não. Depois eu me aposentei. Aí deixei de trabalhar. Já tava cansado do trabalho, passava muito sono né. Aí comecei a pensar, “homi” vou para maré pegar um peixe para “cume”, eu tinha uns 25 anos.

**DBN:** Se aposentou como pescador?

**AJS:** Na agricultura, pescador não, eu pesquei pouco. Eu pagava meus direitos para a terra.

**DBN:** E vocês tinham uma terra para plantar? Plantavam o que?

**AJS:** Eu? Tinha, tinha sim. Plantava roça [mandioca, para fazer farinha], batata, feijão melancia, jerimum, coqueiro. Agora mangabeira, mangaba, tudo tem no meu quintal que eu plantava. Hoje a mocidade não quer trabalhar não, no meu tempo ou a gente trabalhava ou morria de fome. Porque meu pai era um homem pescador, toda hora não tinha o que comer. Aqui nós no meu tempo quando ninguém pescava, ia trabalhar na agricultura né? Era assim desse jeito aí ia para agricultura trabalhar. A gente botava o roçado por três lotes de terra para plantar, no inverno para comer o feijão o que desce para a gente comer. Aí passava o ano todo comendo aquelas coisas que a gente plantava. Mas hoje tanta gente e a mocidade não tem quem queira trabalhar. Eu gostava muito de trabalhar na agricultura me dá até vontade de chorar quando vejo a terra. Ainda hoje minha mulher falou “viu aonde que você vai trabalhar mais nessa idade?” [Manoel Caravela interrompe a conversa dizendo que não dá para esquecer do passado, que foi muito bom, e seu Antônio concorda]. (**Antonio José dos Santos, 80 anos, agricultor, Caraúbas, 9 jan. 2021, 18h03min.**)

**RP:** Eu trabalhei muito de enxada, na roça. Aqui mesmo. Quando eu cheguei e fui

morar mais ele, depois casemo e até hoje temos um cercadão lá pros lados dos sítio, tem Cajueiro, Mangabeira. “Plantemo” feijão, milho, batata, roça [mandioca]. Naquele dia que vocês tiveram na casa de farinha eu tava lá, mais meu marido. Eu, ele e uma neta minha. A gente vinha embora e vocês chegaram.

**DBN:** E antigamente todo mundo plantava aqui?

**RP:** Todo mundo plantava, eu sou aposentada como lavradora, eu e ele. [...] ainda hoje “nóis tem” o cercado lá em cima, tem cajueiro, mangabeira. E lá tem é muitos vizinhos cercado, não é só eu não, tá? É lá para cima, pra “aculá”. Mas hoje em dia não tem mais quem planta não, esse povo não liga de plantar, não planta. (**Raimunda Pedro da Rocha “Mana”, 76 anos, agricultora, Caraúbas, 11 de jan. 2021, 7h41min.**).

**ML:** “Óia”, eu nasci numa casa de palha chão de areia, meu primeiro banho eu tomei uma cuia de cabaça, quando a parteira chegou eu já tinha nascido, isso me disse minha mãe. Nossa era tão difícil aquilo antigamente, o pescador saia pra pescar, se trouxesse bem, se não trouxesse. A gente não tinha problema porque meu avô e meus tio era tudo lavrador, eles plantavam muito. Se não tivesse o peixe, a gente tinha batata, tinha macaxeira, e “cumia” assim mesmo. (**Maria Lúcia “Nega”, 64 anos, marisqueira, Barra, 11 jan. 2021, 12h24min.**).

**NP:** Naquele tempo brocavam o roçado e plantavam e cercavam e faziam tudo, agora nesse tempo pode fazer também que ninguém é aleijado, hoje pode plantar que ninguém empata não, na época tudo o povo pedia aos comerciantes e dono de terra pra plantar na terra deles [citou alguns donos antigos das terras e das casas de farinha] e quando colhia mandioca eles recebiam a parte deles, meu começo foi esse, sofrimento. (**Nerci Pereira das Flores, 88 anos, agricultora, Caraúbas, 12 jan. 2021, 12h04min.**).

**TS:** Meu pai, quando não dava para maré era para roçar, entendeu? Era a vida inteira assim, meu pai era “um cabra” de barriga cheia viu. Era peixe, era farinha, jerimum, feijão, melancia, batata, macaxeira, era tudo, a gente não plantava essas coisas né, tudo existia né. Hoje a gente já compra essas coisas né. E a gente trabalhava né. A gente ia para o roçado, ia plantar, colher. “Homi” era tanta coisa. Descascava coco, descascava tanto coco para ganhar dinheiro para sobreviver. É muita coisa viu, aí tem gente que diz assim ah eu não gosto do meu passado não, pois eu gosto do meu passado porque foi tão bom. Já hoje não presta. “Vixe”, hoje você só vive trancado, você não sai de casa para mim um canto, todo mundo dentro de casa né. (**“Teresinha” de Souza Soares, 59 anos, Caraúbas, 12 jan. 2021, 16h49min.**).

**LC:** Era, aqui na Barra era assim, porque você ia pegar o peixe, pra mistura, e aí você tinha macaxeira, tinha coco, tinha **tudo pra complementar**. Você ia pegar o peixe e a mistura e já tinha a banana, tinha tudo.

**DBN:** Eram complementares né?

**LC:** Era sim, agricultura e pesca.

**DBN:** E por que parou a agricultura?

**LC:** Porque os filhos, ninguém quis continuar. Ninguém quer entrar na lama pra plantar não.

**DBN:** E o pessoal perdeu a terra também?

**LC:** É, a maioria vendeu para os gringos.

**DBN:** E aí ficou sem terra pra plantar?

**LC:** É, ficou sem terra pra plantar. **Na minha época tinha “várias casa” de farinha, agora acabou, acabou tudo.** Tinha tudo aqui, plantava as bananeiras, macaxeira, tinha roça.

**DBN:** Sua família era tudo de agricultor?

**LC:** Era, meu avô era e meu bisavô também.

**DBN:** Aí foram vendendo?

**LC:** É, foram vendendo e aí eles ficaram doente e os outros vendendo e partindo o dinheiro, e acabou tudo. O terreno que era do meu avô mesmo é dos gringos.

**DBN:** Tudo dos gringos?

**LC:** É, “dos gringo” safado.

**DBN:** E o que eles fazem nessas terras?

**LC:** Faz nada não, só tem um morador e pronto. E tá tudo abandonado, eles não mandam plantar não, só tem as terras deles.

**DBN:** Pois é, esperando valorizar né.

**LC:** É isso mesmo. (**Léo Costa, 38 anos, fábrica de gelo, Barra de Maxaranguape, 13 jan. 2021, 7h49min.**).

**João Cantão:** Teve, teve muita lavoura. O pessoal aqui fazia muita farinhada, negócio de aquelas farinha, de plantação, de fato tinha.

**DBN:** E não tem mais agora?

**João Cantão:** Agora, agora tem mais não.

**DBN:** Por que o senhor acha que acabou?

**João Cantão:** Agora acabou, acabou com aquele negócio de plantação aqui em Barra, né, que antes tinha, antes tinha plantação.

**DBN:** O que aconteceu com “as terra”?

**João Cantão:** Rapaz com a terra, venderam para os gringos, venderam pra, pra muitas lagoas cheia d’água aí, movimento de, de turismo, né. E tem movimento de terra agora é mais mais para negócio de construção né? **Muitos venderam muitas terra aí para os gringo**, compraram muitos compraram muitas terra por aí e daí por diante, mais a plantação, ficou isso.

**DBN:** E aí o pessoal ficou sem terra para plantar?

**João Cantão:** É. (**João “Cantão” Batista de Lopes Viana, 64 anos, pescador, Barra de Maxaranguape, 13 jan. 2021, 9h18min.**).

**DBN:** E naquele tempo tinha mais roça, mais lavoura?

**RD:** Tinha, isso daí tinha.

**DBN:** E por que não tem mais?

**RD:** Porque aqui o pessoal vive de pesca, não vive de agricultura.

**DBN:** Mas vivia de agricultura?

**RD:** Vivia, aqui vivia, tinha um pessoal antigo que vivia de agricultura, mas agora não mais.

**DBN:** O que aconteceu com a terra desses pessoal que plantava?

**RD:** Venderam, tem uns que venderam outros ainda tem os filhos tomando conta ainda, brigando pra venderem aí.

**DBN:** E venderam para quem?

**RD:** Pros gringo. Isso aqui tudinho era de um senhor aqui de Barra, até a região lá em cima, aí venderam pros gringo aí. (**Raimundo “Doca”, 48 anos, pescador e prefeitura, Barra de Maxaranguape, 15 jan. 2021, 8h13min.**).

**DBN:** E naquela época o pessoal aqui plantava, pescava, fazia o quê?

**Gerinalda:** Plantava de roçado, meu pai tinha uma terra de roçado também, e plantava, pescava sempre aqui na praia, sempre era agricultor e pescador [complementaridade].

**DBN:** E a agricultura, por que foi acabando?

**Gerinalda:** Não sei. (**Gerinalda Nascimento dos Santos, 60 anos, marisqueira, Caraúbas, 20 jan. 2021, 17h34min.**).

**Chico de Naninha:** É, eu sou pescador e agricultor.

**DBN:** O que que você cultivava na lavoura?

**Chico de Naninha:** Era macaxeira, feijão, era milho.

**DBN:** E eu percebi que hoje tem pouca gente plantando, né? O pessoal já não tem mais a terra. O que aconteceu com essa terra? O pessoal vendeu?

**Chico de Naninha:** Essas terras tão tudo, tão tudo privada para prédios [condomínios fechados] fazem casa, tudo. As terras se vendia, antigamente aqui era um coqueiral enorme. Aqui do lado da nascente também tinha outro sítio grande. Aí foram vendendo, vendendo e quem comprava cortava. (**“Chico de Naninha”, 73 anos, pescador, Maracajaú, 21 jan. 2021, 10h39min.**).

Em outro testemunho, Seu Bibi conta sobre o trabalho de seus pais na agricultura,

com características de servidão, uma vez que a dependência era estrita, havendo - em alguns casos - uma dominação pelo trabalho na terra, em um momento que a terra já havia sido espoliada, no fim dos anos 1980. Nesse momento em que narra sua vida, Seu Bibi teria uns 20 anos e estava se tornando pescador.

**DBN:** E você não quis trabalhar na terra porque não dava muito né? E seu pai tinha uma terra pra plantar?

**B:** Não, meu pai trabalhava pra um. Pronto, aquele tempo é como se fosse um fazendeiro aqui em Caraúbas, que tinha essas terras tudinho, trabalhava pra ele, e ele tinha um comércio, comia e tudo no comércio dele, e aí nunca saía de lá, porque o dinheiro não dava. O que ele ganhou foi que ele [o fazendeiro] fez uma casa pro meu pai e deu a ele o serviço, entendeu? Naquela época era difícil, não dava as vezes pra comprar meio quilo de feijão. Taí, tempo bom é agora rapaz. (Almir Soares “Seu Bibi”, 50 anos, pescador, Caraúbas, 6 jan. 2021, 12h50min.).

Mesmo com esse fenômeno desterritorializador retratado pelos testemunhos, a agricultura ainda é presente, sobretudo nas regiões mais afastadas da praia e nos assentamentos rurais. Nos distritos de Maxaranguape é comum a presença de hortas<sup>98</sup> - onde se cultivam temperos, ervas que são utilizadas como remédios, algumas verduras e pequenas frutas -, e pomares nas intermediações ou nos quintais das habitações. Hoje, a maioria cercadas por muros. As hortas (**Fotografia 55**) estão relacionadas com a manutenção de uma medicina tradicional/ancestral ou “ciência elementar da flora” (CANDIDO, 2023, p.233).

**Fotografia 55 - Pomares e hortas em quintal**



**Caraúbas, 8 jan. 2021: As hortas e os pomares ainda estão presentes nos quintais, esse é da casa da Dona Dalvaci e Seu Pedro Cangulu, lugar do antigo “Arraiá cara pintada”, onde realizavam festas e celebrações folclóricas tradicionais. Foto: D. B. Neto.**

<sup>98</sup> A horta e o pomar são de cultivo intensivo e delicado de frutas, legumes e verduras, sendo uma herança dos europeus (portugueses e espanhóis), que esses herdaram dos árabes (CASTRO, 2012), e que foi uma herança presente na formação territorial de Maxaranguape que ainda está presente na comunidade.

A relação entre modo de vida e natureza, no tempo dos antigos, estava mais intimamente ligada com a alimentação, como demonstrou Ellen Woortmann (1992, 2007), que era produzida e extraída dentro da própria comunidade, tendo como base alimentar o pescado e a mandioca, sendo essa associação presente em praticamente toda população tradicional litorânea. Por ser um tempo em que muitas relações ainda não tinham imediação financeira, os alimentos eram cultivados e consumidos dentro da própria comunidade, havia uma menor dependência do mundo externo. Essa autonomia, ainda que relativa, não era só em relação a alimentação, mas também as casas (que eram feitas de materiais disponíveis no meio) e a saúde, que não era responsabilidade do Estado, mas estava nas mãos das cuidadoras, curandeiras, benzedoras, parteiras, mães de santo e sabedoras(es) tradicionais. Com essa maior dependência das coisas da cidade também chegaram a violência, os vícios, as bebidas etc., o “poder” do dinheiro no território, tal qual fala Milton Santos (1999).

A pescadora Maria Lúcia destaca essas mudanças no modo de vida em seu testemunho:

**DBN:** Então você acha que hoje tá melhor aqui do que em tempos passados?

**ML:** Em uma parte tá melhor aqui, mas em outra parte não tá não. Melhora para um e não melhora para os outros porque não é todo mundo que tem um trabalho.

**DBN:** E o que era melhor naquele tempo?

**ML:** Era porque **as coisas era difícil, mas era a vontade, era mais franco, tinha mais peixe, tinha mais gente pescando, hoje em dia você vê os homens se acabando na cachaça**, como o meu acabou-se. E muitos ali. Antigamente não tinha isso, sim tinha, mas não era como é agora. **(Maria Lúcia “Nega”, 64 anos, marisqueira, Barra, 11 jan. 2021, 12h24min.)**

Também se evidenciou que a alimentação era muitas vezes restrita aos **mínimos vitais** (CANDIDO, 2010), havendo momentos de escasses de alimentos, às vezes o que ensejava fartura em algumas ocasiões era a pesca, como nota-se nos **testemunhos abaixo**:

**Bibi:** [...] aí quando foi no sábado atarde ele [o senhor que levou Bibi pescar as primeiras vezes] chegou lá na casa de mamãe "Cumadi, eu vim trazer o dinheiro do peixe do seu pescador", na época eu não sei quanto foi, porque naquele tempo eu nunca tinha pegado em dinheiro. Aí, meu pai olhou e disse "Olha, Antônio, quanto foi que Bibi ganhou eu trabalho cinco dias e não ganho o dinheiro que ele pegou em dois dias, na agricultura", isso disse meu pai. Aí eu fiquei olhando e disse "Que, pai?", ele olhou e disse "ganho não, o que eu ganho, meu filho, eu pago a 'budega' e ainda fico devendo". Eu me lembro que minha mãe disse, olha esse dinheiro "nóis vamo faze" uma feira e não vamo compra da 'budega', porque na próxima semana ucê vai sair da "budega". Tudo bem, foro e fizeram as compras, aí eu disse "mãe, eu nunca vou trabaia pra ninguém, eu vou pescar". Eu estudei até a quarta série, nós era pequeno, não tinha carro e só ia até a quarta série, tinha na cidade, mas não tinha transporte pra ir.

**DBN:** Então seus pais eram agricultores, eles não pescavam?

**B:** Não pescavam, eram agricultores. Aí eu disse, eu vou pescar, ou vou pescar ou vamos fica devendo a "budega", aí fui pescar. Aí comecei a pescar com meus tios, e eles era na época um dos melhores pescadores de Caraúbas. **(Almir Soares “Bibi”, 50 anos, pescador, Caraúbas, 6 jan. 2021, 12h50min.)**

**Beto:** Tinha muita **casa de farinha** para todo canto. A gente dormia nas sacas de farinha mesmo, ficava uma “ruma” de menino lá dormindo na casa de farinha. Aí lá “nas fazenda” também tinha gado, tinha muita galinha, minha mãe matava duas

galinhas para fazer a janta. Hoje em dia você bota a comida na panela e bota na mesa pra todo mundo tirar, antigamente a mãe ia partindo assim ó, um pedacinho para um um pedacinho para outro, porque era muita gente e o que comer era mais difícil. O que era fácil era assim macaxeira né, era difícil. Era um pedacinho para cada um. Aí a gente ia pescar no rio com uma varazinha de anzol, com uma cabaca, aí cortava e enchia todinho de peixe aí a gente trazia, mamãe tratava e fazia com pirão no final e não tinha mesa não, era tudo improvisado. A água a gente ia buscar longe, “nas cacimba”, na beira do rio. As roupas eram cheias de remendo hoje “ucê” não quer usar uma roupa remendada. Rapaz, era difícil, faltava comida. Carne não era direto não. **(Gilberto “Beto”, 55 anos, pedreiro, Caraúbas, 8 jan. 2021, 5h42min.).**

**DBN:** Dona Dalvaci, e na sua época todo mundo tinha uma roça? Como era?

**MD:** Era, plantava e não cercava naquela época. Não era Pedro? [Seu Pedro Cangulo concorda]. Brocava o mato aí quando acabava ali “aplantava” roça [mandioca], feijão, jerimum, o que era necessário na terra plantava. Porque quando eu nasci meu pai era pescador, aí o comer da gente a gente tomava de café de manhã com peixe assado com farofa de coco chama sueste, pega raspa o coco coloca a farinha, um pouco de sal e faz a farofa, aí era a comida da gente. Aí a gente esperava meu pai chegar para quando chegar, botar o peixe para nós cozinhar de novo. Arroz, nem ouvia falar, macarrão, tinha, mas não tinha condições de comprar, nós era pobre.

**DBN:** E como eram as refeições, café, almoço e janta?

**MD:** O café era assim, às vezes que fazia os cuscuz e comia o peixe cozinhado com o pirão. Sabe como é o pirão? É assim, bota o peixe no fogo, quando tá cozinhando, bota água no prato e bota um pouco de farinha de mandioca. Aí tá feito o pirão. Aí lá em casa que era nove pessoas, haja pirão, e ela “butava” mais um pano no chão pra todo mundo ficar lá. Nessa época era assim era tudo limitado só os pedacinhos para cada um [risos]. Cada um tinha que se conformar com o que botava. **(Maria “Dalvaci” de Castro, 77 anos, Caraúbas, 8 jan. 2021, 15h41min. Entrevista feita com Jully K.S. Santos, da APC).**

**FCS:** Quando alguém me procura querendo uma lata de leite, farinha, 10 reais, eu não faço nem questão, eu ajudo. Para beber eu não ajudo não bebida para mim é luxo eu mesmo nunca bebi e nunca fumei. Mas eu ajudo quem precisa naquela hora época não era tão sofrido porque a gente tinha o coração de ajudar. A gente comia era “os pior peixe” daqui, era a cabeça, e tinha dia que ninguém tinha nem farinha para comer um pirão. Eu me lembro que eu fui à casa de um tio meu aqui, eu nunca esqueci eu cheguei lá e ele me respondeu que lá não era bodega não, cheguei em casa e passei o resto da tarde todinha chorando [...]. Você comia comida suja, tinha rato nas bodegas, mas só tinha aquelas para comprar, e você não comprava um quilo de açúcar não, comprava meio quilo, só quem era rico comprava um quilo, uma rapadura, a gente comprava um quarto, era tão pobre que ninguém podia nem comprar uma rapadura inteira, então pode conversar com os antigos que naquele tempo era assim mesmo. Para você ver a pobreza, tinha pescador que comprava uma caixa de fósforo para duas pessoas e fósforo sempre foi barato em. E usava o fósforo no meio para poder usar a outra banda depois. **(Francisco Canindé dos Santos Sena “Mimi”, 65 anos, pescador, Caraúbas, 9 jan. 2021, 11h32min.).**

**AJS:** Hoje nós estamos no céu, eu já tenho meu cantinho e estamos sossegados. Naquele tempo era duro. Comia uma vez por dia, a gente só comia quando meu pai chegava da maré, de alto mar, era uma vez por dia. No meu tempo era uma vez por dia. Hoje chega a estar sobrando a comida. A gente para comer uma bolachinha dessas, meu Deus do céu.

**DBN:** E o que vocês comiam naquela época?

**AJS:** Era peixe, beiju, tapioca, né, que não tinha pão pra gente comer. Antes comia o que a gente plantava. A gente plantava o que comia, mas hoje quem é que quer comer um beiju, uma tapioca não tem ninguém né.

**DBN:** E o peixe, vocês preparavam como?

**AJS:** Naquele tempo não tinha óleo né, para você ver eu não sei o que é óleo até hoje. Agora comi muito foi peixe assado na brasa e ainda como. Ainda hoje eu tô na mesma época que eu comecei, graças a Deus. Faço o fogo e asso o peixe para comer. Só como



peixe assado ou ele cozido. Mas no meu tempo era para sofrer né. (**Antonio José dos Santos, 80 anos, agricultor, Caraúbas, 9 jan. 2021, 18h03min.**)

**TS:** Sei que logo no início tinha muitas vezes que a gente passava muita necessidade né, quando a coisa era ruim. Tudo era fogo a lenha, lenha, lenha, carregando água na cabeça, buscando leite longe, tudo difícil. Hoje é tudo fácil, mas nada presta, nada presta. No meu tempo eu ia cedinho para Maxaranguape buscar leite e a pé e deixava todo mundo dormindo. [...] Ele [avô dela] dizia que a gente ia ver muita coisa a gente ia ver farinha nas prateleiras em litro a gente ia ver as panelas, que ia chegar numa época e não ia ter o que comer e a gente ia ver as panelas criar a casa de aranha. Ele disse que alcançou isso na geração dele, um “bucado” dessas coisas. [...] Aí hoje é assim hoje todo mundo é rico, ninguém é pobre mais, todo mundo já tem uma casa para morar e não passa fome [**como as ideias de riqueza e pobreza são social e culturalmente relativas. A pobreza com uma construção social para alguns modos de vida mas também como uma restrição alimentar aos mínimos vitais, ou seja, a definição de pobreza e riqueza dela não é meramente econômica como a visão dominante**]. Mas eu gosto do meu passado um pouquinho. E eu “alembro” não é porque hoje eu tenho um barraco para mim morar e não levo chuva, mas nas antigas só eu sei o que eu sofri, eu sei o que eu passei. [...] Era uma roupa só, se tinha uma festa hoje a gente ia e quando a gente chegava e ia lavar aquela roupa e estender ela para amanhã de manhã eu tinha outra coisa também tinha que usar aquela roupa que já tava limpa. Nas antiga era desse jeito, não tinha água encanada, a gente era tão pobre que nem existia água encanada, aí eu ia para o rio buscar de manhã logo cedo. (**“Teresinha” de Souza Soares, 59 anos, Caraúbas, 12 jan. 2021, 16h49min.**)

Atualmente, segundo os testemunhos, a alimentação já não é mais restrita aos mínimos vitais e há uma **continuidade com a alimentação (geografia dos alimentos) do tempo dos antigos**, por exemplo, a presença da mandioca, do feijão, do milho, dos pescados e das frutas. No entanto, naquele tempo as comunidades produziam quase tudo que consumiam, além do intercâmbio entre elas, o que as deixava mais “independentes” em relação aos produtos vindos de fora. Hoje, a maioria dos produtos – exceto os pescados, algumas frutas e legumes – vem de fora. Além disso, antigamente os agricultores tradicionais não utilizavam agrotóxicos, como já utilizam atualmente, como visto nos **testemunhos que seguem:**

**ES:** Tinha sim, muita gente plantava, as plantações de antigamente tinha muita, se comia era tudo natural não tinha ninguém doente nessa época. Mas hoje o pessoal é tudo doente né porque coloca “aqueles veneno” nas plantação, eu sou muito contra isso porque antes ninguém via ninguém doente entendeu. Mas hoje é só o que a gente vê. Meu pai plantava uma mandioca que era para produzir e para fazer a farinha entendeu, muita gente aqui fazia plantação, mas hoje está difícil. Foi se acabando com o tempo por causa desse veneno [se referindo aos agrotóxicos], por exemplo, o pessoal fazia muita horta, ainda tem muita gente que faz horta né, horta natural sem veneno. (**Eliene Soares de Souza, comerciante, 50 anos, Caraúbas, 9 jan. 2021, 9h54min.**)

**DBN:** E plantava sem veneno, sem nada?

**AJS:** Sem nada, eu nunca usei veneno aqui na lavoura não, nunca usei. Hoje tem muita gente que usa pra plantar, que fala “tem que usar, tem que usar”. Para plantar em alguma terra né, algum inseto para não comer “aquelas lavoura” né. Na época do inverno. Mas hoje, o pessoal usa né, tem preguiça de trabalhar também. (**Antonio José dos Santos, 80 anos, agricultor, Caraúbas, 9 jan. 2021, 18h03min.**)

**ZW:** Primeiro, pra comer cheio de química aí, antigamente, o pai da gente plantava um negócio “acolá”, não tinha esse negócio de adubo químico. Hoje em dia, só adubo químico [agrotóxico], é uma “quimicaiada”. (**Zé Wilson, 54 anos, pescador, Barra de Maxaranguape, 13 jan. 2021, 10h.**)

Na alimentação dos jangadeiros, tradicionalmente havia grande presença de peixes, coco, caju, banana, jerimum, mandioca e feijão. O coqueiro (*Cocus nucifera*) foi trazido da Índia e adaptatou-se nas praias brasileiras, sendo utilizado para o preparo de diversos pratos (arroz, óleo ou leite de coco, cocada<sup>99</sup>, vatapá, canjica, pamonha, munguzá etc.), que caracterizam a culinária litorânea nordestina, como também muitas africanas. O cajueiro (*Anacardium occidentale*) é nativo do Litoral Nordeste e fornece a castanha e o fruto, ambos de imenso valor nutritivo, além de “[...] o caju era apregoado pelos curandeiros como uma fruta milagrosa [...]. Fala-se muito no Nordeste nas curas de caju, nos doentes que vão para as praias limpar o sangue com os banhos de mar e o regime de caju e cajuadas” (CASTRO, 2012, p.135).

A diversidade alimentar, que auxilia na manutenção da segurança alimentar, ao menos em nível local, é resultado de uma mescla de saberes e maneiras de fazer que são transmitidas oralmente e cujas portadoras desses conhecimentos e formas de apropriação social da natureza são principalmente as mulheres, que guardam um intenso conhecimento dos saberes e sabores da terra.

Um elemento central para o modo de vida tradicional no tempo dos antigos, que associa as práticas produtivas com a alimentação, era a **casa de farinha** (segundo os testemunhos, em Barra de Maxaranguape haviam quatro ou cinco casas de farinha, em Caraúbas quatro e em Maracajaú três), que se constituía como uma das estruturas fundamentais da sociabilidade, do trabalho e da produção agrícola, todas materializadas no território, onde haviam as roças. O termo **roça** é empregado em dois sentidos: o primeiro, mais geral para plantações e cultivos; já o segundo é apenas para o cultivo de mandioca, para fazer farinha, e o que difere da macaxeira é que a roça, para mandioca, demora mais tempo para ser colhida.

A **casa de farinha** possuía uma centralidade no modo de vida pescador-lavrador, que também se associava a outras atividades primárias através de relações de complementaridade. Esses elementos ficam claro **a partir dos testemunhos**, que também demonstram como era a rotina e o processo de produção da farinha e evidenciam a relação do fim das casas de farinha com o fim da agricultura:

**DBN:** E por que o pessoal foi parando de plantar?

**MD:** Olha porque na época das casas de farinha, “nós tinha” não sei quantas casas de farinha. Então tinha que tirar mandioca, e naquela época não era motor, era uma roda visse, Neto? [Conta como era a roda pra moer a mandioca pra farinha, o “reio”, que hoje é um aparelho mais moderno e descreve todo o procedimento da farinhada]. Nessa época era bom, a gente fazia beiju, fazia tapioca.

**DBN:** E tinha um monte de casa de farinha aqui?

**MD:** Tinha um monte, uma cinco.

---

<sup>99</sup> A cocada é descrita por Josué de Castro (2012, p.296) como a “sobremesa típica das casas pobres das praias”.

**DBN:** Agora só tem a do Chico Crente [Eu e Jully contamos como foi a ida à casa de farinha].

**MD:** Eu comecei a trabalhar em casa de farinha. Eu tinha oito anos de idade, com minhas tias trabalhavam elas me levavam, aí dali eu comecei, me sentava, raspava mandioca, você sabe como é isso? Pega aquela massa com água aí você mexe, pega o pano e vai torcendo, assim que tirar alguma. Daí assim eu fui crescendo e quando eu “tava” com 12 anos, 13, 15 anos, já trabalhava para mim mesmo ganhando dinheiro. Daqui a Maxaranguape acolá tinha um bocado de casa de farinha. Se você ver, Neto, a “ruma” de mandioca que botava para a gente “rapa” aquela mandioca todo dia “os calos” chegavam a cortar. Mas também, vou lhe dizer uma coisa, pra rapa mandioca igual a mim não tem não. E a gente era chamado nós quatro, rapando. Era corpo e cabeça, eu rapava a metade e deixava a metade para elas raspar, era corpo e cabeça que chamava, eu rapava o corpo e deixava a cabeça. Se você visse arruma de mandioca que a gente botava para raspar. A minha faca era peixeira, dessas peixeira mesmo. Aí eu rapei muito a mandioca, aí ficou na história. Aí lá em Barra “as mulher” das casas de farinha dizia que eu tinha um motor debaixo do braço [Seu Pedro Cangulo interrompe e diz que todos dormiam, menos Davaci]. Passava mês acima e mês abaixo “nessas casa”, raspando mandioca. Eu me casei com ele e ele tava sem dinheiro, eu trouxe dinheiro para sustentar a gente por uns meses. E eu trazia goma, eu trazia farinha, tem alguma e em cima da goma fica outra coisa que se chama, aí eu trazia aquilo e mamãe vendia, tinha frango em casa também e ela vendia, dava [**a mulher garantindo a segurança alimentar**]. Aí depois só que o negócio veio a melhorar né, depois que eu comecei a trabalhar né, trazia tudo e eu comprava farinha. (**Maria “Dalvaci” de Castro, 77 anos, Caraúbas, 8 jan. 2021, 15h41min. Entrevista feita com Jully K.S. Santos, da APC**).

**DBN:** E você se lembra da época das casas de farinha?

**E:** Aí eu me lembro, era bom demais. Meu pai ia para lá e levava a gente. Ai, como era muito bom! Aqui só tinha uma. Aí depois que as freiras vieram para cá, essa casa que eu participei era de um homem chamado de Mané Lopes irmão do pai de Maria Lopes, aí essa casa de farinha era dele. A gente ficava lá mais minha mãe, rapava mandioca, tirava goma, era muito bom. Porque a gente tinha aquele jumentinho, os burrinho, aí botava aquelas “cangaia” e levava as coisas dentro, levava um monte de troço para lá e a gente passava a semana lá. Aí lá embaixo tinha um riozinho que a gente ia para trazer água, para lavar louça. Essas coisas não existem mais. Aí depois que as freiras vieram para cá elas fizeram a casa de farinha delas, aí não sei como é que tá hoje. (**Eliene Soares de Souza, 50 anos, Caraúbas, 9 jan. 2021, 9h54min.**).

**AJS:** Eu ia “trabaia” em Barra de Maxaranguape, e passava o mês inteirinho colhendo farinha, noite a dia. Olhe o meu sofrimento porque eu sofri na minha mocidade, colhendo farinha, eu era chamado para todo canto. Naquela época minha, o pessoal trabalhava. Mas hoje não trabalha ninguém, hoje só existe o quê aquela casa de farinha ali. Aquilo não é nem uma casa de farinha, aquilo é uma gangorrinha, é pequena demais ali. Ali é de um rapaz só né.

**DBN:** E como era de primeiro aqui?

**AJS:** Primeiro aqui as casas de farinha trabalhavam aqui 10, 12 pessoas dentro de uma casa de farinha. Tirando goma, emprestando massa, cada casa “era cheia” de emprego, todo mundo. Hoje essa é pequenininha.

**DBN:** O que aconteceu com as casas de farinha?

**AJS:** Derrubaram tudo!

**DBN:** Por que?

**AJS:** Porque não tinha onde mais trabalhar. Não “quisero” mais roçar, mais plantar na vazante, “pranta”, trabalha, ficaram “preguiçoso” na época né. Mas no meu tempo a gente trabalhava, trabalhava muito. Trabalhava de noite a dia. Em toda região aqui desses “município pequenininho” eu era chamado para cozinhar farinha. O melhor forneiro era eu, na época. (**Antonio José dos Santos, 80 anos, agricultor, Caraúbas, 9 jan. 2021, 18h03min.**).

**NP:** Plantavam mandioca, macaxeira, jerimum, melancia, essas coisas de roçado sabe...feijão. Que eu ainda me lembro do meu tempo eu ia pro roçado mais minha

mãe, menina de dez anos, doze. Meus pais trabalhavam no roçado. Ai o que eu aprendi na minha vida foi raspar mandioca, foi tirar goma, foi cevar. O povo com aquelas rodas rodando e eu com a mandioca lá no rodeio, cevei foi muita mandioca e tirava goma. Duma “ranca de roça” eu tirava bastante goma, é trabalhoso porque a gente tirava aquela coxa todinha de massa, porque era aquelas coxas grandes de cimento, virava aquela coxa todinha de massa, aí a gente tirava aquela goma todinha ficava a farinha só a bucha, era o povo reclamava dizia que a mão da gente era amaldiçoada porque tirava a goma todinha da roça. Ai a gente chateava, a gente deixava uma parte pra tirar, que era pra misturar com uma outra pra eles não reclamarem tanto.

**DBN:** E tinha muita casa de farinha?

**NP:** Tinha muita, o pai do Pedro, tinha ali o Neto Cesário, tinha a de Sisu Machado, tinha a de Mané Machado, tinha de Soledade, tinha de seu Thales, tinha de seu Fausto e tinha pra banda de lá tinha mais, eu tô dizendo as que eu trabalhei. A das freiras era aqui dentro de Caraúbas [...]. A minha vida era tirar, quando eu não estava em casa de farinha trabalhando raspando mandioca cevando, porque eu cevava eu raspava eu tirava goma eu fazia tudo numa casa de farinha. A Dalvací era minha companheira, quando a gente estava em casa bem despreocupada chegava as pessoas pra chamar a gente pra raspar mandioca, pediam até pelo amor de Deus que a gente não deixasse de raspar mandioca, porque a gente raspava muita mandioca a gente era muito danada “visse”? Dalvací não contou não? Ai a gente ia pro mato, eu tirava a mesca, é uma raiz, uma resina que tem no pé de [???]. Eu tirava a mesca botava na cabeça e ia vender em Natal, eu e minha flor, eu tirava mel de abelha, nesse tempo era jandaíra, a gente levava aqueles sacos cheios de garrafa de mel, eu fiz tudo isso pra reviver na minha vida. (Nerci Pereira das Flores, 88 anos, agricultora, Caraúbas, 12 jan. 2021, 12h04min.).

**ML:** Mandioca, ia ralar naquele ralo pra espremer na mão, no pano pra fazer o beiju.

**DBN:** E naquele tempo muita gente plantava?

**ML:** É, nessa Barra tinha quatro casas de farinha e agora não tem mais nenhuma. Ali onde é a prefeitura, ali tinha uma casa de farinha, tinha um bucado.

**DBN:** E onde eram as outras?

**ML:** Era uma do lado de cá da ponte, a outra era lá em Misael e a outra era lá onde já tá com muita casa ali onde é o **quilombo** [embora procurei em conversas e em documentos e na internet, não achei nada de referência a esse quilombo, apenas a toponímia de “**Barra dos Nêgos**”]. Pois é, e hoje não tem mais nenhuma. Ali na ponta onde tinha aquele bar, ali do lado tinha uma casa de farinha e lá em Mizael tinha a que era do avô dele que era irmão da minha avó, o tio Tonho, tinha aquele cercado que era do avô de Mizael e do lado era de meu avô, mas ele tomou conta tudinho [se referindo ao Mizael].

**DBN:** E por que a casa de farinha acabou que a senhora acha?

**ML:** Meu filho, não tem quem plante mais. Ninguém planta mais, não tem casa de farinha. (Maria Lúcia “Nega”, 64 anos, marisqueira, Barra, 11 jan. 2021, 12h24min.).

**DBN:** E antes tinha mais emprego?

**Emerson:** Antes tinha mais. Antes tinha casa de farinha, né, que fazia farinha, mandioca, carvão. Hoje em dia é pesca, prefeitura, gerando emprego é só a pesca, e a prefeitura, e a construção cívil. (Emerson “Piloto”, 44 anos, pescador, Barra de Maxaranguape, 13 jan. 2021, 12h18min.).

**Joana:** Tinha, meu pai tinha uma casa de farinha. Os “homis” puxando na roda e a “mulié”, minha mãe, empurrando a mandioca [decreve o processo manual].

**DBN:** E era isso naquela época? Só a pesca e agricultura, e casa de farinha.

**Joana:** É, casa de farinha

**DBN:** Tinha muita casa de farinha aqui?

**Joana:** Não, nada, tinha três [outros testemunhos afirmavam que esse número chegou a seis, o que pode ser contabilizando os distritos caso houvesse realmente três em Barra de maxaranguape e outras três nos distritos]. (Joana, 95 anos, Barra de Maxaranguape, 15 jan. 2021, 9h43min.).

**Dona Elita:** Meu avô era pescador, meu pai subia em coqueiro, mas trabalhava de agricultura. Ele botava roçado. Quando a mandioca “tava” boa no tempo, ele comia na casa de farinha. As “muié” iam raspar, as “muié” iam tirar goma, cozinhar. Aí fazia farinha passava uns “15 dia”, mas **era muita fartura, fartura então, de goma, farinha, feijão**. A gente tinha muita fartura, viu? [...]. Tinha três casas de farinha, hoje não tem mais nenhuma, só tem uma, aquela uma que você conhece [do Chico de Crente]. Tinha uma aqui, bem, quase central na rua era onde a gente fazia farinha lá. Era muito bom. Passava a noite lá, cozinhando, espremendo, tirando goma. (**Elita dos Santos, 74 anos, agricultora, Caraúbas, 20 jan. 2021, 18h31min.**)

Nos **testemunhos**, nota-se a **centralidade do papel feminino na lógica agrícola**, pois as mulheres eram protagonistas na produção de farinha, que decaiu junto com a atividade agrícola, diferente da pesca, em que as mulheres possuem uma função vista como complementar e não essencial (WOORTMANN, 1992).

Também se nota, a partir dos testemunhos, como o modo de vida tradicional se estrutura também em função da cidade, a qual aparece em uma **relação de complementaridade**, sendo que a cidade necessita mais dos povos e comunidades tradicionais, do que eles da cidade. Por conseguinte, os produtos pesqueiros e agrícolas eram, em boa quantidade, vendidos para a cidade. Diegues (2004, 2008) também afirma que muitas comunidades tradicionais tinham essa função de “abastecer” os centros urbanos maiores.

O desaparecimento das casas de farinha é uma das principais evidências do fim da pequena agricultura e da desterritorialização que isso causou, pois, os jangadeiros não se constituíam apenas como pescadores artesanais, mas sim como pescadores e agricultores ou pescadores-lavradores. Woortmann (1992, p.7) testemunhou esse fato:

A perda definitiva das terras de lavoura levou ao desaparecimento da casa de farinha. Ainda existente em algumas localidades menos atingidas pelas mudanças, ela atendia às necessidades de um grupo de famílias unidas por laços de parentesco, ou eventualmente a toda comunidade quando esta era (ou é) de menor amplitude. O trabalho era aí realizado tipicamente pelo mutirão, como troca de trabalho principalmente entre mulheres (raspagem, secagem, torrefação) [...].

Em Caraúbas, atualmente, há apenas uma casa de farinha, a do Chico de Crente (**Fotografias 56, 57 e 58**), que fica a uma hora a pé da vila. O terreno onde está o estabelecimento foi repartido e concedido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a casa de farinha é de 2008 e feita de alvenaria, porém ao lado dela estão as ruínas (não datadas) da antiga casa de farinha que existia ali. Tivemos a oportunidade de acompanhar um dia de produção da farinha ou “farinhada”, em todas as suas etapas: descascar, moer, prensar, peneirar e torrar.

**Fotografia 56 - Casa de farinha de Chico de Crente**



**Caraúbas, 7 jan. 2021:** Nessa casa de farinha, é possível chegar caminhando ou de moto desde Caraúbas. Na propriedade, estão algumas roças de frutas e mandioca. Ocasionalmente, o proprietário, Chico de Crente, contrata algumas pessoas para fazer junto com ele todo o processo desde a colheita até a torra da farinha. Foto: D. B. Neto.

**Fotografia 57 - Interior da casa de farinha**



**Caraúbas, 7 jan. 2021:** O processo de produção da farinha é feito de maneira artesanal, desde os utensílios, a maioria em madeira, até as técnicas. Foto: D. B. Neto.

**Fotografia 58 - Homem torrando a farinha**



**Caraúbas, 7 jan. 2021: Enquanto o senhor torra a farinha, um jovem observa o processo. A memória ainda é transmitida no cotidiano, em espaços de resistência. Foto: D. B. Neto.**

No tempo dos antigos, a farinha de mandioca aparecia como substituta do pão europeu, por isso fora chamada de “pão dos pobres” ou “pão dos trópicos”, pelo naturalista Theodoro Peckolt (1822-1912) (CASTRO, 2012; MUSSOLINI, 1953). Até por volta dos anos 1970, as áreas de lavoura ficavam próximas as casas (como os cultivos menores, como hortaliças e frutas) e em lugares mais afastados ficavam os cultivos de mandioca, girimum (abóbora), feijão, batata etc., sendo que muitas dessas áreas de roçado ficavam próximas aos rios e lagos.

Josué de Castro (2012) demonstra como muitas roças eram uma herança dos escravizados, que plantavam escondidos de seus proprietários e/ou capatazes. Como não havia água potável, para coletar água era necessário caminhar até os rios ou as bicas de água, ainda hoje chamadas de “olhos d’água” ou “olheiros”, como revelaram muitos relatos orais e entrevistas.

Todo esse sistema surge associado aos Engenhos de Açúcar (MUSSOLINI, 1953). Atualmente, a maior parte dos engenhos da região estão desativados. Por exemplo, no município vizinho de Maxaranguape, Ceará-Mirim, há um grande número de engenhos antigos, que fazem parte de roteiros turísticos (“Rota dos Engenhos”). Acreditamos que o povoamento de Maxaranguape também tenha tido uma origem quilombola, embora não haja uma literatura acadêmica apontando isso, pois, como diz Antonio Candido (2023, p.25): “[...] a história se ocupa do que ficou documentado, e a documentação se refere geralmente às classes

dominantes”.

Uma informação capturada a partir de conversas com os moradores antigos é que o primeiro nome do município foi “**Barra dos Nêgos [negros]**”, outro forte indício de ter havido ali na região algum ou alguns **quilombos**. Diante disso, fica o questionamento: **para onde iriam os escravizados?**

A presença de antigos engenhos na região é uma expressão de como a economia açucareira possuiu uma relevância na formação territorial de Maxaranguape, como também outros gêneros alimentícios (mandioca, pescados etc.). Gioconda Mussolini (1953) afirma que o aguardente e a farinha de mandioca foram utilizados como moeda para aquisição de escravizados africanos. Diegues (2004) afirma que a pesca representou, durante o período colonial, fonte de alimento para os engenhos e fazendas dedicados a monocultura açucareira e para os centros urbanos.

Dessa maneira, havia uma **relação de complementaridade** e troca entre Maxaranguape e a capital Natal. Em paralelo ao desenvolvimento da monocultura, a pesca aparecia como a principal fonte de proteína animal, em complemento à pequena agricultura praticada pelos pescadores artesanais.

Atualmente, tanto na sede municipal quanto nos dois distritos litorâneos (Caraúbas e Macarajau), a atividade pesqueira configura-se como uma das atividades principais, ao lado dos serviços e da agricultura (em menor grau, praticada por meio de pequenos cultivos próximos à cidade e nos assentamentos). No entanto, há uma percepção coletiva de que a pesca está piorando, visto que os pescadores afirmam que no tempo passado havia mais abundância de pescados e mais pescadores e que a pesca era mais relevante para o município e seus distritos do que é atualmente. Os testemunhos apontam para uma **redução de pescadores**, ficando nítido como há uma preocupação de que os pescadores podem acabar. Quase sempre é ressaltado a falta de trabalho jovem na pesca, o que acarretará em uma falta de pescadores, **conforme ressaltado nos depoimentos:**

**R:** Eu já botei cinco anos viu, cinco anos, daqui pra frente que aqui quando se acaba do meu tempo pra lá que deixar de pescar, quem quiser comer um peixe não vai ter. Porque aqui só tem eu, Rogério, Espaiá Brasa, Mimi, Bibi, Paofa e os irmão, e acabou-se os pescador daqui, acabou.

**DBN:** E esses cara aqui ó [apontando pra outros pescadores]?

**R:** Esses daí é só pra “beber cana”, pesca cacete nenhum, já “pescaro” mais não pesca mais, ai se ligaro naquela branca ai [cachaça] e já era. Esse daqui ó já tá com 500 anos de cachaça! (**Rosinaldo “Rosa” de Souza, 57 anos, Caraúbas, 5 jan. 2021, 7h57min.**).

**R:** Caraúbas mudou bastante viu, desde que eu me entendo de gente que a mudança foi muitas né, mudo, veio bastante casas que antigamente não tinha. As casas eram pouquíssimas, o desenvolvimento, o turismo, não tinha. A pesca diminuiu um pouco



porque tinha mais pescadores. **Os mais antigos que gostavam mesmo de pescar já foram alguns morrendo, outros já não exercem mais a profissão** porque não tem condições né. (Rosileide dos Santos Soares, 37 anos, comerciante, Caraúbas, 5 jan. 2021, 8h26min.).

**DBN:** E a chegada do turismo e da internet, o que mudou?

**MP:** Mudou em todas comunidades, principalmente nas comunidades, como diz na história, “praiana” ou “praieira” né. Porque, por exemplo, dos 20 por cento da comunidade, tinha um por cento de trabalhadores, e os outros 19 por cento era pescador. Ai depois da energia e desses negócios de internet mudou porque muitos a gente vê chega “do lado de fora” e começo a “buta” [colocar] esses restaurantes, a empregar os nativos, aí o número de pescador foi diminuindo. Vou dizer a pura verdade, nós hoje ainda “temo” aqui em Caraúbas, não sei quantos eu não contei, mas essa quantidade de jangada pescando é porque tem motor, senão nós não tinha nem três jangadas no porto daqui.

**DBN:** E o Sr. acha que essa diminuição vai continuar até um dia a pesca acabar ou ser muito menos gente que faz?

**MP:** Vai porque você vê que têm uma “fachatória” de idade pescando, **ninguém vê um mais novo querendo pescar querem ou estudar pra ir pra um emprego ou fazer uma outra coisa, mas não quer pescar.** Então você vê aí que o pessoal mais velho que nem Buzico, Divaldo, Golinha, meu pai que era dessa época, entendeu e desse pessoal assim ficou a fachatória da gente, eu, Espaiá Brasa, Rosa, Mimi, Criança, tudo de 50 pra cima, mas pode vê que não tem nem um de 18 pra baixo, não tem. Porque? Porque todos tão procurando outra atividade.

**LG:** E por que eles procuram outra atividade? Por que a pesca não poderia ser a principal?

**MP:** Porque a pesca é incerta, você pode passar uma semana todinha parado sem ganhar um tostão e no emprego você tem o seu salário. [...] E qual o pescador que ganha 30 reais por dia? Nenhum, nenhum, a nossa pescaria aqui não tá dando, a gente segura essa barra aqui porque a gente tem aquele: “eu vou, eu já sou daqui, então vai”.

**DBN:** E como você vê o futuro da pesca?

**MP:** Olha o futuro da pesca se não tiver uma ajuda boazinha daqui uns dois, três, cinco anos por aí, tiver uma ajuda boa do governo, a gente vai acabando, a gente tá “levando com a barriga”. (Manoel “de Pretinha” Jovenal dos Santos Júnior, 57 anos, pescador, Caraúbas, 5 jan. 2021, 11h49min.).

**ZB:** Antes tinha mais pescador, “os antigo” pescava mais. Hoje tem menos pescador, porque no **tempo dos antigo** “os cabra” tinha mais coragem de pescar.

**DBN:** E o que mudou na pesca de antigamente para hoje?

**ZB:** De primeiro era melhor né, o povo pescava mais né.

**DBN:** Isso porque tinham mais peixes?

**ZB:** Tinha a mesma coisa que hoje né, mas mais gente pescava. Hoje o pessoal vai menos pescar, é a diferença. (Zé Batista, 61 anos, pescador, Caraúbas, 6 jan. 2021, 7h13min.).

**DBN:** O que mudou na pesca de quando você começou a pescar, até hoje?

**WS:** Mudou muita coisa, era uma pescaria mais franca, **“os pescador” antigamente mais antigo já se foro e hoje os novos não querem mais pesca igual antigamente.** Tem três tresmalhos aqui e não tem pescador pra sair pra maré pra pescar agora. Mudou tudo!

**DBN:** E por que você acha que o povo não pesca mais?

**WS:** É porque essa renovação hoje em dia não é como antigamente, querem tá na beira de rua, andando, mas batalhar eles não querem, os mais jovens.

**DBN:** Então como os mais jovens estão olhando para a pesca?

**WS:** Eles “chega” na praia olha e vai pra casa, não liga, não querem essa responsabilidade mais.

**DBN:** Então, você acha que um dia a pesca pode acabar?

**WS:** Pode acabar, porque essa renovação nova aí não bota o barco pra frente não.

**DBN:** E o que poderia ser feito pra pesca melhorar, pra não acabar?

**WS:** Eu acho assim que esses jovens hoje em dia eles tem como abrir porta de outros

empregos, eles tão esquecendo a pescaria, uns vai “trabaia” num canto, outros em outro, não querem pescar. Aí fica difícil, porque os mais velhos vão se acabando, claro que vai se acabar, não vai fica na terra, e o de hoje a renovação não querem a pescaria, então não tem nem como mudar o ser humano né. **(Waldineis da Silva, 35 anos, pescador e pedreiro, Caraúbas, 6 jan. 2021, 5h25min.)**

**G:** Então aí, pelo que eu “tô” vendo, está arruinando, porque uns estão ficando “véio” que nem eu e outros ai que “deixemo” de pescar né. Aí tem esses novos, só que esses novos, quando vai pro mar um dia, ai faiz 50, 100 reais e não vão mais, não querem ir mais. Porque aqui, antigamente, uma hora dessas (8h30m.), tinha um monte de jangadinha chegando da maré. É, agora tá tudo parado. Mas hoje não tem mais isso. Essa maioria nova não quer mais nada.

**DBN:** Então hoje qual é o maior problema que a pesca está enfrentando?

**G:** A maior dificuldade é o seguinte, é como eu falei pra voce, muitos não querem trabalhar, mas eu vou e não tem problema. Mas se você vê aí ó, aqui tem cinco ou seis rapaiz novos, que não querem “ir pra malha” [ir pescar], ai vão esperar que eu, um véio já, vá buscar o peixe pra quando chegar dar pra eles. Aí você acha que tá certo? Não tá não. **(José Luís Soares "Seu Golinha", 71 anos, pescador e agricultor, Caraúbas, 6 jan. 2021, 8h29min.)**

**N:** A pesca era diferente, muito. Tinha mais pescadores, tinha mais peixe, tudo mais à vontade.

**DBN:** E por que você acha que hoje tem menos pescadores e menos peixes?

**N:** Porque como o município cresceu mais um pouco, aí o pessoal fica dividido, é pra pesca e já é mais turismo, **o turismo entrou aqui aí muito pescador desistiu**. Tinha muito pescador colega meu que trabalhava na pesca e agora tá “tudo” trabalhando no turismo, é! A maioria dos pescadores, já foi empregado em muitas empresas E já não querem mais pescar. Aí tem os mais velhos, os mais antigos que não pararo ainda não. E de 50, tem uns, talvez uns 20, 25 que pesca.

**DBN:** E onde o pessoal trabalha mais aqui?

**N:** Na pesca, turismo e na parte da prefeitura.

**DBN:** E os jovens como eles estão se relacionando com a pesca?

**N:** Os jovens daqui da comunidade não querem pescar não. É porque assim, primeiro aqui não tinha outra coisa pra fazer, aí a gente arrastava e tinha muito peixe, e o pessoal se alimentava. Agora a pescaria tá difícil demais. Porque como eu falei pra você, por causa dos trabalho, aparece os trabalhos e o pessoal vai trabalhar em uma coisa mais certa né.

**DBN:** E você acha que diminuiu a quantidade de peixe?

**N:** **Diminuiu o número de peixe porque o pessoal não quer mais pescar, mas se forem pescar mesmo, vai ter!** Isso nunca falta não. **(Nininho, 50 anos, pescador e comerciante, Caraúbas, 6 jan. 2021, 10h37min.)**

**DBN:** Como os jovens estão olhando para a pesca hoje?

**F:** Os jovens hoje não estão mais olhando para a pesca, vai chegar um tempo que principalmente aqui na comunidade da gente, se a gente não pescar mais eu e muitos da minha idade não vamos ter pescados aqui, porque muitos já não se interessam pela pesca mais.

**DBN:** O senhor acha que a pesca pode acabar então?

**F:** Com certeza, daqui a 10, 15 anos pra frente não vai ter mais, porque os jovens não vão se interessar em ir mais [lamentamos a situação].

**DBN:** Por que a pesca é importante para o modo de vida local?

**F:** Porque começou assim, como a única renda que tinha. Dos meus pais até agora eu. Mas agora mudou muitas coisas, **tem mais trabalho, então os jovens não querem ir mais para pesca**, procuram trabalhar em terra. Então para hoje muita gente chegou e melhorou as coisas, como a gente comentou **(Edmilson G. Silva, “Figurinha” ou “Dragão”, 46 anos, pescador, Caraúbas, 6 jan. 2021, 17h37min.)**

**DBN:** E para você qual é o futuro da pesca?

**SDS:** Rapaz, tem muitos jovens que não vem não pescar, você tá aqui e tá vendo, não tem muito jovem que vem pescar.

**DBN:** E qual você acha que é o maior problema da pesca artesanal hoje?

**SDS:** Acho que é os pescadores, que não tem né, e tem vez também que o mar tá bravo, essas coisas e também falta renda para eles, dinheiro, essas coisas. **(Samuel da Silva, 22 anos, pescador, Caraúbas, 7 jan. 2021, 5h20min.)**

**DBN:** E naquela época, tinha mais ou menos pescadores?

**PC:** Tinha mais do que agora, naquele tempo morria peixe viu, o “cabra” chegava a essa hora aí cheinho de peixe, carregando, a jangada chegando com uma “ruma” [muitos] de peixe as jangadas chegavam e voltavam ó pronto. As jangadas chegavam agora e já voltavam né, naquele tempo elas eram maiores. **Aí hoje outros “cabras” não querem pescar mais, outros já arrumou outros emprego, porque a vida na maré não é fácil não, não é pra todo mudo não.**

**DBN:** Por que você acha que os mais novos não querem pescar?

**PC:** Rapaz, eu acho que eles querem procurar um negócio mais fácil, trabalho, emprego, porque hoje o pessoal estuda né, aí quer procurar coisa melhor. Porque pescaria não é fácil não. Você não quer um filho pescando, não quer não, é sacrificoso. Se você nunca for, e você for um dia no outro você não quer ir não. “Ucê” fica bebu de um jeito que “uce” se arreja lá fora, se arreja e chega em casa mais doente que não sei o que.

**DBN:** E o que mudou na pescaria desde quando você começou a pescar até os dias de hoje?

**PC:** Rapaz as coisa mudou muito porque não tem mais peixe igual antigamente, não tem não. O povo já não pesca muito, aí não tem peixe, tem peixe tem, mas não pesca. O pessoal não pesca mais não vai mais pescar, acabou. O pessoal que pescava já morreu tudo ficou só um pouquinho. **(Pedro “Cangulu” Manoel de Castro, 77 anos, pescador e agricultor, Caraúbas, 7 jan. 2021, 6h.)**

**DBN:** E tu acha que hoje tem mais ou menos pescador?

**D:** Rapaz, eu acho que hoje tem mais cabra pescando porque tem muito paquetinho novo aí, esses de rede, menorzinho aí. Os caras vão pertinho, logo, 8, 9 horas tá em casa.

**DBN:** E a molecada aí como você acha que tá o interesse deles por pescar?

**D:** É zero, pra arrumar um “cabra” aí para ir para maré é difícil ele morre de fome e não vai. Porque não tem coragem, não tem profissão. Um “cabrinha novo” não vai para maré não, não tem condição. Porque lá para dentro o negócio não é bom não. **(Damião Félix dos Santos, 42 anos, Caraúbas, 8 jan. 2021, 6h31min.)**

**L:** Eu nasci, minha mãe, meu bisavô, meus avós, tudo daqui. No meu tempo mesmo que eu me lembro era um lugar que tinha mais armadilha, mais pesca. Hoje em dia tá tudo ferrado, natureza, não tem mais nada não. E tá faltando pescador, vai faltar pescador. Tá diminuindo muito, muito mesmo.

**DBN:** E por que você acha isso?

**L:** Porque essa turma nova que tá aí hoje em dia facilita muito e não liga mais para pescar. Os meninos de hoje com 13, 14, 15 anos não pode mais trabalhar. Não sabe nem trabalhar, nem o que está fazendo. Porque a juventude não quer saber não. Aqui mesmo tem pescador indo pescar sozinho porque não acha quem vai junto. A molecada pesca aí o mês vai duas três vezes e aí não quer mais. **(“Leria” José Francisco dos Santos, 64 anos, machante e pescador, Caraúbas, 8 jan. 2021, 16h56min.)**

**JA:** Eu comecei a pescar com 12 e tô com 63 anos, eu quando eu me for eu não deixo nenhum pescador filho meu, e assim vai. Assim é com os “pescador antigo”. [Fala sobre alguns pescadores que já estão velhos e não tem filhos pescadores]. Porque o pessoal os jovens não querem pescar, quer ir trabalhar. Não é isso? Hoje tem muitos empregos e até eu fico quieto porque o cara amanhece o dia na sua redezinha dormindo, e chega a hora do trabalho vai trabalhar para ganhar o dinheiro né e com a carteira assinada você pode comprar uma moto, um carrinho para andar. E a pesca para chegar nesse ponto é obrigado que você tenha tido muita ajuda e pescado muito peixe e ter quem compra. E precisa ser controlado porque se você não controlar nunca tem nada. Mas é difícil meu amigo, na pescaria é difícil para você arrumar condição.

**DBN:** E por que você acha que a juventude não quer mais pescar?

**JA:** Porque assim é como o caso que eu falei não quer mais pescar assim porque você vai trabalhar e sabe quanto vai ganhar, a pescaria você não tem certeza. Você pode ganhar 300 reais, 400, pode ir e não ganhar nenhum centavo. E no trabalho fixo, você sabe o quanto ganha por dia, e na pesca é diferente. E assim vai, a vida do mar é um mistério, a gente no mar é um mistério que não dá para ninguém entender é muito complicado. **(João Aleixo, 63 anos, pescador, Caraúbas, 9 jan. 2021, 7h12min.).**

**DBN:** Naquela época tinham mais ou menos pescadores? E, por quê?

**FCS:** Eu já falei, tinha mais. Foi o telefone, o telefone acabou com o pescador, ninguém mais quer pescar, nem os jovens. Todos que tem filho pescam sozinho, vão só, todos.

**DBN:** Seu Mimi, qual você acha que é o maior problema do pescador hoje?

**FCS:** Para mim o maior problema é tá faltando sabe o que lá coragem e disposição. É isso que tá faltando, porque **o maior padrão da praia é o mar. Empresa da praia é uma, o mar dá tudo se você procurar dentro dele.** Tudo que “ucê trucé” de lá é dinheiro na mão. **(Francisco Canindé dos Santos Sena “Mimi”, 65 anos, pescador, Caraúbas, 9 jan. 2021, 1h32min.).**

**DBN:** A senhora acha que a pesca está diminuindo?

**RP:** “Tá” diminuindo também, porque não tem pescador.

**DBN:** E por que você acha isso?

**RP:** O povo diz que depois que os idosos começou a se aposentar, aí esse povo mais novo se sustenta com dinheiro da família, dos avós dos pais aí eles não ligam de trabalhar. Porque os pais têm para dar. Agora eu mesmo na minha casa só é eu e meu marido, graças a Deus. E dos meus sobrinhos uns pescam outros trabalham. O pai do Manuel meu marido também era pescador e já morreu.

**DBN:** Então como você acha que os jovens estão olhando para a pesca?

**RP:** Eles não pesca, eles vão para maré. Chega, puxa, pesca o peixe e vai embora. Eles não fala assim: “eu vou me responsabilizar para nós pescar”.

**DBN:** E você acha que por causa disso a pesca vai acabar?

**RP:** Vai diminuindo, diminuindo até acabar. Que não tem pescador, então. Pescador é aquele povo antigo, mas eles já “tá” “véio” e não pesca mais. Igual ao meu marido, mas agora ele “tá” ali puxando uma rede. Aí ele vai porque ele gosta né mas não que ele pesca continua ele já “tá” com 83 anos né. **(Raimunda Pedro da Rocha “Mana”, 76 anos, agricultora aposentada, Caraúbas, 11 de jan. 2021, 7h41min.).**

**DBN:** E hoje são muitas mulheres pescando?

**ML:** Não tem mulher nenhuma mais, porque nenhuma mulher quer ir para as pedras. Pronto, as que pescava já faleceram, agora se você chegar nas pedras você vê pescando mais os homens, você não vê mulher nas pedras não.

**LGV:** E a única mulher hoje é a senhora?

**ML:** Enquanto Deus me der força nas pernas né.

**LGV:** É ela aqui em Barra, e em Caraúbas é a **Dona Gerinalda** né, que pesca mesmo.

**ML:** Eu fui para a rede [fui pescar] sexta e sábado, aí um homem, assim, viu e disse assim olha essa mulher nessa idade tem mais fôlego que esses “homi”.

**LGV:** E você acha que se tivesse um incentivo elas iam voltar a pescar?

**ML:** Aquelas antiga, não tem mais nada não, meu filho, só tem gente nova que não quer arranhar as unhas, não quer se cortar. Olha meus pés é tudo cortado das ostra, é tudo furado dos ouriço [...].

**LGV:** E o que você vê da pesca, qual você acha que vai ser o futuro da pesca artesanal?

**ML:** Meu filho, só se for para baixo, porque do jeito que “tá” esses tresmalho aí vai chegar um dia que não vai ter um pescador não, porque você vai numa rede e você vê mais pescador idoso, é difícil você ver um mais novo. Vem mais um idoso, onde é que os novos tão? Na rua, fazendo o que não presta.

**LGV:** Então por que você acha que os mais jovens eles não estão querendo pescar mais?

**ML:** Vida boa meu filho, antigamente chegava em casa para comer e não tinha nada, hoje tem de tudo. **(Maria Lúcia “Nega”, 64 anos, marisqueira, Barra, 11 jan. 2021,**

**12h24min. Entrevista feita com Lucas Gabriel Veríssimo Pinheiro, Isadora Natália Barreto e Jully Kallyane Santos).**

**TS:** Olha, naquela época sim tinha pescador aqui viu. Hoje, não tem mais nada, não tem pescador não.

**DBN:** E por que não tem mais pescador?

**TS:** Eu não sei porque o pessoal não quer pescar, porque os mais velhos que gostavam mesmo, esses já se foram. Hoje tem essa juventude aí que não quer pescar. Porque meu pai, meu avô, muita gente que eu conheci já morreu tudo, o pessoal era tudo pescador. Hoje não tem um quarto do que teve, não tem mais pescador mais não, tá? Essa juventude de hoje, assim eles não têm a coragem que meu pai e essas outras turmas tinha não, não tem não, porque para você ir para maré nessas coisinhas e passar a noite todinha, chegar no outro dia, isso aí fica pra quem tem coragem. E naquela época, todo mundo fazia isso sabe porque? Porque todo mundo precisava e só tinha aquilo dali, ou você partia pra ali ou você morria de fome (**“Teresinha” de Souza Soares, 59 anos, Caraúbas, 12 jan. 2021, 16h49min.**).

**DBN:** E como que como que o senhor acha que que os jovens estão olhando para a pesca hoje, se eles querem pescar?

**Zé Maria:** Não, não, os “jove” não tão olhando pra pesca não, só nós, antigo, e até certo ponto. Os “jove” não estão interessado muito não. Estão buscando estudo para ser médico, enfermeiro, outras coisas. Porque eles acham que a pesca é uma área muito sofrida no mar, é muito sofrida. Então eles não querem passar o que nós “passemos”. Eu mesmo, tivesse um filho pequeno, eu dizia: não queria ser pescador, não, que eu fiquei muito tempo e não é bom. Eu passei muitos anos e não achei bom porque é muito sofrido no mar. Então é o que os pai diz pra eles e eles vão procurando outros meio. O que, no meu pensamento, o que eu creio que vai ficar muito pouco, muito pouco barco pescando aqui no meu lugar. Eu não sei nos ‘outro’ lugar, mas aqui você vai aí e você não vê nenhum desses jovem daqui indo pro mar. Não vê não, só o que vem de fora, mas daqui de dentro do lugar é um, dois três. Tá tudo estudando, procurando outro meio, procurando trabalhar em restaurante, dirigir carro, ser taxista, mas na pesca, não. (**José “Zé” Maria da Costa, 62 anos, dono fábrica de gelo, Barra de Maxaranguape, 13 jan. 2021, 7h40min.**).

**Fabiano:** Então, os pescador tão ficando escasso, por isso, tão se aposentando, tão morrendo e os novos não tão não tão renovando. Por isso que tá assim, daqui a três ano vai se acabá.

**DBN:** Você acha que a pesca vai acabar?

**Fabiano:** A pesca não acaba não, vai acaba os pescadores profissionais.

**DBN:** E como que você acha que os jovens estão interessado na pesca?

**Fabiano:** Ah cara, de 100% aí no máximo que chega aí é dez por cento. (**Fabiano, 49 anos, pescador, Barra de Maxaranguape, 13 jan. 2021, 11h09min.**).

**DBN:** Você acha que a pesca vai acabar? Os pescadores?

**DEL:** Rapaz, eu acho que vai, viu. Eu acho que vão acabar, porque hoje pra você arrumar um pescador, Ave Maria, é uma dificuldade horrível. (**“Del”, 47 anos, pescador, Barra de Maxaranguape, 13 jan. 2021, 11h42min.**).

**DBN:** E como você acha que os jovens estão olhando para a pesca hoje?

**V:** De costas [risos]. Eles não querem nem saber, só quer saber de droga e essas coisas. Não todos, mas muitos né. Mas isso em geral né, não é só aqui.

**DBN:** Você acha que isso faz eles perderem o interesse em pescar?

**V:** É porque tem uns que vão achar o caminho melhor de ganhar dinheiro né, sozinho ou pelos outros e aí acaba se perdendo né, cabeça todo mundo tem, tem que saber usar né. (**Vital, 57 anos, pescador, Barra de Maxaranguape, 15 jan. 2021, 7h57min.**).

**DBN:** Ô, dona Gerinalda, fala para mim, como você acha que que a juventude que os mais novos estão olhando para a pesca? Eles querem pescar? Não querem pescar?

**Gerinalda:** Não.

**DBN:** Você acha que hoje tem menos pescadores que antigamente?

**Gerinalda:** Do que antigamente? Tem.

**DBN:** E por que?

**Gerinalda:** Não sei, porque não tem disposição, não tem coragem.

**DBN:** De ir lá fazer o que vocês fazem.

**Gerinalda:** Porque é assim por aqui, não tem mulher que tenha coragem de fazer o que eu faço não tem. Na idade que eu tô não tem. Muito difícil.

**DBN:** Por conta disso. Você acha que é a pesca, um dia ela vai acabar, porque os mais novos não querem mais pescar?

**Gerinalda:** Eu acho que sim. (**Gerinalda Nascimento dos Santos, 60 anos, marisqueira, Caraúbas, 20 jan. 2021, 17h34min.**)

**ELITA:** Até a pescaria tá até acabando, porque se não for os véio, os antigo, a mocidade aí não quer pescar não. E quem ficou...já era. Não quer mais trabalhar. Você vê um rapaz hoje 'butar' roçado? Não quer! Quer estudar, quer jogar, quer viver no celular, não é? Não quer mais fazer esse trabalho mais não. Se mandar limpar o mato ali não vai. Por isso que as coisa tá ficando mais dificultoso, por isso [...]. A pesca tá devagar, porque é como eu estou falando para você. Os novos já não querem ir. E também se eu fosse rapaz, eu não queria essa vida.

**DBN:** Do mesmo jeito que acabou a agricultura, você acha que a pesca ela pode acabar?

**ELITA:** A pesca não acaba, aqui para mim já acabou, porque só tem uma parte de idoso pescando. Mas essa geração nossa? Não vai, viu?

**DBN:** Mas você acha que então no futuro esses novos não tão indo, vai acabar?

**ELITA:** É. Pra mim vai, aqui em Caraúbas, vai. Agora nesse lugar como Touros, como é, Pititinga, por aí, ainda tem gente que pesca. Maracajaú tem um monte que pesca, mas aqui, dentro do **nosso lugar**, difícil. (**Elita dos Santos, 74 anos, agricultora, Caraúbas, 20 jan. 2021, 18h31min.**)

**DBN:** E em relação à mulher, às mulheres que pescam, você que era pescadora, antes tinha mais ou tinha menos?

**Teresinha:** Tinha mais, agora tem menos. Agora não tem mais mulher pescadora.

**DBN:** Não tem. Por que que você acha que as mulheres foram parando de pescar?

**Teresinha:** Porque foram ficando na idade, gente aposentou, outros não querem mais seguir a vida que vivia. (**Teresinha, 73 anos, marisqueira, rendeira, curandeira e parteira, Maracajaú, 21 jan. 2021, 9h11min.**)

**FOGÃO:** E aí hoje, hoje é mais parte turismo, e pescaria de pacote tá sendo muito pouco agora, mas tinha muito.

**DBN:** Diminuiu então o número de pescadores?

**FOGÃO:** É, é verdade.

**DBN:** E por que é que você acha que diminuiu?

**FOGÃO:** Porque depois que depois começou o passeio de barco turismo, a maioria da comunidade daqui foi pra isso. Foram procurar essa coisa mais fácil para trabalhar, porque em cada um, em cada barco desse são três pessoas pra ir pros Parrachos. Aí os pescador de tresmalho tem muito pouco, muito pouco. Aqui tinha mais tresmalho. Chegou a uns 10 a 12 tresmalhos. Hoje em dia só tem parece que, uns sete. [...] Antigamente, todo rapazinho que ia pescar. Hoje em dia, dificilmente tem, vai ter algum rapazinho de 15, 16 anos aparece pra pescar com a gente, é difícil.

**DBN:** E por conta disso, acha que a pesca ela pode acabar um dia?

**FOGÃO:** Rapaz, é o seguinte eu penso que não acaba não, porque sempre, sempre é uma comunidade é sempre uns deixando, outros ficando. (**Francisco Iuri "Fogão", 58 anos, pescador, Maracajaú, 21 jan. 2021, 9h44min.**)

Portanto, com base nos testemunhos, evidencia-se uma redução dos pescadores e da pesca, assim como num momento passado já houve com a agricultura (de pescadores-lavradores a pescadores artesanais, nos anos 1960 até 1990). Agora processo semelhante acontece com a pesca, havendo uma migração dessa atividade para atividades de serviços. Essa redução da

pesca e dos pescadores é muitas vezes associada com a chegada dos elementos da modernidade, ou seja, com a chegada de lógicas econômicas e culturais exógenas, entre os quais se destacaram a chegada da energia e das estradas, da internet e sobretudo do turismo, o que inclui a vinda de veranistas, a partir dos anos 1950, mas que se intensifica nos anos 1970.

A redução de pescadores e de pescados, que ocasionou a redução da pesca como um todo, tem como principais motivos a modernização, com a chegada de novas territorialidades disruptivas, com lógicas e trabalhos que reduzem o papel local das atividades primárias, aumenta a pressão sobre os recursos pesqueiros, que em boa parte vem dos barcos de pesca industrial, e aumenta o desinteresse dos mais jovens em serem pescadores, o que é intensificado pela falta de incentivos.

Por conseguinte, o aspecto mais relevante que aponta para uma redução da pesca, assim como em um tempo passado já houve com a agricultura, é o fim da prática pelos sujeitos mais jovens, pois estes já estão associados a outros serviços. Isso ocorre, porque, **como notado nos testemunhos acima**, os jovens estão deixando de pescar e de aprender a fazer a atividade pesqueira.

Alguns jovens afirmam que sabem pescar, que estão aprendendo ou que querem aprender, mas a maioria afirma que tem pretensão de seguir outra profissão ou estudar, pois a pesca traria uma vida muito sofrida e difícil. Boa parte dos jovens demonstrou que pretende seguir pescando, porém como hobby e não como atividade principal ou complementar. Também há um reconhecimento que os outros jovens estão abandonando a atividade, em detrimento de buscar outros trabalhos, **como demonstram alguns testemunhos dos próprios jovens**:

**DBN:** E o que você pretende para o seu futuro?

**G:** Olha eu não pretendo ainda nada não, mas minha “pretendencia” é ter um trabalho bom, é fazer uma faculdade e investir em mim mesmo. Porque se for investir pelos outros, ninguém cresce não.

**DBN:** Você seria pescador?

**G:** Irmão, eu gosto de pescar, mas não gosto de, assim todo dia né. Seria só para pescar mesmo né, mas eu quero ter meu trabalho.

**DBN:** Então você quer pescar, mas não quer ter a profissão de pescador né, por quê?

**G:** Assim, porque o meu objetivo já é outro “trampo”. Pronto, eu trabalho em calçamento, esses “calçamento” aqui [construção cívil]. Aí eu não vou perder a oportunidade de fazer uma coisa, eu prefiro não crescer rápido eu prefiro crescer devagar porque se eu crescer rápido eu vou cair depois.

**DBN:** E você acha que é a pesca pode acabar?

**G:** A tendência é acabar, porque depois vai ficar só uns, uns vão ficar para pescar, vai ter uns aqueles que vai gostar, aquele que pesca, vai ter uns, poucos. Aqui não vai ter muito não. Aqui vai ser só trabalhar e pronto.

**DBN:** E você acabou a escola?

**G:** Eu parei no segundo ano, por causa da pandemia e não voltei.

**DBN:** E como você acha que a juventude tá olhando para a pesca?

**G:** A maioria não olha mais para pesca, a maioria só vai querer trabalhar, tem uns que quer curtirão, tem outros que já quer outros negócios entendeu. É diferente é bem diferente.

**DBN:** E por que você acha que a molecada não quer mais pescar?

**G:** Ahh, tá de vida feita, papai e mamãe banca ou se não tem uns que vão atrás de trabalho. Aí eles para de pescar, para de fazer tudo para ir atrás de um trabalho mais melhor. Porque só a vida de pescar e pescar não leva não. Só se for pescaria em alto mar, alto mar dá dinheiro [pesca industrial], mas é muito arriscado. (**Geovani “Gegê”, 19 anos, Caraúbas, 10 jan. 2021, 1h36min.**)

**DBN:** Você tá aprendendo a pescar?

**UE:** Assim, eu só venho pescar por um hobby porque eu gosto. Puxar a rede né, aí quando pega eles me dão uns peixes.

**DBN:** E você quer aprender mais?

**UE:** Sempre bom aprender né.

**DBN:** E você quer ser pescador?

**UE:** Não, não quero não. Eu queria ser veterinário.

**DBN:** E continuar praticando a pesca como um hobby, para comer, isso você quer?

**UE:** Isso sim.

**DBN:** Porque você acha que a pesca é importante aqui para comunidade?

**UE:** Porque assim, aqui tem muita gente aqui que não tem estudo né, não tem onde trabalhar aí eles vão pescar e buscar o pão de cada dia.

**DBN:** Você acha que a pesca está diminuindo ou aumentando?

**UE:** Eu acho que a pesca tá diminuindo, porque tem muita gente que não quer ser pescador, tá se formando sabe e aí agora o pessoal não quer mais ser pescador. Porque eles acham um grande risco né de ir para maré, eles têm medo.

**DBN:** E como a molecada da sua idade tá olhando para a pesca?

**UE:** Da minha idade, ninguém tá ligando para isso aí não viu. (**Uenderson, 15 anos, Caraúbas, 11 jan. 2021, 6h13min.**)

**DBN:** Você quer ser pescador?

**DG:** De vez em quando “nós quer” né. E de vez em quando nós não quer.

**DBN:** E o que tem de bom em ser pescador?

**DG:** Pegar o peixe, vender né. É obrigação minha, “do cabra” também né, ter o futuro.

**DBN:** E de ruim?

**DG:** [Risos] De ruim é o medo de ir e não voltar né. Só isso mesmo.

**DBN:** E como é que os jovens estão olhando a pesca?

**DG:** Eles não têm muita vontade de pescar né, um medo também.

**DBN:** Você acha que o pessoal da sua idade quer aprender pescar?

**DG:** Querem sim querem aprender pescar. Eles aprendem observando e tem vez que os pais deles leva eles também. Eu tenho um irmão que quer pescar também. Aquele moreninho que “tava” aqui, ele quer pescar mais eu. Ele tem sete anos agora.

**DBN:** E por que a pesca é importante para o modo de vida daqui?

**DG:** Porque é pescar né para sobreviver no mar né [...].

**DBN:** E o que você pretende para o seu futuro?

**DG:** Eu quero dar um futuro melhor pra minha família, quero ser policial.

**DBN:** Mas quer continuar pescando por hobby, nas horas vagas?

**DG:** É, isso aí mesmo. (**Daniel Gomes, 14 anos, Caraúbas, 11 jan. 2021, 8h19min.**)

Apenas dois jovens manifestaram a vontade de serem pescador artesanal. Em todo o trajeto, não encontramos mulheres jovens que praticavam ou que tinham o interesse em qualquer tipo de pesca. Os jovens que manifestaram querer serem pescadores reconhecem que há um esvaziamento dos pescadores e a falta de interesse dos outros jovens em pescar:

**DBN:** E por que você acha que a pesca é uma atividade importante aqui?

**AN:** Porque aqui a vida do povo, a única renda que tem aqui por aqui é a pesca. Não tem outra renda. Então o jeito é pescar né.

**DBN:** E você quer ser pescador?

**AN:** Rapaz, eu quero, mas meu pai não quer que eu seja pescador não. Não quer não, mas eu quero.

**DBN:** Porque você quer?



AN: Eu acho legal pescar, acho bom, eu gosto.  
 DBN: O que você acha que tem de bom em ser pescador?  
 AN: Rapaz, um bocado de coisa. As Aventuras.  
 DBN: E de ruim?  
 AN: Aí é o tempo ruim né. Quando tá ventando muito, quando tá bravo o mar ou então quando tá chovendo, quando acontece alguma coisa com o barco.  
 DBN: Para você, qual a importância da pesca artesanal e do mar?  
 AN: Para mim é quase tudo né. A importância do mar para mim é boa, sensação boa quando eu venho para praia e tal. Porque tem que ter um mar né para pescar.  
 DBN: E na escola você aprende algo sobre a pesca, sobre o território aqui, sobre a história e a cultura local?  
 AN: Não, nada, nada, nada. Nunca falou essas coisas na escola.  
 DBN: Como que você acha que os outros jovens estão olhando para pesca?  
 AN: Ah eles não ligam não tem vontade de pescar. **A pesca tá acabando. Olha, como hoje, falta pescador pra pescar né. “Os pescador” que vem é só mais velho.** Porque os jovens são muito preguiçosos não querem saber de pescar, só quer as coisas fácil.  
 DBN: Você acha que a pesca vai acabar?  
 AN: Espero que não né, mas eu acho que vai, porque agora “os novo” não quer mais pescar e só tem os mais velho.  
 DBN: E o que você acha que tá mudando na pesca?  
 AN: Isso mesmo, a vontade do povo pescar. Antes uma hora dessa “tava” cheio de pacote na maré, olha hoje, muito pouco! Alguns vão, outros não vão. **(Antonio Soares Neto “Netinho”, 17 anos, Caraúbas, 11 jan. 2021, 6h.).**

DBN: E por que você acha que a pesca é importante para o modo de vida daqui?  
 JC: Porque dá para sobreviver para arrumar algum trocado né.  
 DBN: Você quer ser pescador?  
 JC: Sim, quero ser só pescador.  
 DBN: Então você tá interessado a aprender pescar?  
 JC: Eu já sei pescar né, o que falta é eu me embarcar né;  
 DBN: Mas os velhos falam que falta a molecada para ir pescar com eles né.  
 JC: É que nós vai e pede para eles e eles tipo desconfia né, pensa que a pessoa não sabe pescar. Aí é complicado né.  
 DBN: E o que você acha que tem de bom em ser pescador?  
 JC: Tem várias coisas de bom né, quando tá puxando o peixe eu dou valor, eu gosto. É uma aventura, vice?  
 DBN: Você acha que o pessoal da sua idade tá interessado em pescar?  
 JC: Nem todos, tem uns que tá interessado mas a maioria desviou mesmo né. Tipo tem uns que não gosta de pescar né, que não é interessado.  
 DBN: E por que você acha que eles não se interessam?  
 JC: Porque não tem alguém para motivar eles a pescar né, a família, a maioria das vezes a família é errada né. Meu padrasto me chamava quando eu era pequeno, desde pequeno ele me chamava para pescar né. [...].  
 DBN: E você estuda?  
 JC: Eu estudava, mas parei aí por causa da pandemia né. **(Júlio César Freire, 19 anos, Caraúbas, 11 de jan. 2021, 8h27min.).**

A partir dos testemunhos fica evidente como o futuro da pesca se relaciona com a juventude, suas oportunidades, dilemas e anseios, elementos que são completamente subjetivos, mas que as dificuldades enfrentadas pelos que praticam a atividade pesqueira ocasiona um **afastamento dos jovens da pesca**, processo que caracteriza uma desterritorialização. Os mais velhos apontam essa mudança como resultado da expansão da criminalidade, como narcotráfico e roubos, e do turismo, havendo uma percepção de que hoje não é mais seguro como foi no tempo dos antigos. Portanto, **há uma relação inversamente proporcional entre a pesca e a**

**insegurança (representada pelo narcotráfico, uso de drogas, bebidas, chegada de gente de fora etc.):**

**R:** Rapaiz mudou tanta coisa porque hoje ninguém tem mais coragem de trabalhar não, é por isso que aqui é desse jeito. De primeira eram seis pessoas num negócio desses [aponta para a jangada], hoje você procura um pra ir pra maré você não encontra, agora se for pra beber, “ham”. Essa jangada aqui “tá” encostada aqui faz três ano e não tem pescador pra ir pescar, é, não tem pescador não.

**DBN:** Então os jovens não estão pescando?

**R:** Os jovens só querem fazer o que não presta, é bebe, é fumar, é sair brigando no meio da rua, é droga, vendendo droga, em Caraúbas o que mais tem é isso “homi”. Rouba que só “a peste”. Agora melhor, porque de uns dois anos pra traz “tava” de um jeito que não vinha um veranista pra cá. Quando o veranista chegava aqui “os cabra” iam lá de noite e roubavam a casa dele [conta sobre alguns casos]. Porque de primeiro 30, 40 anos atrás você podia deixar um troço ai na beira da praia, podia ir buscar no outro dia de manhã que tava lá. Hoje não, não deixe não!

**DBN:** E você acha que toda essa violência tem relação com a chegada do turismo, da modernidade?

**R:** Tem e vai ter sabe porque, porque **a maior parte dessas coisas quem trouxe pra cá foi o turismo**. Porque já esse negócio de droga já vem lá de fora, não é daqui. Aí quando chego aqui “os cabra” começaram a já se misturar com eles, aí pronto, aí tem muito turista que traz a maconha pra vender aqui. E tem os que leva daqui pra lá pra vender lá. E pior de tudo que quando o turista chega aí “os cabra” vai logo de olho nele, vai logo em cima dele, pra roubar ele. Então quem trouxe essa violência foi o turismo, quem trouxe essa violência pro Brasil da gente foi o turismo, porque aqui não existia nada disso não. Eles vêm de lá pra cá ai quando chega aqui se mistura tudo, aí pronto. Fica um negócio difícil “do cabra” resolver. Só morrendo gente. **(Rosinaldo “Rosa” de Souza, 57 anos, Caraúbas, 5 jan. 2021, 7h57min.)**

**DBN:** Você vê o desenvolvimento como algo positivo ou negativo?

**R:** Na verdade, a gente sabe que tudo tem os seus lados bons e os lados ruins né? A melhoria depende muito das pessoas, de algumas pessoas, pra mim é importante que mude, que avance, que tenha mais desenvolvimento, pra mim é perfeito, quem é comerciante sempre quer o melhor pra cidade.

**DBN:** E o que melhorou?

**R:** Melhorou na parte do comércio, com a vinda do turismo Caraúbas foi mais reconhecida, porque você nem ouvia falar em Caraúbas, agora não, agora você já ouve falar. Então em várias situações [não especificou quais] melhorou bastante.

**DBN:** E os pontos negativos?

**R:** A chegada das drogas, os adolescentes hoje não sabem mais vive uma adolescência, é só com drogas, é bebendo, é briga, enfim, uma série de coisas. Assalto, eu mesma já fui assaltada. **(Rosileide dos Santos Soares, 37 anos, comerciante, Caraúbas, 5 jan. 2021, 8h26min.)**

**DBN:** Como que os jovens estão olhando pra pesca?

**EB:** Os jovens não querem fazer nada não. Eles tão só nas drogas hoje. **(João Souza “Espaia Brasa”, 57 anos, pescador, Caraúbas, 5 jan. 2021, 9h43min.)**

**DBN:** E por que o Sr. acha que os jovens não querem mais pescar?

**G:** Neto, é aquela coisa, hoje você vê, a maioria hoje é metida nas drogas, o cara mais preocupado com dinheiro pra comprar droga. E naquela época meu, você tinha quatro, cinco filhos, você trazia do mar e a família ia comer quando você chegasse, tinha que esperar. Alí [se referindo ao narcotráfico] você planta hoje pra colher hoje mesmo. Então hoje a molecada não quer mais isso, a gente saia daqui pra passar dois, três dias no mar. Ai a gente ia e quando chegava tinha a comida, eu criei oito filhos pescando **(José Luís Soares “Seu Golinha”, 71 anos, pescador e agricultor, Caraúbas, 6 jan. 2021, 8h29min.)**

**DBN:** Os jovens, como é que eles estão olhando para a pesca?

**B:** Rapaz, não tem hoje não tem um pescador jovem.

**DBN:** E por que?

**B:** Aí é que tá, no meu tempo a criação era diferente, hoje você vai ver um jovem aí e ele só quer viver nas drogas. Eu acho que o pai tem um pouco de culpa, porque na minha época ninguém saía de casa assim, era criado ali na linha.

**DBN:** Você acha que isso né tem relação com a chegada dos turistas, da internet, de tudo o que veio de fora?

**B:** Rapaz eu acho que um pouco tem sim, se tivesse um projeto ou algo assim que a mente deles pudesse mudar, um trabalho para não viver solto tá entendendo seria muito mais fácil para todo mundo é. (**Almir Soares “Bibi”, 50 anos, pescador, Caraúbas, 6 jan. 2021, 12h50min.**).

**T:** Antigamente a gente dormia com porta, com tudo aberto e ninguém mexer com ninguém e hoje vai fazer isso hoje para ver. Tem de “butar” grade, tem de “butar” muro, você não sabe quem passa na rua. E você não vê ninguém mais, entendeu? E é por isso que eu digo a você, é ruim.

**DBN:** E naquela época não tinha nem muro né?

**T:** Pois é, era cerca de arame, e era pros bicho não vir comer as planta né. Era uma paz, foi muito bom. (**“Teresinha” de Souza Soares, 59 anos, Caraúbas, 12 jan. 2021, 16h49min.**).

**DBN:** E como é que os jovens estão olhando pra pesca?

**João Cantão:** Os jovens não tão olhando pra pesca, não, os jovens tá é usando isso aqui, ó [mostra um cigarro de maconha, Terceiro ri, João Cantão ri]. O jovem agora é isso aí agora. Aqui na Barra não tinha isso aí nas antiga, agora tem.

**DBN:** E agora (vo)cê acha que a molecada não vai porque quer ficar fumando maconha?

**João Cantão:** É. E antes, aqui a gente dormia com as portas aberta agora lá em casa depois de almoço vai dar um ‘cochilo’ tem que passar o cadeado no portão.

**DBN:** Então o senhor acha que está mais violento agora?

**João Cantão:** Agora, tá em todo o canto, meu irmão.

**DBN:** E quem que trouxe essa violência aqui?

**João Cantão:** Essa violência quem trouxe aí foi a, como se diz, “**as facção**”.

**DBN:** É mesmo? Que trouxe droga.

**João Cantão:** Trouxe tudo

**DBN:** Complicado, e aí isso atrapalhou a pesca também?

**João Cantão:** Atrapalhou a pesca. (**João “Cantão” Batista de Lopes Viana, 64 anos, pescador, Barra de Maxaranguape, 13 jan. 2021, 9h18min.**).

**DBN:** E como como você acha que os jovens estão olhando a pesca hoje?

**Cleudo:** Os jovens tão olhando pra maconha. Ôoo (risos).

**DBN:** É mesmo? E eles não querem mais pescar?

**Cleudo:** Querem pescar p0rr@ nenhuma (risos). Só roubar e droga.

**DBN:** É mesmo?

**Cleudo:** É. 50% daqui da maioria de Maxaranguape dos jovens não querem pescar não, amigo 50% não, ponha aí, 90% não querem viver de pescar não.

**DBN:** E por que você acha que eles num, não quer mais pescar?

**Cleudo:** Porque acha dinheiro fácil. É, com droga, vendendo droga. (**Cleudo “Macario”, 47 anos, pescador, Barra de Maxaranguape, 13 jan. 2021, 12h03min.**).

**DBN:** E como que os jovens estão olhando para a pesca?

**RD:** Ahhh, esses jovens não depende de pesca não, esses jovens só depende de maconha, de cachaça, de droga, de roubar, esses jovem aí é só isso mesmo, e bola. Não tem outra coisa pra ele não. Não espere nada de pesca desses jovens porque não arruma nada não.

**DBN:** E por que você acha que eles não querem mais pescar?

**RD:** Não querem porque não se interessam, não tem coragem mesmo de pescar. A vida deles é só bola [futebol] e droga, bola [futebol] e droga, é. (**Raimundo “Doca”, 48 anos, pescador e prefeitura, Barra de Maxaranguape, 15 jan. 2021, 8h13min.**).

A expansão do turismo, a intensificação das relações mercantis e a redução das atividades primárias (num primeiro momento da agricultura, posterior e atualmente, a pesca) mudaram a configuração das habitações e dos quintais, alterando a paisagem da vila como um todo, fato ocorrido em paralelo com o aumento da insegurança.

Além disos, também ocorre uma redução de pescadores e da cultura pesqueira – que define o modo de vida tradicional - por elementos trazidos de fora, de um modo de vida que não era o local. Entre esses elementos, se destacam o narcotráfico e o turismo. Há uma correlação entre turismo e violência, visto que Maracajaú sempre é apontada como a vila mais violenta e onde o turismo está mais “desenvolvido”, ou seja, tem maiores proporções.

A presença do crime organizado em Maxaranguape (facção Sindicado do Crime), afeta os mais jovens e diminui o interesse deles pela pesca artesanal. O narcotráfico, controlado pela facção criminosa, está presente no município e em todos os distritos há pontos de comércio de drogas (chamados bocas ou biqueiras). De modo que, o narcotráfico é um dos principais fatores de transformação da pesca artesanal, por retirar a juventude da atividade pesqueira, que em busca de dinheiro mais fácil, entram para o crime. A chegada do narcotráfico, das drogas e da violência é associada com a chegada e expansão da atividade turística, que se encontra em expansão, como visto nos relatos.

Em relação ao turismo, há um crescimento no turismo regido sobretudo por empresários, fato que altera a disponibilidade dos produtos, a demanda e o consumo local (CALLIZO, 1991). Maxaranguape possui atrativos turísticos, as praias, falésias e recifes de corais, configurando um “turismo de mar e praia”. Nesse sentido, a principal motivação para irem ao município é o *heliotropismo*, entendido como “[...] a prática turística que se caracteriza por sol e praia e o desenvolvimento em torno de uma infraestrutura que facilita as atividades de turismo e recreação” (IGAC, 2018, p.13, nossa tradução).

Maxaranguape vem sendo alvo de diversos empreendimentos, a maioria pertence aos setores de turismo e lazer. Um dos problemas com relação ao setor turístico é o grande número de empreendimentos comerciais na informalidade (FREITAS, 2019). Isso ocorre, porque a maioria dos trabalhos relacionados a pesca ou ao turismo são esporádicos, por isso, ao exercerem esses e outros trabalhos, o fazem de maneira informal.

Como a mobilidade turística se faz segundo diferenças espaciais e temporais (IGAC, 2018), atualmente a maior parte dos turistas chegam ao local para: visitas, excursões de um dia, segunda residência/casas de veraneio (finais de semana ou férias), breves ou largos períodos de férias, viagens estacionais por trabalho, por aposentadoria, ou por mudança permanente

(aposentadoria ou emprego). As épocas do ano mais requisitadas são os meses de dezembro a fevereiro e julho e a maior parte do turismo é nacional e interno (OMT, 2022).

O turismo chegou em Maxaranguape de maneira mais intensa após os anos 1980, depois do estabelecimento dos primeiros veranistas, que chegaram a partir dos anos 1950. Foi quando começam a chegar novas lógicas territoriais, causando a valorização e expropriação das terras locais e dos territórios pesqueiros, além da redução das atividades primárias, sobretudo a agricultura, devido à perda das terras. Nos anos 2000 o turismo se intensificou com a chegada dos estabelecimentos de lazer e dos operadores de turismo, bem como um aumento dos investimentos estrangeiros, sobretudo para compra de terras e casas de veraneio (GOES-URANO *et al.*, 2015).

Dessa maneira, o desenvolvimento técnico relacionado ao fenômeno turístico, observado nas últimas décadas, contribuiu para intensificar os fluxos populacionais. O deslocamento de turistas/migrantes, motivados pela prática do lazer e pela aquisição de segunda residência (chamados veranistas), intensificou os conflitos pelo uso do território decorrentes da valorização do uso do solo propiciado pela dinamização do mercado imobiliário proveniente das práticas do turismo e do lazer. Como adverte Callizo (1991), as residências secundárias (veranistas) podem ser vistas como uma forma de investimento, e sua expansão gera um processo de especulação imobiliária que acaba por fortalecer os proprietários maiores e aumentar o preço da terra. O turismo também causa a penetração de uma cultura urbana e uma rural, resultando em hibridizações culturais e mudanças nas lógicas produtivas locais (CALLIZO, 1991).

Os principais **atores do turismo em Maxaranguape** são (sendo que muitos trabalham em conjunto) o Estado, os “bugueiros” (condutores dos buggys, veículos utilizados para se locomover nas dunas e nas praias), as agências, os operadores de turismo, os proprietários dos estabelecimentos, os donos dos barcos que levam para os recifes (Parrachos), os trabalhadores (grande parte da mão de obra é local), além dos veranistas. O aumento do turismo também aumenta a construção civil, pois em muitas entrevistas os sujeitos diziam também serem pedreiros.

A prefeitura municipal tem incentivado o turismo, no *Plano de Governo de Maxaranguape* (2020), a cidade é colocada como modelo para o turismo sustentável e esse é colocado não como um fim, mais como um meio, havendo um incentivo para o setor privado no turismo. No documento, se pretende aumentar a divulgação internacional de Maxaranguape, construir centrais de atendimento ao turista e potencializar (com incentivos fiscais) o turismo rural,

nas comunidades e nas lagoas. Dessa forma, não existe uma disposição para realizar alguma mudança nas bases do turismo, tal qual elas se encontram hoje, baseada em empresas exógenas. Também não é feita nenhuma menção da relação da atividade com a degradação ambiental.

Os hotéis, restaurantes, empresas de transportes, operadores e todos aqueles relacionados com a prestação de serviços para o turismo operam sob um modelo que mercantiliza a paisagem e a cultura, excluindo a população local. Esse turismo causa a inserção de novas dinâmicas de acumulação no território, que entram em conflito com as práticas tradicionais e com a organização territorial tradicional, por isso são territorialidades disruptivas. Isso é **parte de uma dinâmica global de refuncionalização do espaço e do território com base em lógicas de acumulação.**

Nesse sentido, há um conflito de temporalidades, pois o tempo nas sociedades urbanas implica movimento, velocidade, sendo diferente do tempo nas sociedades rurais. Quando um lugar de moradia passa a receber turistas e veranistas, chegam novas temporalidades, com menos presença do passado no presente, isso é, da tradição, o que faz com que os costumes possam se modificar e a cultura se hibridiza a medida em que ocorre a associação de outros parâmetros e modelos.

O distrito de Maracajaú é o que concentra a maior parte dos empreendimentos turísticos, ainda que não haja nenhum resort, lá existem grandes complexos de lazer e restaurantes, que operam os passeios (como as lanchas ou catamarãs para os Parrachos), também há médios e pequenos hotéis e pousadas; lá também se concentra a maior quantidade de propriedades de veranistas, como também dois condomínios fechados. O problema é que os condomínios fechados ocupam grandes porções do solo desse distrito, e ainda que o turismo lá não esteja em fase avançada, já exclui a comunidade local do processo turístico por meio de iniciativas privadas exógenas:

[...] campo que a maioria das empresas que atuam na comunidade tem como principal objetivo a exploração turística dos recifes de corais, o que limita parte expressiva dos recursos advindos do turismo às empresas ligadas aos serviços marítimos, ou seja, que comercializam os passeios nos *parrachos*. Maracajaú serve apenas como um local de apoio para os estabelecimentos das empresas que realizam os mergulhos, não havendo benefícios significativos para a localidade. (GOES-URANO *et al*, 2015, p.587-588).

Em Barra de Maxaranguape também existem equipamentos turísticos, embora de menor dimensão, mesmo se tratando da sede municipal. Lá estão algumas casas de veranistas, mas não existem condomínios fechados, sendo habitada sobretudo por moradores locais.

O distrito de Caraúbas também não possui grandes estabelecimentos turísticos, sendo mais ocupado pelos locais e suas atividades, porém há algumas casas de veranistas, que localmente são diferenciados dos turistas. Além disso, há alguns quiosques e restaurantes na

praia.

Atualmente, os principais pontos turísticos de Maxaranguape são elementos naturais que se colocam como atrativos por meio do consumo da paisagem e desse espaço turístico que é produzido e que possui valor de uso e de troca (CALLIZO, 1991). Segundo levantamento (BONFÁ NETO; BARRETO; SILVA, 2023), os principais produtos turísticos são:

- **As praias**, sendo as mais visitadas as de Maracajaú, Caraúbas e Maxaranguape;
- **Os “Parrachos de Maracajaú”**, um recife de coral localizado a 7 km da praia onde são feitos mergulhos recreativos (com *snorkel* ou com cilindro), sendo um dos principais atrativos do RN. Boa parte dos visitantes ficam hospedados em Natal e fazem o passeio de um dia para lá, sendo, portanto, “excursionistas”<sup>100</sup>. Esse turismo é feito em lanchas, escunas e catamarãs. Os Parrachos fazem parte da Área de Proteção Ambiental Recifes de Corais (APARC).
- **Árvore do amor**, uma gameleira (*Ficus gomelleira*) em formato de coração. É um ponto de passagem rápida dos turistas sobretudo para tirarem fotos. No local há uma barraca que comercializa alimentos e alguns *souvenires*.
- **Farol do Cabo de São Roque**, outro ponto de passagem rápida para fotografias. Junto com a árvore do amor, é considerado um símbolo da região.
- **As lagoas** (do Mizael, do Peracabú, da Mazza, Vermelha, do Pachico<sup>101</sup>, Lagoinha, do Vital, do Morro, Seca, Cocho, Baião, Muçu, Cotia etc.), que são abastecidas pelas águas das chuvas absorvidas pelas dunas e afloram no lençol freático. Esses ambientes são responsáveis por suprir economicamente diversas famílias de Maxaranguape, através dos serviços turísticos oferecidos sobretudo aos finais de semana.

A chegada e expansão do turismo se associa com a chegada e o aumento do narcotráfico e da violência. Esse processo é dialético, pois o turismo é visto pelos locais como algo bom que aumentou as oportunidades de trabalho, ainda que tenha aumentado a violência, o consumo de drogas, o desinteresse pela pesca por parte dos mais jovens etc. Essa dualidade pode ser constatada em **alguns testemunhos**, que apontam o **turismo como algo bom**, mas que reduziu os pescadores e os pescados. Em alguns casos, é dito que não houve interferência do turismo na pesca, que inclusive é algo positivo porque favorece o comércio. Ou seja, existem **visões positivas e negativas sobre o turismo**, muitas delas são dos mesmos sujeitos, demonstrando a dialética nas consequências da atividade:

---

<sup>100</sup> Para a OMT (2022) turistas são aqueles que pernoitam, caso não haja pernoite, são excursionistas.

<sup>101</sup> A lagoa leva esse nome porque o Francisco, embora não fosse o dono do terreno, era uma pessoa solidária e que criou muitas pessoas como filhos, então ficou conhecido como Pai Chico (Pai Francisco), vulgo “Pachico”. Mas as terras onde ele plantava foram empossadas pelos “donos” e os filhos de Francisco não herdaram nada.

**DBN:** E como você olha pro desenvolvimento da comunidade nos últimos 30 anos?

**EB:** Melhorou, mais de uns anos pra cá, que teve esse negócio de turismo e muita gente arrumou emprego, pra trabalhar que antigamente era só pesca e agricultura. [...].

**DBN:** Vocês não têm problemas com o turismo, com as empresas?

**EB:** Não, não [posteriormente, ele afirma que o fluxo de barcos do turismo e dos mergulhos causou a redução de pescados]. (João Souza “Espaia Brasa”, 57 anos, pescador, Caraúbas, 5 jan. 2021, 9h43min.).

**DBN:** E você acha que o turismo, a construção de empreendimentos em frente a praia “tá” atrapalhando ao pesca, por exemplo, alguns ranchos estão desaparecendo né, isso afeta vocês?

**MP:** Não, não “tá” afetando não. Essa área de turismo não afeta a gente não, pelo contrário, a gente agradece deles virem pra cá, pra trazer benefício pra gente. E aí “eles traz” também o trabalho pra aquele que não é da pesca. (Manoel “de Pretinha” J. dos Santos Júnior, 57 anos, pescador, Caraúbas, 5 jan. 2021, 11h49min.).

**DBN:** E como você vê a chegada do turismo?

**ZB:** Boa né. Aqui o turismo mudou algumas coisas outras não né, de primeiro não tinha e agora tá aparecendo né, pra quem trabalha no turismo é bom né. (Zé Batista, 61 anos, pescador, Caraúbas, 6 jan. 2021, 7h13min.).

**WS:** Mudou muita coisa, abriu emprego pra muita gente, que não tinha antigamente e hoje tem né, a parte de turismo. E cada dia mais crescendo mais a comunidade né, desde quando o turismo chegou melhorou bastante.

**DBN:** Certo, então o senhor acha que foi boa a chegada do turismo?

**WS:** Pra comunidade, pra “nóis” foi!

**DBN:** E você acha que o turismo não atrapalha a pesca?

**WS:** Atrapalha sim, por causa das lanchas, do movimento.

**DBN:** Mas, por exemplo, os restaurantes, os hotéis em frente a praia, atrapalham?

**WS:** Não, isso não.

**DBN:** E as eólicas?

**WS:** Pra nós aqui não atrapalha não. Mas pra outros pescadores atrapalham sim. [cita exemplos: Rio do Fogo e Exu Queimado]. (Waldineis da Silva, 35 anos, pescador e pedreiro, Caraúbas, 6 jan. 2021, 5h25min.).

**DBN:** E a chegada do turismo, dos barcos, isso atrapalha vocês para pescar?

**F:** Não, isso daí não atrapalha não, é mais renda para gente até porque o pescado da gente a gente tem a quem chegar e vender. Pelo menos melhora né. (Edmilson G. Silva “Figurinha”, 46 anos, pescador, Caraúbas, 6 jan. 2021, 17h37min.).

**DBN:** E você acha que o turismo é uma coisa boa?

**SDS:** É, é uma coisa boa que tá trazendo trabalho para as pessoas daqui né.

**DBN:** Mas você acha que o turismo interfere na pesca?

**SDS:** Não. (Samuel da Silva, 22 anos, pescador, Caraúbas, 7 jan. 2021, 5h20min.).

**DBN:** E você lembra quando o turismo começou?

**Z:** Assim, 1996, 1997, só que veio aos poucos né, veio desencadeando aos poucos a parte do turismo.

**DBN:** E trouxe melhorias?

**Z:** Trouxe, porque o pessoal vivia só da pesca né a coisa era muito ralado né, geralmente os pescadores tem família grande, então eu lembro que o negócio era bem “sacrificoso” pro pescador, mas quando chegou o turismo uma parte saiu pra trabalhar com o turismo e outros ficaram ali na pesca né.

**DBN:** E por que você foi para o turismo?

**Z:** Justamente por isso né, o turismo ganha mais e é outra forma de você ter conhecimento né, eu fiz muitos cursos, então praticamente minha família vive hoje no turismo, diretamente e indiretamente, comércio, restaurante. (Erivaldo “Zominho”, 43 anos, Maracajaú, profissional do turismo, 7 jan. 2021, 8h35min.).

**DBN:** E o turismo você acha que mudou alguma coisa?



**FCS:** Agora mudou, e o veranista mudou também. O veranista foi uma caixa de atitude que veio para o povo porque depois que chegou o veranista todo mundo já trabalhava na casa deles, a mulher, o pessoal trabalhava em construção. Eu mesmo deixei de pescar vários dias para trabalhar em construção de veranista como também outros cumpadi. Então é isso, muita gente toma conta de duas três casas e ganha o salário daí.

**DBN:** Então você acha que o turismo é bom?

**FCS:** Muito, é muito bom. O turista é tão bom, é porque muita gente não entende, mas o que “você fazer”, vende ao turista, porque tudo ele compra.

**DBN:** Mas você não acha que o turismo também trouxe violência?

**FCS:** Isso é porque tem gente ruim que vem também, que vem para o Brasil. Eu nem critico quem usa essas drogas sabe, porque tem gente que usa porque tem que usar, se mantém a saúde ok né, entendeu? Mas teve muito cabra lá que endoidou com o dinheiro né, por causa dos gringo, para ser “avião”, “aviãozinho” né [se refere aos pequenos comerciantes de drogas]. E muita gente tem a mente fraca e corre né. Porque só tem dois caminhos né, o bom e o ruim. Não tem um médio. **(Francisco Canindé dos Santos Sena “Mimi”, 65 anos, pescador, Caraúbas, 9 jan. 2021, 11h32min.).**

**DBN:** E como é que você vê a chegada do turismo aqui?

**G:** Foi uma coisa boa, teve a pandemia né, mas sempre foi bom. Já hoje tem muita gente, de sábado, de domingo, Lagoa do Peracapu, Lagoa do Vital, da Nasa, tudo lota. Porque é turismo, quanto mais turismo, melhor. Essas barraquinhas aí ó [aponta para as barracas e quiosques de Caraúbas] se não tivesse turista todo mundo “tava” em casa. Mas tem que tá né, todo mundo tem que ter o seu ganha pão. **(Geovani “Gegê”, 19 anos, Caraúbas, 10 jan. 2021, 11h36min.).**

**DBN:** E você acha que o turismo foi uma coisa boa para o local?

**AN:** Foi, foi sim, tem um bocado de renda para o povo, nessas lagoas e outras. Foi muito bom. **(Antonio Soares Neto “Netinho”, 17 anos, Caraúbas, 11 jan. 2021, 6h.).**

**DBN:** Ahn, por exemplo, a chegada do turismo atrapalha na pesca?

**Zé Maria:** Turismo não atrapalha não. Que eu conheço, não teve, assim, esse “atrapalhamento” do turismo, não atrapalha a área da pesca não, muito pelo contrário, talvez até melhore porque o rendimento das vendas melhora, melhora porque vende mais caro um pouco. **(José “Zé” Maria da Costa, 62 anos, dono fábrica de gelo, Barra de Maxaranguape, 13 jan. 2021, 7h40min.).**

**DBN:** E o turismo atrapalha a pesca?

**João Cantão:** Rapaz, isso atrapalha não, atrapalha não. O que “eles faz” é eu catar assim um peixe legal, eu vendê a eles caro, aí ganha, atrapalha nada.

**DBN:** Aí é “bão”, né?

**João Cantão:** Aí é “bão”. **(João “Cantão” Batista de Lopes Viana, 64 anos, pescador, Barra de Maxaranguape, 13 jan. 2021, 9h18min.).**

**DBN:** Tem outros problemas que atrapalha a pescaria, como com o turismo?

**V:** Não, o turismo ajuda né. **(Vital, 57 anos, pescador, Barra de Maxaranguape, 15 jan. 2021, 7h57min.).**

**DBN:** E quando é que o turismo começou a chegar aqui? Como é que foi isso?

**Isabel:** Mudou muita coisa, porque deu muito, muito emprego, surgiu muito emprego. Muita gente deixou de pescar. Até da agricultura também deixaram, porque já tem um turismo né? Muita, muita gente empregada hoje né, deixaram da pescaria.

**DBN:** E você acha que isso foi bom?

**Isabel:** Foi. **(Isabel “Bel” Rafael, 44 anos, comerciante, Maracajaú, 19 jan. 2021, 11h09min.).**

**DBN:** E você vê como uma coisa boa a chegada do turismo aqui?

**Teresinha:** É bom, né, pra quem trabalha, mas eu achava melhor antigamente.

**DBN:** Aham, que mudanças pra bom e pra ruim que você acha que o turismo trouxe

aqui?

**Teresinha:** Foi bom porque tinha muita gente que não tinha trabalho e hoje em dia tem, né? Porque tinha gente que era pai de família, coitadinho, num tinha de que viver. Porque não tinha uma ‘armadia’ pra pescar, pescava de pinhão, aguentando aborrecimento, aí hoje em dia já tem um canto pra “trabaiá”. (**Teresinha, 73 anos, marisqueira, rendeira, curandeira e parteira, Maracajaú, 21 jan. 2021, 9h11min.**).

Os relatos demonstram como a chegada do turismo **nos territórios tradicionais** e nos espaços de residências e produtivos traz algumas mudanças, que, muitas vezes, não são percebidas pelos locais, que viram mais vantagens e coisas positivas provenientes do turismo.

Dentre as principais mudanças condicionadas pela chegada e expansão do turismo, destacamos as seguintes:

- Mudanças nos usos do solo, como a perda da vegetação nativa e dos cultivos tradicionais, muitos realizados em terras comuns ou “terras soltas” que foram empossadas aos “donos” externos às comunidades, ou vendidas a preços irrisórios, causando a expansão dos monocultivos. Também houve o aumento de construções próximas às praias bem como incremento das redes de transportes;
- Redução de práticas tradicionais, como agricultura, artesanato<sup>102</sup> e pesca, sobretudo pelos mais jovens e a redução no número de pescados (atribuída ao trânsito de embarcações e a poluição no mar), que causa migração da população local de atividades primárias para terciárias, muitas vezes precárias;
- Afastamento dos sujeitos locais de muitas dinâmicas temporais e espaciais que possuíam uma relação mais íntima com a natureza, em que os elementos como a lua, a maré, as estações do ano e as condições meteorológicas possuíam importante papel e ditavam o ritmo do modo de vida, hoje mais influenciado pelo ritmo da produção e do mercado;
- Enfraquecimento de atividades comunitárias, como diminuição das festas, canções, atividades culturais folclóricas (por exemplo, a redução das rendeiras), redução dos mutirões e de práticas de ajuda mútua. Esse fenômeno é associado com a expropriação da terra que sofreram os locais e que se intensificou com o turismo. Por isso, registramos e ressaltamos a importância da pesca de arrastão que ainda é praticada (BONFÁ NETO, 2022).
- Chegada de novas dinâmicas sócio-espaciais que acarretam no aumento da violência e do narcotráfico, na chegada das facções criminosas e no aumento do consumo de drogas, álcool e prostituição.

---

<sup>102</sup> Consideramos artesanato apenas o que é produzido para ser comercializado, para o mercado.

- Redução do papel dos mitos e das lendas, sobretudo como reguladores das atividades produtivas e definidores de códigos morais;

Embora focamos nos **problemas socioculturais**, um problema socioambiental acarretado pelo turismo trata-se do trânsito de veículos nas praias, sobretudo por serem zonas de desovas de algumas espécies de tartarugas marinhas<sup>103</sup>, bem como o branqueamento dos corais.

Além dos elementos destacados, o turismo gera encontros interpessoais carregados de simbologias das quais derivam práticas sócio-espaciais distintas por parte dos locais, como a adoção de distintos padrões de consumo e mudanças na arquitetura local, além de outras transformações no modo de vida. Também há uma geração de percepções locais sobre a perda de coesão e vínculos sociais pela migração trazida pelo turismo, mudanças na percepção sobre a segurança.

Todas essas transformações que ocorreram no modo de vida, sobretudo após os anos 1970, com a ampliação das trocas, do comércio, a maior produção de objetos técnicos e a maior dependência de outros territórios, o dinheiro (capital) se complexifica, alargando o seu uso e sua eficácia, como demonstra Milton Santos (1999). Por isso, esses elementos passam a efetivar outras territorializações, que atuam a serviço do dinheiro e do capital, fazendo com que haja mais territorialidades disruptivas.

Foi possível evidenciar que os elementos associados a modernidade, como o turismo, trouxeram as **territorialidades disruptivas**, ou seja, lógicas que eram exógenas ao modo de vida tradicional e tendem causar uma desterritorialização, que primeiramente foi pela espoliação territorial e fim da agricultura, e mais recentemente pela redução da atividade pesqueira, dos pescadores e dos pescados.

Compreendemos que a **espoliação territorial** é mais física/material, relativa às possibilidades de apropriação de algo que tem um significado mais material para a reprodução do modo de vida, processo que teve a sua maior representação com a redução da prática e das terras agrícolas. Já a **desterritorialização**, também tem esse significado, mas é algo mais amplo, pois pode chegar para uma maneira que atinge outras dimensões, como as perdas culturais, de significados. Dessa maneira, esse processo incorpora a espoliação territorial,

---

<sup>103</sup> Nesse sentido, a APC apresenta uma preocupação com esse conflito do trânsito de veículos na área onde monitora as atividades reprodutivas das tartarugas marinhas, devido aos riscos possíveis para a conservação desses animais. Porém em parte da área em que a APC atua não há proibição para o trânsito de veículos, o que leva a realizar ações de sensibilização dos condutores de veículos juntamente com o apoio da comunidade que utilizam essas áreas para pesca e lazer. O trabalho desenvolvido pela APC consiste na sensibilização dos nativos e dos turistas para a conservação ambiental, além disso, há como premissa básica a educação através da identidade, em que é preciso que a comunidade reconheça e se sinta responsável pelo seu território.

encontrando-se essas com abrangências muito distintas, mas a desterritorialização é mais abrangente, pois também possui dimensões simbólicas e está acompanhada com as reterritorializações que ocorrem (HAESBAERT, 2021; SAQUET, 2015).

Todos os elementos que afetam o modo de vida e o território, de modo geral, causam um impacto na pesca artesanal e uma redução da atividade pesqueira e de sua importância como elemento que media o modo de vida tradicional e constrói territorialidades tradicionais, que são afetadas pelas territorialidades disruptivas. Processo que já ocorreu, em tempo passado, com a agricultura, e se constituiu como uma espoliação, como estamos **demonstrando nesse capítulo**. A visão que predomina, entre os pescadores, é que a pesca reduzirá muito, como já está acontecendo, mas não vai acabar, pois tende a continuar ao menos como atividade complementar.

Frente a isso, existem possibilidades futuras, pois atualmente os caminhos ainda estão abertos, dependerá das respostas às questões: **Qual turismo os locais querem? Quem decidirá isso? Turismo para quem e para quê?**<sup>104</sup> Acreditamos que a população local deve ter grande participação na tomada dessas decisões, fato que não vem ocorrendo.

Ao ter a **pesca como elemento central de análise**, foi possível identificar, através das transformações na atividade pesqueira, as rupturas e permanências presentes no modo de vida tradicional, bem como as territorialidades sobrepostas, sendo que a pesca artesanal é uma atividade produtora de territorialidades, as territorialidades pesqueiras.

### 3.2.4 O papel feminino: pescadoras e marisqueiras

Cada mulher sabe a força da natureza que abriga na torrente que flui de sua vida.  
(Itamar Vieira Júnior, **Torto Arado**, 2019, p.260).

A função social das mulheres nas atividades domésticas e produtivas é apagada pela desigualdade de gênero e pelos estereótipos sobre trabalho feminino, fato que também coloca as mulheres como as mais vulneráveis às transformações e aos conflitos socioambientais. Elas sofrem com o trabalho doméstico não pago, visto como uma extensão do trabalho reprodutivo, com um menor acesso à terra e aos recursos, com o desconhecimento nos processos produtivos, além de serem excluídas nos processos de governança (BONFÁ NETO; RANGEL, 2023).

Entre os estereótipos presentes na pesca artesanal, no Brasil, e em toda a América

---

<sup>104</sup> Fizemos uma discussão mais profunda sobre o turismo em Maxaranguape, com algumas propostas para o turismo local centradas no turismo de base comunitária em Bonfá Neto, Barreto e Silva (2023).

Latina, um dos mais errôneos é que a pesca artesanal é uma atividade essencialmente masculina, que coloca as mulheres como apenas ajudantes, e não como sujeitos produtivos e protagonistas. Trata-se de um estereótipo conservador e que ainda é muito forte em povos e comunidades tradicionais, rurais e periféricos, que não atribui o devido valor e reconhecimento ao trabalho feminino, fragmentado entre muitas funções essenciais. Esse fato que se reflete na pesca artesanal, é consequência de toda a desvalorização do trabalho e do papel feminino presente na história do gênero e sua questão identitária.

Como evidenciado por Antunes Neto, Silva e Amaral (2021), o trabalho das pescadoras carece de visibilidade porque está mesclado com os afazeres domésticos, e está sob condições de trabalho mais vulneráveis. Em contraponto a essa realidade desigual, as mulheres têm uma participação essencial na pesca artesanal (BONFÁ NETO; RANGEL, 2023; FAO, 2016).

No Brasil, mais de 90% das pescadoras artesanais recebem menos que um salário mínimo, e aproximadamente 70% recebem menos que meio salário mínimo. As mulheres pescadoras que se encontram em situação de maior desigualdade em relação aos homens (aquelas trabalham mais horas que estes e ganham proporcionalmente menos, ou não recebem) são aquelas das regiões mais pobres, Norte e Nordeste. Nessas regiões, é maior a participação das mulheres na pesca, se comparada com outras regiões, como demonstram Antunes Neto, Silva e Amaral (2021, p.114), com dados do IBGE, de 2019:

Do total de 68.663 pescadoras artesanais no Brasil, 42,9% estavam no Nordeste e 39,7% no Norte do país. Ademais, fica explícita as condições de trabalho mais críticas exatamente nessas regiões, visto que, 60,1% dessas mulheres no Norte e 26,1% no Nordeste exercem a atividade sem remuneração.

O papel feminino na pesca artesanal é de extrema importância para garantir a segurança e até a soberania alimentar, além da manutenção de outros fatores como os laços familiares, a criação dos filhos, o cuidado com os doentes, a gestão da economia doméstica, a garantia das refeições etc (BONFÁ NETO; RANGEL, 2023). Esses processos também envolvem o manejo dos pequenos cultivos e animais domésticos, a troca de sementes e produtos alimentícios (que também favorece a biodiversidade, os intercâmbios de saberes e sabores), a coleta etc., e demonstram a centralidade da mulher nos sistemas alimentares e na segurança alimentar, atrelando esta com desigualdade de gênero e conservação ambiental (ANDREWS; SMITH; MORENA, 2019).

Ellen Woortmann (2007) demonstrou como os gêneros constroem seus espaços de modo diferenciado, pois a territorialização não é a mesma para os homens e para as mulheres. Por isso, a perda das terras e a redução da agricultura tem consequências drásticas para a

construção da identidade feminina, em que o trabalho das mulheres passa a ser visto cada vez mais como um complemento dependente. Esse processo de mudança foi observado por Woortmann no litoral do RN sobretudo entre os anos 1970 e 1980 (WOORTMANN, 1992). As diferentes comunidades foram afetadas pelos processos de modernização que se intensificam nos anos 1970 e provocam, muitas vezes, impactos negativos que são maiores na condição feminina, pois a terra e o mar “de dentro” (mais próximo a costa) sofreram mais transformações de que o espaço marinho.

As pesquisas indicaram que as diferentes comunidades foram afetadas pelos processos de mudança da modernização de forma distinta, e que essa modernização provocou em muitos casos impactos negativos maiores na condição feminina do que no universo masculino. Enquanto na terra e “mar de dentro” os espaços produtivos femininos foram tomados ou poluídos, o universo produtivo masculino no mar pouco mudou. Analiso este quadro desde várias óticas e destaco a relação que se identifica no litoral do Rio Grande do Norte entre degradação ambiental e degradação social feminina. (WOORTMANN *et al*, 2017, p.99).

As mulheres na pesca artesanal são, muitas vezes, coletoras de “mariscos” - crustáceos (lagostas, camarões etc) e moluscos (polvos, lulas, ostras etc.) - normalmente nos espaços costeiros mais próximos às praias, nos arrecifes, nos manguezais e nos rios. Em Maxaranguape, assim como em outras regiões do Nordeste, elas são reconhecidas pela identidade de **marisqueiras**. Isso lhes confere acesso ao Registro de Pescador Profissional (RGP), e aos direitos relativos ao pescador (garantidos pela Lei nº 11.959/2009).

Verifica-se que a ideia de “mulher pescadora” está contida em uma definição ampla, que engloba diversos conceitos, sejam estes reconhecidos como, pescadeiras, fileteiras, marisqueiras, catadoras, descascadeiras, remendeiras, vendedoras, entre outras definições, e assim, coadunam com a dificuldade ao acesso aos diversos direitos e o próprio reconhecimento no meio, respaldado na ineficácia do princípio da isonomia e do cumprimento da dignidade da pessoa humana (ANTUNES NETO; SILVA; AMARAL, 2021, p.108).

Inúmeros testemunhos demonstram como as mulheres foram, são e podem ser pescadoras, e que não dependem dos homens para pescar. Há uma questão de identidade, em que as pescadoras são reconhecidas como marisqueiras, como demonstram alguns testemunhos sobre a pesca feita pelas mulheres:

**MD:** Eu pescava muito por aí. Eu pescava é de mangote. O mangote entra duas pessoas e puxa por um pauzinho que fica lá no fim da rede. Eu pesquei muito eu e minha prima assim. Meu pai, ele tinha mangote né aí a gente ia lá para Lagoa do Pachico pescar (**Maria “Dalvaci” de Castro, 77 anos, Caraúbas, 8 jan. 2021, 15h41min.**).

**ML:** Pergunte as outras pessoas se vão fazer o que eu fazia [pausa]. Isso aqui foi moréia ó, tá vendo tudo rasgado ó. As mãos, tudo rasgada das pedras ó. [Mostra a perna com as cicatrizes, em um momento de emoção coletiva, inclusive dona Lúcia se emociona]. **Tem muita história essas mãos.** Hoje eu tava preparando para ir sair para as pedras atrás de um siri, mas aí ele me ligou que essa criança vinha aqui em casa [sorrindo ela fala isso se referindo a mim]. Eu falei então não vou, vou ficar em

casa. **Que quando eu vou pescar é lagostinho, é aratu, é tudo** [ela conta que atualmente não está mergulhando tanto, mas que ela mergulha muito].

**LGV:** Rapaz ela mergulha, ela mergulha muito, ela bota a máscara e vai.

**ML:** Tem água por aqui eu vou procurando e quando eu encontro.

**LGV:** Aí ela bota a máscara e vai.

**ML:** Que máscara o quê, mergulho sem máscara. Pra tu ver, eu mergulho sem máscara mesmo e tudo. Eu não uso, se eu botar a máscara eu fico sem ar.

**LGV:** É mesmo o vídeo que a gente viu foi sem máscara. É no olho mesmo.

**ML:** É no olho mesmo no duro mesmo.

**LGV:** E aí vai "tateando" e vai buscando os bichos.

**ML:** É

**DBN:** E isso vocês chamam de pescar ou mariscar?

**ML:** Porque aqui infelizmente em Barra não tem marisco né. Aí chama marisco porque a gente traz o polvo, a gente traz o aratu, a gente traz o Siri. [...].

É duro, mas é assim, eu faço o que eu gosto né. Se alguém me fala que tão puxando rede eu saio de carreira [sai rápido] e vou lá ajudar pra ir lá [risos].

**DBN:** Você gosta de pescar então?

**ML:** Meu filho, é a coisa que eu mais amo nessa vida. **(Maria Lúcia “Nega”, 64 anos, marisqueira, Barra de Maxaranguape, 11 jan. 2021, 12h24min. Entrevista feita com Lucas Gabriel V. P. Silva, Isadora N. Barreto e Jully K. dos Santos).**

**T:** Eu aprendi a pescar com meu marido, indo com ele. A gente ia para maré, ia tirar rede de lagosta né, às vezes ele me chamava e a gente ia. Isso eu cheia de menino viu. Aí ia e depois a gente ia pescar, chovendo, toda molhada. Nossa era ruim, mas era bom viu, era bom e hoje que tá ruim.

**DBN:** Naquela época tinha muitas mulheres que pescavam?

**T:** Tinha porque, de pescar mesmo não. Agora tirar **cisco**, tirava viu. Marisqueiras, a maior parte “das mulher” de hoje daqui desse lugar que são aposentada são tudo por marisqueira. Porque pagaram colônia muito cedo. Pelo menos comigo foi assim, eu comecei a pagar a colônia muito cedo, como marisqueira. Meu marido era pescador, meu pai era pescador, “meus avô” era pescador, meu tio é pescador. É, uma família bem grande e tudo pescadora. Eu me aposentei com 55 anos, como marisqueira. Mas eu paguei 16 anos de colônia, pra quando eu completasse 55 eu me aposentar, mas me deu trabalho. Mas eu tirava **cisco**, eu ia pescar, a gente vendia cisco, porque essa era a prova que a gente vendia cisco, entendeu? A gente ia pra maré pescar, eu tive uma profissão que eu ganhava muito dinheiro, eu costurava as velas desse porto “tudinha”, tinha semana que eu ganhava muito dinheiro. Hoje eu não costuro mais não, não tenho mais cabeça, hoje eu tô estressada que só. **(“Teresinha” de Souza Soares, 59 anos, Caraúbas, 12 jan. 2021, 16h49min.).**

**DBN:** Agora sobre a pesca, você aprendeu a pescar com quem? E com qual idade?

**Gerinalda:** Com minha mãe e eu não lembro a idade que eu era pequena. A minha mãe levava eu para os mato como chama, né, pra pegar mangaba, caju, cambuí e eu ia com ela, ia pro roçado. Ia ajudar papai no roçado. Quando eu era pequena, eu sempre trabalhei, sabe? Aí então eu não lembro direito porque eu era muito pequena, mas que eu lembro que eu comecei a pescar junto com a minha mãe. Ela pescava, ela pescava o siri. Mas ela nunca foi assim de mergulhar, não, pega polvo, essas coisas, ela não. Ela ia pegava o siri, pegava os peixinhos nas pedra, pegava mais era os peixe de água doce, isso que ela pegava mais.

**DBN:** E ela pescava nos manguezais ou no rio mesmo?

**Gerinalda:** No rio, que é um assentamento agora [...].

**DBN:** Você mergulha às vezes também?

**Gerinalda:** Mergulho

**DBN:** Aí mergulha como?

**Gerinalda:** Só assim, num mergulho de pé de pato não, só mesmo com a máscara. A água aqui não é muito profunda, não sabe? Só assim, ao redor da “croá”, no raso, água por aqui e por aqui eu ainda tenho força para mergulhar. **(Gerinalda Nascimento dos Santos, 60 anos, marisqueira, Caraúbas, 20 jan. 2021, 17h34min.).**

No testemunho de Dona Teresinha, além dela ressaltar ser de uma família de

pescadores, nota-se o acesso que ela, e outras mulheres, tem aos direitos previdenciários de pescador artesanal. Muitas mulheres pescadoras e marisqueiras enfrentam grandes dificuldades em acessar os direitos e o documento, essa dificuldade também atinge os pescadores, mas é pior com as mulheres porque a isso soma-se a falta de reconhecimento. Essa dificuldade em acessar os direitos sociais concedidos pelo Estado fica evidente em **outros testemunhos**:

**JA:** Porque a minha esposa era para se aposentar com 55 anos, eu pagava colônia dela como marisqueira. Ela era marisqueira [a esposa dele é a Maria da Guia]. Ou entrada na aposentadoria com 60 anos, mas ela trabalhou na prefeitura 19 anos, mas só contribuíram no INSS 15 anos, aí ela entrou pela perícia e tal e aí quando foi para pegar a aposentadoria aí descontaram o tempo que ela passou pela perícia. Aí deu entrada com 60 foi negado, com 61 foi negado E aí agora tá na justiça para sair a aposentadoria. E ela já tá com 63 anos “homi”. É tanto problema que as pessoas ficam procurando, sabe. Teve muitas mulheres que chegou a se aposentar com 55 anos, porque era a idade né. E essa mulher com 63 anos, aí agora tá na mão do advogado, ele fica dizendo vai sair, vai sair, vai sair. **(João Aleixo, 63 anos, pescador, Caraúbas, 9 jan. 2021, 7h12min.)**

**ML:** Eu nunca tive um benefício da colônia. Infelizmente paguei oito anos e não tinha o benefício. Se eu trabalhasse 16 anos lá eu não tinha me aposentado. Infelizmente a presidenta da Colônia dá mais a alguns do que pra outros. Meu marido morreu, ia fazer 61 anos e não conseguiu se aposentar.

**DBN:** E a senhora se aposentou como pescadora?

**ML:** Não, não tive esse direito não. Me aposentei porque eu trabalhei 16 anos na saúde. E é um filho de Deus que me deu essa benção divina de me botar para trabalhar e eu trabalhei e me aposentei com 60. Ele [o marido de Maria Lúcia] me deixou em 1992 **[pelos cálculos ela nasceu em 1957 então ficou viúva com 35 anos e arrumou trabalho registrado com 43 anos. Isso com os 16 anos que ela afirma ter trabalhado na saúde. Ela trabalhou na saúde pública, mas com certeza seus ancestrais tinham conhecimentos de saúde tradicional através das plantas e das ervas. Esse conhecimento também foi expropriado das mulheres]**, eu fui arrumar esse trabalho em 2000, nunca meus filhos “passaro” fome né. Pergunte aqui na barra todinha quem é Lúcia, “Nega”, que todo mundo conhece. **(Maria Lúcia “Nega”, 64 anos, marisqueira, Barra de Maxaranguape, 11 jan. 2021, 12h24min.)**

**DBN:** E você é registrada na colônia como pescadora mesmo?

**Gerinalda:** É!

**DBN:** E vai se aposentar?

**Gerinalda:** Eu já “tava” aposentada [na verdade recebia o auxílio-doença]. Me cortaram porque disse que meu auxílio era auxílio doença, então tá assim: eu tenho osteoporose na coluna, tenho osteoporose no colo do fêmur, tem no meu exame, e vivo com esses pés desse jeito, “óia”, isso dói tanto na sandália, porque esses dedos fica assim, ó [mostra a situação preocupante dos ossos dos pés]. Aí, eu tava aposentada e quando foi agora Bolsonaro foi e tirou.

**DBN:** Nooossa, é um safado mesmo, hein?

**Gerinalda:** Foi só ele ganhá, foi cortado um “bucado” de gente. Aí voltei a colônia e disseram que só tenho que pagar mais quatro anos de colônia. Não vou pagar, não tenho condições de ‘tá’ pagando colônia.

**DBN:** E aí tá sem?

**Gerinalda:** E aí, eu me viro, tô vendendo balde de mangaba [continua falando na dificuldade em pagar a colônia e em se aposentar]. **(Gerinalda Nascimento dos Santos, 60 anos, marisqueira, Caraúbas, 20 jan. 2021, 17h34min.)**

Uma importante atividade praticada pelas marisqueiras em Maxaranguape, sobretudo nos anos 1980 e 1990, ainda que se iniciou nos anos 1960, foi a **extração dos ciscos ou**



**sargaços** (*Sargassum sp.*), a qual as mulheres foram protagonistas. Atualmente essa atividade não é mais praticada. Pudemos resgatar esse momento a partir de **alguns testemunhos**, que revelam o auge e a decadência da coleta de ciscos:

**MD:** Como minhas filhas, eu não tive o que elas têm, “esses negócio” de estudo. Mas eu aprendi a pescar eu ia pescar lá fora. Se você visse a água lá é tão azul lá nos Parrachos, lá na Risca [um lugar dos Parrachos]. Ai eu ia com meu irmão, aprendi e fui pescar com eles várias vezes. Teve uma época de pegar aqui sargaços [Sargassum], que chamavam **cisco**. Eu mergulhava três braças e meia pra pegar cisco. Aquilo ali a gente pegava a gente ia de pacote, três braças e meia “de fundura” [profundidade]. Juntava em cima dos pacotes os sacos cheios desse cisco. Ali para se manter. E pronto, depois que eu me casei com ele e a gente ainda foi muito pegar cisco, não foi, Pedro? A gente levava os meninos e deixava eles na praia e a gente ia pegar cisco, aí a gente botava no sol e secava para gente vender. [Seu Pedro comenta como era a Dalvací que mergulhava para pegar os ciscos, que ele não mergulhava, mas que havia cisco em abundância]. **(Maria “Dalvací” de Castro, 77 anos, Caraúbas, 8 jan. 2021, 15h41min. Entrevista feita com July K.S. Santos, da APC.)**

**DBN:** E onde estão essas marisqueiras, eu não encontrei elas ainda na praia?

**L:** Umas estão em atividade, mas outras não tão não, porque umas se aposentaram e outras abandonaram. **Porque quando tirava cisco aqui era mais fácil né. Todo mundo tirava cisco né para vender.** Mas hoje elas pegam o siri e ver outras no tresmalho, algumas vão ajudar o marido na maré. As vezes tem uma que faz rede para ajudar. **(“Leria” José Francisco dos Santos, 64 anos, machante e pescador, Caraúbas, 8 jan. 2021, 16h56min.)**

**ML:** Nós já “apanhamo” tanto **cisco** aqui nessa barra aqui.

**LGV:** A senhora apanhou o cisco por quanto tempo?

**ML:** Menino eu não sei nem lhe dizer quanto tempo não. Foi muitos anos só que acabou que ninguém mais procurou pra comprar aqui.

**LGV:** E qual era o cisco?

**ML:** Aqueles que é como um macarrão, aquele que dá a geleia tão gostosa, uma geléia, ótima assim. Você pode buta o maracujá, a mangaba, a manga, qualquer, é ótima, ela geléia disso. Chamado, conhecido por macarrão né. **(Maria Lúcia “Nega”, 64 anos, marisqueira, Barra de Maxaranguape, 11 jan. 2021, 12h24min. Entrevista feita com Lucas G. V. P. Silva, Isadora N. Barreto e July K. Santos.)**

**TS:** Rapaz, eu pesquei, eu pescava, ia para maré, pro Parracho. **Eu costurei essas velas do porto tudinho aí, costurava, hoje eu não costuro mais não porque hoje a minha máquina quebrou-se e eu não tô com mais cabeça pra fazer isso não.** Mais nas antiga era tudo eu quem fazia, **tirava cisco pra vender**, vendia “macarrão”[tipo de cisco], o “cisco pixaim”. A gente já fez muita coisa para sobreviver. Era muita coisa nesse tempo. Depois né, depois foi se acabando o cisco. Era um cisco que chamava macarrão e o outro que chamava pixaim. O cisco macarrão, o pessoal aqui viveu um tempão tirando cisco, aí depois acabou o cisco, aí o pessoal ficava indo para maré, a gente ia pescar nas redes, ia puxar corda. [...]. A gente tinha a hora da lua para ir para a praia, para tirar cisco porque a gente tirava cisco de noite também, sabia? Porque de noite dava muito cisco na costa, e ia muita gente com lâmpada, com esses candeeiros, para encher esse saco de cisco e botando para fora para quando amanhecesse botar esse cisco para fora para secar. **(“Teresinha” de Souza Soares, 59 anos, Caraúbas, 12 jan. 2021, 16h49min.)**

**Joana:** As casas aqui era tudo de taipa [tosse], vivia da agricultura, da pesca e do **cisco**. Assim de mergulho, e ainda hoje eu ainda sinto a minha garganta [tosse].

**DBN:** A senhora mariscava também?

**Joana:** É, pegava cisco, daquele cisco macarrão. Ô bicho danado, “pixaim”.

**DBN:** E a senhora trabalhava na roça também, na lavoura?

**Joana:** Muito, muuuuito. Trabalhava na lavoura, meu marido ele pescava e trabalhava na lavoura. **(Joana, 95 anos, Barra de Maxaranguape, 15 jan. 2021, 9h43min.)**

Na cadeia produtiva (ou circuito) da pesca, as mulheres seguem realizando ativamente muitas funções (as mesmas observadas nos casos colombiano e brasileiro), que é a participação na maioria das etapas (que antecedem e sucedem a captura). Mesmo assim, elas não são reconhecidas como pescadoras, tendo a sua função reduzida aos afazeres domésticos, “de dentro”, enquanto que aos homens lhes confere o espaço aberto da praia e do mar, mesmo que muitas vezes as mulheres (coletoras, marisqueiras etc.) também atuem nos espaços praieiro e marítimo.

Woortmann (2007) demonstrou como, nas comunidades pesqueiras, a classificação dos espaços (ou territórios) era pertinente a cada gênero: o mar era dividido em mar de fora e mar de dentro (praia e arrecifes), aquele percebido como domínio do homem, e este, de ambos; já a terra, estava dividida em praia e espaço agrícola, sendo aquele de domínio de ambos e este, de domínio feminino. Por conseguinte, as mulheres foram as mais afetadas com a chegada de territorialidades disruptivas que acabaram com os espaços agrícolas, que eram fundamentais para a identidade das mulheres. Com isso, também foi relegado a elas uma visão não mais de complementaridade com o trabalho masculino, mas sim de dependência, em que o trabalho masculino, particularmente a pesca, é “mais importante” ou melhor que os trabalhos desenvolvidos pelas mulheres, dentro e fora da pesca (WOORTMANN, 2007), assim como a ideia de que as mulheres são alheias à atividade pesqueira e não são pescadoras.

Ainda com todas as mudanças relativas à função produtiva feminina e seu reconhecimento, há uma percepção das funções - e suas importâncias - desempenhadas pelas mulheres, **como pode ser notado em alguns testemunhos:**

**R:** Vou falar um pouco sobre minha mãe: ela, quando não tinha pescador, ia com meu pai pro mar, ela ia pescar, muitas e muitas vezes eles saíam os dois pra pescar, porque era dali que ele tirava o pão pra sustentar a gente, porque ali, como não tinha pescador, eles iam os dois pra pescar e trazer o alimento pra dentro de casa. A minha mãe sempre ajudou, até rede de pesca ela fazia pra ajudar meu pai, ele trazia os peixes e ela limpava, fazia coisas pra ele levar pro mar quando ele ia pescar, ajudava ele a remendar as redes. **(Rosilde dos Santos Soares, 37 anos, comerciante, Caraúbas, 5 jan. 2021, 8h26min.).**

**DBN:** Como é o papel da sua mulher na pesca, por exemplo como ela te ajuda?

**B:** Minha mulher ela é marisqueira ela antes de eu conhecer ela, ela disse que começou a tirar desde pequeno marisco, surubô, que ela é daqui da Paraíba. Até moça. Tudo que for de crustáceo ela conhece. E o papel dela agora é tratar peixe, vai pra rede [puxada de rede]. E chegou até uma época que ela quis ir mais eu e eu falei “não, não vai não”.

**DBN:** E a preparar o lanche, cuidar da casa, dos filhos?

**B:** Ajuda, e sobre isso aí, quando eu chego da maré já tá tudo pronto.

[Ele conta que o pai dela já morreu no mar e conta também que ele mesmo, Bibi, já sofreu um naufrágio. Por isso, disse que a sua mulher não dorme de noite]. **(Almir Soares “Bibi”, 50 anos, pescador, Caraúbas, 6 jan. 2021, 12h50min.).**

**DBN:** E como você acha que sua mãe ajuda o seu pai na pesca?

**AN:** Quando ele vai para maré ela assa um peixe, as verduras que “eles faz pa cume” lá. A tratar o peixe, arrumar o material. (**Antonio Soares Neto “Netinho”, 17 anos, Caraúbas, 11 jan. 2021, 6h.**)

**DBN:** E você, como esposa de pescador, você ajudava seu marido como na pesca?

**RP:** Quando amanhece o dia ele vai para praia pescar, a mulher fica em casa e prepara comida. Se a mulher quiser voltar para casa ela volta e espera marido levar peixe para casa. Quando ele chega com o peixe eu ajudo a limpar o peixe, eu salgo, eu corto, frito, asso.

**DBN:** E a senhora ajuda a vender o peixe?

**RP:** Não, ele vende na praia. Mas ele chega com o de comer né, e quando ele chega eu dou a um vizinho, dou a outro, dou a outro. Quando o meu vizinho não tem eu chego e dou. (**Raimunda Pedro da Rocha “Mana”, 76 anos, agricultora, Caraúbas, 11 de jan. 2021, 7h41min.**)

**DBN:** E para você, como é o papel da mulher no universo da pesca?

**T:** Rapaz, eu ajudava ele assim, eu só ajudava ele assim: ele ia para maré e quando chegava a gente tava na praia, **trazia o peixe, tratava, costurava rede, fazia essas “caçoeriras” [tipos de rede] que o povo pesca hoje**, eu fiz muito aquilo, que eu acho que quase perdi a visão fazendo aquilo ali. E [João] Buzico [ex-marido], que era o pai de Rogério; Buzico só tinha um pacote pra pescar, mas ele não gostava muito de cuidar do pacote, entendeu? A gente era quem cuidava, quem descia, quem lavava, quem costurava as velas. (**“Teresinha” de Souza Soares, 59 anos, Caraúbas, 12 jan. 2021, 16h49min.**)

Identificamos que além das atividades produtivas, as mulheres são fundamentais para a transmissão dos significados culturais, das festas, das danças, do folclore e da cultura popular. Pois, na maior parte dos casos a organização de festas e outros tipos de celebrações lúdico-religiosas, as mulheres são as que tomam a frente. Por exemplo, nas comunidades de jangadeiros, as mulheres além de costurarem as redes de pesca faziam muitas rendas, eram as chamadas **rendeiras**. As rendas eram comercializadas nas praias e marcavam a identidade da região, em relação a produção artística e artesanal. O nome da renda pode variar: se chama **Labirinto** em Touros e Rio do Fogo, e **Renda de Bilro**, em Baía Formosa e em outros lugares do Nordeste, como no Maranhão.

Toda essa dinâmica material e simbólica estava relacionada, de modo que as mulheres possuíam muitas funções: **na agricultura, na coleta de cisco, na produção das rendas, e posteriormente, nas casas de veraneio**. O **testemunho de Teresinha** demonstra como era o processo de fazer as rendas, bem como essa oscilação entre os trabalhos domésticos e outros:

**Teresinha:** Sou aposentada como pescadora, na pesca tirava marisco, agora ninguém tira mais, que já acabou, tirava (inaudível), você também não mais, acabou. Fiz “mucha” renda, sabe? Rendeira era rendeira. Sou “feiteira” de venda, de fazer cocada, fazer tapioca, fazer mugunzá [comida típica do Litoral Nordestino a base de milho]. É, e tomo conta da minha casa. Já “trabaiei nas casa”, já fui caseira dos outro [de veranistas].

**DBN:** E fala como, como que é então já que você tocou no assunto da renda, né? Como que é essa cultura das rendeiras? Como que aprende, que vai passando isso?

**Teresinha:** A rendeira é assim: a gente faz a renda, a gente, a dona que ia comprar a renda, trazia “aquelas amostra”, as amostras, um pedacinho do tipo, a gente pinicava o papelão. Aí a gente fazia a renda porque vinha “as amostra”. E essa mulher mermo

que dava “as amostra” era quem era que comprava a renda da gente. Com aquilo a gente vestia, aquilo ali a gente calçava, porque a gente fazia por peça. Aí aquilo ali a gente fazia dez metro de renda, que era a peça. Aí vendia por um pouco mais que nada, que num era que nem agora que o dinheiro agora é mais do que era antigamente, naquele tempo as coisas eram mais barato, não é que nem agora.

**DBN:** O dinheiro, ele não tinha tanto valor, né?

**Teresinha:** É, num tinha.

**DBN:** E as rendeiras, cê acha que tá acabando, também?

**Teresinha:** Acabô. Tempo desse disseram que iam fazer lá na colônia, iam ensinar umas “muié”, até me chamaram que eu ia ensinar. Mas aí ninguém ouviu mais falar, acabô.

**DBN:** Hoje tem poucas que fazem renda?

**Teresinha:** Nenhuma faz. (**Teresinha, 73 anos, marisqueira, rendeira, curandeira e parteira, Maracajaú, 21 jan. 2021, 9h11min.**).

De acordo com os testemunhos, houve uma redução das atividades culturais, sendo que a principal causa apontada foi o envelhecimento das pessoas que tomavam a frente dessas atividades – a grande maioria mulheres – como também a falta de interesse dos jovens para dar continuidade. Tudo isso evidencia como o papel feminino é relevante para a cultura e folclore de um povo, dos significados culturais.

Outra função associada ao papel feminino e que está em decadência, praticamente está desaparecendo, trata-se das curandeiras e das parteiras<sup>105</sup>. A sua redução revela uma perda e um abandono de alguns saberes e conhecimentos tradicionais, sobretudo por parte das mulheres, a maioria que realizavam essas funções, do parto e da cura. Além disso, essa redução demonstra como a saúde e o cuidado, deixam de ser encargos da mulher e passam a serem serviços (saúde pública), muitas vezes pagos (saúde privada), subordinando mais ainda as mulheres – e em geral as comunidades tradicionais – à elementos externos e, ocasionalmente, com alto custo. Esse elemento aparece no **testemunho de Dona Teresinha**, que também aponta a redução das parteiras e curandeiras(os):

**TS:** Olha eu me lembro, eu tive meus filhos tudo em casa [risos]. Hoje vai para maternidade né, eu só tive na maternidade ela aí ó, a mais nova, mas os outros eu tive tudo em casa. Tive oito menino e nunca tomei uma vacina de nada, nunca nenhum filho meu tomou vacina. Quando Angélica tava com seis meses de nascida ela teve muito doente, aí foi que eu levei ela para maternidade, aí no hospital que tem em Natal e foi ali que ela foi fazer as vacinas dela, que foi fazer um monte de exame, e **caro viu, muito caro** porque eles achava que era fácil para gente. Não tinha nem carro, como é que a gente ia viajar, não tinha nem estrada aqui, não tinha. [...] esse povo era curador, e muitos curador, curandeira que tinha aqui morreu. Como Dona Vera, a parteira, já morreu. Não existe mais parteira aqui, mas aqui tinha muito. [...] Hoje o povo se cuida mas nas antigas ninguém se cuidava não, não tinha isso não, médico, dentista, não tinha nada. Eu digo a você eu tive oito filhos e nunca liguei para o médico. É, por isso que eu digo, as coisas hoje é assim a medicina tudo em cima mas é tudo errado, dá tudo errado. (**“Teresinha” de Souza Soares, 59 anos, Caraúbas, 12 jan. 2021, 16h49min.**).

---

<sup>105</sup> Ellen Woortmann (1992) identificou nos anos 1980 a chamada “cadeira ginecológica” para auxiliar os partos, que consistia em uma vértebra de baleia. Embora ouvimos sobre as parteiras nos testemunhos, não ouvimos falar desse objeto. **Coletamos alguns relatos sobre esse tempo e como eram feitos os partos e as bênçãos e pretendemos publicar um trabalho com isso.**

Dessa maneira, a partir da análise dos testemunhos e da literatura, fica inegável que mesmo não sendo vistas como pescadoras, as mulheres são ativas em todas as etapas da pesca artesanal, possuindo a atividade como profissão – inclusive tendo outras complementares – e garantindo a segurança alimentar e os cuidados com a família e com a comunidade. A fala das mulheres está mais forte e cada vez mais pautada em assuntos relativos propriamente a questões de desigualdade de gênero. Isso também demonstra, ainda que mínimo, mas uma chegada e organização maior das mulheres em relação aos espaços de tomadas de decisões.

A falta de reconhecimento das mulheres na pesca é uma questão de trabalho, de classe social, mas também identitária. Elas devem identificar-se como pescadoras ou fortalecer as suas identidades. No caso brasileiro, embora haja o reconhecimento jurídico dessas mulheres como pescadoras, pela Lei nº 11.959/2009, há uma dificuldade em acessar os direitos previdenciários e de crédito, o seguro defeso e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Atribuímos grande parte dessa dificuldade à falta de reconhecimento do papel feminino na atividade pesqueira, elemento que evidencia um grande abismo entre os direitos institucionais/burocracia e o reconhecimento social.

Essa falta de reconhecimento, que dificulta as mulheres pescadoras a terem acesso justo aos recursos de seu trabalho faz com que elas fiquem submetidas, em termos financeiros, ao “controle” dos companheiros (maus tratos, negligências, violências etc.), ou de outros homens da família. Com a falta dessa autonomia ou segurança financeira, também lhes escapa seus desejos, anseios e bem-estar enquanto sujeitos.

Ou seja, há um problema de cunho epistêmico e de reconhecimento, que não considera as mulheres como pescadoras por não estarem, muitas vezes, na captura, ignorando todos os outros processos. Isso acarreta em problemas mais práticos e institucionais como a falta de acesso das mulheres aos direitos e a falta de apoio e políticas para a redução da desigualdade de gênero, que antes de tudo precisa ser notada e elucidada. De modo que, é preciso que as mulheres se organizem e ousem lutar, ousem tentar, pois, como dizia Darcy Ribeiro: “A humanidade só avançou em termos de direito porque ousou”.

Frente a esses problemas, compreendemos que **algumas medidas que poderiam serem tomadas são:** **a)** desnaturalização da visão e percepção da pesca como atividade especialmente masculina, o que tentamos fazer a partir da produção de testemunhos; **b)** garantia de acesso a políticas públicas de fornecimento de créditos para as mulheres, de concessão de material e de fornecimento de espaços para a realização de todo o circuito da pesca; e **c)** fortalecimento das mulheres no processo de organização coletiva, como em cooperativas, e nos

processos de governança. Essas medidas devem auxiliar que as mulheres tenham as suas condições de vida e trabalho melhoradas, que não fiquem tão vulneráveis as perdas econômicas, as transformações ambientais e dependentes do trabalho masculino.

### **3.2.5 A Covid-19: impactos no modo de vida pescador**

A pesca e a aquicultura estão entre as atividades econômicas e laborais mais afetadas pela pandemia do *Sars-Cov-2* ou “Novo Coronavírus” (doença COVID-19), pois as medidas e restrições de circulação necessárias que foram tomadas pelos países interferiram em toda a cadeia de produção, circulação, comercialização e consumo dos pescados. Por conseguinte, a pesca e a aquicultura foram intensamente afetadas devido a fatores como a crise nos sistemas de transportes para a exportação e importação de pescados e a incapacidade dos pescadores artesanais em vender as suas produções, além da queda dos preços e da renda (FAO, 2020a).

A pandemia afetou as comunidades pesqueiras, que tiveram problemas para a comercialização e acesso a materiais, redução da renda e do trabalho, além da dificuldade em acesso aos serviços de saúde, e, em muitos casos, transmissão pela chegada de turistas e veranistas que se instalaram nas comunidades.

Rogério Haesbaert (2020) afirma que os processos de desterritorialização e reterritorialização nunca foram tão relevantes quanto no combate do vírus, pois as medidas de contenção adotadas giram muito em torno do controle da mobilidade (controle dos corpos, dos territórios). Isso foi muito agudo na pesca artesanal, pois uma de suas principais características é a sociabilidade, a ocupação do espaço praieiro (e marítimo) pelos pescadores. Os principais impactos causados nas comunidades de pescadores – cada comunidade foi afetada de maneira específica – foram relacionados com as medidas de contenção do vírus: isolamento social e impactos na distribuição e acesso aos pescados e recursos pesqueiros.

Em Maxaranguape, muitos testemunhos disseram não ter havido nenhum impacto pela COVID-19, mas esse fato deu-se sobretudo por não ter havido muitas mortes, causando uma sensação de que a pandemia foi “mais tranquila” em Maxaranguape. As entrevistas foram feitas em janeiro de 2021, quando as medidas de restrições foram afrouxadas devido as festas de fim de ano, marcando o início da segunda onda. Além disso, em Maxaranguape – e nas comunidades pesqueiras do Nordeste em geral – os pescadores acabavam de sair da crise do derramamento de óleo, em janeiro de 2019, por consequência, a pandemia do coronavírus se sobrepôs a aquela primeira crise, a “crise do petróleo”<sup>106</sup> (GAMA, 2020).

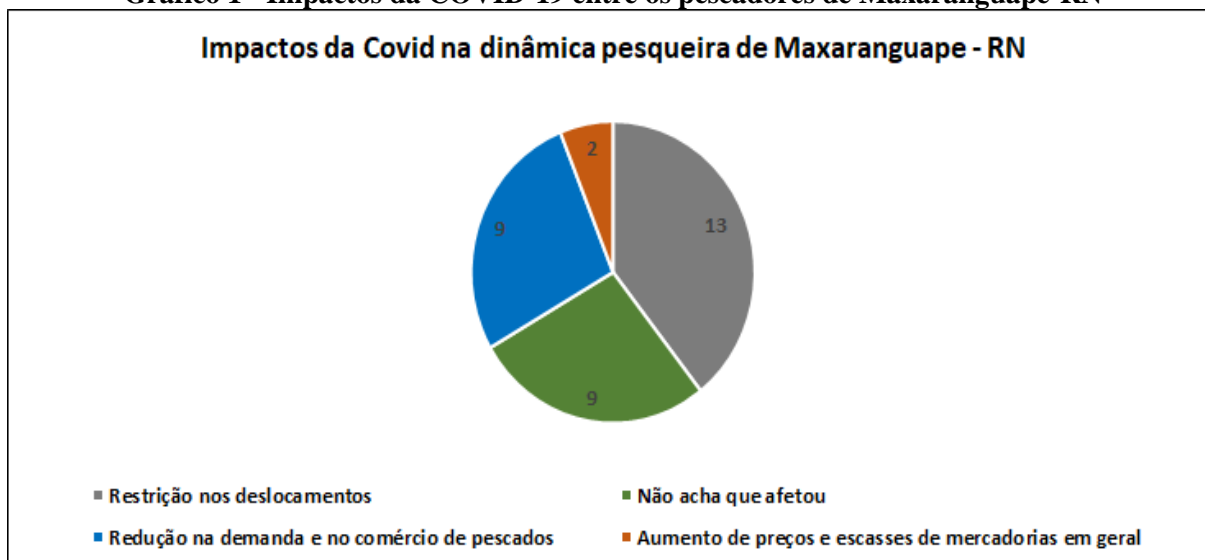
---

<sup>106</sup> Referente ao derramamento de óleo ocorrido em janeiro de 2019, que chegou até as praias brasileiras e tem sido

Das 71 entrevistas realizadas em Maxaranguape, em 33 se perguntou sobre os impactos da pandemia COVID-19. As respostas estão organizadas no **Gráfico 1 (abaixo)**. Entre os principais efeitos da pandemia COVID-19, foram ressaltados nas entrevistas os seguintes:

- Problemas com a comercialização, com a redução da demanda e da oferta de pescados, como falta de compradores, assim os intermediários pagavam pouco pelos pescados e as pesqueiras ficaram fechadas;
- Medidas de restrição de deslocamento, que impossibilitavam as pessoas de acessarem as praias para comprar, bem como os pescadores de irem às suas praias, de pescarem etc.;
- Aumento de preços e escasses de mercadorias;
- Não acham que afetou.

**Gráfico 1 - Impactos da COVID-19 entre os pescadores de Maxaranguape-RN**



**Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados coletados em campo (janeiro de 2021).**

Não foi feita nenhuma menção ao turismo, nem aos impactos sofridos no turismo – pelas medidas de restrição – nem os impactos causados pelos turistas ou veranistas. Ainda que muitas vezes, os turistas e veranistas que “[...] trataram o confinamento como férias/feriados, lançando-se às praias ou até mesmo deslocando-se de grandes centros urbanos para áreas litorâneas” (CAVALCANTI; WANDERLEY, 2020, p.499).

Além desses impactos provenientes da COVID-19 e que afetaram diretamente a atividade pesqueira, outro problema que se mostrou preocupante foi que muitos jovens afirmaram terem abandonado a escola durante a pandemia (problema que teve abrangência

---

considerado o maior crime ambiental da história nacional (alguns dizem catástrofe ambiental, optamos por considerar um crime). O crime ambiental atingiu mais de 130 municípios de todos os estados do Nordeste (9), além do Espírito Santo e Rio de Janeiro, afetando mais de 300.000 pescadoras e pescadores. Não foram encontrados os responsabilizados por esse evento, que atingiu, além da pesca, o turismo (GAMA, 2020).

multiescalar – global, nacional e local).

Alguns elementos que “amenizaram” os efeitos nocivos da pandemia COVID-19 e que foram ressaltados são o auxílio emergencial, em que um valor de aproximadamente meio salário mínimo foi distribuído mensalmente a todos os brasileiros desempregados durante a pandemia, e o fato de que em Maxaranguape houve poucas mortes pela COVID-19.

Compreendemos que para os pescadores artesanais que realizam o seu modo de vida no território, a sociabilidade cotidiana é uma das principais características do trabalho, portanto, a ausência da sociabilidade significa a ausência de liberdade e a não realização de seu modo de vida tradicional. Por isso, dentro da pesca como trabalho e como significado cultural, muitos dos efeitos da pandemia COVID-19 pertencem a subjetividade dos sujeitos, que perceberam a falta de mobilidade e o confinamento como o pior impacto da pandemia, que afetou a pesca como atividade produtiva e como trabalho, mas também afetou a sociabilidade inata a atividade pesqueira.

### **3.3 Territorialidades tradicionais pesqueiras**

O território tradicional pesqueiro está construído pelas territorialidades tradicionais mais antigas, as quais coexistem com as **territorialidades disruptivas**, que chegam com os processos de modernização (como a construção de rodovia, o turismo, a pesca industrial e outros serviços).

**Para os pescadores artesanais a noção de território é ampla e envolve não só a terra, mas os mangues, as praias, o mar e seus pontos**, que são apropriados e reconhecidos pelos pescadores e moradores locais. De modo que, eles apresentam um território que é descontínuo e multidimensional - político, jurídico, econômico e cultural (HAESBAERT, 2021).

Em Maxaranguape, o território tradicional se constituiu a partir de um modelo de representação da natureza em que as atividades produtivas primárias – sobretudo a pesca e a agricultura – tinham grande importância e mediação no modo de vida. De modo que, eles se territorializaram a partir da apropriação do mar, da praia e de uma faixa de terra, lugar das moradias e dos cultivos, e essa apropriação se conjuga com a identidade do lugar.

Dessa maneira, cada sociedade constrói o seu território ao seu modo, ou seja, se territorializa, o que significa mudanças e permanências indissociáveis quanto à significação do território dentro de cada sociedade, comunidade ou população humana (LITTLE, 2015). Cada grupo (ou classe) social se territorializa ou por processos mais funcionais (econômicos,



políticos) ou mais simbólicos (políticos, culturais), na relação que constroem com seus ambientes, dependendo das dinâmicas de poder.

Territorializar-se, desta forma, significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo “poder” sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também enquanto indivíduos), poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de “dominação” e “apropriação” ao mesmo tempo. (HAESBAERT, 2021, p.97).

Em Maxaranguape, os sujeitos, tanto os pescadores como outros moradores, reconhecem a ligação ancestral com o território, por exemplo, muitos dizem que os antepassados eram todos de lá, demonstrando o desconhecimento de uma procedência anterior, mas confirmando uma ligação íntima e ancestral com o território há várias gerações, a tantas que até perdeu-se a informação da origem dos antepassados antes de chegarem em Maxaranguape. **Alguns testemunhos** demonstram como os **antigos já eram de lá**, como também localizam a gênese do lugar a partir desses antigos, configurando uma territorialização ancestral:

**MP:** Bom aqui a gente sempre era assim uma vilazinha de pescador e era muito, muito distante, só que todo mundo era família, aí formava esse nosso território aqui, nosso “interiorzinho” aqui chamado Caraúbas. A gente chama Caraúbas é porque nós temos também uma planta que é nativa da gente aqui que o nome dela é Caraúbas, vai achar ela “aculá”, lá do lado da igreja aquela planta grande, o nome dela é Caraúbas. [...] Aí tinha muito Caraúbas aqui e ficou com esse nome, que era uma floresta dessa planta aí. Mas era diferente, era só uma vilazinha, uma casa aqui, a outra lá fora, a gente nunca pensava que ia chegar aonde estamos agora.

**DBN:** E o senhor lembra como começou isso aqui?

**MP:** Aqui começou da pesca. (Manoel Jovenal dos Santos Júnior ou “Manoel de Pretinha”, 57 anos, pescador, Caraúbas, 5 jan. 2021, 11h49min.).

**N:** Aqui nesse tempo de meus pais e de meus avós era tudo diferente, era umas pessoas tudo humilde, não tinha vaidades, também tinha muita cachaça, bebiam demais era o que meu pai contava, mais é um povo que só vivia mais de trabalho.

**DBN:** E trabalhavam onde o povo?

**N:** Trabalhavam de brocar o mato [...] tocavam fogo no roçado, naquele mato, quando acabava secava e plantava.

**DBN:** Em Barra era assim também, todo mundo trabalhava na lavoura?

**N:** Era e todo mundo trabalhava na lavoura, eu raspei muita mandioca em Neto Cesário, saia daqui de pés pra raspar mandioca lá no “inferno das cuias”.

**DBN:** Você sabe de onde vieram seus pais e seus avós?

**N:** Minha avó por parte de pai ela era descendente de índio, eles vieram de um lugar conhecido aqui perto [nesse momento comentou-se vários supostos nomes mais não lembrou] minha avó foi pega dentro do mato, porque nesse tempo era mato aqui e em todo o canto. (Nerci Pereira das Flores, 88 anos, ex-agricultora, Caraúbas, 12 jan. 2021, 12h04min.).

**P:** Aqui era uma mata, isso aqui atrás era uma mata, aqui quem chegou primeiro foi “os índio”, aí “os índio ficaro” andando pra cá, “ficaro” morando, aí diz que o povo morria. Naquele tempo “as mulher” tinha filho e morria e enterrava ali nos morro que tem ali, ele contava. Aí depois “os índio foro” embora, aí foi vindo gente de fora e foi ficando aqui e aí se criou o lugar.

**DBN:** E de onde veio essa gente?

**P:** De fora, aí foro ficando, aí criou-se o lugar, o seu Geraldo dizia. (Manoel Gonçalves da Silva “Paofa”, 49 anos, pescador, Caraúbas, 7 jan. 2021, 7h09min.).

**FCS:** Nas antiga, morava três famílias, era a família, Machado, a família de Pedro Gomes (Pedro de Joana) e a família Belchior. Essas família que começo “memo” aqui, só tinha memo mato e água e esse pessoal foi que carregou as coisas pra fazer a igreja, que é de 1910.

**DBN:** E antes disso tinham apenas os indígenas? E esse pessoal veio de onde?

**FCS:** O pessoal conta que antes disso só tinham os indígenas. Esse pessoal eu não sei de onde veio não, foi chegando né. Foi aumentando e foi chegando gente, geração com geração e foi misturando tudo. Tanto que se olhar Caraúbas tem três famílias e aí foi misturando tudo, Machado, Soares, Senna. Entendeu isso é o que eu conto da minha convivência para cá [diz que o patriarca era Pedro Machado, os filhos eram João, Manoel, Tião etc. Conta que eles monopolizavam o comércio, eles tinham todas a “budegas”, como também os instrumentos de pesca e como eles mantinham os **mínimos vitais**]. (Francisco Canindé dos Santos Sena “Mimi”, 65 anos, pescador, Caraúbas, 9 jan. 2021, 11h32min.).

**ML:** Menino, eu sou descendente de índio, a vó do meu avô era índia dos tapuias, meu filho, o Laércio, pesquisou e tem e encontrou. Antigamente “tava” ali em João Câmara, Cerrote, ali. Ele pesquisou e teve esses índio. Tinha os tapuia, tinha os caboclo, tinha não sei o que, aí minha bisavó foi dos tapuia [que, segundo dizem eram descendentes dos potiguaras]. **Aí eu tenho paixão de ser descendente de índio**, é por isso que eu sou assim ando “nos mato”, nas pedra, come peixe cru, camarão. Pego a manjubinha assim e ó, como tudo, é bom demais “homi”. (Maria Lúcia “Nega”, 64 anos, marisqueira, Barra de Maxaranguape, 11 jan. 2021, 12h24min.).

**DBN:** Você lembra aqui, já ouviu falar alguma coisa do **tempo dos índios**, dos escravizados?

**Joana:** Ah, nesse tempo eu não “tava” não. Eu ouvia, eu ouvia falar nesses escravos, nesses índio, mas não alcancei não, não vi não, nem vi os escravos nem vi os índios.

**DBN:** Não, né?

**Joana:** Não, não, eu sou de 25 [1925]. (Joana, 95 anos, Barra de Maxaranguape, 15 jan. 2021, 9h43min.).

**Gerinalda:** Era mato, não era assim não, era mato, é isso aqui, meu pai comprou a barraquinha de palha nesse canto aí onde “os menino” fizeram lava-jato. Daí ele desmatou isso aqui todinho, arrancou toco, aí plantou coqueiro, plantou essas mangueiras aí, construiu a casinha dele de taipa, como chamam, de barro, né? Aí, depois que ele morreu, minha mãe fez essa daqui, ainda continua do mesmo jeito que ela fez. Porque não tem condições de ajeitar, aí ficou do mesmo jeito e aí tô aqui, eu cheguei aqui desde os sete anos de idade. (Gerinalda Nascimento dos Santos, 60 anos, marisqueira, Caraúbas, 20 jan. 2021, 17h34min.).

Nota-se então, que os núcleos de ocupação (as chamadas “vilas”, como Caraúbas), possuíam uma origem pela ocupação de algumas famílias, que estabeleciam as bases para o povoamento e uso do território. Por conseguinte, uma ausência de documentos jurídicos que provem essa ocupação ancestral - que está presente na memória coletiva, na identidade local e na História oral - fragiliza um processo de reconhecimento da posse e da identidade tradicional. Esse fato é agravado pelos territórios ainda ocupados por esse grupo estarem em processo de disputa por serem alvos de diversos projetos de desenvolvimento (sobretudo turísticos).

A partir de meados do século XX, se iniciou uma expropriação territorial com a perda das terras - algo mais físico e concreto - que levou ao fim da agricultura. Posteriormente, a chegada de novas lógicas, que chamamos de **territorialidades disruptivas**, aprofundaram a

expopriação territorial, sobretudo das praias, que foram colocadas em disputa com o turismo, causando mudanças simbólicas e culturais no modo de vida, como o abandono da pesca e a maior presença dos serviços, o que fragilizou as relações de parentesco, ajuda mútua e colaboração e reduziu a autonomia comunitária em processos de tomada de decisão. Porém, ainda hoje a pesca segue sendo uma atividade de maior destaque no município, demonstrando a rigidez da territorialidade pesqueira, que mesmo colocada em disputa se mantém, continua resistindo e (re)existe.

Nesse âmbito, foi possível identificar algumas territorialidades sobrepostas e descontínuas, o que evidencia uma multiterritorialidade (HAESBAERT, 2021), entre as quais destacamos:

**a) as territorialidades tradicionais, dos pescadores e agricultores que habitam e constroem os seus modos de vida, atrelando cultura e território.** Essas territorialidades estão presentes entre os pescadores, mas também nos assentamentos de reforma agrária existentes em Maxaranguape, que não será nosso objeto de discussão. Aqui discutiremos as territorialidades da pesca artesanal, que estão presentes de maneira mais densa na sede municipal (Barra de Maxaranguape), e nos distritos rurais costeiros (Caraúbas e Maracajaú);

**b) as territorialidades de mercantilização da natureza, mais ligadas à agroindústria, aos monocultivos, à pesca industrial e ao mercado de maneira geral,** que seguem os objetivos de grandes empresas e/ou proprietários de terras, mercantilizando a natureza. Muitas vezes essas territorialidades se colocam mais ocultas, como a dos proprietários de terras da região. A territorialidade da agroindústria e dos monocultivos está mais presente sentido interior, e não na área costeira do município. Já a da pesca industrial, está mais para alto mar, um pouco distante de onde pescam os jangadeiros, mas que ocasionalmente, atuam no mesmo território;

**c) as territorialidades do turismo empresarial<sup>107</sup>, que também são disruptivas em relação as territorialidades tradicionais,** pois causam a desterritorialização – física e simbólica – e a reterritorialização. Isso ocorre com conflitos pelo território, muitas vezes despercebidos, em que a expansão turística vem a causar uma **violência lenta** - cuja durabilidade é dispersa no tempo o que dificulta compreender o fenômeno como violento (NIXON, 2011) -, reduzindo a pesca e os pescadores e se apropriando do território pesqueiro (terrestre e marítimo). A territorialidade do turismo é mais forte no distrito de Maracajaú, onde estão os principais serviços e atrativos turísticos;

**d) aquelas territorialidades institucionais associadas às ONGs (como a APC) e aos órgãos**

---

<sup>107</sup> Como discutimos em Bonfá Neto, Barreto e Silva (2023).

**públicos ambientais, que possuem uma visão ambiental conservacionista e de ordenamento territorial.** Acreditamos que essas territorialidades podem ser convergentes com o objetivo das territorialidades tradicionais, sobretudo se considerarem a cultura e os saberes tradicionais para a gestão e conservação do território;

**e) há também as territorialidades ligada as facções criminosas (sobretudo o “Sindicato do Crime”<sup>108</sup>) e ao controle do narcotráfico.** Com isso, há uma tentativa de controlar o território para viabilizá-lo ao narcotráfico e a outras questões. Isso culmina em um recrutamento dos jovens, que em prol de um ganho “mais fácil” entram no narcotráfico e se desinteressam em aprender a pescar, a plantar etc.

Como nosso objeto de discussão é a pesca artesanal e as territorialidades associadas à essa atividade, utilizamos a cartografia social participativa, as entrevistas e a observação participante para identificar as territorialidades pesqueiras e as disruptivas presentes em Maxaranguape.

### **3.3.1 Cartografia social participativa desvelando as territorialidades pesqueiras**

Lançando mão da cartografia social participativa como metodologia de investigação colaborativa em pesquisas com povos e comunidades tradicionais (ACSERALD; COLI, 2008; PELEGRINA, 2020), com base em oficinas, debates, confecção de mapas e entrevistas, durante trabalho de campo com foco nas atividades pesqueiras artesanais, buscamos identificar e analisar a presença de territorialidades pesqueiras para assim identificar e cartografar o território pesqueiro em Maxaranguape.

Se realizou uma oficina com os pescadores artesanais, com o apoio da Associação de Proteção e Conservação Ambiental Cabo de São Roque (APC), no dia 16/01/2021 na praia de Caraúbas, distrito de Maxaranguape, em um rancho onde habitualmente os pescadores e outros moradores utilizam para conversar, passar o tempo, arrumar os materiais de pesca e fazer a divisão e/ou a venda dos pescados.

Para isso, foi organizado um café da manhã com os pescadores e durante esse processo iniciamos a construção do mapa. Como ponto de partida, traçamos a linha da praia, e através de diálogos com os sujeitos, ou seja, da geocolaboração (PELEGRINA, 2020), fomos inserindo os lugares onde os pescadores exercem as suas territorialidades, construindo assim seus territórios. Durante a oficina outros pescadores iam chegando, tecendo comentários e dando

---

<sup>108</sup> Facção criada em 2013, aliada ao Comando Vermelho (do Rio de Janeiro), para fazer frente ao Primeiro Comando da Capital).

suas contribuições. Muitos debatiam se a localização dos lugares apontados no mapa estavam “mais pra baixo, mais pra cima, mais pro lado tal”. Após inseridos os principais pontos em um rascunho, passamos os elementos cartografados para outra cartolina e fomos arrumando algumas localidades e aprimorando os desenhos, de acordo com a indicação dos pescadores (**fotografias 59 e 60**).

Depois de elaborada uma primeira versão do mapa, construído de maneira síncrona na oficina, confeccionamos um mapa mais ilustrativo e artístico (**Mapa 14**), em que tentamos ressaltar os símbolos da cultura pesqueira que haviam sido indicados e inseridos pelos pescadores, como os ranchos, os pontos de pesca como as pedras e os arrecifes no mar, onde realizam as pescarias, os lugares na praia onde realizam a “puxada de rede”, as lagoas, como também o santuário de desova das tartarugas de pente (*Eretmochelys imbricata*).

**Fotografia 59 - Oficina com os pescadores / Fotografia 60 - Oficina com os pescadores (2)**



**Caraúbas, 16 jan. 2021. Foto: Isadora N. R. Barreto.**

Nos **Mapas 14 e 15**, há um destaque para como o território pesqueiro engloba o mar, a terra e a praia (continente), nesse sentido, ele é descontínuo (HAESBAERT, 2021; SAQUET, 2015), e, “transfronteiriço”, se considerarmos o litoral como uma fronteira, pois “[...] se trata da fronteira entre o mar e o continente [...]” (MARTIN, 1992, p.18).

Os mapas revelaram outro elemento fundamental que é a apropriação da praia pelos pescadores sobretudo por meio da chamada pesca de arrastão ou puxada de rede (BONFÁ NETO, 2022) e também dos ranchos e espaços de vivências dos pescadores. Além disso, **o território pesqueiro marítimo possui seus lugares de referência para a pesca, como os caminhos**, assentos e cabeços, que são secretos e não foram revelados, pois são modelos de representação e apropriação da natureza tidos muitas vezes como segredos pelos pescadores.

Mapa 14 - Território pesqueiro de Maxaranguape (versão artesanal)



Organizadores: Dorival B. Neto e APC (2021). Fonte: Trabalho de Campo (2021).

Mapa 15 - Território pesqueiro de Maxaranguape (versão digital)



Organizadores: Dorival B. Neto (2021). Fonte: Trabalho de Campo (2021).

### 3.3.2 O território pesqueiro

Os espaços relacionados com a pesca artesanal se configuram a partir de sociabilidade distintas que são marcadas por arranjos próprios no desenvolvimento da atividade pesqueira e por relações simbólicas provenientes da relação do pescador com o mar (CUNHA, 2009). Nesse sentido, uma unidade e complementaridade entre mar e terra se apresenta de maneira pronunciada, uma vez que os pescadores capturam os peixes no mar, mas realizam os demais processos da pesca artesanal na terra (outros trabalhos, manutenção dos equipamentos e das embarcações, comercialização do pescado etc.).

Se no mar ocorre a busca do pescado, na terra ocorre a complementação da atividade pesqueira: seja onde fica sua morada, seja onde *entram* as redes, consertam e fazem a manutenção de seus equipamentos (em geral nos quintais de casa), seja, ainda, onde guardam e conservam seus apetrechos de pesca. A maior parte das embarcações, em geral, permanece no porto [...]. (CUNHA, 2009, p.61).

A pesca está presente no modo de vida da cidade, e configura territorialidades a partir da vivência, do cotidiano e da apropriação dos espaços pelos pescadores, não somente durante as atividades de trabalho, mas também durante as atividades de lazer. Isso se manifesta sobretudo onde há maior presença dos pescadores, como nos portos, na fábrica de gelo (em Barra), nas peixarias, nas praias e nos ranchos.

Tanto a sede municipal (Barra de Maxaranguape), como os distritos de Caraúbas e Maracajaú apresentam uma quantidade significativa de pescadores, sendo que no primeiro há uma diversidade maior de barcos, como jangadas, paquetes, baiteiras (espécie de lancha feita em madeira) e barcos maiores (de 12 até 20 metros), havendo ali também a única fábrica de gelo, do Zé Maria, uma maior quantidade de peixarias (aproximadamente seis ou sete), a presença de um carpinteiro naval e um porto maior, que faz com que haja um embarque e desembarque de alguns barcos de pesca artesanal maiores, fato que não há nos distritos de Caraúbas e Maracajaú. A maioria desses lugares estão localizados na região do porto, no rio Maxaranguape, que faz o limite do município com a praia de Muriú, município de Ceará-Mirim.

Em relação à ocupação das praias, os pescadores ficam mais concentrados nas regiões que são mais próximas ao porto e aos ranchos de pesca, pontos onde a territorialidade pesqueira está presente de maneira mais significativa:

- Em **Barra de Maxaranguape**, a territorialidade pesqueira é mais intensa na região do porto (também estuário), que é utilizado por muitos barcos maiores que optam por parar lá, sobretudo os barcos do município vizinho, Rio do Fogo, pois o porto ali não apresenta alguns problemas, como a profundidade. Na região do porto também está a fábrica de gelo, a colônia de pescadores (Z-15) e algumas pesqueiras. Existem dois ranchos de pesca, um deles se chama



“Bar molhado”, pois quando a água sobe com a maré, parte do rancho fica submerso. O apoio e os significados simbólicos dos ranchos para os pescadores é imensa, sobretudo por serem um lugar de socialização, vivência e compartilhamento das experiências e histórias, sendo o Bar molhado o rancho mais conhecido de toda a região. A ocupação em frente à praia de Barra de Maxaranguape também é constituída por casas (de moradores e veranistas), cinco quiosques (restaurantes) que ficam próximo ao estuário do Rio Maxaranguape e ao porto, não havendo nenhum grande restaurante, pousada ou outro tipo de estabelecimento comercial ou de turismo relativamente grande em frente à praia. Em Barra também é onde está a maioria dos pescadores e das embarcações de pesca. No entanto, é onde se manifestam também mais forte as territorialidades da pesca industrial, da agroindústria e monocultura, portanto, é onde o modo de vida tradicional já está mais hibridizado (CANCLINI, 2015), em comparação com as zonas rurais (os distritos);

- Em **Caraúbas**, na faixa da praia existem seis quiosques, oito ranchos, algumas casas (de veranistas e nativos) e nenhum grande restaurante, pousada ou outro tipo de estabelecimento comercial relativamente grande. Na principal praia da vila é onde costumam realizar a puxada de rede, atividade de extrema importância para o modo de vida e a segurança alimentar local. Caraúbas pode ser considerada, segundo os próprios locais, como a “mais tradicional” das aglomerações, a que sofreu menos processos de transformação pela modernidade, fato que também é visto como uma desvantagem ou um “atraso” da vila em relação às outras. Segundo testemunhos e conversas informais, que tentam evocar as superstições, Caraúbas foi o distrito que menos se desenvolveu no município, devido à igreja ali estar virada de costas para o mar, o que lhes retirou a prosperidade;

- Em **Maracajaú**, na área de frente a praia existem 12 ranchos, algumas casas (de nativos e veranistas), dois condomínios residenciais e 16 restaurantes, pousadas, parques ou estabelecimentos comerciais relativamente maiores. Maracajaú é onde a territorialidade vinculada ao turismo é mais forte, visível pela intensa ocupação e movimentação na vila em função da atividade turística.

Os ranchos são lugares importantes como espaço de socialização, com presença marcante e centralidade para a dinâmica pesqueira em toda Maxaranguape. Muitos ranchos existem há mais de um século e dão apoio diário aos pescadores, sendo utilizados por eles para guardar e arrumar alguns materiais, descansar, conversar, viver os momentos lúdicos etc. Tratam-se de lugares de convívio, da apropriação, do auxílio mútuo e do trabalho coletivo. Existem aqueles ranchos que são privados ou de um grupo de pescadores, bem como aqueles

que são de uso comum. Os ranchos foram construídos de forma improvisada, sendo as paredes feitas de folhas de coqueiros, pedaços de troncos e madeiras, e a cobertura de folhas secas, pouquíssimos possuem energia elétrica, água encanada e saneamento básico, como mostram as fotografias 61, 62, 63 e 64.

**Fotografia 61 - Ranchos com jangada**



**Caraúbas, 6 jan. 2021, 10h22min.:** Em Caraúbas é onde há a maior quantidade de ranchos de pesca em frente a praia. Os ranchos pertencem a um pescador individual ou a um conjunto de pescadores. Mas o uso é quase sempre compartilhado. Foto: D. B. Neto.

**Fotografia 62 - Rancho “bar molhado”**



**Maxaranguape, 13 jan. 2021, 8h21min.:** O “bar molhado” é um rancho conhecido e muito frequentado pelos pescadores, pois além de ser o local de elaboração e conserto dos materiais, serve também como um ponto de confraternização e socialização após as pescarias. Foto: D. B. Neto.

**Fotografia 63 - Ranchos de pesca em Caraúbas**



**Caraúbas, Maxaranguape, 5 jan. 2021, 9h15min. Foto: D. B. Neto**

**Fotografia 64 - Interior de um rancho**



**Caraúbas, 5 jan. 2021, 8h51min.: Foto: D. B. Neto.**

Dessa maneira, as territorialidades pesqueiras estão muito fortes no espaço terrestre e costeiro, mas também no espaço marinho, como evidenciado, por exemplo, no mapa social participativo (**Mapas 14 e 15**).

### **3.3.3 Conflitos territoriais**

A pesca se apresenta como uma atividade comunitária, sobretudo a de arrasto de praia, em que predominam os elementos da ajuda mútua e da cooperação, marcas características do modo de vida tradicional (CANDIDO, 2010). No entanto, sobretudo após meados do século

XX com as transformações provenientes da modernização, como a abertura de estradas, a chegada dos primeiros veranistas e o apossamento das terras, começa a haver uma transformação no modo de vida tradicional em muitas comunidades pesqueiras do Nordeste Brasileiro de maneira geral (DIEGUES, 1995; WOORTMANN, 1992), e particularmente em Maxaranguape.

Nos anos 1950, se iniciam algumas transformações nas comunidades de pescadores, influenciadas pela chegada da privatização das terras, dos veranistas, do turismo, da pesca industrial e de outras atividades de serviços, causando desterritorializações, maior valorização do pescado e maiores volumes de captura (para suprir a necessidade do turismo, inclusive de Natal). Esse processo se intensifica nos anos 1970 e 1980, ocasionando uma redução dos pescadores e da cultura pesqueira.

Ellen Woortmann (1992), através de pesquisas etnográficas nos municípios de Touros e Rio do Fogo, vizinhos de Maxaranguape, afirma que a pesca deixa de ser a atividade “hegemônica” no Litoral Potiguar já nos anos 1970 e 1980. Isso seria consequência da intensificação das transformações no modo de vida tradicional que se efetivam após os anos 1950, com a privatização das terras e maior lógica mercantil.

Um outro fenômeno de dimensão regional e que afetou a pequena pesca foi a expansão da carcinocultura (aquicultura de camarão), que ocorre mais intensamente nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

Em 2003, calcula-se que cerca de 35.000 hectares foram destinados à carcinocultura no Brasil que, usando espécies exóticas, afeta principalmente as áreas próximas ao mangue (apicuns) e os próprios manguezais, gerando uma produção de dezenas de milhares de toneladas destinadas à exportação. [...] Calcula-se também que cerca de 300 a 500.000 hectares são propícios à carcinocultura, no Brasil. Somente no Rio Grande do Norte, verifica-se uma expansão e mais de 30% dessa atividade ao ano [...] (DIEGUES, 2004, p.229).

No entanto, em Maxaranguape não foi encontrada a presença da carcinocultura. Ouvimos muitos testemunhos sobre o tempo dos ciscos e como esse momento foi se acabando, relegando as mulheres aos trabalhos domésticos não reconhecidos.

Woortmann (1992) afirma que nos anos 1970 e 1980 houve a introdução da captura de lagostas, iniciando o “tempo da ambição”, e marcando uma maior hierarquia e conflitos entre os lagosteiros (donos dos meios de produção e que comandavam o processo produtivo), os mergulhadores e os pescadores artesanais (que, por algum motivo, não se inseriram na pesca de lagosta). Isso acarretou outro conflito que também teve relevância em escala regional (Litoral Nordeste), como também local (Maxaranguape): a sobrepesca da lagosta entre os anos 1990 e 2000 (MEDEIROS JÚNIOR, 2017). Esse processo de mudança é confirmado nos diversos

testemunhos, que demonstram uma redução da pesca de lagosta, ou relembram os momentos do “auge”. Os testemunhos dos antigos recordam esse momento de abundância e o auge da pesca da lagosta, porém isso é retratado como algo que não trouxe mudanças nem melhoras substanciais à comunidade de pescadores, além da pesca da lagosta ser um trabalho muito pesado:

**EB:** Mudou muita coisa, porque antigamente aí no mar era mais fácil pra pescar.

**DBN:** E por que?

**EB:** Porque não tinha muito a navegação que tem hoje, a gente ia aí e pegava dois, três sacos de lagosta, quatro sacos. Hoje você vai e pega cinco ou seis quilos, é muita diferença. **(João Souza ou “Espaia Brasa”, 57 anos, pescador, Caraúbas, 5 jan. 2021, 9h43min.).**

**ROSA:** A gente pesca aqui na jangada, só mais na jangada e barco, barco motorizado grande, a gente passa, como eu, eu passava 60 dias no mar. Saia de Recife, aí saía por 30 dias que nós ficava no mar, aí 31, 32 nós caía pra São Luís do Maranhão.

**DBN:** Iam em quantos “cabras”?

**ROSA:** Era sete “cabra”.

**DBN:** E era pesca industrial?

**ROSA:** De lagosta, era pesca industrial de lagosta. Ai nós ia pra São Luís e passava três dias lá e saía, quando era mais 30, 31 nós chegava em Recife. **(Rosinaldo “Rosa” de Souza, 57 anos, Caraúbas, Maxaranguape, 5 jan. 2021, 7h57min.).**

**Golinha:** Rapaz, aqui era bom, em 1972 aqui deu muita lagosta, aí deu emprego aqui, depois foi arruinando mais, porque ninguém deixa nada lá, todo mundo só vai buscar e aí não é bom. **(José Luís Soares “Seu Golinha”, 71 anos, pescador e agricultor, Caraúbas, 6 jan. 2021, 8h29min.).**

**JA:** Além “desses barquinho” [jangadas e paquetes] aí eu já pesquei muito em barco de fora, industrial barco de pesca, lagosta essas coisas. Passava aqui 15 dias, no mês só dava duas viagens pra maré. Pescava em Natal, fui pescar em Pitumbu, na Paraíba né, em barco de Natal. **(João Aleixo, 63 anos, pescador, Caraúbas, 9 jan. 2021, 7h12min.).**

**JP:** Aí eu comecei a pescar de covó [armadilha para lagosta], depois apareceu o outro tipo de pesca e aí a gente começou a trabalhar.

**DBN:** Que outro tipo?

**JP:** Compressor, essas coisas assim. Só que o compressor é mais perigoso né, aí o pessoal afastou-se mais de compressor. Agora trabalha mais de linha, agora trabalho na linha, não tenho mais condições de trabalhar de covó, porque a resistência não dá né. O covó tem que trabalhar pesado, ele é muito pesado pro cabra que já tá chegando na idade [outros pescadores saudam o João]. E aí a pescaria é essa mesmo, é, e hoje nós tamo pescando de linha né, com rede de peixe, o que dá melhor a gente vai. **(João “Papoca” Maria da Silva, 57 anos, pescador, Barra de Maxaranguape, 15 jan. 2021, 8h45min.).**

**Teresinha:** Aí com os tempo é que apareceu pesca e lagosta, mas era covó, não era mergulho, era covó. Aí de lá pra cá é que a vida foi melhorando mais em Maracajaú e em várias praia. A gente, “mulhé”, ajuntava peixe, eu sou pescadora, tenho minha carteira de pescadora. **(Teresinha, 73 anos, marisqueira, rendeira, curandeira e parteira, Maracajaú, 21 jan. 2021, 9h11min.).**

**Chico de Naninha:** Embarquei também já com japonês, com inglês, navio. É, japonês, eles supervisiona muito as água brasileira.

**DBN:** Ô, era barcão mesmo, hein?

**Chico de Naninha:** 110 m de comprimento.

**Terceiro:** Isso faz quanto tempo seu Chico?

**Chico de Naninha:** Já faz uns 35 anos [portanto, nos anos 1980].

**Terceiro:** E essa pesca ainda existe aqui?

**Chico de Naninha:** Não, já foi embora.

**Terceiro:** E eles pescavam mais o quê? Qual era o intuito deles pescar aqui?

**Chico de Naninha:** Pescavam era a lagosta.

**Terceiro:** E nessa época tinha muita?

**Chico de Naninha:** Tinha muita, tinha demais, demais, demais.

**Terceiro:** E eles levaram, eles levaram muita lagosta?

**Chico de Naninha:** Vixe maria, levavam demais, mas eles levavam mais “as maior”. (“Chico de Naninha”, 73 anos, pescador, Maracajaú, 21 jan. 2021, 10h39min.).

O *boom* da lagosta aumentou a sobrepesca das lagostas e de outros pescados e reduziu ainda mais o volume das pescarias, segundo testemunhos. Além disso, esse *boom* causou uma individualização do trabalho e uma ambição por dinheiro, acelerando as vendas e aumento da pressão e competição por captura, o que fez com que eles capturem as lagostas e pescados cada vez menores, causando uma redução na quantidade do pescado. Atualmente segue havendo uma captura de lagostas, mas não na proporção que havia antigamente.

Com a introdução da pesca comercial da lagosta e baseado nos testemunhos, parece que houve uma “introdução” da pesca industrial no modo de vida tradicional do pescador jangadeiro, no sentido de que vários pescadores artesanais passaram a oscilar entre a artesanal e industrial. Além disso, o conceito de artesanal mudou e a pesca artesanal foi se modernizando a ponto de haver a diferenciação entre a artesanal feita nas jangadas e aquela feita nos barcos maiores.

Um evento mais recente que provocou um enorme impacto socioambiental foi o **derramamento de óleo no Litoral Brasileiro (mais de cinco mil toneladas) ocorrido em janeiro de 2019** (GAMA, 2020).

A ineficiência e descaso do governo, que teve ações contra a conservação ambiental e as populações tradicionais, aumentou essa crise, pois quando um vazamento de óleo de grandes magnitudes é posto em ação, o governo deve acionar um plano de contingência, no caso brasileiro, previsto por lei, o **Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo (PNC)**, criado em 2013. O (des)governo da época não acionou o plano, além disso, não se articulou com os estados e municípios para frear a crise. Soma-se a isso, a ineficiência dos órgãos ambientais, como o Ibama, que estavam em processo de desmonte promovido pelo governo federal.

A COVID-19 fez com que essas populações pesqueiras que já tinham sido atingidas por esse grande desastre ambiental passassem por situações palpérrimas, como um dos maiores prejuízos na costa do Brasil, sendo agravado pela falta de comprometimento do governo em não ter acionado o PNC. Após um ano de investigações pela marinha, a única coisa anunciada

pelo governo da época foi que o óleo é de origem venezuelana. A ausência de respostas efetivas compôs **o modus operandi do (des)governo de Jair Messias - negar o fato, acusar os grupos sociais mais vulneráveis e negar a ciência - que chegou a ser conivente com os crimes socioambientais**. A única medida tomada pelo (des)governo foi antecipar o seguro-defeso de algumas espécies e liberar a concessão de um auxílio emergencial, chamado popularmente de **“auxílio petróleo”**, sendo um salário mínimo por dois meses e restrito apenas aos pescadores que possuíam o Registro de Pescador Profissional (RGP) que não é emitido desde 2012. Outro problema decorrente disso foi que as localidades (praias) não atingidas diretamente não tiveram acesso ao benefício, porém os pescadores não conseguiam vender os pescados.

Alguns pescadores se recordaram do evento e o apontaram como um dos conflitos recentes enfrentados por eles e que atrapalhou muito na pesca artesanal:

**Rosa:** Rapaiz tem tanta coisa boa e tem tanta coisa ruim porque agora depois que começou essa doença [COVID-19], antes disso já tinha o problema do óleo né [derramamento de petróleo no Nordeste ], mas foi uma fase que a gente levou, porque o tempo que tava o óleo eu tava recebendo meu benefício [risos]. Ai agora chegou a Corona, aí justamente tenho inté dois meses lá dentro vou buscar inté quinta-feira, ai mas agora de pescaria tá meio ruim ainda, o cara vai pra maré pega dois peixes, pega três. **(Rosinaldo “Rosa” de Souza, 57 anos, Caraúbas, 5 jan. 2021, 7h57min.)**.

**EB:** Foi difícil, pesou no bolso. Tanto ele [COVID-19] quando aquele piche que apareceu na praia, o petróleo, foi ano novo.

**DBN:** E aí vocês receberam o seguro por causa do petróleo e da pandemia também?

**EB:** Sim, um salário, por causa do petróleo, mas por causa da pandemia não recebemo não, que a gente já faz o seguro defeso. Mas quem não faz esse recebeu. **(João Souza “Espaia Brasa”, 57 anos, pescador, Caraúbas, 5 jan. 2021, 9h43min.)**.

**L:** Rapaz eu acho que a pandemia não afetou muito, o que afetou mais foi o óleo porque o óleo acabou com os peixes. **(“Leria” José Francisco dos Santos, 64 anos, machante e pescador, Caraúbas, 8 jan. 2021, 16h56min.)**.

Posteriormente a isso, a pandemia COVID-19 afetou o modo de vida das sociedades em geral, mas de maneira diferente os povos e comunidades tradicionais, que possuem uma relação mais íntima com seu território - este se conjuga com a identidade do lugar - que é mais “usado” do que nas sociedades urbanas, tanto para as atividades produtivas quanto para a sociabilidade.

Os seguintes testemunhos demonstram alguns conflitos, a partir da constatação da redução dos pescados em relação a antigamente. Dividimos os testemunhos por categorias, as quais os pescadores apontaram como causas dos conflitos: pesca industrial, turismo, excesso de pesca - sem apontar os atores -, poluição, medidas preservacionistas, falta de investimentos (que não é um conflito socioambiental), e aqueles em que a causa não foi apontada:

- **Conflitos causados pela pesca industrial**, que são mais imperceptíveis, uma vez que os barcos de pesca industrial não adentram tanto na costa para pescar, não havendo tantos encontros entre os pescadores artesanais e industriais:

**MP:** A gente agradece a Deus que hoje tem o Ibama, o Idema e a Marinha, porque senão hoje nós tava todos devassados, nós não tinha mata, nós não tinha mais as dunas tava aí tudo lotado de casa, taria uma bagunça, entendeu. Você mesmo nem podia cuidar das tartarugas, porque se você fosse querer empatar numa duna você ia apanhar, porque não tinha lei, hoje tem a lei que preserva.

**DBN:** E você apoia?

**MP:** Totalmente, inclusive acho que eles devem ser mais duro no paradeiro [Defeso, momento que eles o recebem], porque é o que eu digo, se tá ganhando então respeite. [fala sobre pessoas que pescam durante o período do seguro defeso]. E aí também isso castiga muito mais o pequeno, o pescador artesanal, porque lá dentro tá o grande pescando, tem pesca comercial, tem cara que quando começa a lagosta tá com 600 quilos de lagosta.

**LG:** E quem é o grande pro senhor?

**MP:** O grande pra mim é aquele que pesca lá fora, em barco grande de seis cilindros pra lá, de pesca industrial. Eles não respeitam que nem a gente aqui.

**LG:** Como os cearenses, os barcos maiores de Natal, os de Muriú?

**MP:** É, exatamente. Dois meses antes de liberar a lagosta, eles já tão com 700, 800, 100 quilos de pesca, enquanto isso a gente aqui não pode pegar um “lagostinho” pra comer porque senão fulano dedura, porque não dedura o lá de fora? Até porque eles têm como fazer isso, porque eles têm lancha, eles têm motorizado, eles têm avião, eles podem procurar por cima e por baixo, é porque não tem a lei rígida como tem pra nós.

**DBN:** Então o Sr. acha que esse é um conflito por território e uma disputa por recurso que acontece aqui?

**MP:** É, exatamente e até porque a gente aqui não ganha muito porque a gente aqui não tem essa pesca grande de rede igual eles lá fora, a gente não explora o mesmo espaço. **Aqui, a gente respeita, a gente as vezes vê que o outro de outra praia vem pra cá e a gente não se mete no meio.** Mas vem outros de outras praia aqui, de Maracajaú, de Rio do Fogo, de todo canto vem. Principalmente na frente aqui que é totalmente rica em arrecifes, lagostas, polvo, aqui pra gente é uma benção. É o melhor lugar pra lagosta. A gente vê aqui mais de 50 jangadas aqui mergulhando tudo pegando polvo e lagosta. **(Manoel “de Pretinha” Jovenal dos Santos Júnior, 57 anos, pescador, Caraúbas, 5 jan. 2021, 11h49min.).**

**João Cantão:** Rapaz, que que atrapalha o pescador, aí que tem vez que o cara não vai sair de casa de baixo de inverno, de muito vento. É muito vento, o mar o tá muito revirado, muito bravo, né? Aí o cara não vai, o cara vai arriscar a vida dele por causa disso aí.

**DBN:** Mas assim, é, por exemplo, tipo de conflito, por exemplo, com barco gringo, com esses barcão grande mesmo, de pesca industrial aí tem aqui?

**João Cantão:** Tem não, tem não, tem não, só mais em Natal, em Natal tem, é.

**DBN:** Em Natal tem esse tipo de pesca industrial, que atrapalha?

**João Cantão:** Tem, tem. **(João “Cantão” Batista de Lopes Viana, 64 anos, pescador, Barra de Maxaranguape, 13 jan. 2021, 9h18min.).**

**DBN:** E quais as dificuldades que o pescador enfrenta?

**V:** Quando não tá dando nada.

**DBN:** E vocês tem problemas com barco de fora que vem aqui, pescar aqui?

**V:** Isso aí sim, eles vem e pescam de rede, é proibido.

**DBN:** É naqueles barcos grandes?

**V:** É.

**DBN:** E eles pescam nos mesmos lugares que vocês?

**V:** Isso.

**DBN:** O que eles fazem?

**V:** Eles pescam de rede, de lagosta. **(Vital, 57 anos, pescador, Barra de Maxaranguape, 15 jan. 2021, 7h57min.).**



- **Conflitos causados pelo turismo**, que acaba tendo impactos diretos no abandono da atividade pesqueira:

**DBN:** E por que você acha que diminufram os peixes?

**EB:** Rapaiz eu acho que os “peixe vai” tudo pra fora ai da costa, por causa desses negócio de mergulho ai, compressor, aí espantou. Aquele que você põe a máscara na boca e sai as bolonas assim [se referindo ao equipamento de mergulho, mas, na mesma entrevista, posteriormente quando perguntamos se o turismo impactou a pesca o mesmo pescador disse que não, se contradizendo com essa fala].

**DBN:** E agora pra pescar vocês precisam ir cada vez mais longe?

**EB:** É, vai mais longe agora. (João Souza “Espaia Brasa”, 57 anos, pescador, Caraúbas, 5 jan. 2021, 9h43min.).

**DBN:** E o que mudou pra pescar lá no mar nos últimos 20 anos, como equipamentos, se tem mais ou menos peixes?

**WS:** Menos peixes, antigamente tinha mais fartura do que hoje, a pescaria hoje não é boa não, poluição etc. [o vento está ruim, atrapalhando o áudio]. Hoje em dia, muita lancha essas coisas, tem que ir mais longe. (Waldineis da Silva, 35 anos, pescador e pedreiro, Caraúbas, 6 jan. 2021, 5h25min.).

- **Conflitos causados pelo excesso de pesca**, ou disputa de espaços de pesca, entre a mesma modalidade de atores (artesanal e artesanal) porém de lugares diferentes, entre diferentes atores (artesanal – industrial), ou quando não se indica quais são os outros atores:

**DBN:** E o número de peixes diminuiu por quê?

**ZG:** Porque o “puxamento” que é tanto né, muitas espécies “sumiu” aqui da costa, sumiu muito porque puxaram, consumiram. Tem espécies que a gente tem ali pra fora e aqui na costa não aparece mais. Isso daí, há quem vai falar que só desapareceu da costa né, **mas tem muitos peixes que desapareceu**, o cangulo, que é um caçãozinho desse tamanho. A lagosta que o senhor sabe, que quando começo a lagosta aqui era muita muita muita e hoje ela só tem la fora. Então isso tudo eu vi muito. A espada não era essas pequenas que tem hoje aqui, era as espadas tudo grandona assim, era só grandona. Ai hoje nós tamo vendo aqui essa só miúda, é raro ver uma espada grande e quando vem a gente pega pra comer, ai coloca no balde e leva pra casa. Então nós tamo vendo tudo isso. (Zoroastro ou “Zé Grande”, 75 anos, agricultor e pescador, Caraúbas, 6 jan. 2021, 6h07min.).

**DBN:** E em relação a peixe, você acha que hoje tem mais ou tem menos?

**B:** Menos, hoje tem muito menos, muito muito menos.

**DBN:** E por que?

**B:** Rapaiz, eu tô achando que assim, da onde tira que não se bota, não pode render [risos]. Porque, vem “os barco”, pega aqueles peixe pequenininho, vem o covo [tipo de armadilha, utilizado para lagostas], os tresmalho, o arrastão, pega aquele monte de peixe, e daí vai diminuindo. Tá entendendo, porque como é que só pegando os miúdo [miúdo = peixe pequeno], ai não dá. E vai se acabando, porque aquele miúdo vai crescer mais.

**DBN:** E vocês tentam soltar os miúdos?

**B:** Lá, porque a gente pesca na linha, e raro vem um miudinho, ta entendendo? É diferente do covo, o covo é aquele que bota lá pra baixo pra pegar. Detona tudo! A rede também é outra que acaba, a rede pra lagosta, chegava lá no dia tá lá, cheia de peixe podre, aquilo acaba.

**DBN:** Por que?

**B:** Porque arria num dia pra pegar no outro e quando chegava o peixe tava é podre. Arriava pra lagosta, e o peixe fica lá também. A lagosta a miúda que pegam né, aí pronto, aí é onde vai [reclama dos pescadores de Maracajaú que vão lá pescar os pescados]. Eu sempre ia lá, com a tarrafa, pegava as grandes e as outras jogava na água. O "maracajauzero" [gentílico de Maracajaú], ele pega até desse tamanho [indica

o tamanho de mais ou menos 20 cm], ele acaba com tudo. A praia vizinha aqui acaba com tudo, e eles vem aí pra frente daqui pra pegar.

**DBN:** Então tem um certo conflito com os pescadores da praia do lado?

**B:** Nós acha errado, vem aqui os de Maracajaú, vem de Muriú, vem de Rio do fogo, Zumbi, tudinho aqui pra essa área aqui no período de defeso pra destruir. Não respeita. Aí acaba né. Não acaba, mas vai diminuindo, vai ficando mais difícil.

**DBN:** E quais outros problemas na pesca?

**B:** Rapaiz, tava tendo uns conflito aí, é dos cearenses que tão pescando na área aqui e tão destruindo os pesqueiros daqui, acontece que já foro armado pra atirar lá, tá entendendo?

**DBN:** Os cearenses vêm de lá, vem como, de jangada?

**B:** Porque os daqui do Rio grande do Norte não entre lá, mas eles vêm, e vem de barco grande mesmo, barco motorizado, grande.

**DBN:** É pesca industrial ou artesanal?

**B:** [Pensa, por um momento]. É artesanal, mas é uns barcos grandes, parece uns "naviozinhos".

**DBN:** E aí tem esse conflito né?

**B:** Porque por lei a lagosta é pra pescar de cova, mas ele não usa cova, só a rede.

**Jully:** É rede de arrasto, é?

**B:** Não é rede de arrasto, eles têm uma rede que é a rede de malha mole, desse cordão, aí ali vem o coral, vem tudo, destrói tudo, tá entendendo? Aí, "eles arria" em cima dos que esses cara faz e destrói também, ai fica aquele conflito, ainda bem que eu não pesco nesses barco.

**DBN:** E com barco de pesca industrial?

**B:** Rapaz, ninguém vê muito não, eles ficam mais pro mar. (**Almir Soares "Bibi", 50 anos, pescador, Caraúbas, 6 jan. 2021, 12h50min.**)

**DBN:** Tem mais ou menos peixes que antigamente?

**F:** Tem menos peixes, "hoje o mar tá mais cansado da pesca". Antigamente não tinha muita gente de pescar. Muita gente não tinha conhecimento da pesca, e hoje a gente faz muita coisa para pescar. Principalmente material e pesca industrial que vai afetando lá para fora, vai diminuindo o peixe ponto por conta da pesca industrial que vem pescar toda qualidade, todo tipo de peixe eles pegam, e tá fracassando o peixe por eles mesmo. São barcos daqui, vem do nosso estado.

**DBN:** Faz tempo que eles pescam aqui?

**F:** Faz uns 20 anos que tem pesca industrial aqui. (**Edimilson Gonçalves da Silva "Figurinha", 46 anos, pescador, Caraúbas, 6 jan. 2021, 17h37min.**)

**DBN:** Hoje você acha que tá mais fácil pescar, que tem mais peixe?

**LC:** Tem não, tá escasso a pescaria. Tem menos peixe, não tem mais peixe não.

**DBN:** Por que você acha que tem menos?

**LC:** Porque exploraram muito, e o pescador, todo mundo, quer pegar um monte, aí explora muito, aí cai o volume de peixe, como explorou muito.

**DBN:** Você acha que são os próprios pescadores?

**LC:** É, sim.

**DBN:** E você acredita que o pescador ele conserva o ambiente?

**LC:** Nem todos, tem uns que joga lixo dentro do rio, um monte de coisa.

**DBN:** E qual é o maior problema para pesca, e para os pescadores?

**LC:** Daqui da região é o Rio, que ele tá muito assoreado<sup>109</sup>, tá muito nível baixo. (**Léo Costa, 38 anos, fábrica de gelo, Barra de Maxaranguape, 13 jan. 2021, 7h49min.**)

**DEL:** Mas aqui, parece que ano passado teve problema com os cearenses que veio pescar aqui no mar daqui, sabe? Aí teve um atritozinho. Porque o material que eles pesca também é proibido. É a rede. Só tem fiscalização, o Ibama só vem fiscalizar quando a pescaria para [durante o período do defeso]. (**Del, 47 anos, pescador, Barra de Maxaranguape, 13 jan. 2021, 11h42min.**)

**DBN:** E naquela época, há 30, 40 anos atrás, o senhor acha que tinha mais ou menos

---

<sup>109</sup> Única vez que esse problema foi citado.

peixe do que tem hoje?

**João:** Tinha mais

**DBN:** Tinha mais? Por que hoje tem menos peixe?

**João:** Porque exploraram os peixe.

**DBN:** Como?

**João:** Exploraram os peixe, pescaria de tiro [arpão], essas coisa, diminuiu, é. Porque atiravam nos peixinhos. (**João Batista, 70 anos, pescador, Maracajaú, 19 jan. 2021, 10h05min.**).

**DBN:** E em relação aos peixes, hoje você acha que tem mais ou menos peixe do que antigamente?

**Gerinalda:** Eu acho que tem menos.

**DBN:** Tem menos?

**Gerinalda:** Pelo menos nas pedras. Nas pedras tinha tanto do peixinho antigamente, a gente pegava peixe para fazer salgado e agora não tem mais.

**DBN:** Até polvo? Essas coisas, tinha?

**Gerinalda:** Tá tudo pouco. O lagostinho também. E antes de antigamente, quando eu comecei a pescar, a gente chegava numa pedra assim. A gente chegava lá tinha bastante água. A gente baixava a cabeça, já via as barbonas dele, hoje não tem mais.

**DBN:** E por que você acha que diminuiu a quantidade de peixes?

**Gerinalda:** É que eu acho que é porque eles pegam os novinho, né? Eles pegam tudo, né, não deixa os novinho crescer, aí acaba. É. (**Gerinalda Nascimento dos Santos, 60 anos, marisqueira, Caraúbas, 20 jan. 2021, 17h34min.**).

**DBN:** E peixe? Você acha que tem mais?

**Teresinha:** Eu acho que não é como era antigamente. Antigamente o peixe era mais.

**DBN:** E por que você acha que foi acabando?

**Teresinha:** Sabe por quê? Porque tem muita 'armadia', motor, o peixe corre com medo "das roda do motor", se espanta, Aí fica mais difícil. (**Teresinha, 73 anos, marisqueira, rendeira, curandeira e parteira, Maracajaú, 21 jan. 2021, 9h11min.**).

- **Medidas de proteção ambiental restritivas**, as chamadas medidas preservacionistas, que excluem os povos e comunidades tradicionais, seus saberes e relações, do manejo de áreas naturais protegidas ou Unidades de Conservação (DIEGUES, 2008):

**DBN:** E quais são as dificuldades do pescador?

**Fabiano:** Dificuldade é que o Ibama não deixa a gente pescar.

**DBN:** Quem?

**Fabiano:** O Ibama não deixa a gente pescar direito. Proíbem né, de pescar.

**DBN:** O que eles proibem?

**Fabiano:** Tanto pescar lagosta ou pescar peixe, eles estão proibindo agora. (**Fabiano, 49 anos, pescador, Barra de Maxaranguape, quarta-feira, 13 jan. 2021, 11h09min.**).

**DEL:** O ponto negativo é que a gente não é valorizado.

**DBN:** É a falta de reconhecimento da importância que vocês têm, que é o que a gente está tentando fazer aqui, né? Ouvindo. Ouvindo vocês. Já veio alguém aqui fazer pesquisa, conversar?

**DEL:** Rapaz, comigo aqui nunca ninguém veio não

**DBN:** E então, tá vindo agora, né?

**DEL:** É, e se a gente tá pescando e os "cabra" chega, os "home da Lei" chega, a gente é tratado pior do que bandido.

**DBN:** Os caras do Ibama?

**DEL:** É

**DBN:** Os caras são brutos...

**DEL:** Acha que tá roubando, né? E não é porque precisa. A gente é tratado que nem bandido.

**DBN:** E tem muito problema aqui que esses "cabra" aí do Ibama?

**DEL:** Rapaz, quando eles abordam o cara tem, viu? Eles querem “botar moral” mesmo, não pode nem falar para não levar um “tabefe”.

**DBN:** É mesmo? Até agressão física tem?

**DEL:** É, tô dizendo a tu, que é pior do que bandido quando eles pegam a gente, leva equipamento, leva a produção. Ainda vem multa pra pagar. Dá processo e a gente é processado.

**DBN:** Isso aí quando é quando tá com rede?

**DEL:** É. Quando a gente tá pescando um material proibido, sabe? Um material proibido, você sabe que tem um mergulho né, que é proibido.

**DBN:** Ah, o mergulho de compressor é proibido?

**DEL:** É proibido. É, aí proibiram rede também, que é a rede de pegar lagosta, também é proibido. (**“Del”, 47 anos, pescador, Barra de Maxaranguape, 13 jan. 2021, 11h42min.**).

- Quando se atribui a **poluição**, porém de maneira mais genérica:

**DBN:** Você acha que a pesca ela está diminuindo os peixes?

**Messias:** Tá diminuindo, tá diminuindo devido a poluição, devido a muitos ferro velho que jogam no mar (inaudível devido ao vento e à música de fundo).

**DBN:** É mesmo?

**Messias:** O óleo, é muita graxa é e aquilo ali é, mata, mata os corais. Isso aí eu sei, eu conheço, eu entendo disso aí. A rede ela não prejudica tanto como esses ferro velho que jogam no mar. (**Messias, 54 anos, pescador, Barra de Maxaranguape, 13 jan. 2021, 8h39min.**).

**Emerson:** Um conflito que a gente tem aqui, a gente que é artesanal é confusão com esses barcos que vem aqui fazer limpeza aqui, joga lata de tinta, joga lata de solvente, jogam tinta. Eu acho um absurdo, não tem fiscalização.

**DBN:** O que esses barcos vêm fazer aqui?

**Emerson:** Manutenção, limpeza. Aí descarta dentro do rio mesmo, você encontra lata de tinta, solvente.

**DBN:** Tudo barco de fora?

**Emerson:** Barco de fora, daqui não, mas a maior parte deles, aí, eu já cheguei a discutir com um cara aí, eu falei, “meu irmão não faça isso aí”. Daqui eu vi o cara pegar uma lata.

**DBN:** E quem que dá o lugar para o cara parar aí?

**Emerson:** Eles vêm, e entram aí, eles se organizam aí. Eu já, uma vez eu tava aqui, o cara terminou a tinta né, da lata lá, o barco, ele simplesmente fez isso (movimento de lançar uma lata no rio) para dentro do rio. (**Emerson “Piloto”, 44 anos, pescador, Barra de Maxaranguape, 13 jan. 2021, 12h18min.**).

- **Falta de investimento** (não é conflito socioambiental):

**DBN:** Problema, dificuldade para pescar?

**Cleudo:** Dificuldade quando o mar está bravo. Lento.

**DBN:** E os problema aqui na terra, falta de recursos?

**Cleudo:** Falta a gente tem muito, o investimento aqui é fraco. (**Cleudo “Macario”, 47 anos, pescador, Barra de Maxaranguape, 13 jan. 2021, 12h03min.**).

- Quando **não se sabe a causa** da redução dos pescados:

**PR:** O que mudou foi que antes **tinha muito peixe na maré agora acabou**. Porque “o cabra” saía daqui de sete horas e chegava só de madrugada, e quando chegava, chegava cheio! Hoje você passa três, quatro dias e as vezes chega aqui sem nada. Porque ninguém sabe se os peixes “saiu” do lugar ou se acabaram, ninguém sabe. Sabe que afetou e muito. (**Rosinaldo “Rosa” de Souza, 57 anos, Caraúbas, 5 jan. 2021, 7h57min.**).

**DBN:** E quais são os conflitos, se o pescador tem algum conflito, por exemplo, com o pescador de barco maior, aqueles barcão industrial? Também não, não teve, também

não, só se foi em outra área, porque aqui é pouco barco, até agora, né?

**DBN:** Então os problemas do pescador são esses mais relacionados com coisa da natureza mesmo.

**Zé Maria:** Isso.

**DBN:** Então é o assoreamento, e o tempo ruim.

**Zé Maria:** Isso.

**DBN:** Não por causas humanas, assim, né?

**Zé Maria:** Não, não, não que eu tenha sabido. Eu pesquei muito, mas nunca teve esse ataque não. (**José “Zé” Maria da Costa, 62 anos, dono fábrica de gelo, Barra de Maxaranguape, 13 jan. 2021, 7h40min.**).

Notamos que há uma visão limitada em alguns pontos sobre os impactos e a conservação ambiental por parte dos pescadores, pois muitas vezes quando interrogados sobre a questão da conservação ambiental os sujeitos se referiam a questão do lixo, ou seja, se conserva o ambiente por não jogar lixo na água e vice-versa. Em alguns casos, como colocamos no ítem sobre modo de vida, há uma percepção de que a conservação é feita (ou não) sobretudo por eles não pescarem os peixes pequenos, o que demonstra uma compreensão mais profunda sobre a conservação ambiental.

Entre os problemas identificados também está a falta de consolidação das cadeias produtivas da pesca artesanal, havendo um déficit de coisas como câmaras frias para armazenar o pescado, fábricas de gelo, embarcações e equipamentos mais apropriados para os pescadores. Portanto, há múltiplas determinações e distintos atores dos conflitos que afetam a pesca artesanal e os pescadores. Os pescadores do RN, particularmente de Maxaranguape não possuem uma demarcação de seu território tradicional pesqueiro. De modo que eles vivem sob constante ameaça de espoliação de seus territórios (que ainda restam), sobretudo os pesqueiros (no mar) e os espaços na praia. Esse processo ocorre pela expansão de atividades ligadas ao turismo (em Maxaranguape), como também da especulação imobiliária e dos parques eólicos (em escala regional, mas não exatamente em Maxaranguape), cuja expansão ocorre praticamente em todo o Nordeste, e em boa parte dos casos ocorrem conflitos socioambientais e territoriais.

Os **conflitos territoriais** transformam o modo de vida tradicional por meio da chegada de novas dinâmicas que alteram o território e a prática dos sujeitos, colocando o modo de vida em ameaça devido à redução das práticas tradicionais, como a pesca artesanal. Dessa maneira, evidenciou-se que conflitos territoriais são **conflitos de luta classe**, pois as consequências não são iguais para todos, pois os povos e comunidades tradicionais são os mais afetados. Esses embates colocam os territórios tradicionais em ameaça, trata-se muitas vezes de uma espoliação de terras que se configura como uma **violência lenta**, porque é imperceptível a curtos períodos de tempo (NIXON, 2011), que destrói a cultura e as práticas produtivas tradicionais. Essa

violência é mais lenta e menos evidente no caso brasileiro do que no caso colombiano, pois muitas vezes os pescadores de Maxaranguape foram “aceitando” as novas territorialidades disruptivas e convivendo com elas, por isso, não há uma desterritorialização tão rápida e violenta, como há em Bahía Solano (Colômbia) devido à ocupação paramilitar, à qual não há nenhuma conveniência por parte da população local. Em Maxaranguape, a perda das terras foi quase imperceptível. No entanto, como o território em Bahía Solano é afrocolombiano e coletivo, gerido pelo conselho, as ameaças de grandes desterritorializações são diferentes, pois a ocupação já está mais consolidada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conjunturas de transformações socioculturais relativas à modernização e à **chegada de territorialidades disruptivas** denotam a necessidade de defender o uso da categoria **modo de vida**, utilizada em conjunto com a de território, que tem o potencial de contribuir à compreensão da apropriação social da natureza, mas também dos fatores como a identidade, o sentimento de pertencimento, o papel dos mitos, da tradição e dos conhecimentos tradicionais, as relações de vizinhança, trabalho e compadrio, a dinâmica do trabalho familiar e do trabalho em parcerias, quanto aos seus significados nas práticas dos sujeitos, bem como os dilemas, necessidades e conflitos que perpassam os povos e comunidades tradicionais. Nesse sentido, colocamo-nos como **partícipes da continuidade e reinvenção da categoria modo de vida**, bem como de seus usos e abusos, promovendo o seu encontro com uma abordagem descolonial latino-americana e construindo uma Ecologia Política.

Em nossa perspectiva, o modo de vida aparece como uma **visão contra-hegemônica de cultura**, que inclui as práticas e crenças de um povo que formam parte de uma comunidade (desde uma vila, uma comunidade, até uma nação), visto que a **cultura**, em seu significado hegemônico, de acordo com as compreensões das classes dominantes, faz referência às belas artes e ao refinamento, sendo uma propriedade das elites. As relações de **ruptura e permanência, distanciamento e aproximação**, presentes no modo de vida tradicional, então, constroem uma **visão de cultura tal qual propomos: como dialética e que reúne uma série de elementos de forma desigual, presentes no tecido social de uma sociedade que oscila entre a reprodução da desigualdade – inata às hierarquias de classe – e a resistência de elementos tradicionais**. Portanto, a **cultura surge como elemento fundamental para ressignificar as memórias e construir a cidadania, a dignidade humana e a conservação ambiental**, sobretudo em um contexto desigual e conflituoso, mas socioculturalmente muito diverso, como na América Latina, e particularmente, no Brasil e na Colômbia.

Muito do afastamento das sociedades tradicionais das práticas ancestrais e tradicionais ocorre pela hibridização cultural, em que as ideologias dominantes ocidentais, brancas e desenvolvimentistas permeiam o modo de vida (e a cultura) como tentáculos dos aparatos ideológicos do poder político e da mídia, sobrecarregando as experiências dos povos e comunidades tradicionais, dos trabalhadores etc. Dessa forma, não devemos dissociar as categorias território e modo de vida dos estudos ambientais e interdisciplinares, pois o modo de vida aparece como categoria necessária para a compreensão desses temas, sobretudo na América Latina, onde os povos e comunidades tradicionais são sujeitos emergentes em relação

ao temário ambiental e se colocam como partícipes na construção de alternativas para as crises ambiental e climática.

A partir do processo que analisamos, compreendemos o **território também como espaço de educação**, transmissão e **construção de saberes e de memória coletiva**, sobretudo nas comunidades tradicionais, em que esse processo é oral, prático e se realiza no universo vivido, mas tem relação com o percebido e o concebido, sendo algo que define o modo de vida tradicional. Nesse sentido, acabar com o território é acabar também com os processos educativos que são um instrumento e uma consequência para a construção dos saberes tradicionais. Isso evidencia uma relação entre modo de vida, território e educação, em que a educação, ou seja, a construção coletiva de saberes, é afetada com as novas dinâmicas territoriais.

Os conhecimentos e saberes tradicionais pesqueiros compõem um **corpus de patrimônio cultural**, ainda que não reconhecidos pelo Estado. Esses saberes incluem muitos conhecimentos que são modelos de representação e apropriação da natureza, entre os quais, pudemos identificar alguns: **os ventos, as fases luas, as marés, as estações do ano, a navegação, os calendários de pesca e a ecologia marinha (o complexo sistema de classificação dos pescados, seus ambientes e técnicas utilizadas para captura), o conhecimento sobre a terra, sobre os cultivos**, como também de **elementos materiais associados a pesca**, como objetos (pilão, cestos de palha etc.), técnicas de pesca, redes, arpões, iscas artificiais etc.

A grande diversidade e abrangência dos conhecimentos tradicionais pesqueiros também evidencia como **o território pesqueiro é amplo e envolve o mar, as praias e os pontos de pesca (esportiva, lúdica, produtiva etc.)**, como pudemos demonstrar em **mapas sociais participativos**, a partir dos dados coletados em trabalho de campo. Nesse âmbito, as **políticas públicas para as comunidades tradicionais pesqueiras não devem ficar restritas apenas ao espaço marítimo ou terrestre, mas devem focar todo o território pesqueiro**, que envolve, além dos territórios do circuito da pesca e produtivos dos pescadores, os territórios simbólicos na terra e no mar, além das praias.

Portanto, **concluimos que a pesca é uma atividade que vai muito além de prática produtiva, pois a relação dos sujeitos com a pesca, além de produzir territorialidades, é definidora da identidade. A pesca e o mar aparecem como uma mediação essencial entre o território (ocupado ancestralmente) e o modo de vida tradicional**. Essa mediação é feita na atividade pesqueira **por meio dos saberes tradicionais e das técnicas**. Até os sujeitos que



habitam o território, mas não são pescadores ou pescadoras, estão permeados pelas territorialidades pesqueiras, ou seja, estão inseridos em um modo de vida que é pesqueiro. Por isso, as transformações na atividade pesqueira, assim como a mudança nas técnicas, são refletidas na dinâmica de toda a comunidade tradicional, no modo de vida em si e em como esses **sujeitos estão no mundo**, bem como, na maneira como eles percebem e concebem o espaço e se apropriam dele. Por isso, a ausência de território tradicional demarcado pode levar ao fim do modo de vida tradicional, de modo que, uma garantia do território tradicional representa a (re)existência da população tradicional a partir do modo de vida, ameaçado pelas territorialidades disruptivas.

Dessa forma, foi confirmada a **nossa tese de que a pesca é uma atividade inerente ao modo de vida e que as atividades que causam a redução da pesca artesanal alteram a dinâmica do modo de vida em geral**. A tese evidencia, sobretudo por meio do **trabalho de campo**, como as territorialidades tradicionais são alteradas pelas territorialidades disruptivas que afetam também as práticas produtivas, em um primeiro momento a agricultura e posteriormente, a pesca, causando uma redução das atividades, não só produtivas como também simbólicas. Com a chegada das territorialidades disruptivas também enfraquecem muitas práticas características do modo de vida tradicional, como as atividades lúdico-religiosas, as relações de cooperação, solidariedade e ajuda mútua e a mediação do tempo natural. Daí emana o papel da identidade, que deve ser ressignificada para que as comunidades se (re)existam a partir da manutenção do modo de vida tradicional e da construção de uma identidade associada a ele.

A defesa da **identidade**, bem como de certas práticas tradicionais e culturais é uma questão estratégica que é vista como instrumento para a resistência ao capitalismo e à modernidade, pela construção da diferença, nos campos da política e do território, em que a identidade cultural, associada às práticas produtivas, é chave para garantir um ambiente sustentável e a **soberania territorial**. Acreditamos que a construção de um mundo menos desigual e mais sustentável demanda um controle social da degradação ambiental, o que implica a reinvenção de identidades comuns, de formas coletivas de ser e de distintas visões culturais do mundo e da natureza que não são tão degradantes como a ocidental-capitalista. Nesse sentido, o território é um elemento fundamental para as identidades, muitas delas ainda em construção, e de extrema importância para a manutenção do modo de vida tradicional e a continuidade de relações humanas mais íntimas à natureza, em termos da “(re)existência”.

As práticas de **etnomanejos que asseguram a etnoconservação estão associadas à**

**manutenção das tradições culturais**, inclusive as lúdico-religiosas, como o **folclore**, os mitos e as lendas, pois ao acabar com as comunidades tradicionais e com o ambiente também se acaba essa diversidade de manifestações culturais. Por exemplo, em relação aos mitos e lendas, existem aqueles produzidos pela modernidade, pela sociedade capitalista, que ocultam a história, o devir histórico, os povos e a conservação ambiental, mas os **mitos dos povos e comunidades tradicionais** vão em sentido oposto, o da etnoconservação ambiental, da diversidade cultural, do folclore etc., pois revelam normas morais e regulam o manejo e o acesso aos recursos do ambiente. Esses saberes também são uma demonstração de como o **passado e a tradição se realizam como imagens que se ativam no presente e possibilitam o futuro**. Assim, há uma necessidade de que **os povos e comunidades tradicionais se apropriem do conhecimento produzido**, que as lideranças tenham esse instrumento e que os acadêmicos **se politizem e se aproximem** dos campos de disputas sociais e das batalhas de ideias.

Ao promoverem a etnobiodiversidade, os povos e comunidades constroem **territórios de resistência e de proteção impedindo que “o céu despenque sobre nossas cabeças”**, como diz o líder indígena Davi Kopenawa.

**Como resultados da análise comparativa**, a qual nos interessou analisar as conjunturas de transformações socioculturais determinadas pela modernização, já que, nas duas áreas de estudo, houve uma mudança progressiva, sobretudo nos últimos 70 anos, com a passagem de um modo de vida tradicional, quase autossuficiente, para um mediado pelas relações mercantilizadas e monetizadas. Nesse processo sociocultural, se observaram duas características: a de permanência e a de ruptura, a mudança nas práticas tradicionais, o seu desaparecimento, ou a sua continuidade. As mudanças na pesca artesanal revelaram as duas tendências: as de ruptura, associadas às territorialidades disruptivas, e as de permanência, associadas à (re)existência das identidades, as organizações coletivas (como as cooperativas), a demarcação do território e a soberania territorial. No entanto, os processos desterritorializadores revelados nesse estudo se caracterizam pela sobreposição de territorialidades disruptivas às tradicionais, que também são resultados (ou consequência) de como o território é assegurado (ou não) para essas populações.

No **tempo dos antigos**, a presença dos cultivos era bem maior, e há cerca de 50 anos atrás, as comunidades de Bahía Solano e Maxaranguape eram quase autossuficientes, ou seja, produziam quase tudo que consumiam (para além dos alimentos, as habitações, que eram feitas de madeira ou barro, com mão de obra coletiva local, a saúde era responsabilidade das(os) curandeiras(os), parteiras, benzedeadas(os), até os manufaturados eram produzidos localmente,

como as roupas, de modo que havia uma pouca dependência de produtos externos). Essa lógica começa a se transformar entre os anos 1950 e 1970 (em Maxaranguape e Bahía Solano), com a chegada de territorialidades disruptivas. Essas transformações também alteraram as relações de gênero e o papel feminino, que passou a ser mais desvalorizado e visto como trabalho complementar.

Alguns dos principais resultados do estudo comparativo estão sintetizados no **Quadro 3 (abaixo)**.

<b>Quadro 3 - Principais resultados da análise comparativa</b>		
<b>Elementos</b>	<b>Bahía Solano, Chocó, Colômbia</b>	<b>Maxaranguape, RN, Brasil</b>
<b>Ocupação territorial</b>	Dominam os <b>processos de desterritorialização</b> postos em prática pelos <b>paramilitares</b> , sobretudo desde os anos 1990, que são mais “internos” e objetivos, não são lentos e imperceptíveis. De 2019 em diante a situação se intensificou em Bahía Solano, por meio do controle e da restrição de acesso a muitos bairros, sobretudo aqueles de pescadores. Esse fato impacta diretamente a pesca artesanal, pois é a causa do abandono da atividade pelos jovens.	Espoliação territorial que ainda segue em curso e se configura como uma “ <b>violência lenta</b> ”, <b>muitas vezes imperceptível</b> , causando desterritorialização da população tradicional, tendo a expansão do turismo e a mercantilização do território como principais causas, que se iniciam nos anos 1970 e se intensificam nos anos 2000.
<b>Territorialidades sobrepostas</b>	<p>a) territorialidades tradicionais, como as camponesas, pescadoras, indígenas, extrativistas etc.;</p> <p>b) territorialidades da agroindústria, da pesca industrial e do mercado de maneira geral;</p> <p>c) territorialidades dos grupos armados paramilitares, que exercem um controle “oculto” do território;</p> <p>d) territorialidades associadas às ONGs, instituições ambientais e sociais, os órgãos públicos ambientais, que possuem uma visão ambiental conservacionista e de ordenamento territorial.</p>	<p>a) territorialidades tradicionais, dos pescadores e agricultores;</p> <p>b) territorialidades de mercantilização da natureza, mais ligadas à agroindústria, aos monocultivos, à pesca industrial e ao mercado de maneira geral, em uma tentativa de “capitalizar” o território;</p> <p>c) as territorialidades do turismo empresarial;</p> <p>d) territorialidades institucionais associadas às ONGs (como a APC) e aos órgãos públicos ambientais;</p> <p>e) territorialidades das facções criminosas (sobretudo o “Sindicato do Crime”).</p>
<b>Principais territorialidades disruptivas</b>	<p><b>Narcotráfico</b> (causa desterritorialização direta, para além do abandono dos jovens quanto à atividade pesqueira);</p> <p><b>Projetos portuários ou energéticos</b> (projeto do porto de Tribugá, no município de Nuquí);</p> <p><b>Pesca industrial</b> (conflito foi reduzido</p>	<p><b>Turismo empresarial</b> (causa desterritorialização desde a chegada dos primeiros veranistas);</p> <p><b>Narcotráfico</b> (abandono dos jovens quanto à atividade pesqueira);</p> <p><b>Projetos portuários ou energéticos</b> (no caso do Brasil são os energéticos, que não</p>

	<p>com a criação da Zona Exclusiva de Pesca Artesanal, a ZEPA).</p> <p>O turismo não aparece como territorialidade disruptiva, pois em Bahía Solano predomina o Turismo de Base Comunitária.</p>	<p>estão presentes em Maxaranguape, mas sim em outros municípios do Litoral Potiguar e já causam impactos, mas, por exemplo, as eólicas <i>offshore</i> podem afetar o território pesqueiro dos pescadores artesanais de Maxaranguape);</p> <p><b>Pesca industrial</b> (mais imperceptível pelos pescadores).</p>
<b>Direitos territoriais</b>	<p>A <b>Lei nº 70/1993</b> demarcou as terras coletivas para os Conselhos Afrocolombianos, essa lei existe devido à dimensão étnica (afrocolombianos) e não exatamente ao modo de vida tradicional (pesqueiro, extrativista e agrícola).</p>	<p><b>AUSENTES</b> (não existe nenhum instrumento de demarcação territorial para os pescadores artesanais). No Brasil, são demarcados apenas os territórios tradicionais étnicos, indígenas e quilombolas, como consequência, as outras comunidades tradicionais não possuem seu território assegurado pelo Estado, <b>carecendo de soberania territorial</b>.</p>
<b>Políticas públicas pesqueiras para os pescadores artesanais</b>	<p><b>AUSENTES</b> (não existem políticas públicas de auxílio para os pescadores, tampouco direitos previdenciários). O que existe é a titulação coletiva) para as comunidades afrocolombianas (<b>Lei nº 70/1993</b>), que em grande número são compostas por pescadores, e a ZEPA.</p>	<p>Os pescadores artesanais possuem direitos (como o seguro defeso e os direitos previdenciários) que são assegurados aos pescadores como <b>categoria laboral (Lei nº 11.959/2009)</b>, e não como característica étnica, identidade ou relativo ao modo de vida tradicional.</p>
<b>Ordenamento territorial marítimo/pesqueiro E/OU Unidade de Conservação (UC)</b>	<p>Parque Nacional Natural Utría (PNN Utría);</p> <p>ZEPA (Zona Exclusiva de Pesca Artesanal), vigente desde 2013.</p>	<p>APARC (Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais);</p> <p>Não há nenhuma forma de ordenamento territorial pesqueiro, nem em Maxaranguape, nem no Brasil em geral. As experiências de unidades de conservação no Litoral brasileiro são de Reservas Extrativistas (RESEX) Marinhas.</p>
<b>Situação jurídica das populações tradicionais</b>	<p>Na Colômbia, não há diversidade de categorização (relativa à variedade das populações tradicionais), lá os povos tradicionais estão classificados e reconhecidos como <i>campesinos</i>, pescadores artesanais, afrocolombianos e indígenas. Essas identidades, algumas étnicas (indígenas, afrocolombianos e <i>palenqueros</i>) e relacionadas ao modo de vida se tornam mais latentes a medida em que os sujeitos percebem a ocorrência de uma desterritorialização e se organizam politicamente, como ocorreu com os afrocolombianos do Pacífico Norte Colombiano.</p>	<p>Os pescadores artesanais são considerados <b>comunidades tradicionais (Decreto nº 6.040/2007)</b>. No Brasil, o conceito de comunidade tradicional engloba o étnico (quilombolas, açorianos, ribeirinhos etc.), mas também o produtivo e relativo ao modo de vida (camponeses, pescadores, pequenos agricultores, extrativistas etc.).</p> <p>Muitos povos e comunidades tradicionais estão em processo de construção da sua identidade, mas não há um movimento nacional coeso ou unificado, tampouco interesse político para isso.</p>

<p><b>Identidade tradicional das populações tradicionais (auto-reconhecimento)</b></p>	<p>A identidade está mais consolidada, pois os afrocolombianos se auto reconhecem como tais e possuem movimentos sociais mais coesos. Esse é o caso de Bahía Solano.</p> <p>No Brasil, os pescadores possuem múltiplas identidades, muitos não se reconhecem como camponeses, e agora estão começando a se reconhecer como povos e comunidades tradicionais. Em Maxaranguape e região, os pescadores artesanais se autoidentificam sobretudo como “pescadores”, e não como “jangadeiros”, e politicamente eles possuem pouca representatividade, fato completamente associado com o baixo reconhecimento da identidade coletiva, seja como pescadores ou jangadeiros.</p>	
<p><b>Atuação de instituições no território e na pesca artesanal</b></p>	<p>Atuação de ONGs conservacionistas com foco em determinadas espécies (em Bahía Solano, nas baleias jubartes e nos golfinhos, e em Maxaranguape, nas tartarugas marinhas, como a APC).</p> <p>Em Bahía Solano, há a atuação de uma ONG na pesca artesanal, a Mar Viva, que atuou em conjunto com a cooperativa Red de Frio, contribuindo com os planos de ordenamento pesqueiro da ZEPA e da ZEMP. No Chocó, há também uma federação de pescadores, a nível regional, a FEDEPESCA. Nota-se uma expansão das associações e organizações de pescadores e de outras funções que estão relacionadas com o circuito da pesca. Essas instituições podem ser estatais, ou que recebem algum apoio do Estado, bem como organizações comunitárias como associações. Em Bahía Solano, fica evidente o papel que vem desempenhando algumas das instituições e cooperativas que atuam na região sobre o tema da pesca artesanal.</p> <p>Em Maxaranguape, não há a atuação de nenhuma ONG voltada diretamente para o setor pesqueiro, e a instituição que organiza o setor é a colônia de pesca (que está presente em todo o território nacional), mas muitos pescadores não fazem parte dela.</p>	
<p><b>Práticas culturais tradicionais (folclore, mitos, lendas e celebrações culturais)</b></p>	<p>As celebrações culturais estão muito associadas com o <b>catolicismo rústico</b>, conceito que se revelou útil para compreensão do papel da religião e da religiosidade no modo de vida das populações tradicionais, que vai muito além da crença ou da fé, e envolve as manifestações culturais, hábitos de cuidado com a saúde (física, mental, espiritual), por meio das(os) curandeiras(os), que representavam uma autonomia comunitária quanto à saúde pública, sendo que a redução (e desaparecimento) dessas figuras ocasiona uma maior dependência do Estado e da indústria farmacêutica e médica.</p> <p>Em Bahía Solano, praticamente já não se crê tanto nos mitos e nas lendas (conseguimos capturar, nas entrevistas e conversas informais apenas os mitos do <i>Riviel</i> e <i>Maravelí</i>).</p> <p>Não foi possível identificar a presença de curandeiras. Ainda existem parteiras, mas que já não realizam o ofício, feito por</p> <p>Em Maxaranguape há uma presença de alguns mitos e sobretudo os mais antigos ainda creem neles, como o lobisomem e o fogo-do-batatão (boitatá).</p> <p>Ainda existem algumas curandeiras (cerca de três) e parteiras, mas estas já não realizam o ofício, feito por médicos. Embora em Maxaranguape não haja</p>	

	<p>médicos. Embora em Bahía Solano não haja maternidade nem hospital, apenas posto de saúde.</p> <p>Existe uma variedade de festas e músicas, que tinham uma íntima conexão com o modo de vida pesqueiro e agrícola. A manutenção desses elementos se mostrou mais sólida em Bahía Solano, pois como há uma identidade construída, de afrocolombianos, há uma valorização dessas manifestações culturais (como a <i>ruca</i>, o <i>tamborito</i>, a <i>chirimia</i> e a <i>cumbancha</i>).</p>	<p>maternidade nem hospital, apenas posto de saúde.</p> <p>Mesmo que ainda existe uma variedade de manifestações como festas e músicas, há uma redução da celebração delas, sobretudo dos ritmos musicais, que estavam relacionados com o modo de vida tradicional pesqueiro e agrícola. Em Maxaranguape, muitos ritmos já são pouco praticados (como o coco de roda, o repente, a lapinha, a quadrilha, a chegada e o pastoril).</p>
<p><b>Práticas produtivas tradicionais</b></p> <p><b>OU</b></p> <p><b>Sistemas Tradicionais de Produção (STP)</b></p>	<p>Em ambos os territórios, há presença da pequena agricultura, que garante o suprimento de boa parte da alimentação. As bases alimentares tradicionais também apresentam semelhanças: pescados, banana, milho, mandioca/macaxeira, batata, coco, feijão e arroz. A redução da prática agrícola e da pesca é mais intensa nas sedes municipais e menos intensa nos distritos e <i>corregimientos</i>, onde ainda permanecem os pequenos cultivos, mais em Bahía Solano do que em Maxaranguape. É nas comunidades (distritos e <i>corregimientos</i>) que a população possui relações de parentesco mais fortes, o que, em conjunto com a maior presença da agricultura e da pesca, favorece a realização de trabalhos coletivos, de práticas de solidariedade, cooperação e ajuda mútua.</p> <p>A pesca e os trabalhos marítimos, como também a pequena agricultura, as hortas e as <i>zoteas</i>, se constituem como <b>sistemas socioecológicos</b>, pois fazem trocas de etnosaberes, seleção das espécies e sementes, dispersão e produção de variedade genética etc., cuja transmissão acontece também nas conversas dos pescadores.</p>	
	<p>Redução da pequena agricultura, pois não há quem cultive (os mais jovens não estão se inserindo na lavoura).</p> <p>A agricultura familiar existe sobretudo nos “<i>montes</i>”, terrenos que estão mais para o interior.</p> <p>Não identificamos o processo de venda das terras, também porque lá o <b>território é demarcado como coletivo afrocolombiano (Lei nº 70/1993)</b>.</p>	<p>Redução da pequena agricultura, pois não há mais terras para o cultivo (terra foi espoliada, pelo apossamento e/ou pela venda) e não há quem cultive (mudanças no modo de vida em que os mais jovens não estão se inserindo no trabalho agrícola).</p> <p>A agricultura familiar é vista sobretudo nos assentamentos e nas pequenas propriedades (“<i>roças</i>”). Maior presença dos monocultivos e da agroindústria.</p>
<p><b>Papel feminino</b></p>	<p>Atividades como a pesca/coleta de “mariscos” são essencialmente femininas. Isso ocorre pois, historicamente, as mulheres foram direcionadas as pescas de coleta e nas zonas mais próximas as casas (manguezais, estuários, rios, praias e arrecifes).</p>	
	<p>Há uma crescente valorização e reconhecimento da importância do papel das mulheres na pesca artesanal. Há um fortalecimento das instituições e reivindicações das mulheres.</p> <p>As pescadoras são chamadas de <i>piangueras</i>.</p>	<p>Desvalorização e o não reconhecimento da importância do papel das mulheres na pesca artesanal é mais latente, não há uma tentativa de fortalecimento coletivo nem institucional das mulheres produtoras. As pescadoras são chamadas de <b>marisqueiras</b>, e juridicamente são reconhecidas como pescadoras, embora</p>

		haja uma dificuldade em acessar os direitos à categoria.
<b>Pesca como trabalho</b>	Os pescadores oscilam entre pesca industrial e aprendem pescar com familiares com cerca de 10 a 12 anos. Algumas técnicas são muito semelhantes, como a linha de mão, a tarrafa e o espinhel, além disso, a medida utilizada para a pesca é a mesma, medida em braças, tanto no Brasil, quanto na Colômbia.  Em Bahía Solano e em Maxaranguape, já houve a transição de pescadores-lavradores à pescadores inseridos no setor de serviços (principalmente a construção civil e o turismo, indicando um crescimento urbano relativo ao setor de serviços), porém ocorre em níveis diferentes de acordo com o lugar.	
<b>Redução / falta de pescadores</b>	Tanto em Bahía Solano, quanto em Maxaranguape, há uma percepção coletiva de que a pesca está se reduzindo e isso vem se aprofundando. Nos últimos 50 anos, houve uma redução nas técnicas de pesca e a perda da autonomia em sua produção, que antes era com elementos naturais e locais.  A pesca como atividade principal é a que sofre maior redução, havendo uma certa estabilização da pesca como trabalho complementar e como atividade lúdica e de lazer.	

Em relação **ao futuro da pesca**, em ambos os terrenos, segundo percebem os locais, a pesca não vai acabar, mas está em processo de redução sem que haja uma renovação, pois, os jovens ainda que saibam pescar eles estão migrando para outras atividades, a pesca não é a primeira opção, mas vai ser uma atividade complementar, como alguns defendiam que era com a agricultura. Do mesmo modo que a pesca se mantém no modo de vida, em que permanecem relações de solidariedade, por exemplo, ao apresentar o peixe aos conhecidos, a atividade também contribui para a segurança alimentar, pois a partir da percepção maior dos sujeitos, há abundância e mais fartura alimentar que antigamente. Isso demonstra que segue havendo uma intensa relação com vínculos materiais e imateriais entre os pescadores e o ambiente marinho, tanto o costeiro quanto o aquático.

Com base nas situações analisadas, foi **possível pensar em soluções e alternativas, as quais sintetizamos aquelas colocadas pelos pescadores de Bahía Solano:** **a)** espaço para o armazenamento dos peixes, com quarto frio, congeladores, fábrica de gelo etc.; **b)** auxílios financeiros, como empréstimos, financiamentos ou concessões, para a compra de equipamentos, ou que recebam os equipamentos diretamente; **c)** programas que reduzam os preços do combustível, ou de concessão deste; **d)** melhoria nas moradias dos pescadores, para que estejam mais preparadas para o tratamento e processamento dos pescados; **e)** projeto de conservação e restauração dos corais, dos *riscales* e dos manguezais, para que não haja escassez de pescados; **f)** cursos de capacitação para os pescadores baseados na soberania alimentar, ambiental e econômica, que possam além desses elementos prover formação técnica sobre como arrumar os motores, sobre como fazer um espinhel, uma tarrafa etc.; e **g)** ordenamento

territorial pesqueiro e uma fiscalização que sejam mais rígidos em relação aos barcos de pesca industrial e que considerem os saberes e conhecimentos dos pescadores.

Em relação às **soluções e alternativas colocadas pelos pescadores de Maxaranguape**, estão as seguintes: **a)** espaço para o armazenamento dos peixes, com quarto frio, congeladores, fábrica de gelo etc.; **b)** auxílios financeiros estatais, como empréstimos, financiamentos ou concessões, para a compra de equipamentos, ou que recebam os equipamentos diretamente; **c)** programas que reduzam os preços do combustível, ou de concessão deste; **d)** melhoria dos ranchos dos pescadores; **e)** criação de uma cooperativa de pescadores para comercializar os pescados, padronizar o preço e ter mais garantia e autonomia dos pescadores sobre o circuito da pesca; e **f)** cursos de capacitação para os pescadores baseados na soberania alimentar, ambiental e econômica, que possam além desses elementos prover formação técnica sobre a pesca.

A necessidade mais urgente, para o caso brasileiro, é a **demarcação do território pesqueiro** e um zoneamento espacial marinho-costeiro, que poderia seguir o modelo da Zona Exclusiva de Pesca Artesanal (ZEPA) presente no Pacífico Norte Colombiano. O reconhecimento e demarcação dos territórios dos povos e comunidades tradicionais (indígenas e não indígenas), por um lado, é uma emergência e representa uma das principais soluções para a “crise ambiental” e para a “crise da pesca”, elemento já reconhecido por grandes órgãos como a ONU; por outro, os povos e comunidades podem ser vítimas dos modelos futuros tidos como sustentáveis (já são do atual modelo), como busca por novos produtos minerais e novas formas de energia. Um exemplo são as eólicas que já se expandem a ritmo assustador pelo Nordeste Brasileiro, e agora com os parques eólicos *off shore* (em alto mar), que já são realidades no Brasil e na Colômbia, e terão imensos impactos negativos para os territórios tradicionais pesqueiros.

A competição pelos recursos pesqueiros e o risco de sobrepesca é sempre maior onde o sistema de posse e uso dos recursos não está claramente definido. Nesse âmbito, as comunidades de pescadores devem fazer parte dos processos de tomada de decisão que envolvem também outras atividades costeiras. Por isso, ter o **controle em território nacional dos recursos vivos e minerais**, como os presentes na Zona Econômica Exclusiva (ZEE), é um elemento essencial para a **soberania territorial, ambiental e alimentar**, já que conhecer o que está acontecendo é o fundamento para uma atuação mais efetiva, que é responsabilidade do Estado, mas deve envolver os sujeitos e as comunidades no processo de gestão, ordenamento, controle e tomadas de decisão.



Defender a **soberania territorial** dos pescadores artesanais é também defender a **soberania ambiental** (pois eles cuidam da biodiversidade e do território), **alimentar** (pois a prática a garante) e **cultural** (pesca e alimentação são sobretudo culturais, que constituem o modo de vida tradicional). Dessa forma, **o território de uma nação, de um povo, deve ser soberano frente aos instrumentos de dominação e do mercado**. Isso nos traz ao debate a ideia de **soberania**, conceito que interpretamos dentro de um contexto latino-americano, como anticolonial e que também tem suas raízes no marxismo, com associação à libertação nacional (embora essa tese não seja marxista, sempre nos regamos pelo marxismo revolucionário anticolonial). Por isso, enxergamos na ideia de soberania territorial o encontro dos trabalhadores com os camponeses, com os povos e comunidades tradicionais e com suas práticas produtivas e simbólicas.

Dessa forma, para uma gestão e um ordenamento pesqueiro eficientes é necessário que cada país formule esses planos, baseado em dados, estatísticas e no respeito à diversidade ambiental e cultural que envolve o amplo universo da pesca artesanal. É necessário, também, que as formas de organização da ação coletiva dos pescadores artesanais (fóruns, cogestão, proposições e cooperativas) continuem acionando estratégias de protesto e reivindicação, para que eles se instrumentalizem cada vez mais e proponham formas institucionais para as políticas públicas, adaptando-as aos diferentes territórios.

É fundamental conciliar as novas ferramentas e tecnologias da informação e comunicação, como o GPS, a ecosonda, os drones, os equipamentos de previsão do tempo e correntes marítimas e ventos, o mercado de peixes etc., com os saberes e conhecimentos ancestrais, tendo em vista que a pesca artesanal e os conhecimentos tradicionais são híbridos e estão em constante mudança, assim como a cultura. Portanto, é necessária uma conciliação das tradições com as tecnologias em busca de projetos de desenvolvimento alternativos e voltados para os pescadores artesanais e para as comunidades pesqueiras. Porém, a irrupção de novas tecnologias, como imagens de satélite de alta resolução, sensores, câmeras, drones, mudanças no DNA e no perfil genético (na aquicultura), algoritmos e a Inteligência Artificial provavelmente afetarão significativamente a cadeia de suprimento de dados e poderão alterar a gestão do setor pesqueiro.

## REFERÊNCIAS

- AB'SABER, Aziz. **Os domínios de natureza no Brasil**: potencialidades paisagísticas. 4. ed. São Paulo: Ateliê editorial, 2007.
- ACSERALD, Henry; COLI, Luis Regis. Disputas territoriais e disputas cartográficas. *In*: ACSERALD, Henry (org.). **Cartografias Sociais e Território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008. p.13-43. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/cartografia\\_tematica/leitura%204/Cartografias%20Sociais%20e%20Territ%F3rio.pdf](http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/cartografia_tematica/leitura%204/Cartografias%20Sociais%20e%20Territ%F3rio.pdf). Acesso em: 17 jun. 2021.
- AGUERO, Max. La pesca artesanal en América Latina: Una visión panorámica. *In*: AGUERO, Max (org.). **Contribuciones para el estudio de la pesca artesanal en América Latina**. Manila (Philippines): International Center for Living Aquatic Resources Management, 1992. p.1-27. Disponível em: <https://digitalarchive.worldfishcenter.org/bitstream/handle/20.500.12348/3010/Pub%20CP6%2035.pdf?sequence=1&isAllowed>. Acesso em: 17 mai. 2020.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- ANDREWS, Donna; LEWIS, Desiree. **Decolonising Food Systems and Sowing Seeds of Resistance**. Johhanesburg: African Centre for Biosafety / University of the Western Cape, 2019. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/318213110\\_Decolonising\\_Food\\_Systems\\_and\\_Sowing\\_Seeds\\_of\\_Resistance](https://www.researchgate.net/publication/318213110_Decolonising_Food_Systems_and_Sowing_Seeds_of_Resistance). Acesso em: 8 jun. 2021.
- ANDREWS, Donna; SMITH, Kiah; MORENA, Alejandra. Enfurecidas: Las mujeres y la naturaleza. *In*: OBSERVATÓRIO del Derecho a la Alimentación y a la Nutrición (org.). **El poder de las mujeres en la lucha por la soberanía alimentaria**, 2019. p.6-17. Disponível em: [https://www.righttofoodandnutrition.org/files/rtn-watch11-2019\\_esp\\_b.pdf](https://www.righttofoodandnutrition.org/files/rtn-watch11-2019_esp_b.pdf). Acesso em: 8 jun. 2021.
- ANSEDE, Manuel. **As águas internacionais são o Velho Oeste**. El País, 20 set. 2017. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/18/ciencia/1505727944\\_541145.html?id\\_externo\\_rsoc=FB\\_BR\\_CM](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/18/ciencia/1505727944_541145.html?id_externo_rsoc=FB_BR_CM). Acesso em: 6 ago. 2021.
- ANTUNES NETO, José; SILVA, Raphael de Oliveira; AMARAL, Shirlena Campos. Maré invisível e as mulheres na pesca artesanal: um estudo sobre o perfil laboral e a discriminação indireta na atividade pesqueira do Brasil. **Revista Campo-Território**, v.16, n.43, p.103-128, 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/62618>. Acesso em: 16 jan. 2022.
- ARAÚJO JÚNIOR, Pedro Pinheiro de. Rio do Fogo (RN) – História e Patrimônio. **XXVII Simpósio Nacional de História**, 2013.
- ARAÚJO JÚNIOR, Pedro Pinheiro de. **“Não é terra de préstimo e nunca foi povoada”: a territorialização dos Sertões do Cabo de São Roque (1500-1719)**. Dissertação (mestrado em História Social), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019. 184f.
- ATTANÉ, Anne; LANGEWIESCHE, Katrin. Reflexões metodológicas sobre os usos da fotografia na antropologia. **Cadernos de Antropologia e Imagem**, v. 21, n.2, p.133-151, 2005.

- AUNAP; UNIMAGDALENA. **Caracterización de los principales artes de pesca de Colombia y reporte del tipo y número de artes, embarcaciones y UEPs empleadas por los pescadores**. Contrato de Prestación de Servicios No. 190, suscrito entre la Autoridad Nacional de Acuicultura y Pesca y la Universidad del Magdalena, Santa Marta e Bogotá, 2014. Disponível em: <http://sepec.aunap.gov.co/Archivos/Informe%20Caracterizaci%C3%B3n%20de%20artes.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2021.
- AZEVEDO, Natália Tavares de; PIERRI, Naína. A política pesqueira no Brasil (2003-2011). **Desenvolvimento e meio ambiente**, v.32, p.61-80, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/35547>. Acesso em: 13 mar. 2022.
- BAHÍA SOLANO. **Plan de desarrollo municipal 2016-2019**. 2016. Disponível em: [https://bahiasolanochoco.micolombiadigital.gov.co/sites/bahiasolanochoco/content/files/000021/1023\\_plandedesarrollo-bahia-solano.pdf](https://bahiasolanochoco.micolombiadigital.gov.co/sites/bahiasolanochoco/content/files/000021/1023_plandedesarrollo-bahia-solano.pdf). Acesso em: 19 ago. 2021.
- BANCO MUNDIAL. **Hidden Harvest: the global contribution of captures fisheries**. Report n° 66469-GBL. Washington D.C.: World Bank, 2012. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/515701468152718292/pdf/664690ESWOP1210120HiddenHarvest0web.pdf>. Acesso em: 27 set. 2020.
- BELTRÁN TURRIAGO, Claudia Stella. **Promoción de la ordenación de la pesca costera: Aspectos socioeconómicos y técnicos de la pesca artesanal en El salvador, Costa Rica, Panamá, Ecuador y Colombia**. Roma: Departamento de pesca, FAO, Circular de pesca n° 957/2, 2001. Disponível em: <http://www.fao.org/3/AD056S/ad056S00.htm>. Acesso em: 17 mai. 2020.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: Benjamin, Walter. **Obras Escolhidas. Magia e Técnica, Arte e Política**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987a [1940]. p.222-234.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica. In: Benjamin, Walter. **Obras Escolhidas. Magia e Técnica, Arte e Política**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense. 1987b [1936]. p.165-196.
- BOAS, Franz. **Antropologia Cultural**. 6. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.
- BONFÁ NETO, Dorival. The net-pulling; cooperation, collectivity and mutual help in images. **GIS - Revista de Antropologia**, v.7, n.1, p.1-36, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/gis/article/view/190822>. Acesso em: 11 nov. 2022.
- BONFÁ NETO, Dorival. **Pesca artesanal e conflitos socioambientais na Ilha Diana (Santos-SP)**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Geografia), Universidade de São Paulo, 2017.
- BONFÁ NETO, Dorival; BARRETO, Isadora Natália; SILVA, Lucas Gabriel Pinheiro. O turismo em Maxaranguape (RN, Brasil): configuração, dilemas e propostas desde a Ecologia Política. **Ar@cne**, v.27, n.277, p.1-30, 2023. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/aracne/article/view/40357/39391>. Acesso em: 03 abr. 2023.
- BONFÁ NETO, Dorival; RANGEL, Kátia. Ecofeminismo e conservação da natureza: um estudo de caso sobre a importância das mulheres afrocolombianas para a pesca artesanal. **GEOgraphia**, v.5, n.54, p.1-18, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/53249>. Acesso em: 1 mar. 2023.
- BONFÁ NETO, Dorival; SUZUKI, Júlio César. Cartografía social participativa como metodología de investigación territorial: un estudio de caso en el Pacífico Afrocolombiano. **Perspectiva Geográfica**, v.28, n.1, p.1-22, 2023. Disponível em:

<https://revistas.uptc.edu.co/index.php/perspectiva/article/view/cartografia-social-participativa-metodologia-investigacion-terri>. Acesso em: 19 mar. 2023.

BONFÁ NETO, Dorival; SUZUKI, Julio César. Interdisciplinaridade, Ecologia Política e comunidades tradicionais na América Latina. **Revista Terceiro Incluído**, v.12, n.1, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teri/article/view/74785>. Acesso em: 1 abr. 2023.

BONFÁ NETO, Dorival; SUZUKI, Júlio César. Cartografia social participativa desvelando territorialidades no Pacífico Colombiano. **Revista Interdisciplinar em Educação e Territorialidade**, v.1, n.1, p.116-136, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/riet/article/view/12947>. Acesso em: 22 set. 2021.

BONFÁ NETO, Dorival; SUZUKI, Júlio César. Pesca artesanal na América Latina: pesquisa, conflitos e dilemas, uma revisão bibliográfica sistemática com foco no Brasil e na Colômbia. **Mares: Revista de Geografia e Etnociências**, v.1, n.1, p.97-114, 2019. Disponível em: <http://revistamares.com.br/index.php/files/article/view/24>. Acesso em: 18 ago. 2020.

BORON, Atilio. Notas sobre a atualidade do imperialismo e a nova estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos. In: LÓPEZ, Emiliano (org.). **As veias do Sul continuam abertas: debates sobre o imperialismo em nosso tempo**. São Paulo: Expressão Popular, 2020. p.95-140.

BRASIL. Decreto nº 8.750 de 2016. **Institui o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto-8750-9-maio-2016-783033-norma-pe.html>. Acesso em: 21 mar. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.651 de 2012. **Código florestal**. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm). Acesso em: 21 out. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.959 de 2009. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm). Acesso em: 30 jun. 2020.

BRASIL. Decreto nº 6.040 de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso em: 29 jun. 2021.

BRASIL. Decreto nº 5.051 de 2004. **Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm). Acesso em: 20 abr. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.985 de 2000. **Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9985.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm). Acesso em: 21 mar. 2023.

BRASIL. Decreto Legislativo nº 2 de 1994. **Aprova o texto da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1994/decretolegislativo-2-3-fevereiro-1994-358280-norma-pl.html>. Acesso em: 25 jun. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 601 de 1850. **Dispõe sobre as terras devolutas no Império, acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/10601-1850.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm). Acesso em: 17 mar. 2023.

BRASIL DE FATO. **Maior comunidade quilombola do RN, Capoeiras mantém forte suas raízes e tradições.** Brasil de Fato, 27 nov. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/11/27/maior-comunidade-quilombola-do-rn-capoeiras-mantem-forte-suas-raizes-e-tradicoes>. Acesso em: 1 nov. 2021.

BRUZZONE, Elsa. La pesca ilegal como instrumento para la intervención. *In:* TRICONTINENTAL, Instituto de Investigación Social. **Argentina de espaldas al mar: Extrativismo pesquero, imperialismo y soberanía.** Buenos Aires: Colectivo de Investigación “Crisis Socioambiental y despojo”, Cuaderno 3, 2021. p.22-28.

CAIUBY NOVAES, Sylvia. Por uma sensibilização do olhar – Sobre a importância da Fotografia na formação do antropólogo. **GIS - Revista de Antropologia**, v.6, n.1, p.1-10, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/gis/article/view/179923>. Acesso em: 9 fev. 2021.

CAIUBY NOVAES, Sylvia. O silêncio eloquente das imagens fotográficas e sua importância na etnografia. **Cadernos de arte e antropologia**, v.3, n.2, p.57-67, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cadernosaa/245>. Acesso em: 10 mai. 2021.

CALLIZO, Javier Soneiro. **Aproximación a la geografía del turismo.** Madrid: Síntesis, 1991.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto cria mecanismos de proteção a territórios de comunidades tradicionais pesqueiras.** 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/641253-projeto-cria-mecanismos-de-protecao-a-territorios-de-comunidades-tradicionalis-pesqueiras/>. Acesso em: 13 mar. 2022.

CAMARGO, Alejandro. **The crisis of small-scale fishing in America Latina.** Nacla, 2014. Disponível em: <https://nacla.org/news/2014/8/8/crisis-small-scale-fishing-latin-america>. Acesso em: 13 ago. 2020.

CANCLINI, Nestor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** 4. ed. São Paulo: Edusp, 2015 [1990].

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito:** Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2023 [1964].

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito:** Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010 [1964].

CAPEL, Horacio. Las Ciencias Sociales y el estudio del territorio. **Revista bibliográfica de Geografía**, v.11, n. 1.149, p.1-38, 2016. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/b3w/article/view/26319>. Acesso em: 3 abr. 2021.

CARRERE, Michelle. **Illegal fishing: The great threat to Latin America’s marine sanctuaries.** Mongabay, 5 mar. 2021. Disponível em: <https://news.mongabay.com/2021/03/illegal-fishing-the-great-threat-to-latin-americas-marine-sanctuaries/>. Acesso em: 5 ago. 2021.

CARRIZO, Rodolfo. Malvinas y los recursos pesqueros. *In:* TRICONTINENTAL, Instituto de Investigación Social. **Argentina de espaldas al mar? Extrativismo pesquero, imperialismo y soberanía.** Buenos Aires: Colectivo de Investigación “Crisis Socioambiental y despojo”, Cuaderno 3, 2021. p.6-10.

CASCUDO, Luis da Câmara. **Jangada: uma pesquisa etnográfica**. 2. ed. São Paulo: Global Editora, 2002 [1957].

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012 [1964].

CASTRO, Josué de. Subdesenvolvimento: causa primeira da poluição [1972]. *In*: FERNANDES, Bernardo Mançano; PORTO GONÇALVES, Carlos Walter (orgs.). **Josué de Castro: vida e obra**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p.165-173.

CASTRO-GOMÉZ. Ciencias sociales, violencia epistémica y el problema de la “invención del otro”. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p.145-162. Disponível em: <https://www.tni.org/files/download/La%20colonialidad%20del%20saber.%20Eurocentrismo%20y%20ciencias%20sociales.pdf>. Acesso em: 5 mai. 2021.

CAVALCANTI, Joanna Amarante; WANDERLEY, Bárbara Evelyn Baracho. Os pescadores e pescadoras artesanais em tempos de COVID-19. **Revista Pegada**, v.21, n.2, p.493-510, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/7778>. Acesso em: 16 dez. 2022.

CAVIGNAC, Julie; ALVEAL, Carmem (orgs.). **Guia Cultural Indígena Rio Grande do Norte**. Natal: Flor do Sal, 2019.

CCHLA/UFRN. **Geolocalização das Aldeias/Comunidades**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020. Disponível em: <https://cchla.ufrn.br/povosindigenasdorn/mapa.html>. Acesso em: 1 nov. 2021.

CLAVAL, Paul. A geografia pós-estrutural e a abordagem cultural. **Geosp**, v.26, n.2, p.1-17, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/%20view/200518>. Acesso em: 10 mar. 2023.

COLLYNS, Dan. **Cat and mouse on the high seas: on the trail of China's vast squid fleet**. The Guardian, 21 oct. 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2020/oct/21/china-squid-fleet-peru-coastguard-fishing>. Acesso em: 5 ago. 2021.

COLOMBIA. Ley nº 70 de 1993. **Por la cual se desarrolla el artículo transitorio 55 de la Constitución Política**. Disponível em: <https://www.mininterior.gov.co/la-institucion/normatividad/ley-70-de-1993-agosto-27-por-la-cual-se-desarrolla-el-articulo-transitorio-55-de-la-constitucion-politica>. Acesso em: 3 ago. 2020.

COLOMBIA. Decreto nº 2.256 de 1991. **Por el cual se reglamenta la Ley 13 de 1990**. Disponível em: <https://www.minagricultura.gov.co/Normatividad/Decretos/Decreto%20No.%202256%20de%201991.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2021.

CUNHA, Lucia Helena de Oliveira. O mundo costeiro: temporalidades, territorialidades, saberes e alternativas. **Desenvolvimento e meio ambiente**, n.20, p.59-67, 2009.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Nova fronteira/Saraiva, 2011.

DANE, Departamento Administrativo Nacional de Estadística. **Censo Nacional de población y vivienda**. 2020. Disponível em: <https://sitios.dane.gov.co/cnpv/#/>. Acesso em: 2 ago. 2021.

DANE, Departamento Administrativo Nacional de Estadística. **Resultados Censo Nacional de Población y Vivienda 2018: Riosucio, Quibdó, Chocó**. 2019. Disponível em:

<https://www.dane.gov.co/files/censo2018/informacion-tecnica/presentaciones-territorio/190806-CNPV-presentacion-Choco.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2020.

DEFENSORIA DEL PUEBLO. **Problemática humanitaria en la Región Pacífica colombiana**. Bogotá: Defensoría delegada para la prevención de riegos de violaciones a los derechos humanos y DIH, 2016. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/Publicaciones/2017/11053.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2020.

DELAPORTE, Anne; HELLEBRANDT, Denis; ALLISON, Edward. Segurança alimentar e pesca artesanal: análise crítica de iniciativas na América Latina. **Revista desenvolvimento e meio ambiente - UFPR**, n. 32, p.7 -27, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/35548>. Acesso em: 19 mai. 2019.

DIAS, Patricia de Oliveira. Um sertão em movimento: processo de territorialização da Capitania do Rio Grande (1654 a 1673). **Sertões**, v.5, n.1, p. 48-51, 2015.

DIAS NETO, José. Pesca no Brasil e seus aspectos institucionais - um registro para o futuro. **CEPSUL - Biodiversidade e Conservação Marinha ICMBio**, v.1, n.1, p.66-80, 2010. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/revistaeletronica/index.php/cepsul/article/view/300>. Acesso em: 02 dez. 2022.

DÍAZ, Juan Manuel; CARO, Natalia. El mar como territorio y la pesca como actividad tradicional en el Pacífico Chocoano. *In*: DÍAZ, Juan Manuel; GUILLOT, Lía; VELANDIA, Manuel Camilo (orgs.). **La pesca artesanal en el norte del Pacífico Colombiano: un horizonte ambivalente**. Bogotá: Fundación Mar Viva, 2016. p.29-43.

DÍAZ, Juan Manuel; GALEANO, Juliana. El entorno biogeofísico. *In*: DÍAZ, Juan Manuel; GUILLOT, Lía; VELANDIA, Manuel Camilo (orgs.). **La pesca artesanal en el norte del Pacífico Colombiano: un horizonte ambivalente**. Bogotá: Fundación Mar Viva, 2016. p.15-27.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. Conhecimento, práticas tradicionais e a etnoconservação da natureza. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v.50, p.116-126, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/66617/38436>. Acesso em: 20 jul. 2020.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. São Paulo: Hucitec/NUPAUB/USP, 2008.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **Comentários sobre o Código de Conduta para a Pesca Responsável**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2005. Disponível em: <https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/pescarespons.pdf>. Acesso em: 27 set. 2020.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira**. São Paulo: Nupaub/USP, 2004.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **Ecologia humana e planejamento costeiro**. 2. ed. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítima**. São Paulo: NUPAUB/USP, 1995.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana; ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. São Paulo/Brasília: Ministério do Meio Ambiente/USP, 2001.
- DINIZ, Marco Túlio Mendonça; OLIVEIRA, Antônia Vilaneide Lopes Costa de. Mapeamento das Unidades de paisagem do estado do Rio Grande do Norte, Brasil. **Boletim Goiano de Geografia**, v.38, n.2, p.342–364, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/bgg/article/view/54613>. Acesso em: 19 out. 2021.
- DOW, Steve. **'Such brutality': tricked into slavery in the Thai fishing industry**. The Guardian, 21 sep. 2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2019/sep/21/such-brutality-tricked-into-slavery-in-the-thai-fishing-industry>. Acesso em: 5 ago. 2021.
- DW. **La flota pesquera china pasó de Galápagos a Perú y ahora va a Chile**. DW, 2 out. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/es/la-flota-pesquera-china-pasó-de-galápagos-a-perú-y-ahora-va-a-chile/a-55140146>. Acesso em: 5 ago. 2021.
- EBRAHIMIAN, Bethany Allen. **U.S. urged to join South America in fighting China fishing**. Axios, 23 mar. 2021. Disponível em: <https://www.axios.com/exclusive-us-urged-to-join-south-america-in-fighting-china-fishing-5ce2d4ec-812d-48ce-a632-aa91dcc7e4c3.html>. Acesso em: 10 ago. 2021.
- EL ESPECTADOR. **Tras asesinato de líder indígena, 17 familias embera llegaron desplazadas a Nuquí**. El Espectador, 10 jan. 2020. Disponível em: <https://www.elespectador.com/judicial/tras-asesinato-de-lider-indigena-17-familias-embera-llegaron-desplazadas-a-nuqui-choco-article-899254/>. Acesso: 23 ago. 2021.
- ESCOBAR, Arturo. **Territorios de la diferencia: lugar, movimientos, vida, redes**. 2. ed. Popayán: Universidad del Cauca. Sello Editorial, 2015.
- ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p.63-80.
- ESCOBAR, Arturo. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar. In: LANDER, Edgardo (org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p.113-144.
- ESCOBAR, Arturo. Power and visibility: Development and the invention and Management of the Third World. **Cultural Anthropology**, v.3, n.4, p.428-443, 1988.
- ESSER, Fank; VLIEGENTHART, Rens. Comparative Research Methods. In: MATTHES, Jörg Matthes (org.). **The International Encyclopedia of Communication Research Methods**, 2017. p.1-22. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1002/9781118901731.iecrm0035>. Acesso em: 15 jul. 2019.
- FAHRENBERGER, Andrea Díaz; NEIRA, Alejandra; DÍAZ, Juan Manuel. Manglares y ríscales: el sustento ecológico de la pesca. In: DÍAZ, Juan Manuel; GUILLOT, Lía; VELANDIA, Manuel Camilo (orgs.). **La pesca artesanal en el norte del Pacífico Colombiano: un horizonte ambivalente**. Bogotá: Fundación Mar Viva, 2016. p.105-117.
- FAO, FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **The status of women in agrifood systems**. Roma: FAO, 2023. Disponível em: <https://www.fao.org/documents/card/en/c/cc5343en>. Acesso em 1 abr. 2023.



- FAO, FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **The state of world fisheries and aquaculture**. Roma: FAO, 2020a. Disponível em: <http://www.fao.org/documents/card/en/c/ca9229en/>. Acesso em: 24 jul. 2020.
- FAO, FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **How is COVID-19 affecting the fisheries and aquaculture food systems?** Roma: FAO, 2020b. Disponível em: <http://www.fao.org/documents/card/en/c/ca8637en/>. Acesso em: 7 out. 2020.
- FAO, FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Summary of the impacts of the COVID-19 pandemic on the fisheries and aquaculture sector: Addendum to the State of World Fisheries and Aquaculture 2020**. Roma: FAO, 2020c. Disponível em: <http://www.fao.org/documents/card/en/c/ca9349en/>. Acesso em: 9 out. 2020.
- FAO, FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Promoting gender equality and women's empowerment in fisheries and aquaculture**. Fisheries and Aquaculture Department of FAO, 2016. Disponível em: <http://www.fao.org/3/i6623e/i6623e.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2020.
- FAO, FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação**. World Food Summit. FAO: Roma, 1996. Disponível em: <https://www.fao.org/3/w3613p/w3613p00.htm>. Acesso em: 20 jan. 2023.
- FAO, FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Code of Conduct for Responsible Fisheries**. Roma: FAO, 1995. Disponível em: <http://www.fao.org/3/v9878e/v9878e.pdf>. Acesso em: 27 out. 2020.
- FIGUEROA, Isabela. La pesca artesanal marino-costera y los derechos culturales de las comunidades étnicas en Colombia. **Veredas do Direito**, v.18, n.40, p.303-331, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.18623/rvd.v18i40.1953>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- FORO MUNDIAL SOBRE SOBERANÍA ALIMENTARIA. **Declaración final**. La Habana, Cuba, 7 de septiembre de 2001. Disponível em: [https://base.socioeco.org/docs/doc-792\\_es.pdf](https://base.socioeco.org/docs/doc-792_es.pdf). Acesso em: 4 ago. 2021.
- FRANCE PRESSE. **Prevent, discourage, confront: South American states tackle Chinese fishing boats**. The Guardian, 4 nov. 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2020/nov/05/prevent-discourage-confront-south-american-states-tackle-chinese-trawlers>. Acesso em: 5 ago. 2021.
- FRANCO, Maria Ciavatta. Quando nós somos o outro: Questões teórico-metodológicas sobre os estudos comparados. **Educação e Sociedade**, a.21, n.72, p.197-230, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/xGMSnNdj7LYCdPrgFNp7C5Q/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 23 jul. 2019.
- FREIRE, Paulo. **A educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- FREITAS, Magdiell Angelo Rodrigues. **Análise e descrição do papel dos empreendimentos e empreendedores do município de Maxaranguape – RN**. Monografia (graduação em ciência e tecnologia), Universidade Federal Rural do Semiárido, Angicos, 2019. 58f.
- GAMA, Danielle. **Pandemia agrava situação de pescadores afetados pelo vazamento de óleo no Nordeste**. Brasil de Fato, 11 nov. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/11/11/pandemia-agrava-situacao-de-pescadores-afetadas-pelo-vazamento-de-oleo-no-nordeste>. Acesso em: 17 mar. 2023.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008 [1973].

- GIBBENS, Sarah. **Slave labor is used to catch fish. This tech aims to stop it.** National Geographic, 13 jun. 2019. Disponível em: <https://www.nationalgeographic.com/environment/article/slave-labor-used-to-catch-fish-but-tech-may-help>. Acesso em: 5 ago. 2021.
- GOES-URANO, Débora; COCHAND, Angélique; LIMA FIGUEIREDO, Silvio; NÓBREGA, Wilker Ricardo de Mendonça; SONAGLIO, Kerlei Enieli. Turismo e Desenvolvimento em Comunidades Litorâneas do Nordeste Brasileiro: Os Casos de Canoa Quebrada, CE, e Maracajaú, RN. **Rosa dos Ventos**, v.7, n.4, p.574-590, 2015.
- GOMES, Mércio Pereira. **Antropologia: ciência do homem / filosofia da cultura**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.
- GOMÉZ POMPA, Arturo. KAUS, Andrea. Domesticando o Mito da Natureza Selvagem. In: DIEGUES, A. C. S. (org.) **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. São Paulo: Hucitec/Annablume/Nupaub-USP, 2000. p.125-148.
- GOÑI, Uki. **Hundreds of fishing fleets that go ‘dark’ suspected of illegal hunting, study finds.** The Guardian, 2 jun. 2021. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2021/jun/02/fishing-fleets-go-dark-suspected-illegal-hunting-study>. Acesso em: 5 ago. 2021.
- GOODRICK, Delwin. **Estudios de caso comparativos - Síntesis metodológicas: evaluación de impacto nº 9.** Centro de Investigaciones de UNICEF: Florencia, 2014. Disponível em: <https://www.unicef-irc.org/publications/pdf/MB9ES.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- GORAYEB, Adriana. **Cartografia social e populações vulneráveis.** Laboratório Herbert de Souza/Rede Mobilizadores, 2014. Disponível em: [https://issuu.com/mobilizadorescoep/docs/cartografia\\_social\\_e\\_populacoes\\_vul](https://issuu.com/mobilizadorescoep/docs/cartografia_social_e_populacoes_vul). Acesso em: 14 fev. 2021.
- GUEDES, Dayane Raquel da Cruz. **Análise dos serviços ecossistêmicos de provisão em dois sistemas estuarinos no litoral do Rio Grande do Norte, Brasil.** Dissertação (mestrado em Geografia), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018. 130f.
- GUILLOT, Lía; DÍAZ, Juan Manuel. La importancia de la información pesquera. In: DÍAZ, Juan Manuel; GUILLOT, Lía; VELANDIA, Manuel Camilo (orgs.). **La pesca artesanal en el norte del Pacífico Colombiano: un horizonte ambivalente.** Bogotá: Fundación Mar Viva, 2016. p.59-67.
- HAESBAERT, Rogério. A Geografia entre conhecimento situado, abordagem descolonial e interseccionalidade. **GEOgraphia**, v.24, n.53, p.1-15, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/55621>. Acesso em: 17 jan. 2023.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade.** 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.
- HAESBAERT, Rogério. Reflexões geográficas em tempos de pandemia. **Espaço e economia**, ano 9, v.18, p.1-5, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/11826>. Acesso em: 18 fev.2023.
- HAESBAERT, Rogério. La Blache, Ratzel e a Geografia Política. **GEOgraphia**, v.4, n.7, p.81-83, 21 set. 2009.
- HAESBAERT, Rogério. Ordenamento territorial. **Boletim Goiano de Geografia**, v.6, n.1, p.117-124, 2006.

HAESBAERT, Rogério. Território, poesia e identidade. **Espaço e cultura**, n.3, p.20-32, 1997.

HANDLEY, Erin; SINEAT, Yon. **Fishermen still abused in Thailand**. The Phnom Penh Post, 24 jan. 2018. Disponível em: <https://www.phnompenhpost.com/national/fishermen-still-abused-thailand>. Acesso em: 2 ago. 2021.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. 28. ed. São Paulo: LPM, 2017.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

HURTADO, Lina Maria; PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. Resistir y Re-existir. **GEOgraphia**, v.24, n.53, p.1-30, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/54550>. Acesso em: 4 abr. 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2022: panorama**. 2023a. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama Maxaranguape**. 2023b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rn/maxaranguape.html>. Acesso em: 3 fev. 2023.

IDEMA, Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte. **Unidades de Conservação da Natureza Estaduais do RN**. SECOM/IDEMA, 23 jul. 2021. Disponível em: [www.idema.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=334&ACT=null&PAGE=0&PARM=null&LBL=Unidades+de+Conservação](http://www.idema.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=334&ACT=null&PAGE=0&PARM=null&LBL=Unidades+de+Conservação). Acesso em: 28 out. 2021.

IGAC, Instituto Geográfico Agustín Codazzi. **Geografía del turismo en Colombia**. Bogotá: Imprenta Nacional, 2018.

IOL, INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **Fishing among the most dangerous of all professions**. IOL, 13 dec. 1999. Disponível em: [https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS\\_071324/lang-en/index.htm](https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS_071324/lang-en/index.htm). Acesso em: 2 ago. 2021.

JARROUD, Marianela. **Pesca industrial arrasa com a artesanal na América do Sul**. Inter Press Service Agência de Notícias, Santiago, 2015. Disponível em: <https://ipsnoticias.net/portuguese/2015/06/ultimas-noticias/pesca-industrial-arrasa-com-a-artesanal-na-america-do-sul/>. Acesso em: 5 ago. 2020.

LA BLACHE, Paul Vidal de. Sobre o raciocínio geográfico. **Terra Brasilis**, n.12, p.1-7, 2019 [1914].

LA BLACHE, Paul Vidal de. O Princípio da Geografia Geral. **GEOgraphia**, v.3, n.6, p.93-100, 2009 [1895].

LA BLACHE, Paul Vidal de. Os Gêneros de Vida na Geografia Humana. **GEOgraphia**, v.7, n.13, p.113-130, 2005 [1911]. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13504/8704>. Acesso em: 29 dez. 2021.

LACOSTE, Yves. **La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre**. Paris: Fraçois Maspero, 1976.

- LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais y eurocéntricos. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p.11-40.
- LEFF, Enrique. Political Ecology: a Latin American Perspective. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v.35, p.29-64, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/44381>. Acesso em: 5 jul. 2020.
- LEFF, Enrique. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. **Olhar do professor**, v.14, n.2, p.309-335, 2011. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/3515>. Acesso em: 22 jun. 2019.
- LEFF, Enrique. Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes. **Educação e Realidade**, v.34, n.3, p.17-24, 2009a. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/9515>. Acesso em: 24 jun. 2019.
- LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2009b.
- LEITHEAD, Alastair. **Burmese 'slavery' fishermen are trafficked and abused**. BBC News, Bangkok, 25 abr. 2011. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-pacific-12881982>. Acesso em: 2 ago. 2021.
- LÉVY, Jacques. Uma virada cartográfica? *In*: ACSERALD, Henry (org.). **Cartografias Sociais e Território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008. p.153-168. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/cartografia\\_tematica/leitura%204/Cartografias%20Sociais%20e%20Territ%F3rio.pdf](http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/cartografia_tematica/leitura%204/Cartografias%20Sociais%20e%20Territ%F3rio.pdf). Acesso em: 17 jun. 2021.
- LIMA, Eduardo Campos; GARATTONI, Bruno. **Piratas chineses: a frota pesqueira que ameaça nossa biodiversidade**. Super interessante, 2020. Disponível em: <https://super.abril.com.br/especiais/os-piratas-chineses/https://super.abril.com.br/especiais/os-piratas-chineses/>. Acesso em: 3 ago. 2021.
- LITTLE, Paul Elliott. Desenvolvimento territorial sustentável: desafios e potencialidades para o século XXI. **Guaju**, v.1, n.2, p.127-143, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/guaju/article/view/45039>. Acesso em: 15 fev. 2021.
- LITTLE, Paul Elliott. Ecologia Política como etnografia: um guia teórico metodológico. **Horizontes Antropológicos**, ano 12, n. 25, p.85-103, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/kskpPgWtcXBssgNB56pn3rC/?lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2019.
- LITTLE, Paul Elliott. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da territorialidade**. Rio de Janeiro: Anuário antropológico, p.251-290, 2002. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871>. Acesso em: 25 out. 2021.
- LIU, Jianguo; DIETZ, Thomas; CARPENTER, Stephen; ALBERTI, Marina; FOLKE, Carl; MORAN, Emilio; PELL, Alice; DEADMAN, Peter; KRATZ, Timothy; LUBCHENCO, Jane; OSTROM, Elinor; OUYANG, Shiyun; PROVENCHER, Willian; REDMAN, Charles; SCHNEIDER, Stephen; TAYLOR, Willian. Complexity of Human and Natural Systems. **Science Magazine**, v.317, n.14, p.1513-1516, 2007. Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/317/5844/1513/tab-pdf>. Acesso em: 28 jun. 2019.
- LOPES, Reinaldo José. **Cartas em tupi traduzidas pela 1ª vez mostram visão indígena sobre formação do país**. Folha de São Paulo, 4 dez. 2021. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/12/cartas-em-tupi-traduzidas-pela-1a-vez-mostram-visao-indigena-sobre-formacao-do-pais.shtml>. Acesso em: 7 dez. 2021.

MACIEL, Matías; NIETO, Agustín; NOGUEIRA, Luciana; OKADA, Camila; SOLIMENO, Diego; SORDINI, Victoria. La riqueza pesquera argentina, ¿platos gourmet para pocos o bienes comunes para todos? In: TRICONTINENTAL, Instituto de Investigación Social. **Argentina de espaldas al mar? Extrativismo pesquero, imperialismo y soberanía**. Buenos Aires: Colectivo de Investigación “Crisis Socioambiental y despojo”, 2021. p.12-21.

MAIA, Gabriel; ALMEIDA, Rodolfo; ZANLORENSSI, Gabriel. **Quais os tipos de peixes marinhos mais pescados no Brasil e no Mundo**. *Jornal Nexo*, 4 abr. 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/04/04/Quais-os-tipos-de-peixes-marinhos-mais-pescados-no-Brasil-e-no-mundo>. Acesso em: 13 ago. 2020.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Por um socialismo indo-americano**: ensaios. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e nações**. São Paulo: Contexto, 1992.

MCCONNEY, Patrick; MEDEIROS, Rodrigo Pereira; SERAFINI, Thiago Zagonel. Fortalecendo o ecosystem stewardship na pesca artesanal: perspectivas para a América Latina e Caribe. **Desenvolvimento e meio ambiente**, n.32, p.181-191, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/38819>. Acesso em: 20 mai. 2019.

MCVEIGH, Karen. **Blue ticked off: the controversy over the MSC fish ‘ecolabel’**. *The Guardian*, 26 jul. 2021. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2021/jul/26/blue-ticked-off-the-controversy-over-the-msc-fish-ecolabel>. Acesso em: 10 ago. 2021.

MEDEIROS JÚNIOR, Florizel de. **Lagostas, marés e mudanças na comunidade de pescadores artesanais de Maracajaú, no Litoral Potiguar**. Dissertação (mestrado em Antropologia Social), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017.

MELATTI, Julio Cezar. **Índios do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2007.

MELLO, Michele. **Plano militar entre a Colômbia e EUA põe em risco a paz regional, apontam analistas**. *Caracas: Brasil de Fato*, 31 ago. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/31/plano-militar-entre-colombia-e-eua-poe-em-risco-paz-regional-dizem-analistas>. Acesso em: 29 out. 2020.

MELO, Jorge Orlando. **Historia Minima de Colombia**. Madrid: Turner Publicaciones, 2017.

MELO, Marceu de. **Falésias: revisão bibliográfica e ocorrência no litoral do Rio Grande do Norte**. 14º encontro de geógrafos de America Latina, Lima, Peru. 2012.

MESQUITA, João Lara. **Embarcações típicas e o turismo, algumas boas ideias**. *Mar sem fim*, 15 dez. 2021. Disponível em: <https://marsemfim.com.br/embarcacoes-tipicas-e-o-turismo-algumas-boas-ideias/>. Acesso em: 20 dez. 2021.

MESQUITA, João Lara. **Recursos pesqueiros do mundo pilhados pela China**. *Mar sem fim*, 27 jul. 2020a. Disponível em: <https://marsemfim.com.br/recursos-pesqueiros-do-mundo-pilhados-pela-china/>. Acesso em: 6 ago. 2021.

MESQUITA, João Lara. **Pesca ilegal na América do Sul, tornando-se rotina**. *Mar sem fim*, 17, nov. 2020b. Disponível em: <https://marsemfim.com.br/pesca-ilegal-na-america-do-sul-tornando-se-rotina/>. Acesso em: 5 ago. 2021.

- MESQUITA, João Lara. **Caça à baleia, o Japão, confusões, e a Antártica**. Mar sem fim, 3 jan. 2019. Disponível em: <https://marsemfim.com.br/caca-a-baleia-japao-e-antartica/>. Acesso em: 4 ago. 2021.
- MIGNOLO, Walter. La colonialidad a lo largo y a lo ancho: el hemisferio occidental en el horizonte colonial de la modernidad. In: LANDER, Edgardo (org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p.55-86.
- MINISTERIO DE COMERCIO, INDUSTRIA Y TURISMO. **Perfiles Económicos Departamentales; Departamento de Chocó**. Oficina de Estudios Económicos, 2023. Disponível em: <https://www.mincit.gov.co/CMSPages/GetFile.aspx?guid=f415cf51-fce4-4cee-99af-0a7dce231692>. Acesso em: 20 mai. 2023.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. O Barão do Rio Branco e a Geografia. **Terra Brasilis**, v.5, 2015, p.1-20. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/1546>. Acesso em: 29 dez. 2021.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. O Sertão: um outro geográfico. **Terra Brasilis**, v.4-5, p.1-8, 2003.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. Notas sobre formação territorial e políticas ambientais no Brasil. **Revista território**, a.4, n.7, p.43-50, 1999.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. COSTA, Wanderlei Messias da. **Geografia crítica: a valorização do espaço**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MORAN, Emilio Federico. **Meio ambiente e Ciências Sociais: interações homem-ambiente e sustentabilidade**. São Paulo: Editora Senac, 2011.
- MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 20. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- MORENO, Larissa. La pesca y los pescadores en Colombia. **Pegada (Online)**, v.19, n.2, p.343-377, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.33026/peg.v19i2.5514>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- MURILLO, David. **Tribugá: ¿Puerto para qué y para quién?** El espectador, 14 mai. 2019. Disponível em: <https://www.elespectador.com/colombia2020/opinion/tribuga-puerto-para-que-y-para-quien-columna-860640>. Acesso em: 23 ago. 2021.
- MUSSOLINI, Gioconda. Aspectos da cultura e da vida social no litoral brasileiro. **Revista de Antropologia**, v.1, n.2, p.81-97, 1953.
- NEIRA, Alejandra; DÍAZ, Juan Manuel; GONZÁLEZ, Glória; VELANDIA, Manuel Camilo; MELO, Giovani. Diagnóstico de las pesquerías artesanales en el norte del Pacífico Chocano. In: DÍAZ, Juan Manuel; GUILLOT, Lía; VELANDIA, Manuel Camilo (orgs.). **La pesca artesanal en el norte del Pacífico Colombiano: un horizonte ambivalente**. Bogotá: Fundación Mar Viva, 2016. p.69 – 89.
- NIXON, Rob. **Slow Violence and the Environmentalism of the Poor**. Cambridge: Harvard University Press, 2011.
- OLIVEIRA, Denis. **Líder afrocolombiano conta a trajetória de lutas do povo negro da Colômbia**. Revista Fórum (entrevista), 2017. Disponível em:

<https://revistaforum.com.br/blogs/quilombo/lider-afrocolombiano-conta-a-trajetoria-de-lutas-do-povo-negro-da-colombia/>. Acesso em: 13 jan. 2020.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia Para uma Re(li)gião**: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

OLIVEIRA, Olga Maria Boschi Aguiar; SILVA, Vera Lúcia. O processo de Industrialização do Setor Pesqueiro e a Desestruturação da Pesca Artesanal no Brasil a partir do Código de Pesca de 1967. **Sequência**, v. 65, n.33, p.329-357, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2012v33n65p329>. Acesso em: 13 abr. 2020.

OMT, ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Entender el turismo: Glosario**. 2022. Disponível em: <https://www.unwto.org/es/glosario-terminos-turisticos>. Acesso em: 25 dez. 2022.

ONU, ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **A agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 18 ago. 2020.

OXFAM. **Time to care: Unpaid and underpaid care work and the global inequality crisis**. Oxfam International, 2020. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/research/time-care>. Acesso em: 8 out. 2020.

PAIVA PAULO, Paula. **650 famílias se declaram “povos tradicionais” no Brasil**. G1, 20 out. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/desafio-natureza/noticia/2019/10/29/650-mil-familias-se-declaram-povos-tradicionais-no-brasil-conheca-os-kalungas-do-maior-quilombo-do-pais.ghtml>. Acesso em: 13 mar. 2022.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PELEGRINA, Marcos Aurélio. Cartografia social e uso de mapeamentos participativos na demarcação de terras indígenas: o caso da TI Porto Limoeiro-AM. **Geosp – Espaço e Tempo**, v.24, n.1, p.136-152, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/138814/160406>. Acesso em: 25 out. 2020.

PÉREZ-RINCÓN, Mario Alejandro. **Caracterizando las injusticias ambientales en Colombia**: Estudio para 115 casos de conflictos socio-ambientales. Cali: Working paper, Univalle-01, 2016.

PIÑEROS, Luisa. **Cantos y Alabaos del Pacífico**. Radio Nacional de Colombia, 13 out., 2019. Disponível em: <https://www.radionacional.co/cultura/cantos-y-alabaos-del-pacifico-musica-negra-para-la-vida-y-la-muerte>. Acesso em: 12 mar. 2021.

PLANO de governo de Maxaranguape (2021-2024). **Prefeito Luiz Eduardo, Vice Professora Nira**. Maxaranguape, 2020. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbmninnkcbpcjpcglclefindmkaj/https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/RN/17493/426/candidatos/741057/5\\_1600969425325.pdf](chrome-extension://efaidnbmninnkcbpcjpcglclefindmkaj/https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/RN/17493/426/candidatos/741057/5_1600969425325.pdf). Acesso em: 21 jan. 2021.

PNUD, Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. **Afrocolombianos: sus territorios y condiciones de vida**. Bogotá: Colección Cuadernos INDH 2011 / Cuadernos del informe de Desarrollo Humano, 2012. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/blogs/quilombo/lider-afrocolombiano-conta-a-trajetoria-de-lutas-do-povo-negro-da-colombia/>. Acesso em: 9 jan. 2020.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. A ecologia política na América Latina: reapropriação

social da natureza e reinvenção dos territórios. **Revista INTERthesis**, v.9, n.1, p.16-50, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2012v9n1p16>. Acesso em: 17 jun. 2021.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. *In*: CECEÑA, Ana Ester. **La Guerra Infinita**. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p.217-256.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter; LEFF, Enrique. Political Ecology in Latin America: the Social Re-Appropriation of Nature, the Reinvention of Territories and the Construction of an Environmental Rationality. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v.35, p.65-88, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/43543>. Acesso em: 3 jul. 2020.

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter; QUENTAL, Pedro de Araújo. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. **Polis: revista latino-americana**, v.11, n.31, p.295-332, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/polis/3749>. Acesso em: 23 jun. 2020.

PRADO, Maria Lígia Coelho. Repensando a história comparada da América Latina. **Revista de história**, n.153, p.11-33, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19004>. Acesso em: 20 jun. 2019.

PRASHAD, Vijay. **Women Hold Up 76.2% of the Sky**. Tricontinental, 6 abr. 2023. Disponível em: <https://thetricontinental.org/newsletterissue/gender-pay-inequalitythe-fourteenth-newsletter-2023/>. Acesso em: 6 abr. 2023.

PUNTES, V.; POLO, C.J.; ROLDÁN, A.M; ZULUAGA, P.A. (Orgs.). **Artes y Métodos de Pesca en Colombia**. Serie Recursos Pesqueros de Colombia. AUNAP - Autoridad Nacional de Acuicultura y Pesca, 2014. Disponível em: <https://www.aunap.gov.co/wp-content/uploads/2016/12/ARTES-Y-METODOS-DE-PESCA-EN-COLOMBIA-2014-Final.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2020.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Dossiê América Latina: Revista de Estudos Avançados**, v.19, n.55, p.9-31, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *In*: LANDER, Edgar (org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p.201-246.

RANGEL, Kátia Souza. **Modo de vida e território na Reserva Extrativista do Rio Cajari (Amapá)**. Tese (doutorado em Geografia Humana), FFLCH, Universidade de São Paulo, 2017. 296f.

RANGEL, Kátia Souza. **Do bairro rural a território quilombola: um estudo da comunidade do Mandira**. Dissertação (mestrado em Geografia Humana), FFLCH, Universidade de São Paulo, 2011. 227f.

RESENDE, Alberto Toledo. A origem da institucionalidade da pesca artesanal. *In*: SILVA, Cátia Antonia (org.) **Pesca Artesanal e produção do espaço**; Desafios para a reflexão geográfica. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p.43-67.

RESTREPO, Eduardo. **Etnografía: alcances, técnicas y éticas**. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2018. Disponível em: <https://www.academica.org/eduardo.restrepo/3.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2022.



- RESTREPO, Eduardo. El giro a la biodiversidad en la imaginación del Pacífico Colombiano. **Revista Estudios del Pacífico Colombiano**, Quibdó, Chocó, n.1, p.171-199, 2013. Disponível em: [http://www.saebogota.unal.edu.co/DIRACAD/catedras/2018\\_I/gaitan/documentos/sesion2/leitura3.pdf](http://www.saebogota.unal.edu.co/DIRACAD/catedras/2018_I/gaitan/documentos/sesion2/leitura3.pdf). Acesso em: 4 nov. 2020.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**; A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2015 [1995].
- RODRÍGUES, Yenifer. **Coquí (Chocó), el rincón gastronómico del Pacífico**. El Espectador, 2 out. 2018. Disponível em: <https://www.elespectador.com/colombia/mas-regiones/coqui-choco-el-rincon-gastronomico-del-pacifico-article-815723/>. Acesso em: 22 set. 2021.
- ROMERO MATOS, Lucas. **Evolución de las organizaciones de pesca artesanal y sus estrategias de atención**. Pescador en el sol, 16 fev. 2021. Disponível em: [https://pescadorenelso.blogspot.com/2021/02/evolucion-de-las-organizaciones-de\\_16.html](https://pescadorenelso.blogspot.com/2021/02/evolucion-de-las-organizaciones-de_16.html).
- ROMERO MATOS, Lucas. **Pesca artesanal en Colombia**: historia de una deuda social. Santa Marta: edição própria, 2012. Disponível em: [https://pescadorenelso.blogspot.com/2020/10/pesca-artesanal-en-colombia\\_65.html](https://pescadorenelso.blogspot.com/2020/10/pesca-artesanal-en-colombia_65.html). Acesso em: 24 abr. 2022.
- SÁNCHEZ; Gloria Patricia Zuluaga; VILLEGAS, Luz Adriana Ramírez. Uso, manejo y conservación de la agrobiodiversidad por comunidades campesinas afrocolombianas en el municipio de Nuquí. **Etnobiología** v.13 n.3, p.5-18, 2015. Disponível em: <http://revistaetnobiologia.mx/index.php/etno/issue/view/20>. Acesso em: 25 jun. 2020.
- SANTOS, Milton: **Técnica, Espaço, Tempo**: globalização e meio técnico científico informacional. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2013a.
- SANTOS, Milton. **O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2013b [1971].
- SANTOS, Milton. O Dinheiro e o Território. **GEOgraphia**, v.1, n.1, p.7-13, 1999.
- SANTOS, Milton. SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: Território e sociedade no início do século XXI. 17. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- SAQUET, Marcos Aurelio. O território: a abordagem territorial e suas implicações nas dinâmicas de desenvolvimento. **IGepec**, v. 23, edição especial, p.25-39, 2019a. Disponível em: <http://saber.unioeste.br/index.php/gepec/article/viewFile/22719/14380>. Acesso em: 17 jun. 2021.
- SAQUET, Marcos Aurelio. **Saber popular, práxis territorial e contra-hegemonia**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019b.
- SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
- SEASPIRACY. Direção: Kip Andersen. Produção: Al Trabizi. Netflix; A.U.M. Filmes; Disrupt Studios. Inglês, 89 min. 2021.
- SÉCULO DIÁRIO. **Pescadores artesanais entregam sugestão de lei para territórios pesqueiros**. Século Diário, 22 nov. 2019. Disponível em: <https://seculodiario.com.br/public/jornal/materia/pescadores-artesanais-entregam-sugestao-de-lei-para-territorios-pesqueiros>. Acesso em: 05 dez. 2021.

- SILVA, Alessandra Cristina. **A pesca de pequena escala nos litoriais setentrional e oriental do Rio Grande do Norte**. Tese (doutorado em Engenharia da Pesca), Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, 2010. 201f.
- SILVA, Anelino Francisco. A pesca artesanal como arte e como significado cultural: O caso potiguar. **ACTA geográfica**, v.4, n.8, p.57-65, 2010. Disponível em: <https://revista.ufrn.br/actageo/article/view/303/449>. Acesso em: 13 jun. 2021.
- SILVA, Catia Antonia da. **Política pública e território**: passado e presente na efetivação de direitos dos pescadores artesanais no Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
- SILVA, Catia Antonia da. Economia da pesca artesanal na metrópole do Rio de Janeiro: desafios de método. In.: SILVA, Catia Antonia (org.). **Pesca Artesanal e produção do espaço**: desafios para a reflexão geográfica. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p.27-40.
- SILVA, Luis Geraldo. De mestres Jangadeiros à comissários de peixe. **Mares: Revista de Geografia e Etnociências**, v.2, n.1, p.109-121, 2020. Disponível em: <http://revistamares.com.br/index.php/files/article/view/79>. Acesso em: 5 jun. 2021
- SHARE AMERICA. **Guarda Costeira dos EUA faz parceria com a América do Sul para combater a pesca ilegal**. Share America, 17 fev. 2021. Disponível em: <https://share.america.gov/pt-br/guarda-costeira-dos-eua-faz-parceria-com-a-america-do-sul-para-combater-a-pesca-ilegal/>. Acesso em: 5 ago. 2021.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. Ambiente. **GEOgraphia**, v.24, n.53, p.1-3, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/55738>. Acesso em: 15 fev. 2022.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. O que é Geografia Ambiental? **Ambientes**, v.1, n.1, 2019, p.1-37. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/22684>. Acesso em: 14 dez. 2022.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. Quando o trunfo se revela um fardo: reexaminando os percalços de um campo disciplinar que se pretendeu uma ponte entre o conhecimento da natureza e o da sociedade. **Geosp - Espaço e Tempo**, v.22, n.2, p.274-308, 2018.
- SOUZA, Ana Caroline Damasceno. **Compartimentação das Unidades de Paisagem do Litoral Oriental e Agreste do Rio Grande do Norte, Brasil**. Dissertação (mestrado em Geografia), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020. 182f.
- STADEN, Hans. **Dois viagens ao Brasil**: Primeiros registros sobre o Brasil. Porto Alegre: L&PM, 2013 [1557].
- STEDILE, Migue Enrique. **Reforma agrária, um tema proibido**. Tricontinental, 26 abr. 2022. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/reforma-agraria-um-tema-proibido/>. Acesso em: 27 abr. 2022.
- SUMALIA, U.R.; CHEUNG, W.W.L.; LAM, V.W.Y.; PAULY, D.Y; HERRICK, S. Climate change impacts on the biophysics and economics of world fisheries. **Nature Climate Change**, v.1, p.449-456, 2011. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/nclimate1301?page=3>. Acesso em: 20 out. 2020.
- SUZUKI, Júlio César. Por outro desenvolvimento territorial e ambiental em sociedades tradicionais do estado de São Paulo. **Revista Tocantinense de Geografia**, a.6, n.10, p.1-17, 2017. Disponível em: <https://betas.uft.edu.br/periodicos/index.php/geografia/article/view/3699>. Acesso em: 17 jun. 2021.

SUZUKI, Júlio César. Território, modo de vida e patrimônio cultural em sociedades tradicionais brasileiras. **Espaço & Geografia**, v.16, n.2, p.627-640, 2013. Disponível em: <http://www.lsie.unb.br/espacoegeografia/index.php/espacoegeografia/article/view/272>. Acesso em: 30 jun. 2021.

TRICONTINENTAL. **Feminist Studies # 1: Women of Struggle, Women in Struggle**. Tricontinental Institute for Social Research, 2020a. Disponível em: <https://thetricontinental.org/studies-feminisms-1>. Acesso em: 8 out. 2020.

TRICONTINENTAL. **Popular agrarian reform and the struggle for land in Brasil**. Tricontinental Institute for Social Research, Dossier nº 27, 2020b. Disponível em: [https://www.thetricontinental.org/wp-content/uploads/2020/04/20200328\\_Dossier-27\\_EN\\_Web.pdf](https://www.thetricontinental.org/wp-content/uploads/2020/04/20200328_Dossier-27_EN_Web.pdf). Acesso em: 4 mai. 2020.

TRICONTINENTAL. **Peace, Neoliberalism and Political Shifts in Colombia**. Tricontinental Institute for Social Research, Dossier nº 23, 2019. Disponível em: [https://www.thetricontinental.org/wp-content/uploads/2019/12/20191204\\_Dossier-23\\_EN\\_Web-1.pdf](https://www.thetricontinental.org/wp-content/uploads/2019/12/20191204_Dossier-23_EN_Web-1.pdf). Acesso em: 4 mai. 2020.

UMAÑA, Julio Carrizosa. **Colombia compleja**. Bogotá: Jardín Botánico José Celestino Mutis / Instituto Alexander Von Humboldt, 2014.

URQUIDI, Vivian Grace Fernández Dávila. Sete ensaios de interpretação da realidade peruana na época dos estados plurinacionais. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, v.10, n.19, p.169-171, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/82486>. Acesso em: 4 out. 2020.

URRUTIA, Luis Gilberto Murillo. El Choco: the African Heart in Colombia. **The Journal of Pan African Studies**, v.8, n.2, p.256-260, 2015. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/El-Choco%3A-The-African-Heart-of-Colombia-Urrutia/0ea77f55a74e28aceba0b8f36d1cc951093a44f3?p2df>. Acesso em: 8 mai. 2020.

US EMBASSY. **Navio da Guarda Costeira americana visita o Brasil em missão multilateral de combate à pesca ilegal**. Embaixada e Consulado dos EUA no Brasil, 15 jan. 2021. Disponível em: <https://br.usembassy.gov/pt/navio-da-guarda-costeira-americana-visita-o-brasil-em-missao-multilateral-de-combate-a-pesca-ilegal/>. Acesso em: 5 ago. 2021.

VALENCIA, Fredy Mosquera. **Aportes para la construcción de una política pública de pesca en Colombia. El caso del grupo interinstitucional y comunitario de pesca artesanal del Pacífico Norte en Bahía Solano - Chocó**. Dissertação (mestrado em Governo e Políticas públicas), Universidad EAFIT, Medellín, 2014. 42f. Disponível em: <https://repository.eafit.edu.co/handle/10784/5409>. Acesso em: 18 nov. 2021.

VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva; MENDONÇA, Sandro Augusto Teixeira de. O papel da modernidade no rompimento da tradição as políticas da SEAP como dissolução do modo de vida da pesca artesanal. **Boletim do Instituto de Pesca**, v.1, n.34, p.107-116, 2008. Disponível em: [https://www.pesca.sp.gov.br/34\\_1.pdf](https://www.pesca.sp.gov.br/34_1.pdf). Acesso em: 22 out. 2020.

VARGAS, Gilbert Ulate. Espacio y territorio en el análisis geográfico. **Revista Reflexiones**, v.91, n.1, p.313-326, 2012. Disponível em: <https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/reflexiones/article/view/1505>. Acesso em: 8 abr. 2022.

VEGA, Eduardo Garcia; CORDOBA, Jaime Echavarría. **Mutis e Bahía Solano – 50 anos**. Monografía de la Colonia Agrícola José Celestino Mutis, Municipio de Bahía Solano. 236p. Universidad Tecnológica del Chocó, Departamento de Investigaciones, Quibdó, 1984.

VIEIRA, Carlos. **El GIC-PA: Una alianza regional para el ordenamiento pesquero en el Pacífico norte chocoano**. Fundación Mar Viva y Grupo Interinstitucional y Comunitario de Pesca Artesanal de la Costa Chocoana (GICPA), Colômbia, 2016. Disponível em: [https://marviva.net/sites/default/files/documentos/publicacion\\_gicpa\\_final\\_8-02-17.pdf](https://marviva.net/sites/default/files/documentos/publicacion_gicpa_final_8-02-17.pdf).

Acesso em: 29 jun. 2020.

VIEIRA, Carlos; GRANADOS, Maria Cláudia Díaz; DÍAZ, Juan Manuel. Ordenamiento y manejo pesquero en la costa norte del Pacífico Colombiano. *In*: DÍAZ, Juan Manuel; GUILLOT, Lía; VELANDIA, Manuel Camilo (orgs.). **La pesca artesanal en el norte del Pacífico Colombiano: un horizonte ambivalente**. Bogotá: Fundación Mar Viva, 2016. p.43-57.

VILAÇA, Aparecida. **Morte na floresta**. São Paulo: Todavia, 2020.

VIVAS, Julián. **El debate nacional por puerto que causaría tragedia ambiental en Chocó**. El tiempo, 16 jun. 2019. Disponível em: <https://www.eltiempo.com/colombia/otras-ciudades/debate-sobre-construccion-de-puerto-tribuga-en-choco-372826>. Acesso em: 23 out. 2021.

WOORTMANN, Ellen; SILVA, Bruno Ronald Andrade; VILELA, Diego Breno Leal; CAMPOS, Natalia. Entrevista com Ellen Fensterseifer Woortmann. **Revista Equatorial**, v.2, n.2, p.92–100, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/14897>. Acesso em: 1 ago. 2022.

WOORTMANN, Ellen. Cambios de tiempo y espacio/cambios sociales, bajo el impacto de la modernización. **Revista Estudos Feministas**, v.2, n.15, p.476-48, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/9764>. Acesso em: 7 ago. 2022.

WOORTMANN, Ellen. Método comparativo, família e parentesco: Algumas discussões e perspectivas. **Revista Antropológicas**, v.13, n.1, p.87-108, 2005.

WOORTMANN, Ellen. Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em ‘comunidades pesqueiras’ do Nordeste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.18, p.41-60, 1992.

ZAPATA, L.A.; USMA, J.S.; RODRÍGUES, T.; MORENO, X.; JARAMILLO, M.F.; GARCIA, C.; CASTELLANOS, G.A. **Recursos pesqueros de Colombia, principales especies, conservación y pesca responsable**. Cali: AUNAP/WWF, 2015.



7 – Anónimo (22-27anos, Cupica, pescador e “todo terreno”) - 8 de ago. 2022, 16h50m.

• **Adultos (total 25)**

- 1 – Luis Riba Inestrosa (40 anos pescador e turismo, El Huína) – quinta feira, 16 de janeiro de 2020, 09h53m.
- 2 - Carmenza Rojas Bambazu (32 anos, ativista e professora, Nuquí e Bahía Solano) - 17 jan. 2020, 10h21m.
- 3 - Arnovio Lozano (54 anos, pescador, marceneiro, pedreiro, Chambacú) - sábado, 18 de janeiro de 2020, 10h17m.
- 4 – Diego Vidal (professor Universidad Tecnologica Del Chocó e Secretário Red de Frio) – 18 jan. 2020, 14h59m.
- 5 – Pescador Rebelo (54 anos, pescador, Barrio Nuevo, Bahía Solano) - sábado, 18 de janeiro de 2020, 17h49m.
- 6 – Ana Zita Peres (Secretária FEDEPESCA, membro do GICPA, Bahía Solano) – 20 de janeiro de 2020, 09h53m.
- 7 – Dora Nelly (38 anos, pescadora, Bahía Solano) – segunda-feira, 20 de janeiro de 2020, 14h56m.
- 8 – Carmem Manega (47 anos, esposa de pescador, cozinheira, Nuquí) – 24 de janeiro de 2020, 15h09m.
- 9 - Epifânio Garce (50 anos, pescador, Nuquí) - sexta-feira, 24 de janeiro de 2020, 15h20m.
- 10 – Enrique Murillo (56 anos, fazedor de viche, pescador, músico, pequeno agricultor) - 24 jan. 2020, 18h.
- 11 - Harry Ovídio Asprilla (47 anos, pescador, agricultor e ecoturismo, Coquí, Nuquí) - 26 jan. 2020, 10h35m.
- 12 – Luber (50 anos, pescadora e artesã, Coquí, Nuquí) - 26 de janeiro de 2020, 10h53m.
- 13 – Luiz Carlos Bermude Murillo (59 anos, pescador inativo, El Valle) - 27 de janeiro de 2020, 11h07m.
- 14 – Albert Gonzalez (34 anos, biólogo, Bahía Solano) – terça-feira, 28 de janeiro de 2020, 17h39m.
- 15 – Carlos Barco (36 anos, engenheiro ambiental, Bahía Solano) - quarta-feira, 29 de janeiro de 2020, 14h58m.
- 16 – Profa. Emma (professora, Bahía Solano) - quinta-feira, 30 de janeiro de 2020, 20h28m.
- 17 – Yussely Aguilar (34 anos, advogada, ativista e líder social, Bahía Solano) - 31 de janeiro de 2020, 10h17m.
- 18 - Carlos Ivan (35 anos, arquiteto, Bahía Solano) - terça-feira, 14 de janeiro de 2020, 19h52m.
- 19 - Apolinar Gamboa martinez (Pescador, Bahía Solano) – 29 de julho de 2022, 09h58m.
- 20 - Alicia Gutiérrez (55anos, Cupica, pianguera, agricultora e esposa de pescador) - 8 de ago. 2022, 14h12m.
- 21 - Osvaldo Girón Ruiz (59 anos, pescador, Cupica) - 8 de ago. 2022, 16h48m.
- 22 - Eliza Córdoba (55 anos, Cupica, sabedora das ervas, “pianguera”) - 9 de ago. 2022, 09h31m.
- 23 - Isleña Díaz inestrosa (40 anos, Cupica) - 9 de ago. 2022, 10h47min.
- 24 - Domitilo Potes C. (55 anos, pescador, agricultor e fazedor de viche, Cupica) - 9 de ago. 2022, 12h07min.
- 25 - Patricia Beltrán Mosquera (39 anos, cozinheira e “pianguera”, Cupica) - 9 de ago. 2022, 17h53min.

• **Idosos (total 11)**

- 1 – Genaro Ayala (69 anos, pescador, turismo, El Huína, Bahía Solano) –15 de janeiro de 2020, 18h53m.
- 2 – Don Juan de Jesus (81 anos, pescador, Chambacú, Bahía Solano) - 18 de janeiro de 2020, 08h58m.
- 3 – Norberto Vandale (aprox. 75 anos, pescador, Chambacú, Bahía Solano) - 18 de janeiro de 2020, 11h27m.
- 4 – Prof. Vicente Gonzáles (69 anos, pescador e professor aposentado, Bahía Solano) – 21 de jan. 2020, 16h36m.
- 5 – Julio Lemos (80 anos, pescador, Chambacú, Bahía Solano) – terça-feira, 21 de janeiro de 2020 18h05m.
- 6 – Luis Guerrero (69 anos, pescador, aposentado, Bahía Solano) – quinta-feira, 23 de janeiro de 2020, 15h17m.
- 7 – Candida Garcia (65 anos, ativista cultural e social, Nuquí) - sexta-feira, 24 de janeiro de 2020, 18h00m.
- 8 – Plácido Hurtado (62anos, pescador e agricultor, Coquí, Nuquí) - 26 de janeiro de 2020, 12h04m.
- 9 – Don Gordo (aprox. 80 anos, fazedor de viche, Bahía Solano) –14 de janeiro de 2020, 19h52m.
- 10 - Cecilia (aprox.75 anos, esposa de pescador, Chambacú, Bahía Solano) - 18 de janeiro de 2020, 10h57m.
- 11 - Matías Menas Beltrán (60 anos, pescador, Cupica) - 8 de agosto 2022, 14h40m.



Maxaranguape, Brasil, jan. 2021

**Nome:**

**Idade:**

**Profissão:**

**Bairro/Comunidade:**

**Parte 1: histórico e transformações no modo de vida**

- 1 – Desde quando você vive aqui?
- 2 – O que você lembra da história da comunidade, como transformações e mudanças que se passaram?
- 3 – Como você olha para o desenvolvimento da comunidade nos últimos 20 ou 30 anos?
- 4 – Como você viu a chegada da energia elétrica, televisão, rádio, internet, turismo etc.?
- 5 – O que você acredita ser típico dessa região, como músicas, festas, danças, alimentos, histórias, costumes?
- 6 – Se recorda de algum mito ou lenda daqui?

**Parte 2: pesca artesanal**

- 1 - Como aprendeu a pescar?
- 2 – Com qual idade?
- 3 – O que mudou desde quando você começou a pescar até os dias de hoje?
- 4 - Quais são os pontos negativos e positivos de ser pescador?
- 5 – Para você, qual é a importância do mar?
- 6 - A pesca é a principal fonte de renda? Quais as outras fontes?
- 7 – Qual é o papel da mulher dentro da pesca artesanal?
- 8 – Para você, qual é o futuro da pesca?
- 9 – O que poderia ser feito para melhorar a pesca? Quem poderia fazer isso?
- 10 – Quais foram as maiores transformações na pesca artesanal nos últimos 30, 40 e 50 anos?
- 11 – Como os jovens estão olhando para a pesca artesanal?
- 12 – Qual é o maior problema para a pesca e para os pescadores?
- 13 – Quais são os principais conflitos por território ou por recursos que ocorrem aqui?
- 14 – Quais são os direitos e deveres que o Estado, o governo proporciona a vocês?
- 15 – Você acredita que o pescador também conserva o ambiente, a natureza? Se sim, de que forma?
- 16 – Quais são as técnicas utilizadas para pescar e os peixes mais pescados?
- 17 – Qual a influência na pescaria da: a) maré? b) lua? c) estações do ano?
- 18 – Como a pesca está no modo de viver local? (Importância da pesca para a cidade)
- 19 – Quais foram os impactos da pandemia do COVID – 19 na comunidade e para a pesca?

**Lista de entrevistados (Maxaranguape, total de 71)**

• **Crianças e jovens (total 13: 2 mulheres e 11 homens/2 pescadores)**

- 1 – Samuel da Silva (22 anos, pescador, Caraúbas) - quinta-feira, 7 de janeiro de 2021, 05h20min.
- 2 – Geovani “Gegê” (19 anos, Caraúbas) - domingo, 10 de janeiro de 2021, 11h36min.
- 3 – Gustavo (11 anos, Caraúbas) - domingo, 10 de janeiro de 2021, 15h05min.
- 4 – Francisco Ribeiro (10 anos, veranista, Jaboatão dos Guararapes-PE) - 10 de janeiro de 2021, 15h08min.
- 5 – Weverton Luís (11 anos, Caraúbas) - domingo, 10 de janeiro de 2021, 15h.11min.
- 6 – Antonio Soares Neto “Netinho” (17 anos, Caraúbas) - segunda-feira, 11 de janeiro de 2021, 06h.

- 7 – Uenderson (15 anos, Caraúbas) - segunda-feira, 11 de janeiro de 2021, 06h13min.
- 8 – Daniel Gomes (14 anos, Caraúbas) - segunda-feira, 11 de janeiro de 2021, 08h19min.
- 9 – Júlio César Freire (19 anos, Caraúbas) - segunda-feira, 11 de janeiro de 2021, 08h27min.
- 10 – Mariana (19 anos, Caraúbas) - segunda-feira, 11 de janeiro de 2021, 12h.
- 11 – Júlio César Soares (14 anos, Caraúbas) - terça-feira, 12 de janeiro de 2021, 07h29min.
- 12 – José Felipe (20 anos, pescador, Rio do Fogo) - quarta-feira, 13 de janeiro de 2021, 14h49min.
- 13 – Letícia (20 anos, técnica de enfermagem, Caraúbas) - quarta-feira, 13 de janeiro de 2021, 17h.

- **Adultos (total 33: 8 mulheres/4 pescadoras e 25 homens/23 pescadores)**

- 1 – Zé Maria ou “Zé doido” (38 anos, pescador, Caraúbas) - terça-feira, 5 de janeiro de 2021, 07h12min.
- 2 – Paté (41 anos, pescador, Caraúbas) - terça-feira, 5 de janeiro de 2021, 07h22min.
- 3 – Rosinaldo “Rosa” de Souza (57 anos, pescador, Caraúbas) - terça-feira, 5 de janeiro de 2021, 07h57min.
- 4 – Rosileide dos Santos Soares (37 anos, comerciante, Caraúbas) - 5 jan. 2021, 08h26min.
- 5 – “Espaia Brasa” João Maria de Souza (57 anos, pescador, Caraúbas) - 5 jan. 2021, 09h43min.
- 6 – Manoel “de Pretinha” Jovenal dos Santos (57 anos, pescador, Caraúbas) - 5 jan. 2021, 11h49min.
- 7 – Waldineis da Silva (35 anos, pescador e pedreiro, Caraúbas) - quarta-feira, 6 de janeiro de 2021, 05h25min.
- 8 – Francisco de Assis, “Nininho” (50 anos, pescador e comerciante, Caraúbas) 6 de jan. 2021, 10h37min.
- 9 – “Bibi” Almir Soares (50 anos, pescador, Caraúbas) - quarta-feira, 6 de janeiro de 2021, 12h50min.
- 10 – Edmilson Gonçalves da Silva “Figurinha” (46 anos, pescador, Caraúbas) - 6 de jan. 2021, 17h37min.
- 11 – Manoel Gonçalves da Silva “Paofa” (49 anos, pescador, Caraúbas) - 7 de janeiro de 2021, 07h09min.
- 12 – Erivaldo “Zominho” (43 anos, Maracajaú, turismo) - quinta-feira, 7 de janeiro de 2021, 08h35min.
- 13 – Beto (55 anos, pedreiro, Caraúbas) - sexta-feira, 8 de janeiro de 2021, 05h42min.
- 14 – Damião Félix dos Santos (42 anos, Caraúbas) - sexta-feira, 8 de janeiro de 2021, 06h31min.
- 15 - Renata “Cangulu” de Castro (33 anos, Caraúbas) - sexta-feira, 8 de janeiro de 2021, 15h41min.
- 16 – Zélia Coé (42 anos, Marisqueira, Caraúbas) - sábado, 9 de janeiro de 2021, 07h37min.
- 17 – Eliene Soares de Souza (50 anos, Caraúbas) - sábado, 9 de janeiro de 2021, 09h54min.
- 18 – “Teresinha” de Souza Soares (59 anos, Caraúbas) - terça-feira, 12 de janeiro de 2021, 16h49min.
- 19 – Léo Costa (38 anos, fábrica de gelo, Barra) - quarta-feira, 13 de janeiro de 2021, 07h49min.
- 20 – Messias (54 anos, pescador, Barra) - quarta-feira, 13 de janeiro de 2021, 08h39min.
- 21 – Zé Wilson (54 anos, pescador, Barra) - quarta-feira, 13 de janeiro de 2021, 10h.
- 22 – Fabiano (49 anos, pescador, Barra) - quarta-feira, 13 de janeiro de 2021, 11h09min.
- 23 – “Del” (47 anos, pescador, Barra) - quarta-feira, 13 de janeiro de 2021, 11h42min.
- 24 – Cleudo “Macario” (47 anos, pescador, Barra) - quarta-feira, 13 de janeiro de 2021, 12h03min.
- 25 – Emerson “Piloto” (44 anos, pescador, Barra) - quarta-feira, 13 de janeiro de 2021, 12h18min.
- 26 – Sonia “Bonita” (53 anos, cozinheira e pescadora, Barra) - 13 de janeiro de 2021, 14h20min.
- 27 – Vital (57 anos, pescador, Barra) - sexta-feira, 15 de janeiro de 2021, 07h57min.
- 28 – Raimundo “Doca” (48 anos, pescador e prefeitura, Barra) - sexta-feira, 15 de janeiro de 2021, 08h13min.
- 29 – João “Papoca” Maria da Silva (57 anos, pescador, Barra) - 15 de janeiro de 2021, 08h45min.
- 30 – Isabel “Bel” Rafael (44 anos, comerciante, Maracajaú) - terça-feira, 19 de janeiro de 2021, 11h09min.
- 31 – Lurdes (57 anos, Ceará-Mirim) - quinta-feira, 21 de janeiro de 2021, 09h18min.
- 32 – Francisco Iuri “Fogão” (58 anos, pescador, Maracajaú) - 21 de janeiro de 2021, 9h44min.



33 – Nazareno (54 anos, pescador, Maracajaú) - quinta-feira, 21 de janeiro de 2021, 09h47min.

• **Idosos (total 25: 9 mulheres/3 pescadoras e 16 homens/14 pescadores)**

1 – Zoroastro “Zé Grande” (75 anos, agricultor e pescador, Caraúbas) - 6 de janeiro de 2021, 06h07min.

2 – Zé Batista (61 anos, pescador, Caraúbas) - quarta-feira, 6 de janeiro de 2021, 07h13min.

3 – “Golinha” José Luis Soares (71 anos, pescador e agricultor, Caraúbas) - 6 de janeiro de 2021, 08h29min.

4 – João “Buzico” (66 anos, pescador, Caraúbas) - quinta-feira, 7 de janeiro de 2021, 05h30min.

5 – Pedro “Cangulu” Manoel de Castro (76 anos, pescador e agricultor, Caraúbas) - 7 de janeiro de 2021, 06h.

6 – Davila (60 anos, aposentado, Caraúbas) - sexta-feira, 8 de janeiro de 2021, 05h06min.

7 – Joana (60 anos, Caraúbas) - sexta-feira, 8 de janeiro de 2021, 08h03min.

8 – Maria “Dalvací” de Castro (70 anos, Caraúbas) - sexta-feira, 8 de janeiro de 2021, 15h41min.

9 – “Leria” José Francisco dos Santos (64 anos, comerciante e pescador, Caraúbas) - 8 jan. 2021, 16h56min.

10 – João Aleixo (63 anos, pescador, Caraúbas) - sábado, 9 de janeiro de 2021, 07h12min.

11 – “Mimi” Francisco Canindé dos Santos Sena (65 anos, pescador, Caraúbas) - 9 janeiro 2021, 11h32min.

12 – Antonio José dos Santos (80 anos, agricultor, Caraúbas) - sábado, 9 de janeiro de 2021, 18h03min.

13 – Raimunda Pedro da Rocha “Mana” (76 anos, agricultora, Caraúbas) -11 jan. 2021, 07h41min.

14 – Maria Lúcia “Nega” (64 anos, marisqueira, Barra de Maxaranguape) -11 jan. 2021, 12h24min.

15 – Manoel Caravela (74 anos, pescador, Caraúbas) - terça-feira, 12 de janeiro de 2021, 06h57min.

16 – Nerci Pereira das Flores (88 anos, agricultora, Caraúbas) - 12 de janeiro de 2021, 12h04min.

17 – José “Zé” Maria da Costa (62 anos, dono fábrica de gelo, Barra) - quarta-feira, 13 jan. 2021, 7h40min.

18 – João “Cantão” Batista de Lopes Viana (64 anos, pescador, Barra) - quarta-feira, 13 jan. 2021, 9h18min.

19 – Joana (95 anos, Barra) - sexta-feira, 15 de janeiro de 2021, 09h43min.

20 – João Batista (70 anos, pescador, Maracajaú) - terça-feira, 19 de janeiro de 2021, 10h05min.

21 – Francisco “Cuiu” (70 anos, pescador, Maracajaú) - terça-feira, 19 de janeiro de 2021, 10h48min.

22 – Gerinalda Nascimento dos Santos (60 anos, marisqueira, Caraúbas) - quarta-feira, 20 jan. 2021, 17h34min.

23 – Elita dos Santos (74 anos, agricultora, Caraúbas) - quarta-feira, 20 jan. 2021, 18h31min.

24 - Teresinha (73 anos, marisqueira, rendeira, curandeira e parteira, Maracajaú) - 21 jan. 2021, 09h11min.

25 – “Chico de Naninha” (73 anos, pescador, Maracajaú) - quinta-feira, 21 de janeiro de 2021, 10h39min.

ANEXO B - DIÁRIOS DE CAMPO



Pacífico Norte Colombiano, janeiro de 2020

**09/Jan.** 6<sup>o</sup> dia de trabalho  
**10/Jan.** ANOTAÇÕES  
**11/Jan. 2020**  
**14/Jan.** Muelle Bahía Solano

Handwritten notes and sketches on lined paper, including diagrams of boats and maps.

**15/Jan. Dia 2**  
**16/Jan. D3**  
**17/Jan. D4**  
**18/Jan. D5**

Handwritten notes and sketches on lined paper, including a map of the 'DEPARTAMENTO DE CAUCA' and various diagrams.

**28/15**  
**16/Jan. D3**  
**17/Jan. D4**  
**18/Jan. D5**

Handwritten notes and sketches on lined paper, including a map of 'CORRIMENTOS E PUEBLOS DE BAHIA SOLANO' and various diagrams.

**17/Jan. D4**  
**18/Jan. D5**  
**19/Jan. D5 cont.**  
**20/Jan. D5 cont.**

Handwritten notes and sketches on lined paper, including a map of 'CORRIMENTOS E PUEBLOS DE BAHIA SOLANO' and various diagrams.









# Bahía Solano, Chocó, julio/agosto 2022

**28 Jul - 12** Bahía Solano  
 → Surgen por las no ciudad con Uruguay  
 - Entregas de jugales y las fotos.  
 - de aunte al lugar de truenos, por la  
 de las ballenas. En Chocó se  
 de las panes y hay que  
 no es más posible seguir en el País  
 de las propias relaciones.  
 - Ayuda de los emprendimientos, desde  
 de las actividades.  
**29 Jul - 21** Bahía Solano  
 - Identificación: Se preparan agua de gelatina.  
 - Co. Catedral, Alameda, Plaza,  
 Alameda, Terraza, Adolfo.

**29 Jul - 21** Bahía Solano  
 → Llega por el centro de la ciudad, hubo  
 una reunión en el parque central.  
 → Hablé con un muchacho Juan Víctor (?) que  
 me dijo que estaban un colectivo de 20. En las  
 parte de un grupo de ocupación permanente  
 de la zona. Después, a los días, se fue al  
 central territorial. Ahora ahora porque que  
 no es más posible seguir en el País  
 de Chocó, están 18 en un día.  
 → Los compañeros no van a ir a Catedral  
 hay que ir a Comandante y amigos.

**30 Jul - 3 día** Bahía Solano  
 ONG Malaria (Contrabando)  
 Comandante Mecana  
 → 15 ballenas y un  
 cardona de defensa.  
 → Muestran ballenas que se van a  
 TURISMO → certifica y registro.  
 → Van a 80 familias la  
 casa con un grupo de trabajo  
 de de El Valle, que comulga no ajen  
 de parte para los planes, que en caso  
 de la Mecana. No hay ballenas y hay  
 muchos programas culturales.  
 → Llega agua.  
 → Capitanía para el lugar de  
 muerza, que se llama Torre  
 cultural o es sobre un lugar  
 (mader muerza).  
 → Se preparan para ir a la casa  
 de las familias, los pagan con  
 cachalitos de...  
 → Ballenas para exportar.

**31 Jul - 4 día** Bahía Solano  
 Noche Afrocolombiana  
 → Habla de la zona deportiva, que fue  
 reality, que se llama "Realidad".  
 → Ballenas ballenas arena del turismo.  
 → AMMAA en las calles,  
 → En la parte de muerza, ballenas  
 → Muestran de muerza ONG's en  
 el local.  
 → Noche Afrocolombiana:  
 - Inicialmente de la zona  
 - Muestran de muerza  
 - Muestran de muerza, se especial al  
 estado.  
 → Que → en de Cupica o Muerza.  
 → En las ballenas se dice que la zona  
 y ballenas, pero que en las zonas  
 que se dice que se llama (M) y el Valle.  
 → En la ballenas se dice que se llama  
 de la ballenas se dice que se llama

**01 Ago - 5 día** Bahía Solano  
 → Irán festival de Bahía, en  
 el p. sale al mundo, que en caso de los  
 ballenas de carnaval de Brasil. El País  
 sale desde el Parque, que en valle  
 por la ciudad y se registra el parque.  
**02 Ago - 6 día** Bahía Solano  
 → Van a la casa de los Comandantes, que  
 se llama "Atún con Verduras".  
 → Hay un momento de  
 grupo a la zona deportiva, por un momento.  
 → Que tiene una cultura muy específica,  
 Chocó, que es una cultura de ballenas  
 del Valle, como Catedral y Muerza.

**02 Ago - 7 día** Bahía Solano  
 → Van a la casa de los Comandantes, que  
 se llama "Atún con Verduras".  
 → Hay un momento de  
 grupo a la zona deportiva, por un momento.  
 → Que tiene una cultura muy específica,  
 Chocó, que es una cultura de ballenas  
 del Valle, como Catedral y Muerza.

**03 Ago - 7 día** Bahía Solano  
 → Van a la casa de los Comandantes, que  
 se llama "Atún con Verduras".  
 → Hay un momento de  
 grupo a la zona deportiva, por un momento.  
 → Que tiene una cultura muy específica,  
 Chocó, que es una cultura de ballenas  
 del Valle, como Catedral y Muerza.

**04 Ago - 8 día** Bahía Solano  
 → Van a la casa de los Comandantes, que  
 se llama "Atún con Verduras".  
 → Hay un momento de  
 grupo a la zona deportiva, por un momento.  
 → Que tiene una cultura muy específica,  
 Chocó, que es una cultura de ballenas  
 del Valle, como Catedral y Muerza.

**06 Ago - 10 día** Bahía Solano  
 → Van a la casa de los Comandantes, que  
 se llama "Atún con Verduras".  
 → Hay un momento de  
 grupo a la zona deportiva, por un momento.  
 → Que tiene una cultura muy específica,  
 Chocó, que es una cultura de ballenas  
 del Valle, como Catedral y Muerza.

**08 Ago - 12 día** Bahía Solano  
 → Van a la casa de los Comandantes, que  
 se llama "Atún con Verduras".  
 → Hay un momento de  
 grupo a la zona deportiva, por un momento.  
 → Que tiene una cultura muy específica,  
 Chocó, que es una cultura de ballenas  
 del Valle, como Catedral y Muerza.

**09 Ago - 13 día** Bahía Solano  
 → Van a la casa de los Comandantes, que  
 se llama "Atún con Verduras".  
 → Hay un momento de  
 grupo a la zona deportiva, por un momento.  
 → Que tiene una cultura muy específica,  
 Chocó, que es una cultura de ballenas  
 del Valle, como Catedral y Muerza.

**10 Ago - 14 día** Bahía Solano  
 → Van a la casa de los Comandantes, que  
 se llama "Atún con Verduras".  
 → Hay un momento de  
 grupo a la zona deportiva, por un momento.  
 → Que tiene una cultura muy específica,  
 Chocó, que es una cultura de ballenas  
 del Valle, como Catedral y Muerza.

**12 Ago - 16 día** Bahía Solano  
 → Van a la casa de los Comandantes, que  
 se llama "Atún con Verduras".  
 → Hay un momento de  
 grupo a la zona deportiva, por un momento.  
 → Que tiene una cultura muy específica,  
 Chocó, que es una cultura de ballenas  
 del Valle, como Catedral y Muerza.

**12 Ago - 16 día** Bahía Solano  
 → Van a la casa de los Comandantes, que  
 se llama "Atún con Verduras".  
 → Hay un momento de  
 grupo a la zona deportiva, por un momento.  
 → Que tiene una cultura muy específica,  
 Chocó, que es una cultura de ballenas  
 del Valle, como Catedral y Muerza.

**13 Ago - 17 día** Bahía Solano  
 → Van a la casa de los Comandantes, que  
 se llama "Atún con Verduras".  
 → Hay un momento de  
 grupo a la zona deportiva, por un momento.  
 → Que tiene una cultura muy específica,  
 Chocó, que es una cultura de ballenas  
 del Valle, como Catedral y Muerza.

**13 Ago - 17 día** Bahía Solano  
 → Van a la casa de los Comandantes, que  
 se llama "Atún con Verduras".  
 → Hay un momento de  
 grupo a la zona deportiva, por un momento.  
 → Que tiene una cultura muy específica,  
 Chocó, que es una cultura de ballenas  
 del Valle, como Catedral y Muerza.

## ANEXO C - CERTIFICADOS DE REALIZAÇÃO DAS OFICINAS



Ministerio de Educación Nacional  
Secretaría de Educación Departamental  
Institución Educativa Luis López de Mesa  
Bahía Solano - Chocó

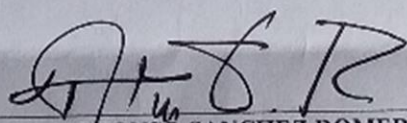
Reconocida y Aprobada por la Secretaría de Educación del Departamento del Chocó, Según Resolución Oficial N°1316 del 01 de Julio de 2015.  
Registro DANE N°1270750001111, Código ICFES N°033936,  
Nit: 818001571-6.

**EL SUSCRITO RECTOR DE LA INSTITUCIÓN EDUCATIVA LUIS LÓPEZ DE MESA, PLANTEL OFICIAL CON RECONOCIMIENTO OFICIAL EN SUS CICLOS DE ENSEÑANZA PREESCOLAR, BÁSICA, MEDIA ACADÉMICA Y TÉCNICA.**

### CERTIFICA:

Que, **DORIVAL BONFÁ NETO**, dictó en esta Institución Educativa, unos talleres denominados "BAHÍA SOLANO SE APROPIA DE LA PESCA ARTESANAL" realizados durante los días 22,23,29,30, y 31 de enero del año en curso.

Para mayor constancia se firma en Bahía Solano, a los 31 días del mes de enero de 2020.

  
Lic. ALFONSO SANCHEZ ROMERO  
C.C. # 4.851.396 de Bahía Solano  
Rector

Paz, Esperanza Sabiduría  
Correo: [institucionluislopezdemesa@gmail.com](mailto:institucionluislopezdemesa@gmail.com) - Teléfono N° 3106008933



## CERTIFICADO

O presente certificado é atribuído a Sr. **Dorival Bonfá Neto**, por ministrar uma oficina aos pescadores de Maxaranguape, para a elaboração de um Mapa Social Participativo do Território Pesqueiro de Maxaranguape, no dia 26 de janeiro de 2021 no rancho de pesca na Praia de Caraúbas, tornando-se merecedor do reconhecimento e da gratidão de todos os integrantes da Associação de Proteção e Conservação Ambiental Cabo de São Roque.

Maxaranguape, 10 de fevereiro de 2021

*Lucas Gabriel Veríssimo Pinheiro da Silva*

Lucas Gabriel Veríssimo Pinheiro da Silva  
Presidente da APC Cabo de São Roque  
Biólogo n° 114.125/05-D  
Mestrando em Ciências Ambientais – PPGUSRN/IFRN

Associação de Proteção e Conservação Ambiental Cabo de São Roque  
Rua da Cumoa, S/N, Praia de Caraúbas, Maxaranguape/RN  
APC Cabo de São Roque  
CNPJ: 26.092.697/0001-61  
Contatos: (84) 96837125 / 98801-3791  
E-mail: apccabodesaoroque@gmail.com  
[fb.com/apccabodesaoroque](https://www.facebook.com/apccabodesaoroque)



## ANEXO D - ATA DE DEFESA DE TESE



Universidade de São Paulo

Janus

### ATA DE DEFESA

Aluno: 84131 - 8578402 - 1 / Página 1 de 1

Ata de defesa de Tese do(a) Senhor(a) Dorival Bonfá Neto no Programa: Integração da América Latina, do(a) Interunidades em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo.

Aos 26 dias do mês de junho de 2023, no(a) PROLAM/USP - Videoconferência realizou-se a Defesa da Tese do(a) Senhor(a) Dorival Bonfá Neto, apresentada para a obtenção do título de Doutor intitulada: "Território, modo de vida e pesca artesanal marítima: análise comparada entre Bahía Solano, no Pacífico Colombiano, e Maxaranguape, no Atlântico Brasileiro"

Após declarada aberta a sessão, o(a) Sr(a) Presidente passa a palavra ao candidato para exposição e a seguir aos examinadores para as devidas arguições que se desenvolvem nos termos regimentais. Em seguida, a Comissão Julgadora proclama o resultado:

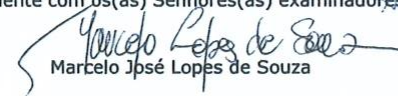
Nome dos Participantes da Banca	Função	Sigla da CPG	Resultado
Andre Roberto Martin	Presidente	FFLCH - USP	<u>Aprovado</u>
Marcelo José Lopes de Souza	Titular	UFRJ - Externo	<u>Aprovado</u>
Kátia Souza Rangel	Titular	FUFA - Externo	<u>Aprovado</u>
Catia Antonia da Silva	Titular	UERJ - Externo	<u>Aprovado</u>
Juan Manuel Díaz Merlano	Titular	UNAL - Externo	<u>Aprovado</u>

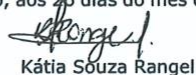
**Resultado Final:** Aprovado

#### Parecer da Comissão Julgadora \*

A tese possui tema social, política, cultural e ambientalmente relevante e se revela uma excelente contribuição ao pensamento comparativo para compreensão da pesca artesanal na América Latina, com importantes trabalho de campo e debate teórico-metodológico. Indica-se a publicação da tese.

Eu, Willian Almeida dos Santos, lavrei a presente ata, que assino juntamente com os(as) Senhores(as) examinadores. São Paulo, aos 26 dias do mês de junho de 2023.

  
Marcelo José Lopes de Souza

  
Kátia Souza Rangel

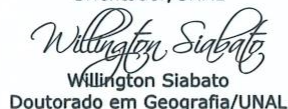
  
Catia Antonia da Silva

  
Juan Manuel Díaz Merlano

  
Andre Roberto Martin  
Presidente da Comissão Julgadora

  
Luis Carlos Jiménez Reyes  
Orientador/UNAL

  
Júlio César Suzuki  
Orientador/USP

  
Wellington Siabato  
Doutorado em Geografia/UNAL

Marilene Proença Rebello de Souza  
Doutorado em Integração da América  
Latina/USP

Documento assinado digitalmente  
gov.br MARILENE PROENÇA REBELLO DE SOUZA  
Data: 28/07/2023 23:54:50-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>